ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE

MUNDOS NOVOS DO MUNDO

Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses

* *

LISBOA
JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR
1 9 7 2

CAPÍTULO V

De África e Brasil ao Extremo Oriente (1510-1514)

1 — Informações de portugueses sobre a África, o Brasil e o Oriente

1.1 — *As primeiras informações de Malaca.* — Da existência e importância de Malaca, soube-se logo na primeira viagem dos Portugueses à Índia, no final do século XV, e nas subsequentes. Por isso, desde 1506, D. Manuel consagra especial cuidado a concretizar mais essas notícias, mandando lá alguém que as recolhesse directamente. São notáveis, a este respeito, dois questionários que entrega a pessoas qualificadas: um, ao vice-rei D. Francisco de Almeida — de antes de 6 de Abril de 1506, data da saída de Tristão da Cunha, que o levou para a Índia; e outro a Diogo Lopes de Sequeira, futuro governador da Índia.

O primeiro, especificado em carta posterior ao Regimento do Vice-Rei (1), estava em embrião, num dos artigos desse diploma (2). Caso pudesse deixar a costa do Malabar, D. Francisco iria, ele próprio, a Malaca, fazer lá «asento e asy trauto», devendo construir fortaleza, «pera segurança dos nosos e nosas mercadorias». Chegara-lhe a notícia de que os Castelhanos se preparavam para ir a essas partes e convinha impedi-los.

Depois de nomear os primeiros oficiais que lá deviam ficar e formular outras recomendações, o rei começa o questionário: «...trabalhay de saber das cousas daquelas partes, a saber: das rriquezas e proveytos della e da grandeza da terra e de quem he senhoreada e de que senhoryo sam e a parte que hy tem trauto, e do que vale mais, de mercadaryas das de cá e quaes sam as melhores mercadorias de la, e os preços dellas; e se tem algumas guerras e com quem e que jeente sam de guerra, e como armadas; e se teem hy casas mercadores doutras partes e de que nações e se ha hy muytas naos da terra e em quamta soma e camanhas; e se tem abastança de mantimentos e de que ssortes e se sam providos de fora, se os ha na mesma

---

(1) T. T. — Maço de Leis, n.º 22. Publicada nos *Anais Marítimos e Coloniais*, 4.ª série, Lisboa, 1844, n.º 3, pp. 112-118; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, III, pp. 268-276; A. Basílio de Sá — *Insulíndia*, I, pp. 3-15.

(2) Regimento de D. Francisco de Almeida, capitão-mor da Índia, publicado em *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, pp. 227-234. O passo que nos interessa, na p. 323.

terra; se tem rrey antre ssy ou o modo de que vyvem; se sam governados em justiça e que modo tem no provymento della. E toda outra enformaçam que vos pareça que deves aver das cousas da terra, pera de todo nos spreverdes, prazemdo a deus».

E como junto ficava a ilha de Samatra — «muy rrica ylha y asy da ilha do cravo (Molucas) e doutras ylhas principaes, aquy comarquãs, que somos enformado que sam muy rricas e de que se pode tirar muito proveyto», devia ir ver e «apallpar o que nellas se pode fazer»: «de todas ylhas e terras, tomay enformaçam, asy como ho avees de fazer nas cousas de Mallaca (...) e tudo o que viirdes e achardes, e nestas cousas fazerdes, manday meter em scprito» e enviar pelas primeiras naus. Por fim recomenda que, na volta, passe por Ceilão, que ficava na «travesa de todas as naaos de Mallaca e byngalla», e não longe das doze mil ilhas, sugerindo até que estabelecesse nela o seu assentamento principal. Os autores não se cansavam em festejar a Taprobana, «posto que agora se chama Ceyllam». «He cousa tam princypall da India, como sabees, e em canella fina e toda ha froll daljofar e todos os allyfantes da Indya e outras mercadaryas e cousas de grande valor e proveyto e ficar tam perto de Malaca e do golfam de byngalla dhonde say todos em mayor parte dos mantimentos da Indya, e estar junto de Cayl». Segundo lhe constava, «he caminho de dous ou tres dias», parece que desde Malaca, aonde o mandava com tanto empenho.

D. Francisco não teve ensejo de cumprir o plano régio e, por isso, foi o mesmo entregue a uma frota que, em 1508, partiu de Lisboa, exclusivamente com o fito de exploração científica, se não quanto aos meios, em sentido moderno, pelo menos na finalidade, bem definida, de adquirir conhecimento da terra e condições de vida, por inspecção directa e informação no próprio local. O Regimento de Diogo Lopes de Sequeira para descobrir a *parte oeste da ilha de S. Lourenço* (pois a outra era já toda descoberta por Afonso de Albuquerque) [1] *e quaisquer terras até Malaca,* é de 13 de Fevereiro de 1508 [2].

---

(1) *Alguns Documentos da Torre do Tombo,* p. 157 (Sumário). Na íntegra em *Cartas de Afonso de Albuquerque,* I, pp. 1 e segs. Na realidade, por Tristão da Cunha, o capitão-mor da expedição.

(2) Publicado in *Alguns Documentos da Torre do Tombo,* pp. 184-197; *Anais Marítimos e Coloniais,* 3.ª série, Lisboa, 1843, n.º 10, pp. 479-492; *Cartas de Afonso de Albuquerque,* vol. II, p. 403. A. da Silva Rego *(Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente — Índia)* e A. Basílio de Sá (id., *Insulíndia*) apenas publicam, nos 1.ºˢ volumes, trechos do Regimento.

Depois da exploração hidrográfica da costa oeste de Madagáscar e sua riqueza, deixando aí padrões, Sequeira devia seguir para a Índia e, «com ajuda de Deus — conforme se lê na margem — achares a ilha do cravo». Para isso, tocaria primeiro em Coulão e tomaria pilotos em Ceilão, a que D. Francisco de Almeida já mandara D. Lourenço. Sem armas, nem opressões, carregaria as mercadorias que houvesse e regressaria ao Reino. Tratava-se, pois, da «descoberta» da rota marítima. Previa-se o percalço de, por ignorância do que lá se gastava, não poder carregar. Nesse caso, era-lhe imposta a obrigação de trabalhar por saber «todo o que na terra ha, de modo que nam posa ficar cousa que nam saibaees, asy das mercadarias que nella ha, como das que a jente e mercadores querem e com que mais follgam, e do trauto que nella ha das outras terras, e muy particularmente de todo o della». Com negócio ou sem ele (apenas se não mencionava a hipótese de não conseguir notícias directas), assentaria «paz e amizade», «com o Rey ou Reys da terra».

Em todas as ilhas que encontrasse pelo caminho, ou, como se diz no texto, «em todas as ilhas per que fordes e em que esteverdes», nomeadamente «nas ilhas do Cravo, Çamatara e outras», devia colocar padrões, «e asy mesmo em Mallaca». O questionário de assuntos que importavam ao conhecimento da terra e vida dos seus habitantes, pode considerar-se o protótipo de inquérito que os Portugueses, desde a primeira hora, costumavam fazer, em terras de além-mar, porventura agora, nesta primeira década do século XVI, mais completo e rigoroso. Desejava-se saber: religião e contactos com maometanos, o comércio, a navegação, riqueza mineira, potencial bélico e relações amistosas ou conflituosas com os reis vizinhos, aglomerados populacionais («asy na terra de Sam Lourenço como em todas as ilhas em que fordes e asy em Mallaca vós trabalhay de saberdes se ha cidades e povoações grandes e de que povoo, e se sam allgumas cerquadas e se teem fortalezas, ou o modo de que a terra he povorada»), custo de vida («e os mantimentos que ha em cada huma, e se sam baratos, se caros»).

Com relação à última etapa da viagem, levava mais duas incumbências bem definidas: *Rio Ganges* («preguntarees pollo Rio gramjes, e se ha noticia delle, e em que partes cay») e *China* («pregumtarees pelos chys e de que partes veem, e de cam lomge, e de quamto em quamto vem a Mallaca ou aos lugares em que trautam e as mercadarias que trazem, e quamtas naaos delles vem cada anno, e pellas feyçõees de suas naaos, e se tornam no anno em que veem, e se teem feitores ou casas em Mallaca ou em outra allguma terra, e se sam mercadores riquos, e se sam homeens fracos, se guerreiros, e se teem armas ou artelharia, e que vestidos trazem, e se sam grandes

homeens de corpos e toda a outra emformaçam delles, e se sam christãos ou gentios, ou se he grande terra a sua, e se teem mais de hum rey antre elles e se vyveem antre elles mouros ou outra alguma gente que nam vyva na sua lley ou crença, e se nam saam christãaos em que creem, ou a que adoram, e que costumes guardam, e pera que parte se estende sua terra, e com quem comfynam»).

O pormenor do questionário patenteia claramente o interesse que este povo despertava no ânimo dos Portugueses. Traduz, porém, a abdicação completa de tudo quanto se sabia por informações sem assinatura e até do que Marco Polo revelara. Não interessava o que se dizia nas zonas de influência portuguesa na Índia e, muito menos, o que a Europa conhecia por caminheiros mais ou menos entusiastas. Pretendiam-se notícias exactas, bem concretizadas, colhidas, com todo o cuidado, o mais perto da própria fonte, em que até então se conseguia ir. Esforçar-se-ia mesmo por trazer consigo «dous pares ou meia duzia de homees que melhor saibam as cousas do mar e da terra daquelas partes», isto é, das regiões visitadas.

Andando por estas regiões orientais, mal conhecidas, impunha-se ainda a obrigação de apurar «em todo llugar em que fordes, se ha pymenta ou outra speciarya»; valor que lhe dão, como passa do Malabar ou se nasce nessas mesmas terras. Além do apreço em que tivessem esses produtos, indagava-se também o seu interesse por pedra-ume, coral, azougues, vermelhões e «as outras mercadorias que se trautam na India». Devia saber das moedas correntes, o metal de que eram feitas ou se não de metal, «asy como as de Manycomguo»; do sítio donde vem a seda. Procurava-se, deste modo, inquirir as condições sociais e políticas, geográficas e económicas da segunda região oriental que, confinando com a Índia, se apresentava já, pelas notícias, mais ou menos imprecisas que haviam chegado, como terra diferente ou, possìvelmente, diversa em muitos aspectos.

A fim de não prejudicar, de forma alguma, todo este magnífico plano, o rei recomendava que dissimulasse o melhor possível, no caso de «contra vos se cometa allguma cousa», isto é, «aimda que teveseis cauza e rezam pera fazerdes dano, o lleixaes de fazer, por asy vos ser mandado por nós». Procuraria «paz e amizade» a todo o transe, salvo na hipótese de o quererem desarmar, com «allgum engano».

Neste Regimento enuncia-se outra fórmula que muito revela acerca da essência do humanismo português: o «dessejo e grande vomtade de com os reys e senhores dellas nos conhecermos e prestarmos nossas gentes com as suas e com elles termos paz e amizade (...) pera que fiquem suas vomtades asemtadas e seguras pera comnosco e nosas geentes follgarem de

trautar e elles terem segurança de nós e nós delles. E este seja, neste principio, voso principal fundamento».

Sequeira chegou a Malaca em 11 de Setembro de 1509 ([1]) e ainda entabulou relações de amizade com o rei local, tendo mesmo estabelecido feitoria na cidade. Mas não tardou a intrometer-se a insídia dos mouros, que aliás os chineses denunciaram a tempo, sem que o capitão-mor os acreditasse, e os Portugueses foram mortos uns e presos outros. O capitão não trouxe mercadoria e, notícias da terra, poucas terá conseguido obter ([2]). Mas falou com chins e deixou o germe da informação, que vai brotar com a carta de Rui de Araújo, de que nos vamos ocupar a seguir.

Seria fácil coligir-se um novo Livro de *Duarte Barbosa*, por só mencionar o mais conhecido, com elementos hauridos na correspondência mais ou menos oficial. A ela importa ir buscar o que obras volumosas, escritas *ex professo*, não revelem. A carta de que nos vamos servir foi escrita pelo próprio feitor, Rui de Araújo ([3]), em 6 de Fevereiro de 1510 ([4]), e enviada a Cochim, aonde chegou perto de 25 de Abril de 1510, data em que se pagou o trabalho do portador ([5]).

Descreve a cidade, que tem cerca de 10 000 fogos, «assentados ao longo do mar e da rybeira», encontrando-se as mais afastadas, umas quinhentas casas, que «sam terradas», a um tiro de besta distantes do mar. Todas são de palha, «como as da India e piores». Podia avaliar-se o movimento de barcos no porto, através do número de navios normalmente atracados em frente: 90 a 100 juncos, entre grandes e pequenos, e 150 paraus. 30 juncos pertenciam ao rei e mercadores e os restantes, com os paraus, aos comerciantes de fora, a maior parte, de jaus e chetins, «os principaes mercadores da terra». Malaca é terra estéril, recebendo mantimentos de Java e Bengala, Pegu e Sunda e do Sião, quando os respectivos soberanos

---

([1]) Castanheda — *o. c.*, I, p. 460.

([2]) Gaspar Correia informa que Sequeira escreveu a Afonso de Albuquerque, «largamente, o que pudera saber das grandezas de Malaca e a muyta riqueza que tinha» (*Lendas*, II, I, p. 42). A expressão do cronista nada acrescenta, porém, de concreto, ao que o governador já sabia por outros meios.

([3]) A carta está anónima. Não é, porém, necessário adivinhar o autor, visto que Gaspar Correia se lhe refere (*Lendas da India*, II, I, p. 162).

([4]) Publicada em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 219-225; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, III, pp. 5-12; *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, 1963, vol. III, pp. 789-795; A. Basílio de Sá — *Insulíndia*, I, pp. 20-31.

([5]) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, VI, p. 388.

não andam em guerra. Quem manda na cidade não é o rei, mas o Bandara, seu tio, que foi quem ordenou a traição.

Para a banda do sul, por mar e, por terra, em cinco dias, vai-se para o reino de Pão: «muito pequeno rey e de muito pouca gente». Geralmente anda em guerra com o rei de Sião, «que tem muita terra e gente e muitos portos de mar». É rei «cafre» e o seu reino fica, de Malaca, umas 80 léguas. O reino de Pão situa-se entre o de Sião e o de Malaca. Na ilha de Samatra há um reino chamado de Arru, cujo rei é mouro. Do comércio com estas e outras terras próximas, vivia Malaca.

Nem todos, porém, chegavam na mesma ocasião. «Os tenpos que soem a vir os jumcos a estes portos, sam estes: Os gores vem aquy em Janeiro, e partem pera sua terra em Abryll, detendo sse no caminho 40 dias aa ida e 40 aa vynda pouco mais ou menos. Estes trazem por mercadarya damascos e almisquere e cofres dourados e espadas, adagas, cobre, triguo e ouro em pasta; e levam d'aquy pimenta, algum cravo muito pouco; e destes vem cadano jumcos que sam do mesmo rey da terra, e nam consente que venham de la outros, senam os seus». Os gores eram os léquios de que fala Duarte Barbosa, entre outros, habitantes das ilhas Riukiu [1].

Por seu turno, «os chims é seu próprio tenpo em que vem em Abryll e partem daquy pera sua terra em Mayo e (...) detensse no caminho 20 e 30 dias aa ida e outros tantos aa vinda. Trazem de por (...) (porcelanas?), almisquere e damascos, çetins baixos, colinjam (?), canfora e algum rybarbo e aljofare (...), muito fina pedra hume, que vem cadano oyto, dez jumcos; e levam pera sua terra muita pimenta e (...) cravo. Os de Java vem em Outubro e Novembro e trazem todo arroz, escravos e allgumas cubebas e daquy vam a Pedir, por pimenta. E destes viram cadano, antre grandes e pequenos, 50 ou 60, que vam e vem. Os bengalas vem aquy em Abryll; detense no caminho aa vynda 35, 40 dias e outros tantos aa ida. Partem daquy pera lla em Setenbro. As mercadaryas que trazem: arroz, algodam e pano (...) açuquere, conservas. Levam pimenta de Pedir, e vem cadano hum, dous jumcos (...) e outros tantos que vam daquy la. Os de Pegu vam e vem no mesmo tenpo, e detense outro tanto no caminho, e trazem tanbem arroz e alaquer e muito bom almisquere e alguns robis; e vem cadano quatro juncos e outros tantos que vam daquy e a carrega que levam he pimenta».

A informação pende depois, ainda mais vincadamente, para o lado económico, procurando avaliar as potencialidades auríferas: «Darredor de

---

[1] Schurhammer — *O descobrimento do Japão*, in *Orientalia*, pp. 510-522.

Malaca há duas outras minas de ouro; e destas e da terra dos gores, dizem que entram aquy cada ano nove, dez bahares de ouro. E huma destas minas está na terra de Pão e vam daquy lá, em sete, oyto dias, por mar e por terra; e outra está em Menancabo, da banda de Çamatra e vam (...) por mar e por hum ryo em nove, dez dias».

O linho, o aloés e o lacre e outros artigos vêm de outras terras. Não adianta mais, porque não pôde obter notícias certas, como as que deixa apontadas.

Em papel à parte, que escreveu «pera se poder amostrar em quallquer parte», comunica o nome e os preços das mercadorias adquiríveis em Malaca e as que aí são mais vendíveis. Das primeiras, enumera cravo, massa, noz-moscada, cânfora, ruibarbo, almíscar, aljôfar, «e mercadarya dos chins, quanto Portugall quiser», rubis e diamantes. Das segundas, refere-se ao azougue, açafrão, escarlates, «quallquer outro pano de lam e de linho» e toda a espécie de roupas, veludos, cetins, óculos, contas.

O preço destas mercadorias oscila muito a compasso com as quantidades que houver. «Porem o cravo e maças, se nam vyerem guzerates, pareçe me que nam pasara de 10 cruzados o bahar, e daquy pera baixo».

Em face desta informação, mais resoluto ficou Afonso de Albuquerque a aproximar-se de Malaca, com meios eficazes. Ele sabia que o comércio no Oriente só ofereceria garantias de estabilidade se, em vez de contar exclusivamente com o domínio das vias marítimas — tarefa quase impossível, em tão grande extensão e sobretudo dispendiosa —, dispusesse dos pontos estratégicos por onde circulavam as mercadorias. Um deles era Malaca, onde havia portugueses vítimas da falta de cumprimento da palavra dada.

Era mais um caso a juntar a outros tantos, por exemplo ao de Calecute, cujo rei também destruíra a feitoria anteriormente autorizada. Por isso, forte com o êxito da tomada de Goa, terminada em 25 de Novembro de 1510, partiu para Malaca, que tomou em meados de Julho de 1511. Desconhecemos a comunicação que certamente endereçou a D. Manuel (1), mas não importa ao nosso propósito, porque não é na correspondência desse tipo que se topam as melhores notícias geográficas ou da vida das populações.

---

(1) Na carta de 20 de Agosto de 1512 (in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, pp. 65-75), informa a respeito da frota que levou e seus capitães, contando-se, entre elas, «as quatro naos que foram de Diogo Mendez, que hiam seu verdadeiro caminho, segumdo seu comtrato» — uma das quais, de «Jironimo Cerniche» (Sernigi). Indicava também as naus que havia mandado «aas ilhas do cravo».

1.2 — *Afonso de Albuquerque e o mar Vermelho.* — Já Barros advertiu que Afonso de Albuquerque, durante o seu governo (1509-1515), teve o instante cuidado ou, como ele se exprime, «um vivo e natural espírito acerca de inquirir todolos reinos e provincias daquele Oriente, trabalhando por saber o estado dos Príncipes delas e como se governavam e os tratos e comercios que entre si tinham». Daí, as muitas informações que chegavam a Lisboa, quer enviadas pelo governador-geral, quer pelos próprios governadores de Malaca e outros locais (1).

De entre a vasta correspondência que Afonso de Albuquerque dirigiu ao rei, merecem relevo especial, ainda que breve, as cartas de Cochim, de 1 de Abril de 1512 (2) e de 4 de Dezembro de 1513 (3). A primeira não é relevante para o nosso propósito, por revelar «algumas cousas meudas de quaa da Imdia», como a começa Albuquerque. O tom geral da carta é dado pela conta de assuntos de administração, valendo salientar apenas, a propósito, o traço comum que atribui aos reis indianos de, não só connosco, mas até entre si, prometerem uma cousa e, tanto que podem, fazerem outra.

Os nomes geográficos que aparecem, naturalmente ocorrem para determinar os pontos de maior comércio, especificando, por exemplo, que de Samatra vêm grandes somas de pimenta, de Bengala e Coromandel, muito barata, convindo, por isso, estabelecer relações de entendimento com Pedir e Pacem. Escrevera já aos reis dessas terras, a avisar que D. Manuel desejava comprar a seda desses lugares. «Malaca he muyto gramde cousa». Tem boas frutas — laranjeiras, limoeiros e parreiras de boa uva e «muitas fruitas da terra». Acha que nunca faltará quem a queira habitar, «tam grossa he e tam rica». «Lugar de boons ares e muitas águas». Refere-se várias vezes aos reinos de Cambaia, Dabul, Daquem e Narsinga e às cidades de Chaul, Batecala.

Mandava boa colheita de objectos orientais, como uma espada e um rubi e uma copa de ouro, oferecidas pelo rei de Sião — pequeno espólio que se salvou do naufrágio de *Frol de la Mar*. Remetia também moedas portuguesas de ouro, prata, cobre e estanho, lavradas em Malaca: «Por ser fruita nova da India, devia a ho padre samto de receber, em oferta hum dia de sua missa, porque cousas sam que se devem muyto destimar e serem

---

(1) Barros — *Déc. III*, p. 84.

(2) T. T. — Corpo Cronológico, parte 1.ª, M. 11, D. 50. — Publicada em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 232-261; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 1, pp. 29-65; Afonso de Albuquerque — *Cartas para El-Rei D. Manuel I* (ed. de António Baião), pp. 13-77.

(3) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. 1, pp. 111-214.
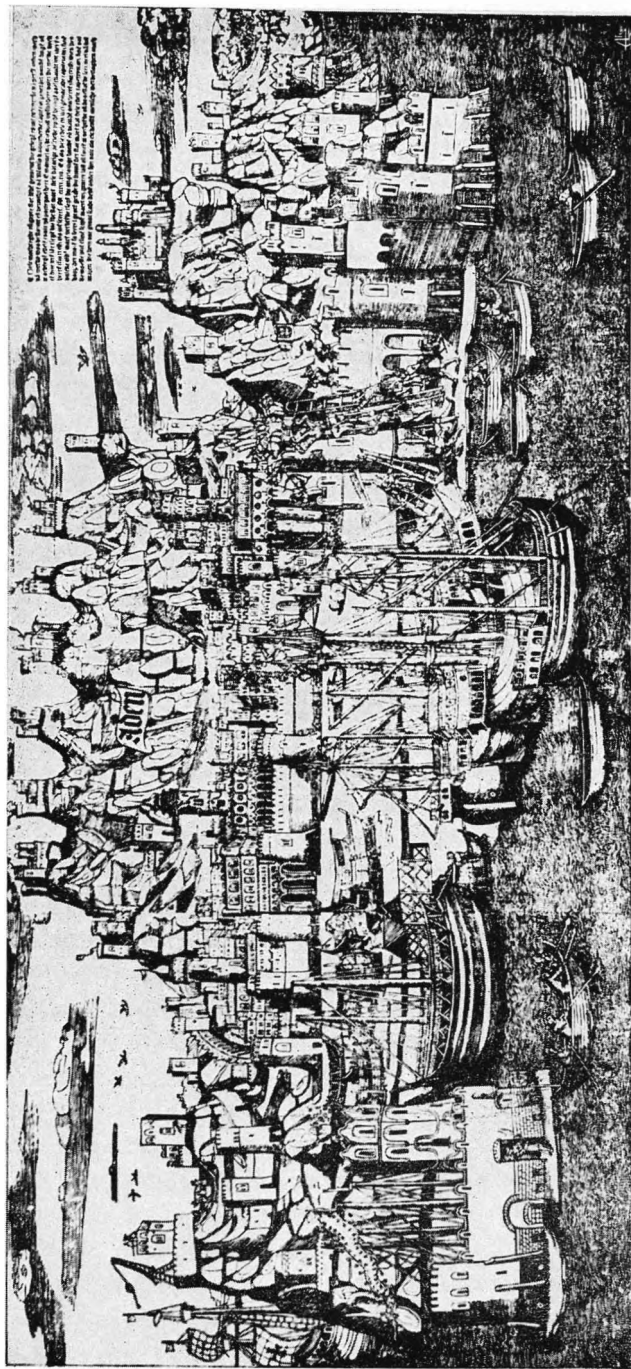
Fig. 70 — Tentativa da tomada de Aden por Afonso de Albuquerque, em 1513. (Reprodução reduzida, de gravura de madeira contemporânea guardada no Museu Britânico. que se supõe executada em Antuérpia, diferente da que ilustra a narração de Gaspar Correia (*Lendas da Índia*, II, pp. 342-343)

louvadas aantre jentes que tiverem fee». «Dous *crises*, que sam adagas dos jaos, com as bainhas d'ouro e pedraria e os punhos com bocaees douro e pedraria que trazia pera Vossalteza, nam se puderam salvar». Explica a razão por que não deixou seguir para Malaca os mercadores que vinham com Diogo Mendes de Vasconcelos, mencionando Jerónimo Cerniche.

Já depois de datar a carta, acrescentou um *post scriptum*, de que convém destacar um trecho precioso. «Mandovos, senhor, tambem hum *padram da ilha de Goa, de Dyo e da ilha do canall de Cambaya*, que vos prometem pera a fortaleza e segurança de vossa feitoria; tambem vos vay *hum pedaço de padram que se tirou duma gramde carta dum piloto de Jaoa*, a quall tinha ho cabo de Boaa esperamça, Portugall e a terra do Brasyll, ho Mar Roxo e ho Mar da Persia, as ilhas do cravo, a navegaçam dos chins e gores, com suas lynhas e caminhos dereytos por onde as naos hiam, e ho sertam, quaees reynos comfynavam huns cos outros». Com razão podia exclamar que «foy a melhor cousa que eu nunca vy». «Tinha os nomes por letra jaoa». Esse pedaço que enviava, devia-se a Francisco Rodrigues, que o «empramtou sobre a outra» (1). Deste modo, podia Sua Alteza inteirar-se bem donde vinham os chins e os gores; os caminhos que as naus portuguesas tinham de trilhar até às «Ilhas do cravo»; a situação das minas do ouro, «e a ilha de Jaoa e de Bamdam, de noz moscada e maças e a terra delrrey de Syam, e asy ho cabo da terra da navegaçam dos chins, e asy pera omde volve e como daly a diamte nam navegam».

«A carta principal», isto é, o original, perdeu-se no naufrágio da *Frol de la Mar* e, por isso, Albuquerque «praticou» «ho symtir desta carta», com o piloto e com Pêro de Alpoim, para saberem explicar tudo a sua Alteza. Quererá dizer que, tendo Francisco Rodrigues tomado o traçado geral das costas e ilhas, ele completara verbalmente o que não fora escrito, sobretudo, quanto julgamos, situação e nomes de povoações e importância comercial. Concluía a carta com esta declaração de autenticidade: «Tende este pedaço de padram por cousa muyto certa e muyto sabida, porque he a mesma navegaçam por omde eles vam e vem». Apenas faltava o «arcepedego das ilhas que se chamam *Celate*, que jazem amtre Jaoa e Malaca», quer dizer, Samatra, Bornéu, etc. O mapa era precioso, como se compreende, e a lição de geografia, exposta com clareza. Pena foi que se tenha perdido e se não conheça a extensão do uso que alcançou.

A carta de 4 de Dezembro de 1513 ocupa-se, numa primeira parte em que se pode seccionar, em dar conta da administração do cargo, nomea-

(1) Sobre o assunto, ver A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, 2.º vol., p. 127.

damente aos «negócios de fora», que é como quem diz, «Negócios Estrangeiros, com o sabaio de Daquem, os reis de Cambaia, Narsinga, Vengapor e as naus chegadas de Ormuz com cavalos». Em segunda parte relata a expedição a Aden, pondo em relevo a valentia dos Portugueses, contrariada pelo desastre do desabamento das escadas. Na opinião de Albuquerque, trata-se de «a milhor cometida cousa e mais prestes do que ho vosalteza pode cuidar»...

Antes de regressar à Índia, quis, mesmo assim, penetrar no mar Vermelho [1] e tomou nota das condições náuticas, a que teve, naturalmente, de ajuntar nomes geográficos. Tratava-se de «terra nova que aviamos de descobrir co prumo na mãao». À entrada do estreito jaz uma ilha a que os mouros chamam «Myvm» [2]. Entretanto, no estreito, passa-se por uma costa limpa «e parcell de boom fundo pera sorjir em quallquer parte». «Nas naos de Barbara e Zeyla tomámos pilotos do estreito — esclarece Albuquerque — que qua chamam *rubãees*, homeens conhecedores dos baixos e pousos e dos portos». Os rubões moravam todos à porta do estreito e ninguém prescindia dos seus préstimos. Até Judá, cobravam 25 a 30 cruzados. Encetaram assim a navegação pelo mar Vermelho, sulcando logo «o mar a que eles chamam largo, que he a meyo estreito, vendo sempre a costa da ilha de Arábia e a costa de Preste Joham». Encaminhavam-se para a ilha Jebelçocor, que fica «a meyo estreito, omde surjem as naos que vam pera Judá». O vento soprava ao longo da costa. Seguindo viagem e antes de chegarem ao porto de Camarão, pousaram numa enseada denominada Luya, «que tem huma pomta e huma restimga ao mar e, detrás dela he boom pouso de levamtes». Vencidas certas dificuldades, Albuquerque continuava com mira de atingir Judá, Suez e Tor.

Na ilha de Camarão, «que he toda raza case ao olivell do mar», faltaram-lhe os ventos do Levante. Quando alfim vieram, a frota pôde prosseguir o caminho, passando por entre ilhas e coroas de areia, mas, a breve trecho, foram forçados a esperá-los de novo, durante 22 dias. Resolveu então Albuquerque mandar uma caravela «ao mar» para observarem «mar e vento que hia de fora», até à ilha Ceibam, «que está no meyo do estreito e navegaçam pera Judá e pera Suez e pera todas aquelas partes». Por lá, tudo corria na mesma e o capitão suspirava por ancorar em Judá, ou, ao menos, em Dalaca e Maçuá, ou em terra do Preste João, «ou em quallquer outro

---

[1] Sobre a viagem, ver Kammerer — *La Mer Rouge*, t. 2, pp. 188 e segs.

[2] *Meum*, lhe chama noutro lugar, informando que «se agora chama de Vera Cruz» (p. 226).

lugar daquela costa e terra do Preste Joham, que se chama Arquyquo e jaz fromteira na ilha de Dalaca e da ilha de Meçuá».

Voltaram a Camarão, onde toparam naus que vinham de Jizem, «que he navegaçam de dous dias de Camaram comtra Judá, terra e porto de um xerife daquela terra de Jizem». Os rubões e pilotos prometiam-lhe que dentro de dois ou três dias apareceria uma estrela ao sul, «a que eles chamam *turia*, e, com ela, vento do levante que, pelo menos, os levaria à terra da banda dalém — «terra do Preste Joham». Mas a estrela não chegava, não caía pingo de chuva e assim ficaram retidos na ilha de Camarão, Maio, Junho e Julho. Determinado a sair no mês de Agosto, começou por mandar a caravela captar uma jelba, «para sabermos alguma nova da terra, porque ho estreito todo ano se navega com estas jelbas, piquenas ao remo e à vela». Aproveitaria o tempo a descobrir terras, podendo distanciar-se até às ilhas de Dalaca e outras da vizinhança, «omde pescam ho aljofar». A caravela atingiu as ilhas mas não conseguiu apanhar nenhuma jelba, «porque sam navios sotis e lijeiros» que se metem pelos baixos e cabeças de areia. «Correo a ilha e descobryo a muy bem», mas sem nela entrar e não foi ao Árquico, «que estava asy à sua vista como Ribatejo de Lixboa», só por não levar ordem para isso. João Gomes, que dirigia a pequena exploração, «trouxe-me Dalaca pimtada, ilhas e mar», revela Albuquerque, acrescentando que enviou o desenho a el-rei.

Ele próprio, na ilha de Camarão, teve tempo para estudar a situação estratégica da terra, concluindo por «desposysam e lugar pera fortaleza, a mylhor do mumdo; porto morto de todolos vemtos, boom fumdo e booa temça das amcoras». Havia pedra calcária em abundância, mas pouca lenha. A terra firme estava perto, «como de Almada a Lixboa». Na ilha havia muita e boa água que faltava nas demais e peixe com fartura.

Por pilotos de naus do Cairo que apreendeu, soube que Judá «he cercada da bamda da terra firme, de muros e torres que lhe fez Mira Ocem». «He lugar piqueno. A mayor parte casas de palha. Tem hy ho soldam huum feitor que terá vimte mamalucos; arrecada os dereitos da espiciaria e os dereitos de todalas outras mercadarias e mamtimentos sam do xerife parcate, senhor de Meqa, ho quall amda sempre em temda com eses alarves que vivem derredor da cidade de Meqa; nam se fia da jemte do soldam, quamdo vem a cafila, porque ho levaram já preso huma vez ho Cairo».

O porto de Judá é abrigado dos ventos, cercado de recifes de pedra, um pouco aparcelado, de tal forma que as naus têm de permanecer afastadas. Até Meca, cuja subsistência depende de Judá, leva-se um dia de caminho a cavalo e dia e meio a pé ou de camelo de carga. A alimentação de Judá

provém de Zeila, Barbara, Dalaca, Maçuá e alguns lugares da costa da Arábia, «terra do Xeque de Adem».

De Judá ao Suez, segundo lhe contaram, o caminho era diminuto, «muito mais piqueno de Camaram a Judá». De Judá ao Toro, «piqueno caminho he, porque ho Tor está amtre Suez e Judá». «He lugar todo de christãos da cimtura, sojeito ao soldam». Suez, naquele tempo despovoada, apenas conservava «adeficios gramdes todos derribados», que bem deixavam adivinhar a grandeza da cidade antiga, que ele, Albuquerque, identifica com Siamgaber da Bíblia.

Em Maçuá e Dalaca pesca-se aljôfar, chegando a vir pescadores de muitas partes da costa da Arábia e de outras regiões. Junto de Dalaca está uma ilha chamada Nura, «omde os pescadores todos vam tirar ho aljofar». Maçuá é ilha junto à terra do Preste João, «que tem ho lugar povoado de mouros, de muy booas casas e muy formoso lugar». Muito bom porto, mas não possui água corrente. Defronte dela fica o porto que os da terra denominam *Dacanam* e os mouros, *Zeila* a velha. As naus da Índia atracam primeiro em Dalaca e depois em Maçuá e aí resgatam as suas mercadorias (especiarias, sobretudo pimenta, brocados e sedas, perfumes e roupas de algodão) por ouro, marfim, cera, manteiga e alguns escravos abexins apanhados em terra. A quatro jornadas de Dacanam ergue-se um mosteiro de «frades dos avitos (hábitos) de Sam Domimgos», que descem ao porto, a trocar laranjas, limões e uvas, por roupa para os seus mil religiosos. O Preste João tem em Dacanam um governador e capitão de gente de cavalo e a pé.

Mesmo defronte de Dalaca vê-se uma «cabila de mouros», «jemte pouca», sujeita ao Preste João, que vive «na ribeira do mar», enquanto Dacanam está povoada só de cristãos. Segundo o informaram, o ouro abunda na terra do Preste João, podendo aí fazer-se grosso negócio, se se levar pimenta, e «roupa grosa dalgodam da Imdia», de que o monarca muito necessita. Ouviu ainda dizer que corria naquela terra a convicção, já espalhada entre os mouros, de que o Preste João havia de dar de comer a seus cavalos e elefantes na própria Casa de Meca. Dalaca é ilha grande que pode ter 700 fogos nas aldeias, aglomerando-se 200 no lugar principal. Cria muito gado e dispõe de abundância de poços de água e cisternas. Maçuá é sítio «muy fermoso», com habitações de pedra e cal. Nura conta umas 30 casas.

Recolhida, assim, minuciosa informação «de todalas cousas de demtro do mar Roxo», algumas, como acentua, vistas por ele próprio e por João Gomes, resolveu construir fortaleza em Maçuá, «por ser boom porto

pera nosas naos e por estarmos pegado na terra do Preste Joham, porto primcypall de sua terra, abastada de mamtimentos e de jemte de socorro», «e que asenhorea a pescaria do aljofar», «e por omde vosa alteza poderia aver todo ouro da terra de Preste Joham e gastar gramde soma de pimenta e doutra muitas mercadarias». «Todo ouro que entra na Imdia, vem dessa terra». O sonho dourava-se ainda com a esperança do serviço de Deus, prometendo grande acréscimo da fama, nome, estado e riqueza de el-rei.

Depois de toda a explanação de notícias que procurámos seleccionar, resolve-se a juntar algo mais, «porque vosa alteza tenha emformaçam verdadeira das cousas da boca do mar roxo pera demtro». Deixa, porém, as «miudezas». A porta do estreito é conhecida pelos mouros, com o nome de Babelmamdem. Lugar muito estreito, vai, por um lado, a terra do Preste João, que os mouros apelidam Ajem e, do outro, a terra de Arábia, que eles cognominam de Ilha da Arábia. A ilha de Mium «jaz atravessada neste estreito da bamda de Arábia», como já vimos. Entre ela e a terra firme passa um canal «de largura menos hum pouco que dalmada a Lixboa». O canal paralelo, da banda do Preste João, tem de largura «como de Lixboa de barra a barra». É geralmente usado o primeiro.

Até Suez, dividem os mouros as águas do mar Vermelho em três secções, no que respeita à navegação: considerando a largura de 12 jemas, «que sam tres symgraduras das nosas naos», «que poderá hy aver 30 legoas no mais largo do Estreito», repartem as secções desta forma: quatro jemas, de mar sujo de ilhas, baixos e perceis ao longo da costa do lado da Arábia e outras quatro na costa contrária, aquela até ao Suez e esta até *Coçaer*, «porto que está case norte sull co Tor, no cabo do mar Roxo, perto de Suez». Pelo meio do estreito correm as restantes quatro jemas, «de mar lympo» e largo. Por ele navegam, sem ajuda dos rubões, que apenas servem para quando se quer ir às margens de uma e outra banda. No caminho até Judá, passa-se pelas «ilhas *Jebelçocor* e *Ceibam*», que «vimos nós».

Além da fundura das águas, nos diversos pontos do mar Vermelho, indica os ventos que sopram — «levantes ou ponemtes e alguma ora terrenho» e regista a ausência de trovoadas, tempestades, tormentas ou «tempos travessões». A terra é quente, «por ser mar damtre terras e naquele tempo estar ho soll achegado ao tropico».

A seguir indica a distribuição política dos reinos confinantes. Desde a porta do estreito ao longo da ilha da Arábia, até Camarão, é terra do xeque de Aden. Não tem portos importantes e apenas se notam aldeias à beira-mar. Para diante de Camarão até perto de Judá, pertence a terra ao xerife de Jizem. Judá e Meca caem na jurisdição do xerife Parcate. Da

terra deste xerife até o Tor, vivem alarves. Tor é cidade de cristãos e no sertão de Tor e daquela até ao Suez «tudo sam cabilas de alarves, estendendo-se até perto de Jerusalém, nas fraldas do Monte Sinai, entre o Mar da Pérsia e o Mar Vermelho». De Judá para Tor encontra-se o porto de *Lyvmbu*, que dá acesso a Medina, onde jaz o corpo de Maomé, a três jornadas para o interior.

Na costa de África, assinala a Terra do Senhor mouro Azaly, que vai desde a ilha de Mium, por doze léguas: «piquena terra e pouca jemte». Para diante, já pertence a outro «senhor alarve mouro», de nome Damcaly, que estende o domínio até perto de Dalaca. É tributário do Preste João. Daí até Maçuá, «até cerca de *Çuaquem*, é a terra Árquico, do próprio Preste, que os mouros e abexins denominam *Elaty*», isto é, imperador. De Çuaquem até Coçaer «vivem cabylas de alarves e jemte de cavalo». Coçaer é porto e cidade grande, mas despovoada, com edifícios de pedra e igrejas destruídas «com synaes de cruzes, nas pedras litreiros (letreiros) de letras gregas».

Seguindo de Coçaer pelo interior até ao Nilo, «está um casall que chamam *Cana*, caminho de três jornadas, por omde agora os judeos de Purtugall e de Castella fazem ho caminho pera a Imdia». Vão lá comerciar, porque não podem passar por Judá e Meca. Nesse sertão vivem certos alarves que, «por lhe peitarem do Cairo», «rompem ho crecimento do Rio Nilo e espalhano por alguuns vales de sua terra». Vê-se, por isso, o soldão na necessidade de os sossegar...

Partilhando da ideia do esplendor de riqueza do Preste João, Albuquerque comungava igualmente na persuasão da grandeza do seu poderio e extensão do reino, que se dilata «polas costas do sertam de Magadaxo comtra Çofala e, destoutra bamda estende-se comtra ho Cairo, pela ribeira do Mar Roxo, até Çuaquem, e pelo sertam diz que se estemde e comfina com Nubá, a que nós chamamos Tiopia (Etiópia) e com ha terra duns mouros que se chamão ajaje». Daqui vem o ouro a Suaquem, «em pedaços quadrados como dados». «E asy se vay estemdemdo a terra do Preste Joham, comtra Manicomgo e terras da ribeira do mar daquela banda de lá e costa que vem ter ao Cabo da Boa Esperança».

Semelhante concepção do continente africano, já conhecido dos Portugueses pela costa ocidental e oriental até à entrada do mar Vermelho, ficava agora completada com as suas pesquisas orais e *de visu*. Nem tudo se exprimia em termos de realidade e ele próprio aventava, de vez em quando, a sua hipótese, como ao supor que o ouro de Sofala ia «da terra que obedece ao Preste Joham e asy a Magadaxo e a Mombaça». Na realidade, não existia nenhum soberano africano com tão dilatado poder.

Por fim, entretém-se com a descrição do nome do mar Vermelho. Os mouros chamavam-lhe *bahar queyzum*, que, no nosso idioma, significa mar encerrado. Mas ele acha que «mar Roxo he mais naturall nome», visto que há nele «muitas malhas de água vermelhas como samgue». Logo que observou a «veia de mar muy vermelha» à boca do estreito, que «corria comtra Adem», perguntou aos mouros «que era aquylo». Responderam-lhe «que era do revolvymento debaixo de água das marés».

No regresso, apurou ainda algo mais sobre Zeila e, sobretudo, a respeito de Aden, que garante não ser ilha e «na mais estreita terra que tem, he tam gramde largura como do Tejo à pomte de Alpiarça», descobrindo ainda uma ponte, debaixo da qual vai ter água que alaga as terras e uma estrada que entra na cidade. Desta vez tomou algumas jelbas e naus pequenas. Além de todas estas informações, Albuquerque trouxe consigo abexins, que enviou para Lisboa. Tratava-se de autêntica «descoberta» ou exploração geográfico-económica e estratégica daquelas regiões.

Tendo ensejo de ver melhor a cidade, descreve-a agora da seguinte forma: «Cidade tamanha como Beja, muito forte e as mais fermosas casas que cá vy, muyto altas e todas acafeladas de call. A sua cerqa (isto é, a muralha) será mayor que ha de Evora». Os castelos «que tem pola cumiada da serra» não eram de molde a defenderem a urbe. Estava mesmo convencido de que «sam tamtos e tamtas as torres que parece mais feito por fermosura que por cousa proveitosa». Encontrava-se melhor fortificada por terra do que por mar. Talhado a pique sobre as águas, levantava-se um morro da serra que ficava sobre o porto Focate, em que o muro da cidade ia entestar. Metade do morro estava «sobre a cidade», ostentando duas torres e um baluarte com artilharia e um trabuco. Desapegada da cidade «sobre o porto», via-se uma ilha a que chamam *Cira*, em que construíram um «molde» que lhes abriga as naus. A ilha está cercada de muralhas, no extremo do molde, um baluarte muito forte e, dentro, muitas torres. «O muro que está diamte sobre o porto de mar, por omde nós escalámos, he piqueno lamço: será como da porta de Oura à porta da Ribeira de Lixboa».

Agora percebeu que não era por aqui que devia ter tentado a escalada. E, receando não poder repetir o feito, traça o plano que se lhe afigura de fácil execução. A experiência das gentes da terra, do mar e regime de ventos, das chuvas e locais de abastecimento de água, ensinara-lhe a autêntica solução. Até indicava o local para edificar fortaleza.

As rendas não são muitas, mas a posição estratégica é enorme. Aliás Aden assumira importância desde que as naus portuguesas penetraram na Índia. A partir de então, tornando-se difícil entrar no estreito, as naus

dos mouros descarregam em Aden, que as transaccionam para outros destinos. Mercadores do Cairo e de Judá ali se vieram estabelecer, vindo aí ter também o ouro e mercadorias do Preste João. Curioso o pormenor de que, quinze dias depois de terem posto as escadas em Aden, seguiram a toda a velocidade, para o Cairo, «camelos corredores» a dar a notícia. Soube isso e os boatos que corriam, por judeus portugueses e castelhanos que, entretanto, vieram do Cairo à Índia.

Os mouros chamam Núbia à Etiópia. O mar Vermelho não é longe do mar da Guiné (o oceano Atlântico), «porque atravessamdo do mar roxo a manicongo por terra, nam averá hy seicemtas légoas, a meo ver».

Ele foi o homem que viu a Índia «além do Gamje e aquem» (1). Na volta para Goa, tocaram no cabo de Gardafum, em Diulcimdy, Mangalor, Cimunate, portos de Cambaia, Diu, Porto de Miliquias e Chaul, anunciando a oferta de lugar para erguer fortaleza e feitoria, por parte de Miligupy, «homem principall de sua terra, desejador de vos servir» — diz ele ao rei. Enviara-lhe como embaixador Tristão de Ega, que regressava do extremo do reino de «Mamdaao», com essa oferta, um cavalo e sela, cobertas de aceiro, uma adaga pessoal e, para D. Manuel, uma adaga de ouro.

Como claramente se exprime no final da carta, em que anuncia a recepção de ofertas vindas do guardião de Jerusalém, tinha consciência de que uma nova via comercial se abria, do Mediterrâneo para a Índia, passando por Jerusalém.

Nem todas estas notícias, apesar do carácter particular, ficaram restritas ao Paço da Ribeira. O feito empolgou os ânimos guerreiros e os crentes mais convictos, não passando despercebido aos pintores, a partir deste ou por outro meio. Kammerer chega mesmo a supor que a carta de Waldseemüller, assinada e datada de Saint-Dié, 1516, que actualmente se guarda em Wolfegg, de que derivam mapas de Schöner, Orôncio Finée, Sebastião Münster, Vadiano, Ortélio e Mercator, assenta em informações da tentativa de escalada de Aden por Afonso de Albuquerque. «É a carta mais antiga que comprova conhecimentos práticos a respeito do Iémen (2). Seja como for, o certo é que, no mesmo ano de 1513 se editou em Antuérpia um opúsculo de nove gravuras, de 380 mm × 260 mm cada, com nove linhas de texto impresso, em que se dava notícia da tentativa da conquista de

---

(1) *L. c.*, p. 238.

(2) Kammerer — *La Mer Rouge*, t. 2, p. 409.

Aden. Hoje ignora-se o paradeiro de qualquer exemplar ([1]), mas conhece-se outro, também quinhentista, que reproduzimos.

O assunto do mar Vermelho não ficou assim terminado. Em 2 de Março de 1514, ordenava D. Manuel que se visse miùdamente toda a geografia das costas e terras circunvizinhas e se «beem pymtasse todo o mar Roixo, asy como jaz e as cousas que nelle ha, de maneira que nam ficasse cousa allguma delle que nos nam viesse pintado» ([2]). Para a nova exploração, mandava João Serrão e determinava que, apesar de crer que «destas cousas vós tenhaees sabidas muytas», Albuquerque o auxiliasse, para que pudesse proceder a novas inquirições.

1.3 — *Do Sião às Molucas (1511-13) e à Pérsia (1507-1514).* — Pouco depois da conquista de Malaca, o governador da Índia enviava Manuel Fragoso e António de Miranda ao rei de Sião (Tailândia), «para lhe fazer um *livro de todas* as cousas, mercadorias, trajos e costumes da terra, e da altura em que os portos dela estavam». O livro foi trazido e entregue a Albuquerque, na cidade de Goa, «na entrada de janeiro do ano de 14», que o remeteu «logo» a D. Garcia de Noronha, a fim de o levar para o reino, nas naus que então se dispunham a partir ([3]). Juntamente, Manuel Fragoso trazia uma carta de Rui de Brito, capitão da fortaleza de Malaca, «em que lhe dava conta do estado dela e como Patequitir se alevantara com os escravos da mulher de Utemutaraja» e com alguma gente da terra.

Decerto, livros destes constituíam a melhor informação que se podia desejar, pois, a respeito deste reino, excederia, certamente, os que Tomé Pires e Duarte Barbosa deixaram escritos. Desconhece-se, porém, o seu paradeiro.

Não cessou, nos anos seguintes à tomada de Malaca, a informação cada vez mais dilatada, das terras e gentes circunvizinhas. A própria correspondência que dava conta da administração, quase sem querer, revelava novos pormenores que completavam as notícias da primeira hora. Assim, entre outras, a carta que Rui de Brito Patalim, governador de Malaca, enviou em 6 de Janeiro de 1514 ([4]). Relatava a chegada de embaixadores

---

([1]) Encontrava-se à venda no século passado em Paris e é anunciado por Brunet. (Cf. F. Leite de Faria, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. 7, Janeiro-Março de 1966, p. 97).

([2]) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. III, p. 233.

([3]) *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, vol. 2.°, Coimbra, 1923, p. 287.

([4]) Publicada em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 345-350; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. III, pp. 216-231; A. Basilio de Sá — *Insulíndia*, vol. 1, pp. 41-65.

dos reis e mercadores de *Sião*, de *Pão*, de *Andraguiri* («sam homens mouros que confinam com Menamcabo»), de *Campar*, de *Menancabo*, de *Pegu*, de Bornéu, cuja gente «sam luçõees», da China. Das costas da Índia vinham naus guzarates, do Coromandel. Chegava arroz e lacar de Pegu, breu de Campar, ouro de Menancabo, cânfora de Bornéu, arroz de Java, pimenta de Pedir.

Ele mandava barcos a Java, animando os habitantes a irem comerciar a Malaca e com a intenção de adquirir cravo e, de facto, trouxeram perto de 1 200 quintais. À China enviou um junco «com mercadoria del-Rey noso Senhor», em grande parte, pimenta que viera de Pacem, seguindo a bordo, «feytor e esprivão portugueses por parte del-Rey noso Senhor e asy outros por parte do bemdara», que era como que o capitão gentio de Malaca. Juntaram-se-lhe outros juncos de particulares da terra. Nesta data, tinham partido, e o governador nada mais pôde acrescentar que o voto de boa viagem. Outros juncos seguiram para Sião, Bengala — estes a fim de trazerem «roupa e mercadorias», alguns para Bandão, em 28 de Dezembro de 1513. Foram os últimos a sair e levavam instruções para tomarem «emformaçam da terra» e carregarem especiarias.

Em desejos ficou o propósito de mandar junco a Timor para trazer sândalo. «Nom foram esta monçam», por não dispor de junco. «Hé muito boa navegaçam» e prometia conseguir no próximo ano [1]. Ao referir a partida de três judeus para Sunda, em juncos particulares, elucida que «çumda he ylha da mesma Java, corta hum rio estreito, he terra de caferes e mouros poucos». «Vem de lá pimenta muito boa e escravos e muito arroz. É terra que tem muitos mercadores». Reservava a pimenta que de lá viesse, para a monção dos chins.

«He boa viagem; he gemte, a de çunda, pacifica, de bom trato». Um outro junco particular dirigia-se a Demaa, «que he terra do pate Rodim, que he o mor senhor mouro que ha na Java».

Terminava propondo que o governador mandasse uma nau de 400 a 500 tonéis buscar especiaria a «Maluca e Bamdam», enquanto os juncos de Java a não traziam, «pois o caminho he sabido». Vivia-se, portanto, em Malaca, a euforia do estabelecimento de relações comerciais com os pontos mais importantes do Extremo Oriente conhecido, pondo-se especial cuidado na comunicação com chineses e javeses, os primeiros que forneciam mercadorias únicas e gastavam grandes quantidades de pimenta; os segundos que transportavam especiarias de Maluco e Bandão e consumiam roupas e outros artigos vendidos em Malaca. E, ao compasso que se estrei-

---

[1] Sobre este ponto e a primeira entrada dos Portugueses em Timor, ver António A. B. de Andrade — *Perspectiva histórica de Timor*, pp. 5 e segs.

tavam relações, dava-se sempre um passo além, no intuito de melhorar o conhecimento do meio geográfico e humano. É o que se há-de concretizar nos anos subsequentes, até se atingirem as Filipinas e o Japão.

Sobre a Pérsia não nos vamos demorar muito, por ora. Mas não queremos deixar de registar que as relações começaram com a intervenção de Afonso de Albuquerque em Ormuz (1507). Nesta ocasião D. Manuel tomou o título de «...senhor da conquista, navegação e comércio da Pérsia» (1). Mas, verdadeiramente, o rei de Ormuz, que aí continuou a governar, não era o soberano da terra firme. A Pérsia, neste tempo, obedecia ao xeque Ismael, um dos reis mouros poderosos do Oriente. Se bem que as divergências doutrinárias, após a morte de Maomé, tivessem acantonado os crentes em dois grupos principais, o certo é que, nas primeiras décadas do século XVI, campeava tríplice islamismo, personificado nas três figuras dominantes no mundo árabe da época: o Grão-Turco, de Constantinopla; o Grão--Soldão, do Cairo; e o xeque Ismael, da Pérsia (2). O xeque mandou embaixadores e o capitão português fez seguir para lá os seus enviados (3). As notícias que mais interessaria recolher a este propósito constam de um livro que hoje se desconhece. As relações directas dos portugueses da Índia com esse país, pròpriamente, iniciaram-se quando em Maio de 1510, Francisco Pantoja se encontrou com uma nau que trazia a bordo dois embaixadores para o Idalcão, um do xeque Ismael e outro do rei de Ormuz. Segundo outra versão, o embaixador do xeque enviou, espontâneamente, uns intermediários que foram bem recebidos por Afonso de Albuquerque, ouvindo dele o plano de destruir Meca, como também o desejava o xeque Ismael.

São pouco explícitos os cronistas sobre o espaço de tempo que medeia entre o envio dos portugueses Rui Gomes de Carvalhosa e Miguel Ferreira. Gaspar Correia despacha o primeiro em Março de 1510, na companhia do embaixador que havia sido enviado ao Idalcão (4) e o segundo, «depois» (5), dando-a, já de volta, em Ormuz, dois meses antes, quando

---

(1) Barros — *Déc. I*, p. 12.

(2) Id. e *Déc. II*, pp. 425 e 432. — Ver, também, pp. 445 e 448.

(3) Nesta oportunidade, como escreve a el-rei, pôde observar artigos de todas as cidades da Pérsia, levando consigo, em caracteres persas, a escritura do contrato que então firmou (Castanheda — *História*, I, p. 350). — Ver tentativa de embaixada portuguesa, em 1510, in Ronald Bishop Smith — *The first age of the Portuguese Embassies, Navigations and Peregrinations in Persia (1507-1524)*, Bethesda, Maryland, 1970, pp. 13-17.

(4) Correia — *Lendas da Índia*, II, I, p. 70.

(5) Id. — *ibd.* p. 73.

Albuquerque aí chegou [1] em 6 de Março de 1515, Rui Gomes foi morto por Coje Atar, «regedor» de Ormuz, por temer a aliança do xeque com Portugal. Barros, porém, informa que, no regresso do mar Vermelho, portanto, em fins de Novembro, princípios de Dezembro de 1513, o governador recebeu um «mouro párseo» enviado pelo embaixador que o xeque Ismael mandara ao rei de Dacão. Quando o despediu, fez seguir Miguel Ferreira, na sua companhia. A propósito, lembra Barros que, com o mesmo fito de paz, havia já deputado Rui Gomes de Carvalhosa, que não chegara a seu termo [2]. Castanheda [3] e o próprio Albuquerque, em carta a el-rei de Cananor, 4 de Dezembro de 1513, sem se referirem ao primeiro, relatam apenas o encontro do presente e panos ricos da Pérsia, remetidos pelo embaixador do xeque aos reis do Decão e Idalcão, quando em 1513 regressou a Goa. Com ele despachou Miguel Ferreira, segundo Castanheda [4]. Albuquerque limita-se a informar que, «chegado a Goa», encontrou «um presente de panos da Pérsia e um anel com um diamante» que lhe enviara o embaixador do xeque Ismael que fora ao rei do Decão e ao filho do sabaio. Quem lhos deixara, prometia que o embaixador o iria visitar, logo que ele, Albuquerque, tornasse do mar Vermelho [5].

Conserva-se, felizmente, o Regimento de Rui Gomes, datado de Março (?) de 1510, que seguiu acompanhado de Fr. João [6], integrados ambos no séquito «do embaixador do xeque Ismaell». Depois de lhe referir as grandezas de Portugal, na corte de Lisboa, e em terras de além-mar, Rui Gomes avisaria o xeque de que o governador esperava ir em breve a Ormuz e aí encontrar-se com ele. Na segunda parte do Regimento começava o questionário etnogeográfico sobre as crenças e ritos dos cristãos daquelas partes; comércio quanto aos géneros e preços, nomeadamente de pedrarias e prata; fronteiras geográficas; situação política, com relação aos mouros de Constantinopla. Por fim recomendava o envio de embaixador a Portugal, via Constantinopla, seguindo com ele e esforçando-se por levar «joias boas ou cousas novas» da terra, desconhecidas em Portugal. A el-rei remeteu Albuquerque, em 19 de Outubro de 1510, «tres pannos que ouvee do embaixador do xeque ismaell e do embaixador

---

(1) Id. — *ibd.*, p. 409.

(2) Barros — *Déc. II* — pp. 425-426.

(3) Castanheda — o. c., III, pp. 287 e 308.

(4) Castanheda — *l. c.*

(5) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, pp. 242-243.

(6) *Ibd.*, vol. II, p. 79. Extractos em A. da Silva Rego — *Documentação para a História das Missões*, t. I, pp. 81-82.

durmuz» (1). D. Manuel, em 12 de Julho de 1511, anunciava ao «reverendo dom fradique, bispo de segouya, seu amado sobrynho», a recepção do presente «que he de cubertas de cauallo e de teellas delles muy ricas, e guarnecidas de muy ricos lauores douro e de seda, e muy ricos panos de seda dos que naquellas partes se costumam e muytas toucas ricas e outras cousas, e huma carapuça vermelha com huma trufa muy alta». Terminava com a informação de que «o dito noso capitam moor enviou a elle pesoa nosa, pera mais certeficadamente podermos seer emformado de sua pesoa e de suas cousas». Estas novas enviava o soberano, para o bispo as transmitir, «de nosa parte a el rey (...), por serem da companhia das outras que lhe teemos spritas» (2).

Sem efeito esta viagem pelos motivos aduzidos, aproveitou Albuquerque o ensejo de nova embaixada em 1513. Como ele narra a Duarte Galvão, em carta sem data, «o ano passado» foram enviados, pelo xeque Ismael, dois embaixadores, aos reis de Cambaia e Decão, oferecendo-lhe este, a ele, governador, panos de seda e brocado e a notícia de que o seu soberano tivera conhecimento dos mensageiros tomados em Ormuz (3). Castanheda situa o facto em 1513 (4) e indica-lhe o nome: Coje Alijão (5), que Barros transforma em Bairim Bonari (6), aliás sem razão, pelo que se lê na *Relação* de Gil Simões, a que nos referiremos no capítulo seguinte e na própria carta do xeque enviada a D. Manuel, na última embaixada de que tratamos. Vinham em naus de mercadores, que em Goa foram bem tratados (7). Há notícia de ofertas de Albuquerque ao embaixador, conservando-se o texto da carta que o governador escreveu ao soberano persa — toda resplandecente das riquezas lusas (8) — em 2 de Março de 1513 (9) e pagamento, em 19 desse mês, da despesa que fez a comitiva, «em 15 dias que aquy (em Goa) esteveram» (10). A 10 de Dezembro de 1513 e em 26 de Janeiro de 1514 encontrava-se o embaixador com os

---

(1) *Cartas*, I, p. 24.
(2) *Ibd.*, III, p. 21.
(3) *Ibd.*, I, p. 398.
(4) Castanheda — *o. c.*, III, p. 287.
(5) *Ibd.*, p. 334.
(6) Barros — *Déc. II*, p. 440.
(7) *Cartas*, I, p. 200.
(8) *Ibd.*, t. I, pp. 387-389.
(9) *Ibd.*, VII, p. 73.
(10) *Ibd.*, VII, p. 77.

seus oito homens, em Cochim ([1]). Albuquerque mostrou, ao mensageiro do embaixador, as fortalezas de Cananor, Calecute e Cochim. Daí o despachou, não diz Castanheda nem Barros em que data, com Miguel Ferreira por seu enviado ([2]).

1.4 — A *Suma Oriental de Tomé Pires.* — Como o próprio título indica, o escrivão da feitoria e contador de Malaca, Tomé Pires determinou-se, um dia, a compendiar os conhecimentos que os Portugueses, com demora no Oriente, possuíam *de visu*. Contou, é certo, muito do que ele próprio pôde observar, nas suas andanças, desde a Índia até à ilha de Banda; mas, sobretudo, soube aproveitar o que então corria de boca em boca, por «ciência certa», obtida por tantos, no decorrer dos catorze ou quinze primeiros anos do século.

Boticário do príncipe D. Afonso e filho do boticário de D. João II, partira para a Índia em 1511, com a missão expressa de «feitor das drogarias», isto é, encarregado de negociar drogas por conta da Fazenda Real. Confessa não possuir os dotes literários dos clássicos greco-latinos, mas deixa entrever alguns laivos dessa cultura, por exemplo, ao abrir a *Suma* com citação de Aristóteles, evocando, ao mesmo tempo, a quase identidade das línguas na Itália, para significar que o mesmo se passa no Malabar. Por vezes, a sua prosa é pouco nítida. Ramúsio, que, como veremos, o traduziu para italiano, sentiu bem a falta de clareza de alguns passos, chegando, por vezes, a omitir pequenos trechos. Apesar de tudo, redigiu um livro ([3]), a muitos títulos notável, que sobressai na literatura universal, como a primeira obra de síntese sobre as terras e gentes orientais, «do mar Roxo ou arabico athee os chiins, com todas as Ilhas». Desviou-se propositadamente «da parte de Africa, por serem cousas mais notorias». E, embora anuncie que se abalança ao trabalho, sem «temeraria ousadiia», não esconde a convicção de que os que escreveram sobre o Oriente «sse deviam viir alimpar de seus tratados».

([1]) *Ibd.*, pp. 113 e 102.

([2]) Cantanheda — o. c., III, pp. 308-309 e 334; Barros — *Déc. II*, p. 426.

([3]) Única edição integral: *The Suma oriental of Tomé Pires an account of the east, from the red sea to Japan, written in Malacca and India in 1512-1515 and the book of Francisco Rodrigues, rutter of a voyage in the red sea, nautical rules, almanach and maps, written and drawn in the east-before 1515.* Translated from the Portuguese Ms. in the Bibliothèque de la Chambre des Députés, Paris, and edited by Armando Cortesão, 2 vols. London, Printed for the Hakluyt Society, 1944. — O texto português ocupa as pp. 323-511 do 2.° volume.

Pôs toda a diligência em inquirir o que não conseguiu ver, estendendo-se pela «repartiçam das partes, provynçias, Regnos, Regiõees e de suas comfromtaçõees, mas ainda do tracto e comerçio que humas tem com outras». Não foi, portanto, obra escrita de um fôlego e parece mesmo que demorou anos a coligir. Armando Cortesão pensa que Tomé Pires terá começado a tarefa pouco depois de chegar à Índia e assinala a redacção da *Suma* nos anos de 1512-1515 (1). Schurhammer, que apenas conhece o manuscrito incompleto da Biblioteca Nacional de Lisboa (2) e a edição, também de texto imperfeito, de J. Baptista Ramúsio (3), atribuiu-lhe «um 1523» (4), porque naquele apógrafo se lê a data 1522, certamente adicionada ao original (5).

Não se conhece o original de Pires. Armando Cortesão publicou a cópia que se conserva na Biblioteca da Câmara dos Deputados, de Paris, que foi oferecida a D. Duarte de Meneses. Repara que a letra do apógrafo é semelhante à de cartas de Pires guardadas em Lisboa, mas não se atreve a considerá-lo autógrafo, porque no próprio manuscrito encontra indicações de ser cópia. No entanto, Tomé Pires destinava a sua Relação ao próprio monarca. Jerónimo Osório teve dela conhecimento antes de 1580. Decerto, seria o texto a que Barbosa Machado se refere e que se perdeu no terramoto de 1755. Quando Tomé Pires, depois de residir dois anos e uns sete meses em Malaca, onde chegou em Junho ou Julho de 1512, saindo em Janeiro de 1515 para a Índia, levava-a pràticamente completa (6). No prefácio, porém, a referência a Albuquerque parece indicar que a *Suma* estava redigida antes da morte do governador (16 de Dezembro de 1515). Por outro lado, ainda a escrevia quando faleceu o Bandara Nina Chatu (27 de Janeiro de 1514).

---

(1) A. Cortesão — Introdução a *The Suma oriental*, cit., pp. XIII e LXXIII. — O mesmo autor publicou, em português, um resumo do seu trabalho, com o titulo de *Primeira embaixada europeia à China. O boticário e embaixador Tomé Pires e a sua «Suma Oriental»*, Lisboa, 1945.

(2) B. N. L. - F. G. 229, 41v-97v.

(3) J. B Ramúsio — *Primo volume Delle Navigationi et Viaggi*. Veneza, 1550, pp. 349-363. — Sem indicação de autor e com a nota final: «Qui manca tutta la parte che parla dell'isole di Maluco, Gilolo et delle Giave et di Sumatra».

(4) Schurhammer — *Quellen*, pp. 9-10. — Em *Xaveriana*, Roma, Lisboa, 1964, já cita a edição de A. Cortesão.

(5) A. Cortesão mostra que Ramúsio se serviu de um apógrafo igual ao de Lisboa, embora tivesse feito alguns cortes (*o. c.*, p. LXV).

(6) Carta de Jorge de Albuquerque, de 8 de Janeiro de 1515, cit. «como Tomé Pires milhor leva todas estas cousas decraradas».

A fim de melhor se ajuizar da personalidade do autor, que, além de boticário (veremos, no próximo capítulo, uma carta sua sobre drogas), foi homem de negócio — do rei e por conta própria — e, por fim, embaixador régio ao império da China (1516 c. 1524), convém sublinhar o seu conceito de comércio, que, não sendo original, pois serviu de base e justificação das relações comerciais dos Portugueses fora da Europa, mostra, no entanto, como o assimilara com convicção.

Tão necessário se lhe afigurava «o trato de mercadorias» que, «sem elle, nom se sosteria o mundo: este he o que nobrece os Regnos, que faz gramdes as jentes e nobelita as çidades e o que faz a guerra e a paaz». No mundo «he habito o da mercadoria limpo, nom falo no meneo dela avido em estima, que cousa pode ser melhor que a que tem por fumdamento a verdade? O papa Paullo segumdo, mercador foy primeiro e nom se desprezava do tempo que nela gastou. E os sabedores de Atenas (os Sete Sábios), por maravilhosa cousa a louvarom e oje em dia em toda a redomdeza se custuma, he (= e) mayormente nestas partes he avida em preço estimada em tamto que hos gramdes (i. é., os nobres) nom custumam qua em outras cousas pratiquar senom nela: he gostosa, necesaria, conveniemte, senom tevese reveses, os quaees a fazem mais estimada».

Planeou Tomé Pires a sua *Suma*, à semelhança da terra oriental, que cinco rios principais seccionavam em quatro porções: Nilo, Tigre, Eufrates, Indo e Ganges — todos na Ásia, como acentua, pois «o Nillo devide Africa da Asia». Formava uma quinta secção com as ilhas. A *primeira* parte do livro compreenderia, pois, as Arábias (Pétrea, Deserta e Felix, «a Persia dos arabios»); a *segunda*, a Pérsia, Afeganistão e Paquistão («a provynçia das persas naytaques») («do Eufrates athe o Imdo»); a *terceira*, «os resputes Cambaia daquem Guoa, do Imdo ao Gamges a Imdia do Malabar e a provimcia da queliis, em que emtra o Reyno dorixa», até à boca do Ganges, em Camboja; a *quarta*, «despois de Camboja athee a China tratarsea».

Contudo, parecendo-lhe conveniente seguir «o estillo mecanico que quaallquer artifiçe usa em suas obras — «gizar, emtam (i. é., depois) cortar», divide ainda a *Suma* de outra forma, compreendendo numa só a primeira e segunda partes («das Arabias, Egipto (e) Persya athee Cambaia»), passando a segunda parte a ser constituída pela costa que vai de Cambaia a Baticalá (entre Goa e Cananor); a terceira, parte de Baticalá até Bengala, ficando a *quarta* já igual nos dois planos. «O quimto sera de todalas Ilhas e sera a suma acabada». Contudo, coloca na 4.ª parte «a nobre ylha dos lequeos, Janpon, burnei e os luçõees macaceres», isto é, as Filipinas.

Na realidade, a obra ficou assim distribuída: *1.º livro*, Egipto, Ormuz, Pérsia, Nodhakis, Resputes (Cambaia): *2.º livro*, Decão, Goa, Kanara, Narsinga, Malabar e Ceilão; *3.º livro*, Bengala, Arakan, Pegu, Burma, Camboja, Champa, Cochinchina; *4.º livro*, China, Riukiu, Japão, Bornéu e Filipinas; *5.º livro*, Samatra, Java, Banda, Ceram, Amboina, Malucas, etc.; *6.º livro*, Malaca.

Consciente da novidade que a *Suma* encerrava, preveniu o leitor geógrafo que notasse discrepâncias com relação «a cosmogiia fradansellmo e Tolomeu e outros», e justifica-se: «porque os tãees mais por novas que por pratiqa o sentirom: nos qa tudo pasamos, esperememtamos e vemos».

A primeira terra de que se ocupa é a *Abissínia* (Abíssia), que, da banda do mar Roxo, confina com a Arábia Feliz; da banda do mar-oceano, vai de Guardafui a Sofala, não lhe pertencendo a faixa que em largura, até ao mar, mede 60 léguas; da banda de África (porque a Abissínia pertence à Ásia!), confina com os desertos e com parte da Etiópia ([1]). Possui mantimentos e ouro em sua terra. Não tem portos no mar (Atlântico), comerciando por Zeila e Bárbora e, dentro do estreito, nos portos da Arábia. «São estas gentes comemoradas entre os etíopes». Povo cristão e guerreiro. «Todos são de cabelo revolto, ferrados na testa em lugar de baptismo». Têm sacerdotes, patriarcas e outros religiosos. Vão cada ano a Jerusalém e ao monte Sinai, em romarias. «Muitas vezes», mesmo escravos, chegam a ser reis, «principalmente em Bengala». Transaccionam com eles, mercadores de Aden, Xãr ([2]), Fartaque, Dalaca e Çuaquem, água rosada, rosas secas, matamingo, panos baixos de cambaia e alguns de seda, contas de toda a espécie, cristalino, panos brancos, tâmaras em fardos, anfijão, ouro, marfim, cavalos, escravos, mantimentos, etc. Estamos, pois, em presença de uma Abissínia anterior à que descreve Francisco Álvares, embora pareça contar com elementos novos colhidos no Oriente.

Demora-se, depois, no *Mar Vermelho* chamado *Roxo* «porque dentro no cabo junto com Suez são as barreiras vermelhas»; mar *Arábico*, «porque jaz cercado dos arábios»; estreito de Meca, «porque dentro nele jaz Meca». Tomé Pires opta pela designação de Mar Arábico, como a mais própria. Até às suas águas chegam quatro províncias: da banda do levante, a Arábia Pétrea; da banda da Abissínia, a Arábia Feliz, que vai até às ilhas de Dálaca, a Pétrea quase até Meca; de Meca ao Toro, começa a

---

([1]) Esta confusão também aparece no manuscrito de Lisboa, conforme anota A. Cortesão, e foi desfeita na tradução de Ramúsio.

([2]) Cidade de Sheher ou Esh-Shihr, na costa de Hadhramaut (A. Cortesão).

Arábia Deserta, que vai caminho do mar Mediterrâneo e divide a província do Egipto da Terra da Judeia. De Toro e de Dalaca é província de Egipto.

As terras que cercam o estreito são quase todas desertas, terra escalvada, sem frutos. Tem, no entanto, algumas ilhas povoadas, como Camarão, Dalaca, Açuaquem. Porque no Estreito «há muita pedra restinguas, é mau de navegar, não se podendo singrá-los senão de dia». «A melhor navegação» é da entrada do estreito até Camarão, piorando até Judá e ainda mais até Toro. «Do Toro a Suez é passagem de barcos ainda de dia». Sopram nele ventos quentes que matam homens como animais.

Não sabemos se Tomé Pires visitou o mar Vermelho, mas cremos poder afirmar que não se serviu do que Afonso de Albuquerque relatou na citada carta a D. Manuel, em 4 de Dezembro de 1513. Com efeito, enquanto Albuquerque, para efeito de navegabilidade, divide o mar Vermelho no sentido Aden-Suez, em três faixas longitudinais, sendo apenas a do meio de mar limpo, Pires secciona-o de costa a costa, da boca do estreito até Camarão, daí a Judá, ao Toro e ao Suez, considerando todo o mar sujo e mau.

Para este, tem muita pedra de restingas, enquanto que para Albuquerque não existem nele «esses penedos debaixo de água que diziam», podendo-se navegar apenas de dia, segundo um, e de dia e de noite na faixa central, embora só de noite nas laterais, conforme outro. Os ventos são quentes e matam homens como animais, o que Albuquerque contesta quando garante que nem há tempestades nem tormentas e «os ventos naturais ou são levantes ou ponentes e alguma hora terrenho». Se é terra quente, deve-se ao facto de «ser mar dentro terras e naquele tempo estar o sol chegado ao trópico».

Voltando ao continente, Tomé Pires ocupa-se do *Egipto*, que começa no mar Mediterrâneo «e vem tomar parte do estreito de Meca». De uma parte, a divide África e, da outra, Arábia Deserta de Judeia. «Toda é terra que se semeia com a crescente do Nilo e isto mais do Cairo para nosso mar Mediterrâneo que do Cairo para o Estreito». Há nesta província a cidade de Tebas, em que se faz ópio tebaigo (tabaco) que cá chamam *afiam*. No Egipto chove de ano a ano ou dois em dois anos, um dia ou menos e é água quente.

Não interessa prosseguir, já porque se serviu claramente de descrições conhecidas, já porque apenas se vai referir ao «soldão» e ao seu governo, sem qualquer espécie de novidade, enumerando os países que lhe estão sujeitos: Judeia, Caldeia, Palestina. Entre as terras sujeitas ao Cairo,

dá maior relevo a Judá, Meca e Medina, para voltar ao Suez, que fica a três dias do Cairo. De Suez informa que «não é porto nem cousa povoada». Mais adiante acrescentará que «do Toro nem de Suez não é para falar, porque não são portos nem povoações. Suez é nomeado de três ou quatro anos a esta parte, porque dizem que é lugar onde se faz armada». De Judá esclarece que é cidade «tamanha como Adem», se bem que não tão forte, com cerca de 1 000 habitantes, distante dela 10 dias de viagem. Ponto obrigatório da navegação que vai da Índia. «Meia légua dela ancoram as naus e aquela meia légua até à cidade, é de baixamar de uma braça, e com maré cheia, de três».

Se é natural que estas informações fossem colhidas junto de árabes ou de algum outro oriental, mais provàvelmente terão essa origem as que se referem a Meca e Medina. Em certo passo, dá-nos a impressão de ter ouvido um peregrino ou um mercador contar o itinerário que seguiu: «Do Cairo a Medina, 40 dias; de Medina a Meca, 4; de Meca a Judá, um; de Judá a Adem, 10, com vento». Uma linha abaixo completa-o com outros pormenores e peripécias que ocorriam no trajecto, que inicia em Veneza, passando por Alexandria antes do Cairo.

Tomé Pires é dos poucos escritores portugueses dessa época que não adjectiva Mafoma com epítetos desagradáveis. Sobre a gente que habita «esta Província», pode o seu testemunho ser mais directo, porque, além de guerreiros, andavam no comércio com a Índia.

Destros a cavalo, de lança em punho e freio na mão, conheciam já a artilharia, pelo contacto que mantinham com a Europa, através do Mediterrâneo. E, enquanto uns, os «arábios», passavam de camelo de duas corcovas, outros dedicavam-se a ofícios mecânicos e ao furto. Nesta província, como «nos arábios», viam-se muitos cristãos, alguns deles circuncidados. Estes chamavam-se Jacobitos; os outros, Malaquitos, vivendo alguns como eremitães. Espalhados por Judá, Toro e Meca, eram, em geral, considerados «bons homens».

Embora atrás já nos tenha proporcionado uns traços da concepção quinhentista das três Arábias, é aqui que Tomé Pires traça o seu panorama geográfico, fornecendo dados que importa recolher. Muito brevemente, vamos também ver as dimensões e características da Arábia Feliz, Pétrea e Deserta.

A *Arábia Feliz* é assim chamada por não ser tão estéril como as outras duas. Sobre a sua extensão divergem, porém, as opiniões. Uns dizem que se «estemde amte o maar Roxo e Abixia»; outros, que «chegua ha Magadaxoo e corre até tanto como as ilhas de Dalaca», acrescentando que é toda aquela

terra, de gente branca, onde há cabelo revolto que é desta Arábia. Uns terceiros querem que não seja senão até o cabo de Guardafui. «Se até Magadaxo se estende, sabidos são os portos dela; se do cabo até Dalaca, então tem, ante *daboquar* o estreito (i. é., antes de chegar à boca do estreito), Zeila e Bárbora e, depois de abocado, tem Dalaca e Laçarim». Andam frequentemente em guerra com «a Abíxia que é junto a esta Arábia». Possuem trigo, boa água, comerciam com Aden, Cambaia, Quíloa, Melinde, Brava, Magadoxo, Mombaça. «Por estes dois portos — Zeila é Bárbora — resfolega toda Abíxia, porque ao Cairo vai pouca cousa».

A *Arábia Pétrea* está separada da Pérsia pelo estreito de Ormuz e, da Arábia Deserta, pelo porto de Judá, pelo rio que vai a Meca. Pela banda da terra firme abrange uma região populosa e parte da Palestina. «Chamou-se esta Arábia pétrea, porque é escalvada, estéril, de serranias, de pedra toda». Tem pouca água. As cidades situam-se «nas beiras do mar»: Judá, Aden, Fartaque, «à maseira do cabo de Roscallhate (Rosalgate) pera dentro tem Calahate, Mascate, Curiate e outros lugares». «Pela banda do mar do estreito de Ormuz, passando a serra dentro na terra firme, tem boas cidades bem povoadas»: Zebit, Taees, Beitall, Faqui, Camaram (1), Çana, Çinam (2).

Tendo anteriormente descrito com certo pormenor o que sabia de Judá, agora faz o mesmo com relação a *Aden*. Colocada ao pé de uma serra, fica «quase em chão» e é cidade pequena, se bem que fortíssima, «assim de muros, torres, baluartes, como de toda fábrica de casas de bombardeiras, seteiras, de muita artilharia e de muita gente de peleja». O rei de Aden reside na cidade de Saná. Além desta, há outras sete ou oito grandes cidades. A importância de Aden advém-lhe do facto de ser escala obrigatória das mercadorias do circuito Cairo-Judá-Índia e vice-versa. Tudo por ali passava: especiarias e drogarias de Malaca, cravo, massa, noz, sândalo, aljôfar, almíscar, seda, etc. Trata com Socotará, Meca, Zeila, Bárbora, Dalaca, Ormuz, Cambaia, Goa, Malabar, sobretudo Calecute, Bengala, Malaca, Pegu, Sião, China. «As mercadorias próprias de Adem são cavalos, ruiva, água rosada, rosas secas, passas de uvas, anfião».

O trajecto para o Cairo é o seguinte: partem de Aden a Camarão, daí a Dálaca, às ilhas de Suaquem, ao porto Loçarim, da banda da Arábia

---

(1) Este Camarão não pode ser a ilha de Camarão, como já adverte A. Cortesão, mas talvez seja Khramr e Amram, possìvelmente Almacarana, de Varthema.

(2) Pode corresponder a Jizem, que Varthema chama Gezan, segundo A. Cortesão.

Feliz e em três dias ao Nilo e em dez ao Cairo. Por causa dos ladrões, desviam este caminho, a partir de Suaquem, derivando para Judá. Aproveitam então o retorno ao Cairo, de grandes cáfilas que, no tempo do Jubileu vão a Meca, no que gastam setenta dias. Outras vezes, levam a mercadoria de Judá ao Toro por mar e daí ao Cairo, em cavalo, por deserto e com perigo de ladrões, demorando-se três a cinco dias. Por isso, mas raramente, se segue este caminho. Depois de Aden, ainda se refere, de passagem, a Fartaque e às ilhas de Curia Múria (Kuria Muria) e Amaseira (Masirah), concluindo a descrição de Arábia Pétrea com alusão ao cabo de Roshallhate (Ras el Hadd ou, em português, Rosalgate) que, «para dentro é do Senhorio do Reino de Ormuz». Sobre a terceira Arábia — Deserta — diz tão pouco que, com certeza reproduz o que terá lido nalgum livro ou colhido em conversa com qualquer árabe. Não nos demoraremos, por isso, neste ponto.

Pelo estreito de Meca, parte de Judá até ao Toro e vai ao Mediterrâneo, dividindo a terra do Egipto da Judeia. Alguns afirmam que Meca é nesta Arábia e não na Pétrea. Tem falta de árvores, de frutos e, geralmente, de água, salvo em lugares de alarves. «Por ordem», isto é, seguindo o caminho em direcção à Índia, Tomé Pires ocupa-se agora da «polida ilha de *Ormuz*, com todo seu Reino e com a cópia das ilhas em seu estreito». Confina com a Arábia Pétrea, «da banda que tem de seu senhorio cidades». Da «banda de Cambaia», com os naitaques. Da terra firme, «com a grande província Persy». Ao reino de Ormuz pertencem as ilhas de Baharem e todas as do estreito de Ormuz. O rei é mouro e usa carapuça vermelha ([1]) e segue a seita de Ale ([2]), «novamente feito». «Estende-se este Reino do Cabo de Roscallhate para dentro, pelo estreito», coincidindo assim com o de Oman.

A cidade de Ormuz ergue-se em pequena ilha quase pegada à «terra Persija», «obra de uma légua». «É de muros, casas çoteas, torres, baluartes, em si mui fresca». Mulheres formosas, alvas, «não dá a vantagem a seus vizinhos». «Se nas cousas do comer se praticar, não lhe chegam os flamengos nem franceses, de frutos em abundância como os nossos». Falta-lhe água, que vem da terra firme e se guarda em cisternas. Povoam-na gente «de muitas partidas, grossos mercadores». Ao seu excelente porto acorrem «contìnuamente» naus de fora, que a transformaram em «cidade mui populosa, honrada, rica». Pelo estreito de Ormuz que corre entre a Arábia Pétrea e a «terra de Persija», vêem-se, de uma e outra banda, «formosas

---

([1]) Quando falar da Pérsia há-de explicar estes termos.

([2]) No parágrafo sobre a Pérsia contará a formação desta seita.

povoações». Navegando quatro dias, a partir de Ormuz, encontram-se muitas ilhas. A principal denomina-se Baharem. Aí se pesca o melhor aljôfar destas partes, sendo também bom porto comercial.

O comércio de Ormuz faz-se com Aden, Cambaia, Daquem, Goa, Narsinga, Malabar. Os comerciantes destas terras levam de lá cavalos, aljôfar, salitre, enxofre, seda, almíscar, fruta seca, trigo, cevada, etc., e «muitas tangas (que) são moedas de prata, de valia de 65 réis». Deixam em Ormuz pimenta, cravo, canela, gengibre, etc. Mas como aí estes produtos já chegam caros, Tomé Pires supõe que não passam ao Cairo para seguirem até Itália. Os cavalos alcançam altos preços em Goa, Daquem e Narsinga, chegando a vender-se cada um por 700 serafins, «moedas de 320 rs. cada uma». Em escala descendente, quanto à qualidade, coloca os cavalos «arábios», «perseanos» e «de Cambaia».

A *Pérsia,* apesar de «grande província», «não tem mais no mar oceano que o Reino de Ormuz». Do lado de Cambaia confina com os naitaques; da banda da Arábia, com o estreito de Ormuz; pela terra firme, com as serranias de Deli e Arménia e quase com Babilónia e «por cima de Medea e vem dar na Idanca». Encontra-se dividida em mais de 40 reinos e regiões, em parte habitada e muito boa, em parte despovoada, por ser montanhosa. Toda junta, recebe dos naturais o nome de Agenb «e nós dizemos Persya». «Na linguagem de cá», os de Agenb são conhecidos por parses. «Nós chamamos persas ou persianos».

Reduzem-se a quatro as melhores províncias da Pérsia: Coraçoni, Guilam, Taurini e Xitaçy, com as capitais, respectivamente, em Tauris, Xiraz, Samarcante e Coracane. Na primeira destas regiões habitam os rumes; na segunda, os turquimães, homens guerreiros de nomeada que se diz serem descendentes de cristãos. «Os de Tauris e Xiras são como em França, Paris; são domésticos, gentis, homens cortesãos. Sobretudo se louvam as mulheres de Xiras, de formosas, alvas, discretas, ataviadas». A estas quatro pode juntar-se uma outra — a província de Média, que cá chamam Midoni, com capital em Susan, «que também é anexa à Pérsia». Sobre todas tem poder o xeque Ismael, «que lá nas regiões de trás do vento (1) chamam Igualador ou Sofim».

Transcrevemos na íntegra o retrato que nos deixou dos Persas para se não perder nada do pitoresco que Tomé Pires lhe soube dar: «São os persianos homens de cavalo, armados de todas armas, de formosas guarnições de espadas bem obradas. São homens de nossa cor, corpo e feição.

(1) «E toda a banda da Europa se chama cá gentes de trás do vento» (II, p. 339).

Sem dúvida, os das carapuças são homens que mais parecem portugueses que de outras partidas. As carapuças são altas, de doze verdugos. No de cimo, estreitas até o encaixamento na cabeça e de redor, toucas». «São os persas muito dados a toda deleitação, em seus vestidos muito concertados, de muitos perfumes untam-se de aloés, de inguentos cheirosos de valor. Têm muitas mulheres. Servem-se de capados e vêm a ser grandes senhores os capados que têm cargo das mulheres. São homens ociosos, todos os mouros geralmente. Praticam a sodomia («são putos») com a maior naturalidade, «rindo-se os mouros de nós, quando lhes incriminamos a torpeza deste pecado».

A terra «não é assim estéril e montuosa como alguns historiadores contam, mas abundante de todos deleites de homens domésticos em toda cortesia e vestido e no feito das armas, magnânimos e esforçados, de formosos cavalos. São monteiros caçadores de todas aves». «A terra de Xiras é o âmago da Pérsia. Terra abundante de trigo, vinho, carnes, e frutos». Nela se aninha toda a espécie de animais mansos como em Portugal, havendo também onças, leões e tigres. O xeque Ismael reside habitualmente em Tauris, «que é de Ormuz, cinquenta dias de andamento em camelos».

A hidrografia da Pérsia reduz-se ao Tigre e Eufrates, sobre os quais pairam várias dúvidas, a respeito do ponto em que desaguam. Parece aceitar a opinião dos que afirmam que ambos vão ter ao Sino Pérsico, por um «mar ou lago grande de água salgada, navegável, que há na Pérsia, cercado todo de terra de formosas habitações, na Província de Guilam», de 20 léguas de travessa. Porque haviam quem afirmasse ser maior esta distância, Tomé Pires certificou-se «por muitos». O Tigre, que tomou o nome por lembrar a fera no andamento rápido, em parse chama-se *Tir*, vem pela Síria; o Eufrates nasce na Arménia. Os de Cambaia denominam-no *Fratá*.

Com relação ao movimento comercial, começa por sublinhar que «a terra é em si de grande trato, porque tem trato desde o Cavo, correndo a terra até os Arménios», Turquia, Síria. Para as transacções dispõe de muita seda em Xíria; tútia, pedra-ume, caparrosa, alcofol, cavalos, cera, mel, manteiga, etc. Recebe almíscar, ruibarbo, lenho aloés de botica, cânfora, tapetes, grandes alcatifas, panos de lã, etc., etc. Consomem muitas especiarias e drogarias, sobretudo pimenta, «porque são homens de potagens mais que alemães». Acentuando que «esta terra da Pérsia é a mais antiga e mais nobre de toda a Ásia», recorda brevemente os nomes de Nabucodonosor, Ciro, Assuero e Xerxes, não esquecendo que foi teatro de vitórias do «Grande Alexandre».

Conta a seguir o nascimento da seita do Sofi, que teve por fundador Ale, genro de Maomé, casado com sua filha Fátima [1]. Também ele quis formar uma seita, depois das que instituíram os quatro mais próximos colaboradores de Maomé. De Bubucar saíram os mouros xafins; de Otuman, os malaquins; de Amar, os anafins; e de Hacabar, os hambarins. Ale escreveu um livro em que dizia mal do sogro e dos companheiros. Os seus seguidores chamam-se zeidins e rafadins. Depois de ele morrer, cresceu muito o número dos adeptos de Mafamede, movendo perseguição aos crentes de Ale. O xeque Ismael, porém, professa a seita dos rafadins.

Do muito que sabe do xeque Ismael apenas nos interessa fixar que, ligado a cristãos arménios, por parte da mãe, conseguiu, por feitos de armas, unificar o grande país que governava, costumando enviar a carapuça vermelha aos reis vizinhos. Os que a recebiam eram considerados amigos; os outros, inimigos. Neste número estavam o soldão do Egipto, as «gentes de Turquia», e todos os mouros que seguiam a seita de Mafamede. Dos cristãos confiava «as cousas grandes». Homem de 30 a 32 anos, pequeno de corpo, de fortes membros, traz também ele a carapuça vermelha, «é mouro circuncidado, seguidor de Ale, posto que muitos mouros dizem que é cristão».

A seguir, Tomé Pires ocupa-se dos Naitaques e *Resputes*. Vizinhos dos Persas são, de um lado, os Naitaques [2], que, da banda de Cambaia, confinam com os Resputes; de outro lado, com a «terra montuosa da Província de Deli» e por fim, «o Mar oceano». «Não há entre eles mouros», cabendo-lhes, por isso, a designação de gentios. Não têm rei e possuem língua própria. «Não são homens muito domésticos». Apesar de a terra ser fértil em cereais, a maior parte deles dedica-se ao corso.

Mantêm-se em paz com os Resputes, porque se lhes assemelham muito. «Cousa de mouro não lhe perdôam e de qualquer outra gente». A sua terra é maior que a dos Resputes, mas estes são «gente melhor». Situam-se entre os Naitaques e Cambaia, a terra de el-rei de Deli e o mar-oceano. São valentes e bons cavaleiros, andando permanentemente em guerra com os vizinhos que pretendem tomar-lhes a terra, sobretudo com o rei de Cambaia. Como perderiam em campo de batalha com os Cambaeses, fazem correrias, em cavalos, usando frechas. Também não têm rei e não querem

---

(1) Alé ou Ali. — Barros conta a história na *Déc. II*, pp. 441 e 55.

(2) Nodhakis, tribo de Baloches, na região que corresponde aproximadamente à parte da província da Pérsia, de Kamir para o Balusquistão, segundo A. Cortesão (I, p. 31).

convivência com os Mouros. O capitão principal de todo o reino chama-se Pimpal Vará. A terra produz muitos mantimentos e tem «formosas cidades». Ara (Herat), cidade do Afganistão ocidental; Crodi (talvez Kotri, cidade no distrito de Carachi); Vamistra e Argengii (1), antiga Vermansthali, perto de Girnar e a moderna Bilkha, em Kathiawar, segundo A. Cortesão (2).

Segue-se, pois, o reino de *Cambaia*, que ao norte confronta com a região dos Resputes e «da banda da Índia Segunda» com o grande reino de Daquem; a oriente com o reino de Deli e a ocidente com o mar-oceano. «Aparta-se este Reino com o de Daquem, entre Maimim e Chaul. Tem de costa, 70 a 80 léguas». Grande como é, produz toda a espécie de cereais, legumes e frutos. Abundam cavalos, elefantes e aves de caça. No reino circula moeda miúda de cobre, mais grossa que ceitis, e moeda de prata, uma conhecida por mastamudes, que vale três vinténs, e outra por madaforxas, de igual valor. «O ouro corre e em barras, por seus toques e valias». Muito povoado, possui formosas cidades no litoral e no interior. Entre as primeiras, figuram Surrate, Ranei, Diu, Cambaia, merecendo ainda menção «os portos de povoações» Maimim, Damaná, Patan (3), Guogá (4). Das segundas salientam-se Champanel (5) e Medave (6) Varodrá (7), Baruez (8). A melhor destas é Champanel, e das do litoral, Cambaia. São bons guerreiros, dispondo de muitos cavalos e armas de vários tamanhos e feitios. Nos seus exércitos militam maçarins, arábios, turquimães, rumes, persianos, «convém saber, guilanes, coraçones, abexins». Por isso, pôde escrever que «Diu, Guogá e Maimim ou Mai (9) são da governança de Melequias, Mouro persiano, guilanim de nação». «Damaná, Surrate, Ranei, são da jurisdição de Dasturcan, mouro natural de Cambaia, fidalgo», etc.

A respeito de Diu, lembra que era «a menos cousa de Cambaia e quase matos, antes do nosso descobrimento das Índias e, porque os portos de

---

(1) Argandi, no sudoeste de Kabul? (A. Cortesão, o. c., I, p. 33).

(2) *Suma Oriental*, I, p. 33.

(3) Modernamente Veraval (*Suma*, I, p. 34).

(4) Porto no distrito de Ahmadabad, na costa ocidental do golfo de Cambaia (o. c., I, p. 34).

(5) Cidade em ruínas, 25 milhas ao norte de Baroda, no sopé nordeste de Pavagarh.

(6) Medadave ou Ahmadabad.

(7) Baroda.

(8) Bharoch ou Broach, o mais importante porto entre Cambaia e Surrate.

(9) Pequeno porto a cerca de metade do caminho entre Dahanu e Agashi (o. c., I, p. 34).

Daquém andavam sempre sopeados, se fez Diu grande, com nossa amizade. Agora é cousa honrada, onde se guarda mais a justiça que em outra parte do Reino». Procurando localizar sensivelmente as terras, informa que de Diu a Champanel são oito dias de viagem; de Cambaia, dois; de Surrate e Renerim, cinco. «A melhor cidade de edifícios e de gente de guarnição é Diu e que tem mais estrangeiros». «Das cidades do sertão é Champanel, onde é continuadamente o assento dos Reis de Cambaia. Tem formosos paços», mantendo ao seu serviço cerca de 1 000 mulheres e raparigas. Por isso, e pela grandeza do comércio do país, é chamado «Rei da principal Índia».

O reino de Cambaia é um dos que se fragmentaram, do antigo reino de Deli, como também os Resputes e outros. O rei era mouro e tinha capitães a governarem várias províncias, as quais, como foi o caso do de Cambaia, se levantaram e construíram reino à parte. E como Deli está separado de Cambaia por grandes serranias, não se torna fácil submetê-lo. Mesmo assim, são muito vastas as terras de Deli, acidentadas com muitos montes. «Este se chama o Rei das Índias».

Ao soberano de Cambaia pertence já o reino do Indo, onde corre o rio que dá começo às Índias. Além da «grande povoação que este rio tem», «na saída que faz no mar», e se chama Indi [1], vêem-se na costa mais os seguintes portos: Carapatam [2], Patam, Diu, Manná [3], Tatatelaia [4], Guendarim [5], Guogarim, Cambaia, Baruez, Surrate, Renerim, Dionim [6], Agagi [7], Baxa [8] e Maimbim [9].

Apesar de haver mais de 300 anos que os Mouros se instalaram neste reino, ainda se encontram muitos gentios, quase a terça parte do reino, conhecidos por «baneanes». Uns são sacerdotes de formosos templos;

---

(1) Diul-Sind, próximo do moderno Porali River, não se percebendo bem a razão por que Pires o denomina Indi (o. c., I, p. 38).

(2) Kharepatan, derivado do Kharak, porto do Hab River, e Pattan, porto no Hindi. (Ver o. c., I, p. 39).

(3) Deve tratar-se de Manar, no Manali River, entre Telaja e Gogha (*ibd.*).

(4) Telaja.

(5) A velha cidade de Gandhar, no monte de Dhadar River, no golfo de Cambaia (*ibd.*).

(6) Moderna Dahanu, a 32 milhas a sul-sudoeste de Damão.

(7) Baia de Agashi, a 28 milhas de Dahanu.

(8) Baçaim.

(9) Mahim ou Mahikavati, primeira cidade construída na ilha de Bombaim, talvez no fim do século XIII (*ibd.*, I, p. 39).

a maior parte, brâmanes, homens dados à religião; outros, patamares, brâmanes mais honrados; e outros, mercadores.

Os gentios de Cambaia são idólatras, «gentes moles, fracas, sujeitos». Há, porém, entre eles, pessoas religiosas «de boa vida, castos, verdadeiros homens de muita abstinência». Crêem em N.ª Senhora e na Trindade, não havendo dúvida de que, noutro tempo, foram cristãos. As mulheres queimam-se quando os maridos morrem. Os homens usam cabelos e barbas compridos.

Também Tomé Pires conheceu o que corria a respeito do sultão Madaforxaa, rei de Cambaia, que devia andar pelos 40 anos. «Dizem e afirmam» que são criados com peçonha, «por serem muito luxuriosos». E assim, mosca que lhe toque, imediatamente cai morta. As «suas mulheres se criam no mesmo manjar. Se cospe, é peçonhento. Se outrem veste seus panos, dizem que morre supitamente — o que eu não creio, posto que o afirmam» —, apressa-se Tomé Pires a esclarecer. A força armada do reino de Cambaia orça por 30 000 homens de cavalo e 100 dos 300 elefantes que possui.

Na praça comercial dominam os gentios guzarates, que se dividem em baneanes, brâmanes e patamares. «São homens sabidos na mercadoria: têm o som e harmonia dela, como cumpre, em tanto que diz o guzarate que toda a injúria sobre mercadoria é de perdoar». Além disso, «fazem uns por outros e outros por outros». «Contam por algarismo como nós, com as nossas próprias letras». Tão numerosos são que se encontram espalhados por toda a parte. Mas não faltam comerciantes de outras origens — do Cairo, de Aden, Ormuz, «Coraçones e Guilanes». Considera-os, porém, muito inferiores em número e sabedoria. A sua admiração pela perícia comercial dos guzarates é tanta que aconselha: «Ali deviam de aprender nossas gentes que querem ser escrivães e feitores, porque o ofício de fazenda, ciência é sobre si, que não impede todo outro nobre exercício, mas ajuda muito».

Como tem oportunidade de falar dos brâmanes e baneanes, o que não acontece com os patamares, explica, neste lugar, que estes são brâmanes mais honrados, descendentes dos reis de Cambaia, visto que antigamente também aqui, tal como no Malabar, os reis eram brâmanes. Todos os estimam e mercador que passe acompanhado por algum, em terra de ladrões, nunca será roubado. E, se alguma vez o for, matam-se ou ferem-se com adagas, e os outros brâmanes untam as imagens com seu sangue e arrastam-nas até fazerem justiça.

Por fora de Cambaia, comerciam por Aden, Ormuz, reino de Daquem, Goa, Baticalá, Malabar, Ceilão, Bengala, Pegu, Sião, Pedir, Pacem, Malaca. «Cambaia lança dois braços: com o direito aferra Aden e com outros, Malaca, como navegações mais principais». Do cairo chegam mercadorias de Itália e Grécia, por Damasco e Aden: ouro, azougue, vermelhão, cobre, água rosada, chamalotes, grãs, panos de lãs de cores, cristalinos, vidros, armas e cousas semelhantes.

Aden ajunta-lhes, entre outros produtos, prata e ouro, que tem em quantidade. E o mesmo fazem outros portos do caminho. Em paga, dão-lhes «cousas de Malaca»: cravo, noz, massas, sândalos, brasil, panos de seda, aljôfar, almíscar, porcelanas, etc. É preciosa a informação de Tomé Pires a respeito do intenso trato comercial destas partes, que, por brevidade, reduzimos ao exposto, apenas com uma excepção, para frisar o caso à parte de relações com Malaca. Estacionavam aí, antigamente, cerca de mil mercadores guzarates, sem contar, pois, os quatro a cinco mil homens que circulavam. De modo que «não pode viver Malaca sem Cambaia, nem Cambaia sem Malaca». Tomé Pires sabe porquê e não esconde a razão: «pois as cousas de Malaca não sòmente deste mundo são estimadas, mas do outro»...

Aos guzarates tece ainda outro singular elogio: «foram melhores homens do mar e que mais navegaram que outras nações, nestas partes, e assim são em naus mais avantajadas de grandeza e em gente do mar», contando grandes pilotos. Mas também lhes dirige uma censura: «Os guzarates são as gentes a que mais pesou ser Malaca de Vossa Alteza e os que ordenaram a traição que foi feita a Diogo Lopes de Sequeira».

Segue, depois, Tomé Pires para o Decão. As fronteiras do reino de Daquem passam por Maimim ou Mãe, do lado de Cambaia, e por Carapatanam, da parte do reino de Goa. «Pela terra firme», confronta com Narsinga e com Orixa «por uma ponte estreita», e da banda de Cambaia, por cima, «com as serranias que estão entre a Índia e Deli». Maior do que Cambaia, é terra abastada em mantimentos. Os habitantes são melhores guerreiros. «Tem este reino muita gente branca», pois há uns 250 anos [1] foi conquistado pelo Rumes e Turcos e Parses, como o de Cambaia.

Navegando de Maim [2] para o reino de Goa, encontram-se os portos de Chaul, Danda, Matalenim [3], Dabul, Sangizara [4] e Carapatanam.

[1] Ramúsio: «CL anni» (o. c., p. 354).

[2] No texto: *Maym*, mas linhas atrás: *Mayny* (o. c., p. 370). Ramúsio, sempre *Maim*.

[3] Talvez o rio Savitri (o. c., I, p. 49).

[4] Rio Sangameshwar ou Shastri.

As cidades serão umas vinte e, mais populosas, as seguintes: Bider (1) Visapor (2) Sidapor, Solapor (3), Rachul (4), Sagar (5), Quelberga (6), Queher (7) e Bayn (8). O rei do Decam tem o país dividido e governado por quatro senhores, um dos quais, o Idalcão, turco de origem, sendo filho de um escravo do rei, foi por este feito sabaio, que equivale a guarda do rei e tem o governo de metade do reino. A este reino costumavam vir «estas gentes brancas a que chamamos rumes, ganhar soldo e honra». Embora o gentio seja numeroso, também se encontram aí estabelecidos uns 20 (9) turcos, rumes e arábios; uns 10 ou 12 mil homens de peleja persianos.

Os seus portos perderam importância com a chegada dos Portugueses, que deram grande incremento a Diu, que «se fez de matos, grande», e atraíram o comércio para Goa. «O Reino de Daquem não pode muito durar em sua honra: o caminho está aberto para se perder sem remédio ou Goa para ser a maior cousa do mundo».

O reino de Daquem produz panos brancos e de cores, infinidade de baetilhas, bétele, que se chama folio indo, de que exporta grandes quantidades para Cambaia, Ormuz e Aden, apesar da superioridade do de Goa.

O «soberbo Reino de Goa, chave das Índias primeira e segunda», está separado do de Daquem, por Sara Patanam; da banda de Onor, por Cintacora; «pela terra firme» pelos reinos de Daquem e Narsinga. Neste reino fala-se o concanim, língua diferente da que se usa em Narsinga e Daquem. Sendo a melhor porção do reino de Narsinga, foi em parte conquistado pelo rei de Daquem, e pelo pai do Idalcão, passando Goa a capital. Os portos do mar: Dandrivar (10), Banda, Goa Velha e nova, Aliga (11),

---

(1) Bidar, no Estado de Hyderabad.

(2) Bajapur.

(3) Shalapur, na província de Bombaim.

(4) Raichur, em Hyderabad.

(5) Sagar, no distrito de Gulbarga.

(6) Kulbarga ou Gualbarga, em Hyderabad.

(7) Koyer ou Kohir, no distrito de Bidar, Hyderabad.

(8) Bhaja, pequena cidade no distrito de Poona, Bombaim (?) ou Badami, outra pequena cidade no distrito de Bajapur, Bombaim (*ibd.*, I, p. 50).

(9) Texto português: Duzentos... dez ou doze mill; texto italiano: duomilia.., XII mila (o. c., p. 354v.).

(10) Devgad ou porto de Devgarh.

(11) Parece ser Kalinadi ou rio Liga.

Ancol (1), Upale (2). Rio de Sal (3), a ponta da Arrahma (4). Cintacora (5), Angediva (6).

No interior possuía, além de cidades e vilas, «muitas tenadarias de grandes rendas e de terras muito aproveitadas, que ainda estão em poder de mouros», informa Tomé Pires. O reino de Goa «é pulido de famosos vergeis, águas, cousa mais fresca das Índias e mais abastada está de mantimentos», costumando procurá-la os Rumes e gente branca, para se refrescarem nas suas sombras e saborear o doce bétele. Além deste produto, exporta areca ou avelã e arroz. O porto de Goa era superior ao de Chaul, vendo-se sempre nele muitas naus de várias nações. Aí se praticava o intercâmbio de cavalos da Pérsia, de Cambaia, etc. Como fica no meio «âmago de todas as Índias», acorriam os povos a celebrar grandes festas «ao profano mafamede», agora «mudadas ao nome de Jesus Cristo». «É a cidade de Goa tão forte como Rodes; tem quatro fortalezas».

A percentagem de gentios em Goa excede a de Daquem. Nas suas mãos permanecem as grandes fazendas. Há muitos ricos. Os brâmanes oficiam em belos templos e são muitos respeitados. O povo de Goa nem com tormentos, confessa o que pensa dever calar. As mulheres «são jeitosas no vestir»; as que dançam e volteiam, o fazem com melhor maneira que todas «destas partes». Também aqui, as mulheres honradas se costumam queimar, após a morte do marido.

Assim chega Tomé Pires ao «último Reino da primeira Índia» — *a Província dos Canarins*, que de um lado se aparta pelo reino de Goa por Angediva e, do outro, pela Índia meã ou Índia do Malabar. «Pela terra firme é el-Rei do Narsinga que é cabeça desta terra». «A linguagem da que é canarim, é diferente da do Reino de Daquém e do Reino de Goa». Tem dois reis «nas beiras do mar», que obedecem ao de Narsinga. Os habitantes são gentios, «homens polidos, guerreiros exercitados nas armas, assim no mar como na terra». Entre os principais portos do mar, sobres-

---

(1) Ankola, cerca de 30 milhas ao sul do monte de Liga ou rio Kalinadi.

(2) Vpale. Existe um pequeno lugar denominado Pale, Palee ou Paula, no lado oriental da baía de Colla (o. c., I, p. 55).

(3) A 6 milhas ao sul de Pale.

(4) 4 milhas e meia a norte do rio Sal.

(5) No rio Kalinadi.

(6) Texto português: Carapatanam, / Damdrivar, / Bamda, Goa Velha / e nova / / Aliga / Ancoll / Vpale Rijo de Sall a ponta darrama cimtacora amjadiva (p. 374). Texto italiano: Caraptam, Damda, Mai, Banda, Goa la vecchia et la nuova, Alinga, Amcolapalle fiume del Sale et la punta di Rama e Cintacola, Amiadiva (o. c., p. 355).

saem, de Angediva até Mangalor: Mirgeu (1), Onor (2), Baticalá (3), Baçalor (4), Baira Vera (5), Bacanor (6), Udipiram (7) e Mangalor. Destes portos dos reinos dos Canarins, Baticalá era «a mais honrada cousa» «por razão dos muitos mercadores que tinha».

Não o acompanharemos no pormenor com que descreve as interdependências e importâncias dos reis dessas regiões, nem outras muitas minúcias, para terminarmos com a nota de que existem grandes templos na terra dos Canarins, e que os brâmanes são numerosos e de «muitas sortes e ordens», uns castos, outros não.

Ao chegar a Narsinga adverte que «estas terras províncias, S. decanins do Reino de Daquém; concanins, do Reino de Goa; Canarins, do Reino de Narsinga, cada um tem sua proveniência». Por serem terras do rei de Narsinga, determinou tratar aqui já deste reino, não obstante ser maior potentado «na banda de Coromandel». Quando aí chegar, não deixará, porém, de referir algo mais.

«O Reino de Narsinga é cousa grande e muito honrada». Tem fronteira com o reino de Daquém e de Goa, «e esta parte é canarim, cuja cidade principal é Biznagar, onde o Rei está de assento»; com alguma parte do senhorio do reino de Bengala e com o reino de Orixa, «da banda do Ganges, na saída do mar», isto é, a oriente; no interior, com as serranias de Deli; da parte do mar-oceano, isto é, ocidental, com as províncias do Malabar, de Coromandel e Benuaquilim.

Noutros tempos, o reino de Narsinga senhoreava quase todo o reino de Daquem, até Bengala, incluindo Orixa e todas as províncias marítimas. Agora, apesar de grande, não é tanto, porque os de Daquem, Goa, Malabar e Orixa têm rei (8). Deixando o reino de Deli, esta é a maior província

---

(1) Moderno Mirjan, no monte do rio Ganga'wali, ao norte de Honawar.

(2) Honawar.

(3) Bhatkal.

(4) Basrue, aldeia de Coondapur ou Kundapur, no sul do distrito de Kanara.

(5) Não identificada (cf. *Ibd.*, I, p. 61).

(6) Antiga aldeia de Barkur, em Kanarese, a tradicional capital de Taluva.

(7) Udipi, cidade cerca de duas milhas e meia de Malpe ou Mulpi; à entrada de Udiyavara Hole (rio Malpe), cerca de 30 milhas ao norte de Mangalor.

(8) No texto: «Aguora nom he tamanho que daquem E guoa & o malabar E orixa tem Rex» (o. c., p. 351). Em Ramúsio, percebe-se bem, ou porque a fonte foi outra, ou porque deu sentido à frase, como nós fizemos, em virtude da afirmação seguinte sobre a grandeza do reino de Deli.

destas partes, segundo dizem, das Índias. O rei é gentio, canarim de nação, «e doutra parte, quelim». «Quando repousa, é em Biznagar, cidade de 20 000 vizinhos (que), jaz entre duas serras. As casas não são geralmente muito adornadas; as casas ou paços do rei são bem obradas, grandes e o rei bem acompanhado de fidalgos, gentes de cavalo». Apesar de andar permanentemente em guerra, na corte tem mil «moças jograis» e 4 000 homens do mesmo ofício, todos eles quelins, «porque os naturais desta província de Talingo são mais aptos nas graças e arremedar que em outras».

E por aqui se fica, deixando o mais «na descriçam do outro seu senhorio». Acabada a primeira Índia em Mangalor, terra de Canarins, principia a segunda Índia, ou Meia, que começa em Maiciram, primeiro porto da terra do Malabar, e acaba no rio Ganges, «pelas confrontações do Reino de Bengala». Compreende apenas duas partes — uma, em que se descreve o Malabar; outra, em que se completa a notícia do rei de Narsinga e se ocupa do reino de Orixa ou Odia.

«A província do Malabar começa de Maycerá. porto del-Rei de Banignar (1), que confronta com Mangalor, terra de Canarins, del-Rei de Narsinga, e acaba no Cabo de Comorim, terra del-Rei de Coulão, que confronta com o dito Reino de Narsinga, na Província de Talingo» (2). No interior, é cercada de altas serranias, que se dividem do reino de Narsinga, ao mesmo tempo que, impedindo a passagem dos ventos, tornam o Malabar fresco (pois evitam os ventos secos); o Coromandel, estéril, sem vegetação (por impedirem os ventos húmidos).

A sua costa medirá cerca de 110 a 120 léguas (3), ao longo da costa, e o interior, através de montanhas, será cinco léguas e, a lugares, quinze. Os barcos mais frequentes nos portos do Malabar eram, além dos tones, os catures e batéis de remos compridos, «cerrados por cima, quanto um homem pode entrar de ilharga. Voga cada um, de 10 até 20 remos. São ligeiros. A frota do Malabar orçava por umas 400 naus de carga, entre grandes e pequenas. «São naus ladas, largas por baixo. Carregam muito e demandam menos fundo que as de quilha». De outra forma, não era possível navegar na costa, sobretudo de Comorim até Paleacate. «E porque Ceilam faz canal com esta terra e no meio é de baixa mar, de braça

---

(1) O. c., p. 352. Na p. 358: Bãmgar. — Ramúsio: Bisinagar (pp. 356 e 358).

(2) Ou Kalinga, nome antigo da costa de Telugu, na baia de Bengala, entre o rio Kistua e o rio Mahanadi.

(3) Em Ramúsio: 340-360 milhas.

e meio, que se chamam os baixos Chilão, foi necessário fazerem-se ladas». Havia ainda navios mais pequenos, a que chamam pagueres, que carregam tanto como caravelas, também numerosos.

Todo o Malabar, na orla marítima e numa profundidade de légua e meia a duas léguas, e sobretudo de Cananor a Birinjau, no reino de Coulão, está coberto de palmeiras e arequeiras, cujo fruto, eles denominam, respectivamente, coco e arecas, e noz, *nuces Indiae* (1) e avelãs. Existe também grande quantidade de bétele. A sua exportação incide, pois, sobre «copra, que são cocos secos sem casca; cocos maduros; arecas, que nascem de Cochim até Cananor; bétele; açúcar de palmeiras, a que chamam jagra; azeite de coco; cairo, que é esparto da lanugem ou coberbertura das nozes índicas sobre a casca macada, que se usa muito, por não apodrecer senão molhado em água doce; pimenta, que se produz sobretudo de Chatua até o Reino de Caia Coulão (Caicoulão), em quantidade que vai até 20 000 bares; gengibre, que nasce de Calecut a Cananor, sendo melhor o de Calecut, calculando-se a sua produção anual, para cima de 2 000 quintais; tamarindos e mirabolanos, que são citrinos índios que abundam nos matos. O Malabar importa, principalmente, arroz, que lhe vem de Goa e Narsinga, para as terras de Tanor até Maicerão — arroz frio; e de Talingo para as terras de Tanor até Coulão — arroz quente».

Divide-se toda a província em vários reinos, dispondo de muitos portos, em geral pequenos e de relativa importância. O primeiro é o de Bangar (2), em que se situam os portos de Maicerão (3) e Maiporão (4). A terra é abastada em arroz e peixe. A gente, não obstante ser pouco numerosa — o reino também tem pequenas dimensões —, dedica-se muito à guerra, usando, nas flechas, setas de ferros compridos e lagos. «Daqui são os fanões». O reino de Cota (5) não dispõe de portos porque se situa no interior. «Faz esta moeda», contra a vontade dos demais soberanos do Malabar.

---

(1) Nozes da Índia. Ramúsio traduz *noce d'India* (o. c., p. 356v.).

(2) No texto italiano: Bisnagar. — Segundo A. Cortesão, provàvelmente Bandadekar, no interior entre Mangalor e Cananor (o. c., I, p. 74).

(3) Provàvelmente, Manjeshuar ou Manjeshwaram, 9 milhas a su-sudoeste de Mangalor.

(4) Na *Suma Oriental* como noutros textos congéneres, há falta de uniformidade na maneira de escrever os topónimos, chegando mesmo a notar-se divergência no próprio texto e, na sua tradução, Ramúsio aqui escreve *Maipoleam*, enquanto o texto português grafa *Mayporam*. Trata-se de nome não identificado.

(5) No texto português: Rey de Cota e Rey Dacata; no italiano: Re di Cota. — Provàvelmente Kottaim, distrito a leste de Cananor.

O reino de Cananor é extenso e muito populoso, dispondo de vários portos: Combula (1), Coti Coulão (2), Niliporão (3), Hieri (4), Balca (5) e Patanão (6), Cananor, Tarmapatão (7) e Marlarianim (8). A cidade tem grande trato. O rei pertence à casta brâmane. Mas a barba muito comprida que usa é «sinal mais mourisco que de sacerdote gentio malabar».

O reino de Calecute fica entre o de Cananor e o de Tanor. Os portos são pequenos [Comba (9), Pudupatanão (10), Tiricorim (11), Bairacono (12), Coulão (13), Pandarane (14), o mesmo que Coulão, Capocar (15), Calecute, que «não é bom, por ser encosta de mar», Chaliá (16) e Paripurão (17)]. Mas a cidade de Calecute alberga muita gente e mantém grosso trato, com mercadores malabares, quelins, chetins e estrangeiros de todas partidas, assim mouros como gentios. Tomé Pires acha mesmo que é «a melhor cousa de todo o Malabar». De menor extensão que o de

---

(1) Kumbala, a sete milhas e meia de Manjeshwaram.

(2) Kattakulam, moderno lugar no sul do Kanara.

(3) No texto português: Njliporam; em Ramúsio: Nilexoram e Nilixoram. — Talvez as aldeias de Nileshweram, ao sul de Kasaragod.

(4) Lugar na baía ao sul do Monte Dely ou Jelly Paud.

(5) No texto português: Hyeri Balea e Hieri balca; em Ramúsio: Heri balca e Licrebalta.

(6) Texto português: Patanam e Patamam; Ramúsio: Patanam e Patananam. — Balea Patanam, Baliapatam, Valarpattanam ou Azhikkal, pequena cidade e porto no rio do mesmo nome, 5 milhas ao norte de Cananor.

(7) Português: Tarmapatam; italiano: Turmopatam e Termapatam. — Durmapatan ou Dharmapatna, 7 milhas a sudoeste de Cananor.

(8) Português: Marlarjanj e Mailariavij; italiano: Murlariam e Marlariaor. Lugar de Madayid, também chamado Pazhayangadi.

(9) Chombakulu, pequeno porto ao sudoeste de Mahé, na foz do rio do mesmo nome.

(10) Em Ramúsio: Pudipatanam e Pudepatanam. — Puthupanam ou Puthupatta.

(11) Em português: Tiricorij e Tiricorj; em italiano: Teri, Cori e Tiri, Corci. Tricodi.

(12) Topónimo não identificado.

(13) Pequeno porto, cerca de três milhas de Kadalur, junto do qual fica o lugar de Pandalayini

(14) Em português: Pamdaranj e Pamdarane; em italiano: Pandarani e Poramdarani.

(15) Parece ser o pequeno porto de Kappatta, entre Kollam e Calecute.

(16) Em português: Chaliaa e Chalia; em italiano: Chalia e Calia. Chaliyam, lugar à entrada de Chalium ou rio Chaliyar.

(17) É difícil estabelecer a correspondência nos dois textos. Em Ramúsio: Parapuram Cori e Parem Poram Ar (entre os portos de Chaliá e Tanor); no texto português, entre os mesmos portos: Para Purancory e Pariporãary. — Lagoa regista o porto de Parapurão *(Barros)*.

Cananor, possui, no entanto, «melhor gente de guerra», e «é terra bem assombrada».

O reino de Tanor ainda tem menor extensão que o de Calecute, mas a população é densa. Só possui o porto de Tanor. Seguem-se os de Panane, Beliancoro ([1]) e Chetúa ([2]), que, embora o povo os considere reinos, não são reconhecidos pelos demais reis do Malabar. Governam-nos senhores brâmanes e «caimais», que, por vezes, se acostam ao samorim.

O reino de Cranganor estende-se entre a terra de Chatuá e o reino de Cochim. Populoso, embora de pequenas dimensões; umas vezes, o seu rei encosta-se ao de Cochim, outras ao de Calecute, outras a ninguém... É um bom porto, Cranganor. O reino de Cochim, de si, não passa das ilhas de Vaipim e Cochim que, juntas, devem ter 6 000 «homens naires». A sua importância advém-lhe dos senhores que possuem vastas terras e são vassalos seus. «Pelo poder que tem de Vossa Alteza, é agora maior que todos e cabeça de toda a terra do Malabar e mais honrado que todos e mais estimado». O porto tornou-se de grande trato e a cidade, importante.

O reino de Caicoulão ([3]), em parte, confina com terras dos senhores do reino de Cochim e, do outro lado, com o reino de Coulão. As suas terras, em grandeza, aproximam-se das de Calecute. A sua frota supera a de Coulão. A maior extensão de terras do Malabar pertence à jurisdição do rei de Coulão, cujo reino se estende até Travancor. Também excede a todos, quanto à população. A capital é escala de navegação muito importante. Antes de os Portugueses aí chegarem, o rei de Ceilão pagava-lhe tributo de 40 elefantes por ano. Além do porto de Coulão, possui o de Bilinjão ([4]). Seguem-se os reinos de Travancor e de Comorim, que termina em Quaile ([5]). «Esta terra de Comorim já não é boa como as outras: não tem palmeiras, salvo cousa pouca».

([1]) Português: Bely Ancoro e Beli Amcoro; em italiano: Beliamcor e Beli, Ancoro — Veleankode ou Velijangod na entrada do rio Kanniramukker, 4 milhas a sudoeste de Ponani.

([2]) Chetwayi, cidade moderna em ilha da foz do rio do mesmo nome.

([3]) Italiano: Caicolam; português: Caya Coulam, — Kayankulam, cerca de 50 milhas a su-sudoeste de Cochim.

([4]) Português: Bilinjão e Bilinjao; italiano: Beliaiam e Brimião. Lagoa regista Biligão e Beligão, que identifica com Weligama, — Vilinjam, cerca de 40 milhas sueste de Kayankulam.

([5]) Porto perto do extremo sul da Índia, oposto a Ceilão.

Os soberanos do Malabar andam contìnuamente em guerra uns com os outros. Além dos reis, governam esta terra «grandes caimaes», alguns dos quais maiores que muitos reis, embora sem esse título. «Chamam-se caimaes, senhores de terras e vassalos. Há no Malabar caimal de 10 000 naires e outros de 100 e 200 naires». Os reis pertencem à casta brâmane. A sucessão faz-se, não pelos filhos, mas por irmãos e sobrinhos. E, porque os brâmanes não podem casar com naires, «dormem com as irmãs do Rei», «para fazerem casta nas irmãs» e suceder o mais velho. Os monarcas casam as vezes que quiserem, «e depois de terem as mulheres, as dão em casamento, à guisa da terra, a pessoas honradas». Os filhos dos reis são naires como os outros. Todos os brâmanes são sacerdotes, e trazem uma linha dependurada do ombro esquerdo, mas debaixo do braço direito é de 27 fios, feitos em três. A melhor geração dos brâmanes são os chátrias e, depois, os patadares, os nambuderis e os namburis. De sangue antiquíssimo, são mais limpos que os naires e os mais honrados estão com o rei do Malabar. Tem «o cargo de estar nos turocois (1), rezando»; não comem «cousa que fosse viva de sangue», não trazem armas consigo nem vão à guerra, andando por onde quiserem, mesmo em tempos de guerra. As «brâminas», que são «molheres castas», podem «dormir com naires», sempre que queiram, mas «o naire nom com bramina».

Os naires, por sua vez, não conhecem os pais nem os filhos. «Não casam as nairas». «Quantos mais amigos têm, tanto são mais honradas». A nenhum homem da casta dos poleás é lícito tocar numa naira, sequer com a mão ou com uma pedra, sob pena de ser morto ou vendido. Como o filho não pode ser mais honrado que o pai, brâmanes são os filhos dos brâmanes, naires os dos naires, e os dos ofícios mecânicos ou jograis cantores ou feiticeiros, seguirão os ofícios dos progenitores. A casta mais baixa é a dos «páreos» (os párias), «que comem vacas». «São letrados feiticeiros; os poleás, lavradores e os beituás; os mainates, lavandeiros; os iravas, pedreiros; os poleás são tangedores nos turucões ou em festas; os canjares são balhadores nos templos e pagodes; os macuás, pescadores; os canacos fazem sal, depós estes, carpinteiros, ourives e todo outro ofício mecânico, e depos estes os irauaas, homens que fazem os vinhos». Nenhum destes pode passar pela estrada dos naires e fogem deles, sob pena de morte.

---

(1) Noutro passo escreve *turicoll*.

Tomé Pires calou «outras meudezas desta provincia» e, sobre as castas, também nos tivemos de reduzir ao mínimo. «A gente do Malabar é preta e della (alguma) baça parda». A «gente baixa» é «muito pobre e são grandes ladrões». Em todo o Malabar há «grandes idolatrias e feitiçarias e fortes gentilidades». Relacionadas com elas, estão as cobras-de-capelo, uma das maravilhas que os Portugueses encontraram na Índia, ao serviço de feiticeiros, que as traziam em panelas, fazendo-as «no chão andar bulindo» e «agarrando-as à mão». Tidas por santas, entre os brâmanes e naires, que, não só as não matam, mas as criam em lugares apartados da sua horta, alimentando-as com arroz cozido. Pequenas, pretas, de grossura de um dedo polegar, têm de comprimento três a quatro palmos. Dispõem de presas e o «coiro froxo» na cabeça, de forma que, quando se encrespam, «fazem maneira de cobertura a que chamam capelo». A sua mordedura é mortal. Há ainda cobras de bafo, que «dizem» ser «deste tamanho e de grossura do colo do braço» e que matam, «só do ar». Deixando escapar sinais de cepticismo, acrescenta: «nunca vi homem que a visse».

Apesar de todo o gentilismo que assinala, também deixou escrito que «todo Malabar crê a Trindade, como no Padre, Filho, Espírito Santo, três pessoas um só Deus verdadeiro». E, como na margem anuncia que, nesse parágrafo, se ocupa da «crença do Malabar» e no texto, que ela é de «todo o gentio», de Cambaia a Bengala, podia pensar-se que Tomé Pires estava convencido de que, no Malabar, não havia outra religião, se não tivéssemos já visto que concede aos brâmanes o lugar de sacerdotes, que lhes compete no quadro das crenças do Indostão. Aliás, mais adiante, precisará que «os cristãos do tempo de S. Tomé Apóstolo» andam à volta de 15 000, na maioria, oficiais e gente pobre, pois não passam de 2 000 os «homens honrados, cavaleiros, mercadores, gente estimada». Esclarece ainda que estes cristãos «dos antigos» se circunscrevem à área de Chetua até Coulão e adianta que, fora daí, os que há, aliás numerosos, «são tomados em tempo de vosa alteza».

Sobre as habitações dos malabares, informa que a ninguém é permitido cobrir as casas de telha, «salvo se fôr turicol ou mesquita ou casa de algum grande caimal, por mercê». Receava-se que se tornassem «fortes na terra».

Como boticário, Tomé Pires não deixou de se inteirar, vinte anos antes de Garcia de Orta, de algumas doenças dos habitantes do Malabar.

Verificou que «muita gente», «assim naires como brâmanes e suas mulheres e também na gente baixa, geralmente a quarta ou quinta parte de todos, tem as pernas muito grossas e inchadas de grande grossura». «Toda esta inchação é igualmente dos joelhos para baixo e não tem dor, nem se sentem da tal enfermidade». «Cousa feia de ver», ocasiona frequentemente a morte. «Dizem que procede das águas por onde passam, porque a terra é apaulada». Na linguagem da terra, denomina-se pericais essa doença.

A respeito deste mesmo assunto, soube ainda que, «nas enfermidades, não comem carne os doentes. Sòmente pescado têm por dieta. O principal remédio é tangerem-lhe atabaques e outros sons, dois, três dias, que dizem que têm virtude». Quando o doente tem febre, come peixe e lava-se muitas vezes. Se vomita, lavam-lhe a cabeça com água fria. Se tem fluxo grande, bebe água de lanha (1), «que é coco novo», e imediatamente estanca o sangue. Se se querem purgar, «bebem folhas de figueira de inferno, pisadas, ou o sumo (2) ou a semente e purgam muito e com a purga se lavam. Se são feridos de grandes feridas, azeite de coco quente escorrer uma hora e duas horas sobre a ferida, cada dia duas vezes e são sãos». Em oposição a estes tratamentos, apresenta um só exemplo do que se passa nos arraiais portugueses: «Os nossos homens com febres, comem galinhas gordas e bebem vinho e são sãos». A muitos acontece isto. E os que se poem em a dieta, gastam-se».

Bengala é terra abastada de mantimentos, carne e pescados, em que se vende barato o arroz e o trigo; tem rei mouro, mas é governada por abexins. A maior parte dos bengalas são «pretos, nédeos, gentis, homens agudos, mais que todas as nações sabidas». Os abexins, salvo os que andam na guerra, são capados e servem nas câmaras dos reis.

Pagam-lhe tributo os reinos confinantes de Orixa, na parte de Coromandel; de Racão, do lado de Pegu; de Típura, pela parte do sertão. O porto principal do reino é o da cidade que lhe deu o nome e que está dois dias de viagem distante da foz do rio Ganges. A cidade de Bengala contém uns 40 000 habitantes. O segundo porto chama-se Sadegão (3)

---

(1) Ramúsio traduziu livremente: bevono ácqua, nella quale sia bollita quella stoppa ouer lana, ch' é sopra il coco fresco.

(2) Texto português: *cumo*, a que falta, evidentemente, a cedilha.

(3) Cidade em ruínas a noroeste da moderna cidade de Hugli, 23 milhas ao norte de Calcutá. Foi a capital mercantil de Bengala.

e fica adiante de Orixa. «É bom porto, tem boa foz, é boa cidade rica, onde há muitos mercadores». A sua população orça por 10 000 «vizinhos». As outras cidades na terra firme têm todas pouca importância. O porto da cidade de Orixa pertence ao reino de Orixa e os de Cultarei, Arjamom [1], Paleacate [2], Naaor [3], Nagapatão ficam na Bonuaquelim, terra de Narsinga [4].

Como de costume, Tomé Pires dá a pauta das mercadorias exportadas e importadas, com menção dos lugares de origem, taxa que pagam à entrada, e tempo de monção para a partida e chegada dos barcos que andam no transporte comercial. A seguir apresenta o valor da moeda e equivalência dos metais, entre Bengala e Malaca. «Em Bengala vale mais o ouro a sexta parte que em Malaca e a prata é mais barata», a quinta parte e às vezes a quarta. A moeda de prata denomina-se *tancat* e pesa meio tael, que são quase 6 oitavas. Em Malaca, esta moeda vale 20 *calains* e em Bengala 7 *cahon*, equivalendo cada *cahon* a 16 *pon* e cada *pon* 80 búzios. Em Bengala, os búzios são conhecidos por *curi*. Correm por moeda em Orixa, em todo o reino de Bengala, em Racão e em Martamane, porto de Pegu. Os de Bengala são maiores, «com uma beta amarela pelo meio».

Entre Bengala e Pegu, situa-se o reino de Racão [5], que no sertão confina com a serra grande que se chama Capelamguam. Daqui vêm os almíscares e rubis para a grande cidade de Ava [6], «que é a principal cousa do Reino de Racão». Embora extenso pelo interior, apenas dispõe de um porto na costa — Mayajery [7]. Neste reino corre como moeda o *cãça*, «que quer dizer fruseleira em pedaços» e os búzios brancos como os de Pegu.

---

(1) Armagon Shoal, a 13° 55′ N.

(2) Pulicat, em 13° 25′ N.

(3) Nagore, porto a 3 milhas a noroeste de Nagapatão.

(4) Ramúsio traz: «Caltari, Ariamã, Paleacate, Naornaga, Patameo, Trerocole, tutti questi sono porti di Bonamchelim, terra di Narsinga». Texto português: «Cultarey, Arjamon, Paleacate, Naãr, Nagapatam do grande e nomeado Turocoll de Narsinga tudo ysto sam portos na bonuaquelim, terra de Narsymgua».

(5) Antigo reino da Baixa Birmânia, que pràticamente abrangia o território da actual Arakon Division, entre as latitudes 22° 30′ e 17° 15′ N e as longitudes 94° 52′ e 92° 11′ E (Lagoa — *Glossário*, I, p. 48).

(6) Antiga capital da Birmânia, hoje em ruínas. Localiza-se em 21° 51′ lat. N e 96° long. E (Lagoa — *Glossário*, I, p. 55).

(7) Parece ser *Myohaung*, no distrito de *Akyab*.

O Pegu caracteriza-se por ser «terra mais farta que todas as que temos vistas e sabidas e mais farta que Sião, quase tanto como a Java». Tem três bons portos no mar. O mais próximo de Racão chama-se Copimi (¹), que assegura o tráfego «da banda de Bengalla e Bonuaquilim»; o segundo, Dogom (²), mais importante que o anterior, no qual se fabricam juncos, por possuir muito boa madeira; o último «é apartado de Martamane (³), e boa cidade grande de mercadores».

Também aqui «fruseleira em pedaços quebrados e sãos» corre por moeda: «e isto sobretudo que é moeda». Noutro passo explica que «a moeda de Pegu por onde se faz a mercadoria, é freseleira, que se chama *cança*. Desta fruseleira *(sic)*, uma é melhor e outra somenos. A fruseleira de cobre e estanho é melhor; a de cobre, estanho e chumbo, a pior. De cobre e chumbo, a cança de Martamane é a melhor. Esta passa por toda a terra a dez calains, três arráteis e cinco onças a viça, que é *cate* e meio da romã grande de Malaca. Estas são do peso novo e as outras valem o *calaim* onze réis e quatro ceitis, à razão de 100 calains por três cruzados. «Vale a *viça* da dita *camça*, 10 calains». «Cada viça destas tem 100 ticas, estas 100 ticas valem tanto como uma viça». «A prata é em arruelas marcadas da marca de Sião, porque de lá vem toda. Chama-se o pedaço na arruela, *caturna*. O peso dela é um tael e meio, que são duas onças e uma oitava e um quarto vale em Pegu quatro viças e meia, e àquem Malaca vale um tael de tijmas que são 64 calains». O outro vale em Pegu o mesmo que em Malaca. Como moeda pequena circulam os búzios pequenos brancos, que valem, em Martamane, quinze mil e uma viças, que são dez calains, quando são baratos; quando muito caros, 16 000. O calaim vale 14 000 e geralmente 15 000. Uma galinha custa à volta de 500. A respeito dos pesos, refere que «o daquim de Martamane do bar é menos que o de Malaca vinte catês»; o de Martamane tem 120 viças que são 180 cates *(sic)* e o de Malaca tem 200. O arroz pesa-se por tons. Cada tom vale 10 guantas das de Malaca afiladas da terra.

O rei mora na cidade de Pegu, que fica no sertão, à distância de um dia e uma noite do porto de Dagam, a quatro dias de Martamane e a oito de Coximim. Os homens são pequenos, sobre o grosso. Andam sempre «tosquiados darredor solapados a meia cabeça e em cima os cabelos mais crescidos». Do bétele trazem sempre os dentes negros; «sobre as cou-

---

(¹) Ramúsio: *Copini*. Texto português: *Copymy*. Parece ser *Cosmim*.

(²) Idem: Pegu. Dagon, nome original de Rangoon.

(³) Idem: ma separato, detto Martabane.

xas» trazem «grande cópia de pano branco e na cabeça, panos brancos à feição de mitra quase». As mulheres são mais brancas, desenvoltas, trazendo o cabelo «à guisa da China».

No caminho de Malaca encontra-se o reino do Sião, que, «da banda da China», ainda há-de aparecer outra vez, «no Rio de Odia». «Da banda do Pegu» tem três portos e «da banda de Pão e Champão», muitos mais. O país é grande, populoso e farto, habitando nele muitos estrangeiros, especialmente chinas. «À terra de Malaca se chama terra de Sião e toda a de Sião, Champão e aí se chama da China» (1). A população é gentia e assemelha-se, tal como quase a língua, aos de Pegu. Os homens são grandes e baços. O rei mora na cidade de Odia e dedica-se à caça. Possui para cima de 500 mulheres e trata bem os estrangeiros, cumprindo os seus embaixadores «o recado», mas os mouros são em pequeno número, porque os siameses não gostam deles. A moeda não difere muito da de Pegu, e não vale a pena mencioná-la.

De Pegu até Malaca encontram-se os portos de Tenaçarim Juncalom (2), Terram. Quedá. Do lado da China, «começando de Pão e Talíngamo, Clam Tam (3), Say (4), Patane, Lugor (5), Martaram, Callnansei, Bancha, Cotinuo *(sic)* Peperim (6), Pangorai. Quedá não passa de reino muito pequeno. «É por um rio dentro». Confina, de um lado, com Terrão quase — «Terrão casy» — e, por outro, com o termo do reino de Malaca e com Baruaz. Quedá é da obediência do rei de Sião. Possui muito arroz, pimenta.

«Agora nos passaremos à banda de Sião, pela parte de China. E acabado de falar de Sião, de alguns portos seus, então entraremos ao Reino de Camboja». Nessa banda, o rei do Sião, além de um secretário e um tesoureiro, por quem passam todos os negócios do reino, entregou a administração e governo a três vice-reis: um, na «banda de Pegu e Camboja»; outro governa no «Pão, Talingan, Chantansay, Patane, Legoumai, Taram Calnãsey banca chotomuj pepory pamgoray; o terceiro na banda de Tenecary terrão e quedá».

---

(1) Italiano: «e cosi quelle di Siam & Campaa, si chiama di China».
(2) Junkseylon, ilha e porto da costa oeste da península de Malaca.
(3) Kota Bharu, na entrada do rio Kelantan.
(4) Saiburi, na entrada do rio Telubin, a 6° 42′ N.
(5) Lakon.
(6) Nome não identificado.

O reino de Brema (1) confina, da banda do sertão, com Pegu e Racão e, do lado da China, com Jangoma, que fica entre Brema e Camboja. O que sabe destes reinos colheu-o em informações de terceiras pessoas. *Dizem... afirmam...* Sobre os habitantes, escreve que são cavaleiros, trazem botas e têm por costume cortarem os narizes aos cativos, «e principalmente aos de Camboja, que primeiro isto usou».

Em cumprimento do prometido, passa então ao Camboja, deixando Malaca para o fim, por razões pessoais. Encontrava-se lá, quando escrevia o livro e considerava-a terra de muita importância para Portugal. Nós, porém, transpomos para o lugar próprio tudo o que Pires sabe a seu respeito.

Do lado de Upe (Upeh), que é em frente de Quedá (Kedah), Malaca vai até ao rio Acoalá Penajim (2). Da sua foz até à fortaleza, haverá umas quatro léguas. De banda de Iler (banda Hilir), em frente de Muar, confina com Acoalá Cação (3), sendo umas três léguas, da fortaleza a este termo. Caminhando de um termo ao outro, «pelo pé do monte que se chama Golom Leidão (4), que é termo da terra firme», engloba-se a área de Malaca. Na redondeza vicejam 1 150 quintas, que chamam duções, umas com palmeiras, outras com oracás; outras com diversas frutas excelentes, de que sobressaem os duriões, «que é a melhor fruta que há no mundo» (5). De Acoalá Penajim até Quedá, a população, em grande parte malaios, distribui-se pelas terras de estanho, chamadas Timas; Cinjojum (6), Clam (7), Calangor (8), Vernão (9) Minjão (em que, numa metade, habitam malaios e, na outra, luções), Baruaz (10), Pirac (11). Do lado do Pão, ficam as povoações de Muar. Comportará uns 2 000 habitantes. O rio Formoso, que por ele passa, e as suas belas quintas transformam-na em «a principal cousa depois de Malaca».

---

(1) Burma, Birmânia.
(2) Talvez Kuala Lingi.
(3) Kuala Kesang.
(4) Gunong Ledang.
(5) O. c., p. 489.
(6) Sungi Jugra.
(7) Klang.
(8) Selangor
(9) Bernam
(10) Bruas.
(11) Perak.

«Além, é o canal de Singapura» que «tem algumas povoações de celates» e constitui termos do reino de Malaca. Todo este território está «na terra de Sião». Fora dele, tem Malaca, desde a ilha de Samotorá, a caminho de Palimbão, os seguintes senhorios tributários:

Ircão (1), reino fronteiriço de Aru; *Rupat, Ciac* (2), Purim, Campar, Andargerim (3), Pão (4) (na terra de Sião), Tucal (5) (na costa do mar), Linga (quatro grandes ilhas, em frente de Palimbão), Celates (corsários ladrões que andam em paraus pequenos pelo mar, que «fazem cabeça de Bintão» (6)). Entre as curiosidades etnográficas que relata, relevamos os casos dos *cabães* — homens fidalgos que não podem morrer a ferro, distinguindo-se por trazerem «no bucho do braço direito», um grão de aço ou outro metal, do tamanho do grão-de-bico, que receberam com juramento de morrer como cavaleiros; e os *amocos*, cavaleiros que «tomam determinação de morrer» e morrem, de facto, sob a influência de vinho.

Porto de grande intercâmbio comercial, ouviam-se em Malaca 84 línguas, «segundo afirmam em Malaca os moradores», diferentes dos quarenta de fora do porto, pelo «arquipélago das ilhas que começam em Singapura e Carimão até Maluco». Não nos demoraremos, nem com a história de Malaca, que Tomé Pires conta por miúdo, nem com a tabela dos produtos exportados e importados, direitos alfandegários, apesar de constituírem belas páginas da história económica, não só do Oriente, mas também da bacia mediterrânica, sobretudo da cidade de Veneza. Não podemos deixar, porém, de referir brevemente a moeda e os pesos usados. A moeda «se fez por calains em timas», isto é, de estanho. «A moeda de estanho meuda são caixas» que valiam, cada uma 111 réis e 4 ceitis, «à razão de 100 calains em timas, por três cruzados cada cem caixas». Um calaim pesa 33 onças. As caixas são como ceitis e trazem o nome do rei. «As peças de estanho são 80 e valem 100 calains, três cruzados».

Também correm em Malaca os serafins de Cambaia e Ormuz e o nosso cruzado, valendo cada serafim 27 calains, que são 320 réis. O cru-

(1) Rokan.
(2) Siak.
(3) Indragiri.
(4) Pahang.
(5) Tongkal.
(6) Bintang.

zado vale 33 e um terço, «à razão de três por cem calains». O ouro e a prata tomam diversos valores, consoante o toque e a sua origem — o ouro de Bornéu, Java, Pão, Menancabo ([1]), dos Quelins, Cochinchina, que fornece «o melhor ouro destas partes» e a prata, de Pegu, Sião e China. Os «tocadoes do ouro» recebem a nomeação do próprio rei, a quem pagam meio cate de ouro por ano. Nas pesagens usa-se o tael, que também é conhecido por tundaia e vale doze mazes, tendo cada maz quatro cupões e cada cupão vinte cunderis. Cada tunda equivale a onze oitavas e meia menos seis grãos e meio do nosso peso. Acima do tael ou tundaia, havia o cate, equivalente a vinte tundaias «a razão de cima, menos 6 grãos e meio», valendo o cate do ouro, prata, almíscar e cânfora de comer, calambac e aljôfar, 28 onças e meia. O cate da mercadoria tem 23 taêes e pesa trinta e duas onças e três quartos e vinte e cinco grãos. A façarola de Malaca tem dez cates destes. Por bar, estas mercadorias, como almíscar, seda, anfião, cobre, etc., valem duzentos cates. Pesa o bar, de arráteis do peso velho, três quintais, duas arrobas e vinte arráteis e seis onças e um terço de medida.

Tomé Pires conta igualmente a tomada de Malaca e entoa um hino mavioso às qualidades da terra, que não podia deixar indiferentes aqueles que lessem o seu livro. Embora nos não interesse aqui o feito de armas, algo importa recolher sobre o entusiasmo que manifesta, por nele estarem envolvidos pormenores de carácter geográfico. Ele pensa que «não podem os homens estimar a bondade de Malaca por razão de sua grandeza proveitosa. Malaca é cidade que foi feita para a mercadoria mais alta que todas as do mundo, cabo de monções, princípio de outras».

Malaca está circundada por muralhas «e jaz no meio». O comércio das nações situadas a mil léguas de distância, de um e outro lado, ali vão cair. «E certo é que este mundo de cá é mais rico, mais estimado que o mundo das Índias, porque a menos mercadoria de cá é ouro, que menos se estima e em Malaca tem por mercadoria». A sua convicção coincidia com a de Afonso de Albuquerque, escrevendo, por isso, a seguir: «Quem for senhor de Malaca, tem a mão na garganta a Veneza até Malaca, e de Malaca até China, e da China a Maluco, e de Maluco a Java, e de Java a Malaca, Samotorá».

Apreciada Malaca, continuemos com o Autor, agora para o Camboja. Pela costa do mar, ao reino de Sião segue-se o Camboja, confinando com Champá. A gente de Camboja é guerreira. Atravessam a terra muitos

---

([1]) Menangkabau.

cursos de água. No mar navegam barcos chamados lancharas. Terra abundante em mantimentos, ouro, almíscar e dentes de elefante. É costume, no Camboja, os senhores se queimarem por morte do rei e as mulheres por falecimento dos maridos.

O *Reino de Champá* (1) fica na costa, adiante de Camboja. Nos seus portos não se podem abrigar juncos grandes. A principal mercadoria é o *calambac*, «que é o lenho aloés, o verdadeiro, a melhor espécie dele, porque o que lá em Portugal se usa, é garo, de que cá há matos». Tem grande diferença «o calambuc em cheiro e sabor e odor, assim como ouro a chumbo em valia». «Tem ouro de toque do de Menancabo (2), em boa quantidade, que vem da mina que vai a Caucky», que pertence também à Cochinchina. «A moeda miuda são caixas da China, e por mercadoria, ouro e prata vale o ouro em Champá a quinta parte menos que em Malaca e a prata, seis».

A Cochinchina situa-se entre Champá e a China e forma reino maior e mais rico do que Champá. Cortam-na grandes rios navegáveis. «Chama-se sua terra em Malaca Cauchy Chyna, por respeito de cauchy coulam». Os habitantes são gentios e não simpatizam com os mouros. Mantêm boas relações com o rei da China, apesar de a gente ser muito afeita às armas. «Têm infindos espingardeiros e bombardas pequenas». «Gasta-se muito grandissima cópia de pólvora em sua terra, assim na guerra como em todas suas festas e prazeres, de dia e de noite». Tem ouro, porcelanas que vendem na China, toda a espécie de tafetás, as melhores sedas soltas de cores «que cá há». Consome muito enxofre, que lhe vem das ilhas de «Solor além da Java». O seu grande comércio é com a China, raras vezes indo a Malaca.

Por fim, a China, de que não pôde proporcionar grande informação, por ainda continuar fechada aos Europeus. Contudo, o quadro que traça é seguro e de dimensões razoáveis. Começa a descrição, denunciando a origem indirecta das notícias. «Segundo o que as nações de cá deste levante contam, fazem as cousas da China grandes, assim na terra como gentes, riquezas, pompas, estados, etc. É grande a terra da China». A sua gente, «branca da nossa alvura». Vestem, os mais, panos pretos de algodão e disso trazem «sayos de cinco q̃tos (= quartos) de nesguas, assim como nós,

---

(1) Reino no extremo sueste da Indochina. Uma parte desta região ainda conserva este nome, enquanto outra é chamada Binh-Thuãn, provincia da Cochinchina.

(2) Antigo reino de Menangkabau, na Samatra.

sòmente que são muito largos». No Inverno, usam feltros nas pernas, «à maneira de peúgas e, em cima, botas bem obradas que não chegam do joelho para cima e trazem suas roupas forradas de peles cordeiras e doutras pelitarias. Trazem deles pelicas, trazem coifas de rede, redondas como peneiras pretas do nosso Portugal. Têm um jeito de alemães. Têm na barba 30 a 40 cabelos. Calçam sapatos franceses, de ponta de ladrilho, muito bem feitos».

Comem porcos, vacas e todos os outros animais. Bebem «gentilmente» de toda a espécie de bebidas. «Gabam muito nosso vinho». Talvez porque diz que se embriagam «grandemente», acrescenta que «é gente fraca e para pouco, esta que cá se vê em Malaca». Comem com dois paus e altamia ou porcelana na mão esquerda junto à boca e com os dois paus. «As mulheres parecem castelhanas. Têm saias de refegos e coses e sainhos mais compridos que em nossa terra, os cabelos compridos enrodilhados por gentil maneira, em cima da cabeça e lançam neles muitos pregos de ouro, para os ter e arredor da pedraria quem a tem, e sobre a moleira, jóias de ouro e nas orelhas e pescoço poem muito alvaiade nas faces e arrabique sobre ele e são alcoforadas que Sevilha lhe não leva a vantagem, e bebem como mulheres de terra fria. Trazem sapatos de pontilha de seda e brocados. Trazem todas abanos nas mãos. São da nossa altura e delas têm os olhos pequenos e outras grandes e narizes como hão-de ser».

A China tem muitas cidades, com fortalezas todas de pedra. O rei reside em Cambara, que se chama Pequim, cidade populosa «e de muitos fidalgos». São vassalos com obrigação de pagar tributo aos reis de Champá, Cochinchina, dos léquios e do Japão; sem essa obrigação, posto que enviem presentes, os de Java, Sião, Pacém e Malaca. O rei nunca se deixa ver, falando, mesmo com os embaixadores por detrás de uma cortina. «Esta é a verdade — acentua com energia Tomé Pires — e não como diziam que estavam quatro homens assentados à vista e falava com todos, sem saberem qual é o Rei».

A respeito da orgânica administrativa, tem noções bem claras. A sucessão do rei da China não se faz por hereditariedade, mas «por eleição do Conselho de todo o Reino». Dificultam a saída do país aos próprios nacionais, cobrando pesado imposto aos que solicitam a necessária autorização de saída com entrada. O mesmo aliás acontece aos estrangeiros: «se é rico, fica sem nada». «E qualquer junco ou nau que passa os termos que lhe são postos para ancorar, perde-se a fazenda para El Rei e a gente morre por isso». Dir-se-ia que estava a escrever, antecipadamente, o que lhe havia de acontecer anos mais tarde, quando lá entrou como embaixador.

Segundo informações que então colheu, os lugares do mar, a partir da Cochinchina, eram, Ainão — enseada em encosta, sem rio, que tem junto umas ilhas onde se pesca o aljôfar; Nantó, Cantão, Chancheu «e outros». Demora-se, porém, exclusivamente em Cantão, por ser o maior, e o sítio «onde é o trato destas partes». Aí descarrega toda a China as suas mercadorias. Fica na foz de um grande rio «que tem de preia-mar três braços e quarto». «A cidade que se vê da foz está assentada em terra chã, sem monte. Tem toda a casaria de pedra e cercada de muro que dizem que é de sete braças de largo e outras tantas de alto. E da banda da cidade dizem que é alcantilada. Isto dizem luções que já ali estiveram e têm portos onde estão muitos juncos grandes». As portas da cidade encontram-se ordinàriamente fechadas.

Do porto à cidade dizem alguns que levam quatro meses. «A verdade é que em vinte dias, a bom andar, podem andar o dito caminho». Trinta léguas antes de chegar a Cantão, para quem vai de Malaca, topam-se, junto à terra firme de Nantó, duas ilhas, em cujos portos, por exemplo Pulo Tumon [1], ancoram os juncos de Malaca. Os de Sião abordam no de Hucham, que fica mais longe da China três léguas. O senhor de Nantó comunica a sua chegada a Cantão e aí se efectuam as transacções e se cobram os direitos: 20 % na pimenta, 50 % no brasil, *idem* no «pão de Singapura», e 10 % nas restantes mercadorias.

Como pesos, usam o *pique*, no valor de cem *cates*, equivalendo o cate a dez *mazes* e cada maz a dez *pon*. Cada cate vale 21 onças dos nossos pesos. «Cada 312 cates de 21 onças fazem um bar de Malaca, da romã (balança) pequena». Também correm na terra, como ceitis, as caixas de fuseleira, empregando-se ouro e prata nas grandes transacções. A principal mercadoria da China é seda branca, crua e sedas soltas de cores, cetins de cores variegadas, damascos «enrolados de tavoleiro», tafetás e outros panos de seda ralos a que chamam xás, etc. Também possui muito aljôfar, almíscar em pó e em papôs, cânfora de botica, pedra-hume, enxofre, cobre, ferro, ruibarbo, vasos de cobre de fuseleira, tachos de ferro fundido, bacios e bacias, porcelanas, de que «não se fala no número». A seda crua trazem-na de Chancheu [2]; sedas de cores; da Cochinchina, damas-

---

[1] Timon, Tamon e Tamão ou ilha de Veniaga dos primeiros escritores portugueses. Actual ilha de Lin Tin, segundo J. M. Braga, e não Sanchuão, como se julgou por muito tempo.

[2] Xancy e Cançy, como Tomé Pires escreve a poucas linhas de distância, devem representar a província de Shensi, a noroeste da China. Xambu talvez seja Si-an-fu, capital de Shensi.

cos, cetins, brocados, xás, loos, de Nanquim, que fica a um mês de Pequim, «por rios»; e de Anquem ([1]), aljôfar, de Ainão (Hainam), etc. Almíscar vem de Xambu, na China, e dizem que em Cancy há as almarias de que tira o almíscar. Também negoceiam muito em sal.

Além do porto de Cantão, está outro porto que se chama Oquem ([1]). É andadura por terra, de três dias e, por mar, um dia e uma noite. Este é porto dos Léquios. Sabe que há outros portos, mas ele não passa de Cantão, «porque esta é a chave do Reino da China».

«Dizem que na terra da China, anda a gente de Tartária e chamam-lhe tartal e a tal gente é branca muito de barbas ruivas. Andam a cavalo, são guerreiros e dizem que da China vão a terra dos Tártaros em dois meses e que na Tartária trazem cavalos, ferrados com ferraduras de cobre. E isto deve ser, porque a China vai-se estendendo à banda do Norte, e bombardeiros nossos dizem que em Alemanha ouviram já dizer daquela gente e de uma cidade que os chinas nomeiam, que se chama *(sic)* e que lhes parece que poderão ir pela tal via a suas terras, em pouco tempo e afirmava, mas a terra, por razão do frio, dizem que é despovoada. Há certos lugares entre os chins e os târtaros: são os Gores («guores») e depois da Tartária, Roxia, dizem os chins. E, porquanto, além da China, na terra firme não se sabe ao presente, aqui, mais terras com que Malaca trate, faço ponto».

À China pertencem os Léquios e, por isso, aqui são tratados por Tomé Pires. Embora este seja o nome por que são mais conhecidos, é certo que também se chamam gores ([2]). Os Malaios dizem que os Léquios se parecem muito com os Portugueses. É uma ilha grande e populosa, tributária da China. Apenas comerciam na China — porto de Foquem — e em Malaca. Bons artistas, fabricam com esmero cofres dourados, espadas e outras armas e como tal são conhecidos no Oriente, como na Europa os de Milão. Idólatras, sacrificam moça formosa que compram, quando escapam de tempestade. «São homens brancos, bem vestidos, melhor que os chinas mais autorizados». «Vão a Japão, que é ilha de sete a oito dias de navegação e resgatam ouro, cobre, que há na dita ilha». «São homens de verdade, mais que os chinas».

([1]) Anquem, Oquem e Foquem correspondem a um só porto — de Fukien (o. c., I, pp. 127 e 129).

([2]) Sobre esta identificação, que a alguns críticos parece pouco provável, e a dos Léquios, com os habitantes da Formosa, ver, entre outros autores, citados noutros lugares, o. c., I, p. 128.

«A ilha de Japão, segundo todos os chinas dizem que é maior que a dos léquios e o Rei mais poderoso e maior e não é dado a mercadoria, nem seus naturais. É Rei gentio, vassalo do Rei da China, tratam na China poucas vezes, por ser longe e eles não terem juncos nem serem homens do mar». «Os lequios, em sete ou oito dias vão a Japão e levam das ditas mercadorias e resgatam ouro e cobre. Todo o que vem dos lequeos, trazem os lequeos de Japão e tratam os lequios com os de Japão em panos lucoees [1] e outras mercadorias».

Uma vez atingido o Extremo Oriente, Tomé Pires regressa, por mar, na sua descrição, e ocupa-se das ilhas que encontra. Burney são muitas ilhas grandes e pequenas, quase todas de gentios, pertencendo aos mouros sòmente a principal. Havia pouco tempo que o rei era mouro. A terra é abastada de carnes, peixe, arroz e çaguu, e os habitantes homens meãos, não muito agudos, parecem mercadores e pessoas mansas. A dez dias de navegação de Bornéu, encontravam-se os luções (Filipinas), que, na maioria, eram gentios. Sem rei, obedeciam aos mais velhos em cabilas. Gente «robusta», «proveitosa» e «trabalhadores». Os bornéus iam às terras dos luções, e às outras ilhas de arredor, «que são sem conto», buscar ouro. Esta deve ser a fonte de informação, se não for algum daqueles comerciantes que, indo de Bornéu a Malaca, aqui mesmo lhe permitiram verificar que pouco diferem dos bornéus. As ilhas produzem abundância de mantimentos, entre outros, mel e cera.

Assim termina o fio da narração que vinha desenrolando desde Cambaia até à China e ilhas limítrofes, anunciando uma segunda rota. «Agora começarei a contar da grande ilha de Samotorá (Samatra), fazendo o caminho de Malaca até Maluco». Num primeiro estádio fixar-se-á na ilha de Samatra e à volta de Gamispolá, pela banda do canal, tornando pelo lado de Panchur até Gamispolá. Promete terminar com a narração da ilha de Java e do reino de Sunda, ilhas de Solor e Timor, de Bima, Cindava, Capre e parar em Maluco. Começando de Gamispolá, é o reino de Achém e Biar Lambri, os Reinos de Pedir, de Piradá, o de Pacem *(Pase)*, o de Bata, de Aru, de Arcat, de Rupart, de Ciac (Siak), de Campar (Kampar), de Tuncal (Tongkal), de Andargerim (Indragiri), de Capocam, de Trintal, de Jamby, de Palimbão (Palembang), as terras de Saçampom (Sekampung), Tulimbavão (Tulang Bawang), Andalos (Andalas), Pirjamão (Priaman),

---

[1] Vocábulo de difícil identificação. Ver *Suma*, I, p. 131. Parece tratar-se de panos confeccionados pelos luções.

Tico, Panchur, Baruez (Baros), Chinquele (Singkel), Mancopá (Melabah), Daia, Pirim (ou Perim) (1). Pirim confina com Lambri e com as ilhas que estão junto com Gamispolá e de Ciac até Jambi. E da outra parte de Pirimão até Panchur é a terra de Menancabo (Menangkabau), que tem três Reis.

Ilhas que fazem canal desde Campar até Palimbão: Pulo Pisão (Pulo Pisang), Carimão (Karimun), ilhas dos celates que se chamam Celaguim, Gim, Sabam (Kunder), Buaia, Linga, Tiga, Pulo Baralam (Pulo Berhala), Banca e Monomby. A ilha de Samatra produz muito arroz, carnes, frutas, etc. Da banda do canal de Achem até Palimbão, os habitantes são mouros e de Palimbão, «tornando a Gamispolá, gentios pela maior parte. No interior também gentios».

As ilhas que chamam Gamispolá (2), são «duas ou três. E mais junto com a terra de Achey e Lambry, haverá obra de dez ou quinze ilhas de três a quatro léguas em redondo». Entre elas, o mar terá duas, três a quatro léguas e perto de terra, vinte a trinta braças. Pertencem ao rei mouro de Achém, cujo reino é a primeira terra da banda do canal da ilha de Samotorá (Samatra). Lambry é pegada com ela. Entre Achém e Pedir está a terra de Biar. O reino de Pedir fica na ilha de *Samotorá*. Foi poderoso quando dominava a terra de Eilabuu e os reinos de Lide e Piradá, afrouxando o seu comércio depois da tomada de Malaca. «Tem Pedir por moeda meuda, caixas de estanho como ceitis: tem drama de ouro que valem nove um cruzado; tem tangas de prata das de Sião, Pegu e Bengala e correm na terra em suas valias e nas mercadorias de muita contia, ouro em pó».

A terra de Aeilabu (3) encontra-se no litoral, cima de Pedir. Já teve rei, mas agora governa-a um mandarim, capitão, vassalo do rei de Pedir. Segue-se o reino de Lide, que confina com Piradá, que é mais populoso. Um e outro têm povoações junto ao mar, merecendo relevar-se Medina, no segundo. Vem depois o de Pacem, que confronta com o de Bata e, mais

---

(1) Grande parte destes e dos nomes seguintes encontram-se identificados ou, pelo menos, localizados em Lagoa, o. c., se bem que seja omitida esta fonte. Assim, «Daia, reino de — Nome dado por João de Barros...» (2.º vol., p. 3).

(2) Pequeno grupo de ilhas e ilhéus, ao nordeste da ilha de Samatra, «dos quais são proeminentes Pulo Weh, Pulo Bras ou Lampujang e Nasi Besar ou Dedap, que formam o estreito ou passagem de Bengal, em 5° 40′ lat. N. e 95° 12′ long. E.» (Lagoa — o. c., p. 67).

(3) Kuala Ayer Lebu.

para o interior da ilha, com o rei de Manicopa, «que sai à outra banda do mar».

A maior parte da população de Pacem é de Bengala. A capital, que conta cerca de 20 000 pessoas, tem o mesmo nome de Pacem, mas também se conhece pelo nome da ilha (Samotorá). Os Mouros dominam este reino há uns 160 anos, em que levantaram rei mouros da casta dos Bengalas. A cidade de Pacem fica pelo rio dentro, obra de meia légua. «E o rio será, como o de Pedir, daquela maneira, algum tanto mais largo, pouca cousa. Ambos os rios têm padrões nossos nas estradas». A produção da pimenta atinge oito a dez mil bares anuais, mas dura menos que a de Cochim e é menos gostosa e aromática.

A moeda que corre é miúda como ceitis; uns de estanho, com o nome do rei que reina, e, outros, de ouro, «pequeninos», a que chamam dramas, do valor de 500 caixas.

O reino de *Bata* confina com o de Pacem e com o de Darum. Foi ele que recolheu a nau *Frol de la mar* «que, com tormenta, se perdeu davante sua terra e dizem que recobrou tudo quanto água não podia danar». Entre os produtos da terra, Tomé Pires sublinha as «canas que chamam rotãs», de que tem grande quantidade, que é boa mercadoria, porque «servem de cabres e de fio em tudo». O reino de *Darum* era o maior da ilha de Samotorá. Dispunha de muitos lancharás com que andava no mar em permanente pirataria. O rei é mouro e vive no interior. Terra baixa e de muitos rios. «em si é alagadiça, que se não pode entrar». Graças a estes e outros rios, «toda a ilha de Samotorá se navega».

A propósito das lutas intérminas dos reis deste Extremo Oriente, Tomé Pires refere o provérbio corrente: «Daruu com Malaca, Achem com Pedir, Pedir com Quedá e Sião, Pão com Sião; da outra banda Palimbão com Língua, Calates com Bajus», etc. (1), Daru *(sic)* produz muito arroz, de boa qualidade, «tem cânfora de comer», ouro, benjoim, aloés «de butica», rotãas, breu, cere, mel, etc. Em certos meses há feira franca de escravos, podendo lá ir comprar quem quiser. «E algumas pessoas mandam comprar seus filhos e filhas, as mães e maridos, as mulheres».

Com rei mouro, fica, ao lado de Daruu, o reino de *Arcat*, que da outra banda confronta com o Yrcão, que por sua vez pega com a terra de Rupat. «Muitos dos seus habitantes são celates, que quer dizer, na linguagem

---

(1) O. c., I, p. 400.

malaia, ladrões do mar». A Rupat segue-se Purim, vindo depois os reinos de Siac, de Campar, de Compom (adiante: Campocan).

Em frente do reino de Campar ficam as ilhas de Carimom e de Selagui gui e de Sabam, «que começam a fazer canal para Java e outras bandas. Entre as ilhas e a terra de Campar chama-se o Canal de Campar, porque dali começa». No rio que sulca esta terra faz-se «um macareu grande», em que juntando-se as águas de vários rios, em espaço apertado, sobem muito alto e derramam-se com tal força que submerge e espedaça tudo quanto encontra.

Entre Campar e Andargerim encontra-se a terra de Campocan. Em vez de rei, governa-a um mandarim, sujeito a Malaca. «Tem defronte de si as ilhas de Buaya, que fazem o canal». Seguem-se outras regiões sujeitas a Malaca: os reinos de Dandarguerim, as terras de Tuncal e Jambi, Palimbão, termo da ilha de Samotorá (Samatra). O primeiro conta com um porto de relativa importância, denominado Menancabó. Jambi tem defronte as ilhas de Pulo Berela. Em frente da terra de Palimbão vêem-se, no canal, as ilhas de Monomby e as ilhas de Banca e Palimbão. O canal é formado pelas ilhas de Pulo Picão, defronte de Siar; as de Carimão, dos Celates e Sabam, em frente de Campar; de Buaya, defronte do Capitão e as de Língua, em frente de Andarguery. Pela ponta das ilhas de Língua «contra as ilhas de Buaya se faz o canal para Pão e Bintá e para Sião e todas as outras partes».

Em frente de Tuncal ficam as ilhas desertas conhecidas por Calantiga. «E defronte das ilhas de Berela *(sic)*, também são desabitadas», quererá dizer, como já referiu, que defronte de Jambi ficam as ilhas de Berela. Diante de Palimbão, «na primeira terra, as ilhas de Monomby», densas de população. «Defronte da derradeira terra de Palimbão estão as ilhas de Banca», que agora vê reduzidas a mil almas, as sete ou oito mil que dantes tinha. «Defronte de Tana Malaio está a ilha que se chama Luceparim, no cabo do canal». «Desta ilha contra lesnordeste são tudo ilhas e restingas e contra leste é o canal para Maluco e contra lessueste até o sueste, é a Java, e do sudueste até o este é o Reino de Sunda e desde Luceparim até à primeira terra de Java, que demorará a lessueste ou ao sueste, serão 120 léguas. A primeira terra que se toma na Java e a ilha de Mandalica que é pegada com a terra de Jarapara, três ou quatro léguas do porto de Patim Onuz (...), de Luceparim a terra de Japará, naus nossas irão em três dias, com suas noites vento de monção».

«No cabo da terra de Palimbão está a terra que se chama Tana Malaio. Tem defronte de si as ilhas de Luceparim e a esta ilha tem dois canais — um da banda de Palimbão e outro melhor, contra as ilhas de Banca. E confina esta terra com terra de Bacampom». «Desta terra dizem que sairam os fundadores de Malaca, Paramicura». «Agora começamos de tornar pela ilha». Quase caminho de oeste, encontra-se a terra de Saçampom, que confina, de um lado, com Tana Malaio e, do outro, com Tulimbavão: «Dizem que está à vista de Sunda». Os seus habitantes, parte «são cafres, como é certo que quase toda a ilha de Samotorá». A terra de Tulumbavão («Tulumbauã» — «Tulimbavam) confronta com Saçampom e Andalaz. O reino de Andalos confina com a terra de Tulumbavão e o rico reino de Piramã e, no interior, com os reis de Menancabo. «Defronte de si, andadura de um dia e uma noite, tem a terra de Sunda e entre Andalos e Sunda é mar». Diziam-nos os Guzarates, que aí vinham carregar cravo, noz, massa, sândalos brancos, etc., que por esse lado se não podia navegar, por causa dos restingas, «o que não é assim, antes é fundo e de boa navegação». Eles costumavam entrar por Sunda «e corriam a costa, de Chemano e Pemano, Choroboam, toda a terra de Demá Japara e tornavam sobre Tubam e dali a Agacim, o que tudo faziam com uns ventos».

«Do Reino de Andalos, torno a terra, virando ao noroeste, até dar nas ilhas que estão junto com Gamispolá. E, começando a virar, nos mostra a terra o Reino de Piramam», que confina com Andalos e com Tico e, pelo sertão, com Menancabo. Nesta costa juntam-se três reinos: Piramá, Tico, Panfur (Panchur ou Barus). O reino de Tico, de um lado, pega com Piramá e, do outro, com o reino de Panchur; no interior, com a terra de Menancabo. O reino de Panchur, como lhe chamam os Guzarates, ou Baruũs (na margem: Baris), como se diz em Samotorá, confina com Tico e com o reino de Quinchel. Em frente fica-lhe a ilha de Minhac Barras. «Este Reino é cabeça do trato destas cousas de toda a ilha de Samotorá», escala por onde se escoa o ouro e a seda, o benjoim e a cânfora, etc.

Estes três reinos «têm a chave da terra de Menamcabo», quer por todos serem parentes, quer por esses reinos ficarem à beira-mar, tornando-se, por isso, entreposto de todo o comércio com os Guzarates. Muito populosos, deles emigram para Sunda e para as ilhas de Divá, «porque as ilhas de Divá vêm chegar defronte de Sunda e vão por diante de toda Samotorá, da banda de aloeste até Gamispolá e até Cananor». «E destas partes, em cinco dias vão às ilhas de Divá, segundo afirmam os mercadores». «Dizem os pilotos que de Baruz para Sunda que o caminho não é

muito limpo e que até Baruz é limpo, sempre junto com a terra». Ao testemunho de mercadores e pilotos, junta o seu: «Eu fui já por detrás desta ilha, obra de quinze léguas e junto com terra achávamos vinte e cinco braças».

Defronte do reino de Baruz fica a ilha de Maruz Minhac, muito populosa. O reino de Quinchel confina com o de Pão e o de Mancopá ou Daya e, pelo interior, com antropófagos. O reino de Mancopá ou Daye vai quase dar às ilhas que estão pegadas com a terra de Lambrim. «E porque já é feito o recontamento de toda a ilha de Samotorá, a redor, segundo a promessa da primeira nação, agora não parecia bem ficarem os Reis de Menancabo sem deles se dizer, pois são favorecidos de ouro». «Da banda de Malaca começa a terra Darcat. Até Jambim se chama terra de Menamcabo, posto que mais verdadeiramente seja o sertão e da outra banda da ilha de Samotorá contra o sul, é Piramam, Tico e Panchur. Por estes portos se despende todo o ouro da terra de Menamcabo e sem dúvida aqui é o principal da ilha toda, onde o ouro nasce». «A principal mina donde se tira o ouro e mais grosso é a terra onde passa o rio que se chama Suenciniguis e a segunda onde se acha mais em pó chama-se Marapanlaguim».

«Dizem os que já foram na terra de Menamcabo que há um mar de água doce que será seis léguas em redondo e duas em largo e que darredor dele há muitas povoações e que navegam no dito mar». «Segundo dizem, parece com razão a ilha de Samotorá ter arredor 700 léguas, começando das ilhas de Gamispolá até tornar a elas». «E não há dúvida terem as ditas 700 léguas e mais».

Segundo uns informadores, o reino de Sunda será metade da ilha de Java. Outros, porém, «a que mais autoridade se dá», afirmam que não passa da terça parte e mais um oitavo. A ilha de Sunda, que termina com o rio Chemano (Chi Manuk), que a separa de Java, deve compreender 300 léguas de perímetro. A língua de Sunda diverge da de Java, «posto que é uma só ilha, a qual divide o rio Chemano»; «isto verá quem estiver na terra, porque as árvores dos extremos a lugares, tocam os ramos de umas a outras».

O rei habita, a maior parte do tempo, na grande cidade de Daio, que fica a dois dias de «andadura» do porto principal Calapa. Criando-se, no interior, veados «sem conto», porcos e touros, o monarca consagra-se à caça e montaria. A pimenta do seu reino é superior à de Cochim. Além disso, produz tamarindos, arroz e vende também escravos e escravas da sua

terra e das ilhas de Divá, «porque de Sunda a estas ilhas vão em seis ou sete dias».

A moeda miúda são caixas da China, com ceitis furados pelo meio, para se enfiarem, que valem, cada mil, vinte e cinco calais de Malaca. Por moeda grossa usam ouro da terra, de toque de oito mates, «que vale a tundaia, que são quinze oitavas bem pesadas, 300 calais, que são nove cruzados».

Bautan (p. 415) ou Bamtam (p. 413) é porto com «boa cidade no rio», que permite ancorar juncos. O segundo, Pondang (415) ou Pomdam (412), situa-se num rio perto do mar; o terceiro, de Chiguide (415) ou de Cheguidee (412); o quarto, o de Tamgara (415) ou Tamgaram (412); e o quinto — o principal — é o porto de Calapa, que fica a dois dias de Daio, quase pegado a Java; e finalmente o porto de Chemano. Mais valentes e mais sinceros do que os habitantes de Java, os de Sunda geralmente nem são deles amigos nem inimigos. Detestam os Mouros, por recearem que se infiltrem, como fizeram em Java. Esta ilha começa em Choroboam (Cherimon) e acaba em Bulambuam (Blambangan) (1). Tem de perímetro 400 léguas. Entre as cidades do interior, nomeia-se a de Daio, onde o rei vive com infinidade de servidores, não se mostrando ao povo mais que uma ou duas vezes por ano. Ele próprio pôde observar, quando esteve em Java, como vivem os seus habitantes. Há uns, os observantes, que não comem arroz nem bebem vinho, abstendo-se do contacto com mulheres; dentre estas, também algumas permanecem virgens, habitando em casas nos montes. Enquanto os fidalgos se desafiam, dirimindo as questões a cavalo, a gente baixa, determinada a morrer — os amocos —, começa por se embriagar. Abundam mouros e caratulas de diversas feições, homens como mulheres, que dançam, representam, e tocam música em sinos que tangem como órgãos.

Java é terra rica em mantimentos de toda a espécie que não vale a pena enumerar. Tem ouro de toque de oito mates e oito e meio, e muitos topázios. «A moeda de Java são caixas da China: valem cada mil, vinte e cinco calais dos de cento por três cruzados. O nome de *mil* chamase *pu'ou*. E por mil vos dão menos trinta» de direitos. Não há moeda de ouro nem de prata. «Folgam muito com a nossa moeda, principalmente com a moeda dos

---

(1) «Ylha de Jaaõa arredor começando de choroboam atee bulambuam» (*c. c.*, I, p. 416); «A Ilha de Jaõa... começando de chemano E cercamdoa pola bamda de bulambuam» (*ibd.*, p. 417).

portugueses». A tundaia em tael de Java vale mais a quarta parte que a de Malaca. Vale a tundaia de ouro, oito mates, doze mil caixas que valem nove cruzados à razão de 1 333 e um terço por um cruzado».

«Pesam cada 140 caixas, um arrátel dos nossos de dezasseis onças. Tem o cate 240 caixas de Java, porque o bar de Java tem 200 cates e pesa 48 mil caixas. Mas eu não comprei senão pelo que levava», aponta Tomé Pires, a revelar contactos directos. A guanta de Java do arroz e legumes é mais pequena que a de Malaca. 25 gantas de Java fazem 20 em Malaca. Nos seus propósitos sobressaía o de escrever a obra que António Nunes há-de coligir mais tarde: Destes pesos e medidas se falará geralmente em todas as partes em outro livro (1).

Prosseguindo a viagem por mar, localiza *Coroboão* (Cherimon) junto de Sunda. Tem porto, cerca de 1 000 habitantes e produz muito arroz e outros mantimentos. Segue-se a terra de *Japura* (2), que conta 2 000 moradores; a de Tetugal (Tegal), o maior produtor de arroz de Java, com cerca de 4 000 vizinhos; Çamaram (Samarang), com cerca de 3 000 moradores; Demá (Demak), a maior destas terras, desde Coroboão, tem a cidade do mesmo nome com cerca de oito a dez mil casas. Tidanã (Tidunam), com cerca de dois a três mil homens; Japará, terra de Pate Onuz, que os Portugueses desbarataram quando tentaram tomar Ormuz; de Ramee (Rembang), com perto de 4 000 homens agricultores; Tubam, com mil vizinhos e seis ou sete mil homens de peleja. «Eu vi em Tubam um gentio que veio da corte», revela Tomé Pires, «e eu falei muitas vezes com ele». «O senhor de Tubam pratica muitas vezes que ele foi o que primeiro aceitou e manteve amizade dos portuguezes e diz que não quer outra cousa para lembrança dos seus filhos». A terra de Sedaio (Sidayu), com cerca de 2 000 pessoas. «Falei muitas vezes, em Sedaio, com estes — pessoas da família do Senhor da terra», esclarece ele ainda, na intenção de valorizar a narrativa — terra de Agracim (Grisel ou Geresik), «grande porto de trato, o melhor de toda a Java» sendo conhecido, entre eles, como porto da gente rica. Tem diante a grande ilha de Madurá. O mar bate em Agraci. Terras de Surubaia, Ganda, Canitam, Panarucam e Pajarucam, Bulambuam (Blambangan) completam a ilha de Java. «Acabada é a grande Ilha de Java, da melhor maneira

---

(1) *O. c.*, p. 423. António Nunes — *Lyvro dos Pesos da Ymdia e assy medidas e mohedas, escripto em 1554.* Publicado pela Academia das Ciências, Lisboa, 1868.

(2) Talvez Chi Sangarung.

EPISTOLA

Potentiſſimi/ ac inuictiſſimi Ema/
nuelis Regis Portugaliæ & Algarbiorum.
&c. De Victoriis habitis in India
& Malacha. Ad .S. in Chriſto Patrem &
Dñm noſtrum Dñm Leonem .X.
Pont. Maximum.
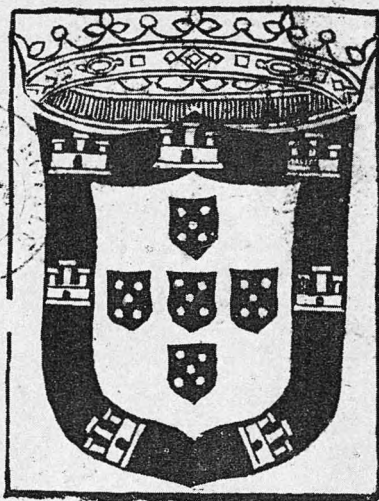
Fig. 71 — Frontispício da carta de D. Manuel ao papa Leão X, de 6 de Junho de 1513, sobre as vitórias da Índia e de Malaca, editada em Roma, 1513

RERVM

ꝛ Regionū Jndicaꝝ:per Sereniſſi
mū Emanuelē Poꝛtugallie Regeꝫ
partaꝝ:Narratio ueriſſima.

Fig. 74 — Rosto do opúsculo das cousas e regiões da Índia (*Narratio verissima*) de Chalderia. Roma, 1514

N O V A

Victoria del.S. Re de Portugallo in India & dela presa de la
Cita de Malacha che fa Fochi .25. milia & de molt altri
insule & regni liquali asubiugati ala fede Christiana & de
loro habiti e costumi portature de arme cō lo carricho
de tre Naue grosse de Mercatantia portate dalndia
In portugallo / la uia e lo modo de conquistare
terra Sancta con molte altre gentileze: qua
le se tu legerai la intenderai apleno: ca
uata da una lettera del Serenissimo
Re de Portugallo: mandata ala
Santita del Nostro Sanc
tissimo Leone Deci
mo Pontifice Ma
ximo.

✠

Fig. 75 — *Nova victoria del Re de Portugallo* (tomada de Malaca), impressa, talvez como a anterior, em Roma, 1514

EPISTOLA

Potentiſſimi : ac Inuictiſſimi Emanuelis Regis Portugallie ⁊ Algarbioꝝ ⁊c̃. De Victoriis nuꝑ in Affrica habitis. Ad S. in xp̄o patrem ⁊ dñm noſtrum dñm Leoné. X. Pont. Max.
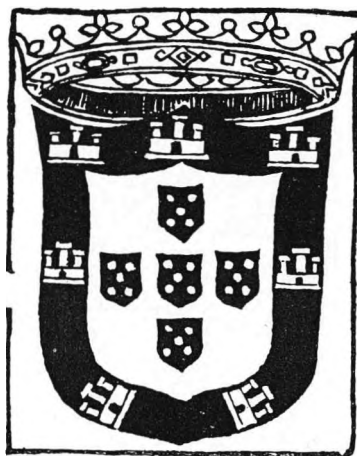
Fig. 76 — Rosto da Carta de D. Manuel, ao papa Leão X, *De victoriis nuper in Affrica habitis* (Das recentes vitórias em África, isto é, da conquista de Azamor), impressa em Roma, 1514 (?)

LA VICTORIA

de lo Serenissimo et invictissimo Emanuele Re de Portugallo. ⁊c. hauta novamente contra Mori: ⁊ la presa de Azomor ⁊ de Almedina ⁊ altre terre nel regno de Marrochia. In Rima.

Se mai d'alto disio se accese il pecto
de alcũ de voi signori quini adunati
havendo oldito narrare over lecto
le opre de cavallier degni nomati:
spero accenderui il cor de alto concepto
cantando e facti piu che altri pregiati:
che il re de Portugal prode ⁊ valente
per Christo fa contra mori al presente.

Scio bẽ ch' altra elloquentia ⁊ altri carmi
bisognarebbe altra voce altro senno
a ben cantar de si gloriose armi:
et che non sufficiente aquesto sono.
pur quanto posso ⁊ scio prometto: ⁊ parmi
che mia prosũption merti perdono:
et che non sia da esser chiamato errore
quel che con se fa vn servo ⁊ cõ amore.

Nõ dorme il re de Portugallo ardito
ne in casa como alcun mitem la guerra:
ma valorosamente in India gite
Affrica con grande exercito serra:
siche gia nome tal se ha tribuito:
che come suona per tutta la terra:
chiamato e Athleta auctore ⁊ capitano
de la fede che adora ogni christiano.

Il traffico del mar se ha guadagnato:
et la Isola acquistata Tabrobana.
de Malacha ⁊ sacorbora ha levato
il culto de la fe Mahumettana:
et se fusse da gli altri sequitato
come dovria la fede christiana
gia splenderebbe in India tutta quietar
et di Christo se havria la patria sancta.

Ite superbi ⁊ miseri christiani
consumando lun laltro: ⁊ nõ ve in caglia
che il sepulchro de christo e in ma ⁊ cani.
lassati la domestica battaglia.
che per venir co fratelli alle mani
raro e nissun che in alta fama saglia.
seguiti Emanuel re che vi mostra
la via de conquistar la patria nostra.

A j

Fig. 77 — Rosto da tradução italiana, em verso. da Carta de D. Manuel, ao papa Leão X, sobre a tomada de Azamor (impressa em 1514) (?)

Fig. 78 — A. Dürer. Rinoceronte oferecido por Modofar II de Cambaia, em 1514, ao rei de Portugal, por intermédio de Afonso de Albuquerque, chegado a Lisboa a 20 de Maio de 1515 e levado para Roma no ano seguinte à embaixada de Tristão da Cunha. Faleceu, porém, em Génova. O desenho de Dürer foi tirado de outro, de autor português

que dela pude inquirir e investigar, verificando-me com muitos e o que me parecia concondarem bem concordado, isto escrevi».

Deixando Java e antes de passar à ilha de *Bandão*, refere-se Tomé Pires brevemente às ilhas, «logo pegado com a Java», de Bali e de Bombo (Lombok) de Cimbava, de Bima ([1]), do Togo, de Soloro ([2]), Malua ([3]), Lucucambim ([4]), Citor ([5]), Batoimbey ([6]) e «muitas outras que nesta corda estão»). Baste-nos, da maioria delas, a simples enunciação, abrindo apenas excepção para as de Solor e Timor. A primeira «é muito grande, tem rei gentio: é de muitos portos e de muitos mantimentos em grande abastança. Tem infinidade de tamarindos. Tem muito enxofre e por esta mercadoria é mais conhecida que por outra. Desta ilha trazem grande quantidade de mantimentos a Malaca e trazem tamarindos e enxofre». «Entre esta ilha de Solor e a de Bima é o canal para as ilhas de *Timor* ([7]), onde há os sândalos». O nome significa levante, «na linguagem da terra», que é como se dissesse: as principais ilhas de levante. As «ilhas de Timor» pertencem a reis gentios. «Dizem os mercadores malaios que Deus criou Timor de sândalos e Bandão de maças e as de Maluco de cravo e que no mundo não é sabido outra parte em que estas mercadorias haja, sòmente nestas. E eu perguntei e inquiri, diligentemente, se estas mercadorias havia em outra parte e todos dizem que não».

«Deste canal até à Ilha de Maluco, navegando com bom vento, vão em seis, sete dias». «São estas ilhas doentias; a gente não é muito verdadeira». «De fronte das Ilhas de Solor está a ilha» de Batutará ([8]), de que se toma a rota batida para Bandão e para Ambão». «E porque as outras ilhas que correm pela corda de Solor não fazem a bem de mercadoria, por serem fora de mão, não faço delas fundamento».

As ilhas de Bandão são seis: cinco que produzem maça e uma tem um vulcão. A principal chama-se Pulo Bandá e tem quatro portos: Calamom (Celammon), Olutatam, Bomtar (Lontar) e Comber. A população de todas

---

([1]) Tomé Pires apresenta duas ilhas, tirando o nome da aldeia de Sumbava e da baía de Bima. Parece tratar-se de Java Menor (cf. *o. c.*, I, p. 201).

([2]) Grupo das ilhas Solor.

([3]) Alor ou Ombai.

([4]) Kambing.

([5]) Não identificada.

([6]) Talvez as ilhas Wetta, Weter ou Wetter.

([7]) Timor e Sumba.

([8]) Batu Tara ou ilha Komba.

anda por 2 500 a 3 000 pessoas. «As massas são frutas como pessegos ou albricoques (albequorques) e caindo são maduras, abrem e a polpa de cima cai e o de dentro fica vermelho, que são as maçãs sobre a noz e colhem-nas e lançam-nas a secar. Todo o ano há este fruto. Em todos os meses se colhe. Haverá em todas as ilhas obra de 500 bares de massas cada ano e até 600 e de noz haverá 6 a 7 mil bares e isto cada ano». Destas ilhas, Bandão é maior que todas as outras juntas. As restantes chamam-se Neira, Pulo Aee (Pulo Ai), Pulo Rud (Pulo Run) e Pulo Boncagi e Lanacaquem (Nailaka). «A gente destas ilhas é de cabelo negro corredio». «Três ilhas estão perto de Bandão: da ilha de *Papua* vêm os papagaios nores, os mais prezados. Das ilhas, que se chamam de Aru vêm os pássaros que trazem mortos, que se chamam pássaros de Deus e dizem que vêm do Céu». A dois dias ou menos de navegação, encontra-se a ponta da grande ilha de Ceiram (Ceram) e, quase pegada, a ilha de Ambom (Amboino). Começam as ilhas de Ceiram na de Guram (Goram) e vêm quase apontar com Maluco. A ilha navega-se quer por dentro, por Ambom, quer por fora. Na parte de dentro, vêem-se os portos de Gule Gule, Bemuaor, Ceilam e outros, até Bandão; e, por detrás, são Tana Muar, Olu, Varam. As ilhas de Amboino são Amboino, Ytaqoay (1), Vulmiçalao (2). «Isto tenho sabido por mouros, por suas cartas que muitas vezes vi e se suas cartas foram arrumadas fora, declaradamente seja visto para ler e não para rotear» (3).

«E depois de Bandão, não há mais que dizer, determino passar-me a Maluco, onde nosso intuito é principal, pelo caminho de Ambom. Ambom (Amboino) é uma ilha que tem junto e quase pegadas com a costa de Ceirão — Yta (Hitu), Cuaij (Haruku), Vull (Honimoa), Nucalao (Nusa Laut). Pertence a Maluco».

Tomé Pires afirma agora que «nosso intento não será passar daqui (Maluco) por diante, pois para isso não há necessidade, somente da ilha do cravo e daqui me tornarei para casa (Malaca)». São 500 ilhas de Maluco. Ternate, a principal, Tidore, Motes ou Motei (4), Maquiem (5), Pachão (6). Produzem muito cravo, que também nasce no porto de Jeilolo, na terra da ilha do Batochina. Os mouros assentaram nas Malucas há uns

---

(1) Hitu, Haruku.

(2) Nusa Laut.

(3) *O. c.*, I, p. 442.

(4) Motir.

(5) Makyan.

(6) Bachian.

50 anos, conservando-se, porém, gentios, uns três quartos da população. São baços, com cabelos corredios. «Tem o cravo cada ano seis novidades», subindo a produção anual nas ilhas uns 6 000 bares, assim distribuída: uns 1 500 a de Ternate, 1 400 a de Tidor; 1 200 a de Motei; 1 500 a de Maquiem e 500 a de Pachão. Sumàriamente, explica o que sabe sobre o cravo: «Depois da frol é verde e depois torna-se vermelho. Então o colhem», um à mão e outro varejado. «E assim vermelho o deitam a enxugar em esteiras e torna-se preto. São árvores pequenas». A população de Ternate anda à volta de 2 000 pessoas, sendo mouros apenas uns 200. Só o rei desta se nomeia sultão; os demais são rajás. Ternate é terra sadia.

Mais próximo de Amboim, a 3 léguas de Ternate, fica a ilha de Tidor, que tem 10 léguas de periferia. O rei, apesar de ser sogro do de Ternate, é seu inimigo. Seis léguas depois, encontra-se a ilha de Motei (Motir), que terá de roda quatro ou cinco léguas. Dividida ao meio por uma serra, parte obedece ao rei do Ternate e a outra metade ao de Tidor. Cinco léguas mais além, está-se na ilha de Maquiem, que tem de roda oito ou nove léguas. Depois do porto de Ternate é este o melhor, carregando-se o cravo num e noutro. Mais catorze léguas e aparecem as ilhas de Pacham, que são dez ou doze. Só produz cravo, que ainda poucos anos antes era bravia, a ilha que se conhece por Pacham. Desta ilha à de Amboino medeiam quarenta léguas. A viagem para estas ilhas faz-se sem novidade, na monção própria, num mês a Bandão ou a Amboino e daí a Maluco em um ou dois dias. Aconselhava, para ganhar tempo, a não fazer detença em Amboino, nem ir a Maluco por via de Java, sòmente por Singapura e daí a Bornéu, às ilhas de Butum (Buton), e logo a Maluco.

Nas redondezas, fica a ilha de *Bato China*, que «é uma corda de terra grande, que, de uma banda, vem sobre Amboino e Ceirão e da outra estende-se contra o norte». «Há seis léguas de Ternate a esta ilha. Este é o porto que se chama Jeilolo (Gillolo), dentro nesta ilha de Bato China» (ilha de Gillolo).

«Outras ilhas muitas estão arredor de Maluco, pela via do Norte, que são as ilhas de Môr [1] e Chiaoa, Tolo, Bengaia [2], ao ponente de Celebe, Solor [3], em as quais há muitos mantimentos». Os seus habitantes são quase brancos. Desiste de falar destas ilhas, porque teria de escrever de

(1) Morotai.

(2) Banggai.

(3) Arquipélago de Sulu, ao norte das Celebes, e não a oeste.

outras cem mil. E dá-se por satisfeito de haver chegado a Maluco. «Quem será poderoso escrever o grande número e infinidade de ilhas que há do Estreito de Campar até Bandão e do Estreito de Singapura até às ilhas de Japão, que são além da China, e desta ilha cortando a Bandão e nestes meios que serão mais de duas ou três mil léguas em roda?». Resolve, no entanto, «nesta tanta cópia» — porque muitas delas merecem, visto possuírem ouro — referir-se a algumas «com que de Malaca comunicam e também no tempo passado». Começa por nomeá-las: Tanjompura, Lave, Quedondam, Samper (1), Bilitam, Çate Pamucã, Macaçar (2), Udama, Madurá. Omite Bornéu e Luções por já se ter ocupado delas na descrição da China.

E principia pela ilha de *Tanjompura,* a que se chega em quinze dias, partindo de Malaca com monção, pelo canal de Singapura e pelo de Campar, seguindo, «o caminho junto com Língua, entre as ilhas de Língua e Monombi». «É ilha de cinquenta léguas em roda». Tem muito ouro e diamantes, arroz e outros mantimentos. Está sujeita a Pate Omuz, senhor de Japará.

Quatro dias de «ondadura além de Tamjompura» encontra-se a ilha de Lave, que é do tamanho da de cima. À volta destas duas, estão mais seis, afastadas umas das outras, uns três a quatro dias de navegação. São grandes e populosas. Além destas, ficam as ilhas de Macaçar, a quatro ou cinco dias de caminho. Muitos dos seus habitantes vivem da pilhagem, vendendo os produtos em feiras. Defronte de Java situa-se a ilha de Madira, que terá de perímetro 80 a 100 léguas. Todas estas ilhas em geral, como aliás a «outra infinidade» de que «não é razão mais falar», têm ouro e escravos.

E como atrás, quando tratou da terra firme da península indostânica, não quis interromper a narração, só agora se determina a falar da ilha de *Ceilão.* «Jaz situada defronte de Comorim. Estende-se até quase Naôr (Nagore), que serão bem 130 léguas de costa. Tanto avante como o Cabo de Comorim, se afasta por 35 léguas ao mar e daí por diante se vai mais chegando até se ajuntar, espaço de quinze léguas o menos». «Entre esta ilha e a costa de Coromandel navegam todas as naus do Malabar, sòmente as que cometem Bengala ou Pegu, Sião. Estas vão por fora da Ilha, da banda do Sul».

---

(1) Sampit.

(2) Mangkasar.

A ilha tem 300 léguas em roda, muito mais comprida que larga. Muito povoada, «tem muitas povoações e casas grandes de oração, de esteos de cobre e cobertos os tetos de chumbo e cobre». Mandam nela cinco reis, todos gentios, «entre Malabares e Quilins». Produz toda a espécie de mantimentos, excepto arroz. «A melhor parte da Ilha é na ponta que está defronte de Calee (Galle) até Comorim». Aqui mora o rei principal e aí se vêem as melhores povoações, e se faz o melhor comércio. Aí também é que nasce a pedraria. Columbo é o porto mais importante, merecendo ainda menção os de Nigumbo (Negombo), Celabão (Chilaw), Tenavarque (Dewundara) e Balingão (Weligame). Produz canela que se vende a cruzado o bar, de três quintais e trinta arráteis, como de Cochim; e areca, «que se chama *avelana India* em latim, que se come com o bétele». Também abundam os elefantes.

A moeda que circula são fanões de prata, «que valem quatro um fanão de Cochim, dos que valem dezoito um cruzado». Não falta igualmente moeda de ouro. «Tem Ceilão bons oficiais mecânicos — ourives, ferreiros, carpinteiros, e torneiros».

Tal é, em suma, a obra de Tomé Pires, que não deve ter demorado muito a passar a fronteira, dado o carácter de excelente fonte de informação do Oriente.

1.5 — *O «Livro» de Francisco Rodrigues.* — Francisco Rodrigues foi o piloto-mor da armada que partiu à descoberta das ilhas de Banda e Molucas. Na Bibliothèque de la Chambre des Députés, guarda-se o precioso manuscrito da *Suma Oriental* de Tomé Pires, encadernado com outro, não menos valioso *Livro* e atlas de Francisco Rodrigues, da mesma época e igualmente elaborado no Oriente, cerca de 1513 ([1]). Sem nenhuma relação directa entre si, os dois manuscritos, conforme advertiu Armando Cortesão, de certo modo se completam ([2]).

([1]) Publicado por A. Cortesão — *The Suma Oriental of Tomé Pires and the book of Francisco Rodrigues*, 2.° vol., Londres, 1944, pp. 307-322. (Texto inglês, pp. 290 e segs.). Os quatro mapas foram publicados pelo visconde de Santarém, no seu Atlas (1849), n.os 65-70. O 4.°, que Levillier reproduz (*América la bien llamada*, p. 59) (o 8.° de Santarém), representa o litoral brasileiro e não a costa ocidental de África, como antes de A. Cortesão se pensava. Notável a perfeição técnica, fruto não de um cartógrafo artístico, mas de um cartógrafo navegador. — Excelentes reproduções em *P. M. C.*, I, estampas 34, 35 e 36.

([2]) A. Cortesão — *Primeira embaixada europeia à China*, p. 24.

Enquanto o manuscrito de Pires não passa de cópia do século XVI, o de Rodrigues é autógrafo. Do seu índice apura-se que o *Livro*, além da teórica dos círculos, agulha e regimento da declinação, valor do grau e poma, ocupa-se das ilhas da Madeira, Canárias, Açores, Cabo Verde e Ascensão; Brasil *(brasyle)*, ilha de São Tomé, cabo da Boa Esperança, ilhas de Tristão da Cunha, Sofala, ilhas Primeiras, Moçambique, ilha de São Lourenço, cabo Guardafui, à boca do estreito de Meca, Ormuz, «toda a costa da Imdia e de Cambaia», cabo de Comorim, ilha de Ceilão e daí até Malaca, passando por Gamispolá. Trata-se de um compêndio de instruções náuticas, umas teóricas e outras práticas, tomando estas a feição de roteiro, que pouco se demora em cada topónimo e chama principalmente a atenção do leitor para sinais que substituem nomes; para a fundura do mar junto à costa e orientação de cada porto. Melhor se dirá, pois, o registo de missão hidrográfica, na caravela em que viajou.

«A duas legoas da porta do estreito está um castelo, em cyma de um monte, que se quer parecer com Palmela». Mas também emprega topónimos. Contém três roteiros. O primeiro e o segundo, das regiões à entrada para o estreito do mar Vermelho, e conforme a viagem na caravela comandada por João Gomes. Logo a duas léguas do estreito alude ao porto Narham e à ilha de Vera Cruz, em 12° e ⅔. De Zeila a Barbora vão trinta léguas; de Barbora a Aden, outras trinta; de Zeila a Aden, 40 léguas. «Zeila está en omze graos largos; da ylha da Vera Cruz a Zeila ha trinta legoas». Foi este o caminho que ele um dia seguiu, «da ylha de Ceybam (1) pera Dalaqua».

A ilha Primeira é descrita como tendo «por marca huma mata de arvores, tamanha como huma nao e a par das arvores ha huma emsseada asy como a de Camaram, senam que he muyto apareçellada». Depois de andarem embaraçados por baixos e restingas, avistou a ilha de Dalaca, «que se nos demorava ao sul». Procurando informações da «terra da Abixya», percorreram «a costa da Abixya», durante nove ou dez dias, sem encontrarem porto a que arribar. O piloto mouro que levavam, devia ensinar-lhes o «camynho verdadeiro que as suas naos grandes traziam de Camaram pera Dallaqua», mas enganou-os, sempre que pôde.

O terceiro roteiro trata do «camynho da Chyna», que Cortesão julga ser o mais antigo, entre Malaca e Cantão, ao menos em língua europeia. Embora escrito da mão de Rodrigues, é natural que tenha sido alcançado

---

(1) A ilha Jebel Teir.

de algum piloto chinês, e depois melhorado posteriormente [1]. «De Malaga a Pulo Param (Pulo Padang e Pulo Bangkalis) e (há) cynqo jaas [2] e daly a Pição, outros cymquo, e de Pulo Piçam (Pulo Pisanga) a Carymam, tres jaãs; e de Caryman a Syngapura cinqo; e de Singapura a Pedra Bramca [3], cimqo; e de Apulo Tymge (Puul Tingi) çinqo jaãs ao nordeste e, per este camynho, outros cinquo jaãos a Vioma e de Pulo Vioma (Tioman) a Pulo Condor, quorenta e çinqo jaãos polo norte e a quarta do nordeste, e de Pulo Comdor a terra de Champara, Terra Vermelha, quimze jaãos ao nordeste; e desta Terra Vermelha ao lomgo da costa, até à ponta de Berela (Cape Varella) qatorze jaãos ao nordeste; e da Berela a Pulo Cotom (Cantón) doze jaãos pelo dito camynho e de Pulo Cotom a Aynam (Hainan) vinte e çinco jaãos ao nordeste; e daquy a Pulo Cotom vinte dereito à barra de Timom as dir (hás-de ir) ao nordeste e teras sempre leste, porqe as corremtes te nom lançem na emsseada de Cauchy [4].

Como Francisco Rodrigues se juntou a Magalhães e Faleiro, é natural que o seu *Livro*, se não também a *Suma* de Tomé Pires, tivesse então sido remetido para Espanha.

1.6 — *Informações sobre o Brasil: Duarte Fernandes na nau* Bretoa *(1511)*. — As novas terras encontradas a ocidente, por Colombo, por Cabral e pelos Corte-Real, anunciadas à Europa culta pelas vias de escrita que temos apreciado, serviam de magnífico trampolim para sonhos razoáveis que os nautas procuravam pôr em prática, porventura acicatados pelos comerciantes desiludidos, por uma parte, com a quimera colombiana de serem essas terras a própria Índia fabulosa e, por outra, com a escassez de riqueza natural da Terra dos Papagaios ou de Santa Cruz. Pensaram atingir a verdadeira Índia, transpondo essa terra que ficava de permeio e, por isso, entraram na exploração persistente da costa e dos mares.

Entre os precursores de Magalhães, reaviva Jean Denucé a memória de três empresas que, ao mesmo tempo, enriqueceram o domínio dos conhecimentos geográficos durante o primeiro quartel do século XVI: a de Fernão de Loronha (1504); a que foi promovida por Loronha, Marchionni e outros

---

(1) A. Cortesão. — o. c., II, p. 302.

(2) Sobre jaãs — medida de distância também referida por Fernão Mendes Pinto, correspondente a cerca de 9,7 milhas — ver *ibd.*, II, pp. 302-303.

(3) Ilhéu na entrada oriental do estreito de Singapura.

(4) Golfo de Cochinchina, isto é Tong-King.

(1511); e, «a mais importante», a de D. Nuno Manuel e Cristoval de Haro e outros armadores (1513-1514) ([1]). Na verdade, constituem três fases importantes da exploração das costas brasileiras. Como da primeira já nos ocupámos noutro lugar e a última foi divulgada por escrito no ano de 1515, trataremos, por agora, exclusivamente da segunda ([2]).

Dentro da raridade de livros de bordo que se lograram salvar, sobressai o Diário da Nau Bretoa — «único espécimen conhecido na documentação deste tipo, dos primeiros quinze anos da era de Quinhentos ([3]), relativo às terras ocidentais. Deve-se ao escrivão Duarte Fernandes ([4]), que viajava nessa nau comercial, da firma Bartolomeu Marchionni, Benedito Morelli, Fernão de Loronha e Francisco Mendes, capitaneada por Cristóvão Pires. Saíram de Lisboa, a 22 de Fevereiro de 1511. Uma vez na América do Sul, percorreram a costa brasileira, desde o rio de S. Francisco, «tera do Brasill», até ao cabo Frio, tocando na baía de Todos-os-Santos. A proibição de saírem dos barcos frustrava qualquer tentativa de contactos com a terra ou a população. E, assim, apenas lhes foi permitido mantê-los no cabo Frio, onde residia o feitor, que lhes proporcionaria o carregamento de pau-brasil que iam buscar. Juntamente, podiam trazer papagaios, gatos (maracayás), macacos, saguins, toins e alguns escravos.

Recomendava-se terminantemente que «defemderes (proibireis) ao mestre e a toda a campanha da dita naoo que nom faça nenhum mall nem dano aa gente da terra», nem sequer «trares (...) em nenhuma maneira, nem huma pessoa das naturaes da terra do dito brasill que queira vir ao reino, porque se allguns que fallecem, cuidam eses de lla que os matam pera os comerem, segumdo amtre elles se custuma». Num tempo em que os autóctones ainda se não encontravam familiarizados com os Portugueses, as relações comerciais processavam-se com todas as cautelas e os produtos da terra transaccionavam-se em reduzido número de espécies. Estas eram, decerto, as mais características que os primeiros contactos permitiram conhecer, e as que, em maior quantidade, vinham para a Europa.

([1]) J. Denucé — *Magellan. La Question des Moluques,* p. 72.

([2]) Ver, sobre esta, F. M. Esteves Pereira — *O descobrimento do Rio da Prata,* in *História de Colonização do Brasil,* II, pp. 349 e segs.; J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses,* II, pp. 114-116.

([3]) F. M. Esteves Pereira — o. c., p. 353. — Segundo J. Cortesão, oferece, sobre os congéneres, a vantagem de incluir o regimento real em que se referem os deveres do cargo de escrivão (*A Carta de Pero Vaz de Caminha,* p. 22).

([4]) T. T. — F. A., n.º 759. Publicado por Esteves Pereira — o. c., pp. 343-347.

1.7 — *Informações sobre a África: O Manicongo (Simão da Silva) — A ilha de S. Lourenço(Tristão da Cunha e Sequeira). As investigações de Cide Barbudo e Pêro Quaresma. As andanças de António Fernandes pelo interior e outros informadores, a partir da costa oriental de África.* — As duas costas e o interior de África abaixo do equador foram objecto de persistente investigação, em algumas regiões, durante a segunda década de Seiscentos, mais concretamente, no decurso do período 1514-15, no Congo, por um lado e, por outro, em Madagáscar e Rodésia. Nem só o ouro de Sofala interessava. Muito pouco se soube, na Europa, a respeito destas explorações, que assumiam sempre, para além do aspecto político, intenções de reconhecimento geográfico, étnico e económico. Contudo, não podem ser esquecidas, porque representam uma das facetas mais válidas da actividade de expansão portuguesa.

Enquanto Albuquerque prosseguia, no Oriente, a execução do programa de fixação nos pontos estratégicos das zonas comerciais, D. Manuel não descurava os compromissos tomados voluntàriamente com o rei do Congo, no sentido de transformar esse reino em estado civilizado, com estrutura ocidental. As primeiras diligências ocorreram no reinado de D. João II, aproveitando-se a oportunidade, como vimos no capítulo II, para exploradores portugueses se internarem pelo sertão. D. Manuel presta particular atenção ao caso do Congo, quando em 1504 envia letrados e religiosos — teólogos e mestres das primeiras letras — e recebe, em Lisboa, negros de altas estirpes, para estudarem filosofia, religião, «boas artes e costumes» (1). Em 1512, a embaixada de D. Manuel levava propósitos muito mais altos. Mandou-lhe artífices («pedreiros e carpinteiros para fazerem Egrejas e huns paços pera ho mesmo Rei, aho modo dos de quà», e outros «officiaes de diversos officios»), bem como um letrado, isto é, um licenciado em Direito, com ofício de corregedor, munido das Ordenações Manuelinas, podendo servir ele, o enviado Simão da Silva, de conselheiro militar; «hum padram da carta de armas pera elle e vinte escudos doutras armas»; um selo de chancelaria, um sinete, bandeiras e guiões. Seguiria também «hum caderno de todos oficiaes que temos em nossa casa e asy em nosos Reinos», devendo ainda informar a respeito do «modo do serviço da nosa mesa». Com semelhante bagagem, queria D. Manuel instituir um autêntico Estado independente em terras africanas, cristão, naturalmente, como os reinos da Europa, desejando mesmo, conforme se lê no

(1) Damião de Góis — *o. c.*, 1.ª parte, pp. 180-181.

Regimento de Simão da Silva (¹), que el-rei do Congo escrevesse ao Papa a prestar-lhe obediência, «quomo ho fazem hos Reis Christãos» — comenta Damião de Góis (²).

A par disso, Simão da Silva tinha ainda por missão proceder a autêntico inquérito do meio físico e social da terra. Em primeiro lugar, «vos trabalhares de saber do trauto que lá pode aver e de que cousas e de cuja mãao se poderam aver e se os escravos e cobre e marfim e as outras mercadorias que na terra ouver, se ham todas da mão del Rey ou se ha hy mercadores». Pretendia-se conhecer pormenores de quantidades e preços, no intuito claro de «sabermos o proveito que de lá se pode tirar». Expedições deste género tinham de pagar as despesas e haviam, naturalmente, de proporcionar algum lucro. Deste modo se aferiam, ao mesmo tempo, as possibilidades económicas da região.

Recomendava-se, depois, uma exploração geográfica: «Vos trabalhay de saber do laguo que (se) diz estaa comarquão com o Reyno de Many comgo, scilicet, quamanho hé, e se hé povorado e de que gentes e se há nelle navyos. E quanto hé da terra de Manicomgo e comtra que parte». Pretendia el-rei que, sendo possível, enviasse «alguns homens dos nossos», terminando a instrução com duas ordens absolutas, em estilo lapidar: «fazeo e sprevenos o que niso achaês». Simão da Silva devia ainda enviar, pelo rio Congo acima, «pesoa ou pesoas que ho bem vejam e saibam dar recado da grandeza delle, e se posivel for, chegarem até o lugar omde naçe. E veer a gente que abita ao lomguo delle, pera de tudo nos emviardes recado».

Apesar de tudo, dir-se-ia que alguma cousa esquecera ainda — a informação cuidada, de quanto não lhes seria dado observar directamente: «Item vos emformay da gramdeza da terra del Rey de Manicomguo, asy de comprydo como de larguo e dos senhores que nelle há». Interessava-lhe também ser informado sobre a «poder de geente que el Rey teerá, e a maneira de que hé armada»; «que Reis e senhores sam seus comarquãos e o poder de que sam e o modo de que vivem e que cremça tem e os que tem gueerra com

---

(¹) T. T. — Leis, 2-25. Publicado em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 279-289 (sem o rol dos objectos levados por Simão da Silva); *Arquivos de Angola*, vol. II, n.ºˢ 11-12, pp. 269-282; Alfredo de Albuquerque Felner — *Angola*, Coimbra, 1933, pp. 383-390; A. Brásio — *Monumenta Missionaria Africana*, I, pp. 228-247 (seguindo-se o rol mencionado, pp. 247-253). Junto do Regimento, conserva-se cópia do «caderno de todos os oficiaes» da Casa Real Portuguesa.

(²) Damião de Góis, o. c., parte III, p. 146.

el Rey de Manycomguo, e asy se tem guerras huuns com os outros e o poder de cada huum e a gramdeza de sua terra e pera que partes se estendem seus senhorios».

De novo, remata com a ordem peremptória de quem podia mandar: «E de todo o que souberdes nos avisares». Escusado seria acrescentar que D. Manuel também desejava ser instruído acerca do progresso da fé no Congo, declarando mesmo, que «ysto hé o primcipal fundamento com que lá vos emviamos». Nem prescindia, naturalmente, da comunicação, que ainda determina, a respeito do modo como foi recebida a embaixada.

Alguma cousa se sabe de todo este vasto plano de acção civilizadora, mas falta a crónica minuciosa que dê conta de todos os artigos referidos. O rei do Congo enviou D. Henrique, seu filho, e D. Pedro, seu primo, como embaixadores ao Papa; e, a D. Manuel, «hum presente de cousas que em seus Regnos criam e fazem, em que havia huma grande contidade de marfim e muitos fardos de pilataria de martas ginetas, lobos çervaes, onças e outras alimarias e huma boa somma de panos feitos de fiado de hervas muito finos, delles (i. é., uns) crús e outros tintos de preto, e alguns delles lavrados do modo que ho he çetim avelutado e tão finos e a cor tam perfeita que aho longe pareçiam de seda».

Curiosa a oferta, para um magnífico museu ultramarino que se não chegou a organizar, mas, em todo o caso, amostras pouco vistosas para alcançarem em Roma, se lá fossem enviadas, o êxito espectacular das riquezas orientais que Tristão da Cunha levou, nesse ano de 1513. Contudo, algumas deviam ter acompanhado os dois embaixadores negros, que, pelo menos, causaram o espanto natural de um espectáculo inaudito, ou, como Damião de Góis se exprime, por serem representantes «de hum Rei da Ethiopia (ou seja, África), tam remoto da Europa e hum dos primeiros que naquellas partes reçebeo ha Fé de nosso Senhor Jesu Christo e ho primeiro que nella permaneçeo, pela prégaçam e ensino da naçam Portuguesa».

Os dois embaixadores levavam, naturalmente, «a sua companhia». Mas D. Manuel teve o cuidado de rodear a embaixada de algum esplendor. Forneceu-lhes «todo ho que lhes foi neçessário», nomeadamente «cavalgaduras e gente». A recepção em Roma (1513) foi «solene» — aponta o cronista que, nesse ano, entrava para moço da câmara de D. Manuel. Recebeu-os Leão X, rodeado do colégio dos cardeais, com as praxes do costume, tomando-lhes a obediência na segunda recepção. E nada mais consta além do contentamento com que os embaixadores regressaram a Lisboa e, depois, ao Congo, «mui satisfeitos da honrra e gasalhado que lhes

fezeram» [1]. Em anos sucessivos, juntaram-se-lhes, em África, os primos e outros congueses que, em colégios de Lisboa, haviam ficado a receber instrução, sendo de relevar, entre todos os educandos, o próprio D. Henrique, que chegou a ser sagrado bispo (prelado titular de Útica) [2].

A Europa não vibrou com a novidade. Vimos como Francesco Calderia introduz breve notícia do reino do Manicongo, quando relata o que leu na carta de D. Manuel a Leão X e o que pôde observar directamente em Lisboa. Terá de esperar, porém, pelas viagens de Duarte Lopes, português entrado no Congo nas últimas décadas do século e, depois, pela viagem a Roma, aonde o rei Álvaro I o enviou em 1582 como seu embaixador, a pedir as providências para as dificuldades que a comunidade cristã atravessava. Tendo chegado a Roma, apenas em 1588, teve desejo de relatar o que sabia a Filippo Pigaffeta, que redigiu a *Relatione del Reame di Congo et delle circonvicine contrade*, que foi editada em 1591 e logo traduzida em latim, francês, inglês e alemão.

Porventura a sua narração reflecte, conforme já advertiu A. Teixeira da Mota, conhecimentos adquiridos anteriormente e então registados em cartas portuguesas, traçadas de acordo com informações dos pioneiros que penetraram no interior do continente [3]. Permanece, no entanto, em plena incerteza, o que provenha do período de que nos ocupamos.

Mais certo é o que se sabe, a respeito da parte oriental, depois de passado o cabo da Boa Esperança. Conforme vimos no capítulo anterior, a exploração de Madagáscar começou logo nos primeiros anos de Quinhentos e prosseguiu ainda dentro da primeira década e do mesmo espírito de indagação de novos mundos do Mundo.

A expedição que deve ter obtido melhores resultados é a de Diogo Lopes de Sequeira [4], que partiu de Lisboa apenas com duas missões de carácter igualmente pesquisador — as explorações de Madagáscar e Malaca, em conformidade com o Regimento de 13 de Fevereiro de 1508. «Aportaria primeiro à pomta da Serra de Sam Lourenço, da bamda dall oeste» [5]. Daí correria «toda a dita terra» em regime de descoberta, isto é, de inves-

---

(1) Damião de Góis — o. c., parte 3.ª, p. 155.

(2) Ver documentação deste processo, em A. Brásio — o. c., passim.

(3) A. Teixeira da Mota — in *P. M. C.*, vol. III, pp. 103-108.

(4) A. Kammer — *La Découverte de Madagascar par les Portugais et la Cartographie de l'Ile*, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, Lisboa, Setembro-Outubro de 1949, pp. 573-578.

(5) Como Kammerer anotou, o escrivão do Regimento devia ter escrito *leste* (o. c., p. 574).

tigação minuciosa de toda a espécie. Deseja o rei que «desta bamda seja toda vista», até ao fim, «que he o cabo de Tristam da Cunha» (cabo Natal, hoje de Ambre), que tinha forçosamente, por isso mesmo, de ser na oriental. Desta costa, a primeira terra é a «pomta de Santa Maria», na «bamda dal oeste», que, da mesma forma, se tem de corrigir para leste. Vem depois o rio de Tanaria (Matatane), que lhes devia merecer a melhor atenção: «trabalhamdo de veer e saber muuy bem todo o que ha na terra», ou, como se volta a indicar, «trabalharees de por este rio descobryrdes, quamto bem poderdes, toda a terra e coussas della». Voltando à costa, encontraria, adiante, o cabo de Tristão da Cunha. Em novo capítulo, volta o rei a insistir: «Vos trabalharees na dita terra de Sam Louremço, com a comserva com vos açhardes, por a descobrir toda e correrdes por a dita bamda dali oeste, vendo e emtramdo em todos os portos que nella ouver e em que seguramente poderdes emtrar». Devia marcar as barras e entradas e reparar nos sinais característicos e passar tudo ao papel, «pera fiquarem bem sabidos e se poderem gardar os navios que ally depois foreem, de quallqueer peryguo». Aos habitantes da terra patentearia o mostruário de mercadorias que levava — especiarias, ouro, prata, etc. «Achando novas de allgumas dellas que aja na terra, trabalharees de saber omde e de que partes, e se sam em partes que se possa la ir por os rios, se na terra os ouver; se por terra, e quamto ha dy domde esteverdes». Recomendava ainda que soubesse as condições de viagem pelo interior, os senhores que dominam essas terras e mercadorias que preferem.

A respeito dos portos, devia-se informar do movimento com o exterior, apurando, naturalmente, a espécie de gente que os frequentava — se mouros ou gentios, brancos ou negros, a qualidade de mercadorias, tamanho das embarcações, modo de navegar, tempo que gastavam na viagem, épocas em que apareciam, maneira de vestir, etc. Quanto aos habitantes da ilha, o inquérito incidia sobre os reis e senhores e o modo de vida da população e relações com os mouros, regime das guerras e do poder político de uns soberanos com os outros. A respeito da terra, importava apurar se dispunha de mantimentos e qual o preço; se possuía marinha mercante. Ao mesmo tempo que se pediam informações sobre a justiça, inquiria-se também da sua riqueza, havendo alusões a possíveis tesouros. No capítulo de guerra, cabia perguntar pela existência de cavalos, espécies de armas «e se teem allguum modo artelharya e se sam gemtes fracas, se guerreyras». Interessava igualmente saber se havia cristãos e quais os seus costumes, isto é, os ritos que seguiam, porventura «comformes aos mallabares da Imdia».

Das anteriores viagens, constava já darem-se, na terra, cravo, gengibre, noz-moscada, maça, benjoim, prata, ouro. Mas pretendia-se informação mais segura e mais concreta, que pormenorizasse as quantidades e o movimento de transacções comerciais e, enfim, o apreço que lhes mereciam. Constava também haver muita cera e precisava-se de conhecer a utilização e cotação.

Antes de seguir viagem, deixaria padrões, «nos lugares que mais comvynyentes vos pareçeerem». Desejava muito o rei que a investigação de Lopes de Sequeira se estendesse às ilhas vizinhas, bem como às «ilhas de *Camdaluz, Maldiva* e *Ceilão*. Na realidade, Sequeira, impelido pelo mau tempo, aportou na baía de S. Sebastião (baía de Ronofotsy), a oeste de Fort Dauphin, prosseguindo a exploração da costa oriental para o norte. Descobriu a pequena ilha de Santa Clara, em frente da baía de Lokana e seguiu para Tanaria, dobrando, no caminho, um cabo a que deu o nome de S. Lourenço. Atingiu, pela primeira vez, o extremo norte, onde entrou na baía de Diego Suarez, por ele baptizado de S. Sebastião, e partiu para sudoeste até ao cabo de S. Sebastião, donde partiu para a Índia ([1]).

Como reconhece Kammerer, «s'il est loin d'être le premier à avoir effectué des reconnaissances sur la côte orientale de l'île, c'est lui et lui seul qui en a fait les relevés conformément à ses instructions si précises». Em todo o caso, «il doit être considéré comme le parrain de la nomenclature très fournie de cette côte, laquelle n'avait pas encore été visitée scientifiquement auparavant» ([2]). Primàriamente, por motivos de outra ordem, que podemos classificar de humanos, não faltou idêntico cuidado de investigação na costa sul do continente africano.

A perda de Francisco de Albuquerque e Pêro de Mendonça provocou uma viagem de exploração dessa costa ([3]), entregue em Setembro de 1505, a Cide Barbudo ([4]) «cavalleiro de nossa casa» ([5]), com uma nau e uma caravela, que saíram de Lisboa a 19 de Novembro de 1505, como refere

---

([1]) Raymond Decary — *Os Portugueses em Madagascar*, p. 18; A. Kammerer — *La découverte de Madagascar par les Portugais*, pp. 573 e segs.

([2]) Kammerer — o. *c.*, p. 577.

([3]) Barros — *Déc. I*, p. 385.

([4]) Cid Barbosa se lê em *As Famozas Armadas Portuguezas*, de Simão Ferreira Pais, ms. 1650, Rio de Janeiro, 1937, p. 17.

([5]) Regimento na T. T. — Leis e Regimentos, sem data, maço 1, n.º 24 (minuta), publicado em *Annaes Maritimos e Coloniaes*, 4.ª série, Lisboa, 1844, n.º 4, pp. 162-170; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, pp. 345-354; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África central*, vol. I, pp. 266-284.

Pedro Quaresma (1). Esta viagem proporciona-nos, indirectamente, por meio do Regimento, conhecimentos geográficos anteriores da costa sul africana.

Era-lhes dada a incumbência de começar a pesquisa desde o cabo da Boa Esperança até Sofala, devendo descobrir todo o litoral, com observação cuidada de «todallas amgras e portos», devendo a caravela chegar-se a terra, «descobrindo todo», num percurso de sete a oito léguas, que distanciavam os dois pontos extremos. Na aguada de S. Brás iriam a terra, deixar dois degredados, para se internarem no sertão, em busca de sinais do naufrágio. No trajecto do caminho pela costa, encontrariam a «baía da ponta ruyva», onde deve ter naufragado Pêro de Mendonça, se não foi na de S. Brás. Esperaria oito dias pelos degredados e seguiria depois para o cabo das Correntes, porque, segundo informações chegadas a Lisboa, Francisco de Albuquerque perdeu-se «do cabo das Correntes para Çofalla». Nesta pesquisa deviam entrar em todos os surgidouros que pudessem e falar com a gente deles. Do cabo das Correntes para o cabo do Parcel, topavam-se duas ilhas pequenas pegadas com a terra, chamadas «as Uziquas», onde possìvelmente se terá perdido Albuquerque. Devia descer na «terra dellas» onde ninguém vivia. «E saberes que nesta terra correm muito as agoas (quer dizer que é perigoso o mar), pello qual teeres muy boom tento que vos nom emlhees na navegaçam, e levay as alturas do cabo das correntes e do cabo de Samta Marya e do cabo do Parcel e de Çofalla, e de Tyroana, porque por ellas seres mais desemganados que polla marynharya». Tiroana «he uma ylha que esta junto da terra dez legoas aquem de Çofalla, a qual ylha he de mouros». Tristão da Cunha preparava-se para sair, como se deduz deste Regimento, mas ainda se encontrava em Lisboa «até yda e chegada da frota que leva Tristam da Cunha». Deveria chegar antes deste, pois se lhe recomenda que de Sofala passasse a descobrir «o mar até terra de Sam Lourenço», em estudo hidrográfico, para demarcação rigorosa dos baixos vizinhos à ilha e estar no mês de Março em Moçambique, para se encontrar com a frota que da Índia vinha para Lisboa. Ele seguiria para a Índia, deixando a caravela, com Pêro Quaresma, em Quíloa, à espera de Tristão da Cunha. Cide chegou a Sofala no dia 10 de Junho de 1506 (2).

(1) Carta a el-rei, de Moçambique, 31 de Agosto de 1506. (T. T. — C. C., parte 1.ª, 5, n.º 111). — Publicada em *Annaes Maritimos e Coloniaes*, 3.ª série, Lisboa, 1843, n.º 9, pp. 440-443; G. Mc. Call Theal — *Record of South-Eastern Africa*, vol. 1, pp. 50-53; *Arquivo Português Ocidental*, t. 4.º, vol. I, p. 133; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, vol. I, pp. 622-628.

(2) Além desta carta, narra o caso o cronista Barros — *Déc. I*, p. 417.

Ignora-se hoje onde pára o trabalho de levantamento dos pilotos de Cide Barbudo, que precedeu de 70 anos o roteiro da volta do Sul da África, de Luís Serrão Pimentel, desconhecendo-se, igualmente, as cartas que sobre a expedição foram endereçadas ao vice-rei e ao capitão de Sofala ([1]). Resta-nos apenas a citada epístola que Pêro Quaresma dirigiu a el-rei, em 31 de Agosto de 1506, que nada esclarece, afinal, entretido mais em contar as ordens de Cide Barbudo, que o deslocou da caravela e transferiu os pilotos, entregando-lhe a nau, na aguada de Saldanha, até partir para a Índia. Foram dar à Angra das Areias, em 3 de Março, «que são do Cabo pera Guyne trezentas legoas, e dahy, Senhor, partymos a 12 dias de Março e fomos na voltta do Sull ate nos fazermos leste he hoeste com ho Cabo». A 18 de Abril pousaram na Aguada de Saldanha, «que he oyto leogoas do Cabo». «A haly muito gado e tomou Cide Barbudo e vystio e fez paz com a gemte».

Partidos daí com vento norte, a 26 desse mês, foram «comtamdo has pedras». Daí, ao cabo das Agulhas, Pêro Quaresma pousou três ou quatro vezes, por causa das correntes, e *contou* as pedras. A 2 de Maio entrou na Aguada de S. Brás, chegando Barbudo duas horas depois. Dois homens que este deixou em terra voltaram três dias mais tarde, a asseverar que haviam visto uma ossada de homem e uma racha de um mastro, o que não bastou para Quaresma se convencer tratar-se das vítimas que buscavam.

Saíram a 16 de Maio e andaram ao longo da costa, até à ponta de Santa Luzia, e, depois, aos cabos das Correntes e de Santa Maria, até Sofala, onde Cide chegou a 10 de Junho e Quaresma no dia seguinte.

A impulsionar a investigação hidrogeográfica nas terras e mares de África, misturam-se razões científicas, humanas e, naturalmente, económicas. O ouro de Sofala continuava a constituir aliciante mistério, gerador de curiosidade que não se despregava da imaginação dos Portugueses. Foi ao cabo de várias tentativas, que conseguiram, alfim, notícia directa das terras do Monomotapa, donde se dizia provir o precioso metal. António Fernandes, carpinteiro de naus, degredado, deixado, quanto consta, por Vasco da Gama em Mombaça, trazido por Pedro Álvares Cabral para Quíloa e para Sofala, na expedição de Pêro de Anhaia, aventurou-se a percorrer o sertão e atingiu a corte do Monomotapa, em viagens efectuadas, possìvelmente, de 1511-1512 ([2]). Calcorreou a maior parte da actual Rodésia, numa

---

([1]) *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, pp. 285-286.

([2]) A. Lobato — *A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*. Livro III, p. 220; Eric Axelson — *South-East-Africa 1488-1530*, pp. 137-148; Hugh Tracey — *Antó-*

vasta área compreendida, *grosso modo*, entre o Save e o Zambeze, tendo tocado quase todas as áreas importantes das minas auríferas. As suas caminhadas eram, aliás, impostas pela necessidade de descobrir os caminhos de trânsito do ouro, transaccionado, a princípio, entre os nativos e os mouros, que os Portugueses pretendiam substituir.

Para a política portuguesa, estas viagens conduziram à fixação na foz do Zambeze e consequente estabelecimento em sítios considerados estratégicos na margem desse grande curso de água; para a geografia, alcançaram conhecimento directo do rio e dos reinos em que, sem fronteiras bem definidas ou perduràvelmente fixas, se fraccionava o continente africano ao sul do Zambeze. O resultado das primeiras destas viagens (de 1511-1512) consta de um relato escrito pelo oficial da feitoria de Sofala, Gaspar Veloso, para informar D. Manuel (1). Conta ele que António Fernandes pretendia comunicar ao próprio rei, no fim de cumprir a pena dos seus crimes, tudo quanto vira e imaginava dever-se empreender, para ter nas mãos todo o comércio do ouro. Mas, receando que lhe pudesse acontecer algum contratempo na nova viagem, o convencera a comunicar-lhe esse segredo, com promessa de o transmitir a el-rei.

Afigura-se-nos, porém, que Veloso exagerava a sua quota-parte na divulgação do segredo de António Fernandes que, decerto, não foi, como aliás prova Alexandre Lobato, de sua iniciativa, mas sim como artífice de um plano do feitor António de Saldanha, continuado por Simão de Miranda. Terá andado no interior africano, sempre no encalce do Mononotapa e das minas de ouro, duas vezes em 1511-1512, outra em 1513-1514, uma quarta ainda no ano de 1513, em que descobriu a cidade Onhaqouro, ao longo do Zambeze; uma quinta no primeiro semestre de 1515, até Bângoé, onde hoje se ergue a cidade da Beira, e uma sexta em 1516, à corte do Inhamunda, para os lados do Save (2).

---

nio Fernandes, descobridor do Monomotapa. 1514-1515, Lourenço Marques, 1940; e Caetano Montez, que anotou a tradução portuguesa dessa obra, fixam as andanças de Fernandes, o primeiro, duas viagens em 1514-15 e, o segundo, uma só, em 1514. A. Lobato determina quatro, como veremos no texto.

(1) Conserva-se na T. T. — *Cartas dos Vice-Reis da India*, 162. Publicado no mesmo ano de 1940, por Hugh Tracey — *o. c.*, pp. 20-30, e por Eric Axelson, que «redescobriu» o documento, na sua obra *South-East Africa, 1488-1530*, pp. 278-281; e, em 1964, em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na Africa*, vol. III, pp. 180-189.

(2) A. Lobato — *o. c.*, pp. 105-107, 114-115, 229, 233-234 e 243-245.

Como quer que seja, o relato de Gaspar Veloso, não sendo a única, é a melhor informação que se conserva dos resultados práticos de algumas dessas expedições. Deve ter sido redigido em fins de 1513 ou princípios de 1514 ([1]), e não em 1515-16, como supõe Hugh Tracey. Para este historiador sul-africano, essa informação constitui «documento fundamental na história da Rodésia do Sul», e uma chave para a leitura dos velhos mapas da Europa ([2]). Segundo Lobato, os *Apontamentos* de Veloso referem-se, pois, sòmente às duas primeiras viagens, colhendo-se as restantes de outros documentos, em que avulta a carta de 1516, de João Vaz de Almada ([3]).

O seu valor em nada é diminuído pelo facto de não ser, realmente, nem carta nem sequer o itinerário de uma ou de duas viagens, e, sim, um conjunto de notícias ou *apontamentos*, como Lobato prefere chamar-lhe. Da mesma forma não deixa de ter, para a história da geografia, a importância que ressalta das suas laudas, infelizmente, danificadas, só porque, conforme observa Sydney Welch, «os nomes e a localização das principais tribos coligidos por Veloso nas suas conversações com Fernandes» não são «todos novos para o rei» ([4]). De positivo, apuram-se, neste documento, nomes do condicionalismo geográfico e social, que nunca era de mais repetir no Paço da Ribeira, e, estamos certos, sempre traziam aspectos novos, ou ajudavam a esclarecer pontos quase nunca bem determinados.

Começa a série de reis e régulos, que António Fernandes designa apenas pelo primeiro vocábulo, mas distingue com pormenores que lhes agrega, como; «Reys que ha de Çoffala ate a Myna de Menomotapa e as cousas que ha em cada hum destes Reynos». Quer dizer que se vai entrar em contacto com a geografia política, no sentido leste-oeste, isto é, da costa oriental para o interior. Mycamdira se chamava o primeiro soberano que encontrava quem saía de Sofala. O nome do rei estendia-se à região que, neste caso, apenas produzia mantimentos e marfim. Seguia-se o regulado de *Mazira*, a duas jornadas do anterior, que nada mais produz além de mantimentos. Três dias depois de caminho, encontrava-se o rei de *Quitongue*, igualmente sem outro interesse mais que os géneros alimentícios. Daí a quatro dias de viagem, aparecia o rei de Embia, que se entregava

---

([1]) Id., *ibd.*, p. 229.

([2]) O. c., p. 11.

([3]) Carta a el-rei, de João Vaz de Almada, de Sofala, 26 de Junho de 1516, (T. T. — C. C., 1-20-64, pp. 16 e 17. Publicada por Axelson — o. c., pp. 258-259).

([4]) Sydney Welch — *A África do Sul sob el-Rei D. Manuel*, p. 233.

«ao salto», ou seja, à pilhagem Nos domínios do soba de Inhacouce, a três dias de jornada, voltava também a haver marfim.

Deste modo, mais cinco dias a andar, chegava-se ao capitão-mor do rei Monomotapa, o régulo de *Inhacouce* (a repetição do nome deste personagem não se poderá atribuir a erro de Veloso, ou respeitará a povoações extremas dos seus domínios) (1). Nos seus domínios efectuavam-se feiras de «sembaza» (do árabe *bazar*, segundo Caetano Montez), todas as segundas-feiras. Os mouros iam lá vender as suas mercadorias, acorrendo os cafres com os produtos da terra. Diziam, alguns mais, com António Fernandes, ser «tão grande como a das Vertudes», não havendo «outra moeda senão ouro por pesos». A feira das Virtudes, no termo de Santarém, era, nesse tempo, uma das mais frequentadas no centro de Portugal.

Entrava-se na região do precioso metal, que se vai topar igualmente nos potentados seguintes, andando para norte, ao longo da margem esquerda de um curso de água que não nomeia, mas Hugh Tracey pensa ser o rio Hunyani. O rei de *Manhica* (Manica), que ficava a seis dias de jornada, e possuía «muyto ouro»; o de *Amçoce*, quatro dias de caminho mais adiante, tirava «muyto ouro em toda sua terra». E agora falava o observador directo: «este homem ho vyo tirar e diz que se conheçe homde ho ouro esta, per huma erva que he tamanha de trevo, que sobre elle naçe». Um dia viu extrair uma alcofa grande, bem atulhada de grãos grossos e de barras do comprimento de um dedo. Os que exploram este metal, dão metade ao rei. Não mais se aproveita dos solos, tendo mesmo de vir de fora os mantimentos.

«Ho Rey de *Barué* ha delle a estoutro, jornada de quatro dias e tem ouro que lhe vem de fora e muito marfim que na terra» — tal parece ser a leitura destas frases, cujo sentido é dificultado por uma cratera, que danifica todas as laudas no mesmo ponto. Interrompiam-se as fronteiras do ouro, que também só por transacções comerciais se encontra no reino de *Betongua* (Batonga), afastado três dias de jornada. Mas já se voltava a entrar em região aurífera, andando mais quatro dias, pois aí no reino de *Inhaperapara*, alcançado na direcção para ocidente, a montante e perto da Serra, como elucida Caetano Montez, se extraía «em toda sua terra, ouro», o que tornava o potentado «grande Rey».

Jornada de cinco dias «a estoutro», ia-se ter ao reino de *Boeçe* (Buizi), que apenas possuía o outro que adquiria no mercado externo. Mas Fernan-

(1) A. Lobato — o. c., p. 240, corrige *Inhacouce* para *Inharouro*.

des, que o dá por «grande Rey», não explica a razão dessa grandeza. Regime igual ao do reino de Amçoçe, tinha o de *Mazofe*, que ficava quatro dias de jornada além do último, sempre no sentido do interior, para ocidente. As suas terras produziam abundância de ouro e recebia metade dos súbditos que o exploravam.

Depois de tanto palmilhar solo africano, encontramo-nos perto do Zimbaué, que parece não ser o grande Zimbaué. A cinco dias de distância, começava-se por topar a fortaleza de Camanhaia, que o rei de *Monomotapa* estava a edificar, «de pedra em sossa», isto é, pedra solta, em Embire, «onde ele sempre está». «Daly por diamte emtram no Reyno de Menomotapa, que he a fomte do ouro de toda esta terra, e este he o mor Rey de todos estes e todos lhe obedeçem, desde Menomotapa ate Çofalla». Seu rival em grandeza e poderio, era o rei de *Butua*, a dez dias de jornada, que andava sempre em luta com ele. «Tem muyto ouro, que se tira em sua terra, ao lomguo de rios de aguoa doçe».

Sete dias mais de caminho e penetra-se no reino de *Mombara*, rico em ouro e em cobre. Este último metal é bem recebido, não só no Monomotapa, como em todos os demais reinos. Os nativos, possìvelmente bosquímanos, são homens mal proporcionados, não muito negros e trazem sempre rabos como os dos carneiros. Adoram vacas e, quando algum morre, comem o cadáver e enterram uma vaca... A carne dos negros sabe-lhes melhor que a dos brancos, que lhes parece mais salgada; e tanto maior valor atribuem ao escravo quanto mais preto for. Separa este reino, do de Monomotapa, um rio que serve de entreposto para as permutas. Os de Mombara passam-no em almadias, deixando os géneros ou artigos na margem oposta, e voltam à sua. Vêm então «os mouros ou caferes», que levantam a mercadoria, em troca da sua, em geral, panos. Caso, porém, lhes não satisfaçam os géneros dos de Mombara, retiram-se até à substituição por outros produtos mais do seu agrado.

Este soberano não era, porém, o único inimigo que o Monomotapa tinha na região. A cinco dias de jornada ficava o da *Inhócua*, que, detentor de muitas minas de ouro, era seu rival importuno. António Fernandes não passou desta região, por lhe faltarem os presentes e em virtude das atrozes guerras em que os povos andavam envolvidos. Mal se explica, no entanto, a escassez de presentes, em terra que tinha por costume retribuir com o dobro. Como quer que seja, visitara os reinos principais da orla do Monomotapa e a própria sede do imperador, e voltou a Sofala, resolvendo tornar por caminho diverso, para ver novos reinos. Descendo em vertical para o

sul, passou primeiro pelo reino de Mozambia, ou *Moziba* (1), que se distinguia dos demais pela manufactura de panos de algodão, que vendiam no do Monomotapa.

Daí, inflectindo para ocidente, dirigiu-se para o reino de *Quitenge*, «que ha delle a estoutro, sete jornadas» (2). É terra de muito ouro, como a sua vizinha, Batôngua, que também possui marfim. Atravessa-a um rio que desagua no Cuama e sai para o mar a 16 léguas da barra de Sofala. Continuando a descer para o sul, dali atravessou pela terra de *Betôngua* e veio ter à terra de *Baro*, onde também havia ouro. Prosseguiu depois em direcção do oriente, gastando cinco dias, e mais vinte para chegar a Sofala, tocando apenas um reino da ida — o de Inhacouce. Das populações contou António Fernandes que não é gente muito negra, adora a lua nova, enquanto os dos rabos prestam culto às vacas, usando todos, menos estes, arcos e flechas ervadas, azagaias e ticados, que trazem sempre consigo.

E mais não disse, ou, pelo menos, Gaspar Veloso não escreveu. Hugh Tracey pensa que o relato de Fernandes-Veloso terá conseguido influenciar a cartografia europeia, o que Caetano Montez contesta. «Parece possível, mesmo provável, que os antigos cartógrafos se apoiaram no relatório de António Fernandes para preencher esta secção dos seus mapas», escreve o primeiro destes historiadores. «O grande rio não nomeado por Fernandes, o Hunyai, foi tomado pelo Zambeze ou Cuama, como então era chamado, e o país de Butua, marcado no extremo noroeste dele — erro que persistiu por três séculos, até 1855» (3). A política do segredo constituiu, para Caetano Montez o óbice que destruiria essas pretensões dos cartógrafos. «Isso pressuporia, pelo menos, que a carta de Veloso tivera larga divulgação, o que era contrário à política de segredo, e parece negado pelo facto de que os nossos cronistas e escritores antigos ignoraram a carta de Fernandes, apesar dos dados concretos e conhecimentos importantes que ela fornecia» (4). O argumento do desconhecimento por parte dos cronistas prova de mais, podendo levar à conclusão de que nem o rei o conheceu, visto não

---

(1) Repete a mesma noticia, a primeira com a designação de Mozambia, inserta, contra o costume, no *item* (anterior àquele em que se grafou *Moziba*). Parece, pois, tratar-se de evidente repetição, difícil, aliás, de explicar.

(2) Hugh Tracey esforça-se por identificar *Quitenge* com *Queque*. Mas Caetano Montez demonstra, com suficientes argumentos, essa impossibilidade. (O. c., p. 47).

(3) Hugh Tracey — o. c., p. 45.

(4) O. c., p. 50, nota.

haver rastos de intenções de pôr em prática o plano de nova feitoria proposta por Fernandes, decerto na linha de Angoche, como Montez propõe. Quanto á cartografia, Hugh Tracey reproduz um «mapa de África segundo Ptolomeu, um dos duma série publicada entre 1500 e 1535»; «uma parte dum mapa, não identificado, do século XVI» e mais uns, da segunda metade desse século por diante.

Nenhuma destas reproduções provam apodìticamente a sua tese, mas também a não dificultam. Quere-nos parecer que lhe passam à margem. Os nomes da costa que neles se lêem, provêm de outra viagem, claramente portuguesa, que pode também ter fornecido a localização dos dois reis que aparecem sentados nos seus tronos, num dos mapas, e mesmo os nomes do interior da segunda carta, que, tal como a primeira, não trazem data bem determinada. Os «irreconhecíveis» rios Gomorgager e Huilaste ([1]) já figuram, por exemplo, na planisfério de Waldseemüller, de 1516 ([2]). De facto, não faltaram na corte portuguesa informações sobre uma região que tanto prometia riquezas, iguais ou maiores que as do golfo da Guiné, diferentes das que até então se sabia predominarem na Índia e terras vizinhas. Para não referir mais que umas tantas, lembraremos a de Diogo de Alcáçova, que já vinha de 20 de Novembro de 1506 ([3]); a de Duarte de Lemos, ilha de Moçambique, 30 de Setembro de 1508 ([4]); as de Bartolomeu Perestrelo e Pedro Vaz Soares, de fins de 1512 e de 30 de Junho de 1513 ([5]); e as

---

([1]) Hugh Tracey — *Exame de alguns mapas de África em confronto com as informações fornecidas por António Fernandes*, in o. c., p. 57.

([2]) Ver reprodução, simplificada, do sul de África, em A. Teixeira da Mota — *A Cartografia antiga da África Central*, p. 27.

([3]) Carta para el-rei D. Manuel, T. T. — C. C., parte 1.ª, M. 5, n.º 118. — Publicada em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 153-157; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, t. II, pp. 385-389; A. B. Bragança Pereira — *Arquivo Português Oriental*, t. IV, vol. I, parte I, p. 155; George McCall Theal — *Records of south-Eastern Africa*, vol. I, pp. 57-62; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, vol. I, pp. 388-399.

([4]) T. T. — C. C., parte 1.ª, M. 7, n.º 47. — Publicada em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 197-206; Extractos em G. Theal — o. c., pp. 69-71. Em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vol. II, pp. 302-305, publica-se outra carta do mesmo (T. T. — C. C., II, 15-70), da mesma data, que não nos interessa.

([5]) T. T. — C. C., parte 1.ª, M. 18, n.º 27. — Sumariada em *Alguns Documentos da T. T.*, p. 289. Publicada em Theal — *O. c.*, pp. 75-79; *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vol. III, pp. 458-469; Eric Axelson — *South-East Africa 1488-1530* (só parte), pp. 255-260.

de João Vaz de Almada, de 26 de Junho de 1516 ([1]) e Francisco de Brito, de 8 de Agosto de 1519 ([2]).

Sydney Welch já advertiu que «nos documentos que chegaram até nós, a primeira sugestão de pioneiros europeus no interior da Machonalândia veio de Diogo de Alcáçova», na carta que de Cochim endereçou a D. Manuel, em 20 de Novembro de 1506 ([3]). O que garante maior valor às suas informações provém do facto de haverem sido colhidas no próprio local, quando ocupava o lugar de feitor de Sofala. Descreve os campos de ouro da terra chamada Vealanga, dando mesmo a sensação de pintar os cafres que trabalhavam nas minas de superfície, por ter presenciado a cena ou, pelo menos, a ter sabido com muita diligência.

«O regno, Senhor, em que ha ouro que vem a Çofala, se chama Vealanga, e he regno muito grande, em que ha muytas villas muito grandes, afora muitos lugares outros, e a própria Çofala he destes regno, se nam como toda a terra da beyra do mar». Aludia, decerto, à região compreendida entre o Limpopo e o Zambeze. A «andar hordenadamente como em Purtugall» (contraste com as caminhadas, só matutinas, dos negros), «podera, senhor, huum homem hjr a huma cydade que se chama Zumubauy *(Zimbaué)* de Çofala — esclarece Alcáçova — que he grande, em que sempre o rey está».

A extracção do ouro opera-se da seguinte maneira: «cavam a terra e fazem como myna, que hiram por ella por baixo da terra huum grande tiro de pedra, e vam-no tirando por veeas, com a terra mesturada com o ouro e, apanhado, o metem em huma panella e ferve muito no fogo e, despoys que ferve, a tiram fora e a poem a esfriar, e, fria, fica a terra e, o ouro, tudo ouro fyno».

Domina este reino Quesarymgo (Quecarimugo, Quecarynugo, Queçarinuto, Queçarinugo) Menamotapam, filho de Mocomba, já falecido. Os seus domínios ficaram sensìvelmente reduzidos quando, no tempo de Mocomba, se rebelou contra ele, «hum seu pryvado que era grande senhor em seu regno (...) que se chamava Changaniir». No século XVIII, a história sofre razoável distorção, pois o «Changamira» não passava de «pastor de gado do Imperador Mucumboé», que se rebelara quando foi mandado para

---

([1]) T. T. — C. C., parte 1.ª, M. 20, n.º 64. — Publicada em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vol. IV, pp. 274-295.

([2]) T. T. — C. C., parte 1.ª, M. 25, n.º 27. — Sumariada em *Alguns Documentos da T. T.*, p. 435. Publicada por Theal. — O. c., pp. 99-103.

([3]) Sydney Welch — *A África do Sul sob el-Rei D. Manuel*, p. 220.

as terras de Oróbu, constituindo-se soberano. «Hoje hé o mais poderoso, temido e respeitado régulo, entre os mais, sem obediência aos imperadores Manamotapas» — informa, por exemplo, António Pinto de Miranda, referindo-se a um seu descendente (1).

A luta entre os dois reis impedia, periòdicamente, a vinda do ouro a Sofala, comunica Diogo de Alcáçova, que teve o cuidado de indagar se o negócio se desviava noutra direcção. Apenas por Angoje passava algum, «nom muito» — uns 50 000 miticais por ano. Em tempo de paz, chegava, porém, a Sofala, um milhão e, às vezes, um milhão e trezentos mil miticais de ouro, que carregavam três e quatro naus. Com um presente a cada um dos litigantes, pensava Alcáçova que se conseguiria apaziguá-los e fazer voltar o ouro a Sofala.

Por fim, passa ao papel uns quantos dados sobre o rei de Sofala e suas relações com os de Quíloa e Mombaça. É mouro, bem como toda a gente que habita a povoação, vendo-se, porém, cafres a viver à sua volta, separadamente. Na primeira aldeia, «que está na pomta do mar», moram 400 pessoas e igual número na de el-rei. Fora destas povoações, apenas se contavam mais 9 200 «homeens», podendo el-rei pôr em pé de guerra, ou, como ele se exprime, «acodem ao seu atabaque», e de um dia para o outro, 7 000 homens de armas. Sofala pertenceu a Quíloa, com a qual estabelecia intenso tráfego. Mas Mombaça era-lhe superior, em população e volume de transacções. Por lá passavam os mercadores que se dirigiam a Sofala, pagando de imposto, por cada mil miticais, 50 em Quíloa; ou em Mombaça, se não passasse por aquela cidade. Maior, porém, a taxa das mercadorias, na ida: 60 % em Quíloa; 50 % em Mombaça e 15 % em Sofala.

A carta de Duarte Lemos, de quase dois anos depois, garante, por observação de oficiais competentes, a existência de boa madeira na terra firme em frente da ilha de Moçambique, com que se podiam fabricar excelentes naus — mais baratas e de maior duração que as construídas em Portugal. Dá conta, igualmente, do andamento do comércio de Sofala, que «he mays saão que Symtra», especificando as mercadorias preferidas que mais serviam para o comércio — sobretudo, panos de Cambraia, pois de Portugal não pegam em mais que «brabamtes alvos e largos». O mal do negócio nascia dos mouros, nomeadamente os de fora, Ormuz e Aden, e não das gentes da terra de Moçambique, ainda «bystiaes, que se contentavam com ganharem um alqueire de milho.

---

(1) A. Pinto de Miranda — *Monarchia Africana*, in António Alberto de Andrade — *Relações de Moçambique Setecentista*, p. 306.

«No fim de 1512», recebeu D. Manuel dois relatórios mais circunstanciados das minas de ouro de Sofala, um do feitor Bartolomeu Perestrelo e outro do seu sucessor, Pedro Vaz Soares (1). Desconhece-se hoje o seu paradeiro, mas, do último, resta-nos um outro, de Sofala, 30 de Junho de 1513. Antes de mais, há que recolher o pormenor das tenças que, de seis em seis meses, os Portugueses entregavam aos régulos mais próximos, a quem se dera uma bandeira das quinas, para memória da cooperação ajustada entre as duas partes. «Isto significava — acentua com justeza Sydney Welch — que, em cada seis meses lunares, os agentes do rei de Portugal viajavam pelas terras, até às principais povoações». «Na prática, esclarece o mesmo autor, era uma inspecção do país, entre, *grosso modo*, a Beira e Bulawayo».

Com efeito, a guerra acabara e até os mouros podiam já trilhar os caminhos sem risco de vida ou roubo. Abriam-se, assim, as estradas do sertão ao comércio do litoral, mas os mouros procuravam subtrair o ouro aos olhos dos Portugueses. Contudo, ele estava convencido de que não havia tanta quantidade desse metal quanta se propalava até aos Paços de Lisboa. Enquanto do Castelo da Mina — e ele fora lá feitor — se recolhiam «grosas manilhas e colares», ali em Sofala quase só aparecia mais ouro «lavrado em contas e jóias mui meudas». O maior «impedimento», porém, de mais avultado resgate provinha do comércio que os mouros faziam por Angoja (Angoche), onde pairavam muitos mercadores de Quíloa e Melinde, que recebiam, dessas cidades, «muitas mercadorias em zambujos», inundando assim a terra, de panos sem conta. Aliás, os mouros estendiam-se por todo o Cuama acima, «que he o maior rio», resgatando ouro e marfim.

João Vaz de Almada, alcaide de Sofala em 1516, deixou «uma muito mais importante narrativa do comércio e dos indígenas» (2), na carta que escreveu a el-rei, em 26 de Junho de 1516. Propunha-se colocar diante de Sua Alteza, a «desposysam da tera como esta e as maneyras dela». Em Dezembro de 1515, estiveram em Sofala embaixadores «dum senhor (...) que chamam Ynhamunda, que anda halevantado dell rey de Bonapotapa», a solicitar a amizade dos Portugueses. «Nam desejava mais bem que ver gente nosa e termos com elle verdadeyra amizade, que me pedya que fose seu irmão e amigo e que elle me mandarya aquy quad'ano muito

---

(1) Sydney Welch — o. c., p. 227. — Sobre a biografia de Vaz de Almada, ver *ibd.*, p. 237.

(2) Id., *ibd.*, p. 237.

dinheiro». Anunciava-lhe possuir muito ouro e, quando soube que a feitoria tinha necessidade de mantimentos, indicou-lhe o seu porto de Ynhabyde. De uma vez, João Vaz de Almada enviou-lhe, entre outros homens, o nosso já conhecido António Fernandes, tão considerado por aquelas terras até ao Monomotapa, que era adorado como Deus, cessando as guerras à sua passagem. Por ele soube que, à distância de cem léguas pelo sertão adentro, se encontra um rei, de nome Ounharouro (1), e «está em huma cydade junto com hum ryo grande». «Elle he omem que sabe bem as cousas de la e de qua». «Por certa enformaçam», soube Fernandes «que este ryo he hum que está daquy, quorenta leguoas pera Moçambyque (ilha de), que se chama Quama, que he ho mor ryo que a por esta costa».

Fernandes estava convencido de que «de Angoje vem por ryos pequenos que vem, por ho sertam, ter a este ryo, por honde vem ter a esta cydade (...) em que resgatam toda a merquadarya que se furta dos nosos navyos os mouros de Quyloa e de Mylynde». Ele próprio, Vaz de Almada, esperava navegar em breve «por dentro deste ryo de Quama até chegar a esta cydade, que sam trynta legoas por ho ryo dentro», desde a costa do mar. Iria numa caravelinha construída em Sofala com alguns «zambuquos da terra», expondo-se às doenças «que nos ryos acudem às gentes que nam somos acustumadas». Maior segurança teria se dispusesse ainda de um bergantim de 15 bancos «com seus rymeyros» e de uma caravela, e fosse acompanhado de «botyqua e hum bom fysiquo» e «toldos pera has horvalhadas». Que mundos não descobriria! Alongar-se-ia não só até ao Monomotapa, mas para mais além, «per houtras partes honde nenhumas gentes que hos de qua nam entendem e sam gentes mais alvos que pretos». Constava que vinham «aly a huma tera que confyna com Bonapotapa, a que chamam Ambar», vender «aspas de cobre». António Fernandes viu-os no Monomotapa, em cujas feiras andavam a mercadejar, e decerto os localizou como oriundos do Manicongo, pois «conhece as que sam feytas lá nos ryos do cobre do Manyconguo». Também ele já se convencia que «todos hos de la e hos de qua he hum trato». Sobre as de cá, enviava a el-rei um «caderno» das cousas vistas por António Fernandes, sem dúvida novas notícias, a respeito da vida no Monomotapa e prometia mandar mais, quando ele próprio descobrisse o rio de Cuama.

---

(1) Sydney Welch, que escreve Onhaqouro, deduz, pela descrição de Almada, que se trata de terras vizinhas de Sena, onde os Portugueses em breve construíram a primeira fortaleza do Zambeze (*o. c.*, p. 240).

Na ânsia de recolher informações do interior, João Vaz de Almada apanhava tudo quanto ouvia e procurava certificar-se da verdade. Foi o caso que, entre 15 e 18 de Maio de 1516, lhe veio «nova do sertam», por intermédio de «mouro honrado que chamam Quatyvo», chegado de Outonga. Aqui, na mineração do ouro, encontravam-se uns escravos naturais de Sofala, que o avisaram da presença em Ambar (provàvelmente a *Mombara* de Fernandes, como sugere Sydney Welch), de um homem branco, «como hos nosos», vestido à nossa moda com panos da terra, que guardava vacas.

Almada pensou tratar-se de português descido do Congo, mas, ainda que fosse prisioneiro apanhado na costa oriental, encontrava-se em ponto do interior que importava conhecer melhor. E escreveu imediatamente a um mouro mercador que ia partir para aqueles lados, prometendo pagar bem a quem trouxesse o branco. Estas e outras diligências, empreendia-as, decerto para conseguir aumento à Fazenda Real. Mas não se há-de olvidar a consequência, clara e inevitável, do proveito que resultava para um conhecimento mais perfeito da terra e das gentes.

Terá João Vaz de Almada concretizado, algum dia, o seu maior sonho, que o faria, não dizemos precursor de Levingston, mas do Dr. Lacerda e Almeida? Sabe-se lá! A história é cerzida por fragmentos, e, quando algum se perde, torna-se impossível completar o quadro real. Apesar de tudo, os seus planos ficam na história como empreendimentos gizados e, porventura, levados a bom termo, que muito importa registar.

Por fim, recordemos o nome do feitor Francisco de Brito, que, na carta de 8 de Agosto de 1519 (1), ao informar sobre o estado da fortaleza de Sofala, acrescenta alguns dados curiosos sobre a etnografia da região. Inhamunda constituía o assunto principal da missiva. Rebelado contra o Monomotapa, conquistara todas as terras à volta da fortaleza, não permitindo a saída nem a entrada dos mercadores sertanejos. Contudo, mandava informar os Portugueses de que os caminhos continuavam abertos... Mas os mercadores do Bouro, «honde dizem à muyto ouro», desejavam passar à nossa feitoria e nunca lá chegavam. O mesmo acontecia aos de *Manhyqua* e de *Benabotapa*.

Entretanto, arribara a Quiloane (onde hoje se ergue a cidade da Beira), «oito léguas desta fortaleza de Çofala», a nau que vinha de Cam-

---

(1) T. T. — C. C., parte 1.ª, M. 25, n.º 7; publicada por Theal — *o. c.*, 1.º vol., pp. 99-103, e sumariada em *Alguns Documentos da T. T.*, p. 435.

baia, mais pròpriamente, de Diu, carregada de *beitangys* (bertangis); *macaçeres*, «que sam como beirames, mas sam mais grosos que *beirames»; teadas, sabones* (sabão), estanho, contas vermelhas. Entraram igualmente, por este meio, 28 225 *tangas* em dinheiro — «moeda de prata de Dyo, que he cada huma de sessenta reaes». Na feitoria vendiam-se também «vynhos... de vosa alteza», mas o negócio, nesta altura, rendia muito pouco ([1]). Pensava-se já em assentar fortaleza (de madeira), no Zambeze, estando construída, em 15 de Agosto de 1519, a primeira torre, que Sancho de Tovar ia colocar a oito léguas para montante da foz. Contratempo da última hora retardou, porém, o projecto.

Como estas, outras notícias se podiam ainda recolher, do mesmo tipo. Mas as que resumimos já proporcionam imagem bastante para se avaliar o ponto a que chegaram os conhecimentos etnográficos que os Portugueses alcançaram no interior da ignorada África austral, a partir da costa do Índico, na segunda década de Quinhentos. Como a cartografia e toda a Europa culta lucrariam se tivessem sabido todas estas notícias! Mas, enquanto os Portugueses se empenhavam em compensar o gasto de vidas e de dinheiro, para que não eram precisas propagandas de feição geográfica, os estrangeiros, quer os que participavam, de algum modo, na empresa, quer os que procuravam saber notícias, interessavam-se mais por conhecer o número de naus naufragadas, os lucros auferidos e as dificuldades topadas em face do soldão do Cairo e dos mouros em geral. Não se lobriga rasto de geógrafo, mas sim, e muitos, de comerciantes e de políticos.

2 — Diplomacia e Humanismo

2.1 — *Cartas de D. Manuel ao rei D. Fernando, sobre operações militares em terras da Índia (1511).* — Um pouco por motivos dos laços familiares e amizade que os unia, mas não menos por ostentação do poderio que representava, D. Manuel continuou a informar D. Fernando sobre as vitórias que as suas armas iam alcançando no Oriente. Ele esclarece que o faz «por saber» que «todo boom sobçedimento de nossas coussas reçebees senpre muyto prazer e comtemtamento».

([1]) Sobre o comércio português em Sofala, ver A. Lobato — *A Expansão Portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530,* 3 vols., Lisboa, 1954 e 1960.

Dois feitos lhe retumbaram aos ouvidos, com eco proporcionado à grandeza dessas empresas: a derrota infringida aos Rumes, nos mares de Diu, por D. Francisco de Almeida, em 3 de Fevereiro de 1509, e a tomada de Goa por Afonso de Albuquerque, considerada, pelo monarca, quase como seguimento daquela, visto frisar que alguns daqueles inimigos aí se haviam anichado.

Da primeira, não resta, em correspondência para o exterior, mais que ligeira lembrança, inserta, pelo próprio soberano, na carta em que relata a segunda ([1]). Soubera do feito de Goa (25 de Novembro de 1510), por missiva de Albuquerque, hoje perdida, à qual este mesmo alude na carta autógrafa de 22 de Dezembro de 1510, esclarecendo que a remeteu «logo aquelle dia à tarde» ([2]). A carta em que D. Manuel anuncia a tomada de Goa está datada de Lisboa, 21 de Junho de 1511. Pouco diz que interesse ao nosso propósito, além da mesma notícia sobre a cidade conquistada: «Gramde çidade de povoraçam e muy abastada de todallas coussas e de muyto boom porto, da quall e de huum grande Reyno que se estende pola teerra fyrme, de que ha dita çicade de Goa, que he aseemtada em huua ilha, cassy peegada com a teerra firme e cabeça». Ficava à entrada de um rio, situando-se «pouco mais de cem legoas de nosas fortallezas», de Cananor e Cochim.

Pela primeira vez soava tal nome na Europa ([3]), e constava qualquer descrição da cidade e do reino a que pertencia. Sobre o senhor da terra, informa: «Era Rey huum mouro chamado çabayo, pessoa de grande astuçia, nas cousas de geerra e que estava em nossa ymizdade».

Notícia de igual importância do seu poderio se pode entender a que exprime, logo no início da epístola, quando confidencia que soube as boas novas por quatro das treze naus que, no ano passado, saíram da Índia, «caregadas despeçiarias». Ao descrever os movimentos de Afonso de Albu-

---

([1]) «... os rumes que escaparam do desbarato que dom Francisco d'Allmeyda que foy nosso visso-Rey naquelas partes, fez com nosa armada na armada do Solldam em Dyo, como vos escpreveemos, se acolheram a huma çidade de mouros que se chama Goa». (*Carta de D. Manuel I ao Rei de Aragão, sobre a tomada de Goa*. Edição e notas de Virgínia Rau e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, 1968, pp. 28 e 38).

([2]) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. I, p. 26.

([3]) Na forma de *Goga*, aliás com escassas notícias da «ilha», referira-se-lhe Ludovico Vartema (*Itinerário*, a cura di Paolo Giudici, p. 193). A Carta de Strozzi, a que aludimos adiante, datada de Goa, Dezembro de 1510, pode ter chegado a Itália na mesma ocasião.

querque, antes da vitória, fá-lo partir «das nosas fortellezas de Cananor e Cochy, que sam no Reyno do Mallabar». Ia com determinação de entrar no mar Vermelho («mar Roixo»), para cumprir várias missões, uma delas impedir o reforço, que se anunciava, para os rumes refugiados em Goa.

À frente do governo da cidade, colocara Afonso de Albuquerque «huum gemtyo» chamado «Tymoge», «pessoa muyto principal e de grande ystima», que era «governador do Reino de Garssopa, que he huum grande Reino daquelas partes e de grande poder». Mais adiante, acrescentará que as terras desse reino eram «vizinhas da dita cidade de Goa». de tributo, pagava este rei 1 500 pardaus, «moeda da teerra que cada huum delles vall trezemtos reaees da moeda de cá». Timoja ficava com o encargo de oferecer à Coroa portuguesa, além da obrigação de guarda e defesa da cidade, nada menos de 130 000 cruzados, das rendas de Goa, avaliadas, aliás, em 200 000 cruzados anuais. Se estes números sofrem da expectativa falhada de que os rendimentos não seriam afectados com a ocupação portuguesa, como sublinha a Prof. Virgínia Rau, não deixam, no entanto, de traduzir a importância da urbe da conquista, que era o que mais interessava conhecer, neste momento de divulgação da notícia.

2.2 — *Carta de D. Manuel a Leão X (1513) e traduções italiana e latina, impressas em 1514. A oração de Camilo Porzzio.* — Afonso de Albuquerque havia conquistado Malaca, na primeira quinzena de Julho de 1511, a urbe pelos antigos celebrada com o elogio de *Aurea Quersoneso*, que não escapara aos humanistas de Quinhentos. Esta foi uma das razões por que D. Manuel se apressou a comunicar o facto ao papa Leão X, como chefe da Cristandade e protector dos humanistas, em carta de 6 de Junho de 1513. Utilizou o idioma português, mas em breve foi traduzida em latim (1) e impressa em Roma, a 9 de Agosto (2), e multiplicada em numerosas edições, pelo menos 24 quinhentistas, na língua do Lácio (Roma, Estrasburgo, Viena de

---

(1) Luís de Matos — *La vittoria contro i mori e la presa di Azimur*, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. I (Lisboa, 1960), p. 216; id. — *Epistola delle vittorie avute in India e Malaca*, ibd., vol. II (1961), p. 142.

(2) *Epistola Potentissimi ac Invictissimi Emanuelis Regis Portugallie et Algarbiorum etc., de Victoriis in India et Malacha, ad S. in Christo Patrem et dominum nostrum Dominum Leonem X. Pont. Max.* — No fl. 6, depois do texto: Romae impressa per Iacobum Mazochium, 9 Augusti. Decerto, 9 de Agosto de 1513 (M. B. — G., 6954). Desta edição, fez José Pedro da Costa a tradução portuguesa, que publicou no *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, Lisboa, 1905, pp. 111-114, de que E. do Canto tirou separata, com reprodução fac-similada.

Áustria, Colónia, Basileia, Paris), em italiano (1), alemão, holandês e francês (2).

Umas vezes reproduzida na íntegra, outras apenas resumida, sofreu ainda uma terceira forma, a de adaptação a novo texto, com transcrição de frases inteiras, num contexto diferente, redigido pelo paduano Francisco Chalderia, com o título de *Rerum et Regionum Indicarum: per Serenissimum Emanuelem Portugallae Regem partarum: Narratio verissima,* impressa sem indicação de lugar nem ano, mas provàvelmente de Roma, 1514, visto estar datada dessa cidade, a 21 de Junho desse ano (3). O autor estivera em Portugal e pôde presenciar alguns factos que narra.

Em versão deste opúsculo ou adaptação directa do texto integral, apareceu em italiano, ainda nesse ano, com o título de *Nova victoria del S. Re de Portugallo in India et della presa de la Cita de Malacha che fa Fochi: 25. milia et de molti altri insule et regni liquali asubiugati ala fede Christiana et de loro habiti e costumi portature de arme con lo carricho de tre Nave grosse de Mercatantia portate da India In portugallo, la via e lo modo de conquistare terra Sancta con molte altre gentilezze: qua le su tu legerai la intenderai apleno: cavata de una lectera del Serenissimo Re de Portugallo: mandata ala Santita del Nostro Sanctissimo Leone Decimo Pontifice Maximo.* Tal como o antecedente, ostenta o escudo de Portugal.

Cremos tratar-se, preferentemente, de tradução do folheto anterior (4) e, por conseguinte, julgamos que se imprimiu depois de 21 de Junho de 1514, porque os textos correspondem, com as seguintes reservas: omitem-se, naturalmente, todos os passos pessoais que aparecem em *Rerum Regionum*

---

(1) Esta edição foi reproduzida em fac-símile, por Luis de Matos, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira,* vol. II, Janeiro-Março de 1961, n.º 1, pp. 149-153. Nas pp. 154-156, o mesmo Prof. publica o fac-símile da 2.ª edição em italiano. Ver também A. de Gubernatis — *Storia dei viaggiatori italiani,* pp. 384-388. No cód. da B. N. Fl. — B. R. 233-236, fl. CIV v.-CIX v., conserva-se uma cópia em italiano.

(2) A versão francesa ficou inédita. «Não há, porém, dúvida que foi feita no século XVI» (L. de Matos — *Epistola delle vittoria,* p. 143. Desconhecia-o H. Ternaux-Campans, que em 1841 — *Archives des voyages,* t. 1, a traduziu, provàvelmente, segundo F. Leite de Faria, da 2.ª edição alemã (*Uma Relação de Rui de Pina sobre o Congo,* p. 85).

(3) Exemplar na B. N. L., Res. 494 p.; M. B.-G., 6500 — H. Ternaux-Campans não deve ter visto nenhum, pois indica-o deste modo: *Rerum et regionum Orientalium narratio verissima,* Romae, in 4.º, 1514 (o. c., n.º 108).

(4) Folheto extremamente raro, que se guarda na Biblioteca do Paço Ducal e no M. B. — C. 32, g. II (10). Já Z. Consiglieri Pedroso o averba no seu *Catálogo Bibliographico das Publicações relativas aos Descobrimentos Portugueses,* p. 96.

Indicarum, e, antes de mais, a pequena introdução em que Chalderia refere o nome do bispo Aquilano, seu amigo, omitindo-se igualmente a dedicatória final.

O texto latino começa: *Haec sunt nova quae anno Domini MDXIII*, e a tradução: *Nelli anni passati*... *Mellicaiar* está representado por *Melichaiz* e *Zambayo*, por *Zabaye*. A corrupção dos topónimos é, porém, frequente de autor para autor. O maior erro do tradutor está na substituição de *Capitaneus Portugallensis* por *Ambassatore*. Entre as omissões que se podem apontar, releva a todas a do trecho sobre o Manicongo, passando a versão italiana, do Preste João para o rei de Narsinga. Acrescenta, porém, no fim do folheto, uma relação de *Carigo de tre Nave da Malaca in Portugallo*, que precede de quatro linhas tranquilizadoras: «Principalmente dicano le cose dela India essere tranquile et pacifiche, gratie siano rendute al Nostro Signore Idio, senza alcun suspecto secondo al servitio de Dio e nostro Signore re re richiede».

O texto da carta de D. Manuel anunciava, primàriamente, a vitória de Afonso de Albuquerque, mas permitia tomar contacto com novas realidades geográficas. Um renascentista podia, decerto, apreciar a heroicidade da luta mantida por Portugal com os maometanos do Oriente, sem que, no entanto, se deixasse invadir pela satisfação de recolher mais uns ensinamentos de carácter geográfico, que corrigiam e completavam a lição do mestre alexandrino que, à falta de melhor, eram forçados a consultar, para saberem do Mundo e suas gentes. O rei português noticiava uma vitória das armas cristãs em Malaca, que situava, em termos ptolomaicos, entre o golfo Magno e o Gangético e, segundo algumas versões, nomeadamente a primeira editada em Roma, identificava com a *Aurea Chersonesum*. Cidade maravilhosa quanto a grandeza — com cerca de 25 000 fogos e terra fecundíssima e nobre, notável sobretudo pelo intenso tráfego comercial de todas as mercadorias que o Oriente produz, não só de toda a variedade de especiarias e produtos aromáticos, mas também de abundância de ouro, prata, pedras preciosas e sedas. Atravessa-a pelo meio um rio.

O rei que a governava era mouro, sendo constituída de gentios a maior parte da população. Ali chegavam estranhos e mercadores de Samatra, Pegu, Java, Gores e Chinas, que vinham do Extremo Oriente e última *Sinarum regio*, segundo a terminologia de Ptolomeu. Entre o espólio, releva sete elefantes de guerra, com as suas torres forradas de seda e ouro, cobertos de xairéis; e cerca de dois mil instrumentos bélicos de variados feitios, fabricados com grande arte. Esperando que aumente o afluxo dos negociantes estrangeiros, festeja, sobretudo, a vinda dos chinas, que já nos

mandaram um enviado, por meio do qual se hão-de esclarecer as suas cousas. Refere-se, certamente, aos contactos estabelecidos com os mercadores particulares e não a embaixada régia, que nunca veio desses lados. As menagens e os presentes tinham chegado de outros monarcas vizinhos, como o rei de Sião, «o mais poderoso do Oriente pelo território e população», que enviara uma taça de ouro com um precioso carbúnculo de grande valor e uma espada de ouro maravilhosamente lavrada. Em sinal de reconhecimento, o governador mandara-lhe alguns portugueses experimentados e hábeis, com a missão de examinarem os sertões do seu Estado.

Na mesma epístola contava o soberano português que Albuquerque se vira forçado a retomar Goa, que, em anos passados (1510), o mesmo capitão havia ocupado e posto debaixo do nosso poder, explica D. Manuel, que mais não esclarece sobre esta cidade da Índia. Não longe de Goa ficava uma outra cidade, denominada Dabul, donde chegou um enviado (Mateus) do Preste João, poderoso soberano cristão, que ofereceu a Albuquerque tudo o que fosse preciso, quer soldados quer armas e mantimentos, declarando-se disposto o seu rei a passar connosco ao mar Vermelho. Viera a Lisboa e trouxera-lhe uma relíquia da verdadeira cruz de Cristo e pedia-lhe artífices destros, a fim de desviarem o curso do Nilo para fora das terras do soldão. Assistiram à audiência os legados do rei de Narsinga, senhor gentio tão poderoso que se diz dispor em pequeno prazo de 1 500 elefantes de guerra, 40 000 homens de cavalo e infinita infantaria. Apregoam igualmente que os seus domínios são de tal modo extensos que mal se podem percorrer em seis meses. Tem, por isso, muitos reis e sátrapas tributários, alguns dos quais próximos de nós.

No regreso de Malaca, encontrou também Albuquerque um enviado do rei de Cambaia, este, muito poderoso por mar e terra, entre os Mouros o maior; bem como do sabaio, antigo senhor de Goa, e do rei Grosapa e outros monarcas e sátrapas. Nesta armada chegou a Lisboa (1) um deles, do rei de Ormuz (Armusio), com um presente de muitas pérolas e objectos preciosos (2). A propósito da vassalagem deste rei, dá a equivalência dos serafins — moeda de ouro que vale um ducado. Como remate, anunciava

---

(1) Há divergência nos textos: Na tradução de José Pedro da Costa, lê-se: «Na armada que recentemente aportou a Goa, veiu um Embaixador do Rei de Ormuz». Na tradução italiana: «Com questa armata etiam che (= qui?) novamente arivato e venuto a noi un legato dil re di Armusio».

(2) Segundo Chalderia, este legado baptizou-se e regressou a Ormuz na armada que partiu em Março de 1514.

o projecto português de fechar o mar Vermelho aos sarracenos, sem dizer nada do auxílio ao projecto abexim, prevendo, desse modo, que de novo se ouviria, por toda a Índia, a voz do apóstolo S. Tomé.

Os textos da *Nova Victoria* e de Francisco Chalderia, como tributários da Carta de D. Manuel, também merecem, naturalmente, alguma atenção. Preparava-se Chalderia para sair de Lisboa para Itália, quando, na véspera, isto é, sexta-feira, 24 de Fevereiro de 1514, teve ensejo de assistir à recepção pomposa do embaixador etíope, o arménio Mateus, que, como dissemos, vinha pedir auxílio técnico, para desviar o curso do Nilo. E, como chegado a Roma, lhe caiu nas mãos o opúsculo que divulgava, em latim, a carta do soberano lusíada para o Papa, a anunciar a vitória de Albuquerque em Malaca e, segunda vez, em Goa, não resistiu à tentação de redigir uma notícia dessas mesmas façanhas, acrescentando-lhe alguns traços da sua própria observação. O momento era azado, até porque Roma vivia, com entusiasmo, a recepção, da embaixada de Tristão da Cunha. Em Lisboa vira desembarcar no Tejo o elefante (que ali estava em Roma), juntamente com outros dois, sendo-lhe igualmente dado observar muitos dentes desses paquidermes, especiarias e pau-brasil.

Deste modo, não admira que se refira com calor à expansão que o nome do rei português alcançara até à Pérsia e à Arábia. As moedas cunhadas em Malaca, que situava na latitude de 15 pés, corriam por toda a Índia e além Malaca, e a língua portuguesa já se falava nas relações comerciais e diplomáticas, e mesmo entre o povo, sobretudo mulheres que se tornavam cristãs. A propósito, sublinha a formosura das mulheres de Goa, para publicar um facto inédito nas relações entre os ocidentais e os do Oriente: «muitas delas casam-se com Portugueses que aí residem». A fé cristã difundia-se simultâneamente com a acção lusitana nessas paragens.

Naquela «parte que se chama Ceilão pela costa do mar e na ilha de Samatra», levantaram-se padrões de pedra com as armas de Portugal. Este pormenor, que há-de figurar, quase pelas mesmas palavras, na *Nova Victoria*, não é mencionado na carta de D. Manuel. Da mesma forma, ao narrar o episódio do embaixador do Preste João, colhido na referida epístola, Francisco Chalderia acrescenta que Mateus informava estarem de boa saúde os três portugueses enviados da Índia por Tristão da Cunha e que tinham mandado cartas a comunicar a sua felicidade. A *Nova Victoria* repete a informação, sem grandes alterações.

Quando ainda estacionava em Lisboa, partira para o Congo o enviado português Simão da Silva, de que nos ocupamos noutro lugar do presente

capítulo. E o italiano julgou oportuno adiantar pequenas notas sobre o lugar da «Etiópia», chamado Manicongo, onde o dinheiro corrente eram conchas do mar; e sobre o seu rei, filho e sobrinhos enviados a Lisboa, que aqui se baptizaram, aprenderam o português no Colégio de Santo Elói e, em Roma, receberam a dignidade episcopal. «Se visses negros falarem latim, admirar-vos-ieis e teríeis grande gosto. É gente esperta». A *Nova Victoria* calou este episódio, mas também transcreveu o inciso que Chalderia ajuntara à notícia do rei Narsinga, de que os seus domínios se estendiam até ao mar de Matabor Índia, que o autor do segundo folheto muito bem corrige para mar de Malabar da Índia.

Por fim, Chalderia enumera os filhos de D. Manuel e fornece a data dos seus nascimentos, terminando com os votos de longa vida. Quis, pois, contribuir para a exaltação do nome português na capital da Cristandade e tornar públicos certos traços da sua actividade no Oriente, que prometiam a expansão efectiva do Cristianismo.

A intenção do anónimo autor da *Nova Victoria* parece revestir cariz diferente: ao mesmo tempo que abarca aquelas finalidades, procura justificá-las à luz do direito. Além das expressões comuns de ataque a um inimigo do nome cristão, contra o sultão do Cairo, Malaca ficava «al servitio del N. S. Re», e Goa fora tomada, «iure belli», aos inimigos, isto é, «mori, rumini (rumes) e turchi». O rei de Narsinga, tal como os nativos, em gentio — «pagano» — e fazia aliança com Portugal, negociando também com os Lusitanos, os povos de Pegu, Samatra, etc. Aliás, os Portugueses entendiam-se com todos, até maometanos, como o rei de Cambaia *(macomettista della sua secta)*. Alguns destes apontamentos, como o último, já aparecem na Carta de D. Manuel e em Chalderia. Mas não deixam de assumir maior relevo, num texto com a intenção assinalada.

Isto soube o mundo culto, através das múltiplas reedições que a epístola régia alcançou. Decerto por notícias colhidas antes da tomada de Malaca, provàvelmente na viagem de Lopes de Sequeira, já em 10 de Novembro de 1511, se sabia em Florença que «Malacha saia ai portogalesi figlia, perchè da questo vengono tute le richeze e soto il sole non è la migliore ne più rica terra di questa». Daí vinham todas as jóias, pérolas e pedras preciosas, especiarias, lacas, musgo, âmbar, alóes, benjoim, ruibarbo, etc. Lisboa encontrava-se inundada de especiarias de todas as qualidades, «dicono bene di 50 miglia cantara et altretante ne vi è ora che se aspecterà, le quale si stima starano forsi da dui anni a tornare negotiando». Era caso para se não ignorarem os empreendimentos portugueses. Ainda ùltimamente, o rei de Bisinagar, que se chama rei de Narsinga, e dispõe

de 50 a 60 ou 70 mil cavalos de guerra e 200 elefantes preparados para a guerra, firmara, por espontânea determinação, aliança com Portugal ([1]).

Apesar desta ou doutras notícias particulares, à carta de D. Manuel se deve, certamente, o movimento de euforia geral que, na cabeça da Cristandade, se manifestou por meio de festas prolongadas e ruidosas ([2]). O Papa enviou um breve de congratulação a D. Manuel ([3]) e mandou celebrar missa de acção de graças pelo cardeal Strigonia, na basílica de S. Pedro, e os eruditos puderam ouvir a oração panegírica de Camilo Porzzio. O povo folgou nas ruas, ao calor das fogueiras que acendeu nos bairros da urbe e pôde ler, como veremos mais adiante, os poemas de Filipe Beroaldo e Aurelius Serenus.

Camilo Porzzio, poeta e orador, cónego de S. Pedro, e, mais tarde, bispo de Teramo ([4]), não é o historiador que nasceu cerca de 1520 ([5]). Morreu jovem, mas o tempo de vida chegou-lhe para patentear raros dotes de inteligência. A sua oração foi divulgada em português, no ano de 1557, por Brás de Albuquerque ([6]) e, modernamente, por Eugénio do Canto, que reproduziu, em fac-símile, o texto manuscrito latino, encontrado na Biblioteca do Visconde da Esperança ([7]). «Comparando o original latino actual com o discurso publicado, atribuído a Pórcio, nos *Comentários* — elucida E. do Canto — grande é a diferença, não a sabendo explicar». Não nos importa, evidentemente, entrar nesse ponto, passando já a marcar o significado que a peça oratória reveste para o nosso caso.

O orador começou por anunciar à assembleia os títulos do poderoso D. Manuel, senhor da Índia, Pérsia e Etiópia. Estava-se a 8 de Outubro de 1514. Embora encarregado de proferir pùblicamente o elogio do monarca português e dos serviços por eles prestados à Igreja, Camilo Pórcio teve necessidade de se referir aos «riquíssimos reinos de Goa e Ormuz» e ao «fertilíssimo e riquíssimo reino de Malaca, a quem os antigos, por sua muita

---

([1]) Carta anónima, enviada de Florença a Giovanni di Santi, em Veneza, a 10 de Novembro de 1511. Publicada in Gubernatis — o. c., pp. 184-185 e, nova ed., pp. 383-384.

([2]) Sobre o assunto, ver Luís de Matos — *La vittoria contro i mori*, pp. 214 e segs.

([3]) Publicado, por exemplo, em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 290-291, e no *Corpo Diplomático Portuguez*, t. 1, pp. 201-203.

([4]) Sidney Welch — o. c., p. 450.

([5]) Michaud — *Bibliographie Universelle*, t. XXXIV (nouvelle édition).

([6]) Texto português, em *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, Lisboa, 1576, cap. XXXIX, parte III (4.ª ed.: pp. 140-151).

([7]) *Emanueli, Lusitan. Indie, Persie, Aethiopie regi invictissimo Camillus Portius Romanus*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1912.

riqueza, chamavam de ouro, querendo, com este nome, que a nenhuma outra terra se deu, mostrar a grandeza de suas muitas riquezas».

«Esta — proclama enfàticamente o orador romano — é aquela Aurea Quersoneso que está no cabo daquela grande enseada, em que o rio Ganges descarrega suas águas no mar, tão nomeada pela sua muita riqueza, que assim pelas muitas e mui ricas mercadorias que se a ela, de diferentes partes, trazem, como pelas não menos ricas que dela se levam, é tida pela mais nobre escala de toda a Índia, e com razão». Conquistada a cidade para vingança de afronta recebida do rei de Malaca, estabeleceram-se «pazes com muitos reis vizinhos seus, que foram os reis do Pegu, Samatra, Pedir, Pacé, Jaos e finalmente, até os últimos orientais chinas, tão nomeados pela mercancia» (1). A carta de Afonso de Albuquerque chegara, indirectamente, a Roma, por meio da epístola régia...

Evoca, depois, o júbilo dos soldados macedónios, quando Alexandre subjugou «um lugar forte e bem defendido» nas partes da Índia, para sublinhar o valor de quem conquistou, não sòmente uma cidade da Índia, «mas a mesma Índia, dos romanos não vista, dos godos não sabida e dos famosos Sesostris, rei do Egipto, Ciro, Semiramis em vão por muitas vezes combatida». Se esta exaltação dos feitos portugueses era de molde a empolgar a assistência em favor do nome português, temos de reconhecer que não se tornava menos azada para suscitar, a quem ainda a não sentisse, a curiosidade por notícias pormenorizadas das novas terras e suas gentes.

Por fim, o orador como que satisfaz ràpidamente a esse interesse de contacto com o desconhecido mundo oriental, aludindo ao «rei de Cambaia», ao «poderoso rei de Narsinga», ao «fortissimo reino» de Calecute, aos de Cochim, Cananor, de Goa, ao «reino e ilha de Ceilão», à «nobre cidade de Safim» em África. E não se esquece de mencionar a oferta de «uma boa parte do lenho da Vera Cruz», que «aquele Preste João, senhor de toda a Etiópia que está debaixo do Egipto», mandou a D. Manuel. Contrapondo os feitos dos Portugueses em prol da Cristandade aos mesquinhos interesses de «vingar particulares injúrias» — em que «nós», os restantes príncipes da Europa, andavam empenhados —, Camilo Porzzio conclui com a advertência de que os turcos «já entram por Hungria, já fazem guerra em Esclavónia, já navegam livremente todo o mar, já querem Itália».

A sua oração, eco mais que fiel da carta de D. Manuel, serviu, certamente, para levar a mais alguns romanos, ou possíveis estrangeiros seus

---

(1) «Zamatri, Pegus, Iaanes, Gotos et ab extremo oriente atque ultima Sinarum regione Chines mercatura...»

ouvintes, a boa nova das lides esforçadas dos Portugueses, em terras de nomes e vida socioeconómica tão diferentes da Europa ([1]).

2.3 — *A Embaixada de 1514 e a Oração de Obediência de Diogo Pacheco. A glória de D. Manuel e os animais exóticos, enaltecidos por humanistas italianos, como Camilo Porzzio, Giovanni Francesco Poggio e Pietro Vaglienti.* — O acervo dos sucessos magnificentes aumentava com profusão, na corte de Lisboa, que, no mesmo ritmo em que os experimentava, sem demora os transmitia para Roma, ainda mais que para as restantes capitais europeias. Aos acontecimentos de Goa e Malaca, sucederam-se os de Azamor, na África, que D. Manuel comunicou ao Papa, em carta de 30 de Setembro de 1515 ([2]), reproduzida em três edições latinas ([3]).

Dentro da mesma linha de conduta, de divulgar as vitórias obtidas contra os inimigos da Fé, anunciava as novas operações realizadas em Marrocos, «que foi cabeça e império de quase toda a África». De lá recebeu a Europa «tanta ruína e tanta efusão de sangue e a fé católica tanto opróbrio e ignomínia». As suas armas haviam conseguido tomar Azamor, cidade que ficava a nove milhas do porto de Mazagão — «cidade da Mauritânia, celebérrima tanto pela solidez das muralhas e baluartes, como pela abundância de peixe das suas costas e fertilidade do seu solo». Entre as várias mesquitas consagradas a Maomé, sobressaía uma, a principal, «pela afamada arquitectura». Nesta se cantou missa e «celebraram-se ofícios divinos em honra de Deus».

Sabendo da sorte de Azamor, os Mouros abandonaram uma outra cidade, distante cinco milhas, chama Almedina. Igualmente se renderam outras urbes, nomeadamente «a antiquíssima Tito».

Com as missivas, brilhavam em Roma multiplicidade de jóias, tecidos e outros sinais preclaros do Oriente e a presença do elefante e da onça, domes-

---

([1]) Deste género oratório, em louvor dos feitos portugueses no Oriente, nomeadamente a respeito da introdução da fé católica em Ceilão (Taprobana) no tempo de D. Francisco de Almeida, podia-se acrescentar a *Oratio* de Gil Viterbo, superior-geral da Ordem dos Agostinhos, mais tarde cardeal e patriarca de Constantinopla (ver J. H. Cunha Rivara — *Catálogo dos Manuscriptos da Biblioteca Publica Eborense*,, 1.° vol., Lisboa, 1850, p. 256).

([2]) *Epistola potentissimi ac Invictissimi Emanuelis Regis Portugalliae et Algarviorum, etc. de Victoriis nuper in Affrica habitis. Ad S. in Christo patrem et dominum nostrum dominum Leonem X. Pont. Max.* — Ver Eugénio do Canto, na *Bibliografia*.

([3]) L. de Matos — *La vittoria contro i mori e la presa di Azimur*, in *l. c.*, p. 217.

ticados por indianos que os acompanhavam, transformados em outras tantas peças de inestimável valor, que puderam formar o ponto alto da embaixada de Tristão da Cunha a Roma. A estes, um outro quadro se juntou, de cor igualmente bela, o da chegada de Mateus, embaixador do tão desejado Preste João, que trouxera preciosos presentes e a nova do êxito da viagem dos três portugueses enviados à Etiópia por Tristão da Cunha. Todos estes sucessos tiveram repercussão em missivas dos embaixadores ou dos humanistas, prosadores e poetas, uns que os presenciaram, outros que deles apenas ouviram falar (1).

A conquista de Azamor mereceu festas mais deslumbrantes por parte do Papa (2) e inspirou um poemeto a um vate, cujo nome se ignora, que, por assim dizer, pôs em verso a carta de D. Manuel (3). Os ecos da embaixada de Mateus só mais tarde transporão as fronteiras (4), depois de D. Manuel enviar, por seu turno, uma embaixada à Etiópia.

A embaixada ao Papa, que desfilou pelas ruas de Roma a 22 de Março de 1514, foi presenciada pelos romanos e por forasteiros, em que sobressaíam Alberto de Carpe, «que estava por embaixador do Emperador» e se apressou a descrever-lhe o esplendor das cerimónias, em carta de 27 de Março de 1514 (5); os embaixadores da Polónia, da Inglaterra, de França, de Castela, de Veneza, Milão, Luca e Bolonha, além de nobreza e alto clero, como o duque de Barre, irmão do duque de Milão, os bispos de Nicósia, de Nápoles e número infinito de arcebispos, bispos e outros prelados. Mais do que a representação de um país da Europa, em cumprimento de um dever dos príncipes cristãos — o preito de obediência ao novo Pontífice — surgiram em Roma espécimes maravilhosos das gentes, da

---

(1) Carta de Alberto de Carpe, referida adiante; cartas de João e Nicolau de Faria ao rei, in *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 353-356, e L. Rebelo da Silva — *o. c.*, I, pp. 234-242, de que se serve L. de Matos — *Natura, intelletto e costumi dell'elefante*, p. 45; e José de Castro — o. c., pp. 161 e segs.; Marino Sanuto — *Diarii*, t. XVIII, col. 422, que Salvatore Ciutiis e L. de Matos utilizam; Grassis — *Diario* (ms. do Arquivo Vaticano, aproveitado por Ciutiis).

(2) L. de Matos — *La vittoria contro i mori*, p. 216.

(3) *La Victoria de lo serenissimo et invictissimo Emanuele Re de Portugallo etc. hauta novamente contra mori e la presa de Azomor e de Almedina e altre terre nel regno de Marrochia*, s/l., n/d. — Publicado, em fac-símile, por L. de Matos, *l. c.*, pp. 219-222.

(4) Sobre a embaixada, ver Damião de Góis — *Crónica de D. Manuel*, parte III, pp. 217 e segs.

(5) B. N. L. — Cód. F. G. 7638, fl. 68v.-69. Publicada com pequenas alterações em Damião de Góis — *o. c.*, parte III, pp. 213-216, com a data de 17 em vez de 27.

fauna ([1]) e das riquezas orientais, tão celebradas por Marco Polo. Um caçador indiano conduzia uma onça de caça ou chitá ([2]), «de muitas e desvairadas cores», «sobelas ancas do cavallo, posta em huma cuberta nervada e dourada muito bem feita». Cavalo pérsio, ajaezado de peças de ouro e sela da Índia, e caçador, eram oferta do rei de Ormuz a D. Manuel, que, por sua vez, o ofertava ao Sumo Pontífice. Mas, do que mais se falou, foi do paquiderme da Índia, o primeiro dessa origem a penetrar na Cidade Eterna, que transportava um cofre com rico presente, coberto de um pano tecido de ouro, com as armas reais portuguesas, que tapavam todo o elefante. Além do cornaca negro, montava-o um indiano vestido de «huma roupa de ouro e seda», que lhe dava ordens de seguir ou parar, ajoelhar-se ou borrifar de água os circunstantes. Incorporadas no cortejo, alinhavam «algumas azémolas mui fermosas», que, sendo naturalmente nascidas na Europa, iam cobertas de «reposteiros de raz e seda de diversas cores e insígnias». Aliás, todos os figurantes da embaixada envergavam fatos vistosos, em boa parte provenientes da Índia. Os nobres, «que eram em número de cinquoenta», apareceram «todos vestidos de panno de ouro e seda, com colares de ouro, nam menos de peso que de mostra — como anota Alberto de Carpe — de que hos mais delles davam grande resplandor, por caso das muitas parlas e pedras de que eram semeados» ([3]). O rei de Armas vestia «huma roupa de panno de ouro, com has armas do regno coroadas e cercadas em torno de mui fermosas perlas e robis». Damião de Góis limita-se a informar que levava a «sua cota».

Dos embaixadores — Tristão da Cunha e os acessores, doutor Diogo Pacheco e João de Faria — baste dizer que iam «mui magnificamente»

([1]) Salvatore de Ciutiis refere-se a um elefante indiano, um rinoceronte, uma pantera e um soberbo cavalo persa (*Une Ambassade Portugaise à Rome au XVI^e siècle*, p. 19). Mas confunde duas enviaturas portuguesas numa só, porque o rinoceronte, como veremos, chegou, da Índia, a Lisboa em 1515 e a Itália em 1516, não tendo sequer entrado em Roma, como aliás o autor sabe (p. 27). Também Mons. José de Castro (*o. c.*, p. 170) cai no mesmo lapso. — Não será a última vez que D. Manuel oferecerá ao Papa animais de outros continentes. Em carta de Roma, 23-2-1519, Marco Antonio Michiel di sier Vetor refere, a um amigo, a presença, nas festas carnavalescas, de «dui camelli vivi et veri, mandati a donare al Pontifice dal Re di Portogallo» (Marino Sanuto — *I Diarii*, XXVIII, col. 301).

([2]) Conde de Ficalho, em Garcia de Orta — *Colóquios dos Simples*, vol. 1, p. 319.

([3]) Também Paolo Giovio fixou o quadro da entrada pela Porta del Popolo, sublinhando igualmente os «vestimenti ricamati di finissime perle et rilucenti per bellissime gioie et ornatissimi assai piu che non si potrebbe dire» (*Gli elogi vite brevemente scritte d'huomini illustri*, Veneza, 1558, p. 344).

vestidos. O primeiro ostentava «hum mui rico chapeo de singulares perlas, não digo sòmente ornado, mas todo cuberto» — revela a mesma testemunha presencial.

O presente, que patenteava sobejamente a riqueza oriental, constava de «sagradas vestiduras, tanto pera hos ministros quomo pera hos clerigos, pera servirem a toda a maneira de sacrifício, *scilicet*, tanto aho offiçio da Missa, quomo aho das vesperas» — capa, túnica, almategas, casula, e ornamentos do altar, como «frontal de brocado de peso, todo bordado e guarnecido de perlas e pedrarias de muito preço, a cousa mais rica de sua qualidade que de memória de homens se nunca vira», na expressão de Góis. Todas as «vestiduras» eram tecidas de ouro, «e tão cobertas de pedras preciosas e perlas que em poucos lugares se podia ver ho ouro — depõe o italiano representante do imperador, que as viu — e eram has perlas e pedras postas e metidas per arteficio admiravel, per alguns nós entrelaçados, à maneira de huma romã» (1). Obra «maravilhosa, sumptuosa e magnífica» — remata ele, estupefacto — em certos lugares, «quomo pintada de ouro e seda, ha façe de nosso Salvador e dos Sanctos dous Apostolos distintamente, ornados de muitas perlas e pedras preçiosas a que nós chamamos scravonetas ou robis, não contrafeitos nem polidos, mas rudos e simples» (2). Damião de Góis acrescenta que, além do pontifical, mandou el-rei «joias de grande valor».

Toda esta série de imagens fulgurantes representava, ao vivo, mais do que qualquer arenga, a riqueza fabulosa da tão afamada Índia, que, afinal, Vasco da Gama, e não Cristóvão Colombo, tinha descoberto. Arenga, porém, não faltou e fê-la o já conhecido Doutor Diogo Pacheco, que, pela segunda vez, teve oportunidade de enaltecer o seu rei e o seu povo (3). «Começou de orar ho doutor Diogo Pachequo — informa Damião de Góis —

---

(1) Pode ver-se outra resenha da oferta manuelina, em Paolo Giovio — *l. c.*

(2) Não sabemos onde foram confeccionados, mas talvez na Flandres, como aconteceu, anos mais tarde (1524) ao «Pontifical de panno rico douro com seus sabastros borlados» com as armas e insígnias reais, que se destinava à Capela do Tosão, na igreja do Sablon, em Bruxelas. D. Manuel ordenou que o entregassem aos «melhores officiaes de toda aquelle provinçia», e, contudo, era inferior ao da embaixada de Tristão da Cunha, segundo atesta Damião de Góis (*Crónica* cit., parte IV, p. 88). Em 1797, foram os ricos paramentos oferecidos a Bonaparte, como preço da paz com Pio VI. Mas não tendo chegado a sair de Roma, ficaram reduzidos a cinzas, na proclamação da República Romana pelo general francês Berthier (Ciutiis — o. c., p. 57, nota).

(3) Salvatore de Ciutiis encontrou o discurso de Pacheco na Biblioteca do Vaticano e publica-o em latim (o. c., pp. 34-40). Em português guarda-se cópia no códice da B. N. L.-F. G., 7638, fl. 64-68v.

per tam bom stylo e com tanta graça e desenvoltura que foi louvado de todolos que ho ouvirão».

Em todo o caso, vale a pena relevar alguns períodos, como aqueles em que promete omitir os feitos de outras eras para memorar a conversão e amizade do rei do Manicongo, evocando de passagem os inúmeros trabalhos passados no mar e a admiração dos reis e sátrapas pelas nossas armadas e não esquecendo de salientar o conhecimento exacto que os Portugueses então alcançaram da celebérrima e ignorada Taprobana; da afamada Aurea Chersonesum; de Malaca e dos muitos soberanos que estabeleceram relações de amizade e ajuda mútua com os Portugueses, sem esquecer o poderosíssimo Preste João.

«Acabada ha oraçam, ho Papa respondeo na mesma lingoa latina e, per mais espaço de que he costume ho fazerem hos Papas, tudo em louvor del Rei e da naçam portuguesa». Os termos lacónicos do cronista, que não saiu de Lisboa, traduzem suficientemente as linhas estruturais dos dois discursos. Em suma, guardava-se a impressão de duas grandezas irmanadas — a dos Portugueses e a do cenário em que actuavam. Mas pouco se especificava, porque tudo o que descrevessem era certamente a mais, perante a exposição circulante que podia interpretar-se como realização de filme extraordinário que se não transpôs para a celulose.

O elefante não viveu mais de dois anos (1). O povo, como toda a gente das várias classes sociais chorou a sua morte. «Per mitigare il desiderio del popolo col conforto, benche vano, della pittura» (2), Leão X determinou que Rafael o representasse num fresco da Torre do Vaticano, hoje desaparecida. Conserva-se, porém, na porta principal da sala da Segnatura, de Rafael, que leva à sala de Eliodora, o retrato do elefante conduzindo o poeta Baraballo Caetano, enquanto Leão X, numa janela, presencia a cena (3). Os poetas deixaram-se arroubar em êxtase, que o momento propiciava, e alguém aplaudiu a festa e recolheu as composições para a posteridade. Recordemos apenas os nomes de Camilo Porzzio, já referido, Aurelius Serenus, Filippo Beroaldo e Malespini Pasquale (4). Digno de

---

(1) Faleceu em menos de três anos de estadia em Roma, conforme outro autor, e ficou sepultado no pátio de Belveder, com digno epitáfio, que se pode ler em José de Castro — *o. c.*, pp. 171-172.

(2) Paolo Giovio — *l. c.*

(3) Ciutiis — o. *c.*, p. 55; José de Castro — o. *c.*, p. 71.

(4) Publica-as o mesmo Ciutiis — o. *c.*, pp. 40-42 (nesta página, a de Camilo Porzzio). Sobre os autores e poetas que se referiram ao elefante, ver *ibd.*, pp. 50-51. O Prof. Luís de Matos menciona as composições poéticas de Aurelius Serenus e Filippo

maior apreço é o poemeto *Natura, intellecto e costumi de lo Elefante, cavalo da Aristotele, Plinio* e *Solino*, Roma (?), 1514, por Philomathes (pseud.) ([1]). Os dramaturgos também souberam tirar proveito da grandiosidade e exotismo do espectáculo, tendo Torres Naharro levado à cena em Roma, num majestoso palácio à beira do Tibre, a *Comedia Trophea*, em que a Fama exalta as vitórias de D. Manuel, na África e no Oriente ([2]).

Não foi esta, porém, a única ocasião em que Roma teve ensejo de apreciar espécimes da fauna oriental. O rei de Cambaia ou Guzarate ofertou, em 1514, ao monarca português e este, por sua vez também fez seguir para a cidade eterna (Dezembro de 1515-1516) ([3]), o primeiro rinoceronte indiano que pisava solo europeu, chegado a Lisboa no ano de 1515. «Era questa bestia quanto all'altezza, un poco piu bassa dell'Elephante, ma di lunghezza quasi eguale, reppresentando la forma d'un buffalo nostrale» ([4]). Infelizmente, não conseguiu entrar vivo em Roma, por haver sido vítima de naufrágio no golfo de Génova, em fins de Janeiro ou princípios de Fevereiro de 1516.

Segundo Damião de Góis, o cadáver apareceu à tona de água e, recolhido, «lhes folaram ha pelle e foi levada a Roma, e apresentada aho Papa, chea de palha» ([5]). Embora morto, algum testemunho deu das terras do Ganges e da sua fauna. De outra forma, ainda mais «publicitária», se divulgou o volumoso paquiderme, celebrado inimigo do elefante. Quando se encontrava em Lisboa, um artista ignorado desenhou-o com todos os pormenores e, não se sabe como, alguém fez chegar o desenho às mãos de Alberto Dürer, que, em 1515, o fixou pelos meios artísticos e o imortalizou até aos nossos dias ([6]).

Beroaldo e de Torres Naharro, de que falamos mais adiante. (*Natura, intellecto* cit. pp. 46-47). O mesmo autor memora a referência de Paolo Giovio ao elefante e à embaixada. Enfim, Mons. José de Castro reproduz os versos que Malespini Pasquale consagrou ao elefante (*o. c.*, pp. 172-173).

([1]) L. de Matos, edição fac-similada, in *Boletim* cit., pp. 48 e segs.

([2]) L. de Matos, *ibd.*, p. 47.

([3]) Ver A. Fontoura da Costa — *Les déambulations du Rhinocéros de Modofor, Roi de Cambaye, de 1514 à 1516*, Lisboa, 1937, e Luís de Matos — *Forma e natura e costumi del Rinoceronte*, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, I, Lisboa, 1960, p. 387.

([4]) Paolo Giovio — *l. c.*

([5]) Damião de Góis — *Crónica de D. Manuel*, parte IV, p. 55.

([6]) Desde 1830, conserva-se no British Museum (Cota: Sloane, 5:218). Reprodução nas obras citadas de Fontoura da Costa e Luís de Matos.

Os poetas também cantaram este paquiderme, como é o caso do poema de M. António Sanfelice, que Paolo Giovio nos transmitiu ([1]), e *Forma e natura e costumi de lo Rinocerothe stato condutto im Portogallo* (...) *e altre belle cose condutte dalla insule novamente trovate*, pelo médico florentino Giovanni Giacomo Penni, Roma, 1515 ([2]). *Emmanuelis Portugalliae Regis Elogium* é uma peça oratória, do ano de 1514 ([3]), devida a Giovanni Francesco Poggio, humanista italiano que, como o pai, Poggio Bracciolini, tinha preocupações ciceronianas e conhecia os feitos marítimos dos Portugueses. O elogio de D. Manuel é, de alguma forma, a consequência natural da carta que Bracciolini dirigiu, como vimos, ao infante D. Henrique.

No *Elogio*, Giovani celebra as virtudes do feliz monarca lusitano — justiça, magnanimidade, piedade e religião. A magnanimidade levara-o até ao contacto de outras gentes de além-mar, de que ninguém ouvira falar. Revolvem-se todos os anais, lêem-se todas as histórias, percorrem-se com cuidado todas a geografia e não se topa qualquer referência a estas nações, nenhuma notícia exacta. Esse êxito só foi possível, andando vitoriosamente, desde o termo do ocidente até à extrema praia oriental e, nessas andanças, abrindo aos homens o pólo antárctico e as nações marítimas, que se situam a sul. Referindo-se, naturalmente, ao Congo, recorda a D. Manuel, todo cheio de humanismo: Levaste, para cidades que construíste, gentes selvagens e a princípio errantes, que viviam como animais, instruindo-as no culto do verdadeiro Deus e na disciplina da civilização autêntica.

Não esquece Poggio as últimas notícias sobre Ceilão e, como erudito, exulta em face da ignorância dos clássicos. Recentemente, a tua armada, com escassa força, dominou numerosíssimos inimigos e tornou teu vassalo o rei da ilha Taprobana, a primeira de todo o Orbe, ou antes, chamada outro mundo pelos geógrafos, situada fora do mundo, no dizer de Plínio. Acontecimento admirável, inaudito, incrível, exclama, em êxtase oratório, que a seguir procura justificar: «Quem jamais podia acreditar que os Portugueses chegassem aos litorais da Índia? E — o que ainda é mais para admirar e mais incrível — que dominariam a Taprobana, que não consta que alguém, Baco ou Hércules, nunca tivessem atingido? Nem Alexandre

---

([1]) Paolo Giovio — o. c., p. 348.

([2]) L. de Matos, edição fac-similada, *ibd.*, pp. 395 e segs.

([3]) Biblioteca Mediceo-Laurentina, Florença, ms. n.° MLXXVII. — Publicado por Henrique Trindade Coelho e Guido Batelli — *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e a Itália*, 1.° vol., *Emanuelis Portugalliae Regis Elogium. Ex. codice laurent. ashburn. MLXXVII° Nunc primum editum*. Florença, 1934.

Magno, que avassalou toda a Ásia, e apesar de haver entrado na Índia, ousou investir a Taprobana (1).

Imbuído do mesmo alto conceito do humanista, razão tinha D. Manuel para as prementes recomendações que, como vimos, dirigiu a D. Francisco de Almeida, para não deixar de ir a Ceilão, a Malaca e a Samatra, certo de que assim tomaria a tão festejada Taprobana.

Por fim, Poggio entende que o maior elogio que se pode traçar do soberano português consiste na comparação com os demais monarcas europeus. Os outros príncipes cristãos, para satisfazerem o desejo de se engrandecerem, combatem-se cruelmente uns aos outros, derramando, todos os dias, o sangue cristão. Quanto melhor não fora que tomassem as armas contra os inimigos da Fé, recuperando as terras que eles ocuparam e imitando Sua Majestade, que não guerreia com cristãos, mas contra os infiéis e leva a bandeira da Cruz, como que a outro Mundo. Como desfecho lógico, o humanista convida D. Manuel a prosseguir no bom combate que, conforme se deduz de todo o exposto, se caracterizava por forte humanismo, de tipo civilização cristã.

Reveste-se, claramente, de menor valor o elogio de D. Manuel traçado por Pietro Vaglienti, cujo título não se adapta bem ao conteúdo (2). Aceitemo-lo, porém, como o autor o escreveu. Concentra o elogio, no primeiro troço da prosa que corre com aquele título, incidindo frontalmente na expansão da Fé cristã, «in que' luoghi dove mai richordata e nominata fu». Não pormenoriza e considera-a, em globo, «dengne opere che si facessin mai più de 1.000 anni in qua». Devido a esta acção evangelizadora, em breve tempo «tuta quella provincia» ficará reduzida à salutífera fé cristã. Por ela deverá o monarca luso ser louvado e estimado como bom cristão, princípio e causa da exaltação da fé, tornando-se, desse modo, digno da coroa que traz na cabeça.

No seguimento e até ao fim, o elogio desvia-se para louvor de italianos. Na base da obra evangelizadora de D. Manuel, coloca, sem se explicar, «uno dotore in medicina nostro fiorentino», Paolo dal Pozzo Toscanelli, «uomo singhularissimo», que avisou «a uno nostro fiorentino», que residia

---

(1) *Apud* H. Trindade Coelho e Guido Batelli — o. c., pp. XXII e XXIII.

(2) B. Ricc. Fl. — *Elogio di Emanuele Re di Portogallo, scritto da Pietro Vaglienti,* Cod. 1910, fls. 83v-84v. Publicado por G. Uzielli — *Paolo dal Pozzo Toscanelli e la Circunnavigazione dell'Africa di un contemporaneo,* Florença, 1891, pp. 11-17; e por T. O. Marcondes de Sousa, versão portuguesa, em *Toscanelli e a circunnavegação de África pelos Portugueses,* in *Revista de História,* S. Paulo, vol. XVIII, n.º 37, Janeiro--Março de 1959, pp. 144-146 (texto italiano, *ibd.,* pp. 142-144).

na corte portuguesa — «Bartolomeo Marchione», de que só a majestade do rei de Portugal poderia empreender a viagem com que sonhava. Parece, porém, que não se trata da viagem por ocidente, visto relatar que Marchionne «lui ne fece avisato Suo Maestà *in modo* al dí d'oggi à fato un'opera di tal natura, che è da eser lodato da tuto 'l mondo». Como consequência, as especiarias, que costumavam vir ao Cairo por meio do mar Vermelho, chegam hoje a Lisboa, com prejuízo para o soldão e Venezianos. Por isso, estes se coligaram com aquele, construindo navios, no sul do mar Vermelho, «per oviare à re di Portoghallo tal viaggio». Já se travaram batalhas entre as duas facções, tendo conseguido afundar dois navios que voltavam dessa viagem, carregados de especiarias. D. Manuel respondeu com uma armada de «40 charovelle».

Ressalta, pois, o elogio dos Florentinos e a aliança menos correcta dos Venezianos, terminando o discurso com a vantagem de os cristãos se aliarem aos cristãos, e o exemplo dos Pisanos. À margem do fio destas considerações, introduz breve referência a um muito poderoso senhor, «el quale si chiama el gran Chan del Chataio», que se situa «á chonfini del Prete Ianni». Reflectindo ainda conhecimentos antigos na colocação geográfica dos dois reinos, não é mais verdadeiro nas palavras que consagra às relações entre ambos, nem mais explícito quanto à fé dos seus povos.

2.4 — *O Enviado da Santa Sé a Portugal, António Pucci.* — Se os comerciantes florentinos residentes em Lisboa, Girolamo Sernigi, Giovanni Francesco Affaitadi e Bartolomeo Marchionni, se sentiam bem nas graças do soberano português, outros, como Giovanni da Empoli, sentiam necessidade de se manterem ligados à amizade do Papa e do seu enviado a Portugal, António Pucci [1], servindo de elo de união entre todos, os influentes Médices, Lourenço e Julião. No caminho para Portugal, Pucci escreveu a estes seus protectores, de Roma, em 1 de Abril de 1514, de Valladolid, a 31 de Agosto, e de Salamanca, em 12 de Setembro; e, depois de entrar na capital

---

[1] Representante da Santa Sé em Portugal de 1513-1515, segundo o P.e José de Castro — *Portugal em Roma*, II, p. 349. O papa Leão X nomeou-o executor das bulas dos 20 000 cruzados de renda dos igrejas e mosteiros, para a constituição de comendas da Ordem de Cristo, após a embaixada de Tristão da Cunha: subdiácono da Igreja florentina, «notario et familiari nostro, quem ad [...] Em. Regem nostrum et apostolicae sedis cum potestate Legati de Latere, Nuncium duximus destinandum». Em Santarém, publicou o processo executório em 1-1-1515 e, em Lisboa, o segundo, a 31 de Março (Sousa — *Provas*, II, I, p. 337).

portuguesa, de Lisboa a 18 de Outubro, e de Santarém [1], em 6 de Janeiro de 1515. A 25 deste mês, já enviava notícias de Mediolani (Milão) [2].

Na carta de 18 de Outubro [3] explica o motivo da viagem de Roma a Lisboa, onde entrou no dia 1 deste mês. Logo no dia seguinte foi recebido por Sua Majestade em audiência pública, demorando-se depois três horas em conversa particular nos seus aposentos. Aí, «conferimo insieme varie cose» e apresentou a carta que lhe endereçava Lourenço de Médice, no meio de mútuos protestos de profunda amizade e oferecimento dos préstimos de cada um.

«Preterea entrai in ragionamento di questa sancta expeditione contro all infideli, come per H. Sr.e mi era suto imposto». A adesão do monarca português explodiu espontânea e firme, «attento maxime la continua guerra che mantiene in Índia et in África». Neste momento, governava a Igreja o Médice Leão X (1513-1521), e em Florença fora deposto o Gonfaloniere, Piero Soderini (31 de Dezembro de 1512), e substituído no governo por Julião II, a quem se seguiu Lourenço II (Março de 1516), até à data do seu falecimento — 4 de Maio de 1519.

A ideia da nova cruzada, além de se processar sem interrupção, nas terras por onde os Portugueses andavam, já ele, D. Manuel, no tempo do papa Alexandre VI (1492-1503), a expusera às principais cortes da Europa: «al tempo di Alexandro mando particulari et secreti oratori a Inghilterra, Imperadore, Francia, Papa Alexandre et Re di Spagnia, perche tale imprese si facessi, offerendo personalmente aquella andare».

Pucci recolheu a impressão de que D. Manuel pensava que a enviatura fora determinada mais para satisfazer a sua vontade de soberano poderoso do que por desejo sincero do Papa, de empreender a expedição e, por isso, pediu-lhe que passasse ao papel as palavras que lhe havia dito.

Mudando de assunto, se é que, realmente, não viera mesmo para isso, o embaixador informa sobre o movimento marítimo, com certa discrição, reservando porventura para o próximo encontro em Florença tudo quanto pudesse acarretar maior responsabilidade. «Quantunche V. S.ria ha de sapere le cose grande qui qua sono, per conto della India». Queria, pois,

---

[1] No catálogo impresso do Arquivo, lê-se que a carta não traz a indicação do lugar, mas, na realidade, lá está: *Ex Sancta Arena*.

[2] A. S. Fl. — Mediceo, Av. Princ. filza (?), n.º 83, filza CXXXVII, n.º 644; filza CXVI, n.º 303, n.º 401 e 27; filza CXXXVII, n.º 629.

[3] Publicada, em parte, por A. Giorgetti, in *Arch. Stor. Ital.*, Florença, 1880, Som. IV, t. VI, p. 12.

contar «coisas grandes», mas na carta não aparecem senão em termos genéricos. Continua nestes termos: «Et certo piu truovo et odo della grandezza dindia, tanto in sepetierie quanto in ogni altra sorte richeze, che di costa per noi non si intende ne si crede». Tudo se aclararia, no entanto, por meio de «uno itinerario vulgar, composto da Giovanni da Empoli, per mandare a V. S.[ria]». *Vulgar*, queria dizer, *não técnico*, traçado por ele próprio, comerciante, que, duas vezes já, havia empreendido essa viagem, tendo mesmo estado na tomada de Malaca. É de crer que até este ponto se estendesse o rudimentar itinerário, cujo paradeiro hoje se desconhece.

Sobre estes assuntos, «non mi extendero piu». Apenas acrescentará que se prepara forte armada, a expensas dos mercadores e do almirante da Índia, que devia partir em Setembro de 1515, com o fito de ir descobrir terras além de Malaca — «una bella regione et richa», distante desta cidade oitocentas ou mil léguas. Indirectamente, Pucci convidava o Médice a participar na empresa, sob o nome de Da Empoli. «Et quando a V. S.[ria] paresi di porgere aiuto al prefato Giovanni da Empoli, non sarebbe se non cosa utile e honorevole». A suposição recebe força na frase seguinte: «V. S.[ria] ci penserà et quando ci habbi alchuna inclinatione, verreno poi a particulari».

Ignoramos o desfecho da proposta, mas parece que terá surtido efeito, a avaliar pelo comportamento posterior de Da Empoli para com António Pucci, conforme se avalia pela carta daquele, de que nos ocuparemos mais adiante. Pucci terminava a sua missiva para o «Patrono» Lourenço de Médice, avisando-o de que, em reconhecimento dos favores que lhe devia, enviava um criado seu com a oferta de dois cavalos, que adquirira em Castela. Esperava mais quatro «beli corsieri», que enviaria por terra, no mês de Março. Deste desejo se depreende que saiu de Portugal mais cedo do que, nesta ocasião, pensava.

A carta escrita de Santarém apenas anunciava, em estilo telegráfico, que não havia recebido resposta de Lourenço; nada de importante acontecera em Portugal; «pocho occorre a circa le due armate, le quali si fanno preste, una per India et laltra per Affrica». Em continuação deste ponto, esclarecia veladamente: «Come di tutto do adviso alla St.[a] di H. Sri.[a]», isto é, ao Papa, que o mandara a Portugal. Por fim recomendava-lhe a situação do pai; protestava desejar servi-lo em tudo e sublinhava que, se os cavalos o não satisfizessem, tinha fé que lhe conseguiria outros a seu contento.

Entretanto, Pucci foi encarregado de outras missões diplomáticas, encontrando-se, em 1519, à frente da diocese de Pistoa, para onde lhe

escreve Giovanni da Empoli, de Cochim, a 1 de Janeiro ([1]). Começa a carta pelo reconhecimento do «debito» e «servitu» que contraíra para com o prelado, acentuando igualmente «o amore» que devia à pátria, família e amigos. Estes eram os motivos que o levavam a patentear o reconhecimento, pelo único meio ao seu alcance: «almeno collo scrivere, darne saggio e qualche segno». Mais de uma vez lhe enviara notícias, de Portugal. Naquele momento encontrava-se «piu alontanato» e sentia desejos de receber novas dos amigos.

Sabia bem que, enquanto o seu correspondente estivera em Lisboa, «Nuntio e Leghato di Nostro Signore», «ebbe nuove e cognizione assai, delle cose di qua». Não deixaria, por isso, de gostar de ser novamente informado, «delle cose vere e non fintte». E, depois de traçar o mais rasgado elogio a André Corsali e protestar uma vez mais que deve ser aceite por verdadeiro, e não poético ou fabuloso, o que escrever, entretém-se com estrelas e dá notícias de armadas portuguesas. Corsali é «huomo certamente dogni fede degno, *per essere litterato* e che ha chognitione assai, quanto fa bisogno a questi avisi». Sabia astrologia, cosmografia e consagrava muito tempo a pesquisas naqueles mares, terras e ilhas, de forma que julgava impossível que nenhum outro escritor o pudesse superar.

Decerto, Pucci já teria conhecimento das dez naus — cinco de el-rei e outras tantas dos mercadores — que haviam partido para a Índia, e mais duas para Sofala (Azofalla). Devia saber até que pessoas compunham a armada que naus eram e de quem. Alude, evidentemente, a correspondência anterior, de outra pessoa. «Per questo, lascio di narrarla». Quanto às estrelas, está convencido que as quatro estrelas do outro pólo, a que Dante alude no Purgatório, são as que primeiro se vêem — quer dizer, duas da cruz e duas de cima dessa cruz. As outras mais próximas são tão pequenas que mal se vêem. Apresenta um quadro das constelações, que explica; indica o uso do astrolábio e do quadrante e a conclusão a que chegaram: «Trovamo che quella che sta piu perpendichulare nel pie della crocie, sanza dubio fa minore il moto suo che alcuna altra che sia fissa in questo emisperio, o che vedere si possi». Fala no plural, porque se refere à opinião

---

([1]) Lettera de Giovanni da Empoli ad Antonio Pucci, Vescovo di Pistoia, B. N. Fl. — Ms. II, IV, 110, fl. 37-37v. Publicada por Iacopo Graberg da Hemsö, in *Arch. Storico Ital.*, App. t. III, pp. 89-91. Conservámos a ortografia quinhentista, que Hemsö modernizou. Como a carta está datada *a nativitade Domini*, conservámos o ano que indica, de 1519. O ano florentino partia *dell'Incarnazione*, e, portanto, Da Empoli não seguiu o «stilo» da sua terra.

dos entendidos, entre os quais especifica Afonso de Albuquerque. «E fu opinione del nostro Ghovernatore, che'huomo valentissimo e buono di mare, e di tutti e piloti, che questa fussi piu vicina al polo antarticho, anchora che piu moto fa che la nostra tramontana».

Prossegue em considerações sobre as estrelas e não acaba a carta sem se confessar maravilhado com a variação da bússola, que a sua nau e as demais levavam. Quando passavam a Guiné, começou «ad molinare... una quarta verso libeccio», e da mesma forma, depois do cabo da Boa Esperança, «a scirocchо». Por si não sabia explicar a razão, perplexo entre atribuir esse efeito ao ímã ou ao Sol, ou à região onde ele acontecia. Mas prometia fazer diligência, se Deus lhe concedesse saúde e a oportunidade de voltar.

3 — Estrangeiros no Oriente

3.1 — *Tentativas de crónica dos feitos portugueses no Oriente: Valentim Fernandes (1510) e Juan Angur-Martín Fernández de Figueroa (1512).* — Duas experiências de compêndio da sorte das armas portuguesas em terras orientais viu a Europa surgir no espaço de três anos, em que igualmente tomou contacto com as novas terras e alguns costumes da sua gente. A primeira saiu da pena de Valentim Fernandes, com frequência assediado por correspondentes alemães — amigos e família — para que lhes remetesse notícias frescas, chegadas de Além-Mar. A 26 de Junho de 1510, escreve ele ao «caro senhor compadre e meu bom amigo Estêvão Gabler» (1), de Nuremberga, o qual tendo escrito a Ulrico Ehinger — porventura empregado de Fernandes —, pedia que lhe transmitisse o desejo de receber «novas notícias da Índia», enviadas por ele, Valentim Fernandes. «Nada sei de especial — comenta nesta carta — além do que o Ehinger escreve ao seu patrão».

Desconhecemos o que Ehinger terá revelado a Gabler, mas podemos apreciar o que Valentim Fernandes comunicou desta vez. Antes, porém, já lhe havia transmitido outras notícias, em duas cartas, uma enviada (levada?)

(1) Guarda-se no Germanisches National-Museum, de Nuremberga, Akten Nürnberg, XI, 1285-1784. Publicada por A. Brásio — *Uma carta inédita de Valentim Fernandes*, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV, Coimbra, 1960, pp. 338-358 (fac-símile, pp. 340-341; leitura do texto alemão, pp. 342-349; tradução portuguesa do Dr. Albin Beau, pp. 350-358).

«pelo Ehinger e outra por Calisto». Nessa ocasião, em 1509 ou 1508 («esse ano»), mandara-as «juntamente com a grande carta de Nicolau», isto é, para Nicolau, parecendo-lhe até que ainda lhe tinha escrito uma terceira vez, por meio de Jerónimo Holtschuer. Assistimos, pois, não só a um movimento epistolar, de que apenas restam estas referências, mas de chegada e partida de alemães, que vinham negociar a Lisboa. Ele próprio, Gabler, cá tinha estado em Portugal: «Item, caro compadre, depois da vossa partida, escrevi o que os Portugueses fizeram na Índia». E, como então enviara notícias sobre Tristão da Cunha, que agora repete, infere-se que o compadre esteve em Lisboa antes de 1506, possìvelmente nos anos de 1504 ou 1505.

Tristão da Cunha aparece logo «na grande ilha de Socotorá», a destruir o castelo mandado construir pelo rei de Fartaque, «da terra firme de Arábia feliz», «para dominar o povo da ilha e ser senhor da ilha». Os ilhéus, «ao que entendo» — explica Fernandes — «foram antigamente cristãos, havendo vários indícios disto». A ilha não era «de grande proveito». Mas, ainda assim, produz aloés socotorino e muitos mantimentos — vacas e ovelhas, queijo e manteiga e peixe, além de madeira e água muito boa. Como fica a 30 milhas em frente do Estreito, os navios de Meca viam-se forçados a passar por lá. As mulheres fazem o trabalho dos homens, decerto, na exploração agrícola, não se acrescentando mais a respeito do sexo masculino que a qualidade de «grandes feiticeiros, capazes de dar e tirar o vento às naus, pelo que se diz».

Pretendendo apresentar o itinerário das vitórias portuguesas sobre os que não comerciavam de boa vontade, cita o topónimo Brava, cidade de 500 casas na costa de Melinde, juntamente com os de Cochim, onde se ia tomar carga de especiarias; Estreito da Pérsia e ilha de Ormuz; Ceilão, «que é a ilha de Taprobana, sobre a qual os antigos tanto escreveram»; cidade de Diu, em que o vice-rei, D. Francisco de Almeida, vingou a morte do filho, Lourenço, em combate com a armada do soldão; Calecute, cujo rei tinha incorporado, naquela força, 80 paraus tão grandes como barcas de pesca, de 20 remos, contando-se aí também, do de Diu, quatro grandes naus e seis galés de 700 tonéis cada e 80 talaias, «que são barcos de meia cabotagem, no tamanho das caravelas em Portugal», e 70 tonéis, «que são como sambucos»; Chaul, Dabul, Batecala, Cananor.

A propósito do regresso do vice-rei a Portugal, menciona a Angra de Saldanha, onde desembarcou em 2 de Março de 1510. Aí pereceu, às mãos do «povo bárbaro, aquele que, na Índia obrou façanhas superiores às de Onesícrito, capitão de Alexandre Magno. Refere a viagem de Diogo

Lopes de Sequeira que, durante quase dois anos, andou no mar, em demanda de Malaca, donde chegou a Lisboa, no dia 17 de Junho desse ano de 1510. Partira de Cochim em Agosto do ano anterior, em direcção ao Extremo Oriente, e abordara no porto de Pedir, numa «grande ilha chamada Samatra», onde carregou pimenta. Andando mais 40 léguas, atingiu Malaca. A recepção excedeu a do reino de Pedir, pois o rei enviou-lhe um elefante à barca, que se ajoelhou diante de Diogo Lopes, para o capitão subir, levando-o em seguida à presença real. Demorou-se alguns dias no porto e fez contrato com um comerciante, que se comprometeu a encher-lhe as cinco naus de cravo.

Tudo, porém, se transformou em desastre, no momento em que «os pagãos de Calecute», «nossos inimigos mortais», investiram contra a comitiva de Sequeira, matando os pilotos oferecidos pelo rei de Pedir e alguns cristãos. Na precipitação da fuga, quebraram-se duas naus, mas houve tempo de salvar a tripulação e mercadorias e queimar esses navios. Mais concretamente, lá ficaram ainda 25 homens presos e muitas mercadorias, trazendo, de cravo, apenas 500 quintais. Entre as coisas miúdas com que finaliza a notícia, como a passagem por Ceilão e cabo Comorim, merece destacar-se a indicação das datas (partida de Lisboa, 26 de Outubro de 1508, e de Malaca, 26 de Outubro de 1509; chegada a Lisboa, 17 de Junho de 1510). Neste pequeno apontamento realça-se, afinal, a demora de semelhantes viagens, sendo fácil entrever os trabalhos que comportavam os embarcados.

Termina a sua «crónica» com dois feitos de armas, que nada acrescentam ao rol de topónimos dos descobrimentos marítimos — a tomada de Calecute, por Afonso de Albuquerque e pelo marechal, D. Fernando Coutinho, e a de Bugia, na Berberia, por Pêro Navarro. A carta, porém, continua, com notícias de muito interesse, que revelam a sua participação no movimento intelectual português, quer no aspecto científico (cosmológico, astrológico e de marinharia), quer no propósito editorial, de que ele foi ilustre propulsor. Comunica-lhe a chegada de duas pessoas das relações de ambos — Gaspar Judeu, que vem rico, sem mulher, falecida, mas com mais um filho, e Miguel de Cambaia, «que certamente conheceis». E faz uma série de encomendas, ao mesmo tempo que pede a substituição do correspondente erudito, «o meu bom doutor Jerónimo», decerto Jerónimo Münzer, já referido.

Queria que lhe remetesse um *astrolábio* «que seja bom»; as *notícias impressas* fora de Portugal a respeito de Lisboa, certamente sobre o movimento marítimo, com as armadas e o comércio das especiarias; notícias

de Itália, Hungria, Boémia e Polónia, etc., especìficamente científicas, visto apontar a conveniência de o pôr em contacto com pessoa erudita que perceba de astronomia e cosmografia, em substituição do falecido Dr. Jerónimo; a obra *Petrus de Alyaco in Cosmographia*, ou sejam, as anotações de Pedro Alíaco à *Cosmografia* de Sacrobosco [1]; e informações, que podia colher junto de «astrónomo erudito», sobre o Ptolomeu «inteiramente» corrigido e reimpresso, havia pouco tempo, isto é, as edições de Fr. Marco, de 1507 ou a de 1508. Além das notícias dadas nesta carta, prometia enviar-lhe ainda a descrição ou o mapa (não o diz expressamente) da «costa da Índia até Malaca», a grande novidade dos descobrimentos portugueses de então, bem como «a legua com as ilhas». Pertenciam estas notícias à viagem de Sequeira e ainda se encontravam na esfera oficial, já um informador da Europa culta se dispunha a transmiti-las para a Alemanha. «Até agora os pilotos estão ainda todos em casa do rei e têm que fazer. Depois, também sou informado». Mesmo assim em esquema, já este conjunto de novas frescas despertam a curiosidade do leitor consciente da sua importância, que só aparecerão em pleno quando um dia se encontrarem os documentos que se lhes referem.

Com maior amplitude de informação e de leitores, saiu à luz da publicidade em Salamanca, datado de 1 de Setembro de 1512, um livrinho que pretendia relatar a *Conquista delas Indias, de Persia y Arabia, que fizo la armada del rey don Manuel de Portugal e delas muchas tierras: diversas gentes: extrañas riquezas e grandes batallas que alla ovo* [2], que tem o mérito de divulgar, por meio da imprensa e em língua então bastante conhecida na Europa, o cenário oriental dos feitos heróicos dos Portugueses. É certo que o autor pretende associar Castela a Portugal, nas glórias que relata, chegando a colocar na boca dos vencidos e dos próprios vencedores

---

(1) Embora na tradução se leia: Petrus de Clyaco, cremos tratar-se do *Celeberrimum sphaere mundi commentum Petri Cirueli intersertis etiam quaestionibus Domini Petri de Aliaco*, ilustrado com excelentes gravuras, nomeadamente um preto a tocar tuba (?) e uma cítara na mão esquerda (T. T. — Imp. Liv. 657 p.). Tem junto o *Textus De Sphera Johanis de Sacrobosco Cum additione* (...) *Jacobus Faber Stapulensis*.

(2) Reedição fac-similada, leitura e tradução inglesa, de James B. Mackenna — *A Spaniard in the Portuguese Indies. The Narrative of Martín Fernández de Figueroa*. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1967. — Em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vol. III, pp. 586-633, publica-se o fac-símile, e respectiva tradução inglesa, dos capítulos da relação de Martín Fernández de Figueroa, respeitantes à África Oriental (1505-1511).

exclamações como Sohar (lugar que pertencia ao rei de Ormuz): «Portugal e Española».

Sabe-se apenas de um exemplar, hoje na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, que pertenceu, com o número 4139, à Biblioteca de Fernando Palha (1). O seu autor, Juan Augur ou Agüero, de Trasmiera, serviu de «um librito excelente», que Martín Fernández de Figueroa escrevera, sobre a viagem que empreendeu ao Oriente, de 1505 a 1511, em naus portuguesas, compreendendo, portanto, o vice-reinado de D. Francisco de Almeida e a acção militar de Afonso de Albuquerque, até à «descoberta» de Malaca. Acrescentou-lhe, naturalmente, à maneira de introdução, o relato do descobrimento do caminho marítimo para a Índia.

Trata-se, pois, de nova tentativa de crónica dos feitos portugueses no Oriente, que se seguia à referida *Copia de uma littera del Rei de Portogallo* (1505) e ainda aos relatórios manuscritos de Ca Masser e Vincenzo Quirini (1506), antecedendo de quatro décadas — de forma, aliás, muito inferior e restrito a poucos anos — os esforços de João de Barros, Castanheda e Correia. Apresenta, no entanto, uma feição diferente, se não do primeiro, pelo menos dos dois últimos daqueles três escritos de conjunto da empresa portuguesa. Enquanto Ca Masser e Quirini, em missão diplomática, intentaram comunicar a Veneza o resultado de espionagem, o redactor do primeiro opúsculo, como o la *Conquista de las Indias, de Persia e Arabia*, propuseram-se informar o público, utilizando, para isso, fontes não de todo secretas. Em todo o caso, o compilador da *Copia* servia-se fundamentalmente de uma carta de chancelaria e, o do último opúsculo, de «relação» de quem militara ao lado dos Portugueses e não estava autorizado a divulgar tudo o que vira. Um e outro, porém, não escondendo por completo os propósitos do noticiarista que alveja obter sucesso, são movidos também pelo impulso de enaltecerem os feitos heróicos lusitanos, aos olhos da Europa culta. Nem revelam, rigorosamente, segredos comprometedores da política portuguesa em terras longínquas, que povos estranhos habitavam, em clima, flora e fama tão diversas das terras ocidentais. Estruturalmente, porém, a obra de Juan Augur é uma crónica pouco extensa que narra as façanhas portuguesas no Oriente, até 1511.

(1) F. Leite de Faria — Recensão crítica a F. J. Norton — *Printing in Spain 1501-1520 under-Librarian University Library Cambridge, 1966,* in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira,* VII, p. 469. Registo e descrição da obra, em *Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha,* 4e partie, Lisboa, 1896, p. 49.

Com relação ao que hoje se sabe, «la *Conquista* n'apporte aucune révélation majeure à notre connaissance de l'histoire de l'Inde portugaise, même touchant l'histoire des débuts de l'établissement de Sofala, qui en constitue la partie la plus originale» — comenta Jean Aubin (1). «Sa valeur tient aux menus faits, aux nombreux détails, parfois infimes, qu'elle est seule à transmettre».

No proémio, Augur apresenta o pequeno volume e excita a curiosidade do leitor, prometendo «contar muchas tierras de las Indias, de Persia e Arabia, diversidad de gentes, sectas, costumbres, frutos, árbores, edifícios, mares, rios e otras cosas maravillosas de ver e más de oir, como animales e peces, aves, fieras e sierpes». Para isso, apenas se serve de um livro que do Oriente trouxe escrito Martín Fernández de Figueroa, «gentilhombre, natural e pariente nuestro», que esforçadamente combateu ao lado dos portugueses mais aguerridos. Tudo quanto narra, viu este na companhia de Pêro de Anhaia, «honrado caballero e virtuoso capitán»; do vice-rei D. Francisco de Almeida e do grande capitão, Afonso de Albuquerque, com quem lutara na tomada de Goa. Foi a pedido que reduziu a escrito a *Suma*, «al uso moderno», para não enfastiar o leitor e poder polir o estilo. Tornava-se necessário o preâmbulo, porque se iam contar «cosas nuevas, extrañas e algo diferente a las de España», «diversas suertes de gentes, maneras de matrimonios buenas, torpes e bestiales vidas que en las Indias vivem, atavios, vestidos, armas, casas, manjares, tratos e muertes, exequias e, en poca gente, diversidad e multitud de sectas», na roda do espaço que vai de Lisboa até mais de 4 000 léguas de descobrimentos.

Fica, pois, bem nítido o propósito de propagandear as descobertas portuguesas, começando, naturalmente, pelo princípio. Porém, apesar de boa vontade, omite toda a acção do infante D. Henrique e seguinte, chegando até a calar boa parte do reinado de D. João II. Dobrou-se pela primeira vez o cabo da Boa Esperança, conta ele no título I, mas, com receio dos frios e das tempestades, ninguém desejava lá voltar. Ofereceu-se então Vasco da Gama, que partiu no tempo de D. João II e voltou no de D. Manuel...

Pasma-se de tanta ignorância, de quem estacionava em Portugal, poucas dezenas de anos após os factos. A viagem do Gama está narrada muito sumàriamente e sem interesse para o historiador ou o geógrafo.

---

(1) J. Aubin — *A propos de la relation de Martin Fernández de Figueroa sur les Conquêtes Portugaises dans l'Océan Indien 1505-1511*, in *Bulletin des Études Portugaises*, nouvelle série, t. 30, Lisboa, 1969, p. 63.

No título IV refere a partida de Pedro de Anhaia, «sete años después del descubrimiento primero, año de 1505». D. Manuel mandou apregoar na Corte a oferta de dois cruzados por mês e dois quintais de pimenta ao ano, além da comida, a todo o homem de armas que desejasse ir «a las Indias de Persia e Arabia». Quem se alistasse na armada de Sofala, «terra encubierta e enferma», receberia 20 000 m réis, dois quintais de pimenta e, para as suas provisões, 1 250 m réis. Aos que partiram com Pedro de Anhaia, a 18 de Maio de 1505, adiantaram-se logo quatro meses de ordenado, contando-se, entre esses, Martín Fernández de Figueroa, «deseoso de ver terras» e «otros muchos esforçados e valientes castellanos». O percurso não se desviou do normal, passando pelas Canárias, Bezeguiche e... cabo da Boa Esperança. Em Bezeguiche viu «negros crespos» nus, que muito apreciam contas azuis, verdes e amarelas e manilhas de latão para as pernas, usando os mouros, arcos e flechas. Aqui saíram em terra os cristãos, que, sentados na areia da praia, faziam orações e deitavam areia ao ar, para cima da cabeça. A viagem havia sido curta, mas o castelhano acentua as fúrias do mar e a falta de alimentos, que aí tomaram. A terra era muito quente e, à noite, recolheram às naus, tendo partido ao romper do dia. A conversa recaiu sobre os «pesces llamados tubarones» que comiam homens, salpicando o quadro de terror, com o gracioso de «los voladores que tienem alas de murciegalos e otros diversos pescados sabrosos de comer». Despertou-os da agradável conversa, a aproximação, depois de 80 dias de navegação, do cabo da Boa Esperança, «donde los vientos e tempestades, cosas nuevas e temerosas passos les mostrarom». As águas mostravam-se quase coalhadas de baleias e lobos-marinhos. Encontravam-se numa ilha, a mil léguas de Portugal, tendo perdido o Norte de vista, e «entonces se rigem por el sul o polo antartico».

A indicação sumária dos processos de orientação nada adiantava a quem não conhece já a marinharia dos Portugueses. Atravessaram «el dicho mar» em 15 dias e, dirigindo-se para a esquerda, foram aportar ao Cabo das Correntes, donde partiram, após algumas dificuldades vencidas, até Sofala, que distava de Portugal, 2 500 léguas.

Não se demora a descrever a terra ou os seus habitantes, pois nela não pararam e a narração passa sùbitamente para Quíloa, distante 12 léguas de Sofala. Aqui, sim, um traço etnográfico: «Su gente as moros caferes ricos, los quales non se circuncidam como fazem los moros o los judios». Deixando a página dolorosa da história trágico-marítima que recolhe, em memória dos Portugueses naufragados que os negros desnudaram e faziam

Onq̃sta d'las indias d' Persia ꝛ Arabia q̃ fizo la armada d'l rey don Manuel de Portugal ꝛ d'las muchas tierras: diuersas gentes: extrañas riquezas ꝛ grandes batallas que alla ouo.

Cum priuilegio.

Fig. 79 — Rosto da obra de Juan Augur ou Agüero — Martín Fernández de Figueroa, (Salamanca, 1512), em que se glorificam, largamente, os feitos de Afonso de Albuquerque

ITINERARIO
de Ludouico de Varthema Bolognese
nello Egypto nella Suria nella Arabia deserta
& felice nella Persia nella India & nel
la Ethiopia. La fede el uiuere & co
stumi de tutte le prefate Pro
uincie con Gratia & Pri
uilegio infra nota
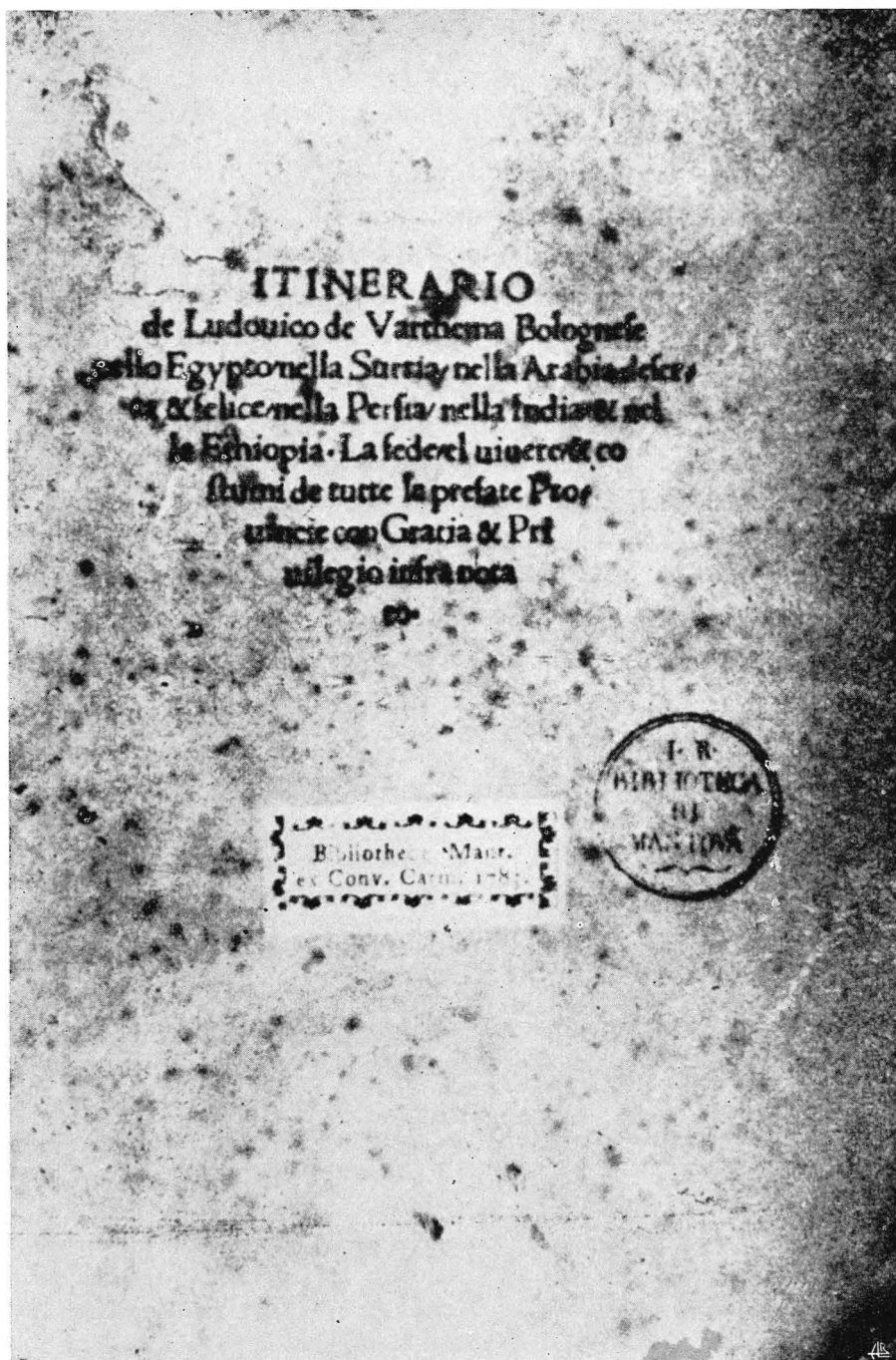
Fig. 80 — Frontispício da 1.ª edição do *Itinerario* de Ludovico de Varthema (ou Romano). Roma, 1510

dançar até à fadiga extrema, acompanhemo-lo à entrada de Sofala, para onde seguiram no dia seguinte, 19 de Setembro.

A pouca fundura da água do rio forçou-os a embarcar apenas nas naus mais pequenas. Nos palmares colhem-se todo o ano «cocos assi nombrados o nuezes de India». Pensa Poggio florentino que são semelhantes ao figo, mas quem os viu é forçado a contradizê-lo. É fruta muito saborosa, por vezes do tamanho da cabeça do homem, de casca da grossura de um dedo. Das suas fibras, segundo nos contaram, fabricam-se cordas e cabos, pois que, seco, fica como esparto. Chamam-se cocos-da-índia, por terem olhos e narizes, e parece que «estam coquando», isto é, à coca, à espreita. «Yo la vi» — diz, supomos que o próprio Augur, e assemelham-se a cabeça de morto, que igualmente testemunha possuir os sinais indicados. Dentro da casca existe um fruto branco da grossura dela, com sabor de amêndoa, cheio de água saborosa. Os «zofaleses», que a esta noz chamam *nazi*, extraem também vinho e vinagre, azeite e mel, madeira e colmo e até «atavios de miserables personas».

Igualmente se dá muito bem a figueira, de folhas da grandeza de uma adarga, cujos figos se transformam na boca em manteiga. «E otras cosas notables de ver, que adelante se contaram». O autor entrara, positivamente, no ciclo do pasmo perante o maravilhoso do mundo desconhecido, que tanto há-de cativar Jean de Léry, no Brasil, ou os literatos franceses dos séculos XVII e XVIII [1].

Cultiva-se muito arroz e milho, mas não há trigo, nem faltam canas-de-açúcar. Os carneiros, que são muito grandes, não têm chifres nem lã, mas, sim, pêlo semelhante ao de um cão branco. Não acreditando muito no que ouviu, Juan Augur relembra o nome do informador, a respeito dos anfíbios cavalos-marinhos: «Dize Figueroa que en aquel rio hay cavallos marinos que salem a pascer em terra e se vuelven a la mar». Até ao estreito de Meca, que dista 3 000 léguas, aqueles povos são todos negros. Os homens de Sofala «son caferes», adoram o Sol e as estrelas, usam panos de algodão pintados e outros, para cobrir as «partes vergonçosas», enquanto as mulheres trazem a cabeça descoberta, manilhas de latão nas pernas e os lábios furados, com seis ou sete buracos.

No capítulo de matérias-primas para vestuário, nota a falta de linho e, no das «riquezas», aponta o sândalo branco, o ouro, âmbar, etc.. Para

---

[1] Estudou-os, por exemplo, Geoffroy Atkinson — *Les Relations de Voyages du XVII Siècle et l'Evolution des Idées. Contribution à l'Etude de la Formation de l'Esprit du XVIII^e Siècle*, Paris, s/d.

dar ideia do custo de vida, refere que uma galinha vale um mitical, que são 500 maravedis, «el qual aprecian alla como aca medio real». Em 100 léguas dentro no sertão, num reino de cafres chamado Benamotapa, encontra-se o ouro com que naquelas regiões se negoceia. Entre as maravilhas da terra, sublinha, ao narrar a desolação ocasionada pela morte súbita de dois ou três portugueses por dia, que a madeira se afunda na água e a pedra flutua... Não se esqueceu de apresentar o certificado de garantia: «Lo qual, como haya muchos testigos de vista, no terneys por difficultad creer.»

Entretanto chegava a Sofala a notícia da conquista, por D. Francisco de Almeida, de Moçambique, Quíloa e Mombaça; o rei de Sofala, que havia autorizado os Portugueses a estabelecerem-se em terra, começou a tramar matá-los. O caso forneceu ensejo ao escritor para tecer rasgado elogio a Pêro de Anhaia, sem esquecer os seus «hermanos», os «generosos christianos de España», envolvidos em guerra que mais parecia «juego de canas». Não interessa contar a triste morte do capitão, mas importa relatar as consequências que esta sublevação negra provocou. Passados poucos meses, veio à fortaleza de Sofala «un gran señor que havia nombre (nome de) Muconde, que era cafer, señor de grandes terras», acompanhado de um filho e muita gente armada. Vinha por bem e firmou amizade com os Portugueses. Quando a gente que acompanhara Pêro de Anhaia se viu compelida a sair para a Índia, à chegada de novo capitão de Sofala, Figueroa passou pela ilha de Moçambique e escreveu quanto viu. «Los habitadores de Moçambique son moros caferes mercaderes ricos; su lengua mas clara que algarvia». Cultivam arroz e milho, de que fazem pão, visto não terem trigo, e criam, em abundância, galinhas, cabras, vacas e carneiros. Como em Sofala, também aí havia uma fortaleza, com capitão e alcaide.

Nos «títulos» seguintes, Augur conta feitos de D. Francisco de Almeida e seu filho D. Lourenço, que proporcionam ao leitor contacto com os topónimos de Quíloa, Mombaça, Melinde, ilha de Sta. Helena, a cinco léguas de Melinde; Angediva, «en India, Ysla pequeña». Em primeiro plano surge então o rei de Narsinga, um dos maiores senhores de toda a Índia, que tem 60 réis grandes vassalos e dispõe de mais de 1 500 cavalos e cada rocim vale 60 ducados e, se é bom cavalo, 300 ou 400. Seguem-se menções ao rei de Cananor, e ao de Calecute, chamado samorim, em luta com o qual se distinguiu D. Lourenço. Na sequência da vitória, o pai encarregou-o de ir, a 8 de Agosto, descobrir «las Yslas del traves de Cochin e con tempestades rezias e contrarios vientos fue aportar a Ceylam Ysla,

de la canela muy preciada, de rubis, zafiras e otras preciosas piedras». Depois de firmadas pazes, voltou D. Lourenço por um porto do rei de Coulão, falando o autor, noutra oportunidade, em Panam, porto principal de Calecute. Noticia a partida de Tristão da Cunha para Portugal e a vigilância de Afonso de Albuquerque no estreito de Meca. A propósito refere os topónimos *Songo* (1), que «es una villa cercada, a dos legoas de Quiloa»; *Songosongo* (2), a seis léguas; *Manfia*, «terra viciosa e fresca»; a quinze léguas e contra «el norte de la Ysla», está *Tomagunda* (3), terra de romãs; *Calebejar* (4), que «es regno»; quinze léguas da ilha para o norte, encontra-se uma grande cidade que denominam *Zanzibar* (Zanguibar), «ysla muy fertil e habundosa de buen puerto e mantenimientos, donde hay los mejores limones e naranjas que aya en quelquera parte».

Perto dela está outra ilha «muy viciosa (5). Na direcção das duas ilhas vê-se terra firme chamada *Otando* (6), na qual começa o «Reino de Mombaça». Volta a falar de Quíloa e de Melinde, e introduz a informação de que a gente dessa terra leva vida austera, sendo conhecida por *buzarate* e por brâmanes. Muito retraídos e avessos a conversa, muitos deles não comem cousa que sofra morte e tenha sangue. Enumera vitórias de Albuquerque, nas cidades de *Brava* e *Mogadoxo*, na ilha de *Socotorá* (Çacatorá), *Fartaque* (Fortaque), Ormuz e cabo de Guardafui. Na ilha de *Socotorá* encontraram cristãos, pois jejuam na quaresma e advento, não comendo carne nem peixe; têm igrejas, mas sem santos, altares e cruzes; e as festas principais como as dos Apóstolos. O clérigo denomina-se *cacis*. Os homens andam nus, cobrindo apenas as partes vergonhosas, e as mulheres envergam camisas mouriscas, vivendo todos sem freios nas relações de homem para mulher. Chove pouco na terra e não há culturas de trigo, arroz, milho ou cevada. Existe muito gado e vastos palmares. Um cântaro de vinho custa 1 600 maravedis.

Entre o cabo de *Guardafui*, que se chama cabo «porque alli la costa del mar fenesce», e o cabo *Fartaque*, «entra el mar que llamam estrecho de Meca». Tem o nome de *Arábia Feliz* «una gran población que alli fellix se nombra». «Es tierra doliente, el ayre calido, sus habitadores son alara-

---

(1) A caminho de Melinde, entre cerca de 9 e 2 graus de latitude sul.

(2) Ilha ao norte de Quíloa.

(3) Bogamoyo?

(4) Kwale, na terra firme, em frente da parte sul de Zanzibar.

(5) Referir-se-á a Pemba?

(6) Tanga, na costa da Tanzânia, entre o cabo Delgado e Mombaça.

bes, criadores de ganados», que vendem em couros. A água potável fica bastante longe.

A propósito da conquista de Ormuz, fala da condição de suas gentes. Figueroa estribou-se em relação de «un caballero de la compañia del capitan mayor Alonso de Albuquerque», mas Augur testemunha que com o relato «concordaba la letra (carta) del rey don Manuel portuguesa». De Calaiate diz que é «ciudad rica de puerto». Nesta, viam-se «hermosas naos»; naquela, «bellos edificios». Contudo, era «más poblada fuera que dentro». De Curiate apenas refere, também pertencer ao rei de Ormuz, e ser «población en la ribera muy rica, bien guarnecida de bombardas». Mascate, a terceira cidade da jurisdição de Ormuz, é maior que Curiate e o seu porto «muy bueno e bien apercebido a defenderse». Antes de entrar em Ormuz, o autor informa ainda que Sohar pertence ao mesmo soberano e que Orfacán «es muy mas rica e poderosa».

Ormuz é cidade muito nomeada e populosa, de intenso comércio, situada na boca do mar da Pérsia, na costa da Arábia. «Es isla esteril de mantenimientos, que agua dulce tiene poca, porque es sierra de sal e piedra sufre». Vem-lhes a água da ilha fronteiriça de *Quéxumen* (1) e os mantimentos da terra firme, que é a Pérsia. Cabeça de reino, governa muitas cidades, vilas e lugares, dispondo de bons portos. Foi edificada pela posição estratégica que ocupa. Está murada e possui edifícios altos, de pedra, encontrando-se junto ao mar o castelo em que o rei habita. Tem ao centro a mesquita «muy grande e hermosa, si más puede ser». Entre as mercadorias, enumera o autor sòmente sedas, aljôfar, que pescam na ilha Baharém (2), e pedras preciosas. De algum modo, reflecte o luxo e certos costumes orientais a forma como se firmaram pazes entre Afonso de Albuquerque e o rei de Ormuz. «La letra de paz fue escripta en papel con letras de oro, la lengua de Persia, e otra en arábigo cavada en tablas de oro», cada uma metida em caixa de chumbo.

Ao contar o falecimento de D. Lourenço de Almeida, nomeia Chaul, cidade e bom porto, distante do porto de Dabul, muito frequentado de pombas; o de Diu; *Champanel* (3), «vila muy fuerte e viciosa donde está cuasi siempre el rey de Cambaya». A propósito conta a história, que andava de boca em boca, de que o rei era criado, desde pequeno, com peçonha, que

(1) Qeshm, ilha de maiores dimensões que Ormuz, situada junto desta e do continente persa.

(2) Bahrain situa-se dentro do Golfo Pérsico, junto da costa da Arábia.

(3) Ao norte de Cambaia, actualmente em ruínas.

ia aumentando gradualmente. Se pessoa influente do seu reino o desgostasse, el-rei obrigava-o a vestir uma camisa sua e, quando suava, morria. Ou, então, mandava comer betel mascado em sua boca, que vitimava, por inchaço provocado pela saliva envenenada.

Enquanto narra a empresa de castigo de D. Francisco, alude ao porto de Mergio, perto de Cananor, que el-rei de Garsapa havia dado a el-rei D. Manuel. E informa: «La gente de esta tierra es bien dispuesta. Adoran los ídolos. Cuando el marido muere, la mujer de su gana se lanza en el fuego, que dicen que van a hacer bodas con él al otro mundo». Passando a Dabul, elucida que está colocada num vale e sobe por umas serras até uma cerca velha. Produz muitas hortaliças, cana-de-açúcar, vacas, galinhas, não faltando abundantes fontes de saborosas águas. Chaul, ainda na costa de Cambaia, dista 14 léguas do reino de Cani, que confina com o de Cambaia. Existe aí um rio, em que fica um aglomerado populacional, que se denomina *Main*, em que se vê castelo com formosas ameias e paredes de dez pés de profundidade. Dentro, encontra-se uma formosa mesquita antiga e outras mesquitas com adros muito grandes.

No título 38, e depois de ter falado em várias terras indianas, lembra-se de demarcar as fronteiras da Índia, como que a justificar o título que deu ao livro: «es desde el reino de Cambaya hasta el cabo de Comarín. E la otra tierra de Cambaya es guzarates, e de Persia al estrecho de Hormuz es Arabia *Feliz*». E traça o mapa geográfico das crenças: de Mafoma, na *Pérsia e Arábia;* idolatria, em *Goa, Cambaia, Chaul* e *Dabul.* Estes são os mais negros.

Recordando que D. Manuel enviou Diogo Lopes de Sequeira a descobrir o cravo, explica que a pimenta nasce abundantemente no Malabar, Calecute, Cananor, Cochim, Coulão (Coilán), Caliculán e a ilha de Samatra. A canela vem exclusivamente da ilha de Ceilão, que se caracteriza por serem de madeira as pontes, as casas e os edifícios. Além das árvores da canela, possui pedras preciosas, rubis, safiras e outras. O cravo nasce na ilha Maluco, que dista 250 léguas de Malaca.

Na tomada de Calecute sobressaem, para o nosso ponto de vista, antes de mais, os palácios do rei, de rico muro de pedra, cercados e fortalecidos, «ante los quales está una plaza que mucha hermosura causa a la fortaleza»; o *coimal* «que es como en España, *Conde*, con gran multitud de naires, que asi dicen allá a los caballeros». Antigamente império, está agora reduzido a simples reino, mas o seu porto é o mais célebre da Índia, donde saíam, antes dos Portugueses, «para toda la redondez de las tierras», naus de canela, pimenta, gengibre e outras mercadorias. Em Calecute e suas

terras produz-se abundância de pimenta, que também se dá em Cochim e Cananor. É planta vivaz que, como a hera, se enlaça nas árvores. Colhe-se a pimenta de ramos verdes, tornando-se negra sob a acção do Sol. A canela nasce na ilha de Ceilão. Tem folha como a do louro, mas o que conhecemos por canela é a casca da árvore. O cravo produz-se na ilha de Maluco. Extrai-se de árvores pequenas, cuja flor é o cravo-de-cabeça e o fruto a noz-moscada; o conteúdo da noz é a maça.

Os habitantes de Calecute, gente ligeira, «andan en carnes, excepto las partes vergonzosas que, con una toca ciñen», como a de muitos reinos da Índia. São gentios que adoram ídolos, animais e suas figurações. Criam bois e vacas, mas quem as matar sujeita-se à pena de morte. Negros de pele, as mulheres têm seios pequenos e os homens usam ouro pendente das orelhas. As espadas nunca trazem bainha e as adargas são maiores que rodelas. Há muitas espécies de pessoas. Os naires constituem a nobreza: são cavaleiros a que não chegam os outros estados, a não ser que sejam cristãos, mouros ou judeus. Evitavam os cristãos, só porque tratavam com a gente mais baixa. Comem com a mão direita, reservando a esquerda para se lavarem, troçando dos cristãos por comerem com as duas mãos. Os indianos de Calecute adoram o Diabo, com que se aconselham, para evitar que lhes faça mal, e dizem crer em Deus criador das criaturas, motor dos céus, que não faz nenhum mal.

Martín Fernández de Figueroa também esteve em Goa, em cuja tomada participou garbosamente, e, por isso, a descreve como «fuerte e hermosa ciudad asentada en una breve isla inexpugnable», passando-se para lá por locais defendidos por torres. *Intra muros* conta com dois magníficos castelos, um sobre o rio e o outro sobre a cidade. Produz abundância de arroz e outros alimentos e tem água muito boa. Os nativos adoram o Sol e a Lua, bem como os animais. Os homens andam nus, por causa do calor. Também aqui a mulher se sacrifica, quando morre o marido, dirigindo-se para a fogueira, ao som da música e canções, bem vestida e ricamente enfeitada. Depois de dar três voltas à fogueira, atira-se-lhe para cima e os parentes ajudam a cremação, deitando-lhe folhas molhadas em manteiga e azeite.

Figueroa voltou a Portugal na frota de Duarte de Lemos, que partiu de Cananor a 11 de Dezembro de 1510 ([1]). A sua estada no Oriente reduz-se, pois, às costas de África, vizinhas do golfo de Aden, contornando a Arábia até Ormuz, e costas da Arábia para as da Índia, até ao cabo de Comorim. Já não acompanhou os feitos de Albuquerque em Malaca,

---

([1]) Augur — *Conquista de las Indias*, pp. 142 e 150.

mas soube da expedição de Sequeira, como vimos, e teve mesmo contactos com a de Diogo Mendes de Vasconcelos, retida em Goa. Não admira, pois, que não deixasse de referir o que ouvira a respeito desse rico empório das especiarias.

Quando faz passar Diogo Lopes Sequeira pelo cabo de Comorim, elucida que a povoação está «bien edificada de templos e muros de mármor con historias de bulto muy ricas», que Figueroa assevera excederem os de Roma. Num dos templos guarda-se o costume de não comer, durante três dias, quem nele entrar. Aí habitam cinco mil virgens que, por ser muito rico o templo, podem aí viver até se casarem ou, querendo ficar solteiras, até morrerem. Reina a idolatria, de que os brâmanes são os ministros. Como classe privilegiada, podiam dormir com as rainhas, mesmo contra a vontade do rei, o qual, por isso, e porque o não podem fazer com a mulher do outro brâmane, também ele, ingressou nessa casta.

Seguindo o itinerário de Sequeira, aponta as ilhas de Ceilão — terra de muitas riquezas, canela e pedras preciosas — e Samatra, em que nasce a pimenta. De passagem, alude a «ciertas islas» que ficam à mão direita contra o norte, para dar a notícia de que o manjar dos seus habitantes se reduz a carne humana: «unos a otros se comen». Malaca está distante de Cochim cerca de 400 léguas. Ilha rica e farta. De lá vem o cravo, que aí levam os chinas, «gente cercana de Melaca, cuyo calzado son botas de cuero, blancos como cristianos». Comem sem tocar com as mãos na comida, usando uns paus de madeira muito perfumados. Bebem por *escudilhas* douradas e de diversas cores, que julgam mais lindas que as de cristal. Povoam-na pessoas de várias terras, que aí vão comerciar. Já dispõem de armas de ferro. As lanças são ondeadas, em forma de línguas; atiram flechas com zarabatanas.

Por fim, Augur seleccionou, do manuscrito de Figueroa, o tema curioso do século, em matéria zoológica, que apresentava feições novas com respeito à descrição que dele faziam os antigos, nomeadamente Plínio. O elefante indiano era agora objecto de observação directa, no Oriente e até na Europa, por meio de transporte português. Figueroa aparece como «testigo de vista» e podia ocupar-se das «condiciones, precios e estima de los elefantes de la India». Muitos destes animais são «domésticos, mansos e tratables de mucho trabajo», tão prudentes que, da alma racional, apenas lhes falta a fala, «para terem entendimento de sabios varones». Têm boa memória, de que dão mostras na alegria e tristeza. Percebem a língua indiana e executam o que lhes manda o cornaca, levantando-se, por exemplo, e agachando-se, com a facilidade de outro animal qualquer. Acumulam

a força de oitenta homens, o que lhes permite tirar barcos do mar, bombardas «o masteles» mais fàcilmente que cem homens.

Utilizado na guerra, transporta, sobre o dorso, castelos em que se anicham seis ou sete frecheiros, levando duas espadas atadas aos chifres, que são os dentes, saídos da boca. Podem-lhe vibrar cem cutiladas nas pernas que ele não cai nem se ajoelha, por ser dotado de «grandes carnes». É o maior animal do mundo, e, por isso, nada ligeiro, a que se sobe mandando-o inclinar as pernas traseiras. De cor cinzenta, tem pouco pêlo, orelhas como escudos, olhos pequenos como de porco, pescoço diminuto; «cola como de puerco», pés largos e redondos como os de boi. Alimenta-se de arroz cozido com manteiga, folhas de palma e ervas. Cada um custa mil ducados, extraindo-se o marfim dos dentes, que são ocos até ao meio.

Antes de contar a viagem de regresso de Figueroa, o autor da súmula pretende enriquecer o quadro zoológico, e menciona tigres, porcos-monteses, leões, onças, veados e outros animais, em Goa; cobras, de capelo diante dos olhos, em Cochim, as quais, quando levantam o capelo, mostram gestos de mulher...

Da fauna passa-lhe desordenadamente a imaginação, fascinado pelo exotismo oriental, para mais dois costumes indianos. Em muitos reinos, quando um credor encontra o devedor, inscreve-o num círculo com um ramo verde, que lhe coloca ao lado. Sob grandes penas, não pode o devedor sair do círculo sem pagar o que deve ou entender-se com o credor. Numas partes, as mulheres escolhem o marido que quiserem; noutras, «cosen las naturas a las niñas en naciendo, hasta ser para casar». Umas destas trouxe Tristão da Cunha para a rainha de Portugal.

Eis tudo quanto nos parece dever-se pôr em relevo na *Conquista de las Indias, de Persia e Arabia,* de Figueroa-Augur, que, escrita entre 3 de Julho de 1511 (data da entrada do primeiro em Lisboa) e 1 de Setembro de 1512 (data da impressão do opúsculo), teve o mérito, se não de difundir notícias totalmente desconhecidas, pelo menos, de as espalhar por grande número de leitores, nos múltiplos exemplares saídos da imprensa de Lorenço de León de Dei, de Salamanca. Os seus autores conseguiram, dessa forma, perpetuar um hino de louvor ao esforço português de aproximação das duas culturas ocidental e oriental, ao mesmo tempo que difundiram conceitos correctos sobre terras e gentes tão mal conhecidas que bem se podem qualificar de novas.

3.2 — *Os italianos Ludovico Varthema e Piero Strozzi informam sobre o Oriente, nomeadamente de Goa e Malaca.* — Andava D. Francisco de

Almeida, com seu filho D. Lourenço, na difícil tarefa de estabelecer o Estado Português na Índia — forma única de internacionalizar o comércio do Oriente, ditada pela experiência da inimizade do soberano de Calecute e da amizade dos de Cananor, Cochim e Coulão —, quando apareceu, em Cananor, um bolonhês — Ludovico Varthema (1) — que se dizia cristão, apesar das vestes muçulmanas que o distinguiam. De algum modo, era uma compensação, que a Providência lhes oferecia, dos dois milaneses que haviam trazido de Lisboa e fugido para Calecute, onde construíram três ou quatro centenas de bocas de fogo, entre grandes e pequenas (2).

Levado pelo espírito aventureiro, e deixando os estudos, por se reconhecer «de fraquíssimo engenho» (3), consoante a versão de Spinelli, ou porque «mi cabeza era demasiado dura y no servia para aprender en los libros», conforme a versão espanhola de Francisco Payarols (4), resolveu observar, *de visu*, as regiões do mundo ainda mal conhecidas. Sem tomar qualquer nota, como prefere Paolo Giudici (5), ou, naturalmente, apontado os factos, ao menos ao de leve, passou ao papel o longo e atribulado *Itinerário* que percorreu, em estilo simples e vivo, como quem redige um livro de memórias. Apareceu impresso em Roma, no ano de 1510, e logo se multiplicou em traduções latinas, espanhola, alemãs, flamengas, inglesas e francesa (6).

---

(1) Sobre Varthema, além das obras citadas adiante, ver G. Canestrini — *Intorno alle Relazione Commerciali de' Fiorentini co' Portoghesi* cit., pp. 105-106; A. Bacchi della Lega — *L. de V. viaggiatore bolognese del sec. XV* (sic) in *Atti e memorie della R. Deput. di Stor. patria per le Romagne*, 4.ª série, VII, Bolonha, 1918.

(2) Sobre o assunto, ver, entre outros, Correia — *Lendas*, I, II, p. 593, e a carta de Strozzi, de que nos servimos adiante.

(3) Ludovico de Varthema — *Itinerário (Primeira tradução portuguesa)*. Trad., prefácio e notas de Vincenzo Spinelli, Lisboa, 1949, p. 61.

(4) Na obra de Paul Herrmann — *Audacia y heroismo de los descubrimientos modernos*, p. 104.

(5) *Itinerário di Ludovico de Varthema* a cura di Paolo Giudici. Edizioni «Alpes», ed. Milão, 1929.

(6) Ver frontispício da 1.ª edição, em P. Giudici, cit., pp. 66-67. Aí também, edições italianas de 1510-1517 (Roma e Veneza), 1518, 1519, 1520, 1521, 1523, 1525, 1526, 1535, 1550 (em Ramúsio e edições seguintes); latinas, em 1511 (de Archangelo Madrignano, por exemplo, na B. N. Md., R/544); 1532, no *Novus Orbis*, e edições seguintes desta colectânea; espanholas, em 1520, por exemplo, na S. G. L.-147/G/98, e B. N. L., Res., 271 A; 1523, 1570, 1576; alemãs, de 1515, 1516, 1517, 1518, 1530, 1548, 1549; flamenga, em 1544; francesa, em 1556; inglesa, em 1577. Na edição de Spinelli, pp. 46-47; em *Les Voyages de Ludovico di Varthema* ou *Le viateur en la plus grande partie de l'Orient*. Traduits de l'Italien en Français par J. Balarin de Raconis.

Era, de algum modo, o complemento das notícias congregadas no volume dos *Paesi novamente ritrovati* e, agora, com uma abertura para algumas terras percorridas séculos antes por Marco Polo e, por muitas dezenas de anos, por Nicolò di Conti, Varthema teria saído de Veneza em 1500, mas não seguiu nas naus portuguesas que, nesse mesmo ano, largaram de Lisboa, com destino à Índia. Disfarçado de mercador árabe, passou por terra de Alexandria, ao Cairo, voltando a Alexandria, onde embarcou até aos portos de Beirute e Trípoli, caminhando daí, novamente por terra, até Alepo, Damasco e Medina, pela Arábia deserta, até Meca e Giddà? Aí tomou embarcação para Aden e, depois de incursão pelas terras mais próximas desse canto de Arábia Feliz, foi por mar até Zeila, na costa africana, à saída do mar Vermelho, continuando viagem até Goa ([1]). Daí fez desvio para o Golfo Pérsico, internando-se por Ormuz, aonde regressou para ir de longada, até pela costa do Malabar abaixo, contornando Angediva e tocando em Onor, Mangalor, Cananor, Calecute, Cochim, Chaul, Ceilão, Negapatão e Paliacate, já na costa de Coromandel. Atravessou o golfo de Bengala a caminho de Tenasserim, na península de Malaca, e subiu pelo golfo de Bengala até Satigão, donde desceu para o Pegu e, daí para Malaca. Não deixou de visitar um porto de Samatra — o de Pedir — e continuou a navegar para o mar de Banda, donde regressou a Malaca, depois de passar pelas Molucas, Celebes e Java. De Malaca transportaram-no até Calecute, sendo-lhe fácil passar daí para Cananor, onde se encontrava D. Lourenço de Almeida.

Não ia a descobrir terras nem sequer a entabular relações comerciais de projecção internacional. Quis ver a afamada Cairo e o não menos fascinante Oriente. Recebido na volta, primeiro em Lisboa, com honras de cavaleiro da Ordem de Cristo, que merecera de D. Francisco de Almeida, pela parte que tomou, integrado nas forças portuguesas, em batalhas contra os inimigos da Cruz (1507) ([2]), e, depois, na Itália, por toda a gente que desejava saber novas dessas terras ([3]), Ludovico resolveu-se a escrever

---

Publiés et annotés par M. Ch. Schefer (t. IX de *Recueil de Voyages*, par M. Ch. Schefer et Henri Cordier), Paris, 1888, pp. LXI e segs.

([1]) Na verdade, a cidade de *Gogo*, na costa ocidental do golfo de Cambaia, em 21° 41' N. Mais adiante refere-se a *Gogo* — aí, a ilha de Goa, que depois se tornou portuguesa.

([2]) T. T. — Chancelaria de D. Manuel, liv. V, fl. 15 v. — Confirmação de D. Manuel em 19 de Julho de 1508 por Giudici — o. c., pp. 333-334, e trad. italiana, *ibd.*, pp. 34-35; por Spinelli — ed. cit., pp. 23-24.

([3]) Paolo Giudici — o. c., pp. 37-38.

o que viu e ouviu. Nem tudo, pois, é fruto directo da viagem, cuja extensão já no século XVI foi contestada.

Garcia de Orta, antes de 1563, recolhe a delação de alguns seus contemporâneos, de que Varthema não terá passado de Calecute e Cochim ([1]). Giudici aceita a sugestão de Antoine Colin, tradutor francês seiscentista da obra de Orta, de que o informador deste seria algum inimigo do bolonhês. Contudo, o que se depreende da alusão do médico lusitano é que, ele próprio, salienta a impossibilidade da viagem, porque «nem nós naquele tempo navegávamos os mares que agora navegamos», nem consentíamos, poderia acrescentar, que os mouros passassem com facilidade. Efectivamente, Varthema transitou por Calecute a caminho de Coulão, talvez, segundo Giudici ([2]), no Natal de 1504, ou bastante antes, se tivermos presentes as notícias que adiante aproveitamos do *Itinerário*, sobre portugueses: e a de que nós, desde 1503, tínhamos feitoria nesta última e vigiávamos atentamente a navegação no Índico ([3]).

O rei de Calecute encontrava-se em plena guerra com os Portugueses quando Ludovico por lá passou, podendo ainda ver os quarenta e oito portugueses massacrados e «la ditta cità» «disfatta». Tornava-se, desse modo, difícil o comércio e «cossi se partemmo e pigliammo el nostro camino per una fiumara, la qual è la più bella che mai vedesse e arrivassemo ad una cità, la qual se chiama Caicolon», 50 léguas distante de Calecute e princípio do reino de Coulão ([4]). O rei desta cidade «era amico del re de Portogallo». Não se lhes levantou qualquer dificuldade e seguiram para a cidade de Coromandel, terra marítima que dista sete dias de Coulão, ficando-lhe em frente a ilha de Ceilão (Zeilon), depois de passar o cabo de Camorim (Cumerim). A Coromandel já havia chegado a influência portuguesa, e o rei de Narsinga, a cuja jurisdição pertencia a terra, «é grandissimo amico de' Cristiani e massime de' Portoghesi» ([5]).

Posto que o *Itinerário* tenha sido escrito só em 1509 e as referências expressas aos Portugueses possam ser notícia alcançada depois da convivência com eles, contudo, a ausência de dificuldades na viagem, quer por parte destes quer pela dos orientais, obriga a séria reflexão. Em Meca, reconhecido por europeu, confessou ter-se feito mameluco no Cairo, sendo

---

([1]) Garcia de Orta — *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (ed. do conde de Ficalho), 1.º vol., p. 106.

([2]) Giudici, na ed. citada do *Itinerário*, p. 27, nota.

([3]) *Déc. I*, p. 267.

([4]) *Itinerário*, ed. de Giudici, pp. 228 e 245.

([5]) *Ibd.*, pp. 247-249.

recolhido por um mouro, a fim de evitar a sua deportação com os demais mamelucos. Os mercadores haviam diminuído em Meca, porque o rei de Portugal «é signore del mare oceano e del Sino Persico e dello Arabico» (1). Nessa altura, porém, o decréscimo da afluência de mercadores resultava apenas da concorrência portuguesa, que, desde fins de 1500, transportava grandes quantidades pelo Atlântico. Em Aden, foi preso, ao segundo dia, por suspeitarem que fosse espia dos Cristãos, o que, ao terceiro dia, parecia confirmado pelos mouros que haviam escapado de oito navios tomados pelos Portugueses. «Dicevano che noi eramo de quelli della navè de Portogallo e che eramo venuti di per spie» (2), e aí ficou durante uns três meses.

Não sabemos, com certeza, em que ano saiu de Veneza — se em 1500, se em 1501. Mas parece não haver dúvidas de que se entregou a D. Lourenço, em Dezembro de 1505 (3). Havia então decorrido um período de quatro anos, segundo os seus cálculos, que nem sempre são seguros, pois em Java não se recordava sequer do mês em que estava (4).

Ora todos estes factos recolhidos do *Itinerário* ocorreram depois da traição do rei de Calecute, em Dezembro de 1500 (5). A sua prisão em Aden terá, pois, ocorrido em 1501 ou 1502 e, por conseguinte, a sua partida de Itália não é muito viável em 1500, como pretende Giudici. Com mais razão, Spinelli coloca o episódio de Meca em Maio de 1503 (6), dando como chegado a Aden quatro a cinco meses depois. Os corpos dos portugueses que terá visto em Calecute não deviam passar de caveiras e esqueletos.

Quando Cabral regressou ao Reino, deixou em paz os reis de Cochim e Cananor, mas o de Calecute ficava em guerra com estes e com as pequenas forças que, nessas paragens, os Portugueses mantinham então. Contudo, João da Nova, em 1501, ainda foi encontrar iguais disposições. Soube, porém, em Cananor, que o rei de Calecute organizava uma esquadra de

---

(1) *Itinerário,* ed. cit., p. 126.

(2) *Ibd.,* p. 139.

(3) *Ibd.,* pp. 26 e 32.

(4) Giudici, pp. 294 e 298.

(5) *Déc. I,* p. 203.

(6) Ed. cit., pp. 73, 84, 91 e 98. E Giudici (p. 179, nota) recorda o episódio ocorrido com Vicente Sodré, na Primavera de 1503, que se lê em Barros, *Déc. I,* liv. VII. Em Abril, Rui Lourenço afunda a nau, de que se salvaram os mouros chegados a Aden. — Castanheda marca-lhe a data de Fevereiro de 1506 (vol. I, p. 264), dá-o como natural de Roma e diz que os milaneses andavam fugidos dos nossos, havia alguns anos. Ele mesmo se naturaliza romano (ed. Giudici, p. 126).

«mais de quarenta naus grossas», com as quais se bateu em batalha naval, entre Cananor e Cochim ([1]). O grande castigo pela deslealdade do rei de Cochim veio a ser dado por Vasco da Gama, que tomou a capitania da armada que zarpou de Lisboa em 10 de Fevereiro de 1502. Em Julho ou Agosto encontrava-se o Almirante na Índia, a vigiar as naus de Meca ([2]), e, a partir desta data, o caminho para Calecute ficou sempre bem vigiado. Gama deixou, para esse efeito, Vicente Sodré ([3]). Varthema não se refere a este policiamento e, sobretudo, não alude à tomada da famosa nau *Meri*, parecendo lícito supor que teria passado antes. Mas talvez não, porque só depois desta batalha se pode situar a sua prisão em Aden e, porque, tendo-se apresentado a D. Lourenço no fim do ano de 1505, a primeira passagem por Cananor e Calecute a caminho de Ceilão, a segunda etapa contestada da sua viagem (de Ceilão para Malaca e Insulíndia) nunca pôde demorar mais tempo que a primeira — antes, muito menos —, o que equivale a dizer que a teria de efectuar nesse ano de 1505 ou, quando muito, nos últimos meses de 1504. E, na verdade, saído de Calecute ou não, quando se decide a tirar o disfarce de maometano e a seguir desta cidade para Cananor, é por ver a força das armas portuguesas no mar da Índia e se julgar pouco seguro em Calecute. Não será, pois, razoável concluir que, partindo de Veneza em 1502, terá atingido Calecute em 1504 ou 1505, e daí passado para Cananor? Se chegou antes e conseguiu dirigir-se para águas mais calmas, onde as armas portuguesas ainda não actuavam, admira que não faça referência a esse importante facto. Mas já antes se estranha que, na continuação dos efeitos dessa força que, pela primeira vez, sentiu na cidade de Aden, a não tenha encontrado, no caminho marítimo de Aden para Calecute.

Deixemos, porém, a questão do termo do itinerário, insolúvel de forma absoluta, com os dados de que dispomos, e assentemos no facto concreto que mais nos importa: o *Itinerário* escrito, tal como se difundiu na Europa, com o que viu e ouviu. E não tentaremos sequer destrinçar uma fonte de informação da outra. Que há fantasias na sua narração, verificou já, no século XVI, como vimos, Garcia de Orta ([4]) e, modernamente, o conde de Ficalho ([5]). Em Portugal foi conhecido, pelo menos na segunda metade do

---

(1) *Déc. I*, pp. 219 e 221.

(2) *Ibd.*, p. 237.

(3) Barros — *Déc. I*, p. 262.

(4) Garcia de Orta — *Colóquio dos Simples*, I, 107 — Ver aí a rectificação do conde de Ficalho, p. 111.

(5) Id., *ibd.*, II, p. 403.

século, em latim, por meio do *Novus Orbis* (João de Barros) (1). Também se lhe referem Castanheda (2), Damião de Góis (3), Jerónimo Osório (4) e Garcia de Orta, que o leu na Índia.

Divide-se em seis partes: Egipto, Súria e Arábia Deserta; Arábia Feliz; Pérsia; Índia; Molucas; contacto com os Portugueses e regresso à Europa, na frota de Tristão da Cunha. Apenas nos interessa aqui a viagem desde Aden, que descreve como a cidade mais forte que viu em terra plana. Cercada de muros por dois lados, era protegida pelos restantes, por montanhas altíssimas. Além de informar que nela fazem escala os navios que partem da Índia, Etiópia e Pérsia, apenas alude ao exército local.

De Aden viajou a cavalo para Lagi, cidade habitada por árabes, nem civilizados nem ricos, e daí dirigiu-se para Aiaz, Almacarana, Reame, Sana, Taesa, etc., frisando costumes, produtos da terra e outros pormenores de certa importância. Voltou a Aden, para embarcar a caminho da Pérsia, mas foi desviado por tempestade que o levou a terras «da Etiópia». E assim pôde falar de Zeila, onde viu, entre outras cousas, uma espécie de carneiros com cauda, de quinze ou dezasseis libras de peso, e vacas ruivas com um só chifre, de palmo e meio, na testa, que tende para a direcção de trás.

De Zeila navegou para Diuobandierrumi, Gogo, Giulfar e Meschet, porto da Pérsia. Daí partiu para Giulfar, e Mascate, na província de Oman. De Mascate foi para Ormuz, em que salienta a pesca de pérolas, que descreve com pormenor, não se esquecendo de contar a história do sultão de Ormuz, que tinha onze filhos varões, o mais novo dos quais, meio tolo, e o mais velho, «um autêntico demónio» (5). Entretanto, em terra, visitou Eri, residência do rei de Corazani, viu o rio Eura, que erradamente julgou ser o Eufrates (6), e refere o nome da cidade de Samarcanda (Sambragante), aonde não chegou.

Regressando a Ormuz, embarcou direcção à Índia. A primeira terra em que parou, foi o porto de Gehu (Cheo), no estuário do Indo, perto do qual, a três milhas de distância para o interior, se espraiava a riquíssima cidade

---

(1) *Déc. I*, liv. x, cap. iv, p. 407 da edição cit.

(2) Castanheda — *História*, pp. 264 e 359.

(3) *Crónica del Rei D. Manuel*, Coimbra, 1926, pp. 35 e 76.

(4) Osório — *De Rebus Emmanuelis Regis*, Lisboa, 1621, pp. 172-173.

(5) Ed. Giudici, p. 171. Tomada de Varthema ou de outras fontes, a história passou para as crónicas portuguesas.

(6) Spinelli lembrou três possiveis identificações: Heri — rud, Ferah — Roud e Caraagac. Giudici prefere o último (o. c., p. 175, nota 1).

de Cambaia. O rei, «há aproximadamente quarenta anos», tirou este reino aos Guzarates. Chama-se o sultão Machamuth e tornou-se conhecido por comer veneno e, com o bafo, envenenar a mulher com que dormia (1). A história também aparece em Duarte Barbosa, que já escreve no tempo do filho do que ele denomina Maamude (2). A maneira de viver e os costumes que atribui ao reino do Ioghe parecem ter-lhe sido relatados.

Da cidade de Cambaia passou à de Chaul, que descreve como terra muito bem murada, distante duas milhas do mar, com grande movimento comercial. De Dabul, Goa, Decão, Baticalá — três cidades e uma ilha, Goa — refere, em termos genéricos, o que pôde ver em rápida página, entrando com mais pormenores com respeito ao Decão, quando se ocupa do reino, e a propósito de Baticalá, onde assinala a «fertilidade em muitas cousas e especialmente em arroz e açúcar».

Muito ao de leve, memora Centacola, Onor e Mangalor. A respeito do rei de Onor, informa que é «grande amigo do rei de Portugal» e alude aos seus barcos de corso. Mais adiante, encontrou Cananor, uma linda e grande cidade, em que o rei de Portugal «tem fortíssimo castelo» (3). A fortaleza foi construída já por D. Francisco de Almeida, em 1505 (4), e naturalmente a observação é fruto de conhecimento posterior. Na verdade, parece claro que, na primeira vez, nem ele nem o companheiro ouviram falar dos Portugueses, pois só pouco antes de Varthema se evadir de Calecute, este lhe pergunta «que gente são estes Portugueses», precisamente no momento em que ouviram os Persas contar que tinham começado a levantar «fortíssimo castelo em Cananor» (5). «Qui commincia ad trovarsi alcuna poca speciaria, zoé (isto é) pepe e zenzero (gengibre), cardamomo e mirabolani e alcuna poca de cassia». É porto de grande movimento, costumando vir aqui uns duzentos navios de diversas regiões. Meteu-se pela terra dentro e, após quinze dias de jornada, chegou a Bisnagar, cidade murada, pertencente ao rei de Narsinga. Esta visita porporcionou-lhe ensejo para descrever o elefante, sua geração e utilidade na guerra. O rei é muito amigo dos Portugueses, que são bastante bem recebidos na terra. Voltando ao litoral, passou por Tormapatani, seguindo, dois dias depois, para Pandarane, que já pertencia ao rei de Calecute, a que chegou por terra,

---

(1) Ed. Giudici, p. 188; ed. Spinelli, p. 127.

(2) Duarte Barbosa — *Livro*, ed. da Agência-Geral do Ultramar, p. 69.

(3) Edição Giudici, p. 200; ed. Spinelli, p. 135.

(4) *Relação das Plantas e Dezcripcioens de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações que os Portugueses têm no Estado da Índia Oriental*, Lisboa, 1936, p. 35.

(5) Edição de Giudici, p. 303; ed. Spinelli, p. 209.

Depois, embarcou para Coulão, vendo do mar a cidade de Cochim, em que não tocou.

Pouco diz sobre o modo de viver de cada um dos povos mencionados, porque se reservou para a descrição da cidade de Calecute, visto serem, em parte, iguais, e o seu rei «lo più digno re de tutti quisti sopraditti». Chama-se samorim, que significa, no seu idioma, Deus na terra. Consagra todo o livro II da Índia à cidade, ao monarca, aos brâmanes, isto é, sacerdotes de Calecute; aos gentios que distribui por seis classes (*brâmanes* — sacerdotes; *naires* — fidalgos guerreiros; *tivas* — artesãos; *mechoas* — pescadores; *poliares* — trabalhadores que apanham a pimenta, o vinho e as nozes; *hirava* — os que semeiam e apanham o arroz); cerimónias fúnebres; justiça, crenças, guerra, navegação. Em capítulos sucessivos, descreve o palácio real, as especiarias que nascem em Calecute, árvores frutíferas, com especial referência ao coqueiro; maneira de semear o arroz, médicos, banqueiros e cambistas, serpentes, etc.

Neste tempo, porém, tornava-se impossível comerciar na cidade, «per essere desfatto Calicut dal re de Portogallo» e não acorrerem já os negociantes, depois do massacre dos quarenta e oito portugueses, e partiu por mar para Coicolão e, daí, para Coulão, já na zona de influência portuguesa. A sete dias de viagem no mar ficava a cidade de Coromandel (Nagapatão), pertencente ao rei de Narsinga. «Sta posta la ditta città descontro alla insula de Zeilon, passato el capo de Cumerin». Na cidade encontrou cristãos que o informaram de que o corpo de São Tomé repousava doze milhas distante. Aí chegara o medo dos Portugueses, que fazia tremer os cristãos, tornando-lhes a vida impossível (1). A notícia não apresenta visos de verosímil, até porque, linhas adiante, indica que o rei de Narsinga aprecia muito os cristãos de São Tomé e os Portugueses.

Varthema pouco se demorou em Ceilão, porque os quatro reis da ilha andavam envolvidos em guerra entre si e, por isso, «non ne scrivo le cose de ditta insula». Terá visto, ainda assim, elefantes, rubis e outras pedras preciosas que «nascem» junto de uma montanha. Não custa, porém, a crer que a informação provenha da leitura de Marco Polo (2) ou, mais provàvelmente, do posterior contacto com os Portugueses, pois, de facto, pouco mais conta de quanto estes sabiam já, desde 1502-3 (3). Em todo o caso,

---

(1) Giudici, pp. 247-249; Spinelli, pp. 169-172.

(2) Marco Polo — *Il Milione*, A cura di Rinaldo Caddeo, Milão, 1954, pp. 179 e 190.

(3) Tomé Lopes — *Navegação às Índias Orientais*, in *l. c.*, p. 197.

fornece a localização. Deixando Coromandel, passa-se um golfo de 12 a 15 léguas: «è posta questa insula sotto la linea equinoziale»; e descreve a colheita da canela, cuja folha compara com a do louro ([1]), tal como fizera Nicolò di Conti ([2]).

Daí seguiu, segundo informa, à terra firme do rei de Narsinga, aportando em Paleacate, onde pouco se demorou, devido a guerras. Dirigiu-se então para Tenassarim, já no Sião (Tailândia), de que descreve, com pormenor, costumes e produções, mais do que as que se lêem no livro de Conti. Ainda no golfo de Bengala, parou na cidade de Benghella, provàvelmente Satigão, e embarcou de novo para Pegu e só depois tomou o rumo de Malaca e ilhas vizinhas. Anota o movimento comercial, indicando a origem dos mercadores e nomes das mercadorias; alude sempre à condição guerreira dos habitantes, às suas crenças, usos e costumes, que compara com os das gentes de Tenassarim, formando assim, implìcitamente, uma nova etnia, diferente da da Índia. Embora gentios, tratavam bem os cristãos que com eles conviviam.

A descrição de Malaca e de Samatra não deixa de ter interesse, pois descreve aquela como o porto do Mundo em que arriba maior quantidade de barcos, vincando bem que aí vão ter «tutte le sorte de specie e altre mercanzie assaissime». Na região de Pedir, na Samatra, que ele julga ser a Taprobana, nasce pimenta longa, conforme já revelara Nicolò di Conti, benjoim, que declara não ter visto, por se criar no interior, aloés e laca. Também esteve na ilha de Bandão, onde diz que nasce a noz-moscada, de que se tira a maça ([3]). Nicolò di Conti, porém, coloca a noz-moscada na ilha de Sanday, atribuindo cravo à de Banda ([4]). Passou seguidamente pelas ilhas de Bornéu e Java, donde voltou para Malaca e, depois, para Coulão. Encontrando aí vinte e dois portugueses, pensou em fugir para o seu lado, mas receou os mouros que o conheciam e foi até Calecute, onde se encontrava, quando soube da chegada de doze naus portuguesas a Cananor. Como vimos, fugiu então para esta cidade, terminando assim a aventura e as incertezas.

A Europa leu gulosamente as peripécias da viagem de Varthema e os costumes das gentes orientais. Mas não deve ter gostado menos da descrição da heróica vitória naval dos Portugueses, em frente de Cananor,

---

([1]) Giudici, pp. 251-254.
([2]) Nicolò di Conti — *Livro*, ed. portuguesa cit., fl. 81-v.
([3]) Giudici, p. 286.
([4]) Nicolò di Conti, ed. cit., fl. 85-v.

em 17 de Março de 1506 ([1]), bem como de duas outras, em que mais destemidamente tomou parte ([2]), em 1507, sendo, na última, armado cavaleiro por D. Francisco de Almeida, com Tristão da Cunha por padrinho. Enquanto Giudici ([3]) julga criticáveis as notícias pouco explícitas sobre o arquipélago malaio, E. Siracusa Cabrini ([4]) pensa que foi o primeiro a falar de um mundo que vive para além da Sonda, considerando Banda como conquista de Varthema.

A parte final do *Itinerário* de Ludovico Varthema consta de um *Libro della Etiopia*, em que descreve a viagem de regresso à Europa, em barco da frota de Tristão da Cunha, que partiu da Índia em 7 de Dezembro de 1507 ([5]) e, na segunda metade de Junho de 1508, chegou a Lisboa ([6]). Indica fortalezas de Portugal na costa oriental de África, mas cala os actos heróicos de Tristão da Cunha, por não ter tomado parte neles, e silencia igualmente «molte belle insule che trovammo per el camino», de que cita apenas a de Comores, rodeada de outras, por nela nascer muito gengibre e açúcar, frutos singulares, não faltando, ainda, abundância de carne de várias espécies; e a de Penda (Pemba), muito fértil em tudo. Demora-se, por fim, na descrição da ilha de Moçambique, onde estacionaram por quinze dias, e de seus habitantes e do cabo da Boa Esperança. Tal como da ilha de Sofala, o rei português tira muito ouro da de Moçambique, vindo da terra firme. Os moradores de Moçambique (ilha e terra firme) são pretos, andam nus, tapando apenas o sexo, têm cabelos crespos e curtos, lábios da grossura de dois dedos, rosto dilatado, dentes grandes e alvos como neve. Em troca de quinze vacas, receberam uma camisa, uma navalha e um guizo.

Do Cabo refere duas tempestades, em parte devidas ao vento que sopra da ilha de São Lourenço. Da de Santa Helena, por onde passaram, a curta distância, menciona «doi pesci che ciascuno de loro era grande

---

([1]) *Itinerário,* pp. 312 e segs., Barros, *Déc. I,* pp. 409 e segs.

([2]) *Ibd.,* pp. 318-319 e 322-323.

([3]) Giudici, p. 43.

([4]) E. S. Cabrini — *Ludovico di Varthema alle isole della Sonda,* Turim, 1932, p. XII.

([5]) Castanheda — o. c., p. 359.

([6]) Os cronistas não assinalam a chegada de Tristão da Cunha a Lisboa, que, no entanto, saiu de Cananor a 10 de Dezembro de 1507 (*Déc. II,* p. 40). Mas, tendo Varthema apresentado ao rei, em Almada, logo que chegou, a carta de cavaleiro, sem demora D. Manuel a mandou reconhecer. A confirmação tem a data de Sintra, 29 de Junho de 1508 (T. T. Chancelaria de D. Manuel, liv. 5, fl. 15-v.). Tristão da Cunha chegou a Lisboa a 1 de Junho. (Ver o nosso trabalho no prelo *Tristão da Cunha e os Filhos*).

como una gran casa». Na ilha de Ascensão viu pássaros grandes como patos, que pousavam nos barcos e se deixavam agarrar. As ilhas dos Açores (Astori), a sete dias de Lisboa, são «un bel paese» e muito ricas. Sabe o nome das do Pico, Corvo, Flores, S. Jorge, Graciosa, Faial e Terceira.

Mais uma vez, estes topónimos ecoavam na Europa e, de todos os referidos no *Itinerário* de Varthema, alguns terão sido escutados pela primeira vez. Se os Portugueses aprenderam determinados nomes com o bolonhês, é difícil fixar em que medida as novas terras, por eles não visitadas, lhes eram de todo desconhecidas, podendo mesmo supor-se contribuição portuguesa, a sua, a partir do momento que chegou a Cananor. Contudo, importa salientar que o livro de Ludovico, se deu a conhecer, a muita gente, uma panorâmica nova da geografia oriental, revelou, sobretudo à Europa, o campo rico e sumptuoso em que os Portugueses actuavam, desde o tempo em que se haviam desligado da quezilenta política europeia.

E decerto não apenas através do livro. Um aventureiro é sempre expansivo e gosta de espalhar as peripécias em que andou envolvido e, naturalmente, não lhe faltaram oportunidades de contar, a quem o quis ouvir, palmo por palmo, os lugares que visitara. Particular interesse manifestou o próprio Senado veneziano, que, a 5 de Novembro de 1508, depois do jantar, o recebeu festivamente. «Referi molte cosse di quelle parte, adeo tutti remaseno stupidi di li riti et costumi de India». O Colégio reconhecido ofereceu-lhe 25 ducados «per il suo referir», supomos que a narração oral (1).

O florentino Piero Strozzi, embora de menor relevo nestas andanças de italianos no Oriente, não deixa de ser, igualmente, digno de alguma atenção, como guerreiro e informador. Terá seguido uma das quatro velas de Diogo Lopes de Sequeira (2), que saiu do porto de Lisboa a 5 de Abril de 1508 (3). Se, porém, já se localiza na Índia em fins de 1509 e participou na tomada de Goa, em Fevereiro de 1510 (4), é porque deixou de andar com Sequeira, que em Janeiro se encontrava em Travancor e em Abril partiu da Índia para Lisboa (5). Conclui-se assim que ficara na

---

(1) Marino Sanuto — *Diarii*, t. VII, Veneza, 1882, col. 662.

(2) Canestrini — *Intorno alle Relazioni Commerciali*, p. 105.

(3) Barros — *Déc.* II, p. 100.

(4) Uzielli — *Piero di Andrea Strozzi*, p. 118 (11 da separata). — Gaspar Correia, quando conta a tomada de Goa, alude a «hum frolentim chamado Pero Escroco», que Peragallo identifica com Strozzi (*Cenni*, p. 71).

(5) Barros — *Déc. II*, p. 184.

Índia à chegada (Cochim, 20 de Abril de 1509), enquanto o capitão se dirigiu para Malaca, em 8 de Setembro (1). Mais tarde, quando voltar ao Oriente como governador (Maio de 1519), Lopes de Sequeira mandá-lo-á como feitor, à costa de Coromandel, por ser «bom homem de tratar». Nesta ocasião já terá ido a Malaca, com Afonso de Albuquerque, como veremos.

Escreveu várias cartas ao pai, ainda em Lisboa e, depois, do Oriente, não restando hoje mais que uma, datada de Goa, 20 de Dezembro de 1510 (2). Nela informa que Goa era cidade forte e populosa, com «castello o forteza», guardada por 200 bocas de artilharia e 8 a 10 mil pessoas. Entre os defensores, encontravam-se, além de turcos, cristãos renegados, de que menciona «venitiani e genovesi in magior numero», inimigos dos cristãos e, sobretudo, dos Portugueses. O castigo foi impiedoso, não só por isso, mas por ser «receptaculo di ladri et tristi, tanto di mare quanto di terra». Embora no seguimento do relato de Goa, referia-se ao Oriente em geral quando afirmava que «veramente qua sono tutte le richeze del mondo, così di oro quato (*sic*) di gioie et pietre pretiose». Mas a Goa dizia respeito a acusação de que «qui alsì sono e magiori falsatori di gioie del mondo e alsì di monete». Ele e os companheiros persuadiam-se estar na presença dos homens mais astutos. A esperteza redundava na riqueza que os mouros entesouravam: «E ci è mercante moro rico di 400 in 500 milia ducati». Podia mesmo conceder-se-lhe, ajunta o florentino, que sejam superiores a nós em muitas cousas; nunca, porém, com as armas na mão.

Mesmo assim, salienta a insegurança em que se vivia naquelas partes e, devendo partir dentro de uns quatro meses para Malaca, recorda «uno tradimento a quatro nostre nave, dove fu morto de' nostri, circa a 60 et de mori 800» (3). A coincidência da data da ida de Albuquerque a Malaca

---

(1) Barros — *Déc. II*, p. 173.

(2) Carta de Piero Strozzi, ao pai, Andrea Strozzi, de Goa, 22 de Dezembro de 1510. — O original foi publicado por Uzielli — *o. c.*, pp. 34-35, e pela Academia das Ciências, em *Cartas de Afonso de Albuquerque*, VI, pp. 408-410. Da colectânea de Zorzi (B. N. Fl., B. R. 233, fl. CI-CIII), que erradamente a data de Quiloa, a tirou De Gubernatis, para a sua *Memoria intorno ai viaggiatori italiani*, pp. 162-163, e *Storia dei viaggiatori*, pp. 381-382.

(3) Barros refere que Sequeira não contra-atacou sem primeiro saber quantos homens seus andavam em terra e apurou 60, de que alguns se salvaram. (*Déc. II*, p. 181).

(Abril de 1511) e a anunciada nesta carta, em Dezembro anterior, pode fazer supor que já então se conhecia em Goa a resolução de Afonso de Albuquerque. Ele seguiria para Malaca, «con assai gente e navi», em Abril, mas «per torre al nostro carico», esperando estar de volta sem demoras. Mais adiante insistirá: «Et havendo carica a Melacho». No entanto, se não lhes vendessem as especiarias de bom grado, iam resolvidos a intervir com as armas: «Altrimenti, sareno forzati con la guerra, experimentare le forze nostre». Conhecendo de antemão a dificuldade da empresa, em virtude de os inimigos serem tantos como formigas — «perchè la minore terra che vi sia, é da 30 in 40 m. milia persone» — eles contavam com a ajuda de Deus. O lucro pessoal desta viagem orçava-o Strozzi em «ducati 2 milia», que o copista da compilação Zorzi aumentou para 8 mil.

Por ter interesse geográfico, ao menos como índice do grau de informação de alguns centros italianos, não deixaremos de fazer breve referência ao facto de o copista do códice Zorzi, que já conhecia Quíloa, por exemplo pela narração do Piloto Anónimo, e ignorando porventura a existência de Goa, deu a seguinte explicação, ao mudar ou ler mal o vocábulo donde a carta foi expedida: «in Quiloa castello, sur mar de India confinante alla Althiopia». E, noutro passo: «Quiloa, che è in questa costa de Africa, nel mar de India, chiamato da Ptolomeo, Sino Barbarico, in la regione Azonia, dove nascon molti elephanti» (1). O fecho do original, que Zorzi omitiu, proporcionou-lhe, certamente, aquelas alterações: «India, nel castello di Ghoa».

3.3 — *Notícias de Malaca, em cartas de três italianos: de 31 de Janeiro de 1513 (de um irmão de Zuan Battista Strozzi?); de 24 de Maio de 1513 (anónima, cremos que de Girolamo Sernigi); de 14 de Julho-6 de Novembro de 1514 (de Giovanni da Empoli); e no Aviso de Lisboa, 15 de Julho de 1514.* — A viagem de Lopes de Sequeira (1509), se bem que inutilizada pela traição do Bendará (2), serviu, ao menos, para confirmar as informações recolhidas anteriormente. Malaca era, na verdade, o ponto de passagem das especiarias do Extremo Oriente e o porto de afluência, não só da navegação das partes do Ocidente asiático, mas também das regiões incógnitas e mais orientais do globo. Importava, pois, renovar, sem demora, a tentativa. Nesse propósito desempenharam, natu-

---

(1) Barros relembra que Quiloa fica na região ptolomaica de Agesimba (*Déc. I*, p. 315).

(2) Barros — *Déc. II*, p. 175.

ralmente, papel de relevo os comerciantes, sobretudo florentinos, com Girolamo Sernigi em lugar de relevo.

Em Agosto de 1510, chegou à Índia a frota que de Lisboa saíra em 12 de Março, sob o comando de Diogo Mendes de Vasconcelos ([1]). Constava de quatro naus, «armate per Girolamo Sernigi», que contribuíra com «chrociati settemila doro», segundo Giovanni da Empoli ([2]), não, porém, sòzinho, mas com «seus parceiros» ([3]). João de Barros refere os nomes dos capitães e, a propósito da quarta embarcação, esclarece: «Dinis Cerniche, armador da própria nau em que ia» — o que significa que também o irmão de Girolamo, Dionísio Sernigi, empregou capital seu. Aliás, sabe-se que até os Gualterotti financiaram a empresa, e mesmo Giovanni da Empoli investiu 700 cruzados de ouro ([4]). Apesar de tudo, pareceu-nos que haverá confusão de Barros, visto que Afonso de Albuquerque apenas menciona um Cerniche, bastante influente, que em dois passos esclarece chamar-se Jerónimo e, num deles, diz pertencer-lhe uma nau ([5]). O assunto central dessas cartas foi a tomada de Malaca, antes de mais, porque Afonso de Albuquerque obrigou os mercadores, que tiravam proveito da situação criada pela armada portuguesa, a contribuírem activamente para a pacificação dos maometanos, que se opunham ao comércio dos nativos com os cristãos. E então contou-se e recontou-se a intimação do governador; as dificuldades levantadas a Diogo Mendes de Vasconcelos e seus homens; as condições impostas por Albuquerque ao rei de Malaca, entre elas a restituição dos portugueses captivos à má fé e a reparação dos danos causados por ocasião da visita de Diogo Lopes de Sequeira.

As intenções de Afonso de Albuquerque foram desvirtuadas, por se ignorar, por exemplo, a carta em que Rui de Araújo lhe transmitia a situa-

---

([1]) Id., *ibd.*, p. 224.

([2]) Testamento de Giovanni da Empoli, de 4 de Abril de 1515 (A.S.Fl., Protocollo B 716, dos anos de 1519-1520). Publicado por A. Giorgetti — *Nuovi documenti su Giovanni da Empoli*, in *Arch. St. Ital.*, série V, t. XIV (1894), p. 4. — O contrato entre Girolamo Sernigi e el-rei ficou expresso em escritura pública, assinada no notário Brás Afonso, segundo revela o mesmo Da Empoli. Dela restam algumas cláusulas, lembradas por Estêvão Vaz, aos 19 de Julho de 1509 (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, VI, p. 377).

([3]) Sobre alguns portugueses e seus «fornecimentos de cruzados», ver *Cartas de Afonso de Albuquerque*, VII, pp. 168 e 169.

([4]) Testamento de Giovanni da Empoli. Aí deixou elementos valiosos para se poderem avaliar os lucros da viagem.

([5]) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, pp. 31, 32, 63 e 67.

ção da cidade. O naufrágio que sofreu no regresso a Goa parece narrado como castigo de Deus, terminando-se, mais uma vez, com a esperança de que D. Manuel indemnizaria os comerciantes pelos prejuízos sofridos, por não terem ido sòzinhos carregar em Malaca, especiaria em peso. Causa espanto, diga-se de passagem, não tanto a ilusória persuasão dos mercadores, como a decisão de D. Manuel, de repetir a empresa quase nos mesmos moldes da de Sequeira. Agia, decerto, debaixo da impressão deixada pelas queixas dos inimigos de Albuquerque, de que se há-de arrepender, se o arrependimento for sincero e não para condescender com a rainha.

Cremos ser de Girolamo Sernigi a carta a que, na colecção de Vagliente, se omitiu o nome: *Chopia di piu chapitoli duna letera di Portogallo, de 24 di Maggo anno 1513* (1). Colhem-se nela certos pormenores que denunciam a autoria, para não frisar já que todo o teor da carta manifestamente do armador responsável e bem informado Dionísio Sernigi a que alude com expressão familiar: «nostro Dionizio» era seu irmão (2); pertenciam à sua casa, a nau *Trindade*, Giovanni da Empoli e Leonardo Nardi. O solícito comerciante apressou-se, pois, a escrever para Itália que, ainda nesse ano, pôde ler notícias das regiões menos conhecidas do Extremo Oriente, em que os Portugueses entravam pela segunda vez, agora para ficarem e, dentro do plano estabelecido, poderem, estudar o meio, sob todos os aspectos de interesse humano — geográfico, político e económico. Apalpa-se bem nesta carta toda essa curiosidade, que era, naturalmente, partilhada pelos componentes da expedição.

O episcológrafo começava por revelar a chegada, três dias antes, à foz do Tejo, de uma nau da Índia, esperando, a todo o momento, as restantes cinco, que vinham de conserva. Entre estas nomeia a *Trindade*, «una delle nostri di Melacha, la magore», a única dos mercadores, que arribou ao Tejo, nesse ano de 1514 (3). Pondera as muitas dificuldades e os riscos de uma viagem desta natureza — maiores os do cabo da Boa Esperança até à

---

(1) B. Ricc. Fl., Cód. 1910, fls. 138-v e 140-v.

(2) G. Uzielli — *Piero di Andrea Strozzi* (p. 5 da separata; 112 das *Memorie*). É certo que o princípio da carta parece excluir esta autoria: «Sabato, a di XXI del presente, vene qui in porto una nave de lindia di questo serenissimo re». Deve, porém, entender-se que ele, Jerónimo, chegou antes desta, que era «di questo serenissimo re». Demais, não fazia sentido que o autor da carta, claramente um mercador interessado na empresa, não mencionasse o nome de Girolamo, se acaso ainda não estivesse em Lisboa.

(3) No testamento, em que dá essa noticia, fornece ainda o nome de mais duas naus — *Santa Cruz* e *Boa-Ventura*.

Índia do que da costa da Guiné (nella chosta di Ginea) até àquele cabo; e faz-se eco das incertezas que corriam a respeito do carregamento das naus em Malaca. Falava-se mesmo no «manchamento di charicho, perche 'l Chapitano Magore vuole dare la charicha alle navi rre, e non fece quello aveva promisso».

Lá ficara ainda Giovanni da Empoli, a tratar do carregamento e, em Cochim, «el nostro Dionigi». Nas naus que aguardava, devia chegar Leonardo Nardi «che di tuto dara regone». E só depois de todos se encontrarem em salvamento, «faremo chonto». Para já, vai narrar os sucessos de Malaca, de que pouco mais recolheremos que os nomes geográficos. Andavam por aquela região homens de «una nazione», que «chosi chiamano vi cini», isto é, chinas ou chineses, que eram brancos como nós. Como mercadores, iam todos os anos, em 15 a 20 barcos, a esse porto. «Di loro fecono tanta amicizia cho portoghesi», parece que por admiração da valentia demonstrada na tomada de Malaca, em que 800 homens bastaram para vencer «tanta gente della terra, ch'erano piu di 5 000».

Ao referir o propósito de Albuquerque, de ir ao mar Vermelho, com 15 embarcações e 3 000 homens, alude a Cambaia, onde devia passar, a fim de estabelecer pazes com o rei de *Chambigi*, que lhe havia mandado um embaixador. Só depois se dirigiria ao encontro da armada do soldão, pensando tomar Aden, «che' una cita di mori nello streto di Mecha, in su n'uno isoloto» ligado por uma ponte à terra firme (che passa in sulla terra ferma). O rei desta cidade «tiene asai cita e asai gente a pie e a chavallo». Como ficava «molto presso alla bocha del Mare Roso», nela se descarregavam todos os barcos dos mouros que conduziam especiarias, utilizando, nesse trabalho, outras embarcações, visto que as grandes não podiam entrar no mar Vermelho. Se o governador conseguisse realizar este plano, jamais passariam especiarias para o Cairo ou Alexandria, o que «sara gran choa per questo Sereníssimo Re».

Assim ia escrevendo o comerciante italiano, à medida que lhe ocorria o que soubera por lá. Neste passo volta aos homens brancos, «che si chiamano vi cini». «Sono chome alemani» — grandes de estatura e de cabelos compridos (1). A viagem que empreendem dura 30 dias e ocorre uma vez por ano, sob a direcção de um «chapitano principale, uomo honorato», em navios de 200 a 500 tonéis. São gentios, muito numerosos e têm um rei poderosíssimo. Vão a Malaca buscar pimenta, mas «non se che merchantie si portano in la a *Melacha*, che anchora non se potuto intendere».

---

(1) Estes qualificativos melhor quadram aos jaus, mas talvez só estes.

Por fim, chegou a Trindade, que «é venuta richissima, come vedereti per'l charicho che in questa vi si manda». Viera a nau, mas ficara Da Empoli e «el notro Dionizi». Nem chegara Nardi, que devia vir numa das três que ainda haviam permanecido na Índia. Girolamo não contém em si a alegria do pleno êxito da viagem. «Entro qui la nostra nave Trinita, che viene de Melacha». Enquanto a primeira só trazia 940 cântaros de pimenta, esta vinha carregada com 4 500. A canela passava de 82 cântaros para 330; a noz-moscada, de 167 para 800; o gengibre, de 74 para 675. Em contrapartida, a primeira transportava maior quantidade de macis — 200 cântaros, para 110; mais estanho — 495 contra 200; e até algumas espécies que faltam na relação da segunda, como musgo e pau-brasil. Mas Sernigi avaliou bem a carga de cada uma e deu a notícia exacta.

Também Piero Strozzi, que embarcara à pressa, com dinheiro pouco antes pedido ao pai, há-de aparecer no Coromandel como feitor régio, em 1518, segundo carta de Nuno de Castro a el-rei, de Cochim, de 31 de Outubro de 1520: «e está bem rico». Com o seu negócio particular, na opinião do mesmo informador, prejudicava a Fazenda Real ([1]). Apenas se conserva a carta que escreveu de Goa, ao pai, em 20 de Dezembro de 1510, a que já nos referimos ([2]). Ao contrário do que sucedeu a Girolamo Sernigi, ele acompanhou Albuquerque a Malaca, como já havia estado com o Grande Capitão, na escalada de Goa. Em barcos saídos de Lisboa em Junho de 1510, que não conseguimos identificar, partiu também o autor anónimo da carta ([3]), que Uzielli imagina ter sido dirigida a um irmão de Giovanni Battista Strozzi ([4]). Havia onze anos que trabalhava com Bartolomeu Marchionni, tendo-se casado com uma filhinha de Jerónimo Sernigi ([4]), de que se separa três ou quatro anos mais tarde. Utilizou todos os amigos para conseguir embarcar na frota que saiu em Junho de 1510 — diz ele —, com vista à descoberta de Malaca, Pegu e Samatra, e chegou à Índia em cinco meses. A armação do barco em que viajou orçava por 1 358 cruzados.

([1]) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, VII, p. 181.

([2]) Uzielli — *Piero di Andrea Strozzi*, p. 11 (*Memorie* cit., p. 118).

([3]) *Lettera di ... scripta in Lisbona e mandata fra Zuan Batista in Firenze e di 31 ginaro 1513 et aviso delle cose de India per la presa di Melacha citá* (B.N.Fl.) — B.R. 233, fl. CIX-v-CXX. Publicadas por Gubernatis — *o. c.*, pp. 156-161; 373-379.

([4]) *Sernisi*, que Gubernatis, lê *ser nisio*. As duas últimas letras formam nova palavra: *io stetti*, 3 ho 4 anni (fl. CIX-v-CX, p. 373). Apenas assinalamos esta, entre várias incorrecções de leitura, por necessidade de identificação do personagem.

Conta a proibição de Afonso de Albuquerque, forçando as naus comerciais a tomarem parte na consolidação de Goa, que esclarece ter ocorrido em 25 de Novembro; e não esquece o episódio da fuga e respectivo castigo e posterior participação na tomada de Malaca, sob as ordens do governador e começa por descrever «Somatra» que «é insula molto grande, et longo al mare sono signori e mori et in fra terra sono tuti gentili, molti bestiali homeni». Produz infinita pimenta, mais que na Índia. Passaram por ela, a caminho de Malaca, que ficava a 80 léguas. Narra a tomada da cidade e descreve como é «cita et riduto di tute mercantie et mercatanti di tutta la India, la quale a di la da Colocute legue 500», sendo desconhecida antes de lá aportarem os «nostri portogalesi». Habitam-na sete povos diferentes, alguns dos quais só usam um pano a tapar as vergonhas. Cavam infinito estanho e transaccionam noz-moscada, musgo, ruibarbo, sândalo branco e vermelho, escamoneia, turbite, cubebes, etc., que conduzem para a Pérsia e daí para Alexandria e Beirute, chegando-lhes muitos panos de algodão pintados. Uns que aí vão, chamam-se jaus, que ficam distantes de Malaca cerca de 1 500 léguas. Estes levam sândalo branco e vermelho, pau-brasil, arroz, vinho de palma, etc. Perto desta terra de Java, umas 80 léguas, jazem duas ilhas denominadas ilhas de Bandão, em que nasce a noz-moscada. Daí a 150 léguas, vêem-se outras, conhecidas por Malucas (*Monochi*), que produzem cravo. O capitão-mor mandou descobrir todas estas terras e espera-se, em Maio deste ano, saber alguma cousa mais *de visu*. Refere-se, evidentemente, à expedição que Albuquerque, em Dezembro de 1511, confiou, em Malaca, a António de Abreu [1]. Aponta ainda outras procedências de mercadores que iam a Malaca — os de Coromandel *(Ciaramandello)*, «alla intrata della India», que para lá transportavam as drogarias que os de Cochim aí iam buscar; os de Pegu, que trazem no membro genital quatro a cinco guizos; os de Bengala (*Banchelle*); os chinas, que são homens mais brancos que todos os outros e «bruti di viso, di bon corpo». Usam os cabelos «molti a torno sopra il capo» e arrancam a barba logo que lhes nasce. Estes conduzem a Malaca todas as porcelanas, muita seda, bons panos de rás e adamascados, inferiores aos nossos, por não saberem dar-lhes lustro. De Malaca transportam muita pimenta e outras especiarias. Malaca apenas tem uma mina de estanho, tão boa como a de Londres. Cada cântaro vale dois ducados e meio. A 40 léguas

---

(1) Admira, porém, que não saliente a presença de Piero Strozzi, seu primo, que Uzielli pensa ter ido a comandar uma embarcação (*Piero di Andrea Strozzi*, p. 15 da separata 122 das *Memorie*).

havia três minas de ouro. Por fim, narra o regresso à Índia, em que soçobrou o navio do capitão-mor, afogando-se 36 homens. Haviam ficado «per forcia», três «nave nostre», para guardar a cidade, numa das quais «il nostro Piero Strozza, nipote di nostro Lorenzo» e «Giovanni da Cambelli, figliolo di Lionardo» ([1]), quer dizer, Giovanni da Empoli. Pedia resposta por via de Pisa, pois nunca faltava portador «per ca», e por mão de Capponi.

Giovanni da Empoli, em 4 de Janeiro de 1514, ainda se conservava em Cochim ([2]), tendo regressado a Lisboa em 22 de Agosto desse ano ([3]). Tomou parte na conquista de Malaca por Afonso de Albuquerque, de quem igualmente se queixa na carta que escreveu da ilha Terceira, ao pai, em 14 de Julho de 1514, carta confusa por desordenada, a que pôs termo em Lisboa, aos 6 de Novembro ([4]). No intervalo destas datas, escreveu a Lourenço de Médice ([5]), a anunciar o retorno a Lisboa, onde soube da elevação de Giovanni de Médice ao Sumo Pontificado e do «grande esaltamento di vostro stato» — duas honras para a sua cidade de Florença. Leão X há-de recomendá-lo a D. Manuel, como veremos no capítulo seguinte. E é natural que a sugestão de Pucci não seja estranha a essa diligência. Protestando «esser noi stati sempre buoni servidori et afezionati di vostra chasa», anunciava que ia mandar ao Papa, em nau de Pisa, um pássaro morto, «bellissimo che io ho portato di Malacha». Explicava que «di la viene di piu lomgie paese che nuovamente e suto dischoperto, dove naschono li gerofani». Esse pássaro não tinha pés: «sta sempre nella *aere*, samza tochare terra e *daere* si nutrisce et in *aere* gienera li figloli sopra il chodrione — sechondo se auto notizia daquelli della terra». Também D. Manuel recebera um, «con la medesima imformazione».

([1]) *Apud* Gubernatis — obra citada, p. 160 (e p. 379).

([2]) Com essa data assina, como «feytor das naaos de malaqua de que diogo mendez de vasquo conçelos era capitam moor», recibo dos mantimentos que, para a viagem, lhe entregou o almoxarife dos mantimentos de Cochim. (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. VII, pp. 111-112).

([3]) Erra, pois, Gubernatis — o. c., p. 21 (e p. 16), que pensa ter voltado em 1512 (Ver *Arch. Stor. Ital.*, app. t. III, Florença, 1846, p. 84).

([4]) B.N.Fl. — Cód. B.R. 237, fl. 5-90 (antigo Magl. Cl. XIII, 86) e *ibd.* Cod. II-IV, 347, fl. 208-232 (antigo Cod. Magl., 564, clas. XXV). Publicada no *Arc. St. It.*, app. t. III, pp. 35-84.

([5]) A.S.Fl. — Mediceo av. il Princ., filza CXVI, n.° 405. Publicada por A. Giorgetti — *Lettere di Giovanni da Empoli*, p. 5.

Ao mesmo tempo enviava para o Sumo Pontífice um roquete de seda muito belo e «uno pezzo di ligno aloes chalambuch molto fine». Para Julião remetia uma bela adaga e outras cousas. «Algune altre chose» seguiam ainda para ele, Lourenço, acomodadas numa caixa que consignara ao Núncio, que continuava em Lisboa, oferecendo a este, um rapaz malabar, de nome António, que tornara liberto. Desculpava-se por «le cose» não serem «di quella sustamzia che meriterebono» e pedia que as considerasse como testemunhas da sua boa vontade e desejo de servir a Casa Médice. De «Chosa nuova», as classifica numa segunda epístola, de 9 de Janeiro de 1515, em que recomenda uma pretensão do pai [1]. A este, como dissemos, enviou a carta redigida anteriormente, apenas no princípio de Novembro. Havia-lhe escrito duas vezes, uma de Goa, em que também enviara notícias aos Affaitadi e a Piero Soderini, e outra em 1513, por intermédio de Leonardo Nardi, que regressara ainda nesse ano. Nesta, agora relatava, segundo repisa, a traição de que haviam sido vítimas os homens de Diogo Lopes de Sequeira.

Quando embarcou com Mendes de Vasconcelos, passou por Cabo Verde, Santa Cruz chamada Brasil, «terra fredda», cabo da Boa Esperança, Moçambique, Melinde, Goa e ilha de Angediva. Narra depois o mesmo que os nossos cronistas, sobre a resolução que Afonso de Albuquerque tomou em conselho, de os reter, para tomar Goa definitivamente, visto se esperarem os rumes, gente branca da Arménia Maior e Menor. Resolvido o caso de Goa, foi Albuquerque que empreendeu a conquista de Malaca, encontrando-se Da Empoli numa das suas naus. Chegaram ao porto de Pedir, na ilha de Samatra, «chiamata Trapobana», sendo depois um dos que Albuquerque mandou a Malaca, saber da disposição da terra e do comércio. A missão não era tão arriscada como pode parecer e sugerem alguns escritores italianos, apoiados na própria confissão de Empoli, porque, a princípio, o rei de Malaca procurou captar as boas graças do capitão-mor.

Deixemos, porém, a missão diplomática, e demoremo-nos antes no que conta ao pai: depois de descrever a cidade, fala dos juncos chineses, nossos amigos, homens brancos que vestem como nós, à maneira alemã (all'usanza alamannesca, com stivali e scarpe franzese). São de terra muito

---

[1] Id., filza CXVI, n.º 40. — Publicada *ibd.*, p. 6. — A nau chegou a Livorno e levou a caixa, que, entretanto desapareceu, segundo comunicação a Lourenço, de Florença, 30 de Janeiro de 1515, assinada por Bernardo Alamani de Médice. (Publicada por A. Giorgetti — *l. c.*, pp. 11-12).

fria, porque a maior parte das suas terras situa-se (sono sotto tramontana) em 45 a 50°, confinando com a Tartária. Prometia tornar essas terras mais patentes, no regresso, com um compêndio «di più siti e porti di terre di nuovo sono discoperte». De uma maneira geral, informava já que tudo era grandioso por aqueles lados e grandes as cidades muradas. Pululava o negócio e a riqueza. Os costumes e modos de viver divergiam dos nossos: considerava a Índia sem valor («noi alti siamo un zero: la India é la minore e più povera cosa che sia qua»), com relação ao mais. Só agora se sabia — agora que se havia descoberto tudo e tomado o pulso: cidades muradas, castelos fortíssimos, artilharia de todas as espécies como a nossa, reis com quarenta mil cavalos (giannetti) persas, etc., etc. [1].

Quebrado o encanto oriental, Da Empoli volta a descrever os preâmbulos que precederam a tomada da cidade e conta que o governador acedeu ao seu pedido de não ficar em Malaca, voltando com ele, Albuquerque, na *Flor del Mar*, em 20 de Janeiro, e Empoli, na *Trindade*. Para esta passou o governador, quando a sua nau sofreu naufrágio. No golfo de Bengala, depararam com «cafres», denominação que se dá àquela gente que habita o interior e não são circuncidados. Homens muito grandes, de lábios e queixo furados com ossos de peixe, que causavam medo só de vê-los! Usavam arcos e flechas envenenadas de ervas. Chegado a Cochim, Albuquerque desejava mandá-lo a Malaca na qualidade de feitor régio, mas esquivou-se e o governador autorizou-o a voltar a Lisboa, para onde partiu a 14 de Janeiro. Chegou a Moçambique no mês seguinte, entrando na Aguada do Saldanha a 16 de Abril. Não perde ensejo de revelar a sua erudição geográfica, lembrando que o cabo Verde, chamado Bischicci, é princípio e termo da Etiópia inferior. Os nativos são gentios, bestiais, mais que epicureus, tendo visto, entre eles, cristãos e homens muito espertos. Segundo o seu saber geográfico, comunica que se presume e julga que a Terra de Santa Cruz, dita Brasil — para onde se dirigiam, por não estar ainda bem descoberta, bem como as Antilhas de el-rei de Castela e a terra de Corte Real —, formem uma só terra com a de Malaca. A razão assentava na semelhança dos animais e de tudo o resto. E o motivo daquela dúvida provinha de a distância, o sítio e o excessivo frio não consentirem na navegação e descoberta. A alusão às tentativas de passagem pelo pólo árctico é clara. Os nativos desses lados são muito bestiais, epicureus naturais, sem cousas próprias; lutam uns com os outros para comer, furam o corpo

---

[1] *l. c.*, p. 60.

e o rosto e enchem-nos de pedras e penas diversas de papagaios. Por armas, usam arcos e flechas. Até agora não se encontrou aí mais que pau-brasil e pelarias.

Até aqui, refere-se aos habitantes da costa descoberta por Cabral, dizendo, a seguir, o que entende ser mais característico das Antilhas de Castela: há nelas ouro, como já tereis notícia, acrescenta. Volta ao cabo da Boa Esperança, recordando haver falado anteriormente da sua população, que é igual até Sofala. Há, nesta, homens industriosos e, a maior parte, mouros. Além do ouro, vendem-se aí panos de Cambaia, de seda e algodão, muito bons. Até Moçambique, Melinde, Mogadoxo, Quíloa (Mavachilve) e Mombaça, que todas são cidades muradas em terra firme, a gente é idêntica. As casas e as ruas não diferem das nossas, excepto Moçambique, que é aldeia, isto é, vila, na ilha em frente da terra firme, com grande castelo e muito boa casaria de portugueses.

Sobre a Índia torna a informar que os habitantes são gentios, isto é, idólatras e naturais da terra. O seu principal deus é Marte, e confessam que há um Deus grande, porque «*in omnem terram exivit sonus eorum*, etc.». Os forasteiros (que são a maior força), mouros de todas as espécies, que professam a lei de Maomé, com excepção da seita *Sciach Smae*, isto é, o Soffi Ismael, os quais crêem em Ali, genro de Maomé. Na terra da Índia denominada Malabar, província que começa em Goa e vai até ao cabo Comorim, cria-se pimenta e gengibre, cujos preços já deveis saber — continua Da Empoli, reportando-se às notícias das outras cartas. Para além do cabo Comorim, existem gentios e entre ele e Gael (Cael ou Cail) pescam-se pérolas. Perto, está o corpo de «S. Maso Apostolo». Mais adiante, entre a terra e o mar, encontra-se a ilha de Ceilão (*Zolan*), em que nascem canela, safiras e rubins orientais em grande abundância. É uma excelente terra, muito populosa e bem situada. Na terra firme, depois de Caile, vê-se Coromandel (*Ciurmandelle*), que fornece todo o arroz que alimenta a terra de Malaca, sendo, ao mesmo tempo, entreposto de muito comércio. Depois, vem Bengala, apenas de gentios. Fabricam-se aí panos de algodão de todas as espécies — beatilhas, *sinabaffi* (?), barreganas, *sultanpuri* (?). Também lá se produz gengibre e açúcar de cana. Mais adiante é *Martaman*, igualmente só de gentios, homens espertos em tudo e bons negociantes. Escrevem contos em livros, tal como nós. Fabricam grandes quantidades de laca, panos, etc. Segue-se *Sarnau* (Tenasserim, Sirian), onde vão os chineses vender mercadorias, como ruibarbo, musgo, damascos de seda, brocados, seda branca e de todas as cores, pérolas da China. Depois, *Pegu*, cidade populosa,

notável pelos cavalos (*cavagli*). Aí se encontram as verdadeiras minas de limoni (?) e perfeitos rubis em grande abundância. Os homens, bem constituídos, de corpo alto e largo, são muito belos e parecem de estirpe de gigantes. Usam seis e sete guizos no membro viril, uns de ouro e outros de prata. «Per questa nave», anuncia Empoli, enviava ao pai um para amostra — «per chè lo possiate mostrare».

A terra de Java ([1]) está mais adiante. Nela nascem a noz-moscada e a maça, cubebe, turbite, *calingala* (?), duas espécies de cânfora, aloés e «muitas outras infinitas espécies de drogas». A mesma árvore dá a noz e a maça. Também enviava, no referido barco, uma amostra de noz ainda verde. A seguir está *Timor*, donde se traz o sândalo branco e vermelho e, mais avante, as ilhas *Maluco*, donde vem cravo. Mandava cascas daquelas árvores, que, tal como as suas flores, eram «eccellenti».

Voltando para o norte, fica a *China*, de que se ocupa muito confusamente, como observou Schurhammer ([2]). Os seus habitantes são conhecidos por Chinas, Léquios e Gores, que é como quem diz — Flandres, Alemanha e Brabante ([3]). Enormes rios atravessam-lhe o interior. Pela notícia que deles temos tido, cidades e belíssimos castelos erguem-se de uma e outra banda dos ditos cursos de água. Navegando três meses por um desses rios, chegam à cidade principal, chamada *Zerum*, em que reside o rei dos chinas, que se intitula o Grande Cão do Cataio (il Gran Cran di Gattaio), senhor de terra vastíssima. Inflectindo à banda do sul, encontra-se Samatra, conhecida por «Trapobana». E, como já disse que nela há gentios idólatras, voltemos a Goa e de Goa pela costa até ao reino de Cambaia. Primeiro, a cidade de Acon (Golconda?), donde vêm os diamantes, e, depois, Dabul, Chaul, Surrate e outros portos e cidades nobres, de infinitas riquezas e grande comércio. A seguir Giulfar, que tem pérolas grandes em muita quantidade, Stava e Alegi (Aliga), onde se fabricam as sedas que seguem para Cosagli.

Remata a notícia geográfica com um apelo de pessoa convicta. Podeis crer: o Senhor Rei de Portugal é senhor de extremíssimas conquistas e

---

(1) Duarte Barbosa informa que dá muita pimenta, canela, gengibre, canafistula, ouro.

(2) Schurhammer — *Descobrimento do Japão*, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.ª série, vol. 1, p. 71.

(3) Curiosa esta sinonímia, neste período, desconhecida de alguns escritores modernos, como Schurhammer e Denucé.

terras e senhorios, mas muito mais no Mar, e de riquezas de todo o género, de tal forma que se pode considerar Senhor do Mundo. É o que um dia observareis por meio de um compêndio «di tutte le terre, costumi, leggi e modi di vivere, sorte di mercanzie, pesi, misure, e pregi (preços) d'esse simile genere di moneta e valuta d'esse». Levá-lo-á para Itália consigo, esperava que em breve.

Uma vez mais, regressa mentalmente a Goa, e dá notícia da partida do capitão-geral para Aden, Toro e Giudá, descreve a viagem e refere algumas terras, como o cabo de Guardafui, «che sono 20 leghe, il quale è cominciamento della Tataria dallo stretto del Mare Rosso». O estreito mede quarenta léguas de largo. Termina a viagem de Albuquerque, com a indicação da sua morte (1).

Entretanto, o seu barco atingia a Terceira, nos Açores. Estavam a 14 de Julho de 1514. Escreveu ao monarca português e outros armadores, a pedir armas e artilharia para defesa dos corsários que constava andarem pela costa de Portugal.

Informações deste género seguiam amiúde, de Lisboa para Itália, como ainda o caso do *Aviso da Lisbona, di di 15 luio 1514*, acerca do carregamento de barcos vindos da Índia (2). 20 657 cântaros de óptima pimenta, sândalo vermelho, mirabolanos e outras especiarias, carregadas em Cochim e Cananor, e pau-brasil, em Santa Cruz, no Mundo Novo, diziam da abundância do mercado dos Portugueses.

4 — Os cosmógrafos, cartógrafos e cronistas

4.1 — *Cartografia da exploração da ilha de São Lourenço.* — O interesse que os Portugueses puseram na exploração geográfica e hidrográfica da ilha de Madagáscar e mar limítrofe não tardou, como já observámos a propósito da carta de D. Manuel a Júlio II, de 25 de Setembro de 1507, e da exploração de Lopes de Sequeira, a ser reproduzida na cartografia portuguesa — forma normal de se perpetuarem as informações recolhidas, necessárias e imprescindíveis para as viagens seguintes. Depois do planisfério dito de Cantino, aparece desenhada, no de Canério, que se aproveitou

(1) Ocorrida em 16 de Dezembro de 1515 (Barros — *Déc. II*, 460; Castanheda — o. c., III, 369). Tratar-se-á, pois, de uma interpolação do copista, ou de um acrescentamento seu, muito posterior.

(2) B. N. Fl. — B. R. 233, fl. CXX-CXX-v. Publicado por Ângelo de Gubernatis, *Memória*, p. 162; *Storia*, p. 380.
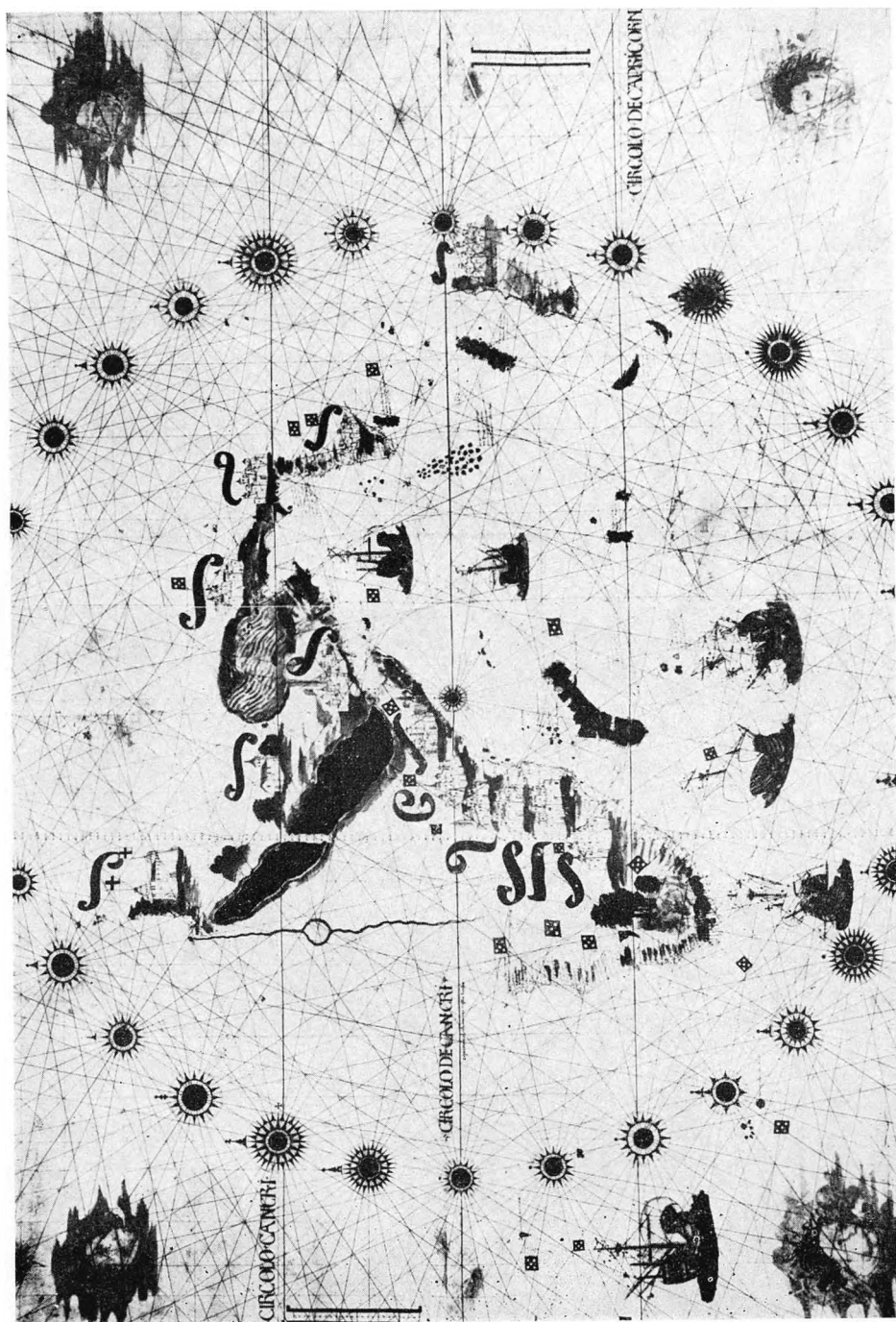
Fig. 81 — Anónimo, Jorge (?) Reinel, 1510
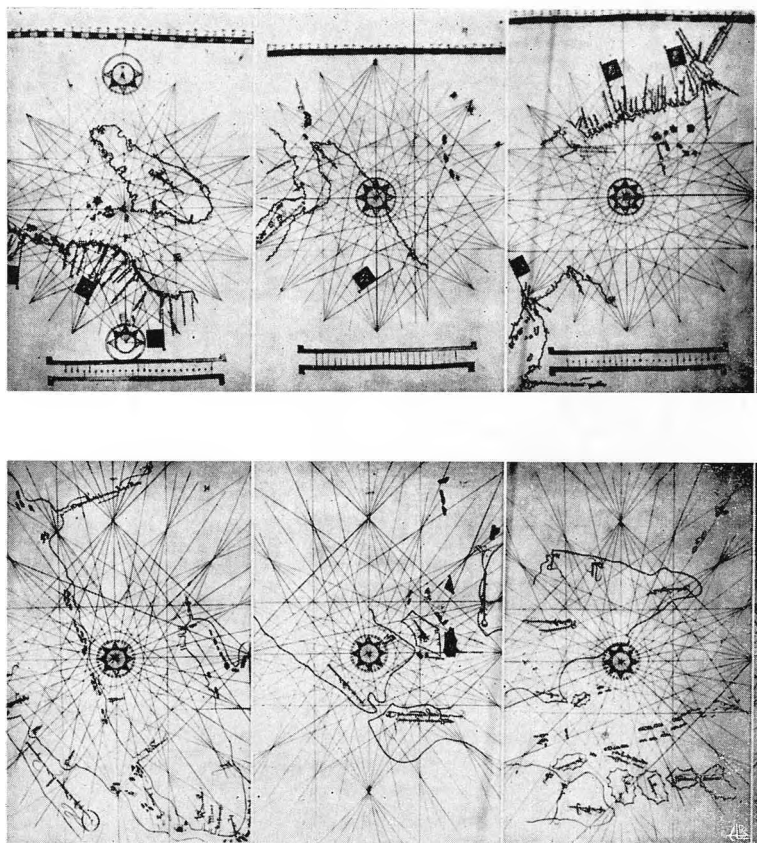
Fig. 82 — Francisco Rodrigues. 1 — Costa oriental da África em Madagáscar; 2 — Costa nordeste de África, parte do mar Vermelho e da Arábia; 3 — Costa oriental da Arábia, parte oriental do golfo Pérsico, costa ocidental da Índia, Ceilão e ilhas Lacodivas; 4 — Peninsula Malaia e parte norte de Samatra; 5 — Extremidade leste de Samatra, extremidade oeste de Java, extremidade sudoeste de Borneo e ilha Banka; 6 — Costa leste e norte de Borneo, extremidade de Java, Madura, Bali, Lombok e Sumbawa
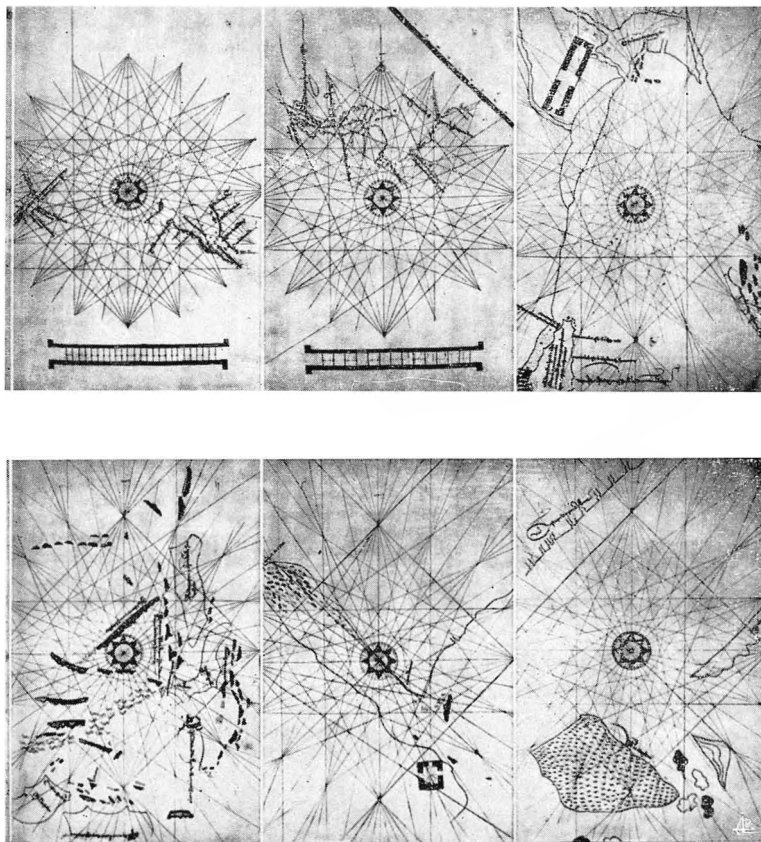
Fig. 83 — Francisco Rodrigues. 1 — Ceilão, ilhas Nicobar e estreito de Malaca; 2 — Costa nordeste de Samatra, ilhas de Linga e Banka e costa noroeste de Java; 3 — Golfo de Bengala, com parte de Ceilão e as Ilhas; Andaman e Nicobar; 4 — Parte oriental do arquipélago das Índias Orientais com as Molucas; 5 — Golfo de Tonquim, com Ainão; 6 — Parte da costa Sul da China e algumas ilhas, talvez as Filipinas
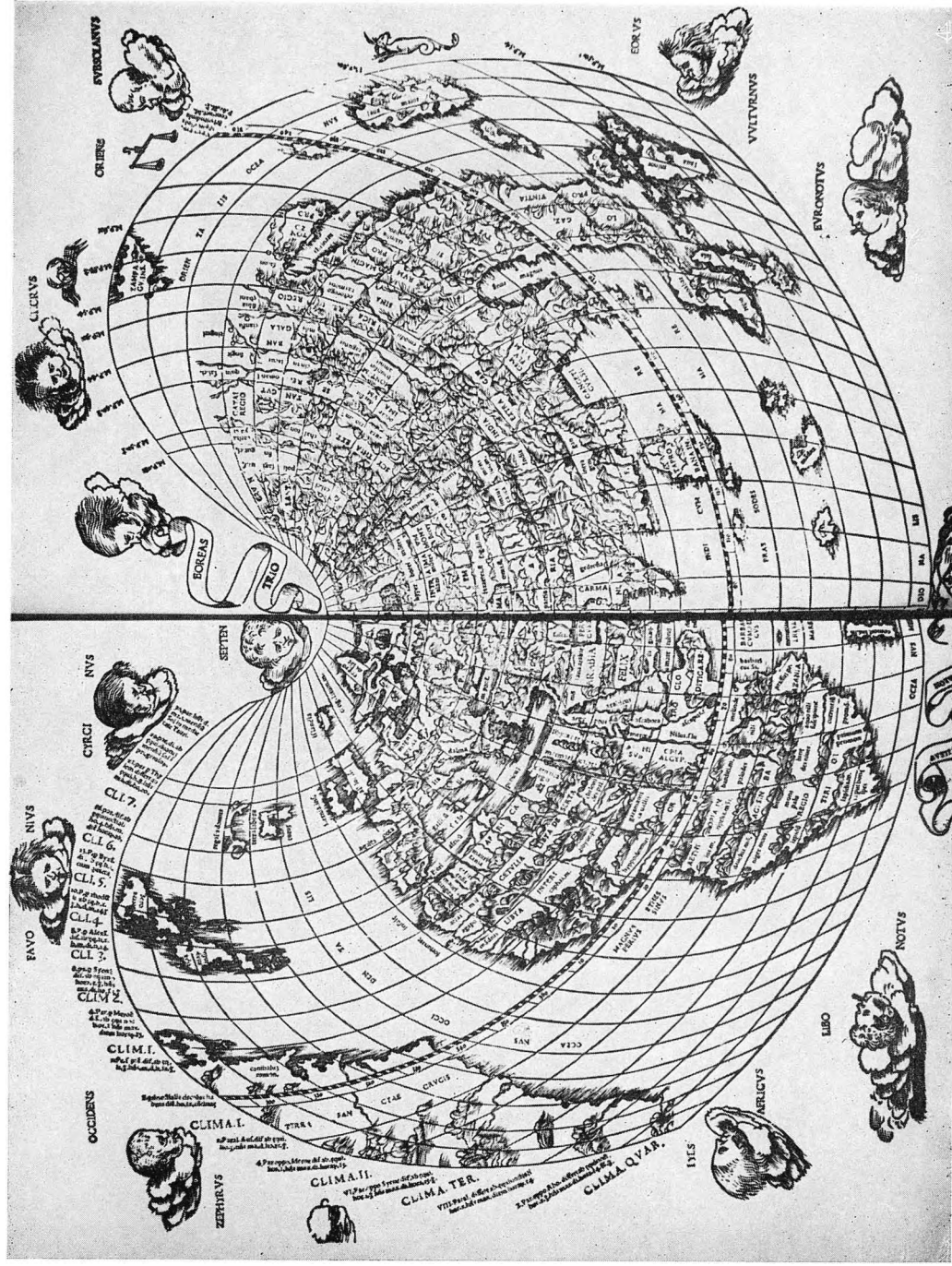
Fig. 84 — Novo-mundo da edição do Ptolomeu, dirigida por Bernardo Sylvano (Veneza, 1511). Tanto nesta, como na reedição de dez anos mais tarde, os conhecimentos das novas descobertas não são muito amplos
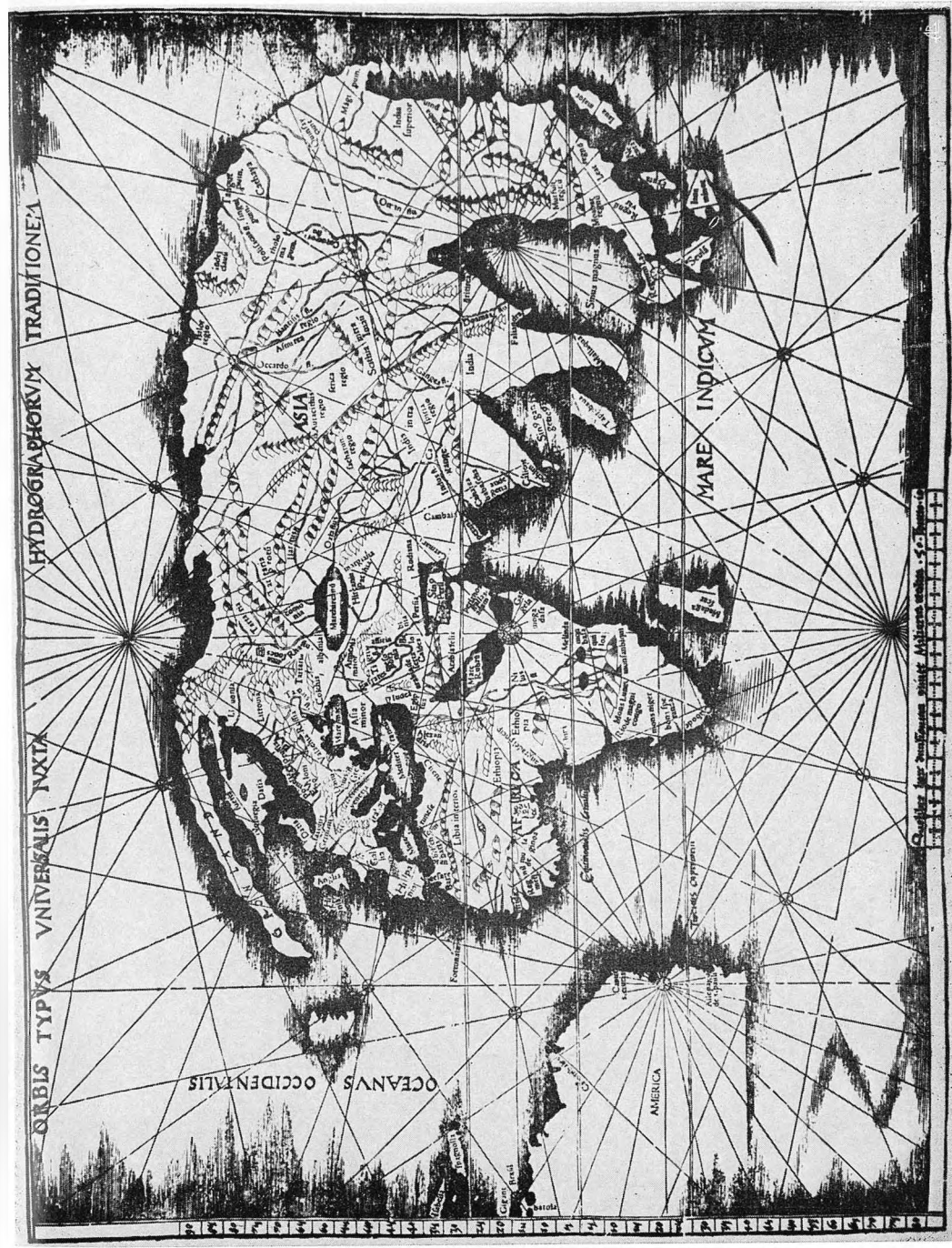
Fig. 85 — Waldseemüller — *Orbis Typus Universalis, juxta Hydrographorum traditradionem* («Mapa-mundi», segundo os hidrógrafos), publicado na edição do Ptolomeu (Estrasburgo, 1513)
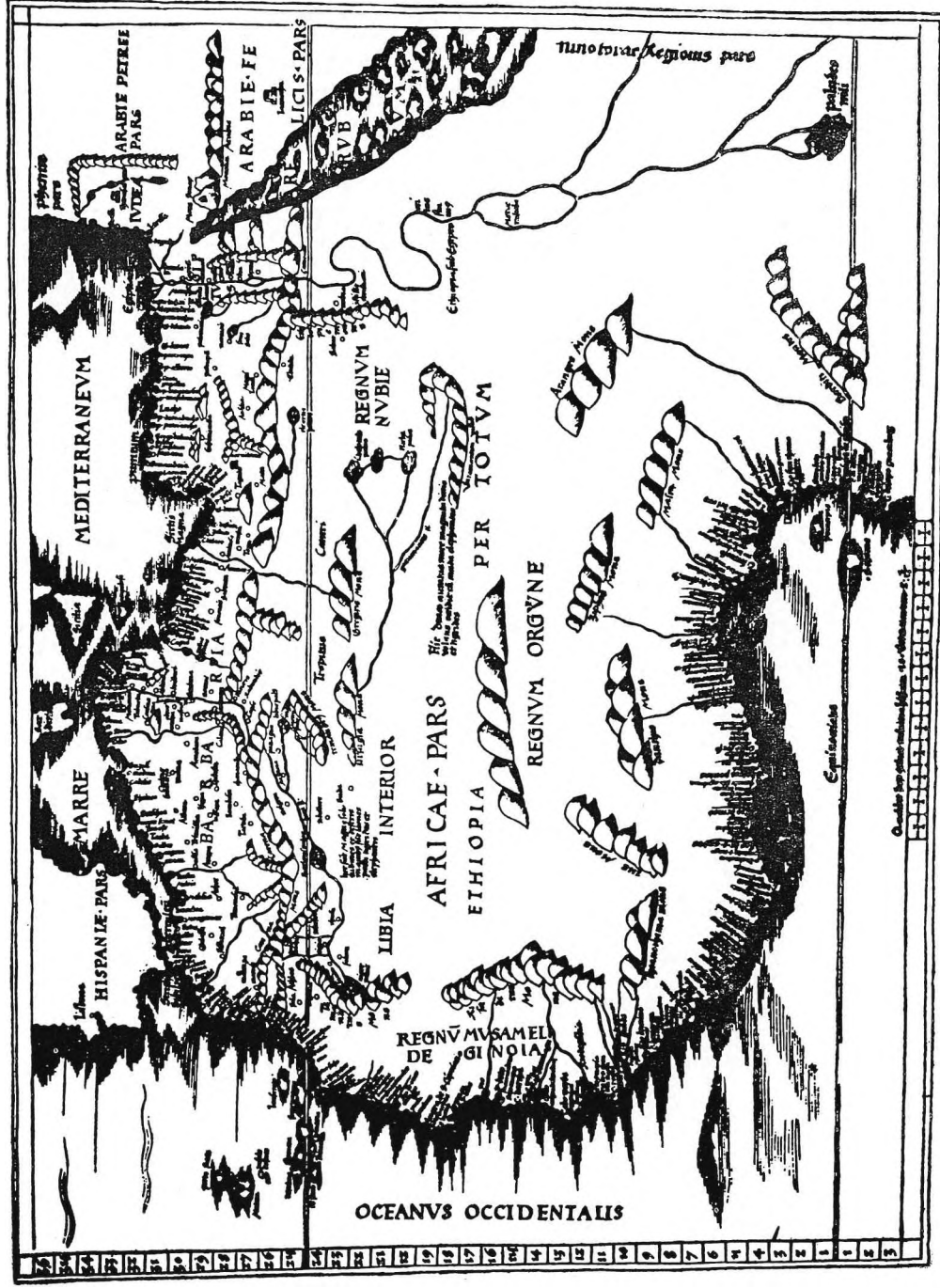
Fig. 86 — 1.ª parte do mapa moderno da África, publicado no *Ptolomeu* de Waldseemüller, Estrasburgo, 1513
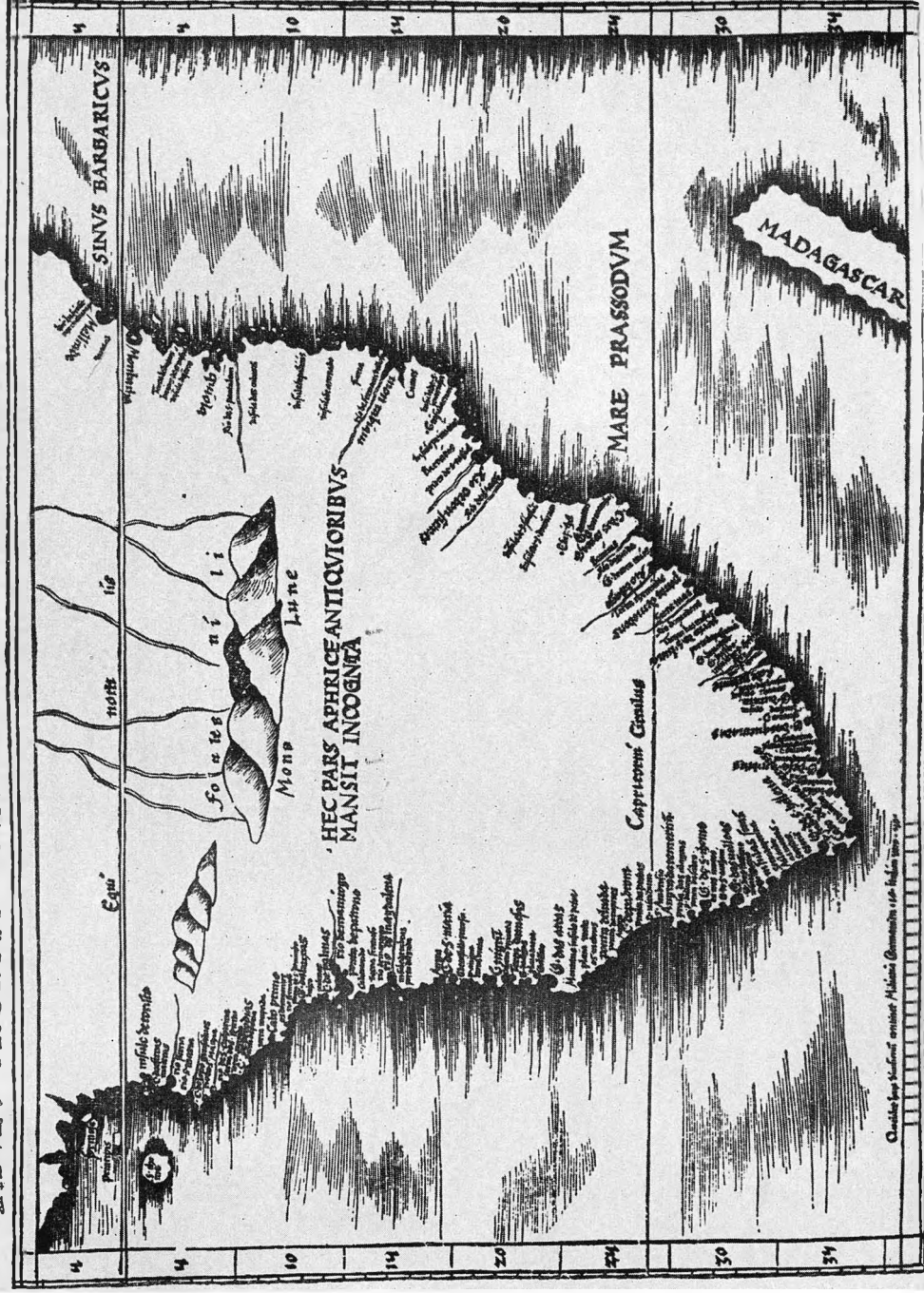
Fig. 87 — 2.ª parte do mapa moderno de África, publicado no *Ptolomeu* de Waldseemüller, Estrasburgo, 1513
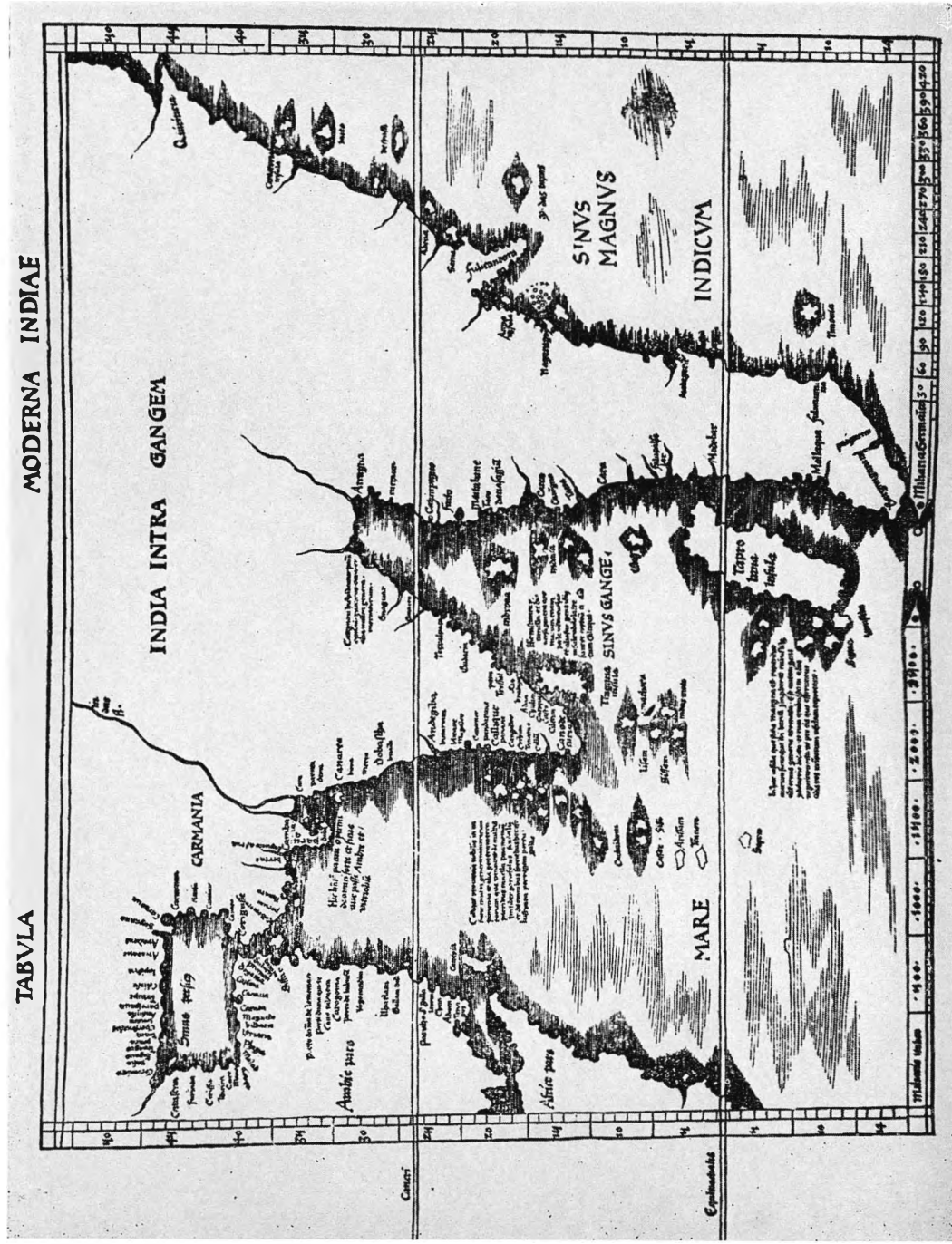
Fig. 88 — Mapa moderno da Índia, publicado na *Geografia* de Ptolomeu. (Waldseemüller), Estrasburgo, 1513

das mesmas informações do reconhecimento topográfico de Tristão da Cunha, a que ajuntou o que leu em Marco Polo, colocando-a quase unida a Zanzibar, mas em posição certa NNE-SSO, com a designação de Madagáscar, ao mesmo tempo que acrescenta a de Comorbunam, corrupção evidente da de Cantino.

Só no mapa conhecido por Egerton 2803 (c. 1508) Madagáscar aparece bastante longe da forma fantástica, posto que ainda longe da realidade, ostentando nomes da expedição de 1506. No ano seguinte, os Portugueses abalançaram-se a entrar no porto de Matatana, em busca de cravo, gengibre, «por andar esta fama na boca dos mouros e opinião dos nossos» ([1]). Esta insistência em desvendar a terra malgaxe foi convenientemente aproveitada pela cartografia seguinte.

Desde 1939, conhece-se o portulano português que então se traçou, hoje guardado na biblioteca ducal de Wolfenbüttel ([2]). Alberto Kammerer rotula-o de *le Portulan anonyme de Wolfenbüttel 1510*, preferindo esta data a 1509, que Richard Uhden lhe assinala, como diremos no parágrafo seguinte.

Dois títulos de glória sobrepujam as vantagens que nele se possam topar, sobre os demais mapas seus contemporâneos: a de ser, como veremos adiante, a mais antiga carta do oceano Índico e a de já dar à ilha de São Lourenço uma forma aproximada da real, inscrita nas suas próprias coordenadas. Observam-se até as suas numerosas baías, profundas, se bem que exageradas, na costa noroeste, e o cabo de Santo André, a baía de Antongil e a costa razoàvelmente rectilínea da região sueste. «Ce tracé ne peut être que le produit des informations parvenues au cartographe sur les voyages de Tristan da Cunha et de Lopo Soares» — assevera Kammerer, ao mesmo tempo que adverte serem informações incompletas, visto as costas continuarem virgens de nomenclatura, com excepção de *aguada dantam gonçalves* ou baía de Antongil ([3]), dada na viagem de Francisco Soares, em Fevereiro de 1506.

O aperfeiçoamento do traçado e o aumento da nomenclatura que esta carta inicia prossegue nos mapas seguintes, alguns dos quais, de datas possìvelmente dentro do nosso período, mas que, por diversos respeitos, não interessa desenvolver. É o caso, por exemplo, do cartão de Francisco

---

([1]) Barros — *Déc. II*, p. 42.

([2]) Revelado por Rich. Uhden — *The oldest portuguese original chart of the Indian Ocean A. D. 1509*, in *Imago Mundi*, 1939, pp. 8-11.

([3]) Antongil é a contracção de Antão Gonçalves, que se abreviava *gllz*, o qual foi o capitão de um dos navios da frota de Soares (Kammerer — o. c., p. 543).

Rodrigues (1512-1514), que a traçou com extraordinária exactidão, para a sua época ([1]), mas que não consta ter ultrapassado as fronteiras pátrias.

4.2 — *O Índico e o Arquipélago Indonésio, em cartas portuguesas (Jorge Reinel e Francisco Rodrigues)*. — A segunda década do século XVI, além de assinalar a presença efectiva nos mares do golfo de Bengala e do Arquipélago Indonésio, proporcionou-nos cartografia notável dessas águas. De um dos Reinéis, possìvelmente de Jorge, como opina Armando Cortesão, conhece-se uma carta que se pode datar de 1510, conforme dissemos, há três séculos guardada na Herzogl August Bibliothek, em Wolfenbüttel ([2]), como vimos atrás. Tudo leva a crer que também provenha da herança de Peutinger, tendo sido mais tarde adquirida pelo duque Augusto, de Brunsvich-Wolfenbüttel (1579-1666), coleccionador desse precioso recheio bibliográfico.

Segundo Uhden, «é um dos mais antigos e valiosos documentos originais da cartografia portuguesa, ainda existentes», que, como advertiu Kammerer, constitui «o mais antigo portulano do oceano Índico, traçado segundo os levantamentos dos pilotos», não conservando quase nada dos dados fantasistas de Ptolomeu ([3]), com excepção apenas da península oriental da Malásia.

Figura o continente africano, desde o rio de Manicongo, o mar Vermelho, o golfo Pérsico e o oceano Índico, com parte da Índia, Malaca e ilhas várias. As legendas revelam o estado de conhecimento do Oriente nos meios oficiais portugueses e determinam a data da carta. Uma delas recorda que na ilha de Diu foram destruídos os Rumes por D. Francisco de Almeida, facto ocorrido em Fevereiro de 1509. Uma outra salienta que «a muyto populosa e nobre e rica cidade de Malaca» ainda não fora descoberta pelos Portugueses, o que quer dizer que Diogo Lopes de Sequeira ainda lá não tinha chegado. Estava-se, portanto, cerca de Setembro de 1509 ou, melhor, de 1510, que foi quando as notícias desta viagem entraram em Lisboa ([4]).

---

(1) Kammerer — *La Découverte de Madagascar*, p. 614. — Ver aí outros cartógrafos.

(2) Publicada por Richard Uhden — *The Oldest Portuguese Original Chart of the Indian Ocean, A. D. 1509*, pp. 8-9; Kammerer — *La Mer Rouge*, t. III, partie III, estampa CLXVIII; *P. M. C.*, I, estampa 9.

(3) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, pp. 29-31.

(4) A. Kammerer — *L'Art d'identifier et dater les portulans anonymes du XVIe siècle*, in *Bulletin du Comité des Travaux historiques*, 1943, citado pelo autor, em *La découverte de Madagascar par les Portugais et la cartographie de l'ille (1500-1667)*, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, Lisboa, Setembro-Outubro de 1949, p. 612.

A ilha de Samatra («a muyto homrrada e muyto rica ilha de Camaroto») aparece com esse nome, pela primeira vez (1). Da ilha de Ceilão («rica ilha de Seilam»), «vem toda a canela deste mar yndico». Junto a um grande arquipélago indefinido («ho grande arcipelago»), dá a perceber a pouca frequência dos navegantes por essas paragens: «faz gram temor, por nom se saber ate honde vam ter estas ilhas». Numa outra ilha da parte do sudeste do mapa (decerto as Molucas, apesar de mal colocada), revela-se que «nesta ilha nace todo o cravo».

Além de a representação do oceano Índico exceder a do mapa de Cantino — daí a razão do juízo referido de Kammerer —, Madagáscar aparece correctamente situada, registando outras ilhas, até aí desconhecidas da cartografia europeia. A nomenclatura é abundante, sobretudo nas duas costas africanas. A legenda da ilha de S. Lourenço reproduz os produtos da terra — gengibre e prata — e coloca a «muyta gente» da terra a habitar em «povoroações de casas palhacas». Noutras ilhas assinala-se a existência de prata, «segundo dizem os mouros» e «os de Mocanbique», naturalmente também mouros.

Em fins de 1512 ou cerca de 1513, e não em 1529-1531, como supõe o visconde de Santarém, que esquece a viagem de António de Abreu — Francisco Serrão de 1511-1512, às ilhas das especiarias, desenhou o cartógrafo Francisco Rodrigues, também incorporado na expedição, sendo ainda jovem (2), «a mais antiga representação cartográfica conhecida da Insulíndia», que hoje se conserva na Biblioteca Nacional de Paris (3). Os estudiosos da história da cartografia não se cansam de elogiar o *Atlas* de Rodrigues, sublinhando, por exemplo, E. C. Abendanon, citado por Cortesão, que ele encerra excelente conhecimento da geografia do arquipélago das Celebes, não apenas maior, em larga escala, que o dos seus contemporâneos, mas até muito mais perfeito do que poderíamos esperar, daquela época (4).

Na viagem que empreendeu depois da tomada de Malaca, por ordem de Albuquerque, ia encarregado de levantar a carta das Molucas, quer

---

(1) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, p. 30.

(2) «... homem mancebo... de muy boom saber e sabe fazer padrõees...» (Afonso de Albuquerque — Carta a el-rei, de 20 de Agosto de 1512, in *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, p. 68).

(3) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, 2.° vol., p. 128. Reprodução em *P. M. C.*, I, estampas 34, 35 e 36.

(4) Ver também H. Winter — *Francisco Rodrigues Atlas of ca. 1513* in *Imago Mundi*, VI, Stockholm, 1949, pp. 20-26.

por meio de experiência pessoal, quer servindo-se de mapas que encontrasse como aquele, com letras javas, a que alude Afonso de Albuquerque, na carta já considerada, de 1 de Abril de 1512.

Escusado seria frisar que estes dois espécimes que apresentamos, de cartografia portuguesa dos cinco primeiros anos desta segunda década, não passam de uma parte da produção realizada, que a inclemência do tempo e a incúria dos homens não conseguiu destruir. Felizmente, porém, ela é deveras representativa e porventura bastante para avaliar a sua importância. Aceitando a escassez de mapas deste quinquénio, temos de reservar para os anos seguintes o período áureo da cartografia lusitana.

4.3 — *Edições de Ptolomeu: de Bernardo Sylvano (1511); de Waldseemüller (1513); e de João Verner (1514).* — O atraso em que se encontram tantos geógrafos deste período não mostra, como pode parecer à primeira vista, que as notícias não corriam mundo. O que há a registar é uma aceitação tímida e sem coragem para largar os conhecimentos antigos. Na verdade, tratava-se de descobrimentos de que se falava e, por conseguinte, havia divulgação. O que faltava era confiança nesses descobrimentos e, muitas vezes, divulgação ilustrada e bem concreta nas suas coordenadas.

É o que se apalpa, uma vez mais, nesta edição de Ptolomeu, organizada por Bernardo Sylvano, que em 1511 reedita, em Veneza, a célebre geografia do Alexandrino, com o título sugestivo de *Liber Geographiae cum tabulis et universali figura et cum additione locorum quae a recentioribus reperta sunt* [1]. Dez anos mais tarde, reeditou-se em Veneza esta mesma obra, tão a *mesma* que se lhe não acrescentaram novos conhecimentos geográficos, como se os Portugueses e os Espanhóis, neste entrementes, tivessem ficado parados [2]. Censura o editor Fr. Marco Benevenuto por não ter emendado Ptolomeu, mas coloca-se mais em posição de filólogo e crítico de textos do que como geógrafo. Sylvano não vai, sequer, apostilar a geografia ptolomaica, servindo-se das descobertas portuguesas e espanholas. Uma vez mais aparecerá a público o texto íntegro de Ptolomeu, seguido das novas que conseguiu haver ou das que julgou seguras e claras. Embora nas anotações à 4.ª tábua de África já advirta

[1] B. N. Pa., Rés. g. G. 5 e Smith-Lesouef, Rés. 38 — Reedição fac-similada: *Claudius Ptolomeu Geographia*, Venice, 1511. With an introduction by R. A. Skelton, Amesterdão, 1969.

[2] Claudii Ptholemaei Alexandrini *Liber Geographiae cum tabulis* (...), Venetiis, 1521. — B. N. Md. — B. A. 6277.

o leitor de que os Lusitanos são dignos de eterna glória, por terem, nos últimos anos, explorado os mares desconhecidos, e proporcionado, aos seus contemporâneos e aos vindouros, «o alegre conhecimento de cousas novas» e de terras ignoradas — é na *Anotatio in 6^{am}. Asiae tabulam* que mais desenvolvidamente aproveita esses conhecimentos, conservando, no entanto, logo no título, topónimos velhos como *De Carmania*. Aliás, as notícias narrativas não são muito extensas: Os Lusitanos, os mais sabidos de todos os navegadores, ousaram sulcar o oceano meridional e atingiram a Carmânia, onde encontraram o famigerado empório de Calecute.

É certo que adere incondicionalmente às informações dos Portugueses (... *nos, eorum relatibus non minusque antiquorum dictis inherentes)*, a respeito do prolongamento pelo Índico, da parte austral da Carmânia. Confessa mesmo, ainda a propósito dessa correcção geográfica e especificando os nomes dos antigos, seus patronos, que acredita tanto na autoridade de Estrabão e Arriano, como na certíssima navegação dos Portugueses. Por isso, enquanto a gravura da 4.ª tábua, da África, se conserva antiga (apenas se topam os topónimos modernos de *Caput Bonae Spei* e Melinde), a 6.ª, da Ásia, já inclui Mangalor, Cananor, Calecute e Cochim. No mapa-mundo vêem-se quatro topónimos da viagem de Bartolomeu Dias [1]: monte Negro (*Niger mons*), monte dos Padrões (*Lapidum*), monte do Padrão (*Lapidis mons*) e cabo da Boa Esperança; três da expedição de Vasco da Gama: cabo Primeiro (*Primum Promontorium*), cabo das Correntes (*Currentium promontorium*) e Melinde. Das viagens endereçadas para Ocidente apenas regista: Terra de Santa Cruz (e não Peru!), Espanhola e Cuba, entre aquela e a Terra dos Lavradores (*Terra Laboratorum*). Pensa Fumegali que esta carta, por representar os três referidos nomes do hemisfério ocidental, «é del più gran valore per la cartografia americana» [2]. Exagera, evidentemente, pois, como notou Giulia Zazo, serviu-se do mapa-múndi de Hamy, não só para traçar a costa oriental de África, a forma geral do continente e das ilhas do Atlântico setentrional, como também da Índia ocidental e direcção da costa da América do Sul [3]. Com efeito, Sylvano limita-se a traçar estas novas terras em forma de ilha, «senza cercar di risolvere il problema del loro

---

[1] Giulia Guglielmi Zazo — *Bernardo Silvano e la sua edizione della geografia di Tolomeo*, in *Rivista geografica Italiana*, Firenze, ano 33, 1926, p. 31.

[2] Giuseppe Fumegalli — *Bibliografia degli scritti italiani o stampati in Italia sopra Cristoforo Colombo*, Roma, 1893, p. 90.

[3] Id. *ibd.*, p. 45. — Ver também Harrisse — *Découverte et Évolution Cartographique de Terre Neuve*, cit.

ipotetico congiungimento com l'estremità nord-oriental dell'Asia», deixando, por isso, indeterminadas as suas costas.

Caraci não discorda de Harrisse (1), quando este afirma que Bernardo Sylvano ignora os progressos cartográficos efectuados pelos Portugueses (2). Mas já Carlos Sanz supõe que «la primeira alusión a los descubrimientos de Corte Real en un mapa impreso, la encontramos aqui, subrayada «Regalis Domus» (en lugar de Tierra de Corte Real)» (3).

Como bom italiano, foi Calecute que lhe despertou mais a atenção, uma vez que, apesar de Marco Polo já colocar *Colacuth* na Índia, *intra Gangem*, reina grande confusão e incerteza na Idade Média, acerca da sua localização e da extensão da Índia (4). E é a respeito da Carmânia que ele próprio declara afastar-se conscientemente de Ptolomeu, apenas para se conformar com a verdade, alcançada pelos únicos navegadores que atingiram o oceano Índico. Demais, Sylvano sossega a consciência com a reflexão de que o próprio Ptolomeu, se fosse vivo, não desaprovaria a sua atitude, visto que, no 1.º livro de *Geografia*, adverte ser preferível acreditar na experiência dos mais modernos. Contudo, para não tocar na descrição nem nos números do Alexandrino, acrescenta um quadro de números deixados por Estrabão e Arriano, em confronto com os achados pelos Portugueses.

A nova península desenhada por Sylvano estende-se, como sublinhou Giulia Zazo, entre 20º (*Mulierum portus*) e 12º 30′ *(Alambater promontorium)* da latitude norte. A sudoeste aparece a ilha de Carane (nome tirado de Arriano) que «non è certo da identificarsi con Ceylon».

Na costa ocidental lêem-se apenas alguns dos topónimos principais, modernos, já referidos, de mistura com os antigos, porque Sylvano viu-se impossibilitado de proceder ao trabalho de identificação, assinalando a própria *Carmânia*, como o primeiro ponto que não sabe congraçar com os conhecimentos modernos. Por isso, recorreu, possìvelmente ao mapa de Contarini, impresso por Rosselli em Florença, no ano de 1506, a que alu-

---

(1) Harrisse — *The Discovery of North America*, pp. 250-251.

(2) G. Caraci — *Di un atlante poco noto di Vesconte Maggiolo* in *La Bibliofilia*, vol. 39 (1937), p. 29, nota.

(3) C. Sanz — *La Geographia de Ptolomeu*, p. 118.

(4) Essa imprecisão topográfica persistiu por muito tempo. Para só citar italianos, Marco Polo dividiu a Índia em Maior, Menor e Média; Nicolò di Conti e Fr. Mauro, em primeira, segunda e terceira; Oderico da Pardenone, em superior, inferior e interior; Marino Sanuto, em inferior, grande e pequena; Andrea Bianco, em superior, média e menor.

dimos atrás. Como verificou Giulia Zazo, «la penisola di *Carmania* con Chananor, Calicut, Cocin, ecc. ha forma, posizione e proporzioni affatto simili al disegno silvaniano».

Dois anos mais tarde, em 15 de Março de 1513, estampou-se nova edição da *Geografia* de Ptolomeu ([1]), que abre com prosa de João Francisco Pico de la Mirandola, datada de 1508, seguindo-se dedicatória ao imperador Maximiliano, de dois eclesiásticos da cidade, tendo sido impressa por João Schott, em Argentina (Estrasburgo). É esta a edição preparada pelos geógrafos de Saint Dié que, depois de apresentarem o texto e os velhos mapas ptolomaicos, inserem uma segunda parte, com novo frontispício: *In Claudii Ptolemei Supplementum, modernior lustratio terrae marisque singulae positionibus certissimis regulatius tradens ad saeculi nostri peregrationes*.

Dois cuidados presidiram a esta nova edição de Ptolomeu: fornecer texto mais correcto da geografia do Alexandrino e proporcinar, ao mesmo tempo, leitura saborosa, quer de terras ùltimamente descobertas, quer de maravilhas fabulosas contadas pelos escritores clássicos. A última parte deste propósito, se não pertence aos organizadores da edição do Ptolomeu, que completaram com um suplemento de geografia moderna, é, pelo menos, de responsabilidade do editor ([2]). Mais provável, no entanto, de Francisco Pico de la Mirandola, como supõem Harrisse e Carlos Sanz ([3]).

Atribui-se ùltimamente a Waldseemüller a elaboração do Ptolomeu de 1513, em trabalho conjunto, com Ringmann ([4]), o único homem de St. Dié que nele traz o nome expresso — possìvelmente sob a direcção de Walter Ludd ([5]). Reuniram-se três referências documentais que depõem a favor da sua intervenção que, deste modo, se não pode mais pôr em

---

([1]) Claudii Ptolemei viri Alexandrini (...) *Geographiae opus novissima traductione e Graecorum archetypis castigatione pressum* (...) *Pars secunda moderniorum lustrationum viginti tabulis.* — Colofon. Argentinae, MDXIII, Marcii XII, industria Ioannis Schottis. (B. N. L. — C. 152-v). Reedição moderna fac-similada: Claudius Ptolemaeus *Geographia*, Strassburg, 1513. With an introduction by R. A. Skelton, Published by Theatrum Orbis Terrarum Ltd., Amesterdam, 1966.

([2]) Ver a Dedicatória ao Imperador, datada de 15 de Março de 1513.

([3]) Harrisse — *The discovery of North America*, p. 442; C. Sanz — *La Geographia de Ptolomeo*, p. 129.

([4]) Vignaud identifica Philesius com Ringmann e assevera que lhe não pertence a tradução, mas simplesmente a revisão da antiga versão de Jacques Ângelo (o. c., p. 270). — Gallois julga, porém, que o trabalho cartográfico é obra de Waldseemüller. (*Améric Vespuce et les géographes de Saint* Dié, p. 13).

([5]) R. A. Skelton, *Introduction* à edição fac-similada, cit.; Vignaud — o. c., p. 268.

dúvida. Receamos, porém, que ela não tenha perdurado até ao aparecimento do volume, tornando-se, deste modo, e em qualquer caso, difícil determinar a sua quota-parte. Na apresentação da obra dá-se conta aos leitores da demora que várias causas impuseram à organização da edição, nomeadamente o cuidado, e... desinteligências entre os que nela trabalhavam (1). Ainda era vivo o duque Renato da Lotaríngia (m. 1508), havia seis anos que se dera início à tarefa. A tipografia de Ludd passou toda para o impressor João Schott, de Estrasburgo. Foi então que Ezler e Ubelin resolveram dar à luz o Ptolomeu que Ludd e Waldseemüller haviam preparado (2).

João Francisco Pico de Mirandola, «dominus concordiaeque», ostenta erudição greco-latina e alude à tradução de Filésio, que ele forneceu para esta edição de Estrasburgo. Em estilo grandíloquo, deixa breve referência às terras ignoradas, quer por Ptolomeu quer por outros escritores, descobertas nos nossos dias, pela marinha portuguesa, que, desde Lisboa, deixando para trás os verdes campos pátrios, sulcou o mar proceloso e percorreu os reinos do Atlântico até à Índia.

Pensa Skelton que esta nova edição da *Geografia* de Ptolomeu marca uma reviravolta na geografia renascentista, mas não vamos crer que o seja pela entrada que dá às novas noções geográficas. Carlos Sanz considera a segunda parte «como el primer Atlas moderno del Mundo», «con mapas de todas las regiones del globo, para cuya confección se pudo obtener los más recientes informes geográficos» (3). Atlas, foi, certamente o primeiro, enfermando, no entanto, da circunstância de os mapas terem sido provàvelmente gravados entre 1505-1507 (4).

A modernidade do Ptolomeu de 1513 começa onde acabam o texto e os mapas do geógrafo alexandrino, tomando adequadamente esta nova porção do volume o título de *In Claudii Ptolemei Supplementum*. Como suplemento, constitui «pars secunda» (5) que «modernior lustratio terrae marisque singula positionibus certissimis regulatius tradens ad saeculi nostri peragrationes». Entre os títulos que, no resto da obra, à maneira de índice, chamam a atenção do leitor para as excelências da matéria versada, destacamos o 1.º: *Hydrographia sive Charta marina continens typum Orbis uni-*

(1) Sobre este ponto, ver C. Sanz — *o. c.*, pp. 129-130.

(2) Vignaud — *o. c.*, p. 269.

(3) C. Sanz — *o. c.*, pp. 126 e 129.

(4) Id., *ibd.*, p. 129.

(5) Ptolemae Geographiam prima parte clausimus operis: ut incorruptior et selecta stet antiquitas sua — esclarece no *Ad lectorem*.

versalem iuxta Hydrographorum traditionem; o 2.º: *Oceani occidentalis seu Terrae novae;* os 12.º e 13.º; *Duae particulares tabulae Aphricae ex Chartis Portugalensium sumptae;* o 16.º: *Indice maris accolas* e o *Tractatus de variis moribus et ritibus gentium, nominumque localium et gentium declarationibus per 61 capita distributus* que, como recorda D'Avezac, foi tirado das edições de Ulm e de Roma e tem por autor, «comme on sait, le benedictin allemand, Dom Nicolas Hahn (?)» (1).

Antes de mais, importa notar que apenas figuram as três clássicas divisões do mundo, não considerando a América como quarta parte. A renovação, que se introduz nesta segunda parte, respeita mesmo, como se acentua no *Ad lectorem,* à Europa, em que, por exemplo, se modificaram os nomes, como as duas Panónias, agora chamadas Hungria e Áustria, e a Samácia ou Sauromácia, hoje conhecida por Polónia, Rússia, Prússia, Moscóvia e Lituânia. Mera «transmutatio vocabulorum».

Existem, porém, outras alterações mais profundas, de carácter científico, como se verá na explanação da tripartição do orbe. Em especial, menciona-se a *Charta Marina quam Hydrographiam vocant,* «lustrata» por um certo almirante do rei de Portugal, Fernando e outros. Tem-se procurado adivinhar a forma exacta da frase, que tanto pode admitir a substituição de Portugal por Castela, como Fernando por D. Manuel. (2). Preferimos esta última interpretação, por se nos afigurar mais fácil o lapso do nome do rei do que o do país. Podia, com efeito, ignorar-se o nome do monarca que presidia ao extraordinário movimento marítimo que revolucionara o comércio e a náutica da Europa, mas nunca se hesitaria a respeito do povo empreendedor. A circunstância do emprego do vocábulo *Almirante,* que se pretende atribuir a Cristóvão Colombo, se não convier a Vasco da Gama, pode não significar mais que chefe de armada — capitão ou capitão-mor, como entre nós mais vulgarmente se dizia (3).

Logo após a apresentação da obra ao leitor do *In Claudii Ptolomei Supplementum,* encontra-se o planisfério *Orbis Typus universalis iuxta Hydrographorum traditionem,* em que nos fere a atenção, primeiramente,

---

(1) A. D'Avezac — *Martin Hylacomylus Waltzemüller,* cit. p. 154.

(2) Ver A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos,* I, pp. 115 e segs.

(3) O visconde de Santarém, Harrisse «y otros» entre os quais C. Sanz (o. c., p. 126) supõem tratar-se de Colombo e, por isso, substituem Portugal por Espanha. Esta circunstância serve para alguns escritores atribuírem a Colombo a autoria do Planisfério. Mas que necessidade há de aventar hipóteses, quando se sabe, pela reedição de 1522, que Martin Waldseemüller é o autor dos novos mapas? (C. Sanz — o. c., pp. 127 e 149).

uma Gronelândia muito estendida para ocidente, a ultrapassar a parte norte da Grã-Bretanha e a aproximar-se de um esboço de terras que figuram a Terra Nova, com manifesta hesitação [1]. Mais baixo, as ilhas Isabela e Espanhola e uma terceira sem nome, antecedem a configuração de uma costa incompleta, que tanto poderia ser do continente como da ilha. Na parte oriental, que fica em frente de África, lêem-se apenas dois topónimos, o primeiro dos quais, cabo de Santa Cruz.

Junto ao continente africano, estão uns pequenos círculos com o nome de Canárias. A costa de África apresenta a forma bastante próxima da realidade, mas pràticamente despovoada de toponímia. Com efeito, acima do equador, apenas se encontra um rio com a designação de C. Verde, o *Regnum Musameli de Ginoia*, o rio do Lago e a angra do Príncipe. No equador, *C. lupi* e, a seguir, o rio de Manicongo, monte Níger e cabo da Boa Esperança. Na costa oriental, que tem em frente a ilha de Madagáscar, aparece o rio do Lago, Moçambique (*Monsabique*), Quíloa, Mombaça, Mogadoxo, Gargea (?).

No oriente, o contorno da Ásia estabelece, conforme adverte L. de Albuquerque, «um compromisso entre as antigas tábuas atribuídas ao geógrafo alexandrino e os conhecimentos de data recente adquiridos sobre a região» [2]. A Arábia, a Índia e Indochina encontram-se mais ou menos bem desenhadas, não faltando, porém, a quarta península ptolomaica. Neste ponto, pode-se ter guiado por Cantino, para incluir nomenclatura moderna, depois de deixar a Carmânia junto do Golfo Pérsico, e Cambaia, ao entrarmos na Península Indostânica, onde apenas se encontram Canarea, depois do Indo, Vobasta, «Andegiba», Cananor, Calecute e Cochim. Aliás, como acentua L. de Albuquerque, das três cartas de Waldseemüller, é esta a que mais perto segue a configuração do planisfério de Cantino [3]. No sino gangético está uma ilha sem nome, junto à costa oriental do Indostão, e a Taprobana, mais próxima da península de Malaca, onde se lê «*Mallaqua*» e *Bargimgapara* (Singapura). A última península, que, com a anterior, forma o Sinus Magnus, não tem interesse, nem tão-pouco as cinco ilhas que acompanham a costa oriental.

No que respeita às cartas individuais de cada parte do mundo, o mapa da Terra Nova prolonga para norte a costa americana esboçada no

---

(1) H. Harrisse — *Découverte et Évolution Cartographique de Terre-Neuve*, cit., p. 102, nota 1.

(2) L. de Albuquerque e J. Lopes Tavares — *Algumas observações sobre o Planisfério «Cantino»*, p. 28.

(3) Id., *l. c.*

Orbis Typus e multiplica no *Oceanus occidentalis* as ilhas das cercanias da Isabela e Espanhola e os arquipélagos em frente de Portugal e da África até ao cabo Verde (Açores, Madeira, Canárias, Cabo Verde). A costa brasileira começa em S. Roque e continua por Santa Maria da Graça, monte de S. Vicente, Santa Maria da Arrábida, cabo de Santa Cruz, S. Miguel, rio de S. Francisco, serra de Santa Maria de Graça, Porto Real, monte Fragoso, baía de Todos os Santos (*Albatia omnium Sanctorum*), rio de Santo Agostinho, rio de Santa Helena, Porto Seguro, rio do Brasil, monte Pasqual, rio de Santa Luzia, serra de S. Tomé, povoação de S. Paulo (Pagus S. Pauli), «rio da refens», pinachullo detentio (da Tentação, segundo Duarte Leite), rio Jordão, rio de Santo António, porto de S. Sebastião, porto de S. Vicente e rio Cananor.

Por cima das palavras *Terra incognita*, inscreve-se, na parte interior da região, a legenda: *Haec terra tum adiacentibus insulis inventa est per Columbum Januensem ex mandato Regis Castellae.* (Esta terra e as ilhas adjacentes foram descobertas pelo genovês Colombo, por mandado do rei de Castela).

Todo o trecho do litoral africano, que, neste mapa de Terra Nova, nem chega à Mina, não tem mais que três topónimos: cabo Bojador, cabo Verde e cabo de Palma. É na *Tabula Moderna (primae partis e secundae porciones) Aphricae* que os abundantes nomes portugueses denotam a origem do saber geográfico revelado no Ptolomeu de 1513. A grafia nem sempre é correcta. Mas que admira, se nem sempre é coerente com a de outros mapas? C. de *Buzedor*, nesta carta; de *Boiador* na *Tabula Terrae Novae. C. uerde* no *Typis; caput viridum*, na *Tabula citada* e *Cabo Verde* nesta *Tabula Moderna Aphricae. C. de palmas*, nesta última; *C. de palma*, na anterior.

Não vale a pena reproduzir toda a toponímia, porque, como vimos, se limita a repetir outros mapas já considerados. Assinalamos, porém, a menção das ilhas de S. Tomé e Príncipe, além da Formosa, no golfo da Guiné, e a ausência de Sofala e de nomenclatura para cima de Melinde. No interior, sob o equador e por baixo das fontes do Nilo, os clássicos montes da Lua e a legenda: *Haec pars Aphricae antiquioribus mansit incognita.* (Esta parte da África permaneceu desconhecida aos antigos).

O Oriente ainda deriva do protótipo de Cantino [1], nomeadamente a China [2] e, por isso, a *Tabula Moderna Indiae* pouco amplia os conhe-

---

[1] A. Teixeira da Mota — *Methodes de Navigation*, p. 78 (30).

[2] L. de Albuquerque — *Algumas observações sobre o Planisfério de Cantino*, p. 29.

cimentos manifestados na *Orbis Typus*. Partindo do Golfo Pérsico, ressalta a Carmânia e Cambaia — esta com legenda de produtora de excelentes panos de toda a variedade. Depois, Canarea, Vobasta, Andegiba, Cananor, Pandarane, Calecute, Panane, Crangalor, Cochim, Tanata, Colum, Canodecuria (Comorim). E nada mais, para diante, que importe registar, a não ser as legendas, uma perto do Ganges, que assinala bons panos na região, açúcar, cera e outros muitos géneros de mercadoria; uma outra ao lado de Ceilão (*Tragacia insula*) que indica as produções de canela e diversos géneros de especiarias, bem como pérolas e aljôfar. Marca de idólatras os habitantes, que comerceiam com Calecute. Junto à Taprobana uma quarta legenda revela muito ouro e vários géneros de especiarias, limitando os conhecimentos sobre a população, aos dois comuns caracteres de idólatras e comerciantes. Por fim, uma quinta legenda, em frente do Malabar, diz textualmente, em latim que traduzimos: Na nobre Província de Calecute existem muitas espécies de *minerarum* (metais?), pimenta (*sic*) e outros géneros de mercadorias, que chegam de muitas partes, como canela, *zinamomum*, gengibre, *gariofolus*, sândalo e todas as especiarias. Navega-a o rei de Portugal *(Haec est lustrata per regem Portugalliae)*.

Como adverte Kammerer, assemelha-se muito a Canério, se bem que se notem alguns melhoramentos, por exemplo nas latitudes de Calecute e Malaca, cujo desenho, porém, é menos exacto que em Canério e Cantino (1).

Tal é a novidade que os geógrafos de S. Dié, baseados no mapa de Canério (2) e nos *Paesi*, admitiram na sua edição de Ptolomeu, que, como os demais, em geral, se vangloriavam do rigor do estabelecimento do texto. Juntaram ao volume, um tratadozinho que ostenta o sugestivo título de *Locorum ac mirabilium mundi descriptio* (descrição dos lugares e maravilhas do mundo). Mas nada insere de autênticamente maravilhoso. Três partes do mundo. Na Ásia situa-se o Paraíso terreal, onde não se sente frio nem calor, e na Índia há montes de ouro, guardados por dragões (grifos). Neste teor, sintetizam a sabedoria antiga, lendo por Solino, Estrabão, Platão (que ensina nunca ter chovido no Egipto), Isidoro, Plínio.

Não admira, portanto, que a África volte a enquadrar-se nos espartilhos antigos que a divide em províncias situadas acima do equador.

---

(1) Kammerer — *La Mer Rouge*, t. II, p. 405.

(2) Gallois — *o. c.*, pp. 17-18. Examina este autor como puderam os lorenos adquirir a carta marina que lhes serviu de base e conclui: «c'est encore René II qui la leur avait, très probablement, communiquée. Elle venait certainement du Portugal, directement ou par intermédiaire, et c'est une raison de plus, pour supposer que le duc devait avoir quelque correspondant dans ce pays» (*o. c.*, p. 21).

Do sul do continente apenas ensina que «a meridie oceano... clauditur», mas não se esquece de lembrar que «extra tres autem partes orbis quarta est trans oceanum interior in meridie: quae solis ardore incognita nobis est, in cuius finibus antipodes fabulose inhabitare produntur». Perdurava, pois, fora de Península, e apesar das relações do duque da Lotaríngia com gente que morava em Portugal, a região da zona tórrida inacessível.

No que respeita a ilhas, permanece igualmente revelho o autor do tratadinho. A descrição e enumeração das Canárias ressuma fantasia e maravilha. O mesmo se passa em relação à Taprobana. Neste ambiente vivia a ciência em Saint-Dié, dando guarida ao maravilhoso, ao sensacional não experimentado, ressuscitando ou fazendo perdurar lendas de literatura clássica, no mesmo volume em que uns raios de nova luz ficam, afinal, abafados entre dois textos de saber revelho. Lucano, Varrão, Salústio, Virgílio amparam as maravilhas das páginas que encerram as últimas laudas deste livro, que, em 1513, tinha obrigação de fornecer à Europa noções mais exactas do mundo.

No ano seguinte de 1514, a edição de Nuremberga, que traz o título *Nova translatio primi libri Geographiae* [1], por João Verner, não conseguiu lugar para qualquer esclarecimento sobre as descobertas geográficas. Mais filólogo e expositor do que cosmógrafo, João Verner procurou superar as traduções anteriores de Ptolomeu, indagando, segundo pensou, o verdadeiro pensamento do geógrafo alexandrino. Sempre esperámos que ao defender *Quod recentioribus geographiae auctoribus magis quam vetustis illis sit tribuendum, propter frequentes in terra quae temporis fiunt successu mutationes* (fol. 24), se aproveitasse do que noutras edições de Ptolomeu já havia sido aproveitado, visto saber que, «quanto mais recentes, tanto mais se aproximam da verdade». Também está ciente de que ainda falta conhecer *de visu* muitas regiões, mas não as especifica, nem esclarece, com toda a oportunidade, neste lugar, que muitas delas já foram objecto de averiguação, por parte dos Portugueses. Diz, no entanto, em termos genéricos, que «nostro tamen hoc oevo, longe aliam induerunt faciem». Conclui

---

(1) *In hoc opere haec continentur Nova translatio primi libri geographiae Cl'Ptolomaei, quae quidem translatio verbum habet e verbo fideliter expressum, Ioanne Vernero Nurenbergensi interprete;* (...) *geographiae Cl'Ptholomaei argumenta* (...) *annotationes eiusdem Joannis Verneri; Libellus de quatuor terrarum orbis in plano figurationibus ab eodem Ioanne Vernero* (...). *Ex fine septimi libri eiusdem geographiae Cl'Ptolomaei super planta terrarum orbis descriptione a priscis instituta geographis. Locus quidam nova translatione paraphrasi et annotationibus explicatus; quem recentium geographorum, ut ipsorum id pace dicam* (...). Nuremberga, 1514 (B. N. L. — Res., 485 A).

mesmo, dentro da melhor regra metodológica, que se devem preferir os geógrafos modernos aos antigos, sem, no entanto, desprezar estes, no que aportarem de verdade. Verner, afinal, parafraseava Ptolomeu e não teve coragem ou saber para seguir os conselhos do Mestre... E, contudo, estava-se a 4.º Kl. Octobris 1514 (28 de Setembro).

Noutra oportunidade, cremos que apegado a Regiomontano e ao seu amigo, o matemático João Stabio, ainda dirá explìcitamente, a respeito da projecção plana da terra, que o sistema ptolomaico dado no fim do 7.º livro não é muito de aprovar. Ele próprio explica a forma que se lhe afigura preferível, referindo, sem as especificar, «as partes da terra que, no nosso tempo, se sabe serem habitadas» (fol. 50). Com muito boa vontade, poderemos, no entanto, absolvê-lo, alegando que se trata de um teórico que se mantém no campo estritamente matemático, que, mesmo quando corrige latitudes, não necessita de sair da Europa.

4.4 — *Um cartógrafo italiano: Vesconte de Maiollo (1511).* — Depois do mapa de 1504, que vimos no capítulo III, apareceu-nos uma possível atribuição de uma outra carta a Vesconte de Maiollo ou Maggiolo, cerca de 1508 (capítulo IV) e surge-nos agora, dentro deste período, um atlas de 1518 [1], que apenas contém dois mapas que nos podem interessar. O primeiro delineia a costa ocidental de África, do trópico de Câncer até 17.º S., isto é, do rio de Ouro ao sul de Angola, começando a toponímia com o cabo das Barbas e acabando no golfo de São Lázaro. No oceano estão assinaladas as ilhas das Canárias (sem indicação do nome), de Ano Bom, São Tomé e Príncipe, Ascensão (*de Zemeram*) e Santa Helena. «La toponomastica è copiosa, ed evidentemente attinta a fonte portoghese, ma con alterazioni frequenti», como rio *padian* (do Padrão), *rio Feran Vas* (Fernão Vaz), *rio de manicrongo* (Manicongo), Sampaleo (São Paulo), *terra bassia* (baixa), *golfo de san laurenzio* (S. Lourenço), etc.

A segunda carta (de 1511), sem dúvida a mais interessante (6.ª do Atlas) é um planisfério da maior parte da terra conhecida, em que mostra, naturalmente, em conjunto, as terras descobertas e o mundo velho ptolomaico. O traçado acaba com uma península depois da costa de Coromandel, mostrando pouca toponímia, apenas na costa do Malabar. Encontra-se

(1) Caraci — *Di un atlante poco noto di Vesconte Maggiolo* in *La Bibliofilia,* vol. XXXIX (1937), pp. 1-29. Ver também, do mesmo autor: *A little Known Atlas by Vesconte Maggiollo, 1518,* in *Imago Mundi,* II, Londres, 1937, pp. 37-54. Foi adquirido por M. R. Heredia, de Madrid, no leilão da biblioteca do duque de Altamira, em 7 de Maio de 1870.

neste mapa o nome do autor e a data: «Vesconte de Maiollo civis Janne conposuy, in neapoli de anno 1.5.11. die xx January». Na 6.ª folha, tem desenhada a *Terra de los Ingres* e, dez graus ao sul, a *Terra de Lavorador de rey de portugall* e, outros dez graus ao sul, a denominada *Terra de corte reale do rey de portugal*, seguida da indicação — *terra de pescaria*. Como adverte E. do Canto, este mapa torna-se interessante por colocar muito ao norte das portuguesas as descobertas de Cabot, em oposição com as posições relativas, desenhadas por Sebastião Cabot, no mapa que delineou em 1544 (1). Não insistimos mais na descrição desta carta, como aliás nas de 1516 (2) 1519 e 1527 (3), por já pouco mais ou nada acrescentarem ao nosso propósito. Algumas delas partem, como esta de 1511, do mapa Contarini-Roselli, conforme adverte Caraci.

4.5 — *O Planisfério do turco Peri Re'is (1513)*. — Espécie única deste género, tem para nós o especial interesse de provir dos maiores inimigos da Cristandade no século XVI. Na sua tarefa de corso no Mediterrâneo, captaram eles um «infiel» castelhano, que viajara três vezes na companhia de Colombo e lhes proporcionou uma carta deste navegador, bem como informações sobre as viagens às Antilhas. Destes e de outros elementos, nomeadamente mapas portugueses, se serviu Peri Re'is para elaborar o seu planisfério, de que Paul Kahle encontrou, em Outubro de 1929, na biblioteca do serralho Topkapu Saray, de Constantinopla, o fragmento ocidental que representa a Península Ibérica, a costa oriental de África ao norte do equador, o Atlântico e a costa oriental do Novo Mundo (4). O turco apregoava que ninguém, no seu tempo, dispunha de carta igual à sua, que confeccionara a partir de umas vinte cartas e

(1) Ernesto do Canto — *Os Corte-Reais*, pp. 51-52.

(2) A. Teixeira da Mota — *Guiné Portuguesa*, 2.° vol., p. 294.

(3) Duarte Leite, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, II, pp. 420-421. Publicadas por Stevenson. A. Cortesão (*Cartografia e Cartógrafos*, I, p. 273) faz breve alusão à de 1519, reproduzida por Kunstmann, estampa V.

(4) Paul Kahle — *Un mapa de América hecho por el turco Piri Ré'is en el año de 1513, basándose en un mapa de Colón y en mapas portugueses*, in *Investigación y Progreso*, Madrid, ano V, n.° 12, 1 de Dezembro de 1931; Id. — *Impronte Colombiane in una carta turca del 1513*, estrato de la *Cultura*, Milão, Roma, ano X, vol. 1, fasc. 10, p. 4 — Reproduzido em *The illustrated London News*, 27 de Fevereiro de 1932 e 23 de Julho de 1932. Sobre o assunto, ver A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, I, pp. 242-248, e Isa Adonias — A *Cartografia da Região Amazónica*, 1.° vol., Rio de Janeiro, 1963, p. 42. Não queremos deixar de frisar a circunstância de os autores de *O Homem Eterno* (Louis Paurvels e Jacques Bergier, recentemente publicado em Lisboa (1971),

mapas-múndi, quatro das quais «construídas por portugueses, que representavam os mares do *Sind* (Golfo Pérsico), *Hind* (Índia) e *Cin* (China).

Perdeu-se, porém, a parte oriental, falecendo por isso a possibilidade de apreciar a influência lusitana. Servira-se também de «uma que Colombo desenhou das regiões do ocidente», dada pelo castelhano capturado perto de Valência, que também levava consigo alguns objectos provenientes da América. [1]. Paul Kahle supõe, com fundamento, que as quatro cartas portuguesas não representavam apenas as viagens lusitanas para Oriente, devendo-se-lhes, porventura, igualmente o Novo Mundo, uma vez que, por exemplo, o que refere da América do Sul provém de fontes portuguesas. Da carta colombina tirou apenas as ilhas descobertas nas três primeiras viagens. Cuba, em continente indefinido, e a ilha de Haiti, com a designação de Cipango. Com razão acentua Paul Kahle que os «*infiéis de Portugal* representam um grande papel em todas as suas informações», tão grande que, como o próprio Peri Re'is explicita, aqueles mares ainda não eram conhecidos na terra dos Rûm (rumes).

Conforme acentua Teixeira da Mota, esta carta portuguesa, em oposição à carta árabe de que igualmente se serve, é, na expressão do próprio geógrafo, elaborada por meios geométricos [2]. Esta, ou outra carta posterior, apresentou-a o cartógrafo, no Cairo, a Selim I, em 1517, ano da conquista otomana do Egipto. Decerto não terá sido a última vez que os turcos puderam observar elementos náuticos e cartográficos de origem portuguesa.

Além do traçado das costas e figuração das ilhas atlânticas, o mapa de Peri Re'is reveste-se de particular interesse pelas legendas que pôs em vários locais. Junto da linha de Tordesilhas, inscreveu esta legenda: «Os infiéis portugueses não avançaram além deste ponto para as terras orientais, porque esta zona pertence aos Espanhóis. Os dois povos convencionaram traçar um limite de 2 000 milhas a oeste de *Septe Boghazy* (estreito de Ceuta, isto é, de Gibraltar). Os Portugueses não podem ultrapassar estas fronteiras, mas a região de *Hind* (Índia) e a do Sul encontram-se totalmente submetidas aos Portugueses».

Mais abaixo, e à direita, alude à viagem de Vasco da Gama, em pequena legenda, acompanhada de quatro embarcações, que deviam apa-

---

pp. 63 e segs., apresentarem um descobridor diferente, em data posterior: Malil Edhem, director dos Museus Nacionais Turkapi, de Istambul, tendo desse modo encontrado fragmentos de dois mapas-múndi (de 1512 e 1528), considerados desaparecidos, a que ele próprio se refere no seu livro de memórias *Bahrive*.

[1] P. Kahle — *Impronte Colombiane*, p. 5.

[2] A. Teixeira da Mota — *Méthodes de Navigatoin et Cartographie Nautique*, p. 74.

recer na parte que falta. «Estes quatro navios são portugueses. Reproduz-se a sua forma neste desenho. Do território do *Maghrib* (África ocidental) navegaram além do promontório de *Habesh* (Abissínia, isto é, Etiópia, com o significado, comum nessa época, de África) e, por fim, no sentido sudoeste, até alcançarem a Índia. Para atravessar este golfo (o mar) em linha recta, tem de se percorrer 1 200 milhas».

Desenha com bastante exactidão as ilhas Canárias, de Cabo Verde e Açores, lendo-se junto de Cabo Verde esta legenda: «O capitão desta caravela é denominado pelos genoveses, *Misr Natun*, mas cresceu *(viveu?)* em Portugal. Certo dia, caiu sobre ela uma tempestade, que a impeliu para aí e encontrou esta ilha, com abundância de *zengebîl* (gengibre). Foi o primeiro a descrever esta ilha». Paul Kahle identifica *Misr Natun*, que interpreta *Messer Antonio*, com António da Noli, mas, que nos conste, não se conhece dele qualquer descrição da ilha. Melhor se nos afigura, pois, adaptar à notícia o nome de Alvise Cadamosto, o que aliás se torna difícil, se é que não podemos traduzir o inciso *cresceu*, ou criou-se ou viveu, por nasceu em Portugal, entendendo-se pela expressão é *denominado pelos genoveses*, como referência à origem da notícia.

Próximo dos Açores vêem-se algumas ilhas de difícil identificação, com a seguinte legenda: «uma kûka genovesa que vinha de Flandres, foi impelida por uma tempestade para fora da sua rota e, navegando com cautela, encontrou estas linhas. Por isso se conhecem». Contra o parecer de Paul Kahle, esta notícia não constitui, conforme já advertiu Armando Cortesão, «óptima confirmação» de que o achamento dos Açores se deve aos genoveses, uma vez que, além de vaga, não se compagina bem com outros documentos conhecidos. Quando muito, confirma que os genoveses participaram na sua descoberta, como aliás já advertimos no capítulo I.

Com respeito ao traçado da costa africana, Kahle anota que é muito exacto, sendo tarefa muito fácil reconhecer os topónimos nela inscritos, bem como os rios, escolhos e ilhas, que correspondem perfeitamente à realidade. A representação da América é bastante inexacta e muito hipotética, salvo a costa meridional. A nomenclatura brasileira cifra-se em 10 nomes: *Santa Luga* (cabo de São Roque), *Cavo de Santo Agostini*, *Ile de Fernam de Lonha* (Fernão de Loronha), *San Migali*, *San Francesco*, *Port Reali*, *Total Santa* (baía de Todos os Santos), *Albrikuk* (Abrolhos), *Kawo Frio;* e, na região do Rio de Janeiro, um nome que se não lê bem: *Sanosa*... Finalmente, Katanyo, clara corruptela de Cananea, ponto setentrional dos conhecimentos geográficos, antes de se atingir o rio da Prata.

Prudentemente, Kahle não se atreve a identificar este rio, reconhecendo que o traçado da costa já aí não assenta em dados reais. Cortesão inclina-se mais para que «no vago traçado ou esboço», parece denunciar-se o propósito de representar a boca do grande curso de água americano. Os dois, porém, concordam que, a ser assim, a fonte de informação teria sido portuguesa. O interior da América do Sul é ocupado por ilustrações que representam figuras fantásticas de animais e ainda por uma extensa legenda em turco».

Várias ilhas fantásticas se assinalam no oceano, com legendas, de que apenas seleccionamos a da Antília: «Esta ilha chama-se ilha Antilia. Há nela animais e pagaios e pau brasil em quantidade, mas não é habitada».

5 — Cronistas e coleccionadores

5.1 — *Ainda no ciclo da informação vespuciana: um roteiro de arte (Albertini), um livro didáctico (Stobnicza) e uma obra clássica de história (Eusébio).* — Varnhagen exagera às claras (1), quando salienta a memória que Francisco Albertini faz, do *Mundus Novus* de Vespúcio, nas *Maravilhas da antiga e nova Roma*, que dedicou ao papa Júlio (2). A promessa de consagrar, dentro de dias, ao monarca português, *epythaphiorum opusculum*, que Varnhagen terá visto e que nós não conseguimos encontrar, poderia fazer supor que Albertini andaria na roda de influência do noticiário português. Mas não. Se na dedicatória do segundo folheto se refere a Bartolomeu Marchionni (3), no primeiro apenas contrapõe a vitória de uma facção das armas cristãs, em luta na Europa, com os êxitos portugueses, na expansão da fé entre os infiéis: «Portugalliae Rex novas insulas et barbaras nationes ad fidem Christi convertit». Isto, na dedicatória ao Papa. No corpo do livrinho, pouco mais acrescenta que valha a pena acentuar.

No capítulo 3.º, ao recordar os florentinos ilustres, quase no fim, limita-se a escrever: «O florentino Americo Vespucio («Albericus Vespulsius Flo.») foi enviado ao Novo Mundo pelo rei de Portugal. E por fim, pelo Rei Católico das Espanhas, tendo chegado, antes de mais nin-

---

(1) F. A. Varnhagen — *Jo. Schöner* e *P. Apianus*, p. 173.

(2) F. Albertini — *Opusculum de Mirabilibus Novae et Veteris Urbis Romae*, Roma, 1510 (B. A. — 53/VI/52).

(3) Varnhagen — *l. c.*

guém, a ilhas e lugares desconhecidos, como se vê, gràficamente, no livrinho em que descreveu os astros e as novas ilhas, como também aparece na sua epístola do Novo Mundo, endereçada a Lourenço de Medicis».

Decerto não é lícito aferir do saber do autor, a respeito das descobertas geográficas, por um simples trecho, um tanto ou quanto indevido em semelhante publicação. Mas, já que sabe do movimento iniciado na Península, e achou conveniente referir-se-lhe, indicando a fonte da sua informação, talvez não seja temerário supor que desconhecia qualquer outro escrito sobre o assunto, nomeadamente os *Paesi*. A suspeita confirma-se, indirectamente, com os casos considerados a seguir, que nos permitem concluir pela pobreza de irradiação dos livros impressos, em certos sectores cultos.

No ano de 1512 apareceu em Cracóvia uma *Introductio in Ptolomei Cosmographiam, cum longitudinibus et latitudinibus regionum et civitatum celebriorum*, do franciscano João Stobnicza [1], que, prestando homenagem ao geógrafo e astrónomo alexandrino, comemorava, ao mesmo tempo, os nomes de Pio II, Isidoro, Paulo Orósio e Fr. Anselmo, dos frades menores, de que publicou textos sobre a Ásia, a Síria, a África e Jerusalém. A *Introductio* destinava-se aos estudantes, para quem elaborara a antologia geográfica, tendo ainda o cuidado de redigir notas sobre terras desconhecidas de Ptolomeu e outros antigos. Para isso, promete utilizar o que chegou ao seu conhecimento, quer escrito por Américo Vespúcio, quer por outros modernos, actualizando, naturalmente, designações velhas. Este, o programa.

Na verdade, o que fez, não passou de muito pouco. Depois de apresentar o termo da terra habitável, segundo a concepção ptolomaica, Stobnicza, na *Introdução*, anuncia que agora a latitude se tornou muito mais ampla, nos dois sentidos norte e sul; e maior a propósito longitude. E relembra a grande ilha de que Homero falou — afinal a mesma que Vespúcio descobriu, situada em pleno oceano.

Divide a porção habitável do planeta em Ásia, África e Europa. Coloca a África entre três mares e um rio — o Atlântico, a ocidente, o Etiópico, a sul, e o Mediterrâneo, ao norte, e o rio Nilo do Egipto a oriente, e situa-a, erradamente, do paralelo 10, onde faz começar a Europa, até ao vigésimo primeiro grau depois do trópico do Capricórnio, em que localiza o cabo da Boa Esperança. Tanto o continente africano, sobre que, oferece ao leitor texto de Paulo Orósio, como o asiático — dos restantes

---

[1] Nordenskiöld, *Facsimile — Atlas*, Estampa XXXIV; id. — *Periplus*, p. 151.

autores — continuam moldados em figurinos antigos, limitando-se, para um e outro, a mencionar factos mal determinados. A respeito da África cita o cabo da Boa Esperança; e da Ásia apenas sabe que a maior extensão, percorrida modernamente, passa dos 180° ptolomaicos para 240.

Sobre a «quarta pars», descoberta, diz ele, por Américo Vespúcio, «homem de engenho sagaz», tem conhecimento de que lhe chamam América, ou seja, como que terra de Américo; que a latitude se estende por toda a zona tórrida, quer setentrional quer meridional. Tenta colocá-la na coordenada da longitude, naturalmente, como aliás confessa, segundo o sistema ptolomaico, extremando-a entre 280°, na parte mais setentrional, e 345°, no termo da mais meridional. Dentro do mesmo princípio, fornece as longitudes e latitudes de regiões *extra Ptolomeum*, que se reduzem ao Cataio, Índia superior e Índia meridional, ilha *Zipangri* e Java Maior. Quer dizer que os seus conhecimentos a respeito de terras novas do Oriente não ultrapassam o *Milhão* de Marco Polo.

Por fim, consegue-se descobrir breve alusão a outras viagens portuguesas, mas sem determinar a origem, nem referir topónimos. Que o mar Índico não é fechado, o que comprovam as navegações de Américo e de outros, efectuadas no oceano Atlântico, pela zona tórrida, ao longo da África, e mar Etiópico até ao mar Índico. Estava-se já na segunda década do século e os Portugueses navegavam seguros do rumo que seguiam, entabulando relações com os novos mundos ignorados e, na Europa, não obstante a divulgação que por vários meios se praticava, ainda se encontrava quem continuasse a desconhecer a era moderna do Mundo. E, o que mais fere a sensibilidade, a ignorância lavrava nos meios de ensino da geografia.

O sector da história não se mostrava muito melhor informado. Em 1512, apareceu em Paris nova edição da obra clássica de Eusébio, que ensinou história a gerações sucessivas, a uma das quais já nos referimos (cap. II). — Eusebii Caesarensis *Chronicon, quod Hieronymus presbyter divino eius ingenio Latinum facere curavit et usque in Valentem Caesarem Romano adiecit* (1). Síntese histórica dos povos antigos, o volume apresenta-se em género de efemérides, em duas colunas, com o ano e o dia, uma terceira, maior, com a efeméride e, mais duas, iguais às primeiras, com o ano do mundo e do Império do Ocidente.

No que respeita à história portuguesa, silencia D. João II, mas a folha 171, no ano de 1500, regista esta notícia: D. Manuel, rei de Portugal

(1) *Colofon:* Paris, 1512, idibus vero Iunii (B. N. Pa., Rés. p. G. 3).

(*Lusitaniae*), enviou navios à Índia, tendo ocorrido factos ilustres, dignos de memória, que se conhecem através da narração do veneziano Luís Cadamosto, que tomou parte naquelas andanças. Logo a seguir, acrescenta outra fonte que podia ter consultado: José Índio narra, no reinado de Alexandre VI, em Roma, factos de feição cristã, do Preste João e das Igrejas orientais e da última Índia, bastante semelhantes aos nossos.

Ia já no ano de 1504, quando ao editor chegou uma nova de 1495. Na outra banda da África, recebeu a fé de Cristo o reino Manicongo, aliado do rei de Portugal. No ano de 1509 descreve largamente sete homens bárbaros que os hispanos tomaram em *Oranum*, em África, e que «dessa ilha que se diz terra nova» foram levados a Rothamagum. Estes acrescentamentos devem-se a Ioannes Muuallis Tornacensis, que em 1512 se propôs actualizar o *Chronicon* de Eusébio, desde 1481.

5.2 — *A Colectânea de Pietro Vaglienti (1513)*. — Embora em sumária referência, visto já nos termos encontrado várias vezes com o códice deste erudito, que se guarda na Biblioteca Riccardiana, de Florença (cód. 1910), não podemos deixar de apresentar, em conjunto, na data da sua organização, o conteúdo da colecção de documentos reunidos. Todo o volume é escrito do punho de Vaglienti (1). Quererá essa circunstância significar que nenhum desses documentos lhe foi remetido directamente de Lisboa, e que, por conseguinte, teve de se servir dos originais ou de outras cópias, na posse de amigos? Afigura-se-nos, porém, muito provável que, estando ele, conforme já sublinhámos no capítulo II, em correspondência com o seu conterrâneo, o rico Jerónimo Sernigi, fosse, afinal, o diligente coleccionador que, em toda a parte e por todos os meios, procurasse obter os textos que lhe interessavam. E, assim, primeiro terá

---

(1) G. Uzielli — *Paolo dal Pozzo Toscanelli e la circumnavigazione*, p. 10. Neste opúsculo, Uzielli apresenta relação dos 33 documentos do códice, com indicação do *incipit*. F. Leite de Faria reproduziu e comentou os títulos dos que interessam à história dos Descobrimentos portugueses, em *Uma relação de Rui de Pina*, pp. 65-85, publicando a seguir, fac-simile da cópia da *Relação* de Pina. Ver também Greenlee — *A viagem de Pedro Álvares Cabral*, p. 251. Sobre a polémica que a colecção suscitou, com Varnhagen e Santarém, a porem em dúvida a veracidade e autenticidade dos textos, ver Uzielli — *Piero Vaglienti*, in *Toscanelli*, n.º 1, Florença, 1893, pp. 27 e segs.; Vignaud — *Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb*, 1.º vol., p. 154. Preparávamo-nos para editar os textos que importam à história portuguesa, tendo já adquirido microfilmes e fotocópias, quando soubemos que a Prof.ª Virgínia Rau tencionava publicá-los, em leitura paleográfica do Prof. Borges Nunes, que infelizmente não pudemos aproveitar neste trabalho.

formado a colecção, com cópias e originais, começando, pelo menos, cerca de 1499, e só mais tarde, talvez próximo da morte, ocorrida à volta de 1515, se terá dado ao trabalho de os transcrever em livro único. O termo dessa tarefa não se poderá colocar antes de 1513, visto haver na colecção uma *Chopia di più chapitoli d'una letera di Portoghallo de' 24 di maggio anno 1513* (fls. 138v.-140v.).

O elogio de D. Manuel, pensa T. O. Marcondes de Sousa, terá sido escrito pouco depois de 1509, «porque Vaglienti apenas registada a batalha naval de Diu, daquele ano, na qual foi desbaratada a última tentativa dos egípcios e dos venezianos, que haviam acorrido à defesa do seu ameaçado comércio com a Ásia, prevê que *'l nostro singnore* ch' è giusto e non fa le vendette sì presto, è speranza che un dì a'Veneziani darà tal paghamento che non se ricorderanno sempre mai» (1).

Eis os textos que nos interessam:

1. *Relação de Rui de Pina, sobre a viagem de Rui de Sousa ao Congo, escrita entre 1490 e 1492* (fls. 85-100), de que falámos no capítulo II.

2. *Cartas de Jerónimo Sernigi:* «Chopia d' una letera auta da Lisbona delle nuove terre trovate cholle spezierie l' anno 1499 a di x di luglio» (fls. 61-65) e «Chopia della sichonda lettera di poi venne el Pidoto» (fls. 65-68), que o P. Leite de Faria suspeita ser do mesmo mercador. Utilizámo-las no capítulo II.

3. *Carta de Guido de Masseh Tommaso Detti:* «Chopia d' una 3.ª letera di Lisbona di Ghuido di Meser Tomaso Detti, de' di x d' aghosto 1499 di questo medesimo, che viene a verifichare tutto (fls. 68-70v.). Referenciámo-la no mesmo capítulo II.

4. *Fragmentos da relação do Piloto Anónimo* (fls. 57-60v. e 71-75v.). a que nos referimos no capítulo III.

5. *Cartas de Marchionni:* «Chopia d'una altra letera venuta di Lisbona da Bartolomeu Marchioni, soto dì 27 di giungno anno 1501» (fls. 47-48), e uma outra, sem título, que completa esta (fls. 48-48v.), de que nos ocupámos no capítulo III. Nas fls. 130-130v. inclui-se uma «Nota d'una letera schrivè 'l giovane di Bartolomeo Marchioni a Piero Panciatichi, di Portoghallo». Leite de Faria, que não reconhece os dois

(1) T. O. Marcondes de Sousa — *Amerigo Vespucci e um moderno crítico argentino*, in *Revista de História*, S. Paulo, n.º 12, Outubro e Dezembro de 1952, p. 345, nota.

personagens, identifica a nau apresada, a que se alude na carta, com a tomada em 18 de Fevereiro de 1508.

6. *Cartas de Vespúcio:* de Sevilha, 28 de Julho de 1500 (fls. 41-47); de Bezeguiche, a Lorenzo di Piero de Medici, em 4 de Junho de 1501 (fls. 48v.-52v.); ao mesmo, em 1502 (fls. 52v.-55v.); a Piero Soderini, de Lisboa, 10 de Setembro de 1504 (fls. 100v.-120v.). Inserimos referências a estas cartas no capítulo III.

7. *Carta de Piero Rondinelli:* «Chopia: d'una letera venuta di Lisbona dalla tornata delle 4 charovelle di Chalichut cholle spezierie», de Sevilha, 3 de Outubro de 1502 (fls. 55v.-57). Inserimos referência a esta epístola no capítulo III.

8. *Carta de Francisco Corvinelli,* de Lisboa, s/d., mas posterior a 20 de Agosto de 1503, data da chegada das primeiras naus da segunda frota de Vasco da Gama, sobre que informa o seu correspondente (fls. 76-77v.). Tratámos desta missiva no capítulo III.

9. *Cartas aos papas Júlio II e Leão X;* ao primeiro de Abrantes, 25 de Setembro de 1507 — «única tradução italiana», conforme supõe F. Leite de Faria; ao segundo, sobre a tomada de Malaca, também vertida para italiano (fls. 140v.-143v.).

10. *Carta de Afonso de Albuquerque a D. Francisco de Almeida,* sobre a tomada de Ormuz. Uzielli leu «chome a presso e prima» (fls. 125-130). Conforme já acentuámos no capítulo IV, refere-se-lhe Albuquerque, numa outra, que apressadamente dirigiu ao vice-rei, em 2 de Fevereiro de 1508, sobre os portugueses que lhe fugiram. Como não figura na colecção das *Cartas de Afonso de Albuquerque,* julgava-se perdida.

11. *Cartas anónimas:* uma, que dá conta da chegada de uma frota, de 16 de Setembro de 1504, isto é, da armada de Afonso de Albuquerque (fls. 78-82), também utilizada no mesmo capítulo III; uma outra, sem interesse de maior, que parece complemento da anterior (fls. 82-83); ainda outra, remetida de Moçambique, a 10 de Janeiro de 1506, por italiano que viajava na esquadra de D. Francisco de Almeida (fls. 123-125), de que nos ocupámos no capítulo IV; e, finalmente, carta de 24 de Maio de 1513, enviada de Portugal, sobre as primeiras naus vindas de Malaca, que, segundo Chalderia, que então se encontrava em Lisboa, como vimos no capítulo V, chegaram efectivamente nesse mês.

12. *Elogio de D. Manuel,* do próprio Pietro Vaglienti (fls. 83v.-84v.), que incluímos no capítulo V.

CAPÍTULO VI

A grande revelação da China e outras informações da Índia e da América (1515-1521)

1 — Poetas, filósofos e coleccionadores

1.1 — *Ariosto* e *Tomás More*. — Os poetas pouco se interessaram com os novos mundos, deste mundo em que viviam ou, pelo menos, escassos rastos deixaram da curiosidade que leitura atenta dos escritos aparecidos em público lhes possa ter despertado. Citaremos apenas um — Ludovico Ariosto, que em 1516 imprimiu em Ferrara o seu celebrado *Orlando Furioso*. Nenhum bibliófilo até Fumegali (1), reparou nos passos referentes ao Novo Mundo, que são «più d'uno e di non piccolo interesse». O mais importante vem no canto XV (13, na primeira edição), e ocupa as oitavas 19 a 27, escritas, pois, como todo o poema, entre 1505 e 1515 (2).

Andrónica, que, por determinação da fada Logistilla, acompanha o duque Astolfo na viagem pelo oceano Indico, é por ele interpelada acerca de possíveis naus, idas do Ocidente, que navegassem por aquelas águas. Em tom de profecia, antecipa-se aos feitos de Cristóvão Colombo e Vasco da Gama, que anuncia nesse momento.

O tema prestava-se a maior inspiração, e foi pena que o poeta mal sentisse a sua influência, decerto porque não terá lido, nem os *Paesi novamente ritrovati*, nem a demais literatura, impressa ou manuscrita, que entrou em Itália ou lá se escreveu, até aos primeiros anos do século XVI.

Mais amplo conhecimento das navegações peninsulares se apalpa na famigerada obra de Tomás More — *A Utopia* (3), que se diz baseada em informações de um navegador português. «Avec beaucoup de force et de talents», propõe o Prof. Luís de Matos, segundo Michel Mollat, a sua

---

(1) G. Fumegali — *Bibliografia degli scritti italiani o stampati in Italia*, p. 93.

(2) *Orlando Furioso*, de Ludovico Ariosto, da Ferrara, per maestro Giovanni Mazzacco di Bondeno, a di 21 aprile 1516; in Ferrara, por G. B. la Pigna, a di 13 di febraro, 1521.

(3) Utilizámos a edição de Edward Surtz, S. J. e J. H. Hexter — *Utopia*, vol. 4 de «The Yale Edition of the complete Works of St. Thomas More», New Haven e Londres, 1965. — Em português, podem ver-se as versões do Dr. José Marinho — *A Utopia*, Lisboa, colecção «Filosofia e Ensaio», s./d., e a de Berta Mendes — *A Utopia ou o Tratado da melhor forma de governo*. Prefácio e notas de Manuel Mendes, Biblioteca Cosmos, Lisboa, 1947.

identificação com Duarte Barbosa [1]. Entre as notícias que então terá proporcionado, L. de Matos reconhece três regiões de África — *uma*, desértica; a *segunda*, verdejante e de natureza suave, e a *terceira*, de comércio activo. As duas primeiras, na costa ocidental, e a última, na oriental [2]. O conjunto de vários traços de outros trechos permitiram-lhe pensar que «le pays» da Utopia seja a Índia, tais como a pluralidade das religiões, os ritos das cerimónias fúnebres, as festas reguladas pelos ciclos astronómicos, o culto dos antepassados, os pagodes. Michel Mollat acrescenta ainda outras possíveis reminiscências: os elementos essenciais da cultura científica e astronómica, a arte militar, a moda das pedras preciosas, o emprego dos metais preciosos para usos não monetários [3].

Não menos importante será a observação de Mollat de que a aproximação entre a *Utopia* e as cartas de Afonso de Albuquerque se apresenta muito sugestiva: encontra-se na *Utopia* o empenho da evangelização e da educação dos índios, os princípios da política portuguesa na Índia e os nomes das cidades parecem apenas transformados.

A comprovar-se a identificação — esta ou outra qualquer, e veremos que outra — ficará anulado o próprio título, e, com ele, a intenção da obra, o qual foi formado de dois vocábulos gregos que significam *não lugar*, isto é, lugar que não existe ou república ideal. Uma cousa, porém, se torna indubitável: que o marinheiro português correspondeu à curiosidade de More, traçando-lhe «un tableau des civilisations orientales» [3].

Também já houve quem identificasse a *Utopia* com o Peru. Mas Edward Surtz pensa que as razões são engenhosas e dificilmente prováveis. Como quer que seja, esta crítica entende que o sistema humanístico da *Utopia* é altamente desenvolvido e mais perto da civilização greco-romana do que da presumida idade de ouro da América [4].

Como frisa Surtz, certos pormenores ajudam a dar uma atmosfera contemporânea ao hedonismo, comunismo, indiferença ao ouro, uso de

---

[1] Michel Mollat, nota da p. 25 de *La Littérature des Découvertes*, de L. de Matos, que propõe a referida identificação no trabalho inédito *L'expansion portugaise dans la littérature latine de la Rennaissance*, p. 23, nota 1, que não nos foi possível consultar. — Sobre o nome de Rafael Hytlodaeus, ver ed. cit., p. 301.

[2] L. de Matos — *A Utopia de Tomás More e a expansão portuguesa*. Conferência proferida em Canning House (Londres), em 5 de Maio de 1965, que publicou nos *Estudos Políticos e Sociais*, vol. IV, n.º 3, Lisboa, 1966, pp. 809-820.

[3] L. de Matos — *l. c.*, p. 25.

[4] Edward Surtz — in *o. c.*, p. CLXXIX.

penas, participação das mulheres na guerra e gentileza para com os estrangeiros. Apesar disso, não se pode esquecer que os Novos Mundos influenciaram a obra de More, ditando-lhe a estrutura e o conteúdo.

Precisamente em 1499, quando Vasco da Gama regressou da primeira viagem marítima ao Oriente, Tomas More foi apresentado, por Lorde Mountjoy, a Erasmo de Roterdão e em 1516 aparecia em Lovaina, pela primeira vez, a *Utopia*, que em 1517 e 1518 o próprio autor do *Elogio da Loucura* imprimia em segunda e terceira edição. More encontrara-se, entretanto, com o português Rafael Hytlodeu, em Antuérpia, tendo sido apresentado pela humanista Pedro Gilles. Ouvir contar a epopeia dos descobrimentos lusitanos com tal entusiasmo que resolveu escolher um deles, porventura o próprio, para descrever a sua ilha ideal, de lugar ignorado, tal como as terras que os seus compatriotas acabavam de descobrir, em regiões longínquas, através de mares igualmente desconhecidos. A ficção da obra pode, pois, admitir a autenticidade do personagem e ficarmos com um português reduzido a um homem simbólico dos heróis que cortavam impiedosamente os mares furiosos e ignotos.

O nome ou o escudo de Portugal ou as duas cousas conjuntamente serviam, como já notámos no capítulo IV, de bandeira marcante, para os títulos das edições que na primeira os não ostentavam como em *De ora antartica per regem Portugallie pridem inventa*, de Américo Vespúcio (1505), e sua tradução alemã, *Van der nieuwer werelt oft landtscap niuweliax gheuõde vãdê doorluch tiche cõn van Portugael* (...), e na versão latina dos *Paesi: Itinerarium Portugallensium e Lusitania in Indiam* (...) (1508).

Na verdade, há certa vaporosidade na apresentação do personagem da *Utopia*, que, à primeira vista, debaixo da capa que lhe caía dos ombros, sem artifícios, da tez muito morena e da barba comprida, parecia ocultar a personalidade de um capitão de navios. Afinal tratava-se, sim, de quem já navegara, mas não como Palinuro, o piloto de Eneias [1]. Sulcara as águas como Ulisses e, ainda melhor, como Platão [2]. O contraste pode não propiciar garantias de grande realidade histórica do personagem (lembremo-nos, contudo, que, nestes tempos, Ulisses era considerado, em muitos sectores, como personagem histórico), mas significa claramente um

---

[1] Ver introdução da cit. ed. da *Utopia*, pp. CLVI e 301.

[2] *Ibd.*, p. 48.

extraordinário ideal, marcado pela heroicidade dos trabalhos passados no mar. Tomás More figura-o como aventureiro que, ainda novo, «abandonou a fortuna paterna aos irmãos e, levado pela intensa paixão de conhecer mundo, ligou-se a Américo Vespúcio e seguiu-lhe a sorte».

De modo que, se alguns dados denunciam a vera efígie do português com que falou em Antuérpia, afiguram-se-nos serem estes, ao menos como retrato psicológico do personagem e consagração dessa nova espécie de homens destemidos que causavam sensação na Europa culta. Rafael personifica, sem dúvida, o marinheiro lusitano das descobertas, embora não correctamente descrito.

Além disso, esta revelação deixa de fora um traço da origem da informação. Algo lhe comunicaram na feitoria portuguesa de Antuérpia. Juntamente com a apresentação de algum português, porventura o feitor, Gilles ou outro amigo qualquer ter-lhe-á entregado um exemplar das cartas de Américo Vespúcio. O facto de acrescentar que não largou o florentino durante três das quatro viagens, «quae passim iam leguntur», confirma-nos na persuasão de que conhecia as epístolas vespucianas. Não o acompanhou, porém, no regresso à Europa, autorizando-o a ficar entre os vinte e quatro que ficaram no novo continente [1].

Deste trecho ressalta, segundo nos parece, a imaginação de More, a ser estimulada pela vaidade que transborda das cartas que corriam com o nome de Vespúcio. Parte-se do princípio de que este exercia funções de capitão ou dirigente da frota ou, pelo menos, traduz-se a subordinação do português, ao serviço daquele. O caso, em si, não tem nada de estranho, se bem que não deixe de causar surpresa, tratando-se de personagem de tanto valor, quer no mundo das letras, quer na vida marítima.

A seguir, Tomás More prossegue, com pinceladas vigorosas, no esboço do carácter do português tão falado. Hytlodeu não receava morrer em terra distante, e repetia frequentemente que «quem não possui sepultura, dispõe do céu por mortalha», e em que «todos os caminhos conduzem a Deus». Pensava também que o seu temperamento aventureiro lhe teria sido fatal, sem a protecção divina. E, noutro passo: «Não existe na terra nenhum outro homem capaz de dar tão completos e interessantes pormenores acerca dos homens e das regiões incógnitas».

É certo que a particularidade de o deixar em terras de Nova Castela, como uns pretendem, ou no Brasil, como pensa, entre outros, o Prof. Luís

---

(1) *Ibd.*, p. 50.

de Matos [1], e o de o pôr a navegar daí, com cinco castelhanos, para múltiplas regiões, com o termo da navegação, «por milagre», na Taprobana (que não é, necessàriamente, Ceilão), e em Calecute, onde encontrou navios portugueses que o reconduziram à pátria, impele o leitor para a sua identificação com Duarte Barbosa, se bem que a descrição se afaste bastante do que se sabe da participação do português desse nome na expedição de Magalhães. Demais, torna-se hoje difícil aceitar a identificação do Duarte Barbosa, autor do *Livro* famoso sobre o Oriente, com o cunhado de Fernão de Magalhães, se se tiver em conta o número de personagens, com igual nome, revelado por Sousa Viterbo [2]. O Prof. Luís de Matos, servindo-se embora dessa obra, com frequência, no mais recente trabalho sobre a *Utopia de Tomás More e a Expansão Portuguesa,* limita-se a afirmar que «há indícios muito fortes para acreditar que o marinheiro português não é uma pura e simples invenção do autor da *Utopia*», mas sim «uma personagem real» [3].

Pouco se conhece da vida dos Duartes Barbosas referidos. Se o apresentado por João Gilles for um deles, além de aventureiro, possuía dotes de espírito. «Conhece bastante bem o latim e é perito no grego, por se ter consagrado inteiramente à Filosofia. Cultivara a língua de Atenas, mais que a de Roma, conseguindo, por isso, ler os próprios textos gregos no original» [4].

O episódio do encontro de More com semelhante personagem, mesmo tomado apenas na dimensão fantasista, revela a realidade que mais nos importa neste momento frisar: a difusão da notícia e o seu eco na imaginação do humanista. A narrativa de Rafael Hytlodeu desenrola-se sob o signo da bondade natural dos homens do Novo Mundo, que foram ao ponto de lhes oferecerem tudo quanto careciam, para prossecução da viagem (barcos e outros transportes), proporcionando-lhes até um guia para os acompanhar.

Afigura-se-nos desnecessário acompanhá-los nós também, porque antes de 1516 não há notícia de quem quer que seja que tenha saído da América espanhola para Calecute, com ou sem auxílio dos naturais dessas regiões.

O Prof. Luís de Matos, que, como vimos, coloca a saída em terras do Brasil, supõe que Hytlodeu e os companheiros se terão antecipado à

---

(1) L. de Matos — *A Utopia de Tomás More e a Expansão Ultramarina,* in *l. c.,* p. 810.

(2) Sousa Viterbo — *Trabalhos Náuticos,* pp. 43-50.

(3) L. de Matos — *l. c.,* pp. 811-815.

(4) Ed. cit., pp. 48 e 50.

viagem que Diogo Lopes de Sequeira empreendeu em 1508. Sem seguir a costa oriental de África — rota normal para atingir a Índia —, na altura da ilha de Moçambique dirigiu-se para Madagáscar, onde explorou a costa oriental, e seguiu rumo a Ceilão e Calecute. «A expedição de Sequeira foi a única, segundo parece, que realizou este périplo até à data da impressão da *Utopia* e nada fora publicado sobre ela, nem há, tão-pouco, creio, qualquer texto impresso até 1516 que mencione esta rota». Daí infere Luís de Matos que More apenas pôde haver conhecimento dela «por meio de informações orais que lhe tivessem sido prestadas», por Hytlodeu (1).

Na falta de documentação que transforme a hipótese em tese, ocorre--nos uma outra explicação possível. Não estará More a juntar a narrativa das *Quatuor Navigationes*, com a carta de Vespúcio, escrita em 1501, do cabo Verde, a Pier Francesco de Médice ou de outra qualquer narrativa de viagens portuguesas ao Oriente, por exemplo as publicadas nos *Paesi* em 1507, talvez a do Piloto Anónimo? Se assim for, a navegação que o florentino diz ter levado até 52 graus do hemisfério sul, terá sido prosseguida, não se esclarece por que mares, até onde chegou a esquadra de Cabral, com que, como vimos, se encontrou na ida ao Brasil, em 1501. A passagem por Ceilão, de forma alguma denuncia conhecimentos diferentes dos de Ptolomeu ou de outro geógrafo clássico, pois se serve da palavra Taprobana. E, contudo, podia utilizar já o vocábulo moderno, que aparece nas notícias derivadas da informação de Gaspar da Índia, no final do século XV. (Recorde-se a segunda epístola de Sernigi).

No itinerário atribuído a Hytlodeu, a fantasia mistura-se com as proezas e os «achados» de Vespúcio, como no caso dos marinheiros hábeis, bons conhecedores do céu e do mar, embora sem ideia alguma da bússola; e nas diferenças de climas, natureza da vegetação e dos animais em geral.

Tudo é dado em termos genéricos, sem concreta localização geográfica. Como a finalidade da obra andava longe destes assuntos, reservou para outro livro os pormenores das tradições, costumes e instituições dos povos *civilizados* que Rafael visitou. Neste, limita-se apenas a referir o que lhe contou acerca dos *costumes* e *instituições do povo utopiano* (2). More afasta-se deliberadamente da realidade, posto que com visos de assentimento à verdade que exclui os monstros e outras quimeras, deixando bem extremados os dois campos.

---

(1) L. de Matos — *l. c.*, p. 812.

(2) Ed. cit., pp. 52 e 54.

Se a sua república se situa na Índia, serve-se ainda, em boa parte, da ideia corrente espalhada por Marco Polo e confirmada pelas explorações portuguesas, de um Oriente rico e fascinante, que ele sublima, no intuito de fixar a forma ideal para o *estar-do-homem-no-mundo*. Neste sentido, assenta em realidade concreta, sem apelo a seres ultranaturais.

Concluímos, pois, reconhecendo admissíveis as identificações do Prof. Luís de Matos, não decerto em sentido rigoroso de perfeita igualdade, mas certamente da influência, directa ou indirecta, de Duarte Barbosa, ou de cartas de Afonso de Albuquerque, ou de escritos ou comunicações verbais de qualquer português, que lhe tenha transmitido mais do que lhe revelaram as cartas de Vespúcio. Os traços surpreendidos por Luís de Matos e Michel Mollat não podem manifestar outra origem, pois pertencem, em grande parte, à nova era dos Descobrimentos geográficos.

1.2 — *No sector da Filosofia: João Ribeiro e Pedro Margalho.* — Havia no quadro do ensino das disciplinas filosóficas uma de comentário ao *Physicorum* de Aristóteles, em que se estudava a teoria explicativa da natureza das cousas físicas, a que se dava maior audiência experimental, nas secções *De Generatione et Corruptione* e *dos Céus*. Com estas disciplinas se relacionava a Lógica, como «organon» ou método dialéctico do conhecimento humano, neste tempo instável entre as posições digladiantes, dos tomistas, dos reais e dos nominalistas. Era uma posição ou atitude de compromisso, perante a incerteza das correntes filosóficas então dominantes, que satisfazia, como propedêutica, os mais cautelosos que não lobrigavam as certezas dos mais ferrenhos contendores.

Neste contexto se intercalam, além de outros, João Ribeiro e Pedro Margalho, ambos estudantes parisienses, que alguma posição tomaram na divulgação dos Descobrimentos marítimos. De Coqueret, onde leccionava Artes, o português João Ribeiro, que trocara o negócio da costa de África pelo meio intelectual parisiense, onde pontificava Juan de Celaya, escreveu uma carta, datada de 30 de Setembro de 1515, ao mestre sorbónico Pierre Gontier [1], também discípulo de Celaya. De mistura com ras-

---

[1] Publicada em *Expositio Magistri Ioanni de Celaya Valentini in primum tractatum Summularum Magistri Petri Hispani* (...) Paris, 1525, corrigida e editada por João Ribeiro, como se lê no *Explicit*. Pode ver-se em Ricardo G. Villoslada — *La Universidad de Paris durante los estudios de Francisco de Victoria (1507-1522)*, in *Analecta Gregoriana*, vol. XI, Series Facultatis Historiae Ecclesiasticae, Roma, 1938, pp. 195-196. Joaquim de Carvalho indica o ano de 1521 para a 1.ª edição e o de 1529 (Valência) para a reedição (*Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI*, 1.º vol., p. 33).

gados elogios do Magister, «en passant loue avec enthousiasme, la science nautique portugaise de l'époque» (1). Nela vemos, com efeito, que *in nostra Portugallia* quase todos os nautas se evidenciam com superioridade de engenho; se empenham na especulação matemática do curso dos astros; e se dedicam ao estudo dos movimentos do Sol, por meio de astrolábio, de modo que a própria arte de navegar se encontra desenvolvida com tal evidência que, ultrapassadas as antigas deficiências de navegação, já se atreveram a ultrapassar o Ganges e a penetrar no interior da Índia.

Os dois pólos — Ganges e «intima Indiae» — constituem expressões vulgares, usadas na geografia antiga. Mas aqui traduzem novo significado, pois anunciam a acção marítima dos Portugueses, que nesta data já haviam chegado a Malaca, à Insulíndia e mar da China, graças a todo o complexo científico que traduz por expressões pouco determinadas, mas suficientemente reveladoras do avanço náutico lusitano, que se pode compendiar no facto da navegação astronómica. Com razão Villoslada comenta que estamos em face do sopro do Renascimento, quando afirma:

«No es verdad que se siente pasar por estas clausulas un sopro de Renascimiento que da elegância y numerosidad ciceroniana al estilo y agita el alma con aquel optimismo propio de la naciente edad moderna, cuyos héroes descubren nuevos mundos y cuyos sabios crean la nueva Física y la Astronomía?» (2).

No seu laconismo, as palavras de Ribeiro comportavam tudo isso. Não se explicou com pormenor, porque só a sua qualidade de português, entusiasmado com os feitos dos seus compatriotas, o levou a inserir o referido trecho, no elogio que traçava de Celaya. Mas decerto não perdeu ocasião, de aí, no Colégio de Santa Bárbara e onde quer que se encontrasse, falar encomiàsticamente dos descobrimentos portugueses. Demais, nesta data, a notícia andava à solta, fora das fronteiras da Lusitânia.

Por outro lado, terá trazido para a Pátria o novo filosofar, com possíveis reflexos nos Descobrimentos. Silva Dias pensa que, com a chegada de João Ribeiro à universidade portuguesa, o terminismo atinge, entre nós, o ponto culminante. «É muito verosímil que, desde então, o esquema lógico de Celaya e o seu eclectismo doutrinal (...) tivessem vigorado no ensino da escola nacional» (3). Desse modo, o ensino da Lógica

(1) L. de Matos — *Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550*, p. 19.

(2) Villoslada — o. c., p. 195, nota 24.

(3) J. S. da Silva Dias — *A Política Cultural de D. João III*, p. 434.

favorecia o estudo das Ciências Naturais ([1]). Na verdade, entretendo-se mais com os termos, as proposições e os silogismos, com sacrifício das teorias sobre o *universal* e o juízo, os terministas abriram caminho à Lógica dos séculos XVII e XVIII e porventura à moderna Lógica Matemática.

O *Physices Compendium* de Pedro Margalho, editado em Salamanca no ano de 1520 ([2]), encerra muito maior valor do que fazem supor as parcas referências que se podem colher nos críticos e historiadores da nossa cultura ([3]). Antes de mais, frisaremos que o imprimiu em Espanha e o dedicou ao papa Clemente ([4]) e a D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga, o que parece descobrir as instruções do autor de pretender divulgar a sua obra. Margalho pertence à mesma orientação de Celaya, e também deixou expressas tendências em livro impresso ([5]).

Quid plura? Que mais? — pergunta ele na dedicatória da Física. para nós, a resposta consubstancia-se no que nos proporciona para além da exposição sumária dos princípios fundamentais da filosofia aristotélica, como os expressos nos conceitos de natureza, forma e causa. Juntamente com a «Física», Margalho abeira-se de matéria mais do sabor dos «fisiólogos» — a geografia ou cosmografia —, tendo diante dos olhos os mapas das novas terras e de todos os mares. Presta atenção às grandes exuberâncias das águas em Setembro, a que os hispanos chamam «águas vivas» e salienta, com o devido relevo, a continuidade das terras, montes e ilhas — da América e da última ilha do Oriente que denominam *Zipangri*. Mais do que resquício da persuasão de Colombo, quer-nos parecer que

---

([1]) Sobre o pouco que se pode adiantar, por falta de documentos a respeito do programa do ensino da Filosofia natural do reinado de D. Manuel, ver Silva Dias — o. c., pp. 436 e segs.

([2]) Exemplares na Biblioteca Colombina de Sevilha, B. N. R. e B. N. L (Res. 1032 A). Francisco Leitão Ferreira, em *Notícias Chronológicas da Universidade de Coimbra*, I, pp. 425-431, transcreve o prefácio, epigramas e epistolas.

([3]) É justo acentuar o relevo que o espanhol Carlos Sanz lhe deu, transcrevendo e traduzindo as passagens mais significativas (*B. A. V., Ultimas Adiciones*, II, pp. 814-820).

([4]) De 1513 a 1521 ocupou o sólio pontifício o papa Leão X, sucedendo-lhe Clemente VII (19.11.1523-25.9.1534), que antes já tomara grande ascendência, ajudando o pontífice reinante. Esta circunstância faz deslocar a data do final da impressão e explica o facto de os participantes espanhóis da Junta de Badajoz, referindo-se a esta obra, declararem que acabava de aparecer. Parece, pois, que terá sido lançado no mercado no final do ano de 1523.

([5]) *Margallea Logices utriusque scholia in divi Thomae Subtilisque Duns doctrina ac Nominalium*, Salamanca, 1520.

o filósofo deseja significar apenas a passagem na direcção do oeste para leste.

O compêndio de Física de Margalho está escrito sob o signo das navegações portuguesas e castelhanas, mais de uma vez invocadas. Contra o que pensa o Prof. Joaquim de Carvalho, não cremos que patenteie, «como nenhum outro livro, o estado da ciência peninsular do primeiro quartel do século XVI» (1), porque não se trata sequer de uma obra de ciência experimental e, muito menos, de fotografia da ciência contemporânea. Um livro de Física desse tempo limitava-se a comentário do texto aristotélico e raramente dava guarida a novas concepções ou resultados da ciência. De forma que a obra de Margalho não é, sob esse aspecto, «livro capital», como também não, se o considerássemos pela estrutura aristotélica das teses basilares da Física do Estagirita. Mantém, pois, a problemática medieval, como também anota o Prof. Joaquim de Carvalho, que, no entanto, reconhece: «Não obstante, prende a atenção do estudioso pela variedade da informação cosmográfica e geográfica e pelo pecúlio de algumas novidades» (2).

Contudo, não são elas tantas que se possa subscrever a asserção de Carlos Sanz, de que as notícias recolhidas no *Physices Compendium*, «hoy nos facilitan el estudio retrospectivo del proceso propagador de las navegaciones españolas y portuguesas, en aquelles primeros años del signo XVI, cuando empezaban a difundir-se por Europa» (3).

Com diligência que o coloca em primeiro lugar entre os que imprimiram notícias sobre a religião etíope, Margalho divulga breve nota, no *Physices Compendium* (4). Mais tarde, quando vier a Lisboa o segundo embaixador etíope, Saga Zaab (24 de Julho de 1517), há-de discutir fortemente com ele, para apurar a ortodoxia da doutrina dos abexins.

Entre outros temas que nos não importam, deixemos de lado a hipótese de os Portugueses poderem topar o Paraíso terreal, conservando-se, no caso de Deus permitir que comessem da árvore da vida, perpètuamente vivos. Dir-se-iam laivos de um sebastianismo antecipado,

---

(1) J. de Carvalho — *Cultura Filosófica e Científica*, in *História de Portugal* (Barcelos), IV, p. 515.

(2) Id. — *Estudos sobre a Cultura de Portugal*, 1.º vol., p. 35.

(3) C. Sanz — o. c., p. 815. Aproveitamos o ensejo para também rectificar a suposição do mesmo autor, de que Margalho foi influenciado «por las consideracciones» de Santaella, no prólogo da sua tradução do livro de Marco Polo, pois era natural que tivesse lido a edição de Valentim Fernandes, de que Santaella se serviu, como vimos.

(4) Fl. 4v.

recompensa justa da cruzada em prol da Cristandade, iniciada pelo Infante e, forma sensível e material, personificada por Camões, na ilha dos Amores. Não entraremos também nos cálculos de distâncias que, com manisfesto entusiasmo, apresenta com o fito de achar «mundialis longitudo», que acaba por verificar ser diferente do de Ptolomeu e da Carta do Mundo ([1]). Esses elementos serviram, aliás, para que na Junta de Badajoz (1524-1525) se afirmasse que defendia a colocação das Molucas no hemisfério espanhol. Os astrónomos e pilotos castelhanos citaram os seus dados, como de «uno de los diputados que agora son en esta causa, por parte del dicho señor Rey nombrado el Maestro Margalho, en un libro que compuso de filosofia, el cual ha pocos dias que anda impreso, mostrando el repartimiento entre Castilla y Portugal». Aí «prueba que los dichos Malucos caben y entran en los limites de Sus Magestades». os Reis Católicos ([2]).

Na verdade, Margalho fora incorporado, posteriormente, na legação portuguesa à conferência ([3]), não decerto para ir depor contra a posição de Portugal. Esta deve ter sido uma das causas do malogro da reunião. Margalho, porém, ter-se-á servido de números que igualmente aproveitou o cartógrafo Diogo Ribeiro, então ao serviço de Carlos V, e o geógrafo castelhano Fernandez de Enciso ([4]), não constituindo, por isso, o seu testemunho, argumento de valor.

Os topónimos que divulga também são sensacionais, no período em que nos encontramos, como é o caso da ilha de S. Tomé; da ptolomaica Melanga, «que os nossos dizem Malaca»; Catigara ([5]), *portus siculnerarum quem vocant, qui occidentalior a Castellanis inventus inter Capedo.* Às três velhas divisões do Mundo, acrescenta a ignorada dos Antigos — a América, «a Vesputio inventa»... A asserção explica-se simplesmente

---

([1]) Fl. 3.

([2]) Navarrete — *Coleccion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los Españoles,* vol. IV, Madrid, 1837, p. 347, doc. 37.

([3]) Com a sua escolha congratulou-se Diogo Lopes de Sequeira, em carta ao monarca português, de 11 de Abril de 1524. Publicada em *Gavetas da Torra do Tombo,* vol. VIII, p. 154.

([4]) Sobre a questão do valor do grau de meridiano terrestre e o próprio trecho de Margalho, ver Luís de Albuquerque e bibliografia aí citada, em *O Livro de Marinharia de André Pires,* Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1963, pp. 111-118.

([5]) Como regista o visconde de Lagoa, é «nome dado em escritos portugueses de Quinhentos, influenciados por Ptolomeu, a um porto de identificação pràticamente impossível, que a investigação histórica situa em Singapura, Hanoi, Cantão, na foz do Mekong» (*Glossário,* II, p. 204).

pelo facto de o continente lhe estar consagrado, o que pode ter visto, conforme sugere Carlos Sanz, no mapa de Waldseemüller (1507). «La critica que hace de los escudos armoriales de España y Portugal, Inglaterra y la Media Luna de los agarenos, coincide con las que se ven en el mapamundi de Wadseemüller» (1). Não acreditamos que Margalho ignorasse os nomes e as viagens de Colombo e Cabral, nem pretendesse ser testemunho histórico. No mapa que tinha presente, a América estava desenhada a ocidente, com escudos *(armorum insignia)* pintados em vários lugares, a marcarem as diversas possessões dos reis dos hispânicos e as várias navegações marítimas.

Nos sítios em que se assinalaram as armas dos Portugueses sobressai o sinal da paixão do Senhor, posto que não pintado com exactidão (2). Com efeito, as verdadeiras armas dos reis portugueses são seis castelos, que o primeiro rei português destruiu na luta com os inimigos de fé. Cada um tem cinco dinheiros por que foi vendido Nosso Salvador. Com estas armas, sacrossanto memorial da nossa Redenção, vence Portugal os leões ferozes, as águias e todas as armas dos reis (3).

Neste ponto insere a notícia mais actualizada sobre a primeira «Etiópia», «quam dicunt Guinea», que se estende até ao lugar que apelidamos Casa Mansa. A maior parte dessas gentes estão circuncidadas e veneram Maomé e dizem-se Jalofos, Mandingas (*gelophos mandingos*) por terem um rei com o nome de Mandi-mansa-*mansa*, porque no seu idioma este vocábulo significa Senhor e *mandi* é a província que os «hispanos» chamam Mandinga. O rei possui abundância de ouro e prata. Daqui até ao cabo da Boa Esperança são etíopes idólatras, encontrando-se, na mesma distância, os Montes da Lua.

Os habitantes da Etiópia abaixo do Egipto conhecem-se por abissínios e têm por costume marcar o rosto com ferro em brasa. Não se baptizam em fogo, como por vezes se imagina, mas em água. Admitem heresias e falsos dogmas e observam simultâneamente preceitos da Lei Antiga e da nossa; imitam outros costumes de infiéis e admitem pluralidade de consortes. Fabulam a sua origem em Salomão e na rainha Sabá.

Também existe a Etiópia que se estende para o Oriente e se diz *interior asiático*, desde os montes da Lua até ao golfo do falso Maomé. Tem

---

(1) C. Sanz — o. c., pp. 81 e 89.

(2) Refere-se, evidentemente, ao escudo das cinco quinas, colocadas em forma de cruz.

(3) Fl. 4.

muito ouro. Entra ainda noutros pormenores que nos não interessam, para alfim chegar à Índia, que os Portugueses frequentam. Tira o nome do rio Indo e distribui-se em Índia média e nas duas extremas. A primeira começa no Indo e vai até ao porto de Cambaia. Habitam-na quase só maometanos, sendo idólatras os restantes. A Índia média, também conhecida por Malabar (Mimbar), pára no golfo Colchicum e é o grande empório onde se vende abundância de gengibre e canela, sobretudo em Calecute *(Calecut)*, Coulão *(Coulen)*, *Heli fatenur*, *Cranganor (Colungur)* (1), em que vivem muitos nestorianos.

A terceira Índia, também conhecida por mais alta e pelo nome de terra Moabar, estende-se até ao rio Ganges. Os habitantes adoram vacas e possuem abundância de canela. Imaginam eles que a América ou Antilhas e outras ilhas ficam perto, e o mais disparatado é que as denominam as ilhas de Ofir e Taris.

Assim fenece o livro 1.º, voltando, nos seguintes, às proposições metafísicas, que constituíam a Física aristotélica. Até que entra a explicar a *Sphera* (de Sacrobosco), Ptolomeu, Cleómede, Proclo, Aratoque deducta, para aludir de novo às velas dos marinheiros portugueses, a passarem pela ilha de S. Tomé, no equador, e ao cabo da Boa Esperança — como dois marcos ou cabos da terra novamente adquirida para o saber humano.

Não o acompanharemos nas considerações acerca da globosidade do Mundo, sobre a causa da mudança das horas, etc., etc. Importa mais vincar o conceito que formulava a respeito de Ptolomeu, que lhe merece muita consideração. Emendou ele argutamente a Marino — diz; mas a suma perícia náutica dos Portugueses corrigiu a sua laboriosa descrição do Mundo.

Poucos traços, pois, nos ficaram do saber cosmográfico de Margalho — os suficientes, porém, para se poder incluir no número dos que não se esqueciam de recolher os novos ensinamentos, embora nem sempre em toda a pureza. Homem de três pátrias — Portugal, França e Espanha —, não se lembrou de averiguar a verdade histórica do que corria por certas vias, com detrimento das glórias da sua pátria.

Estes são os filósofos mais representativos deste período manuelino, em que nos ficaram sinais do reflexo dos descobrimentos geográficos no ensino. Reconhecemos que mal souberam aproveitar o precioso tesouro que eles, mais que ninguém, tinham mesmo à mão...

---

(1) Em Enciso: Tancur e Colongur.

1.3 — *A colectânea de Alessandro Zorzi e a informação que conseguiu de alguns portugueses, em 1517.* — Uma outra espécie de escritores estava sempre atenta a essas manifestações, como aliás temos visto — os coleccionadores de Relações. Nestes últimos seis anos do reinado de D. Manuel, mais um surgiu na Itália, provàvelmente Alessandro Zorzi (1), que Henri Harrisse, por vezes, dá como autor da colectânea *Paesi,* parece que na esteira de Humboldt (2). Não esconderemos o facto de Uzielli preferir pensar que a colecção destes documentos seria da família Strozzi: «fosseno una raccolta di materiali forniti, in parte almeno, da Piero di Strozzi, a un suo parenti Alessandro Strozzi» (3). Trata-se, porém, de uma hipótese, que não chega para substituir aquele nome.

Aliás, o que mais nos importa, é saber que temos diante de nós um coleccionador que, ao seu exemplar da obra de Montalboddo e outros impressos, ajuntou algumas Relações manuscritas, formando quatro volumes. O conjunto, por vezes etiquetado de *Alberico* e *Conti,* guarda-se na Biblioteca Nacional Central de Florença (4). Na descrição da obra, rele-

(1) Na Biblioteca Nacional de Florença, entre os mss. de Foscarini guardava-se (vol. 6143, p. 29) indicação de «Alessandro Zorzi, 1560. Viaggio due volte in Cipro, poi in Alessandro, poi Inghilterra, Spagna, Flandra e d'anni 20 in circa» (Harrisse — o. c., Add., p. 37). A. Hakluyt Society imprimiu, em 1958, um volume XXIX, 232 páginas, com o seu nome e o título — *Ethiopian itineraries circa 1400-1524.* Edited by O. G. S., Crawford, Cambridge.

(2) H. Harrisse, *B. A. V.,* I, n.os 55, 58 e 70. — Neste último número, como no 48, apresenta Montalboddo como autor e transcreve, em nota, esta recriminação de D'Avezac: «Alexandre Zorzi a été le possesseur d'un exemplaire du *Paesi* (...) de Francanzio de Montalboddo, Vicente, 1507, auquel il fit de nombreuses additions de pièces manuscrites dont la date descend, au moin, jusqu'en 1524. C'est une des legèretés d'Alexandre de Humboldt de l'avoir pris pour l'auteur même de la colection imprimée». Sobre o assunto, Vignaud — *Améric Vespuce,* Paris, 1917, pp. 16-18.

(3) G. Uzielli — *Piero di Andrea Strozzi,* p. 138 (p. 31 da sep.).

(4) Com a quota B. R. 233-236. — Roberto Almagià, *Intorno a quattro codici fiorentini e ad uno ferrarese, dell'eruduto veneziano Alessandro Zorzi,* in *La Bibliofilia,* ano XXXVIII, pp. 313 e segs., e em *Scritti Geografici,* Roma, 1961, pp. 447-468; Sebastiani Crino — *Schizzi cartografici inediti dei primi anni della scoperta dell'America* (Supplemento al fascicolo di Novembre 1930 — IX da *Rivista Maritima,* Roma, 1930); G. Ferraro recompilou-o e imprimiu-o com o título de *Relazione del scoperte fatte da C. Colombo, de A. Vespucci e da altri, dal 1492 al 1506* (segundo Levillier — in *Revista de História,* n.º 33, p. 132). R. Levillier publicou o fac-símile da tradução italiana manuscrita do *Mundus Novus,* que se encontra no *Alberico* (*Mundus Novus. A carta de Vespúcio,* pp. 18-42). Sobre Zorzi ver ainda D'Avezac — *Considérations géographiques sur l'Histoire de Brésil,* pp. 312-313, e Guglielmo Berchet — *Raccolta Colombiana,* parte III, vol. II, p. 213.

vamos apenas os textos que mais quadram ao nosso assunto. O primeiro volume, para nós o mais importante, contém textos respeitantes às navegações: o tomo impresso das viagens de Varthema (fólios 1-100) e relações respeitantes ao oceano Índico, de 1510-1516; a carta de Piero Strozzi ao pai, de 20 de Dezembro de 1510 (fólios 101-103); a endereçada a Zuan di Santi, de 10 de Novembro de 1511 (fólios 103-104v.); a epístola de D. Manuel a Leão X, 6 de Junho de 1513 (fólios 104v.-109v.); a que foi escrita em Lisboa, a 31 de Janeiro de 1513 e mandada a Zuan Batista, em Florença (fólios 109v.-120); Aviso remetido de Lisboa, a 15 de Julho de 1514 (fólios 120-120v.); a missiva de Valentim Fernandes para os mercadores de Nuremberga em 1515 (fólios 120v.-127); a de Giovanni da Empoli, redigida em Cochim a 15 de Novembro de 1515 e recebida em Lisboa aos 22 de Outubro do ano seguinte (fólios 127v.-131); a *Information havuto io Alexandro, da Portogalesi*, em Veneza, no ano de 1517 (fólios 131-140v. e 165-166); e, por fim, a *Lettera di Andrea Corsali fiorentino allo Illmo. Sre. Duca Juliano de Medici*, impressa em Florença, no ano de 1516 (fólios. 141-164v.).

O segundo volume, «il più pregevole» para Crinó, reúne textos sobre a América espanhola, abrindo com o título *Primo. Libro primo Del altra Terra Nova Continente chiamato Mondo Novo opposito al Asia, Europa et Africa, laquale fu trovata et scoperta et navicata dale primo Chistophoro Colombo mandato dal Re di Spagna lanno MCCCCLXXXXII. Ali primi giorni di Septembre*. E, assim, inclui o livro IV dos *Paesi*, transformado em livro 1.º, que termina com o fólio 28 (com acrescentamentos manuscritos), seguindo-se um *libro secondo* que recolhe documentos novos — a carta de Simon del Verde, a *Informatione* de Bartolomeu Colombo [1], etc., até ao fólio 46v. O fólio seguinte tem o título de *libro terzo*, por cima do *Quinto* impresso dos *Paesi*, e reproduz a carta de Vespúcio a Lourenço de Médice, prosseguindo, escrita à mão, a epístola de Colombo, da Jamaica (fólios 54-65v.). No *livro quarto* encerra Zorzi várias cartas sobre o Novo Mundo espanhol, por exemplo, cópias de missivas do embaixador Gaspar Contarini à Senhoria de Veneza, de Valladolid, 24 de Setembro de 1522, etc., e a segunda relacção de Fernando Cortez [2]. O fólio 130 inicia o *livro quinto*, com a epístola de Transilvano,

---

[1] Transcrita, com erros, em Harrisse, na *Raccolta Colombiana* e em Wieser, segundo Crinó, que apresenta a leitura correcta (o. c., pp. 13-15).

[2] Crinó reproduz os desenhos marginais deste e doutros textos sobre as navegações e conquistas espanholas (o. c., pp. 26 e segs.).

copiada da edição romana de 1523, incluindo outras descrições da viagem de Fernão de Magalhães. O fólio 180 (início do livro VI) insere o raro opúsculo *Il viaggio fatto da gli Spagnivoli a torno al mondo*, impresso em Veneza, no ano de 1536 [1], e a *Cópia di una letera di Sybilia venuta al Signor don Lope Imbasciadore Cesareo in Venetia*, também impressa (Sevilha, 8 de Fevereiro de 1538).

O tomo terceiro, o menos adiantado na coordenação, ajunta Relações de viagens e notícias de países do Norte e Oriente enropeu, entre 1432 e 1519. Termina com o impresso *Tractatus de duabus Sarmatiis Asiana et Europiana et de contentis in eis* (Augusta Vendelicorum, 1518). Por fim, o quarto volume, que guarda textos respeitantes às navegações africanas e asiáticas, pode dividir-se em duas partes distintas: 1) *De viajantes*, como o livro de Niccolò di Conti e a Relação que Zorzi recolheu, da boca de frades etíopes; 2) *De navegadores* ao serviço de Portugal: Relação de Cadamosto, segundo o texto impresso dos *Paesi* (livros I-III); a do Piloto Anónimo, incompleta, sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral (livro II dos *Paesi*); o relato do P. José Indiano (livro VI dos *Paesi*); e a formar o *livro* V deste volume, o manuscrito *Viaggio de India fatto per tre nave portogalese* (fólios 161-184v.), de que era comandante António Saldanha. Termina com *Copia de una lettera del Re di Portogallo allo sa(n)tità del Sum(m)o po(n)tifice papa Julio* (fólios 185-188v.), que fecha com a indicação: *ex oppido* Abra(n)tis XXV Septembre 1507.

Os textos dos *Paesi* disseminados nestes volumes formam um novo exemplar quase completo, da 1.ª edição da colectânea de Montalboddo. Para Almagià, o mais importante dos quatro tomos é o que contém material colombino, como a *Informatione* de Bartolomeu Colombo e o texto da carta de Cristóvão Colombo, da Jamaica, 7 de Junho de 1503.

Segundo o mesmo autor, o exame dos quatro volumes revela que a colecção terá tido quinto tomo, e mais três textos impressos: *Navegação da Nova Espanha*, de Fernando Cortez, tradução do latim em vulgar, por Nicolò Liburnio (Veneza, 1524); o *De insulis nuper repertis*, de Anghiera (Basileia, 1521) e a *Epistola* de Transilvano (edição de Roma, 1521). Dir-se-ia que o coleccionador projectava empreender trabalho parecido com o que em 1550 apareceu impresso por Ramúsio. Sobre a data, serve a indicação que nos proporciona o facto de não ultrapassar relações posteriores a 1538. Mas, como se infere da «Informatio(n)

---

(1) Existe um exemplar em Coimbra (*Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, 1970, p. 623).

havuto io Alex.º da portogallesi i(n) Ven.ª», recebia informações de portugueses, pelo menos desde 1517 ([1]).

Conhece-se ainda um outro códice, também coligido por Zorzi, na Biblioteca Comunale di Ferrara, que tem o seguinte título: *Succeso della prima navicatio di Colu(m)bo [admira(n)te dil Re di Spagna delle Insule] et Ter(m)eni noviter scopti [Dalli a(n)tiqui i(n)cogniti]*, que encerra a matéria correspondente ao livro IV dos *Paesi* (1507) (libri I-VII do ms. de Ferrara); a carta Ferrera; a carta de Vespúcio a Lourenço de Médice (livro V dos *Paesi*, correspondente à primeira parte do livro VIII de Ferrara); a carta de Colombo, da Jamaica, 7 de Junho de 1503; e o capítulo de uma carta de Girolamo Vianello, de Burgos, 23 de Dezembro de 1506.

Este códice será mais antigo que o florentino ([2]), a avaliar pelas suas relações, que não passam de Dezembro de 1506. Está dividido em quatro partes: 1.ª, narração das primeiras três viagens de Colombo (livs. I-V); 2.ª, narração das viagens de Alonso Niño e Vicenzo Pinzón (livs. VI e VII); 3.ª, carta de Vespúcio a Lourenço de Pier Franscesco dé Medici (1.ª parte do liv. VIII); 4.ª carta de Colombo, da Jamaica, e capítulo da carta de Girolamo Vianello (2.ª parte do liv. VIII). As duas primeiras partes equivalem, com se vê, ao *Libretto di tuttu la navigatione* (Veneza, 1504), que preenche o livro IV dos *Paesi*. Neste códice, menciona-se duas vezes o nome de Angelo Trevisano, que, conforme referimos no cap. III, foi quem enviou para Itália, sem o autor saber, estes capítulos dos *Décadas* de Pietro Martir de Anghiera ([3]).

Crinó tentou pôr em relevo o saber geográfico de Zorzi, manifestado nos esboços e notas apostas nas margens. Boa parte refere-se às conquistas espanholas, como os esboços a cores da cidade de Temistitan, no México, e do itinerário relativo à conquista da Nova Espanha

---

([1]) Embora de passagem, notemos o vicio de argumentação de R. Levillier, quando pretender ver um «testemunho» da viagem de Américo Vespúcio nuns desenhos de Zorzi, datando-os de 1507, parece que pelo simples facto de ser essa a data da impressão dos *Paesi* de Montalboddo. Testemunham, porque constituem a única representação gráfica contemporânea do itinerário vespuciano, e afinal são apenas a representação gráfica da viagem da própria descrição de Vespúcio... Para quê evocar depois que atrás de Zorzi se encontrava Trevisano, «perito (!) em viagens de Espanha a Portugal»? (*Mundus Novus. A Carta de Vespúcio*, cit., p. 139).

([2]) Revelou-o em 1827, G. B. Baldelli-Boni, em *Il Milione di Marco Polo*, vol. I, Florença, pp. XXXII-XXXIII.

([3]) O autor pretende inferir dai a intervenção de Zorzi na edição do *Libretto*, mas não aceita igual interferência na impressão dos *Paesi*, de Montalboddo, como pretende Vignaud, preferindo derivar ambos de fonte comum (o. c., pp. 336-340).

ou seja o México. Merecem igualmente especial menção os desenhos do livro V do 1.º volume, que contém, conforme dissemos, as principais relações da viagem de circum-navegação. Zorzi colheu na geografia de Gaspar Contarini os dados positivos da distribuição das terras, servindo-se igualmente, não só de Transilvano, mas de fontes portuguesas, conforme se infere do facto de colocar Malaca um pouco dentro do hemisfério português. Com manifesto exagero, Crinó concluiu «che questi schizzi rappresentano i primi tentativi di correzione dei dati antiquati, i quali, sottoposti dallo Zorzi a vera e propia critica, gli hanno permesso di offrirci in rapida sintesi l'immagine della conoscenza dell'Orbe nel primo quarantennio delle gloriose scoperta» [1].

No que concerne ao traçado geográfico das costas de África e Ásia por onde andaram os Portugueses, já vimos, no capítulo III, que não passam de mero apontamento sem intenções de se mostrar geógrafo. E, contudo, Crinó supõe que o esboço da costa sudoeste da Índia é notável, «soprattuto per la gran copia di particolari che non si trovano in nessuna carta del tempo e che costituicono l'interpretazione più fidele delle parte di relazione in cui si parla, tra l'altro, di *Pandari villa*, la qual come si legge nel testo, é longi da Calicut 12 legue».

Já aproveitámos o relato da viagem de António Saldanha e agora apenas nos demoraremos, pelo motivo óbvio de as demais caírem fora do âmbito deste trabalho, com uma informação obtida em Veneza no ano de 1517, de características tão peculiares que assume o aspecto de noticiário recolhido de companheiros dos intervenientes dos feitos narrados — «portogalesi» — que o colector aproveita para proporcionar ao leitor, em crónica de sensação. Dir-se-ia mesmo um jornal dos nossos dias que se limitasse a divulgar notícias de uma só nação, conhecida em toda a parte por qualquer empresa continuada. Várias vezes o redactor do folheto começa o período com *Dicon*. E então, reúne revelações preciosas, desde o Manicongo, de que tão pouco ainda se havia escrito, até ao Oriente, com menção expressa de Malaca e dos chinas. Mas é, sobretudo, a informação da costa ocidental de África que apresenta maior riqueza de conhecimentos. O afortunado redactor colheu também alguns dados bem concretos da arte de navegação dos Portugueses, deveras interessantes. Notícias dispersas, por vezes repetidas, com regresso ao mesmo ponto anterior, depois de ter passado adiante, acrescentando ainda, no fim algu-

(1) Crinó — *o. c.*, p. 51.

mas páginas sobre a ilha de S. Lourenço, de que conta um saboroso episódio passado entre um veado e uma serpente.

Os informadores, que começam com S. Tomé e tanto sabem da ilha e do Congo, não terão sido aqueles mareantes que transportavam açúcar aos portos italianos, como o que Ramúsio há-de referir em 1550? Na impossibilidade de os identificar, acompanhemo-los, no entanto, na comunicação do que se ia passando nas navegações portuguesas, até esse ano de 1517.

Sobre as ilhas de S. Tomé e Príncipe revelaram *a situação geográfica:* «insula di S. Thome a la ripe di Lethiopia, verso megio di di la della mina vechia di S. Giorgio (...) fra terra al Rio di Padron, dicon star uno Re Ethiopo potentissimo (...), il Re di Manicongo»; *a autoridade portuguesa que nela se estabeleceu:* «il Re di portogallo tienne nella (...) uno loco tenente, hove ogni anno manda nave»; o *estado em que os Portugueses encontraram as ilhas:* «linsula di S. Tome in principio quando la trovarono era desabitata»; o *povoamento determinado pelo Soberano português:* «il Re manda tuti i banditi a habitare ditta Insola, in modo che hora hanno riduti 3 lochi»; *a qualidade e relevo da terra e os seres vivos que vivem nela, nos rios e no mar:* «il terreno esser bono, ma haveva fiumere asai in torno, nelle quale eron piene di cocodrili (...). Et cosi erono nel megio di tal Insula montagne asai et grandissime et osser vi vipore et serpe asai venenose, che alla morsicatura sua non era rimedio»; *os produtos agrícolas que da terra se extraíam, com relevância para o açúcar:* «fanno il zucharo che prima in tuti paesi de neri non sapevon fare; sono i le canne di tal zuchari grosisime et li lor pradi di erbe di gran quantità di magiorona. (...), fichi grandissimi, uva, melarancie, limoni, cedroni, meloni (e) mangion, radice de una herba chiamati tiguame et vino di palme»; *costumes dos habitantes da ilha de S. Tomé:* «vanno nudi (...) infino alla boca dil rio di padron, che va nel paese di Menicongo, da ditta bocha di rio; per lege 15 è uno altro rio». Sobre a ilha do Príncipe apenas informaram os Portugueses que tinha no litoral — dela ou do continente? (alla-marina) — uma grande povoação denominada Costa, 80 léguas distante da ilha de S. Tomé.

O mais que a crónica recolhe, afigura-se-nos noticiário que irradia deste ponto central, uma vez que o pormenor se restringe às terras limítrofes, contando como episódios periféricos, quer o relato dos processos usados na navegação e o alongamento fugidio das viagens até ao Oriente, quer o episódio isolado, ocorrido em Madagáscar.

O rei do Manicongo, o mais poderoso dos três soberanos da Guiné conhecidos, é o senhor das vastas terras meridionais que seguem até ao rio do Padrão — «si a drieto a tal ripe de Ginea (...) soto la Equinotial dove è llo Rio di Patron, chiamato cosi da portogalesi» e anda continuamente em guerra com os vizinhos, sobretudo com os que dominam as regiões na direcção do cabo da Boa Esperança. A respeito destes últimos povos, recorda a chacina de 60 portugueses, no ano passado (1516), que saíram em terra, no cabo da Boa Esperança, cuidando que seriam pessoas civis e domesticadas e afinal manifestaram-se homens selvagens e crudelíssimos. São todos bestiais e cruéis e os Portugueses quase não comerciam com eles. Em pleno contraste, o monarca do Manicongo desejou receber a fé cristã, deixando a idolatria, e impetrou do rei de Lisboa o envio de homens peritos e bons, para instrução dos povos. Os cinco frades de São Francisco que lá entraram [1], não só os evangelizaram, mas ensinaram-lhes a língua latina e a nossa gramática, por meio de muitos livros religiosos. Salienta-se a boa aceitação da doutrina, sem omitir a relutância do preceito de cada homem ficar casado com uma só mulher. Foi isso que obrigou os frades a demorar a catequização, «in lor lingua» por vários meses. O rei pensou então que a melhor forma de resolver a situação estava na pregação por meio dos próprios nativos e enviou a Lisboa dois filhos seus, para que um entrasse na Ordem de S. Francisco e o outro se ordenasse de padre secular.

A esperança da salvação raiava forte no horizonte da boa vontade de todos. Eles mesmos desejavam ardentemente regressar ao seu país, para pregarem a fé católica. «Et sperasi in brieve tuti ditti popoli con facilità per essere idolatri ridursi alla santa nostra fede». E não só estes mas os de Benim e todos os da Etiópia. Este, aliás, é o *único* desejo do rei de Portugal — terão dito os Portugueses, que colocavam o comércio como um meio e não como um fim: «Et altro desiderio non il Re di portogallo che ridurli tuti christiani, che de mercantar et utilita non si cura». Enuncia os produtos da terra — figos e outras frutas do tamanho de um pão; limões, laranjas e cidras do tamanho da nossa cabeça; canas-de-açúcar grossíssimas. Fazem pão de certas raízes e vinho, das palmas. Abundam os animais selvagens, como leões e leoas, enormes elefantes, muitos deles domesticados, que se montam e são obedientíssimos e de grande entendimento.

---

(1) Parece que, depois deste testemunho, não há lugar para dúvidas sobre os primeiros religiosos que entraram no Congo.

No meio da região que fica entre aquele e a Mina Velha, há um porto fluvial, em frente do qual está uma pequena ilha, chamada de Fernando Pó (*frendando pro*). Nesta terra existe uma região denominada Benim, igualmente poderosa, mas não tanto como o referido rei de Manicongo. Assinala aí a presença de mercadores de várias nações que deambulam de terra em terra e permutam ouro que levam à Barbaria, no mar Mediterrâneo.

Nos confins do rei de Benim fica outro rei, o terceiro da Guiné, cujo território confronta com a Mina Velha, da mesma forma que aquele, igualmente menos poderoso que o de Manicongo. Chama-se Labi dan. Possui cavalos de pequena estatura, donde se exportam para aqueles dois reinos, que apenas têm bois pequenos e cabras. Desta região trazem os Portugueses dentes de marfim, malagueta e escravos bem proporcionados. Todos os anos vão 12 barcos, um por mês, à Mina Velha, onde está o castelo de S. Jorge, de que trazem 10 a 15 mil ducados de ouro em pó.

De uma maneira geral, nestes reinos de negros, em contraste com a terra de S. Tomé, cultivada pelos Portugueses, sòmente nasce milho panico muito baixo, de que fabricam o seu pão. O rio Padrão atravessa as regiões de Manicongo, numa extensão de 15 léguas, havendo outro curso de água que se dirige para leste, até um certo lago que é como «lagune di Venetia». No meio da laguna existe uma ilha habitada de negros, chamados *Abondus*, que são homens ferocíssimos. O rei de Manicongo não tem mão neles e os Portugueses já subiram pelo rio, em barcos armados, sem qualquer vitória. Da doca deste rio à cidade e reino de Manicongo são 50 léguas.

O rei Manicongo, que se fez cristão, com todos os seus, extrai dentes de elefante e escravos, e, das montanhas, muita madeira. O maior rio que atravessa estas regiões dos negros é o Real (*rio Regal*), que vem «di qua della insula di Principe». Seguindo para o mesmo pólo, encontra-se outro rio que entra numa grande lagoa, onde fica o porto de *Gata*. Na continuação topa-se o rio de *Benim*, onde, por cima do tal rio, para oriente, está a cidade e reino de Benim. Aí se explora o ouro, que levam ao castelo de S. Jorge. Presentemente, os Portugueses vão lá buscá-lo. A cidade fica a 25 léguas da embocadura do rio. O rei de Benim anda contìnuamente em guerra com o de Dudo, que se situa para o Oriente. Impera num reino muito dilatado para o interior e muito distante. Os cavalos são aí maiores que em Benim. Num e noutro reino fazem-se *pater-nostri* de pedra lazúli, que vendem aos países limítrofes.

No fim da folha em que se refere à ilha de S. Lourenço, ajuntou a notícia de mais um reino que um dos «ditti portugalixi» ainda lembrou de comunicar: nos limites do rei de Manicongo, «al Cao Lopo Gonsalves, che e per mezo lixola de San Tome fra terra ver levante», encontra-se o rei Anichiber, conhecido por *Rex pigier*. Em latim, como moralista cuidadoso que reserva a notícia apenas a teólogos seguros, revela que a geração desta província mereceu aos sarracenos o nome de *Abnechibe*, que na nossa língua significa *filho de cão*, e isto porque os rostos se assemelham a cães. Unem-se uns com os outros, e andam nus, sem terem qualquer espécie de lei. Esta geração confronta com a terra do grande imperador Preste João da Etiópia, que governa cristãos, com um patriarca em lugar do Papa. Esta aproximação denuncia a origem da versão bem conhecida dos homens com cabeças de cães, que vem dos séculos anteriores.

Nas últimas três linhas da folha alude de passagem — se é que não seguia na folha imediata — ao rei de *Mandimusa* (decerto Mandimansa), que localiza «per mezo la ditta Isola da San Tomé, ale marine», «in detta provincia», «ale marine verso la Mina vechia».

Estes povos do litoral da Etiópia são negros com cabelos curtos crespos, até ao cabo das Correntes, porque deste cabo até Melinde e daí até à Índia não são tão negros nem têm os cabelos assim curtos, e sim morenos e cor de leão e cabelos compridos. Informaram ainda os Portugueses que aquele reino do Manicongo, andando direito ao cabo das Correntes, é habitado por homens ferozes e cruéis e próximo ao cabo da Boa Esperança, que fica em 34 graus e meio abaixo da equinocial, e quando os barcos passam o dito cabo, mantêm-se à distância e alfim encontram-se em 37 graus abaixo da equinocial, e isto para fugir às correntes desse cabo. Revelaram também que já navegaram até 46 graus, sofrendo grandes frios e que por lá toparam muitas ilhas.

Saem de Lisboa até às ilhas de Cabo Verde, cabo da Boa Esperança e daí até ao cabo de Guardafui — 15 graus de latitude norte — e ao mar Vermelho. Ao monarca português não faltam aí madeiras e tudo o mais necessário para construção naval. Dispõe, fora os dos seus tributários da região (decerto Calecute, Cochim e Cananor), de poderosa armada de 30 barcos e 15 galeras, entre grandes e pequenos.

Sobre os chinas, que ficam duas milhas para lá de Malaca e são brancos como nós, os Portugueses «dicon cose asai, che sia lungo a nararle». Por fim, assinala o facto de há dois anos, o rei de Calecute ter feito aliança e consentido erguer-se uma grande fortaleza no seu porto.

Na navegação, elucida o autor da Relação, os Portugueses utilizam o quadrante e o astrolábio, mas o seu astrolábio tem características próprias. Descreve-as como as viu («ho visto il suo Astrolábio»), constituindo este trecho, porventura, a mais antiga descrição pormenorizada que se conhece, visto a de André Corsali não passar de alusão a um astrolábio que usou nas viagens efectuadas no Oriente, em barcos portugueses. Na margem desenhou o astrolábio, esquematizado, que, até por isso, difere do que nos deixou Diogo Ribeiro, em 1527 e 1529 (1).

O seu astrolábio — diz, referindo-se aos Portugueses — tem a medeclina com duas pínulas perfuradas, que se encontram por cima da linha de fé, muito próximas da pólice do astrolábio. Com isto, sucedia que, se estivessem afastadas para o lado do limbo, com o movimento dos navios no mar não deixavam pousar o astrolábio, de modo que o sol penetrasse bem pelo orifício e, por isso, tornava-se preferível ter as pínulas menos afastadas. O astrolábio apenas consta de limbo com números e alidade (2). Desapareceu o zodíaco com as estrelas por baixo da rede, e o céu junto com o azimute, bem como a almucântara e a escala no verso com quadrante (3). É muito pesado, de bronze perfurado «come qui pono la figura» (alusão à gravura). «Cosa semplice».

Ao partir para a Índia, os barcos levam duas cartas, uma entregue ao piloto e outra ao mestre (4).

Resta a ilha de Madagáscar, que o autor acrescenta ao texto anterior, já em folha distante. Contaram então os Portugueses que, estando surto um navio seu na ilha de S. Lourenço, «di la dal capo S. Vicenzo, per megio la mina di Zafala», doze homens seus desceram em terra com balestas.

---

(1) Reproduzido, este de Ribeiro, em Nordenskjöld — *Periplus*, mapa XLIX; Pereira da Silva — o. c., p. 259; A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, 2.° vol., estampas XVII, XX e XXI; *P. M. C.*, 1.° vol., estampas 38-40.

(2) A alidade de pínulas furadas que gira em torno do centro teve entre nós o nome de mediclínio, do latim *mediclinium*, tomando depois a forma feminina *mediclina* ou *medeclina* (L. Pereira da Silva) — o. c., 2.° vol., p. 254). Segundo a nomenclatura de D. João de Castro, o astrolábio compunha-se de duas partes: a *roda*, com seu anel de suspensão, e a *mediclina* (Id., *ibd.*, p. 258). Ver também A. Fontoura da Costa — *A Marinharia dos Descobrimentos*, pp. 21-24.

(3) Essas eram caracteristicas do astrolábio planisférico que ainda usou o infante D. Henrique e Zurara (ver Pereira da Silva — o. c., pp. 245 e segs.).

(4) No texto: *nochiere*, i. é. *nocchiero*, piloto, nauta, o que conduz um barco, «Piloto» e «nochiere» deverá traduzir-se, segundo A. Teixeira da Mota, que vai publicar esta Relação, por piloto e mestre.

Dizem ser ilha grande e muito fértil, cheia de animais de toda a espécie, como bois, «castroni» (1) elefantes, leões e onças, tendo encontrado no meio de uma pradaria um grande veado lindíssimo, com os seus grandes chifres, que uma serpente enorme conseguiu prender a uma árvore, de tal forma que o animal se não podia mover. Quiseram os Portugueses libertá-lo receando, no entanto, que a serpente os envolvesse também. Conjugando, porém, os movimentos, os doze de S. Lourenço cercaram o inimigo e carregaram todos à uma, «et cosi facendo amaciorono detto serpente». Apesar de morta, não largava o veado, e, por isso, trouxeram ambos. A serpente era muitíssimo grande e tão gorda que pesava grande quantidade de libras, mais de 400, «per che dicon se adoperano molto in medicina questi dalli antiqui se chiamavon Draconi», que são como serpentes sem pés, as quais se lê que combatem com elefantes. Ao facto natural de doze destemidos guerreiros, junta o autor o maravilhoso da erudição livresca...

2 — Informações da China e restante Oriente

2.1 — *Os pesquisadores, em terras orientais, de notícias para o rei Português; a carta de Giovanni da Empoli, primeira notícia enviada para fora do País, sobre a China conhecida dos Portugueses; as missivas de Raffaelo Galli e a entrada em Bengala, de João Coelho, o primeiro português a beber água do Ganges.* — Afonso de Albuquerque não é, certamente, o autor do plano que alguns historiadores lhe atribuem, porque os governadores actuavam em coordenação com as decisões régias, substancialmente determinadas nos Regimentos que cada um levava. Mas pertence-lhe, sem dúvida, toda a acção que deriva espontâneamente do zelo de bem servir o seu soberano; do anelo de dar provas de ser digno sucessor do primeiro vice-rei; do irresistível pendor de satisfazer as inclinações e anseios da personalidade que o distingue de todos quantos o acompanham na missão de governador. Um destes traços do seu carácter marca-o bem João de Barros, quando sublinha que «teve (...) um vivo e natural espírito acerca de inquerir todolos reinos e províncias daquele oriente, trabalhando por saber o estado dos príncipes deles, e como se governavam, e os tratos e comércios que entre si tinham, provocando-os em nossa amizade, por todos modos e meios que ele podia» (2).

---

(1) *Castoni* (pequenos gatos); ou *castori*, castores?

(2) *Déc. III*, p. 84.

Mais do que nunca, foi-lhe fácil pôr em prática essas diligências, depois da tomada de Malaca, centro de confluência dos povos do Extremo Oriente. «Naquele pequeno espaço de tempo que nela esteve», repara Barros, enviou seus mensageiros a Sião, a Maluco, a Pegu, à Java e à China, Em seguimento deste plano, mas em direcção diferente, «de Ormuz, quando o tomou, enviou Fernão Gomes de Lemos ao xeque Ismael, rei da Pérsia».

A par disso, deixou o assunto muito recomendado aos capitães, nomeadamente aos de Malaca, que endereçaram as suas informações ao governador e até ao próprio soberano. Por mar ou por terra, deviam ir sempre «homens de bom espírito e descrição, para trazer informação do que visse e ouvisse daquelas regiões e tantas mil ilhas, como aquele Mar oriental tem». Daí que D. Manuel chegasse a reunir vastas informações do Oriente que lhe permitiam tomar decisões. Aliás, esse cuidado vinha já de D. Francisco de Almeida, que, conforme lembra Gaspar Correia, por lhe importar «as drogas que vinhão das partes de Malaca, desejoso de tudo saber pera elle as mandar buscar com seus navios, pera aver verdadeira enformação desta cousa antes que a empreendesse», enviou em 1507 quatro homens da sua confiança, à costa de Coromandel, por cuja via transitavam aqueles produtos. Além do convite aos mercadores, para passarem a Cochim, encomendou aos seus colaboradores que, «se podessem, passassem a Pegu e a Bengala, e tudo vissem e tomassem muyta enformação, pera de tudo lhe darem recado» (1). Dois deles morreram, mas os restantes voltaram e «derão ao Visorey grande enformação de todallas cousas» (2), o que parece autorizar a suposição de que foram mesmo até ao Pegu (3).

«E como El-Rei estava avisado da grandeza daquele Oriente e da muita riqueza que nele havia, assi de cousas naturais como artificiais, determinou enviar uma armada a este descobrimento, principalmente a Bengala e à China, por lhe dizerem serem os reinos do maior comércio, e os

---

(1) Correia — *Lendas*, I, II, p. 643.

(2) Id. — *ibd.*, p. 739.

(3) Adoptamos a dúvida prudente, por falta de documentos explícitos e porque em Setembro de 1512 chegaram a Martamane «os prymeiros portugueses» que ancoraram nesse porto (L. Filipe F. F. Reis Thomaz — *De Malaca a Pegu, viagens de um feitor português (1512-1515)*, Lisboa, 1966, p. 66). Se na verdade se chegou ao Pegu em 1507, parece que os contactos foram passageiros e sem continuação.

mais ricos e poderosos que havia, do Cabo Comori em diante» ([1]). Deste modo introduz Barros a expedição de Fernão Peres de Andrade, em que viajava Tomé Pires, como embaixador à China, e João da Empoli, de que trataremos a seguir.

Mas, antes, não queremos deixar de frisar que aqui começa, de facto, a segunda etapa da informação sobre o Oriente, que se distingue da anterior, pela abundância de notícias, colhidas pelas naus portuguesas, a partir da costa de Coromandel até ao Extremo Oriente. Possibilitou esta empresa a fixação dos Portugueses em Malaca, os quais só a partir de um ponto seguro se podiam abalançar à desventração desse mundo ignorado. Malaca exerceu, pois, para os Portugueses, o duplo papel de *hinterland* das mercadorias dessas regiões e escala de partida para a recolha de notícias geográficas em ordem à reforma dos conhecimentos humanos do globo habitável. E começou a sê-lo, não quando Afonso de Albuquerque a conquistou, mas sim desde a hora em que aí ficaram cativos muitos portugueses da expedição de Lopes de Sequeira ([2]).

Não nos serviremos de todas as Relações que os Portugueses enviaram ao seu rei, porque da maior parte delas apenas deve restar o que os cronistas, anos mais tarde, hão-de escolher para as suas obras, sem determinarem o ano de cada informação ([3]). Supre, em parte, essa ausência o que alguns estrangeiros escreveram para os seus países de origem, como é o caso de Da Empoli. Começaremos por uma informação portuguesa.

Em 8 de Janeiro de 1515, é o capitão de Malaca, Jorge de Albuquerque, a remeter notícias em carta para D. Manuel ([4]). Transferido de Cochim, sentiu tão grande diferença que assevera ser Malaca muito mais importante do que terão dito a Sua Alteza. E começa por traçar o gráfico das vias comerciais que nela desembocavam: «Posta e asetuada em começo de muitas monções e cabo de muitas monções, e as terras da banda da Yndea, que sam Cambaya, toda a Yndea, toda Bengalla, ho Reino de Pegu, tem necesydade das mercadorias que vem da Chyna e Quachymchyna,

---

([1]) Barros — *Déc. III*, p. 85.

([2]) Pelo menos em 6 de Fevereiro de 1510, os dezanove ainda vivos informaram o governador acerca da cidade (*Cartas de Afonso de Albuquerque*, III, pp. 6 e 10).

([3]) Merecem breve alusão as viagens de feitores portugueses ao Pegu (1512-1515), Jorge Álvares e Duarte Pessanha, de que apenas restam dados comerciais (ver L. F. F. Reis Thomas, *l. c.*).

([4]) T. T. — Corpo Cronológico, parte III, M. 5, n.º 87. — Publicada em *Cartas de Afonso de Albuquerque*, III, pp. 133-139; A. Basílio de Sá — *Insulíndia*, I, pp. 75-84.

Syam, Llequios ([1]) os Lluções de Burneo, o cravo de Malluquo, e de maças e noz de Banda, e de samdalo de Timor, e asy ho ouro dos rios de Menemquabo e de Java e de Candea, e os que destas partes vem, tem nesydade das mercadoryas que das outras partes dytas vem. E quando huns vem com huma monçam, nam podem ir pera as outras partes; com aquella monçam e, por yso, he grande e chave de tudo, onde todos fazem escapolla», i. é., armazém. Em vista disso, e apesar de Malaca não ter «nada de seu», «tem todollas cousas que à no mundo».

Das ilhas próximas, falava de Amboim (Anbom), Banda, Malluquo, as «ylhas do cravo», Maqueceres, habitantes de «huma ylha perto do porto de Ambom», enviando «hum ramo com folha darvore do cravo e hum paao da mesma arvore».

Cremos que, como consequência da intercessão de Leão X, que o recomendou a D. Manuel por breve de 25 de Fevereiro de 1514 ([2]), Giovanni da Empoli foi encarregado pelo monarca português, em 28 de Março ([3]), de voltar à Índia, como feitor, por quatro ou cinco anos, com a missão bem explícita de fundar feitoria em Samatra, como base ou ponto de partida para expansão até à China e ao golfo de Bengala. Decerto não se pretendia abandonar Malaca, mas talvez reforçar essa posição.

Dado o curto intervalo entre a chegada da última viagem e a partida para a nova expedição, Da Empoli não teve tempo de ir prestar contas a Gualterotti, nem mesmo de refrescar a saudade dos seus. No testamento que fez em frente de Belém, na nau *Spera* ([4]), de que era capitão Jorge de Brito, perante o notário apostólico Afonso de Sevilha, deixa consignado esse encargo a Giam Bechut, «merchamte pichardo, stamte in

---

([1]) Ilhas dos Léquios ou Gores, o arquipélago de Ryûkyû e Formosa, ou Liukiu, em 26° lat. N. e 128° long. E. Ligam a Formosa e China com o Japão. Sobre os Léquios e Gores, ver Schurhammer — *O Descobrimento do Japão pelos Portugueses*, in *Orientalia*, pp. 510 e segs.

([2]) T. T. — Bulas, M. 29, bula n.° 40. Publicada em Rebelo da Silva — *Corpo Diplomático Portuguez*, I, pp. 310-311; Bragança Pereira — *Arquivo Português Oriental*, t. 1, vol. 1, parte 1.ª, p. 290; Peragallo — *Cenni*, p. 29, nota. A. Giorgetti encontrou no A. S. Fl., «tra le lettere della Signoria di Firenze», «una commendatizia in favor del medesimo diretta al Re di Portogallo, 26-2-1514 (i. e. 1515). Reg. V. 56 a 189 v» (*Le Lettere di Giovanni da Empoli*, p. 4).

([3]) T. T. — C. C., parte II, M. 55, D. 189 — Esta nomeação foi publicada por Bragança Pereira — o. c., p. 291. Ver também Gubernatis — o. c., p. 30. Carlos de Passos julga que a intervenção do Papa «pouco efeito produziu» (*Relações históricas*, p. 211).

([4]) A. S. Fl. — Protocolo B. 716, dos anos de 1519-1520 e segs.

guesta ciptà maritato» e a Lucca Giraldi, florentino, «che qui sta in Chasa de 'Ghualterotti». Ao primeiro deixou, entre outras escrituras, a que fizera «con li Ghualterotti del preterito viago»; ao segundo, dois livros da sua escrita, «perchè ne mamdi le copie a Fiamdra», talvez diferentes de um outro de cor «giallo», isto é, entre verde e amarelo, de que também devia mandar cópia a Flandres, a Ghualterotti. As jóias que deixava à guarda do último eram «di chonto mio et de' Gualterotti» — «una coppa d'oro piena di rubini, turchine, diamanti, chon una perla molto grossa di sopra et chon quaranta dua perle piu pichole abasso», que lhe custaram 300 cruzados de ouro; «una chrocie d'oro chon cimque perle et 5 rubini et piu diamamti», comprados por 150 cruzados; «dua topazi ghramdi in anelli d'oro, et una turchina leghata in oro; sedeci anelli d'oro chon rubini ghramdi et picholi; et imtr'essi uno ochio di ghatta», etc., etc. — uma fortuna oriental. Os quatro navios dessa viagem chegaram todos a salvamento. Deixava traçado o panorama da situação das comparticipações financeiras e explicava que ainda desconhecia o lucro do seu capital. «Lo potrete separe da Leonardo Nardi et Affettadi et da Girolamo Sernigi quello che remde loro di profitto».

Lopo Soares devia deixar Jorge de Brito como governador de Malaca e enviar à China Fernão Peres de Andrade, António Lobo Falcão e Jorge Mascarenhas ([1]). Segundo Barros, a nau dos mercadores que seguia incorporada na armada com destino à China era comandada por Simão de Alcáçova ([2]), mas Giovanni da Empoli viajava na de Jorge de Brito, copeiro-mor de D. Manuel, que há-de falecer governador de Malaca, antes de se empreender a viagem à China. Saíram de Belém a 7 de Abril, mas o barco em que seguia Da Empoli partiu a 5, com algumas pessoas que serviram de testemunhas do testamento: Benedetto Pucci, Benedetto Raffaelo Galli, todos florentinos; Pierre Golinett, francês de Lião; o português João Coelho, natural de Gameiras (?) (Ghimeras), que irá a Bengala, conforme veremos, Franho Busi, também de Lião, e M. Francisco Andaluz.

A frota entrou em Cochim num dos últimos dias de Setembro, e, em Novembro, Da Empoli escreveu de Cochim, para a Europa ([3]), antes

---

([1]) Correia — *Lendas,* II, p. 463.

([2]) Barros — *Déc. III,* p. 12.

([3]) B. N. Fl. — Banco Rari 233 (antigo Cód. Magliab., cl. XIII, n.º 80), fl. CXXVII v — CXXXI: Copia di piu cap. de una lettera che scrive ser Jovanni da Empoli, fiorentino de di 15 di novembre 1515, in Cucino cita dindia venuto in Cananor per

de partir para Diu, onde ia mercadejar em vista à próxima viagem de Samatra, e aproveitou a ocasião para contar que Afonso de Albuquerque *(de Albiker)* passara à Pérsia com trinta velas e muita gente e construíra fortaleza em *Corinich*, talvez Corinth ou Titz, na foz do rio Korenh, no Melkran ([1]). Na verdade, refere-se à viagem do governador a Ormuz, com vista à tomada de Aden ([2]). Anuncia a chegada, de Malaca, de grande quantidade de especiarias, cravo, maça (macis), noz-moscada, sândalo e outras riquezas e, a propósito, revela duas descobertas sensacionais. A primeira, das cinco ilhas do Cravo, de que ficaram senhores os Portugueses ([3]), que governam a terra. É região de muitas carnes, laranjas, limões e árvores de cravo, que nascem espontâneamente, como as dos nossos bosques. «Sono come melaranci (laranjas) e fanno quelli rami di fiori et quelli che sono grossi piu degli altri sono che le lasciano tropo stare su li albori».

Os habitantes apenas comem farinha de árvores a que chamam *saglie* ([4]), de que fabricam pão. O preço do quintal de cravo não passa de 30 reais ou ainda menos.

A segunda extraordinária notícia revelava a descoberta da China, que pega com a Tartária Alta, a que chamam Balacsia, a *Balassia* de Duarte Barbosa ([5]). «La quale ve la magior richetie et cose del mondo» ([6]), segundo era voz corrente, desde o regresso de Jorge Álvares, o primeiro português que entrou no Celeste Império, em 1514 ([7]). Desta fonte — «homeni nostri» — e dos contactos com os Chineses, desde que Lopes de Sequeira aportou a Malaca, provêm as informações que transmite:

Cambaia 27 ditto et recevuta in Lisbona adi 22 octobre 1516. — Publicada in *Arch. St. It.* App. t. III, pp. 85-91. Outra cópia na mesma Biblioteca, em B. R. 237 (antigo Magliab., cl., XIII, n.º 86), fl. 50 v-53.

([1]) Identificação de Hemsö (*l. c.*, p. 85).

([2]) Correia — *Lendas*, II, II, pp. 401 e segs.

([3]) «Nui portogalesi», e não «dui portogalesi», como leu Hemsö.

([4]) Hemsö leu *sagur* e explica em nota: Sayú (Sagus rumphii, o farinifera).

([5]) «Que é um reino dentro da terra firme além de Pegu e de Bengala» (*Livro*, p. 223).

([6]) Hemsö leu: «che sia nel mondo».

([7]) L. Keil — *Jorge Álvares, o primeiro português que foi à China*, Lisboa, 1933; Jorge de Albuquerque — *Carta a El-Rei*, de Malaca, 8 de Janeiro de 1515, *in* A. Basílio de Sá — *Insulíndia*, I, p. 81; A. Basílio de Sá — *Jorge Álvares*, Lisboa, 1956, p. 10; Kammerer — *La découverte de la Chine par les Portugais*, p. 9.

Os habitantes são todos brancos, como nós. Vestem como alemães, toda a espécie de fatos. As terras estão muradas e as casas são de pedra, como as nossas. Têm grandes construções e leis e são muito nossos amigos. Há abundância de seda branca fina, que custa, o quintal, trinta cruzados; damascos a 500 reais a peça; brocados, musgo a meio ducado a onça e até menos; muitas pérolas de toda a espécie em grande abundância; e muitos barretes, que, de lá para cá, se ganham, de um, trinta. Vêm de lá coisas estupendas e, a dizer a verdade — confessa Da Empoli —, nada vos relatei, a bem dizer. Os navios levam de cá especiarias que cada ano chegam de Samatra, 60 000 quintais de pimenta; e de Cochim e da terra do Malabar *(Mellibari)*, 15 a 20 mil quintais, só de pimenta. Vale 15 ou 20 ducados o quintal. Do mesmo modo, o gengibre, a maça (macis), a noz-moscada, o incenso, aloés, veludo, ouro, coral, panos de lã, roupas.

Tudo se vende a peso, tanto as mercadorias como os alimentos e carnes vivas e mortas. Possuem abundância de grão. Tantas são as coisas grandes que se lá vêem que estou admiradíssimo, depõe Da Empoli, prometendo que, se não morrer, daria um salto, antes de voltar a Lisboa, a ver o Grande Cam, que é o rei, conhecido por rei do Cataio. Atravessa-se em três meses a cavalo, sempre ao longo de um rio como o Reno, povoado, nas duas margens, de castelos e cidades populosas, até que se chega a Zeiton [1]. Não tinha ainda a certeza de ser incluído na embaixada que nesse ano de 1515 ia ser enviada ao soberano chinês, com presentes valiosos. Mandaria, no entanto, grande porção de pimenta e outras cousas, e prometia dar, de tudo, ampla notícia, no devido tempo.

Por fim, relata a chegada de um enviado do Soffi, que se chamava Socasmaco (Schiah — Ismael), a que aludiremos adiante. O capitão-mor mandou retribuir a visita e, a propósito, o florentino esclarece que os Portugueses começam a penetrar pela terra dentro, a cavalo e a pé, 100 léguas e mais. Noutra direcção seguiria, também naquele ano, o embaixador ao rei David, Preste João, como se sabe, uma das incumbências de Lopo Soares de Albergaria.

O governador, que escolheu para embaixador o boticário Tomé Pires, autor da *Suma Oriental*, designou também Giovanni da Empoli para seguir na frota que largou de Malaca, a 12 de Agosto de 1516 [2].

---

(1) Zaiton, Zaitum, hoje Tsiuan-tsciü-fu ou Tchangtchéou, na China.

(2) Barros — *Déc. III*, pp. 85-86; Castanheda — *o. c.*, pp. 386 e segs., 421 e 423.

Depois de vários contratempos, lá conseguiram seguir para o mar da China, em Julho de 1517, uma nau, três juncos e três navetas (1). A 10 de Julho lançaram âncora no porto de Singia (talvez Sin-gan-hien), à entrada do rio de Cantão (2).

Os cronistas, porém, informam que a esquadra parou na ilha de Tamão, «a que os nossos chamam da Beniaga», em 15 de Agosto de 1517 (3), permaneceu 14 meses em Cantão, onde tomou «muyta enformação de todalas cousas e se partio em Setembro do ano de 518» (4). Parece, pois, poder-se concluir que o florentino não seguiu finalmente com Peres de Andrade, mas sim com Duarte Coelho, que, segundo Barros, o capitão aí foi encontrar, por ter chegado um mês antes. Duarte Coelho separara-se de Andrade, levado pelo temporal, que disseminou a esquadra na primeira tentativa, indo invernar no rio Sião (5). Teve, no entanto, oportunidade de seguir com Peres de Andrade para Nantó, que o encarregou de se dirigir ao Pio, almirante do mar chinês, «mui bem acompanhado de gente limpa e trombetas», a solicitar autorização para entrar em Cantão.

No mês de Setembro, o capitão levou-o uma vez mais consigo, utilizando-o como intermediário nas conversações. «Bem acompanhado de gente vestida de festa e com trombetas diante», o «feitor da armada» foi mandado por Peres de Andrade ao cais, onde receberam «alguns principais da cidade», que o conduziram aos governadores. Anunciou-lhes o fim da visita — conduzir o embaixador Tomé Pires à residência do monarca chinês. De facto, Pires ficou, com mais sete portugueses, e o feitor voltou a terra para vender mercadoria. Porém, o rio era «enfermo aos nossos», e lá morreram alguns europeus, entre eles, já em Outubro, Giovanni da Empoli (6).

Um outro italiano — o florentino Raffaelo Galli — pode ter tomado o lugar de Da Empoli, no relatar das notícias da navegação. Infelizmente, porém, apenas se conhecem hoje duas cartas, uma delas escrita antes

---

(1) Correia — *Lendas*, II, p. 523.

(2) Enrico Massimi — *O. c.*, p. 31, afirma que se estabeleceu em Singanhien, «nel pressi della peninsola ove fu fondata Macao».

(3) Barros — *Déc. III*, p. 89.

(4) Correia — *O. c.*, p. 529.

(5) Barros — *O. c.*, p. 98.

(6) Barros — *L. c.*, pp. 100 e 102-103. E. Masimo supõe-no falecido «nei primi giorni di 1508» (o. c., p. 31). Girolamo da Empoli — *La vita di Giovanni da Empoli*, p. 33, regista a sua morte à entrada do rio de Cantão.

da viagem. Essa datada de Lisboa, 1 de Abril de 1515 ([1]), endereçada ao padre Matteo, «Governatore in Santa Maria Maggiore, in Firenze», anuncia que vai partir com Giovanni da Empoli, de quem tece rasgado elogio. «Con suo aiuto e favore e credito», ia tentar, também ele, a fortuna em regiões orientais, durante os seis ou sete anos, pelo menos, que devia durar a feitoria de Da Empoli. Antevia, naturalmente, a possibilidade de êxito pleno, tal como o seu patrono: «ora è richo: pensate a sua tornata...». Podia o seu interlocutor escrever-lhe quando o fizesse para Empoli, visto que, de seis em seis meses, el-rei despacha navios para a Índia, vindo outros de lá, nos mesmos períodos. «E tambene scrivareno noi».

Deste modo se estabeleceria mútua correspondência: «daqui a 18 mesi le potrèno ricievere, piaciendo a Dio, e simile rricieverete nostre». Iam fixar-se em Samatra: «Nostra stanza a essere in Zamatera». Trata-se, pois, de uma carta introdutória, que bem o podia ser, de riquíssimo conjunto de notícias exóticas. Que terá sucedido, no entanto, perante tão boas disposições de informação?

Não se conhece nenhuma correspondência, entre os dois, respeitante ao período de permanência de Raffaelo no Oriente. Mas Galli não escrevia apenas ao governador de Santa Maria Maior, de Florença. Das muitas cartas que terá endereçado à família e a outras personalidades, resta uma, de Samatra, «in India Maggore», a 10 de Setembro de 1516, para Giovanni da Poppi, «segretario del Magnifico Lorenzo de Medici, in Firenze» ([2]), em que dá «aviso di molte fortune che qua abiam passate e passiano tuttavia». Conta que, depois de chegados à Índia, se dirigiram, em 16 de Novembro, para Cambaia, «molto prosperati e favoriti». Empoli seguia na nau *Belém*, de 600 tonéis, como capitão e feitor, não só desta, como de mais duas que o acompanhavam. «Nostra dimora fu in Diu, terra di grandissimo tratto e riche merchanzie». Governava a terra um mouro poderoso, de nome Melegias, que os recebeu muito bem, conversando muito com Da Empoli e enchendo-lhe as embarcações de excelentes mercadorias, sem

---

([1]) A. S. Fl. — Mediceo av. il Principato, filza 115, n.º 156. — Publicada por A. Giorgetti — *Lettere di Giovanni da Empoli e di Raffaello Galli*, Estratto dal *Arch. stor. Ital.*, série IV, t. VI, pp. 6-8.

([2]) A. S. Fl. — Mediceo av. il Principato, filza 115 n.º 460 — Publicada por A. Giorgetti — *O. c.*, pp. 8-11, em ortografia moderna. Nas nossas transcrições, adoptámos a ortografia antiga, apenas com a inclusão de um ou outro acento, para melhor compreensão do sentido.

faltarem «richi presenti». Partiram para a Índia, na segunda-feira de Páscoa, isto é, a 24 de Maio de 1516, com a intenção de ainda seguirem nesse ano para a ilha de Samatra. Chegaram a Cochim no mês seguinte e saíram nos primeiros dias de Maio, com mais uma nau e uma caravela, caminho de Samatra, onde entraram a 23, no porto de Pacem (Pagem), que ficava em 2° acima da equinocial. Encontraram aí aportados três navios portugueses — uma galera, uma nau e uma caravela.

Oito dias demoraram as conversações sobre preços da pimenta e outras especiarias e, ao cabo deles, estando Empoli em terra, incendiou-se a sua nau, que ardeu totalmente. Apenas se salvou o dinheiro que o feitor levara consigo. Ficaram mais pobres, o rei de Portugal, Giovanni da Empoli e... Raffaello Galli. A este grave contratempo, vinha juntar-se a má vontade do capitão de Malaca, que não via com bons olhos a fundação de uma feitoria vizinha à sua, tornando-se deste modo, periclitante a missão do florentino. Galli não esconde o seu pessoal receio de aí se estabelecer. Nos poucos dias que fora a terra, sentiu-se tão mal que julgou morrer. «La terra è molto male di sanita, perche è terra de padule, delle maree che alegano la terra», e, ainda por cima, muito quente. E depois, «la gente è diabolicha al possibile e non ne (n'è) da fargli inguria, dove non vi forza».

Dada a posição que ocupava, em cima da linha equinocial, não havia Verão nem Inverno — «sempre é a un modo». De forma que, se não fossem a chuva e os ventos diários, tornava-se impossível viver em semelhante terra. Habitam-na, de há pouco tempo, mouros que «son bestiali». «Ogni dì amazzano un re, e rifanno altro». Conseguintemente, não há justiça e, nessas condições, também não estaremos aí seguros.

Da China, cuja viagem esperava ainda empreender, relata que fica distante daquele porto «mille leche o piu», para as bandas do norte. É terra fria, mas rica, de molde a proporcionar lucros fabulosos: «di uno si fa dieci». Também se projectava uma viagem a Bengala, «simile di gran guadagni». Mas as mercadorias eram diferentes, para uma e outra parte.

Importante, para a história da difusão de artigos orientais pela Europa, se nos afigura a informação de que Da Empoli, antes da desgraça ocorrida em Samatra, desejava enviar «molte pezze riche», principalmente ao «Magnifico Lorenzo», ao Papa e ao «magnifico Guliano». Já havia reunido «molte peze» que arderam na nau, «ben che sempre si trova peze per a mandare»... E, decerto, não deixou de o fazer, na primeira oportunidade.

Ele, por si, não entrará mais em pormenores sobre as gentes daquelas terras, para não incorrer na prolixidade. «Da altri, sarete avisati», quer dizer, do andamento das viagens e respectivos lucros, ou mesmo de acontecimentos sensacionais, como aquele que ainda acrescenta, como que em *P. S.* Havia ocorrido, entretanto, uma traição que o deixara desolado e julgou necessário narrá-la com pormenores, para o seu correspondente ver «e modi disonesti de tradimenti» daqueles povos. O Ragavo, cremos que a justiça suprema da terra, revoltou-se contra o seu soberano e quis matá-lo. Da sua parte, estava em geral toda a gente, dir-se-ia mesmo que Da Empoli, de quem era muito amigo. Mas o italiano não se meteu na contenda e deixou-os resolver o caso, por força de... setas em noite escura!

Por fim, acrescenta ainda as últimas notícias: iam partir para Malaca, porque o governador havia mandado uma caravela com essa ordem. Mas tudo acabaria em bem, porque ficaria rico com a próxima viagem. Igual proveito tiraria ele e um outro seu conterrâneo: «a da assere richo e simile promette fare a noi due fiorentini». Sentia-se, realmente, feliz, e prometia satisfazer pedidos: «Si di qua complisse al Magnificho e a voi, alchuna chosa, insoma avete tempo dawisare».

Uma informação escapou aos estrangeiros que por este fim da segunda década do século andavam pelo Oriente, nomeadamente a Giovanni da Empoli: a do rio Ganges, cujas águas João Coelho, em 1516, «foy o primeiro Português» a beber, na frase pinturesca de António Galvão (1). Encontrava-se ele em Pacém, na Samatra, com Fernão Peres de Andrade, quando ardeu o navio da fazenda real, de que era feitor Giovanni da Empoli, e foi enviado em barco de bengaleses, a anunciar a próxima visita de uma embaixada do rei de Portugal ao rei de Bengala, e a pedir o bom acolhimento de qualquer navio português que, antes aí chegasse. Ia «como mensageiro da parte del-Rei D. Manuel», esclarece Barros, a contar que ele, Andrade, ia e havia de ir em pessoa levar a embaixada de que o seu rei o encarregara, devendo narrar-lhe o sucedido. Não previa Andrade que o capitão-geral de Malaca o desviasse antes para a China, como vinha expresso no seu Regimento.

Efectivamente, conforme já vimos, D. Manuel enviara Fernão Peres de Andrade a descobrir Bengala e China. De início, pensava ir primeiro

---

(1) A. Galvão — *Tratado dos Descobrimentos*, p. 181.

à China, mas depois que sofreu o sério acidente que lhe furtara as riquezas régias donde tiraria os presentes, resolveu começar pelo caminho mais conhecido ([1]). Nenhum português ainda para lá havia navegado, mas sabia-se perfeitamente onde o golfo, que atravessavam frequentemente, beijava a terra. Andrade tratara bem todos os bengaleses que a Ceilão iam mercadejar e estava certo do êxito da sua intervenção.

Ainda, porém, o barco de Bengala não tinha atracado no porto de Chatigão — empório principal do reino, situado a vinte léguas da foz de um dos braços do delta do Ganges — quando deparou com uma frota portuguesa que, entretanto, o governador-geral mandara de Goa, sob o comando do sobrinho, D. Jorge da Silveira. Fora enviado «a fazer amizade com os reys das ilhas de Maldiva e com el rey de Bengala» — relata Castanheda ([2]). Barros apenas lhe assinala, a princípio, a missão às ilhas Maldivas, acabada a qual — fica-se com a impressão de que por iniciativa própria — seguiu para Bengala, aonde chegou em 9 de Maio de 1518.

Como quer que seja, o mal esteve na má recepção que D. João fez à embarcação bengalesa, de que resultou guerra viva entre os Portugueses e os homens do governador de Chatigão. Aproximando-se a vinda de novo barco da ilha de Samatra, este pediu amizade e firmaram-se pazes que em breve se desfizeram. Entretanto, D. João da Silveira autorizou a saída em terra de João Coelho, que foi levado ao rei de Bengala. Neste entrementes, os Portugueses terão visto o que se lhes permitiu, demorando-se algum tempo na cidade, até chegar o Inverno e, já em guerra, ficaram ainda em frente, no mar. Pelas ruas de Chatigão corria um rio, segundo Castanheda ([3]), o Karnaphuli, servindo-se os habitantes de pontes para entrarem nas suas habitações — casas térreas, cobertas de taipa.

Desconhecemos hoje qualquer Relação específica destas viagens, que de certo não deixaram de se escrever, pois, como se sabe, sempre os Portugueses tiveram curiosidade de perseguir os nomes afamados da geografia clássica, para os confirmar e rectificar, ou simplesmente para os apreciar *de visu*. O Ganges constituía, indubitàvelmente, ponto grande de curiosidade inquietante e, na primeira oportunidade, não faltou a necessária determinação régia para se proceder aos primeiros contactos com o famoso curso de água.

---

(1) Barros — *O. c.*, pp. 85-86.
(2) Castanheda — *História*, livro IV, p. 433.
(3) Id., *ibd.*, p. 444.

2.2 — *A carta de Valentim Fernandes, de 1515, sobre o rinoceronte e a nova divisão da Ásia.* — Em missiva para o irmão, mercador de Nuremberga, nos fins de Maio de 1515 [1], Valentim Fernandes comunicava a notícia sensacional da chegada a Lisboa, «a mais nobre cidade da Lusitânia, hoje empório excelente», de um animal chamado *rhynoceros* pelos gregos e *ganda* pelos indianos. E, como o extraordinário animal se deve à generosidade do rei da cidade de Cambaia, da Índia, o alemão mostra o seu conhecimento de Plínio e Estrabão e julga-se na obrigação de situar Cambaia (per magiore information vi dichiarero dove al presente tal cita sia situata) e, prèviamente, dividir a Índia, segundo o novo saber.

A descrição daqueles sábios antigos corresponde ao que ele pôde presenciar no dia da SS.ma Trindade (3 de Junho), em que um elefante foi introduzido em local perto do palácio real, juntamente com o rinoceronte. Tanto, porém, se enfureceu com a sua presença que, com os dentes e a tromba, partiu as barras de ferro de uma janela de que se aproximou [2] e fugiu.

No que respeita à divisão da «Índia do nosso tempo», começa por dizer que se pode seccionar de dois modos — «da Indoi et dali Arabi Arabia». Os modernos consideram *Índia inferior* todo o mar com os litorais e os cursos de água de toda a parte, isto é, a Etiópia e a Arábia asiática até ao Golfo Pérsico, e ilhas que ficam no Golfo Arábico, ou seja, no mar Vermelho, até à cidade de Cambaia, no qual troço está situada Aden, nobre empório, e Xehar (Xaer, a leste de Aden), em que nasce o incenso, e a ilha de Socotorá, em que se produz ou se faz o aloés *sucotrinum*.

Enquanto a *Índia Média* se estende, daí até ao promontório Chory (Comorim), a *terceira Índia*, quer dizer, a superior, alarga-se até ao cabo Miganapura (A. Fontoura da Costa transcreve Minagapur e traduz por Singapura). Esta divisão ou o termo da terceira Índia, que Valentim Fernandes baseia nos «modernos», merece a Ângelo de Gubernatis o comentário de «ignoranza geográfica». Não se tratará, antes, de opinião,

---

(1) Perdeu-se o original alemão, conservando-se apenas a versão italiana guardada na B. N. Fl. — B. R. 233, fl. CXXVII. Publicada por De Gubernatis, em *Memoria intorno ai viaggiatori italiani*, pp. 168-171, e *Storia dei viaggiatori italiani*, pp. 389-392. — A. Fontoura da Costa divulgou-a em francês — *Les déambulations du Rhinocéros de Modofar, Roi de Cambaye, de 1514 à 1516*, pp. 33-41. Começando a carta por: «Nelli di 20 *di questo mesi di magio 1515*», parece-nos mais lógico datá-la do fim de Maio do que «entre 3 de Junho e fim de Julho», como faz A. Fontoura da Costa.

(2) «et aproximandose arente a una finestra» (fl. CXXII). Gubernatis leu: «et aproximandose corenta (?)» (p. 389).

diferente, aliás, da que o próprio Valentim Fernandes formulara anos antes, na introdução do Livro de Marco Polo? Aí, como vimos, a segunda Índia chegava até o sino Cólchico, necessàriamente antes do cabo Chory, que então colocava na terceira Índia, a qual fazia terminar em Canch, «que quer dizer Ganges», ou cerca dele.

Afigura-se-nos apenas distensão de fronteiras, sempre imprecisas, da Índia, até Singapura, «in aura chersonesso». Aliás não era o único que assim considerava a Índia. No vocábulo Índia incluía, e di-lo expressamente, o Golfo Gangético e ilhas vizinhas, de que ressalta a Taprobana, «la quale al presente é chiamata Seylon», e Java Menor, «che hor si chiama Samotra emporio», bem como ainda Malaca, «el più nobilissimo Emporio che sia in tuto l'Oriente». O que vem depois é que já se não chamava Índia, mas China (*Cyn*).

Em contraste com esta divisão, ele mesmo apresenta a divisão dos próprios indianos. A primeira Índia, ou ocidental, começa nos povos guzarates, desde o rio Indo, hoje chamado *Girid* ou *Izehend*, e vai até ao promontório *Helij*. Habitam-na os dominadores sarracenos, divididos em vários reinos, de que sobressai o de Cambaia como o mais poderoso. Nele se extrai o *indigo* ou anil e confeccionam-se finos estofos de algodão. Três quartos da sua população é idólatra, como toda a dos restantes reinos. Nos da parte norte encontra-se a cidade de Delhi *(Dhylle)*. Esta e a maior parte das cidades indianas foram dominadas por Tamberlão (*Tamberlan*), tornando-se livres, após a sua morte.

À segunda Índia chamam Malabar (*Melibaria*). Estende-se até ao promontório *Chorii*, e conta com as cidades de Calecute, Cananor, Cochim, Coulão (*Colon*) e Cranganor. Colon é o reino mais poderoso, que agrega cristãos nestorianos, judeus e sarracenos. Nos outros vivem idólatras, como os seus reis, que adoram os bois.

Para o setentrião destes reinos existem povos idólatras como o rei Narsinga (*Narsindo*) da grande cidade de Bisnagar (Byzenegal), o qual é o mais poderoso daquela região. Criam-se, nessas terras, gengibre, pimenta, calami (cubebes) aromáticos e os *mirobolani* e outras especiarias.

A terceira Índia, que é oriental e superior, chama-se *Mahabar* e estende-se até ao Ganges, embora os modernos a denominem Coromandel (Cirimandel), do nome da cidade «Choromandel». Nela se encontra a cidade de Meliapor (Melapar), em que foi martirizado e sepultado S. Tomé, que fez muitos milagres, sendo depois levado para a Arménia. Povoam-na sarracenos idólatras. No mar, vê-se a ilha de Taprobana, que hoje se chama Ceilão, habitada por gentios e moralistas da casta brâmane (*seta*

Bragmana). Possui florestas de excelente canela e pedras preciosas, quer dizer rubis, jacintos, ágatas, safiras, pescando-se nela margaridas (pérolas).

Ao norte desta Índia fica o reino de *Thellembar*, de difícil identificação, que o mesmo Valentim Fernandes, na introdução ao Livro de Marco Polo, designa por *Telline*. Terra de gentios, a sua principal riqueza reside nos diamantes. A ocidente está uma infinidade de ilhas, umas doze mil, que recebem o nome comum de *Diab* (as Maldivas), que ele descreveu noutra oportunidade, conforme já vimos. Aqui apenas refere que a ilha *Mahal*, onde reside o rei, se encontra em mãos dos Muçulmanos, que têm 30 a 60 *caxe* (casas). Os pobres andam nus, vivem da pesca e levam os seus mariscos à cidade de Bengala (*Banchele*), em que servem de moeda; fabricam cordas, que se empregam nos navios indianos.

A Índia além do Ganges é denominada, por eles, de *Macin*, seguindo-se o último país, que se chama China (*Cyn*), por Marco Polo designada *Mangi*, que tem fronteiras com a verdadeira Quersoneso. Nesta, fica a cidade de Malaca e, depois dela, o porto de *Zaiton*. Situam-se igualmente nesta Índia as cidades reais de Pegu (*Pego*), Tanaçarim (*Tarnasaris*) e, no sentido oposto a estas, a maior ilha, que Marco Polo denominava Java Menor e, agora, se conhece por Samatra (*Samotra*). Nasce nela a pimenta longa, a cânfora, o ouro e a prata.

Daí por diante, até à terra incógnita, chama-se *Syn* ou *Kyn*, que Valentim Fernandes supõe ter tirado o nome da ilha Sinay. Se aí é Bandan, ilha onde nasce a noz-moscada, e *Monoco* (Moluca), ilha em que nasce o cravo, de lá se trazem os papagaios brancos, pombas de poupa na cabeça, que pronunciam lindamente palavras humanas.

Chegado ao cabo do mundo, Valentim Fernandes regressa à África e acompanha os Portugueses numa viagem a partir do cabo da Boa Esperança, onde os nautas encontraram homens muito pequenos, que habitavam grandes lagunas como em Veneza. São maus e violentos e, ainda por cima, mentirosos. Comunicavam por meio de sinais, prometendo dar um carneiro por determinada mercadoria, e traziam um cão às costas, para provocarem a impressão de que se tratava de carneiro, fazendo, ao mesmo tempo, com a boca, o balido dele ou do borrego. Correspondiam os Portugueses imitando o ladrar do cão e os negros riam, libertavam o cachorro e deitavam a fugir. Contam que esses povos falam de uma maneira esquisita, torcendo a boca e os olhos, sibilando de forma estranha, com tal variedade de gestos e de sons que metiam medo. Com gestos, persuadiam os Portugueses a descer em terra e aproximarem-se deles, ao

verem o barrete vermelho que recebera um que se atrevera a ir aos navios. Mas este mesmo, também com gestos, aconselhava a não saírem, pois seriam comidos.

Como a carne dos Portugueses inchava nestas paragens, corre que os ares são muito maus. A cura obtinha-se com o corte dessas carnes, de que saía sangue pútrido. Em «Zafalla» se situava a mina de ouro, que ficava a dois dias de caminho para o interior. Construíram uma fortaleza de pedra e cal, rindo-se os negros por pensarem, que, quando acabada, poderiam deitá-la abaixo, aplicando-lhe os ombros. Tentaram, efectivamente, fazê-lo, mas a artilharia respondeu de forma tal que se convenceram ser preferível entabular as pazes.

Valentim Fernandes termina a carta, a que parece faltar o fecho, com a informação de que os Portugueses trazem de lá «infinito oro, simil al oro tiber (em pó) che vien in Barberia».

2.3 — *As cartas de Tomé Pires, de 27 de Janeiro de 1516, e de um anónimo (Afonso Lopes da Costa) a el-rei, de 15 de Agosto de 1518.* — A primeira destas epístolas tem o carácter particular de um relatório de expedição botânica, em terras orientais, levada a efeito por um boticário da Casa Real. Na realidade, não é mais que o rol de «mezinhas», algumas das quais se enviavam para Portugal. Com efeito, Tomé Pires, que a escreveu em Cochim, a 27 de Janeiro de 1516 ([1]), pouco antes de partir para a China com Fernão Peres de Andrade, fora boticário do príncipe D. Afonso, filho de João II, e, como farmacêutico, partiu em 1511, para o Oriente ([2]).

Perfeito conhecedor da terra e dos homens orientais, de que já tinha dado suficientes provas na *Suma Oriental*, patenteia agora contacto muito especial com as plantas medicinais, de que o Ocidente poderia tirar proveito. Ao mesmo tempo, teve o cuidado de se informar do *habitat* ou terra de

---

([1]) T. T. — Corpo Cronológico, parte 1.ª, M. 19, Doc. 102. Publicada a primeira vez pelo Cardeal Saraiva em 1838, no *Jornal da Sociedade Farmacêutica Lusitana*, t. 2, Lisboa, e depois inserta nas *Obras completas*, t. VI, Lisboa, 1876, pp. 419-428. Reeditou-a António da Costa Torres — *Breve Noticia de Tomé Pires*, Anadia, 1939; A. Cortesão — *The Suma Oriental*, cit. II, Apendix (em tradução inglesa); António Alberto de Andrade — *Drogas do Oriente* (Sep. dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. III, Paris, 1970), em fac-símile e leitura paleográfica.

([2]) Entre a bibliografia de Tomé Pires, ver Pedro José da Silva — *Elogio histórico e notícia completa de Tomé Pires, farmacêutico, o primeiro naturalista da Índia e o primeiro embaixador europeu na China*, Lisboa, 1866; A. C. Correia da Silva — *Um boticário na história da expansão portuguesa no Mundo*, in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXIII, fascs. 3-4, Setembro-Dezembro de 1960, pp. 399-418.

origem de cada espécie. Com isso, transformou o relatório quase só em informação geográfica, ou de geografia económica, se se prefere.

Assim, a *erva lombrigueira* nasce em Cambaia e nas terras de Chaul. O *ruibardo* vem da Tartária e da Turquia. A *cana fístula* nasce na serra que divide o Malabar de Narsinga, em todo o lugar, principalmente em Anamalec e Pudaçarim, quinze léguas de Cranganor, detrás da serra. Também se dá na ilha de Samatra (reino de Darum), em Java e na Turquia. O *incenso* tira-se da Arábia Feliz, no reino de Tufar, junto dos reinos dos Fartaquis e Maderacatam; de Orixa, «que he antre Narsinga e Bengalla». Vende-se em Cambaia e Chaul a baixos preços. O *ópio* ou anfião cria-se em Tebas, «cidade do reino do Cairo», em Aden, Cambaia, no reino de Cous, «que he terra firme de Bengala». Mercadoria de extraordinário consumo no Oriente, comem-no os «reis e senhores em cantidade d'avellã», enquanto a gente baixa o utiliza em menores quantidades, por ser caro. «Se sobre elle se bebe cousa azeda ou cordiall — anota Tomé Pires — ou azeite, água de coco, mata logo». Causa sonolência, perturbações nervosas e avermelha os olhos, não andando «em seu sentido» quem o come. Os *tamarinhos* abundam em toda a terra do Malabar, de Mangalor até Camorim, sendo ainda maior a produção em Tamor e Coromandel. Tamor é de Carle até os baixos de Chilam; Coromandel é dos baixos até a Cunimeira. Também existe em grandes quantidades na ilha de Java e ilha de Bima e Sunda, «que he pegada com Java». Emprega-se em vez de vinagre.

«Galanga sam raízes da feção de gengivre», que se produzem em Chaul e Mangalor, «no reyno d'Indo». Explica a seguir que «o reyno Indo he sobre Cambaya, na terra firme» e foi cabeça dos quatro reinos de Cambaia, Resputes, Diull e Naitaques. Aproveita o ensejo para elucidar que daquele reino vem o rio Indo, «que qá se chama Cindi» e vai sair no mar, entre os Resputes e «o reyno de Diull». Informa também que os Resputes e boa parte dos habitantes de Diull e Naitaques são gentios.

Turbit, que também nasce em Portugal, vem de Mandao e daí vem ter a Cambaia. O da Turquia supera o de cá, que é «grosso e preto». Mandao — explica Pires — situa-se acima de Cambaia e do reino de Daquem, «e da banda da terra firme he Dely». Neste reino de Mandao e no de Daquem localiza as amazonas, «molheres belicosas», que pelejam a cavalo, de lança em punho, as da guarda do rei de Mandao.

Aponta cinco espécies de *mirabulanos:* as primeiras quatro, que não destrinça, produzem-se no Malabar, em Bacanor, Baçalor (Bracalor — em

Duarte Barbosa), Mangalor, «lugares del-rei de Narsinga», entre o Malabar e Baticalá; o quinto «os quebuies», nascem em Bengala, Malaca e Bornéu. Esclarece que Bengala confina com Orixa, de um lado, e com Racan, do outro; Malaca, de uma banda, com Quedaa e, da outra, com Pahão; Berneo são ilhas a duzentas léguas a leste de Malaca, de que se extrai muito ouro, cânforas de comer e os mirabolanos.

O *aloés* cria-se na ilha de Socotorá, em Aden, Cambaia, tal como em Valença de Aragão. O melhor é o de Samatra, taxando Pires de «muito mao, que nom vall nada» o de Aden e Cambaia.

Espïque-narde produz-se no reino de Dely e no de Mandao e é levado para Cambaia. «Este reyno de Dely he o mais mentado destas partes. Dizem que assenhoreou dos Neytaques, gemtes que confinam com a Pérsia até Bengalla».

De Socotorá e das três Arábias sai o *esquinamte*, que se não vende na Índia, passando a Portugal por Alexandria. Apesar de reconhecer que «sabidos são os Arábios», lembra que «começam do cabo do estreito de Meqa e de Oromuz, e vem acabar quá, na ponta d'Oromuz, a *Petrea»;* no meio, fica «a *Deserta* de Meqa» e, «para cima, a *Felix* para contra a ponta qá para Oromuz». Os mouros denominam Arábia Felix «aquela que vem do Cabo de Guardafui até Aliocacer, que tem huma regiam que se chama felix». Mas essa, que jaz entre o mar Vermelho e a Abissínia (Abixia), chama-se Arabia sub Egipto, «porque dellas são terras do preste Joham Abexim».

Entre as *gomas fétidas* nomeia a serapino galbano o poponago, que denuncia como muito más e faz provir das Arábias e do Cairo, ajuntando que crê passarem a Itália, via de Alexandria. O *bedélio* e a *mirra* nascem no reino de Mandao, na Arábia Felix e no reino de Dely. O bedélio «noñ usa qá e em nossas partes», mas a mirra é boa mercadoria. «Non ha qá: escamonea, sene, xilobálsamo e carpo bálsamo, goma arábica, alambares, lapis lazuli». O lápis-lazúli vem da Arménia; os alâmbares, embora haja alguns na Arábia, julga que vão para o Oriente por via de Alexandria.

Terminando por confessar a descrença na mezinha, explica que *momia* não é carne de homens, «como em nossas partes se usa». A verdadeira é uma humidade dos corpos mortos que se obtém deste modo. Limpam o cadáver dos intestinos e «fressura» e lançam-lhe dentro mirra e aloés e tornam-no a coser. Metem-no depois nos sepulcros com «furacos», isto é, buracos ou orifícios. «Esta mistam, com a umydade do corpo, corre e apanha-se, e este liquor se chama momia».

Depois de aludir ao *ispodio* e a *tincar-alquitira-sarcacola*, que se nos afiguram de menos importância, passa a ocupar-se do *betele*, «folio Indo». Encontra-se de Chaul ao Camboja, em todas as ilhas até além de Maluco; mas o melhor é o de Goa. «Verde, he sustanciall, com avelana india ou areca e com a call». Seco fica privado de cheiro e sabor e deixa de ter qualquer préstimo. «Em betelle se sostêm hos homens destas partes, três e quatro dias sem comer outra cousa». Como quem experimentou as virtudes, afirma que «faz grandemente digerir, conforta o cérebro, arreiga os dentes, que hos homens de qua que ho comem, saam de oytenta anos, e tem todos os dentes geralmente, sem lhe falecer algum». Enfim, deixa bom bafo na boca e, quando se pára de o comer, torna-se difícil suportar o hálito. Por isso, termina a breve nota, com a advertência de que «he mantimento nestas partes».

Introduz a seguir breve nota sobre alguma pedraria. A propósito de *rubis*, cuja mina, dos muito corados, localiza em Capelamguam, «reyno sobre o reyno de Racan e Pegu, na terra firme de gentios», elucida que este reino confina com o de Ós, donde vem o lacar e o benjoim, a Pegu e Asião. Informa ainda que em Racan e no Pegu se encontram lapidares competentes. No Ceilão existem duas classes de rubis: os vermelhos sobre escuros, que ninguém aprecia, e os muito claros, que são muito valiosos, preferindo sempre os grandes, mesmo com defeito, aos pequenos, ainda que inteiramente perfeitos. Sobre outras espécies de pedraria, diz a terminar: «Há em Ceylão os olhos de gatos, qá muito prezados e çafiras milhores que em Pegu: todo outro género de pedras, das que se achão em Ceylão, sam melhores que doutras partes».

Voltando às drogas, refere que «*zedoaria, calamo aromático, casia linea* no Mallabar muito em Mangalor e em outras partes. Casia linea em Ceylão ha plamtas amtre as da canella: nom se usa quá: também ha há no Brasill».

Omitimos o que escreve sobre o *estoraque liquido*, não só por ser ignorado, segundo afirma, dos médicos e dos boticários com que aprendeu, mas por ser importado de Veneza. Em parágrafo à parte explica o que entende por *estoraque*, por não ser «o que os doutores dizem». «É cousa composta e nam gota» e obtém-se derretendo o benjoim negro e amassando-o com pós de sândalos e «de pau que cá se chama *águilla*». «Isto bem amasado chama-se storaque». Satisfeito com o resultado da sua investigação, insiste: «Esta é a verdade e não doutra maneira. O tempo descobre a verdade das cousas».

Termina a carta com referência ao *aljôfar*. Nasce «nestas partes», em Dalaca, em Baharem, no Ceilão e em Hainão. Como nos outros casos, ensina que «Dalac (Dalaca) saam ylhas, dés legoas a la mar do porto de Meçua, terra d'Abexia ou a elle sojeyta, no mar roxo, sesenta legoas de entrada e menos». «Baharem he cemtro cinquoenta legoas d'Oromuz pelo streito: sam ylhas pegadas à terra d'Arabia». E, a propósito, não perde a ocasião de esclarecer os «cosmografos», sobre as dimensões e a forma do mar Vermelho: «Este streyto sera de duzentas oytenta legoas em comprido, e sesenta de largo, no mais largo. Mal pareceria isto a todos os Cosmografos, que este dous streytos fizeram mui mais compridos, e muito mais largos: e eu digo a verdade».

Voltando ao aljôfar, pormenoriza que nasce no Ceilão, «de Nigonbo até os baixos». Como os homens de Carle o vão lá pescar, é conhecido por aljôfar de Carle. Depois, prossegue na explicação geográfica do último topónimo mencionado — Hainão. Trata-se de ilhas, situadas entre o reino de Cauche (Cochinchina) e a China. Se este é mais alvo, o de Ceilão prima por ser o melhor.

Neste mesmo ano de 1516 terminava Duarte Barbosa o seu célebre *Livro*, de que nos ocuparemos mais abaixo, o qual também insere, no fim, não só um capítulo sobre os rubis e outra pedraria, como também um outro a respeito *das drogarias e preços que elas valem em Calecut e no país do Malabar*. Além dos preços, pouco mais diz a propósito das drogas que aponta, sendo fácil verificar que não se serviu de Pires; nem este, daquele. Barbosa não refere, por exemplo, a erva lombrigueira, galanga, esquinante, poponago, galbano, bedélio, escamonea, sene, xilobálsamo e carpo bálsamo, goma arábica, alâmbares, lápis-lazúli, momia, ispodio, tincar — alquitira — sarcacola, zedoaria, cálamo aromático, estoraque líquido ou não líquido e aljôfar. As demais drogas são comuns aos dois escritores, mas enquanto Pires usa o termo *cana fistula*, Barbosa prefere o vocábulo italiano *cassia*, que aliás aquele também emprega noutra oportunidade — *casia linea;* o primeiro associa ao termo ópio o vocábulo *anfião*, Barbosa utiliza exclusivamente aquele. Na carta de Tomé Pires lê-se *tamarinhos*, enquanto no *Livro* de Duarte Barbosa se grafa *tamarindos;* naquela, uma espécie de mirabolanos denominava-se *quebules;* neste, *chebulos*. Os *espique-nardes* de Pires aparecem no *Livro* designados por um só vocábulo — *especinardo*. Cremos que a goma fétida *serapina* da carta correspondente ao *sagapeno* de Barbosa.

Informações do mesmo género das de Tomé Pires deu-as ainda, por exemplo, o anónimo autor da carta a el-rei D. Manuel, escrita em

Malaca, a 15 de Agosto de 1518, para acentuar a má administração que aí reinava (1). Trata-se de alguém que partiu de Lisboa com o regimento de qualquer cargo de que foi privado pelo governador Lopo Soares de Albergaria (2): alguém que já não era jovem e havia prestado assinalados serviços (3). A suspeita não pode recair sobre nenhum capitão-mor do mar de Malaca, pois considera esse cargo «cousa bem escusada» (4). Mais decisivamente, a confissão de que D. Aleixo o meteu de posse da dita fortaleza e capitania (5) e o mal que diz do seu governo de um mês, denuncia, sem dúvida, Afonso Lopes da Costa, que, à data do regresso de D. Aleixo a Goa, se encontrava zangado com ele, como anota Gaspar Correia (6). D. Aleixo apenas esteve em Malaca desde fins de Junho ou princípio de Julho de 1517 até um dos últimos meses de 1518 (7).

As suas informações são rápidas, mas deixam entrever a importância de cada reino e marcam, com precisão, rotas e a localização das terras com os seus produtos. Assim, esta notícia: «A ilha de Madurá, que será de quarenta léguas da costa para cada uma das bandas, e está pegada com a de Java, da banda do norte, corre-se Noroeste Sueste e faz grande enseada e porto, entre ela e a ilha da Java. E no começo e entrada desta banda do Noroeste é o porto de Agacy, por onde os nossos juncos vão e vêm para Timor, Banda, Maluco até este porto».

Sobre drogas informa acerca dos produtos que saíam da China, para onde fora, pouco antes, a primeira embaixada portuguesa, em que ia, como o capitão, Fernão Peres de Andrade e embaixador, Tomé Pires: cânfora de botica, ruibarbo, açúcar, almíscar, e «aljôfar, calambuquo, que vai do reino de Champar». Do Pegu chega almíscar, benjoim.

O documento está muito danificado pelo bicho e, por vezes, colhem-se os produtos e faltam as terras fornecedoras, como é o caso da canafístula.

2.4 — O Livro *de Duarte Barbosa*. — Manuscrito até 1550, em que apareceu, na cidade de Veneza, inserto na colecção de Giovanni Battista

(1) T. T. Gaveta XV. — Publicada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, pp. 472-486.

(2) *Ibd.*, p. 475.

(3) *Ibd.*, p. 474.

(4) *Ibd.*, p. 479.

(5) *Ibd.*, p. 473.

(6) Sobre esta figura, ver, p. ex., *Lendas da Índia*, II, II, pp. 484, 547, 552, 566.

(7) *Ibd.* II, II, pp. 523 e 529.

Ramúsio, *Della Navigationi et Viaggi* [1], vertido de tradução espanhola [2], andou muito de mão em mão, antes e depois dessa data. Encontra-se rasto dele nos cronistas portugueses [3] da primeira e da segunda parte do século XVI, podendo, por conseguinte, pelo menos alguns, ter utilizado o texto impresso. Cremos, porém, que a qualquer deles seria relativamente fácil dispor de uma cópia, como aconteceu, por exemplo, anos antes à Junta de Badajoz. Hoje conhecem-se algumas, havendo ainda notícia de outras que se perderam.

O apógrafo de Barcelona é o que revela data de escrita mais antiga, de um texto português [4]. Com efeito, no fim do volume esclarece-se ter sido trasladado de «su original en lengua portoguesa», em 1 de Março de 1524, «por m(art)in cinturion enbaixador de la communidad de genova con ynterpetracion de Diego Ribeiro portugues cosmografo». Traduzido de «su original en lengua portoguesa» não significa, porém, necessàriamente, versão do próprio original de Barbosa, de que hoje não há ecos. Contudo, trata-se de um «original» português, muito próximo da redacção do texto primitivo.

«Por m(art)in centurion enbaxador de la communidad de genova», que também se lê no apêndice, mostra que os Genoveses dele tiveram conhecimento, devido às diligências desse «enbaxor», possìvelmente fixado em Sevilha ou Valência. O português Diogo Ribeiro, havia pouco tempo nomeado (1523) «cosmografo Y maestro de hazer cartas Y astrolabios»

---

(1) Pp. 310 v.-348 v.

(2) Pelo menos, assim se pode supor, visto Ramúsio, depois de o haver mandado procurar em Lisboa, só o ter conseguido em Sevilha, onde se sabe existirem, em data anterior, traduções espanholas.

(3) Gaspar Correia e Damião de Góis remetem para ele o leitor — *Lendas da India*, I, I, p. 387; *Crónica de D. Manuel*, 1.ª parte, p. 96.

(4) O manuscrito de Barcelona revela que foi traduzido para castelhano, em Vitória, residindo aí o imperador — no 1.º de Março de 1524 — ano da Junta de Badajoz. Por outro lado, como já observou M. Damas, a comparação das traduções, sobretudo da de Barcelona, com o mapa de Diogo Ribeiro de 1529, leva à conclusão de que se fez uma tradução espanhola do *Livro* para uso da Junta e que, possìvelmente nesta ocasião, se introduziram alterações e adições. O mapa é, na verdade, ilustração da divisão de Tordesilhas em 1494 e da partilha operada em 1524 na Junta de Badajoz (Dames — Tradução ingl. do *Livro* de Duarte Barbosa, 1.º vol., p. LIII. Ver nota 2 da p. 783).

Conserva-se na Biblioteca de Barcelona, num códice com o título de *Viaje por Malabar y costas de África, 1512 (letra del siglo XVI)*. Foi publicado por Henry Stanley, em versão inglesa: *A Description of the coasts of East Africa and Malabar in the beginning of the Sixteenth Century*, Londres, Hakluyt Society, 1865.

da Casa de la Contratación de Sevilha [1], foi o próprio tradutor ou, pelo menos, ajudou-o a traduzir: «con interpetracion de Diego Ribero, portugues cosmografo» — diz-se ainda no referido apêndice. Este facto não implica necessàriamente a suspeita de que fosse ele próprio que transportasse o livro para Espanha. Mas, se o levou, pode ter sido cerca de 1519, data em que já se assinala, com certeza, a sua estadia no país vizinho. Parece mais provável que o volume fosse «descoberto» pelo embaixador genovês, empenhado em reunir textos sobre os novos mundos, recorrendo depois a um português para o passar a linguagem mais acessível em Génova.

O contrário acontece a respeito do apógrafo que se guarda do *Memorial que dejó Fernando de Magallanes cuando partió para la Especieria* [2]. O próprio Magalhães o terá levado na bagagem, quando se foi oferecer a Carlos V, como supõe Denucé [3], copiado certamente de qualquer manuscrito que, pela legenda, se vê não ser de sua autoria. Bem significativa a nota, a modos de título: «Estos son los lugares y puertos e islas prencipales que hay del Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios que es lo que hasta agora mas se ha descubierto, que mas noticia tienen en Portugal». Na verdade, no tempo em que Magalhães partiu para a sua viagem (1519), o *Livro* de Duarte Barbosa ainda constituía a melhor informação das terras do Oriente.

Talvez seja lícito enquadrar neste ponto o apógrafo português de que dá notícia Sousa Viterbo, guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, visto o volume que o contém ter junto um roteiro da viagem de Fernão de Magalhães, devido a um piloto que o acompanhou [4].

Na Biblioteca do Porto foi visto, no século passado, por Herculano [5], Diogo Kopke e Dr. António da Costa [6], um manuscrito possìvelmente

---

(1) Ver cédula real da nomeação em A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, II, p. 131.

(2) Arc. das Indias, Patronato, est. 1.ª, cap. 2, leg. 11, n.º 3 — Este texto, acompanhado do discurso de Diogo Barbosa, alcaide «del Alcazar de Sevilla», foi publicado pela Companhia de Tabacos de Filipinas, segundo informa Delgado Aguilera.

(3) J. Denucé — *Les Iles Lequios (Formose et Riu-Kiu) et Ophir*, p. 439.

(4) T. T. — Min. da Instrução, n.º 25. Sousa Viterbo — *Trabalhos Náuticos*, vol. I, p. 46.

(5) Alexandre Herculano — em *Repositório Literário*, n.º 14, Lisboa, 1835, pp. 110 e 111.

(6) *Roteiro da viagem que em Descobrimento da India pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497*, Porto, 1838, p. 170, nota.

tirado em 1539, de outro de 1529, hoje um e outro desaparecidos. O visconde de Lagoa possuía uma cópia quinhentista com aquela mesma data e o título: *Livro que trata das cousas e partilhas da Índia. s. da Conquista e da Navegação del Rey noso Senhor, descubertas até o anno de 1539* (1).

Foi utilizado (com reprodução de parágrafos inteiros), cerca de 1541, pelo cosmógrafo Alonso de Santa Cruz, na redacção do *Islario General*, o manuscrito que se guarda na Biblioteca Nacional de Madrid (Res. 47; antigo Res. 2, II) e Antonio Blasquez y Delgado Aguilera publicou como sendo de Fernão de Magalhães (2). Na realidade, porém, é a mesma obra de Duarte Barbosa, com interpolações posteriores, decerto pertença do navegador (3). Este exemplar, junto ao de Diogo Ribeiro — se nem um nem outro serviu para tirar a cópia de Ramúsio — constitui um grupo de três manuscritos do *Livro* de Barbosa, existentes em Sevilha, na primeira metade do século XVI (4).

Traz no fim a notícia de que os chinas não voltaram a Malaca depois de tomada pelos Portugueses (1511), como Duarte Barbosa diz, senão «alem de annos», «despoys que tyveram emformacam que hos portugueses guardavam justyça a toda nacam». A informação é dada a modo de depoimento: «aguora ha nacam vom vindo e segundo as cousas que aly e Malaca am trazido que eu vy em poder de dom estebam governador de Indya». D. Estêvão governou de 1540 a 1542 e, como no *Livro* de Duarte Barbosa se segue a lista dos governadores e vice-reis até 1550, este poderia ser o termo aproximado da cópia, se acaso não pertencer ao período imediato ao regresso da viagem da circum-navegação.

---

(1) Visconde de Lagoa — *Glossário*, cit., 1.ª parte, vol. 3, p. 310.

(2) *Descripción de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios por Fernando de Magalhães piloto portugués que lo vió y anduvo todo*. Real Sociedad Geográfica de Madrid, 1920. Para este manuscrito, chamou a atenção dos literatos portugueses, primeiro J. J. Ferreira Gordo, *Apontamentos para a Historia Civil e Literária de Portugal e seus Domínios (...)*, in *Memórias da Literatura Portuguesa*, da Academia das Ciências, t. III, Lisboa, 1792, pp. 55 e 56; e, depois, Alexandre Herculano, *Repositório Literário*, n.º 14, Lisboa, 1835, pp. 110 e 111.

(3) Delgado Aguillera prefere a indicação da autoria que se lê neste apógrafo, por ser mais antiga que o testemunho de Ramúsio (o. c., p. 7). A questão, porém, apenas se resolve na presença das várias circunstâncias que hoje militam a favor da autoria de Duarte Barbosa.

(4) Delgado Aguillera alude a mais outra cópia guardada em Espanha, no Depósido Hidrográfico, já revelada por Martin Fernández de Navarrete como existente na Biblioteca de Santo Isidro.

Também na Biblioteca dos Marqueses de Fronteira se encontra um manuscrito deste livro, que Luciano Ribeiro, que o publica, de boa vontade incluiria nas obras de João de Barros ([1]). Porque substitui a notícia de Barbosa sobre o Preste João, por outra mais verídica, que foi buscar à *Verdadeira Informação das Terras de Preste João das Índias*, de Francisco Álvares, editada em 1540, conclui-se que foi copiado algum tempo depois desta data.

De 1558 há notícia de um apógrafo, em português, de Lisuarte de Abreu, que nesse ano começou a ser copiado na nau *Rainha*, pertencente à frota que, a caminho do Oriente, levava o vice-rei Constantino de Bragança. Nem por ser posterior se pode imaginar que derivará de Ramúsio, por desnecessário. Aliás, Sebastião Francisco Mendo Trigoso, que dele se serviu para a sua edição da Academia das Ciências de Lisboa ([2]). já estabeleceu o confronto dos dois textos e anotou os trechos em que divergiam, por vezes, episódios a mais, outros a menos ([3]).

Não nos é possível datar os restantes manuscritos de que há conhecimento desde os de Munique, muito parecidos, aliás, com o de Barcelona ([4]); os que se conservam no Depósito Hidrográfico ([5]) e no Archivo das Índias (Patronato Est. 1.º-cap. 2, leg. 11, n.º 3) ([6]); um segundo em português, da Biblioteca Nacional de Madrid ([7]); um em francês na Biblioteca Nacional de Paris ([8]), e os da Biblioteca Nacional de Lisboa,

---

([1]) Luciano Ribeiro — *Uma Geografia Quinhentista*, separata da *Studia*, n.º 7, Lisboa, Janeiro de 1961, pp. 155 e segs.

([2]) *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, t. II, n.º VII, Lisboa, 1813, pp. IV-VI (2.ª edição, *ibd.*, 1867). Em 1946 foi reeditado pela Agência-Geral do Ultramar, com introdução e notas de Reis Machado, e em 1918-21, traduzido para inglês, por Mansel Dames, Londres, Hakluyt Society, com excelentes notas: *The Book of Duarte Barbosa an account of the countries bordering on the Indian Ocean and their inhabitants, written by Duarte Barbosa, and completed about the year 1518 A. D.*

([3]) O Códice que então pertencia a Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, desapareceu posteriormente. Mas ainda é possível identificá-lo com a descrição do visconde de Jerumenha (1869): *Obras de Luís de Camões*, vol. VI, p. XVIII.

([4]) Na Real Livraria de Munique, M. n.ºs 570 e 571. (Stanley — *o. c.*, p. III).

([5]) Ver nota 3 da pág. anterior.

([6]) António Blasquez — *o. c.*.

([7]) B. N. Md. — Ms. 3 016, fl. 1-6. Publicada a parte africana, em *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central*, vol. V, Lisboa, 1966, pp. 354-371.

([8]) B. N. Pa. — Ancien Fond, n.º 6 116, fls. 238-240. Publicada a parte de África, *ibd.*, pp. 372-381.

um dos quais em folhas de letra posterior é atribuído a Vasco da Gama ([1]). Este último termina com a data de 1516, a mesma do prefácio do exemplar de que Ramúsio transcreveu o seu texto ([2]).

O segundo apógrafo da Biblioteca Nacional de Lisboa ([3]) aparece como do Dr. Francisco Mucio Camerte, isto é, Francisco Muzio, natural de Camerioso, que em 1539 foi a Roma incorporado na embaixada do rei do Congo, na qualidade de orador e intérprete e em 1541 já se encontrava de volta no Congo ([4]).

A data do original conhece-se apenas por esta confissão do autor: «e foi no presente ano de 1516 que acabei de escrever este meu Livro» ([5]). E, na verdade, assim deve ter acontecido, para Magalhães, que saiu para Espanha no Outono de 1517, o poder levar conseguido para o Oriente, quando saiu de S. Lucar de Barrameda em 10 de Agosto de 1519.

O capítulo sobre a China também fornece apreciável contribuição para fixar, em determinados termos, a redacção do *Livro*. Da forma como está escrito, conclui-se que foi elaborado antes da viagem de Fernão Peres de Andrade, que regressou da China no fim de Setembro de 1518, aportando a Cochim no início de 1519. Parecidas como são, apesar de mais resumidas, as notícias que André Corsali, em 6 de Janeiro de 1516, como vimos, enviou ao duque Giuliano de Medici, talvez se possa admitir uma fonte comum, naturalmente verbal, para não concluir por uma pouca provável influência de um outro. Torna-se, porém, muito difícil determinar os termos do sexto original, por se tratar de obra que passou a ser o *vade-mecum* dos que andavam pelo Oriente ou dele pretendiam saber notícias. Não era um itinerário, mas servia para dar notícias, em poucas palavras, de cada um dos vastos países. O que, por vezes, se sabia particularmente de uma região, aí estava tudo reunido, em volume manuseável. Por isso, se tornou o guia, a que se acrescentavam novos dados, segundo os conhecimentos e necessidades de cada possuidor.

---

(1) B. N. L. — F. G., 9 163. O Cardeal Saraiva indica a procedência deste manuscrito (*Obras Completas*, t. 6, p. 29).

(2) G. B. Ramúsio — *Delle Navigationi*, 1.ª ed., 1.º vol., p. 310; edição citada da Academia das Ciências, p. 231.

(3) B. N. L. — F. G., 11 008.

(4) António Brásio — *Monumenta Missionaria Africana*, II, pp. 39, 70 e 110.

(5) O conde de Ficalho chega a estabelecer o período em que o *Livro* foi escrito: de 1510 a 1516 (*Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*, de Garcia de Orta, vol. I, Lisboa, 1891, p. 378).

E, desde então, deixava de ser o *Livro* de Duarte Barbosa, para se revestir do carácter de repositório de notícias ou apontamentos, de uso e utilidade particular.

A este respeito, é significativo o passo em que, no texto de Ramúsio, se lê, com relação aos costumes dos povos de Maçuá: «Sei isto, por assim me ter sido afirmado». No manuscrito de Lisuarte, porém, estava escrito: «Isto vi eu por experiência, porque me achei na tomada de Zeila». À conta de interpolações se devem consignar todos os factos assinalados com data posterior a 1516, como é o caso da tomada de Barborá, em 1518; o da conquista de Zeila, em 1517; o da construção da fortaleza da ilha de Ceilão, em 1517, e, entre outros, o já mencionado que alguém extraiu da obra do P. Francisco Álvares.

Igualmente digna de menção, a diferença, na totalidade dos textos, porque nem só se acrescentam episódios ou curiosidades de outra espécie, mas também se suprimem, por vezes, trechos mais ou menos longos, como a lista das pérolas, que falta, por exemplo, no apógrafo da Torre do Tombo e no de Madrid, a que também se suprimiu a menção final às especiarias.

Em face do exposto, duas conclusões se impõem, sem o mínimo esforço: 1.ª) torna-se difícil estabelecer o texto original, não parecendo de aceitar o expediente de Schurhammer, de apurar apenas dois, como se o primeiro se pudesse considerar original: «1516. Duarte Barbosa» (edição da Academia) e «1539. Duarte Barbosa (texto augmentado)» — exemplar da B. N. L. (1). 2.ª) a sua popularidade foi tão grande que, à distância de 450 anos, ainda é possível reunir catorze cópias manuscritas, umas tiradas das outras, algumas com alterações substanciais.

Como se observa na leitura do prefácio, Duarte Barbosa, ao pegar na pena para dirigir o seu livro, manifesta as intenções que o tornaram escritor (2). Tendo viajado grande parte da sua vida por todo o Oriente, colheu preciosa soma de conhecimentos da mais variada natureza: geográfica, etnográfica, económica e política, servindo-se de duas fontes: a sua

---

(1) Schurhammer — *Descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543.* In *Anais* da Academia Portuguesa de História, vol. I da 2.ª série, pp. 64 e 67; e em *Orientalia*, pp. 513 e 517.

(2) Seguimos a edição de Trigoso, que, como dissemos, resultou da junção de dois apógrafos: o de Lisuarte de Abreu e o de Ramúsio, sem conservar, porém, a sua própria ortografia. Não vale a pena assinalar o que a cada um pertence, porque, em face de um texto comum, que se desconhece qual seja, cada um pode ter acrescentado ou eliminado, a seu bel-prazer.

observação própria e a inquirição junto de «mouros, cristãos e gentios». Cônscio da necessidade de obter «uma notícia exacta» dessas terras e dessas gentes, conseguiu realmente exceder todos quantos, antes dele, tiveram o mesmo propósito. Pode mesmo afirmar-se que organizou um compêndio de geografia das novas terras.

«Primeiramente, o Cabo de S. Sebastião»: assim intitula Barbosa as primeiras linhas da sua narração, começando, pois, na costa oriental de África, desde o cabo da Boa Esperança. Até chegar a Sofala, apenas refere o cabo de S. Sebastião, entre o cabo das Correntes (cerca de Inhambane) e as ilhas Húcicas (as grandes são as actuais Magaruque, Benguérua e de Bazaruto, entre a ponta de S. Sebastião e Bartolomeu Dias; as pequenas — a da Chiloane). Sublinha que «nem os mouros da Arábia e Pérsia» descobriram essa costa, «por causa do Cabo das Correntes ser muito tormentoso», nem «os nossos nunca puderam haver notícia» da gente ou da «terra dentro». Contudo, descreve-a com muitas «montanhas e campos, em que há muita criação de muitas vacas, carneiros e outras alimárias monteses», sendo habitada por negros nus que, por vezes, traziam umas capas de peles francesas, de pelo de cervo «ou doutras alimárias».

Nas Húrcicas assinala «muito âmbar» que «é muito bom» e que os mouros apanham e vendem, bem como «muitas pérolas e aljôfar miudo» «dentro do mar». Vinte a trinta léguas mais adiante encontrava-se, na foz de um pequeno rio, uma povoação de mouros chamada Sofala, «que é uma fortaleza que aqui tem el-rei de Portugal». O seu soberano presta «obediência» a «el-rei nosso Senhor».

Os mouros também são negros e uns «baços»; alguns falam «aravia», isto é: mistura de árabe, mas a maioria serve-se da língua da terra. Vestem-se como mouros, cobrindo-se, da cinta para baixo, com panos de algodão e seda, trazendo na cabeça, «alguns deles», carapucinhas de grã ou outros panos, enquanto uns terceiros trazem umas como capas sobraçadas e fotas (toucas mouriscas) nas cabeças. Alimentam-se de milho, arroz, carne e peixe. Comerciam o ouro — que recebem da terra firme e o marfim, «que acham derredor de Sofala» — com os mouros que vêm de Quíloa, Mombaça e Melinde, em troca de panos de algodão, uns pintados, outros brancos ou azuis; panos de seda, continhas de cor — roxas, pardas e amarelas.

Conta que do oceano saíam em terra muitos cavalos-marinhos a pastar, «os quais cavalos andam sempre no mar como peixes, têm dentes da

feição dos elefantes pequenos», de que se extrai marfim, melhor que o do elefante. À volta de Sofala existem muitos elefantes, «bravos e muito grandes», onças, leões, «veação e outras muitas alimárias».

O gentio que mais afluía do interior vinha do «grande reino» de Monomotapa, a que consagra dois pequenos capítulos. No primeiro, descreve como os habitantes, que são negros, andam pràticamente nus e usam zagaias, arcos e flechas; no segundo ocupa-se do Zimbaué, povoação com casas de madeira e palha, em que reside ordinàriamente o rei, situada no caminho que vai de Sofala pelo sertão dentro, em direcção ao cabo da Boa Esperança. A grandeza do monarca ressalta da soberania que exerce sobre os outros reis da redondeza, junto dos quais manda periòdicamente um capitão que recebe vassalagem, apagando todos os fogos e obrigando os habitantes a virem tomar o lume da sua mão. Bem anota Randles, quando essevera que Duarte Barbosa foi o primeiro a chamar «a atenção do leitor europeu» para o grande império do Monomotapa, no interior por detrás de Sofala, bem como o primeiro escritor não oficial a mencionar o Zambeze. Quanto à residência de Monomotapa, adverte o mesmo autor que se torna difícil encontrar a cidade de Zimbaué, que não corresponde às ruínas do Zimbaué, sendo mais natural que se identifique com a residência do rei de Quiteve, em Gaonhé, a quinze dias de viagem de Sofala (1).

A 40 léguas de Sofala, para o norte, «um mui grande rio» que dizem penetrar no reino de Monomotapa cerca de 170 léguas, desagua o Cuama, por dois braços: num, tem o rei Mangaló o seu assento; no outro, situa-se um lugar chamado Angoje (2), fértil de mantimentos, sobretudo milho, arroz e carnes, e movimentado porto de transacções, a ocultas dos Portugueses. Estamos em face do Zambeze e dos dois braços do Luabo e Quelimane (3). Vestem e falam, uns como os gentios, outros como árabes.

«Indo mais ao diante, deixando Angoje caminho da Índia, estão muito perto da terra firme três ilhas, entre as quais está uma povoação de mouros, que chamam Moçambique, que tem muito bom porto». «Aqui tem el-rei nosso senhor uma fortaleza, com que estão os ditos mouros

---

(1) W. G. L. Randles — *L'image du Sud-Est*, cit., pp. 57 e 60.

(2) Dames julga que Duarte Barbosa terá dado este nome a uma pequena cidade situada na embocadura do ramo do delta, por confusão com Angoche, antes de chegar à vila de António Enes. A latitude em que se encontra, entre 16° e 16° 40' sul corresponde às 140 léguas (p. 14).

(3) Fr. António da Conceição — *Tratado dos Rios de Cuama*, in *Chronista de Tyssuari*, Nova Goa, 2.° vol., 1867, pp. 39-40 e 87.

debaixo do seu mandato e governança». Era neste porto que as nossas naus tomavam «água e lenha e mantimentos que há na terra e nele se coregem as que o hão mister». Na terra firme habitavam «gentios», «homens bestiais que andam nus e barrados todos com um barro vermelho», «beiços furados com três furos; em cada beiço três búzios e neles metidos uns ossos com umas pedrinhas e outros brinquinhos».

De Moçambique até ao cabo de Guardafui, descreve Quíloa na Tanzânia, Mombaça e Melinde, do Quénia; Pate e Lemon (actual Lamu), a cidade de Brava, Magadaxo e Afum, da Somália, intercalando referências às ilhas de S. Lourenço — República Malgaxe; Pemba, «Mamfia» e «Zinzibar», da Tanzânia.

De Quíloa diz que é ilha junto à costa, com uma vila de mouros «de mui formosas casas de pedra e cal, com muitas janelas à nossa maneira, muito bem ornadas, com muitos terrados, as portas de madeira mui bem lavradas de mui formosa marcenaria. «Derredor», viam-se «muitas águas e pomares e hortas com muitas águas doces». Daqui irradiavam, antes de os Portugueses chegarem, as linhas de comércio, direcção a Sofala e para o Arábia Feliz.

A *Mombaça* refere-se como cidade levantada numa ilha muito perto da terra firme, «a qual é muito formosa, de mui altas casas de pedra e cal e muito bem armadas à maneira de Quíloa». Bom porto, de grande movimento comercial, é terra farta de mantimentos, nomeadamente de «muitos e mui formosos carneiros, de uns rabos redondos e vacas e outro muito gado e galinhas»; milho, arroz, laranjas doces e acres, limões, romãs, figos-da-índia e toda a espécie de hortaliças, abundando também muito boa água. Os habitantes são de cor baça, brancos e negros.

Melinde era «mui formosa vila assentada em terra firme», estendendo-se ao longo de uma praia. As casas eram igualmente de pedra e cal, «de muitos sobrados, com muitas janelas e terrados, à nossa maneira». No seu porto, transaccionavam-se os artigos que os mouros e gentios do «grande reino de Cambaia» traziam, pelos produtos da terra — ouro, marfim e cera. Os mantimentos abundavam, como em Mombaça.

Situa a *ilha de S. Lourenço* (Madagáscar), 70 léguas distante do cabo das Correntes (Inhambane). Segundo Duarte Barbosa, a ilha estava repartida por mouros, na costa, e gentios, no interior, sujeitos, uns e outros, a «muitos reis». Produzia muito arroz, milho, laranjas, limões e gengibre, não lhes faltando carnes. Mas o seu principal alimento eram inhames, uma espécie de raiz farinácea. «É a terra mui formosa, aprazível e viçosa de ribeiras, de assaz grandes rios. Terá esta ilha de longo da

costa para Melinde, obra de 300 léguas e dela à terra firme haverá 70 léguas».

«Entre» esta ilha e a terra firme, erguiam-se três ilhas: Mafia, Pemba e Zanzibar. Além dos alimentos da ilha de S. Lourenço, produziam cana-de-açúcar, de que havia abundância, mas de que os naturais não sabiam extrair o açúcar. Nelas predominava o elemento mouro, possuindo muitas mesquitas.

Mogadoxo era «uma mui grande vila de mouros», com rei próprio, «lugar» de «grande trato de mercadoria» e muito rico pela abundância de carnes, trigo, cevada, cavalos e frutas.

A partir do cabo de Guardafui, que assinala como porto na boca do estreito de Meca (Aden), de passagem obrigatória das nossas naus da Índia e das de Cambaia, Chaul, Dabul, Baticalá, Malabar e toda a costa de Bengala, de Ceilão, Malaca, Samatra, Pegu, Tenaçarim e China — inflecte para o golfo que dá entrada no «mar roxo» (mar Vermelho), fazendo referência a vários lugares de mouros, ainda na costa de África, como Meté, Barborá (Berberá), ainda na Somália, Zeila, Dalaca (arquipélago) e Maçuá, dois portos das terras de Preste João, na costa a que «chamamos Arábia Feliz». O que mais importa frisar neste cabo de África, onde viemos encontrar o reino do famigerado Preste João, é a permanência das informações fantásticas que então corriam a respeito desse príncipe e do seu reino.

«Em toda esta costa há muito ouro que vem de dentro do sertão do grande rei, no do Abexim, que é terra do Preste João».

O reino do Abexim, como os mouros lhe chamam, «é mui grande e mui formoso de terras. Há nele muita gente e tem muitos reinos ao redor, sujeitos a si». «É esta terra bem povoada de muitas cidades, vilas, lugares». «Bons cavaleiros e grandes monteiros e caçadores». Alimentam-se de carnes de todas as qualidades, «muitas manteigas», mel e pão de trigo e de milho. De tudo há abundância na terra.

«São cristãos», de cor negra. Os mouros acham-nos «agudos e muito bons homens». «Todos são, em geração, cristãos do tempo da doutrina do bem aventurado S. Tomé, *segundo dizem*, e seu baptismo é em três maneiras: de sangue, fogo e água».

O Preste habita na cidade de Babelmaleque, «a mais verdadeira cristandade que entre eles há». A sua riqueza é de tal forma grande «que até o nosso tempo se não sabe nenhum outro rei lhe ser nisso igual».

Todas estas notícias lhe foram fornecidas não sabemos por quem. Note-se, porém, nalgumas delas, apesar da afirmação categórica sobre a

abundância de ouro, certa incerteza, por exemplo quando não sabe se a imagem que levam em procissão é de Nossa Senhora ou de S. Bartolomeu.

Passando para a outra costa do mar Vermelho, entrava a descrever a Ásia, posto que, para ele, esse continente tivesse começado na costa oriental de África. Pouco importa, no entanto, esse pormenor, que, afinal, não transcende a simples questão de nome. A geografia da Ásia com que se contactar é totalmente nova, com descrições de quem visitou a maior parte dos locais que descreve. E isso é o que importa, uma vez que Duarte Barbosa manifesta apurado sentido das realidades e um cuidado meticuloso de apurar a verdade e colher os dados de maior interesse.

Começa pelo Suez e pelos territórios hoje pertencentes à Jordânia e Israel, lembrando o caminho marítimo e por terra das especiarias e outras mercadorias que vinham da Índia para Veneza, servindo-lhe a circunstância para recordar a violenta batalha travada em Diu, entre tropas portuguesas e as do «Gram Soldão do Cairo». O resultado foi que, por esse feito e por outros ocorridos em tempo futuro, «se foi perdendo a navegação pelo mar Roxo e o porto de Suez ficou sem nenhum trato de especiaria, e está agora muito danificado e quase despovoado».

Do monte Sinai, a que os mouros chamam Turla e que se via «ali logo, não longe de Suez», apenas assinala a existência do corpo de Santa Catarina, depositado numa igreja que se tornou centro de peregrinações chegadas da Etiópia, Babilónia, Arménia, Constantinopla, Jerusalém, Roma, Alemanha, Nápoles «e doutras muitas partes». A propósito do porto de Eliobom (Janbu), alude a Medina, para dizer que daí desembarcam os mouros que se dirigem àquela «cidade de mouros, pela terra dentro três jornadas, longe deste porto, na qual está sepultado o corpo de Mafamede».

Ao longo da costa do mar Vermelho, depois de Eliobom, encontra-se o de «Judá» (Jiddah), noutro tempo muito frequentado pelas naus da Índia que aí iam deixar «especiarias e drogarias» e carregar «cobre, azougue (mercúrio), azinhavre (aloés), açafrão, águas-rosadas (água destilada de rosas), panos de escarlata, sedas, chamalotes, tafetás e outras mercadorias diversas», ouro e prata.

Distante uma jornada pelo sertão, espraiava-se «a grande cidade de Meca», que possuía «uma grande mesquita aonde vão em romaria os mouros de todas as partes e têm por certo serem salvos, lavando-se com a água de um poço que está dentro dela». No seguimento da costa, muitos lugares de mouros iam surgindo à beira do mar Vermelho, como Jasão, Ali, Alhor, Obeda (moderna Hodeida) e Babelmandeb — esta já «na

boca do estreito onde as naus entram ao mar Roxo e saiem», pertencente ao «reino de Aden», actualmente do Iémen.

Antes de se referir à cidade de Aden, faz breve alusão à ilha, não muito grande, de Camarão, bem conhecida dos Portugueses, nomeadamente de Afonso de Albuquerque e Lopo Soares, como lembra Duarte Barbosa. Saindo do mar Vermelho, entra-se no «mar largo de Aden» e, depois de se passarem alguns lugares de mouros, chega-se à «populosa e sumptuosa cidade de Adém, que é dos mouros e tem rei sobre si». Bom porto de mar, «de mui grosso trato de grandes mercadorias», «é mui formosa, de mui altas casas de pedra e cal e terrados, de mui altas e muitas janelas, mui bem arruada e cercada de muros, torres e cubelos, com suas ameias à nossa maneira».

Encerrada entre serra «talhada da banda da terra firme» e o mar, aparentava fortaleza inexpugnável, por onde apenas se podia entrar do lado da terra, «por uma porta pela qual se servem». Faltava-lhe, porém, a água, que vinha, por canos, de outra serra próxima. Os moradores eram quase todos brancos; vestiam panos de algodão ou de sedas, chamalotes e grã e alimentavam-se de «mui boas carnes», pão de trigo e arroz da Índia e frutas.

O rei vivia no sertão, tendo na cidade «um governador de sua mão». Ponto de convergência de várias rotas marítimas, era mesmo o lugar de «maior e mais grosso trato que se acha no mundo e assim das mais ricas mercadorias», que ele enumera com os lugares de origem, mas que não vale a pena repetir, por nos aparecerem ao tratar desses pontos geográficos.

Saindo fora do estreito e deixando este reino, surge «outro reino de mouros, ao longo da costa, que tem três ou quatro vilas junto com o mar»: Xaer, Dofar, Fartaque, que, «de pouco tempo a esta parte está à obediência del-rei de Adem». Nele se alonga para o mar um cabo que também se chama de Fartaque (Ras Fartak) no sítio em que «a costa torna a fazer volta para o mar largo», constituindo, com o cabo fronteiro de Guardafui, «a boca do estreito de Meca» (golfo de Aden). Entre os dois cabos, erguem-se três ilhas, a maior das quais é conhecida pelo nome de «Sacotorá». As suas «mui altas serras e montanhas» são povoadas por homens baços, «que dizem» que são cristãos, mas carecem «da ensinança e baptismo». Andam nus, têm língua própria e não lhes faltam mantimentos. Os mouros de Fartaque haviam forçado a maior parte a abraçar o islamismo. Os das outras duas pequenas ilhas viviam «como bestiais, sem trato nem conversação». Dentre as produções de Socotorá,

Duarte Barbosa valoriza «uns panos de lã como ordens, que chamam carabolins», «que é muito certa mercadoria para a costa de Melinde e Mombaça».

Xaer (Esh-Shihr, na costa de Hadramant, erradamente situada depois do cabo de Fartaque, segundo Dames), aparece como outro porto de mar do senhorio do rei de Fartaque, aonde acorrem mercadorias de Cambaia, Chaul, Dabul, Baticalá e Malabar, que se escoam para o interior, saindo por aí, além de incenso, uns cavalos, «muito maiores e melhores que os que vêm de Ormuz e valem na Índia quinhentos, seiscentos cruzados». O incenso espalha-se daqui para todo o mundo, «e vale o quintal a 150 réis». Como no princípio deste capítulo diz que a vila de Xaer «é do mesmo reino de Fartaque», e no fim acentua que «este rei de Xaer, com todo o seu reino, está à obediência de Adem», conclui-se que este último soberano conseguira dominar aquele e tê-lo como tributário.

Do mesmo reino de Fartaque enumera ainda o lugar dos mouros chamado Dofar (entramos assim em Oman), a última antes de chegar a Char (Sūr), fortaleza do rei de Ormuz, situada no ponto em que a costa começa a dobrar para dentro, onde se situa o cabo de Rosalgate (Ras el Hadd), «que é onde se começa o reino do senhorio de Ormuz». Este reino principia na Arábia e vai terminar na Pérsia. Na primeira região (Trucial Oman) possui, além de muitas ilhas, os seguintes «lugares»: *Clarate* (porto de Kalhāt), *Terve* (Taiwa), *Dagino* (talvez Wadī Dāghmar), *Curiate* (Kiryat), que é terra de muito bons cavalos que seguem para a Índia, *Etem, Mascate* (terra marítima e óptimo porto de pesca), *Coquiar, Boçaque, Mael, Profão* (onde os mouros ricos de Ormuz possuem belas quintas de repouso), *Julfar* (onde se pratica a pesca de aljôfar e pérolas grandes), *Recoima* e *Caluão*. A parte que se estende ao longo da costa da Pérsia, em direcção à Índia, está povoada por muitos lugares e tem ilhas habitadas [1]: *Baião, Devixar, Sacujon, Nabando* (donde seguem água doce e mantimentos para Ormuz), *Ganda, Queijas, Ditabala, Beroaquem, Lima,* etc. A população é constituída por gente de cor branca, vestindo roupas compridas, de panos de algodão e de seda e grã e chamalotes. «Toda esta terra é muito rica».

Dentre as ilhas, revela, naturalmente, aquela em que está situada a cidade de Ormuz, «entre a costa da Arábia e Pérsia, na boca do mar

---

[1] Não tem muito interesse a identificação de todos os lugares, que estão localizados com a indicação do país a que pertencem. Dames acha que muitos são confusos.

persiano». Não tem água nem mantimentos. Uma outra — Queixime — «é uma ilha grande muito viçosa, donde vem a Ormuz muita fruta verde e soma de hortaliça, a qual tem dentro em si grandes povoações». Muito metida pelo mar persiano, encontrava-se a ilha *Barem*, porto de escala de barcos mercantes. «Ao redor dela nasce muito aljôfar e mui boas pérolas grandes». «Este aljôfar e pérolas se acham em todo este mar persiano, de Barem até dentro de Ormuz», e é comerciado na Índia, em toda a Arábia e Pérsia.

Assim se chega às terras do xeque Ismael (nome de Ismá il Shāh, fundador do reino de Safavī da Pérsia, actual Irão, que reinou de 1502-1524), de que confessa não possuir «tanta informação e notícia». Depois de afirmar que são «terras mui fartas e ricas», demora-se a contar a história dos feitos de armas do xeque, terminando por lhe atribuir senhorio sobre Babilónia [1], Arménia, «toda Pérsia, mui grande parte da Arábia, parte da Índia contra Cambaia». Sobre a fortaleza de Baçorá [2], «aqui mesmo no fim deste mar persiano», esclarece que os mouros que a povoam obedecem ao xeque Ismael. O rio que sai da terra firme — «muito grande e formoso rio de água doce», os mouros chamam-lhe Eufrates. Porto de grande movimento, Baçorá fornece trigo, manteigas, gergelim, cevada, chamalotes e outras mercadorias às naus que lhe levam especiarias e panos de algodão, etc.

Entre Baçorá e o reino de Diul, ambos sujeitos ao xeque Ismael, Duarte Barbosa trata largamente da «formosa cidade de Ormuz», que apresenta como capital do reino bipartido pela Arábia e Pérsia, de que se ocupara pouco antes. «Está a cidade mui bem assentada», dando nas vistas às «mui altas casas de pedra e cal, cobertas de terrados com muitas janelas», com cata-ventos que canalizam vento fresco para o rés-do-chão. Alude a uma serra de sal-gema, na periferia da cidade; refere-se aos habitantes — pérsicos e arábios —, homens fortes, de boa presença, na maioria pretos e baços, praticando o islamismo.

O porto é centro de confluência do comércio que vem de Cambaia, Chaul, Dabul, Bengala, Aden, Babilónia, Barem, Julfar e Narsinga. Especiarias de produtos alimentícios; ferro, cobre e vermelhão; pedraria, pérolas e porcelanas; panos e sedas; cavalos que valem, tanto os bons como os maus, 300 e 400 cruzados.

---

(1) No Iraque.

(2) Basra, ao sul do Iraque.

Se a cidade é formosa pelas suas habitações, não o é menos pela sua população. Os mouros de Ormuz andam bem vestidos, com camisas muito brancas, «delgadas e compridas», «seus sirões de pano de algodão», roupas de seda «mui ricas», chamalotes e grã, «cingidos com muito bons almejares (cintos), em que trazem as suas adagas mui bem guarnecidas de ouro e prata». Não falta quem use «brocados, redondos, guarnecidos de mui boa seda nas mãos, seus arcos turqueses, pintados de mui boas tintas e cordas de seda». Outros trazem nas mãos machadinhas e maças de ferro, muito bem lavradas. Os mais ricos, que são os que trajam assim, possuem quintas na terra firme, onde passam, sobretudo, o Verão.

O rei habita nuns «mui grandes paços, junto ao mar, mais não podendo fazer que contemplar os seus tesouros, visto que o governador da ilha, que superintende nos governadores das terras da Arábia, Pérsia e ilhas, é pràticamente quem governa todo o reino.

A moeda é redonda «como as nossas», de muito bom ouro, com letras mouriscas de ambas as faces. Chama-se xerafins e vale, cada um, 300 réis, pouco mais ou menos. A de prata — tanga — é comprida, à maneira de fava, também com inscrição de ambos os lados e vale três vinténs. Corre muito na Índia, onde tem grande valor.

Transparece bem, desta descrição da cidade de Ormuz, o observador atento que fala do que viu. Embora pudesse não se encontrar presente nas duas intervenções que relata, de Afonso de Albuquerque, contudo era-lhe fácil lá ter ido nas armadas dos anos imediatos.

Sobre o reino de Diul (1) informa que se situa «entre a terra de Arábia e Pérsia e se estende em grande extensão pelo sertão dentro, não possuindo, por isso, muitos portos de mar. Por um lado, confina com o reino de Cambaia e, do outro, com «a terra de Pérsia». Atravessa-o um curso de água «que vem do rio Eufrates». O rei é mouro, como a maior parte da população, e obedece ao xeque Ismael. Dedicam-se à pesca e ao comércio de algodão, panos e cavalos, com arroz, açúcar e madeiras que as naus aí conduzem.

Finalmente, vamos ingressar na Índia (e Paquistão) e tomar contacto com as castas. «Passando este reino de Diul», entra-se «logo na primeira Índia», no «muito grande» reino de Guzarate e Cambaia (2), que conta «muitas vilas e cidades, assim pelo sertão como ao longe

---

(1) Dēval in Sindh, no Paquistão (?).

(2) *Cambaia* deriva do principal porto de mar, Cambay. O golfo de Cambaia fica a seguir à península de Kathiawar, onde se encontra Diu.

do mar», como as cidades de Champanel (1), Andana (2), Patenexei, os «lugares» de Curiate e Mangalor (3), Diu, Gogarim (4), Barbasi, Guindarim (5), Limadura, Reinel, Dinui (6), Baxai (Baçaim). Os confins deste reino pouco passam do porto e fortaleza de Benamajambu (7), que fica «ao diante de Baxai, ao longo da costa».

No seu tempo, Duarte Barbosa ainda ouviu lendas a respeito de Persas e Romanos, que fixou neste fugidio trecho: «do qual reino e senhorio parece que el-rei Dari foi rei, porque ainda agora os índios têm dele e de Alexandre Magno muitas histórias».

O reino pertencia a «gentios», que ainda abundavam, apesar de terem sido dominados pelos mouros que donominavam «resbutos» (reisbutos). os antigos possuidores da terra. É a primeira casta de que fala Duarte Barbosa, que também se encontra em Barros (8) e Castanheda (9). Muitos destes refugiaram-se nas montanhas, ficando fora da obediência do rei mouro, que combatiam «continuadamente».

Habitava ainda o país uma segunda casta de indivíduos, «gentios», «grandes mercadores e tratantes», que viviam entre os mouros — os chamados baneanes. «Não comem carne, nem pescado, nem nenhuma cousa que morra, nem matam nem menos querem ver matar». Apesar dessa virtude de não matar, levam o seu escrúpulo ao extremo de não pisarem as formigas, não acenderem velas sem precauções, para evitar que os mosquitos aí vão cair; e de oferecerem os piolhos aos ermitães de santa vida, os baneanes «são grandíssimos onzeneiros e falsificadores de pesos

---

(1) Champānēr, actualmente em ruínas, a NO, perto de Baroda, na região montanhosa de Pānsh Mahāls (Dames).

(2) Ahmadābād, que tomou o nome do seu fundador Ahmad Shad, terceiro rei guzarate.

(3) De difícil identificação. Adiante volta a aparecer Mangalor, bem como Suriate, com que Dames identifica Curiate (Çuriate, i. é, Sōrath, nome da parte da península Kāthiāwār, em que fica Diu.

(4) Porto de Gōghā, na costa oeste do golfo de Cambaia, entre Diu e Damão.

(5) Barbasi, de difícil identificação. Guindarim, Ghandhār, perto de Bharōch.

(6) Limadura, i. é Limōdara, cerca de Ratanpur; Reinel, i. é Randēr, perto de Surate, que se situa antes de Damão. Dinui, entre Surate e Baçaim, talvez não longe de Damão.

(7) Tanamajambu, do ms. de Barcelona. Tana é um célebre porto, cerca da ilha de Salcete, junto de Bombaim.

(8) *Déc. II*, cap. 9.

(9) *História do Descobrimento e Conquista da Índia*, III, p. 130, etc.

e medidas e doutras mercadorias e moedas, e mui grandes mentirosos». A sua alimentação consta de leite, manteiga, açúcar, arroz, conservas, frutas, hortaliças e «ervas do campo». Vivem em hortas e pomares. Usam o cabelo comprido, «de maneira que o criam as mulheres em nossas partes», e trazem-no apanhado sobre a cabeça, feita dele uma trunfa, adornado com flores e por cima uma touca. Banham-se em tanques, tanto homens como mulheres, duas vezes ao dia, considerando-se, depois das abluções, «salvos de quantos pecados têm feito até aquela hora». Untam o corpo com sândalo branco misturado com açafrão e outros perfumes. «Homens mui namorados», vestem «camisas» compridas, de algodão e de seda; calçam sapatos de pontilha de cordovão mui bem lavrados; trazem sempre umas pequenas facas guarnecidas de ouro e prata; nas orelhas, ouro e pedraria, como nos dedos, anéis; e, cingindo os rins, uma cinta de ouro, sobre os panos.

Os trajos das mulheres — que são «mui formosas, delicadas e de mui bons corpos», «baças quase brancas» — são de seda e compridos, usando por cima «uns sainhos de pano de seda de mangas estreitas, abertos pelas espáduas» e ainda quando saem à rua, o que fazem raramente, envergam panos grandes, que chamam chandes, que lançam por cima, à maneira de mantas. Andam sempre descalças e de cabeça descoberta, trazendo manilhas de ouro e de prata nas pernas e anéis nos dedos dos pés e mãos e nas orelhas. Os homens que dirigem o culto — os *brâmanes* — são sacerdotes e pessoas que administram e governam suas casas de orações e idolatrias». Nessas casas «ou mosteiros» avulta «muita soma de ídolos de pau», pedra e cobre, «festejando-os com muitos tangeres e cantares, com muitas candeias e alâmpadas de azeite» e campainhas.

Sobre a doutrina que professam, Duarte Barbosa encontra grandes semelhanças com o dogma cristão da SS.ma Trindade, atribui-lhes fé viva num Deus verdadeiro e criador do mundo, que tem outros deuses ao seu serviço. A semelhança é também conhecida pelos brâmanes, que não sentem escrúpulo em entrar nas igrejas cristãs e aí fazer orações perante as imagens, «perguntando sempre por Santa Maria». Chegam mesmo a afirmar que «entre eles e nós há pouca diferença».

Os brâmanes sacerdotes andam nus da cinta para cima, cobrindo-se para baixo, com panos de algodão. A tiracolo trazem um fio de três linhas, «que é o sinal por onde se conhecem serem brâmanes». Também não comem «cousa que sinta morte», e igualmente colocam nas abluções do corpo condição indispensável para a salvação.

Tanto os *baneanes* como os *brâmanes* casam com uma só mulher e apenas uma vez. As bodas nupciais, sempre aparatosas, duram vários dias, tomando nelas parte muita gente «bem vestida e asseada». A cerimónia do casamento tem lugar na mesquita, diante de «um ídolo coberto de flores, com muitas candeias de azeite acesas de roda dele», demorando-se os esposos em adoração, de manhã até à tarde, em silêncio, sem comer, nem beber. Entretanto, música de instrumento e cantares ecoam no ar, abafados por estrondos e bombardas e foguetes.

Por fim, Duarte Barbosa refere-se à casta dos «pateles», que pinta apenas com uma pincelada forte: «outros somenos, que servem de mensageiros e vão seguros por todas as partes, sem ninguém lhes fazer nojo, ainda que haja guerra ou ladrões».

Depois de tratar das castas, Duarte Barbosa ocupa-se do Monarca, «mui grande senhor, assim de gente como de muitas rendas e terra muito rica». Este chama-se soldão Mordafá; o pai era o soldão Maamude. De pequenino se foi habituando a beber peçonha, em pequenas quantidades, a fim de fugir de morrer envenenado, como soía acontecer entre eles. Dispõe de «grossa cavalaria» e de grandes elefantes, utilizando uns e outros na guerra. Os elefantes transportam um como castelo onde se anicham três a quatro homens com arcos, frechas, espingardas e outras armas e ferem, com os dentes, os cavalos e soldados inimigos, passando incontinente a debandar, arrasando tudo diante de si. Os militares cavalgam muito bem, usando cada um, escudo redondo, guarnecido de seda, duas espadas, uma adaga e arco «turquesco», enquanto outros utilizam maços de aço e, muitos deles, cotas de malha.

«São tão ligeiros e manhosos na sela, anota folclòricamente Duarte Barbosa, que a cavalo jogam a choca, o qual jogo eles têm entre si na conta em que nós temos o das canas». Refere-se, evidentemente, aos soldados fiéis, que combatiam os inimigos internos — os *reisbutos* e os dos países vizinhos. Eram mouros brancos e, a maior parte, estrangeiros, como turcos, mamelucos, arábios, pérsios e coraçones, targinões, do grande reino de Deli, etc. Andam igualmente bem vestidos «de ricos panos de ouro, seda e algodão e de chamalotes», de touca e roupas compridas a jeito de «camisas mouriscas», «ceroulas com borzeguins até ao joelho, de mui grosso cordovão, lavrados de mui subtis laços, de dentro e de fora da pontilha». Podiam ter as mulheres que quisessem, «por honrarem a seita de Mafamede», e «descasar» quando lhes aprouvesse. Falam várias línguas, nomeadamente arábia, turca e guzarate. Alimentam-se de pão de trigo e arroz, e carnes de toda a espécie, menos porco.

Champanel, a que já nos referimos, a capital onde residia o monarca, ficava no interior, «metida pelo sertão, em uma terra de mui bons campos, que dão mui grossos mantimentos», desde produtos hortícolas, de que menciona lentilhas e chícharos, trigo, milho, cevada e grãos, até criação, vacas, carneiros e cabras. Nas montanhas que a rodeavam, criavam-se «muitos servos e outras alimárias», e muita caça. Este foi o rei indiano que, como Duarte Barbosa recorda, enviou uma ganda ou rinoceronte a D. Manuel. Maior que Champanel era a cidade de Andana, antiga sede da corte. Uma e outra é cercada de muros, «com mui boas casas de pedra e cal, telhados à nossa maneira», com grandes pátios em que não faltam tanques e poços de boas águas.

Calando as demais cidades do interior, refere mais a «grande cidade» do litoral, que é «mui bom porto de mar» — Patenexei. Aí se fabricam «panos pintados de seda e de muitos lavores». Os demais portos de mar são outros tantos locais de intenso comércio, de que nada mais diremos além do nome já mencionado. Uma excepção apenas para o de Diu. A povoação fica numa pequena ilha, muito perto da terra firme. Ponto de cruzamento das naus que chegavam do Malabar e Baticalá, de Goa, Chaul e Dabul, Malaca e China, e das que partiam para Meca, Aden, Zeila, Barbará, Mogadoxo, Melinde, Brava, Mombaça, Ormuz e outros portos da Arábia e Pérsia. Uma infinidade de produtos embarcava e desembarcava aí: cocos, esmeril, cera, ferro, açúcar, especiarias, sândalo e brasil, sedas, cavalos, alcatifas, etc. etc. Um artigo vale a pena sublinhar, dentre os de exportação: «chamalotes comuns de seda que, neste reino de Cambaia, se fazem e são muito baratos».

Duarte Barbosa não deixa de frisar que «este lugar é o de mor trato que agora se acha em todas estas terras: rende tanta soma de dinheiro que é coisa espantosa». Este capítulo foi escrito depois de 1509, ano em que se desfechou a vitória naval de D. Francisco de Almeida contra os rumes, de que Barbosa apresenta sucinto relato.

Das restantes povoações, apenas nos demoraremos ainda com «a formosa cidade de Cambaia», que ostenta «mui boas casas, mui altas, com janelas e cobertas de telha à nossa maneira, mui bem arruadas, com formosas praças e grandes edifícios, tudo de pedra e cal». Continuamente, perpassam carretas de carga puxadas por bois e por cavalos e outras com leitos de madeira, «muito bons», «cerrados e cobertos à maneira de uma câmara, lavrados de formosa marcenaria e com janelas armadas e paramentadas com muitos panos de seda e alguns com os couros dourados», terminando por colchões, cobertas e almofadas de seda.

Povoam-na os «naturais da terra», que são quase brancos, e muitos estrangeiros. «É gente polida e acostumada a muito bons trajos, de mui viçosa vida, dados a muitos prazeres e vícios». Lavam-se muito, untam o corpo com essências cheirosas e trazem no cabelo, as mulheres como os homens, flores de jasmim e de outras «ervas que entre eles há». Nas carretas levam «mulheres a ver jogos e prazeres ou amigos, sem ninguém ver nem saber quem vai dentro», ao mesmo tempo que tangem e cantam, «fazendo tudo a seu prazer».

Nos vergéis, hortas e pomares, passam igualmente horas «de bom desenfadamento». O luxo e gosto artístico manifestam-se ainda na «grande soma de marfim» que se gasta em «obras que se nela fazem, muito subtis e marchetadas, e outras obras de torno, como são manilhas, cabos de adagas, e em terçados, jogos de xadrez e tábulas». Saem das mãos habilidosas de «delicados torneiros que fazem tudo, e muitos leitos de marfim, de torno, de mui subtis obras e contas de muitas maneiras, pretas, amarelas, azuis e vermelhas e de muitas cores». Não faltam engenhosos «lapidários e falsificadores de pedraria e pérolas falsas de muitas maneiras, que parecem naturais», bem como ourives que trabalham «mui subtis obras». Existe também a manufactura artística de «mui formosas colchas e céus de camas de subtis lavores e pinturas e muitas roupas de vestir e acolchoadas»; panos de algodão brancos ou pintados, panos de seda, veludos, cetins, tafetás e alcatifas; como igualmente a manufactura de lavrar coral e alaquecas e toda a pedraria.

Estamos, pois, em presença de um centro fabril e artístico tìpicamente oriental, onde também se nota a presença imprescindível dos «grossos mercadores e grandes homens de fazendas, assim mouros como gentios». E presenciamos todo este fausto e arte, guiados por quem lá esteve, maravilhado pelo que viu e anotou a menor circunstância e, decerto, não resistiu à tentação de comprar. «Tudo muito barato». Aliás, Duarte Barbosa sabia onde se poderia comerciar pelo melhor preço. A propósito do lugar de Reinel, informa que aí se adquirem «mais perfeitamente que em outra parte e de bom preço», não só especiarias e drogarias, como sedas, almíscar, beijoim, porcelanas e «outras muitas mercadorias». E também tem conhecimento de que, na cidade de Surate, que é «porto de muito trato», a «deniva», ou seja, a alfândega, rende anualmente grande soma de dinheiro a el-rei de Cambaia.

Os pagamentos efectuavam-se com moeda do reino e de reinos vizinhos. A da terra valia mais ou menos duzentos réis, a de ouro, de forma

redonda e inscrição em árabe ([1]); 60 réis, a de prata. «Há ainda outro conto», a que chamam *redes*, que vale 18, 14 ou 12 réis, conforme os lugares. Enfim, também se usavam, «por moeda baixa», as próprias amêndoas, da mesma forma que, «em outras partes», os búzios pequenos. De moeda estrangeira apenas refere a do rei de Narsinga, «que são pardaus», e valem mais ou menos 300 réis.

Os pesos de ouro, prata e pedraria são meticais. Dois meticais e meio pesavam uma onça. Maior que estes, o candil, que orça por quatro quintais, variando de lugar para lugar, conforme o tamanho. Destes, o mais pequeno denomina-se *mão* e equivale a «20 no candil» e pesa um bar, «que é quatro quintais».

Com Chaul ([2]), dá início à descrição do reino Daquém (Decão), ou Idalcão, como outros nossos escritores o designavam ([3]). Povoam-no mouros e gentios e caracteriza-se como porto comercial, residindo aí um feitor, «posto pelo capitão-mor e feitor de Goa». Pertencem-lhe igualmente os lugares de Danda ([4]), Mandaba, Dabul ([5]), todos eles portos, os dois últimos na margem de rios. Dabul serve de interposto às mercadorias do sertão, escoando, por exemplo, muitos cavalos. Foi tomada por D. Francisco de Almeida, «quando era Vice-Rei da Índia». Seguem-se os rios Cinguiçar isto é, Shastri Jaigark, no distrito indiano de Ratnagiri, e o Bétele ([6]), onde floresce grande quantidade de bétele, a que nós chamamos *fólio índio* e que nasce como a hera. Os naturais da terra utilizam-no para mascar, dia e noite, a toda a hora. E, antes de chegar a Goa, o lugar de Banda ([7]), onde se carrega arroz, milho e legumes, rumo ao Malabar, donde trazem cocos, especiarias e drogas.

A ilha de Goa fica situada num dos dois braços de «um mui formoso rio». Pertence a Daquem «e era um senhorio sobre si, com outras terras derredor dela, pelo sertão». Pertencia ao sabaio, que a recebera como posto avançado para protecção do reino Daquem, contra as investidas do rei de Narsinga. Sucedera-lhe o filho «sabaim hidalcão» que, tendo sabido da vitória de Francisco de Almeida em Diu, se apressou a oferecer

---

([1]) O exemplar Fronteira diz que a de ouro denominam *parafim;* a de prata, *carraguiar*. Às *redes*, o exemplar Fronteira chama *Fedra*.

([2]) Abaixo de Bombaim, em 18° e 33′ N.

([3]) Cf. *Comentários de Afonso de Albuquerque*, II, p. 165.

([4]) Danda Rājpur, ao sul de Chaul.

([5]) Porto de Dābhōl, no rio Vashishti.

([6]) Nome dado pelos Portugueses ao actual Vijaydrug (16° e 23′).

([7]) Num rio do mesmo nome, em cujo estuário hoje fica a cidade de Vengorla.

os seus préstimos aos rumes. No ribeiro de Goa começaram logo a construir-se «formosas galés e bergantins, tudo à nossa maneira e feição, assim muita artilharia de ferro e cobre e toda a outra munição de guerra necessária para o mar». E trataram de aprisionar os zambucos que levavam «seguros de capitães del-rei nosso senhor e de Afonso de Albuquerque, que então era capitão-mor do mar na Índia». Tanto bastou para o governador desfechar o ataque à cidade, metendo-a «debaixo do mando e senhorio del-rei nosso senhor».

Tendo assinalado a fertilidade da terra e traçado o panorama da cidade antes da tomada por Afonso de Albuquerque — «cidade mui grande, de boas casas, bem cercada de fortes muros, torres e cubelos; ao redor dela muitas hortas e pomares (...), tanques de boa água com mesquitas (...)» —, depois acentua a sua importância como rendimento da coroa portuguesa: «As frutas da terra e mantimentos rendem cada ano, de direitos a el-rei Nosso Senhor, afora o porto de mar, 20 000 cruzados». Com relação ao porto, limita-se a frisar que havia nele «grande trato de muitas mercadorias de todo o Malabar, Chaul e Dabul e Cambaia», recebendo muitos cavalos de Ormuz, de que el-rei cobrava 40 cruzados por cada.

Como fecho do reino Daquem, indica o nome do soberano — soldão Maamude; da capital — Bider; e fornece elementos sobre os nativos: «homens pretos e bons de suas pessoas»; e forma de pelejar, tanto destes como dos mouros. Enquanto estes «cavalgam à bastarda, servem-se de azorrages e pelejam, atados na sela, com uns piques compridos, etc.; aqueles são bons archeiros, andam nus da cinta para cima, trazendo na cabeça «umas touquinhas». Dos naturais da terra lembra ainda o costume de não comerem carne de vaca e de as mulheres se queimarem vivas quando os maridos morrem.

Até ao rio Lígua, que divide este reino do de Narsinga, a costa do Decão, «da banda do norte», atinge 90 léguas. O reino que agora começa [1] «é tamanho que tem cinco provincias, mui grandes e, cada uma, língua sobre si». A 1.ª — Tolinate — estende-se ao longo da costa até ao Malabar; a 2.ª — Danseão Raien — penetra no sertão; a 3.ª — Telingu — «parte com o próprio reino de Narsinga»; a 4.ª — Tanarim — é constituída pela própria cidade de Bisnagá; e, finalmente, a 5.ª, que coincide com o reino de Charamandel (Coromandel), «cuja língua é o tamul».

---

[1] Narsinga, nome português, do nome do rajá do tempo de Vasco da Gama, Narsingha. Actualmente, Vijayanagar.

Tolinate valoriza-se, naturalmente, através das suas cidades e dos lugares em portos marítimos. Onor, a que os malabares chamam Poncuarão (actual Honāwar), é o primeiro «bom lugar», ao mesmo tempo que nome de um rio. Utilizam-no os malabares, como centro de fornecimento de arroz, «seu principal mantimento». Mais adiante aparece outro rio, que dá lugar a nova povoação, nomeada Baticalá (Bhatkal), que vive essencialmente do comércio de produtos da terra, em que avultam o arroz branco, o açúcar em pó, «que a terra dá em muita abastança» e ferro. A moeda que corre é de ouro — pardaus —, «que valem aqui (naturalmente em Goa) 320 rs. O arroz que se exporta em Baticalá cultiva-se nas terras banhadas pelo rio Majandur. Duarte Barbosa aproveita o ensejo para explicar como se faz a cultura, duas vezes ao ano, e indica duas espécies de arroz — *giracal*, «e é o melhor», e *acal*, também conhecidas por *cavagas* e *pachari*.

De Bacanor e Bracalor — dois lugares que ficam mais adiante da costa, exporta-se igualmente muito arroz, que se vende a 150-200 rs. o alqueire. Em Mangalor, «lugar muito importante, povoado de mouros e gentios», os navios mercantes carregam «arroz preto, que é melhor e mais sadio que não o branco». Apesar disso, é mais barato e, por isso, o adquire a «gente baixa». A partir de Mangalor, começa a região da pimenta, ainda em pequena quantidade, «mas melhor do que a outra, isto é, do que aquela que aqui trazem os malabares, em pequenos barcos».

No lugar que vem a seguir — Cumbola — colhe-se arroz preto «muito ruim», que no Malabar se vende «à gente miúda», sobretudo aos habitantes das Maldivas, por serem «mouros pobres». Nas Maldivas adquirem-no a troco de cairo, «que é um fio para fazer calabres e cordoalha, que se faz de cascas de cocos» (1).

Com a notícia do lugar de Cumbola (Kumblah), terminava o que sabe a respeito da província de Tolinate, passando a descrever terras do interior, distantes 15 a 20 léguas do mar. Terras altas e fragosas, de difícil acesso, estendiam-se a todo o comprimento do reino de Narsinga, desde o seu início até ao cabo de Camorim, «que é além da terra do Malabar. Entre a serra e o mar, ficava uma faixa que os mouros afirmam ter sido em tempos coberta das águas, sendo ainda visíveis

---

(1) Segundo Mansel Dames, deve ser esta a primeira vez que aparece, em escritos portugueses, o termo *cairo*, parecendo atribuí-lo ao próprio Barbosa, que diz ser um dos poucos portugueses que então conheciam o malaialam, de que o vocábulo deriva (*The Book*, I, p. 197).

«sinais de mariscos e doutras coisas do mar». A serra produz muita madeira, acoitando animais monteses, como porcos, veados, onças, leopardos, tigres e ursos e «alimárias cinzentas que parecem camelos, tão ligeiros que ninguém os pode matar ([1]), cobras peçonhentas e elefantes. Nos terrenos cultiváveis, abunda arroz, grão, feijão e outros legumes. Não faltam animais domésticos, nem tão-pouco as apreciadas pedrarias, como ametistas e safiras.

No interior polula «infinda gente» na cidade de Bisnagá ([2]), que está cercada de «mui bons muros» e situada num vale, entre um rio e uma grande serra. Aí reside o soberano, que é «gentio» e se chama Raien, nus «grandes e formosos paços», «de muitos pátios e grandes casas mui bem lavradas, dentro grandes terreiros, muitos tanques de água, em que se criam muitos peixes», rodeados de jardins «com muitas árvores e cheirosas ervas». Como estes paços, há pelas cidades mais uns outros, pertença dos «grandes senhores e governadores». Tudo o mais, reduz-se a casas cobertas de palha, alinhadas em ruas compridas, entrecortadas por grandes praças.

O movimento da cidade é extraordinário, não só de moradores como de comerciantes adventícios, que aí se sentem como em suas pátrias, pois não se lhes faz «nenhum nojo», podendo viver «em sua lei», sem serem incomodados, no que respeita à religião que cada um professa. Sobre todo esse favorável condicionalismo, destaca-se um rigoroso sentido de verdade e de justiça, que todos respeitam, quer entre si, quer por iniciativa dos próprios governadores. Entre as riquezas da terra, Duarte Barbosa salienta uma mina de diamantes, «como a do reino Daquem».

O comércio abrange toda a espécie de pedrarias e especiarias orientais, porque os habitantes, homens e mulheres, adornam-se e perfumam-se exuberantemente. Não vale a pena insistir em pormenores, nem voltar a reproduzir o modo de se vestirem, que pouco difere do já apontado noutras oportunidades. O harém real dispunha de «filhas de grandes senhores do reino» e de outras mulheres, escolhidas no reino entre «as mais famosas e sãs», empregadas «como mancebas e servidoras». A portas adentro todo o serviço real estava entregue exclusivamente a mulheres que aí residem. «Tangem e cantam e fazem mil prazeres com isso a el-rei». O ciúme, porém, causava, por vezes, zaragatas e mortes entre elas...

([1]) Conforme Mansel Dames, provàvelmente o antilope conhecido por nīl-gāi, ou vaca azul (o. c., I, p. 199, nota).

([2]) Nome português da cidade de Vijayanagar.

Rico como é, o rei de Narsinga possui mais de 900 elefantes e para cima de 20 000 cavalos, custando-lhe cada elefante 1 500 a 2 000 cruzados e cada cavalo 400 a 600 e alguns 900 e mil cruzados. Dispõe de mais de 100 000 homens de guerra, entre cavaleiros e peões, a que paga soldo. No tempo de guerra distribui pelos guerreiros as 5 ou 6 000 mulheres que andam na sua corte, todas «mui grandes músicas, bailadoras e volteadoras», por defender a tese de que «se não pode fazer guerra onde não houver mulheres». Anda muito em guerra com o rei de Daquem e com o de Otisa [1] «que é outro rei de gentios», também metido dentro pelo sertão.

Por fim, Duarte Barbosa refere alguns costumes destes povos, que taxa de «leis de gentios» — o de as mulheres terem de se queimar vivas, juntamente com o cadáver do marido; o dos brâmanes, classe sacerdotal, que não comem coisa que sinta morte. Só casam uma vez, não podem ser condenados à morte e vivem de esmolas dos reis e dos grandes senhores. A terceira lei é a de «gente quase como bramenes» que, enquanto os primeiros trazem a tiracolo três fios de linhas, em sinal da sua dignidade, eles têm ao pescoço uns cordões de retrós branco, que seguram um pano com uma pedra do tamanho de um ovo, «que eles dizem ser o seu deus». Quando estes morrem, a mulher enterra-se viva numa cova que, estando ela em pé, lhe dê pelo pescoço. Cheia a cova de terra bem apertada com os pés, colocam-lhe em cima uma grande pedra, que acaba por asfi-xiá-la. Não vale a pena contar outras barbaridades que praticam «por amor dos seus deuses», por exemplo quando as mães oferecem aos ídolos a virgindade das filhas de doze anos.

Adiante do reino de Narsinga fica o «grande reino de Deli», «de muitas terras e cidades grandes e ricas, onde vivem grossos mercadores». Tendo pertencido aos «gentios», presentemente têm rei mouro, que os força a sair do reino, pobres e quase nus. Duarte Barbosa pinta-os em quadro realista, que ressuma infelicidade e sofrimento atroz, com grossas cadeias de ferro no pescoço e na cinta, «em penitência do grande pecado que fizeram», de se entregarem ao mouro sem pegar em armas; untados de cinza para se recordarem que são cinza e nela se haviam de tornar, etc. Intitulavam-se jones (jogues) ou coamerques, «quer dizer tanto como servidor de Deus».

Assim se entra em terras do Malabar, que começam «donde chamam Cumbola, que por todo o monte Deli se acaba ao cabo de Camorim, que são 130 léguas, pouco mais ou menos, ao longo da costa». O rei era gentio.

---

[1] Orissa, separada da Birmânia, por Bengala.

Mas, havia cerca de 600 anos, os mouros converteram-no ao maometismo e, antes da peregrinação a Meca, de que não mais voltou, dividiu o reino pelos parentes, «fazendo muitas partes como agora está». A um sobrinho coube uma praia desabitada, onde agora é Calecute, dando-lhe também uma espada sua e um candeeiro de ouro, e subordinando-lhe os demais reis, com excepção do de Cananor e do de Coulão. Só ao de Calecute era lícito cunhar moeda. Com o andar dos tempos, porém, todos os três ficaram com esse privilégio, porque só eles eram verdadeiros reis. Duarte Barbosa descreve minuciosamente o fausto em que viviam, as leis de sucessão, a organização da Casa Real e forma de governo e várias usanças na guerra e na paz, informando também que a língua do Malabar se chama *maliama*. «Os reis todos são de uma lei e costume, pouco mais ou menos, mas a da gente é mui diferente, porque haveis de saber que, em todo o Malabar, há 18 leis de gentios naturais, cada uma apartada das outras, e tanto que não se tocam uns com os outros, sob pena de morte ou perdimento de suas fazendas». Das diferentes castas e sua incomunicabilidade entre si, se ocupa, com pormenor, em várias páginas, mas nós limitamo-nos a enumerá-las; sete castas superiores: brâmanes (sacerdotes); naires (nobres guerreiros); panicais (mestres dos naires); brabares (mercadores); cuiavéns (artífices de louça e tijolo); mainates (lavadeiros de roupa dos reis, brâmanes e naires); caletis (tecedores). E onze mais baixas»: *tuias* (trabalhadores rurais); *mancus* (lavadeiros «da gente comua» e colchoeiros); *canaquas* (astrónomos e astrólogos); *ageres* (pedreiros e carpinteiros, ferreiros e alguns ourives); *mogeres* («quase como os tuais» e «servem de carretar todas as coisas do estado del-rei, quando se ele muda»); *monqueres* (pescadores); *betunes* («cujo ofício é fazer sal e semear arroz»); pancéns (feiticeiros); *revoléns* (acarretam lenha e erva para as cidades); *poleas* (são malditos e excomungados); parcéns (vivem nos mais desabitados lugares, apartados das outras gentes).

A esta população autóctone acrescem os estrangeiros, todos eles «mercadores e tratantes na terra, onde têm casas e fazendas, vivendo já como os naturais, porém com os costumes sobre si», isto é, com costumes próprios. Distinguem-se em quatro grupos: Os *chatis*, «naturais da província de Charamandel», «homens baços quase brancos e gordos», cujo negócio se exerce sobre pedraria, aljôfar e coral, ouro e prata. Habitam em casas ricas, alinhadas em bairros próprios. Falam uma língua diferente da do Malabar, «como castelhanos e portugueses». O segundo grupo é o dos *Guzarates*, mercadores gentios que moram no reino de Calecute, mas são originários de Cambaia, onde são conhecidos por bancanes. Por

fim, dois grupos de mouros: os que falam a língua da terra, que «são mui ricos e abastados, todo trato e navegação do mar» têm e teriam já dominado todo o Malabar se Portugal não houvesse descoberto a Índia; os *mapulures* e os denominados *pardetis*, também residentes em Calecute, «naturais de diversas partes: arábios, pérsicos, guzarates, curaanes e daquanis», cuja principal actividade, antes de os Portugueses chegarem, consistia na transacção de especiarias e outros produtos pelo mar Vermelho, via Cairo, Alexandria e Veneza. O seu poderio era completo, a ponto de haverem constituído governador próprio, que os governa independentemente do rei de Calecute.

Traçado o quadro geral etnográfico do Malabar, de forma tão exacta que é justo considerá-lo o primeiro ocidental que, no século XVI, empreendeu semelhante tarefa com tão grande conhecimento directo, Duarte Barbosa passa a descrever cada reino de per si, como quem entra no capítulo da geografia física e económica.

Cumbola, do lado do reino de Narsinga, e *Catecolão*, do de Cananor, marcam, na costa, a separação dos dois potentados. Pouco adiante ergue-se o monte Deli, «na beira mar, que é um monte muito alto e redondo, em terra baixa, por onde todas as naus de mouros e gentios que, pelo mar índio navegam, se regem e dele fazem sua rota quando hão-de partir». Não muito longe circula um rio, que localiza «uma cidade mui boa, de mouros e gentios», chamada Balaerpatão, onde o rei de Cananor possui «mui formosos paços» para sua residência normal.

No interior, quatro a cinco léguas desta, encontra-se outra cidade «mui grande» e, na costa, para o sul, uma outra, também «mui grande», conhecida por Cananor. Aqui tem el-rei uma fortaleza e «feitoria de trato», diz Duarte Barbosa que, «com muita paz, amor e segurança», derredor da qual fortaleza está uma vila de cristãos da terra, casados, com mulheres e filhos, «que depois dela feita, se converteram à nossa santa Fé e convertem cada dia». Adiante, surgem outras povoações, como Cragate e Tremopatão. «Este é o derradeiro lugar que el-rei de Cananor tem contra Calecute». Para o interior, sobressai a cidade de Quategatão, que produz, aliás como todo o reino de Cananor, além de alguma pimenta, muito gengibre, cardamomo, mirabolanos, canafístula, zerumba e zodoairo. Duarte Barbosa termina este capítulo, assinalando a presença de crocodilos — mui grandes lagartos — nos rios, e duas espécies de serpentes, nos matos: *nurcas*, as nossas cobras-de-capelo, e *madalis*.

O reino de Calecute começa, ao sul do de Cananor, no rio Hopedirpatão, que é seguido por mais três, o Tircore e o Pandarane e o

Capucate. Dez léguas mais abaixo encontra-se a cidade de Calecute, «em que mais tratavam e tratam os estrangeiros que os naturais da terra, onde el-rei nosso senhor, por própria vontade del-rei dela, tem uma mui forte fortaleza».

E continua o rosário de povoações ao longo da costa: Propriamguari, Parananor, Banor, Panane, Cranganor. Para diante, a costa pertence já ao rei de Cochim. Duarte Barbosa remata a notícia deste reino com duas informações muito importantes: uma, de carácter religioso e a segunda económico. Nas terras de Cranganor até Coromandel vivem, não só mouros, e «gentios índios», mas também cristãos, «da ensinança do bemaventurado S. Tomé, do qual têm aqui uma igreja; da Nossa Senhora, outra». «São muito devotos cristãos, sòmente carecem de doutrina».

Nesta terra, «ou por melhor dizer, toda a do Malabar», domina a palmeira, isto é, o coqueiro, que cobre extensas regiões, à beira do mar. Altas como ciprestes, «têm os pés mui limpos e lisos e, em cima, uma copa de ramos, entre os quais nasce uma fruta grande, que chamam cocos».

Depois de frisar a sua grande produtividade («dão cada ano este fruto, sem nunca faltar, nem haver menos nem mais»), Duarte Barbosa põe em relevo a incalculável riqueza que este produto representa para os malabares. «Por causa delas (palmeiras), não podem cair de fome, ainda que lhes falte o outro mantimento». E, principal razão é porque «dão estas dez ou doze coisas, todas mui necessárias a serviço do homem». Em verdes, são excelente fruta, muito doce e aprazível; 2.º, tira-se deles leite, como das amêndoas; 3.º, dentro e enquanto verdes, conservam «um grande quartilho de água muito fresca e saborosa e melhor que de fonte»; 4.º, depois de secos, esta água se coalha, dentro deles, «em uma poma branca, tamanha como uma maçã, que é muito doce e saborosa»; 5.º, o próprio coco se come «depois de passado»; 6.º, dele se faz azeite em lagares; 7.º, da casca que está junto ao miolo produz-se carvão «para ourives, que não lavram com outro»; 8.º, da outra casca de fora, «que lança uns fios», fabrica-se cordoalha; 9.º, do «gomo da própria árvore» extrai-se mosto, de que sai vinho, «pròpriamente, como aguardente»; 10.º, do mesmo mosto se tira bom vinagre; 11.º, e, além disso, açúcar muito doce; 12.º, da folha da árvore «fazem umas empreitadas do tamanho do ramo com que se cobrem as casas; 13.º, da mesma árvore obtêm madeira para as casas. De outra espécie de palmeiras mais baixas, colhe-se a folha que serve de papel aos «gentios». Umas outras, «delgadinhas, mui altas e limpas» pro-

duzem uma fruta tamanha como nozes, que se chamam areca», que se come com o bétele, apesar de «feia e desgostosa».

Passando a Cochim, entra-se na terra da pimenta, que, em cacho, «nasce em toda a terra em mais árvores, à maneira de hera, e trepa pelas outras árvores e por palmeiras», havendo muita em latadas. Não faltam outras muitas especiarias, como gengibre, bélide e cardamomo, mirabolanos, canafistula, zerumba, zedoaira e canela brava.

O reino é pequeno e nem tinha rei antes de os Portugueses descobrirem a Índia, porque o rei de Calecute o não consentia. Na cidade de Cochim construiu «el-rei N. S.» uma fortaleza «mui formosa», à volta da qual proliferavam portugueses e cristãos naturais da terra que, entretanto, se baptizaram, quer dos locais, «da ensinança do bemaventurado S. Tomé», quer de outros que emigram de Coulão e outros lugares. Aí se estabeleceu um estaleiro português que, não só servia para «corregimento» de naus, mas também para construções de novas galés e caravelas, «em tanta perfeição como que se fizessem na ribeira de Lisboa».

Por fim, Coulão, ao sul de Cochim. O primeiro lugar deste reino denomina-se Cale Coulão, que é grande produtor de pimenta, seguindo-se, ao longo da costa, «uma mui grande cidade de mui bom porto de mar» — *Coulão*, igualmente movimentado centro de produção e exportação de pimenta. Conta, por fim, a história da fundação milagrosa de uma igreja, pelo apóstolo S. Tomé, escrita nos livros dos cristãos do país. Computa os cristãos deste reino em doze mil fogos, revelando que até no sertão haviam levantado igrejas. Depois que o apóstolo foi perseguido e, por fim, martirizado na costa de Coromandel, os cristãos ficaram abandonados e só voltaram a receber instrução religiosa quando conseguiram que da Arménia lhes fossem enviados bispos (um por cada período de cinco anos). Sempre oportuno em aproveitar a mínima ocasião para revelar casos inéditos, Duarte Barbosa, a propósito, escreveu que os arménios são homens brancos, falam «aravia e caldeu», oram continuamente, «mas não sei se rezam tudo sem ofício por inteiro, como os nossos frades». «Trazem coroas ao revés» isto é, «no lugar dela cabelo e por redor andam rapados». Usam barbas compridas, andam descalços e vestem «camisas brancas», ostentando toucas na cabeça... Na missa consagram «pão salgado», que repartem totalmente pelos assistentes, indo cada um ao altar, recebê-lo «de sua mão». O vinho da missa era obtido de passas espremidas, que na véspera se haviam posto de molho. Como baptizavam «por dinheiro», voltavam ricos à Arménia, mas deixavam muita gente sem baptismo.

O cabo de Comorim era o termo do Malabar, mas não deste reino, que ainda se prolongava por mais 80 milhas, até à cidade de Chael.

Duarte Barbosa interrompe neste ponto a descrição do reino de Coulão, para referir algumas ilhas — as do Maldio (Maldivas), as de Palandura ([1]) e, a mais importante, a de Ceilão. Lugar de passagem para a navegação da China, Malugo, Pegu, Malaca, Samatra, Bengala e Ceilão, as ilhas de Maldio distinguem-se pela construção de navios de grande tonelagem e de uns outros pequenos, de remos «com bergantim ou fustas», que «são os mais formosos do mundo». Aí se explora muito âmbar, tanto branco (ponambar), o melhor, como pardo e preto (minambar), formado, segundo os nativos, de esterco de aves que, uma vez endurecido e arrancado pelas tempestades, é comido no mar pelas baleias.

A ilha que «os mouros, árabes, persas e sorianos» chamam Ceilão, os Índios apelidam-na de Tenarisim, que quer dizer terra de delícias. No meio, eleva-se uma serra muito alta, que termina por um pico, onde, além de uma fonte de água, se vê uma pegada que os mouros pensam ser de Adão, e, por isso, veneram «por amor de Deus e de Mafamede e de Adão». É habitada por «gentios», mas, nos portos de mar, dominam os mouros, que moram em grandes povoações. «A sua linguagem é tirada em parte do Malabar e em parte de Charamandel». O rei reside na cidade de Calmuco, que é um dos quatro ou cinco portos governados pelos seus sobrinhos. Quase não há doenças na ilha, devido ao facto de o ar ser muito temperado. Por isso, os homens vivem mais longamente do que em qualquer outra parte da Índia.

Os montes regurgitam de frutas, nomeadamente de laranjas «doces e formosas, de três ou quatro espécies de sabor, e algumas têm a casca mais doce do que o sumo». As árvores carregam todo o ano, «e contìnuamente se vêem flores e frutos maduros e verdes». Em árvores como louros, nasce aqui a «boa e verdadeira canela», que é monopólio do monarca da ilha. Curiosa a forma como aí se caçam os elefantes bravos. Prendem uma fêmea a uma árvore, à volta da qual escavam três ou quatro covas grandes, que cobrem de ramos. Acorrem os machos e caem na armadilha, onde os deixam à fome, durante sete ou oito dias, sem lhes permitir que durmam. Extenuados, consentem que os prendam com cadeias de ferro e, depois de lançarem rama na cova, para que o elefante vá subindo, atam-no a uma árvore, onde fica mais uns dias. Os domesticadores, de

---

([1]) Ou Palandiva. Não identificada. Deve tratar-se da corrupção de nome acabado em *diva* — ilha.

fogo na mão, vão-lhes falando e dando de comer «temperadamente», até os trazerem à mão. De tal forma são domesticados que se tornam «sisudos e entendidos como homens». «Os bons valem a mil cruzados e a 1 500, e outros 400 e 500, segundo são, e isto no Malabar e Charamandel; nesta ilha se hão por pouco preço», e também constituem monopólio régio. Na ilha abundam pedras preciosas, como rubis e safiras e muito bons lapidários. Junto, «dentro do mar» existe um banco coberto, de dez a doze braças de água, onde se pescam, em grande quantidade, pérolas, grandes e pequenas, ficando aquelas para o rei e estas para os mergulhadores.

Com a descrição de Quilicare, na terra firme (pequeno porto de mar, situado no distrito de Madura), e da cidade de Cael ([1]), porto de mar nessa mesma costa, Duarte Barbosa dá fim ao reino de Coulão, voltando a falar de mais três terras do rei de Narsinga: Coromandel, que anteriormente nomeou como a quinta província desse reino; Meliapor, onde jaz S. Tomé, e Paleacate ([2]), cidade e porto de mar de grande movimento. «Passando esta cidade de Paleacate, indo ao longo da costa, vai já tornando ao norte contra Bengala, na qual costa vão muitos lugares del-rei de Narsinga, até uma serra que chamam Odirgalemado, onde se acaba seu reino». Não insistiremos, porém, na narração do apostolado de S. Tomé em Meliapor, nem na vida económica de Coromandel e Paleacate, como o faz Duarte Barbosa.

E também pouco mais diremos dos restantes reinos, de Otisa, que já aparecera como confinante com Narsinga, Bengala ([3]), Berma ([4]) Aracangil ([5]), apesar de nos encontrarmos, finalmente, na terceira Índia, que começa no rio Ganges. Entre este e o Indo, situam-se a primeira e a segunda. Duarte Barbosa atribui esta classificação aos mouros, «que há mais tempo que as sabem que nós».

Encontramo-nos, pois, em terras até há pouco pertencentes ao Paquistão Oriental e vamos passar pela Birmânia, Tailândia e Malásia, Indonésia e Vietnam, até chegarmos à China, que o Japão foi descoberto em data bastante posterior. O poderio dos reis da Índia, por exemplo os de Narsinga, ainda aí se estende sobre os «gentios» que vivem no sertão do reino de Bengala. A respeito da cidade de Bengala, além de informar

---

([1]) Actual Palayakāyal.

([2]) Pulicat, 25 milhas ao norte de Madrasta.

([3]) Hoje dividida pelo Paquistão Oriental, actual Estado de Bangla Desh, e pela Índia.

([4]) Burma, para os ingleses: Birmânia.

([5]) Aracan.

que é porto de mar e pertence a rei mouro, refere as produções características: «Há nesta cidade muitos algodões, grandes canaviais de açúcar, muito bom gengibre e pimenta longa. Faz-se nela muita sorte de panos, em extremo delgados e pintados, para se vestirem, e outros brancos para mercadorias». Uns, a que chamam extravagantes, são uma espécie de panos ralos, «que nós muito estimamos para toucados de donas e o mouros, arábios e pérsios, para toucas». «Fazem também outros que chamam mamonas, outros dugazes, outros chantares, outros sinabafas, que são os melhores». «São fiados em roda por homens e por eles tecidos».

Os pais vendem «os meninos gentios» e os mercadores «capam-nos» e educam-nos muito bem, vendendo-os «para guarda» das esposas. E, como são «homens de grande recado», os seus donos sobem a feitores, governadores e capitães dos reis mouros. Praticam a poligamia, como acontece em quase todo o Oriente, andam vestidos de «camisas brancas de pano de algodão», que chegam aos artelhos e, por cima, uns maxilares de seda, suas adargas na cinta e muitos anéis nos dedos. A gente baixa usa camisinhas brancas, que dão por meio da coxa e, na cabeça, «touquinhas pequenas» com três ou quatro voltas, calçando sapatos ou alpargatas, «bem lavradas e douradas».

Com as breves alusões que faz ao reino de Berma, entra-se já na parte da Ásia de que sai a península de Malaca, ficando-lhe, ao sul, Aracangil (Arakan) e Pegu, ao longo da costa. Estes três reinos correspondem, «grosso modo», à Birmânia. Do primeiro — Berma — «não há informações», confessa lealmente, «porque não há nele navegações» e, por conseguinte, não se pode visitar nem colher notícias dos naturais. E do reino de Aracangil escreve: «Dizem que tem muitas vilas e grandes cidades...». Tudo o mais, naturalmente, é colhido de outiva e, ainda que mereça menos crédito, sempre representa o que constava no Oriente. Não custa, por exemplo, a crer que seja verdadeira a prática de os governadores enviarem anualmente a el-rei doze meninas de doze anos, muito bem tratadas e vestidas (ao todo 120), que ele reparte por quem quer, reservando para si as que cheiram melhor, depois de postas ao sol, em jejum e suarem, a ponto de alagarem a roupa. O que vai contar deste reino de Pegu, actualmente na Birmânia até Malaca, já pode cair dentro do *que viu*, porque estamos na linha de navegação portuguesa.

Pegu conta três ou quatro portos de mar, ficando a cidade desse nome «arredada pelo sertão, sete ou oito léguas do mar, em um pequeno rio, que é braço de outro mui grande, que por este reino corre, descendo de umas montanhas. Em determinados meses do ano, as águas deste

rio transbordam do leito, alagando os campos de arroz que circundam a cidade. Exporta açúcar, arroz, «laca muito fina que na terra nasce», almíscar que vem do sertão, da cidade de Ava e importam panos pintados, de Cambaia, de algodão e de seda, a que chamam *patolas;* anfião, cobre, panos de grã, coral enfiado, redondo, em rama, vermelhão, azougue, águas-rosadas «e outras muitas drogarias de Cambaia». O rei é conhecido por «rei do elefante branco», porque possui muitos, que manda amansar e ensinar, para vender em grande quantidade». Os «gentios» da terra, que andam quase nus, são bons homens de peleja, monteiros e caçadores.

Na direcção de Malaca passa-se por vários portos de mar, um dos quais, Martabão [1], que exporta laca, de superior qualidade à de Narsinga. «Esta laca, alguns dizem que é goma de árvore, e outros que se cria nos ramos delgados das árvores». Daqui saem também «grandes jarras de porcelana, mui grossas, rijas e formosas». vidradas de preto, algumas das quais levam uma pipa de água. Afastado da costa, mas ainda na direcção de Malaca, «entre o reino de Racangui e o de Anseão», encontra-se um reino de «gentios», em que avulta a cidade de Ava, «povoada de ricos mercadores». É centro de transacção de pedraria, rubis e espinelas, «que nela há». Aí acorrem os mercadores, mouros, «gentios» e chatins. de diversas partes, a negociarem em almíscar e pedraria, levando-lhe cobre, azougue, vermelhão, etc. e «veludos pintados de Meca».

Conta a forma como se obtém o almíscar, as espinelas, os rubis, demorando-se mais com o primeiro. Enfim, toca levemente na cidade de Capelão, que fica «mais para dentro» e pertence ao reino de Ava, para se demorar com o reino de Anseão (Sião, actual Tailândia), que pertence aos «gentios», é muito extenso e fica ao longo da costa para Malaca. «Toma desta costa até à outra que de Malaca vai contra a China». Pelo que deste reino refere, conhece-se que pouco se sente já a influência dos mouros, que são proibidos de entrar no sertão e de negociar em armas. Os habitantes cobrem-se com panos de algodão ou com roupetas de pano de seda, só da cinta para baixo.

No sertão extrai-se muito bom benjoim, que é resina de árvore a que os mouros chamam lobão. Os principais portos são o de Tanaçari, «logo saindo do reino de Pegu»; Quedá, em que nasce «muita e formosa pimenta» que exportam para Malaca e a China e outros de que ignora os nomes. Localiza neste reino, abundância de ouro, «principalmente no senhorio de

---

[1] Situada a nordeste do estuário do rio Salwin, em frente da moderna cidade de Moulmein.

Paam, que é além de Malaca, contra a China»; e de estanho, em senhorio que não nomeia. Entre os costumes que mais ferem a nossa sensibilidade, recorda o de certos «gentios» do sertão, que comem os parentes ou amigos assados (ele descreve a operação com minúcia), por estarem convencidos de que «a sua própria carne, em nenhuma parte a poderão enterrar melhor que em seus corpos». Adverte, no entanto, que a prática mais geral é a de tantos lugares que apontou antes — a da cremação dos corpos. E, até ao fim, as suas atenções vão apenas incidir em Malaca, ilhas das especiarias e China. Malaca segue a Anseão, a que pertencia. Este reino de Anseão lança uma ponta de terra ao mar, que é como um cabo, onde o mar torna a fazer volta contra a China, na qual ponta está um pequeno reino, em que se vê uma mui grande cidade.

Mouros comerciantes conseguiram converter os naturais ao islamismo e vieram a enriquecer tanto que se rebelaram contra o rei de Anseão, constituindo um reino independente. Chamam-se malaios e «tem língua separada». Os homens andam nus da cintura para cima, cobrindo o resto do corpo com panos de algodão, de seda, grã ou brocadilho, conforme a condição, não dispensando, na cintura, adargas lavradas de tauxia, que chamam cruz. As mulheres, que são baças, envergam óptimos panos de seda, «não mui formosas» e «têm muito bom cabelo». Vivem em boas casas fora da cidade, com pomares, hortas e tanques, rodeadas de escravos.

As páginas que consagra à cidade saíram, sem dúvida, da pena fascinada de quem, um dia, se deslumbrou de ver tanta beleza. Antes de mais, encantou-o todo aquele enorme movimento marítimo. Aí aportavam «muitas e grossas naus, a que chamam juncos», «mui formosos juncos de quatro mastros, carregados de seda, sulia (os casulos) mui fina, muitas porcelanas, muitos damascos, brocadilhos, cetins de cores, almíscar, ruibarbo, retrós de cores, salitre, muita e mui fina prata, muitas pérolas, aljôfar desigual, cofres dourados, abanos e outros muitos brincos»...

Em retorna, levam pimenta e incenso, panos de Cambaia, de grã, açafrão, coral lavrado e enfiado, e por lavrar, muitos panos pintados de algodão, outros brancos que vêm de Bengala, vermelhão, azougue, anfião e outras muitas mercadorias e drogarias de Cambaia, e uma que nós não conhecemos, que chamam cacho, e outra que chamam pucho mangição, que são agalhas que trazem do Levante dentro a Cambaia por via de Meca e valem muito na China e na Jaoa». Apalpa-se bem, na longa enumeração, o cuidado de reunir a maior soma possível de elementos, que valorizavam a terra tão cobiçada.

O comércio de Malaca faz-se com quem quer que aí aparece. Mas dentre todos, Duarte Barbosa sublinha os habitantes de «todas as ilhas que estão por todo esse mar». De Java chegam embarcações de verga, «que na terra há» — «as grandes naus juncos que são mui desviadas da feição das nossas, de mui grossa madeira, porque, como são velhas, em cima daquele tabuado lançam-lhe outro novo, e assim ficam mui fortes, nos cabres e em toda a enxárcia delas». Vem toda a família nesses barcos, que são as suas únicas habitações. Trazem arroz, carne de vaca, carneiros, porcos, veados, etc., bem como armas, lanças, adargas, traçados, «mui bem lavrado», de «tauxia», de fino aço, isto é, de embutidos de metal; e levam panos e drogarias de Cambaia. Muitos «jaos» estabeleceram-se na cidade. Homens de «peitos largos e mal feitos e os rostos largos», são mouros e apenas se cobrem da cintura para baixo, com panos de algodão que trazem «muito mal entrouxados».

A Maluco, vão as naus de Malaca vender panos, porcelanas, metais e pimenta, em troca de cravo; em Timor oferecem machados, facas, cutelos, espadas, panos e metais, e adquirem sândalo branco, mel, cera e escravos; em Bandam carregam noz-moscada e maçãs; na Samatra, pimenta, seda, sulia, benjoim e ouro. E assim por diante... O mais que refere, só interessa à história, mas é hoje por demais conhecido. Em poucos traços alude à tomada da cidade por Afonso de Albuquerque, depois do massacre de alguns portugueses, e à construção da fortaleza que tornou afectiva a posse da cidade.

Em poucas linhas fala do arquipélago de Malaca, incluindo, provàvelmente, as ilhas do sul do golfo de Bengala; sem dúvida as Nicobars e talvez as Andamãs e outras ilhas da costa oeste da península de Malaca, desde Junk Ceylon até Penang: «Do mar desta cidade de Malaca vai uma costa de muitas ilhas formosas, mui ricas e abastadas (...), que começa da ilha de Ceilão, passando a qual por dentro do golfão, se vêem mais cinco ou seis ilhas, antes de chegar à de Samatra, povoadas de «gentios» pobres, as Nacabar.

A «mui grande ilha de Samatra» fica mais adiante. Tem, «em redondo», 700 léguas, «contadas pelos mouros, que as navegam de ambas as partes». «Corre de Noroeste a Sueste e passa-lhe a equinocial pelo meio». Este pormenor talvez deponha a favor dos que não crêem que este Duarte Barbosa fosse nauta, pois a única referência a coordenadas que fornece é esta, a mais simples e evidente.

Nos seus muitos e bons portos de mar habitam mouros. Os «gentios», regra geral, refugiam-se no interior. A pimenta que se cria, por

exemplo no lugar chamado Pedir, não é tão boa como a do Malabar; e a seda é inferior à da China. Entre outros portos, nomeia o de Panfem, que produz muita pimenta; o de Achem, «igualmente da parte do Norte, situado num cabo desta ilha, em 5.º; outros, Campar, Andiagão e Macabó. Neste último, extrai-se «muito ouro», que levam em pó para Malaca.

A caminho de Java encontra-se a ilha de Sunda (Sonda), pequeno reino que produz muita pimenta e, mais além, «para a banda de leste e sul, muitas outras ilhas, grandes e pequenas, de que releva a de Java. No litoral residiam mouros; o gentio fixara-se no interior. Todos, porém, obedeciam a um grande senhor, que morava no sertão, a que chamam Pateudra. Segundo ouviu contar, esta ilha é a mais abastada do mundo. «Há nela muito e bom arroz, muitas carnes em grande abastança, muitos carneiros, vacas, galinhas, cabras, muitos e grandes porcos domésticos, outros monteses». Às virtudes dos «jaos» já aludira quando os encontrou em Malaca, e aqui repete, acrescentando mais algumas. De Java menor, apenas diz generalidades: «mui farta e abastada de muitos mantimentos de todas as sortes e povoada de gentios».

Sobre Timor refere que «tem rei e língua sobre si»; que há nela muitos sândalos brancos e pouca pimenta, voltando a enumerar os produtos exportados e importados.

Seguem-se as ilhas de Bandão (Banda) e Andão (Amban), duas de muitas outras que não nomeia. Nas de Bandão nasce muita noz-moscada e maças, «em umas árvores como loureiros, cuja fruta é a noz, e sobre elas estão as maças à maneira de flor, e, em cima delas, outra casca grossa». As de Andão, cada uma tem língua e «rei sobre si». «Há nelas uns barcos de remos, com que os mouros andam a saltear, de umas em outras, fazendo-se guerra e captivando-se uns aos outros e matando-se». Depois, as ilhas do cravo, conhecidas pelo nome de Maluco: Pachel, Moteu, Machião, Tidor e Tanarte (Ternate).

Situação política variável, mas com predomínio do mouro. De notável, naturalmente, o cravo, que trocam por sinos, que lhes servem para tocar música; por porcelanas, por bacias de metal e estanho e por uma moeda de cobre da China, como ceitil, furada pelo meio.

«Os matos destas ilhas são todos cheios de umas árvores como loureiros e têm a folha como medronho, em que nasce o cravo em pinhas, como flor da laranja ou madressilva; nasce muito verde, depois se torna alvo; como (quando) é maduro se torna mui fina cor vermelha. Então, os moradores da terra o colhem à mão e, lançando-o a secar ao sol, se faz preto e, não havendo aí sol, secam-no em fumeiros, e depois de seco

o borrifam com um pouco de água salgada, para que se não moa e se mantenha em sua virtude». A abundância é tal, que muito se perde, «se o não colhem por espaço de três anos».

As restantes ilhas estão tratadas, por Duarte Barbosa, em fugidias pinceladas: As *Celebes*, ao poente das de Maluco, são povoadas por gente de viver primitivo, antropófagos, com língua própria. A de *Tendaia* (1), que fica perto, fornece muito ferro. Segundo ouviu contar, os seus habitantes, quando ainda mancebos, serram cerce os dentes, para que cresçam mais fortes e mais unidos... *Solor* está situada «para o norte, contra a China», depois das ilhas Maluco. Ilha grande e abastada de mantimentos, é povoada de homens quase brancos, «gentios, mui bem apessoados». Igualmente abunda nela o ouro e o aljôfar, e boas pérolas, perfeitas em cor, se bem que não «em redondeza». Segundo Dames, este capítulo refere-se ao arquipélago de Sulu e não à ilha de Solor, nas ilhas da Baixa Sonda e ao nordeste de Bornéu. As ilhas de *Bornéu* ficavam mais para a China». Abundante de mantimentos e de «cânfora de comer», era povoada de gentios, governada por rei próprio, e tinha língua «por si». Finalmente, a grande ilha de *Champa* (Cochinchina), também com rei gentio e idioma próprio, produzia muito lenho-aloés, a que os «índios chamam águila calambua, que a compram para misturar com sândalo, almíscar e água-rosada, para se untarem. Os seus elefantes eram levados para muitas partes.

Daqui por diante, o *Livro* de Duarte Barbosa assume feição de características diversas, manifestando informações colhidas inteiramente à distância. Julgou conveniente desvendar um pouco o mistério das preocupações que então dominavam os Portugueses, de passarem além do *Sinus Magnus* ptolomaico. A descrição que nos deixou da China mostra bem, como já frisámos, a época em que o *Livro* foi escrito. Depois de anunciar que deixa outras muitas ilhas a que se não sabe o nome e «são sem conto», para tornar à costa que de Malaca «vai contra os chinas», confessa que deles não tem informação. Para dizer o pouco que escreveu, houve por bem recorrer «a mouros e gentios, homens de crédito».

«Por eles soube sòmente que, passando o reino de Anseão e outros muitos, está o reino da China, que dizem que é uma grandíssima terra e senhorio pela terra firme e de longo da costa do mar, povoada também de gentios». «Da banda do norte» confina com a Tartária.

---

(1) Mais conhecida pelo nome espanhol de Bangaya, depois da viagem de Magalhães. Actual ilha de Banggi, situada ao norte de Bornéu.

O rei é gentio, honrando muito os ídolos. Vive sempre no sertão, tem cidades «mui grandes e boas». A nenhum estrangeiro era lícito entrar «pelo sertão», limitando-se o comércio apenas aos portos de mar. «Seu maior trato é nas ilhas», acrescenta Duarte Barbosa e, realmente, por aí começou o comércio com os Portugueses. A descrição fisionómica denuncia a falta de contacto directo: «Os moradores (...) são homens brancos e bem dispostos». De olhos pequenos e tanto mais gentios são os homens quanto mais pequenos os têm. «Nas barbas» apenas «três ou quatro cabelos, não mais, por gentileza». As mulheres vestem panos de algodão, seda e lã. «Os trajos da gente da terra são como os dos alemães».

«Comem em mesas altas como nós, com suas toalhas mui alvas», em que se colocam, para cada pessoa, «uma faca, bacia, guardanapo e um copo de prata». Levam a comida à boca, por meio de «umas tenazes de prata ou pau», com muita ligeireza, inclinando-se muito sobre o prato. Alimentam-se de carnes, mesmo de cães, que consideram «por mui boa carne», peixe, pão de trigo e bebem «muitas maneiras de vinho». São grandes mercadores e «tratantes em toda a mercadoria», «homens de muita verdade», «porém não são bons cavaleiros».

«Calçam botas como gente de terra fria». Alguns são corsários; outros, comerciantes. Navegam em juncos, com velas de esteiras como em Moçambique, cabres e enxárcia de certa verga. Os que se consagram à navegação trazem sempre consigo as mulheres e os filhos dentro dos barcos, não possuindo outra habitação. Uma das suas principais indústrias, a porcelana, é feita «de búzios, de cascas de ovos e claras e outros materiais, de que se faz uma massa que lançam debaixo da terra, por espaço de tempo». Quando chega o momento de as lavrar, fazem-no «de muitas maneiras e feições» — grossas ou finas, vidrando-as em seguida. Uma segunda indústria aí tem grande desenvolvimento — a da seda, «de que fazem muita qualidade de panos de damasco de cores, setins e outros panos rasos e brocadilhos». Também manufacturam «brincos formosos e dourados, como cofres mui ricos, pratos de pau, saleiros e outras subtis coisas», porque «há na terra, para isso, homens mui engenhosos».

O comércio incide, naturalmente, em todos estes produtos, que vão levar a Malaca, transportando, no retorno, ferro, salitre, retrós de cores e outras miudezas; pimenta. Aos artigos manufacturados acrescentam-se ainda o «anfião a que nós chamamos ópio», incenso e coral. Como se vê, estamos na presença de uma narração fornecida por mercadores, porventura completada com o que ele próprio observou, no natural contacto com chinas

em trânsito pelos diversos portos do Oriente. Mesmo assim ela vale pela novidade das notícias que vão vagas corriam, desde os tempos de Marco Polo, sobre este misterioso país.

Por fim, Duarte Barbosa dedica umas sóbrias vinte linhas aos *léqueos* que, segundo João de Barros, são ilhas independentes das do Japão ([1]). Como notou Jean Denucé, a impressão geral que se colhe dessa notícia é a de que o autor alude ao Japão ([2]). Como no exemplar do Arquivo Geral de Sevilha, o vocábulo Léquios está substituído por Tarsis e Ofir, locais bíblicos de ouro, supõe Denucé que atingir esse ponto era a ambição de Magalhães e a de todos os Portugueses.

No entanto, desde 1517 que Jorge de Mascarenhas havia descoberto os Léquios, com ajuda de pilotos chineses, ficando, porém, o acontecimento sem alcançar relevo de maior ou, como prefere Denucé, sem ser divulgado pelas autoridades portuguesas ([3]). D. Jorge de Mascarenhas é um dos capitães da frota de Fernão Peres de Andrade que, em Junho de 1516, partiu para os mares da China, tendo sido por este enviado a terra que se sabia jazer «além de Cantão» ([4]). Schurhammer identifica-as com Ryûkyû (em chinês Liukiu), e com as Gores dos nossos antigos ([5]). Barbosa soube que havia «muitas ilhas ao mar» defronte da China, e que, mais além delas, aparecia «uma terra mui grande, que dizem que é firme». Habitavam essas ilhas, gente branca, ricos mercadores que todos os anos enviavam três ou quatro naus a Malaca, com sedas, panos, «muito e bom trigo, formosas porcelanas e outras muitas mercadorias». Os comerciantes de Malaca preferiam-nos aos chins, por os terem como «melhores homens, mais ricos mercadores e honrados». Duarte Barbosa deixa cair a desolução que sentia por não poder prestar mais ampla informação, explicando que ainda não haviam voltado a Malaca, desde que esta «é del-rei nosso senhor». No cabo de alguns apógrafos conhecidos, vêm

---

([1]) «... passemos ao Oriente dela (da China), às Ilhas dos Léqueos e dos Japões...» (*Déc. I*, p. 353). Actuais Léquias ou arquipélago Riû-Kiû, entre o Japão e a Formosa.

([2]) J. Denucé — *Les Iles Lequios*, cit., p. 437.

([3]) Id. — *Ibd.*, p. 457.

([4]) Correia — *Lendas*, II, II, pp. 523 e 529.

([5]) Schurhammer — *Descobrimento do Japão*, cit. (*Anais*, pp. 60-72) onde diz que as ilhas são 55, que ligam a Formosa e China com o Japão, por meio de comércio que levavam a Malaca, até à conquista desta pelos Portugueses. Embora tributário da China, era reino independente. Terá sido Giovanni da Empoli que em carta de 1514 identificou, errôneamente, os Léquios e os Gores. A terra próxima, que Barbosa afirma não se saber se é terra firme, devia ser a Formosa.

relações de carácter comercial que, por vezes, repetem informações já aparecidas no texto, tornando-se difícil resolver definitivamente se o original de Duarte Barbosa já terminava desse modo, Mas, em virtude de um fundo comum que se apura, no confronto dessas relações, somos levados a crer que sim, embora se não possa, com os elementos de que dispomos, reconstituir, como dissemos, a redacção primitiva.

Apenas cópias, como a de que se serviu Ramúsio, a de Barcelona, as de Munique e a do marquês de Fronteira, inserem dados respeitantes às pedras preciosas — rubis, diamantes, turquesas e esmeraldas —, notando-se perfeitamente que saíram de um mesmo texto. Mas, enquanto a de Ramúsio acrescenta as safiras, os topázios e os jacintos, a do marquês de Fronteira substitui essas pedras por pérolas e pelo aljôfar. A edição de Ramúsio fornece ainda e relação das especiarias, com os respectivos preços de origem, fechando com a equivalência dos pesos de Portugal e da Índia, enquanto o exemplar Fronteira, depois do rol da pedraria, termina com pequenas anotações cosmológicas sobre a redondeza da Terra, percurso do Sol em graus e valor do grau.

É assim o *Livro em que dá relação do que viu no Oriente* Duarte Barbosa, em *relato objectivo*, no qual o autor só aparece para confirmar a sua observação directa junto de outros informadores, no que se distingue da literatura de viagens: *uma obra de geografia física, política e económica*, de primeira mão, totalmente independente de obras anteriores — afastando-se, por conseguinte, dos escritos de gabinete ou de eruditos: um *livro de etnografia oriental*, saída dos contactos pessoais com esses povos, de um homem profundamente curioso e observador, que sabia línguas da terra e palmilhou léguas sem conto; e até *um escrito de botânica e zoologia* que, apesar de o seu autor não possuir títulos dessas especialidades, regista os caracteres acessíveis a um observador atento, acostumado a apreciar as obras da natureza.

Os trechos de geografia física permitiam já ao geógrafo profissional corrigir os seus compêndios, acrescentando-lhes capítulos novos, se não ousasse substituir as descrições de Ptolomeu e outros geógrafos antigos. Os de etnografia deviam ter suplantado imediatamente a obrinha tão vulgarizada de Boemo, porque tudo no livro de Duarte Barbosa é novo, para olhos e ouvidos ocidentais.

Mas não. Só tardiamente, em 1550, é divulgado pela imprensa, em Roma, sem, no entanto, ser recebido por todos os escritores destes assuntos, como veremos.

2.5 — *Notícias trazidas directamente da Pérsia por portugueses.* — Depois de receber o Embaixador persa que referimos no capítulo anterior ([1]), o governador-geral decidiu seguir para Ormuz, onde chegou a 26 de Março de 1515, tendo aí encontrado, de volta, Miguel Ferreira e o novo embaixador do xeque Ismael, Coge Alijão, que havia regressado dois meses antes. Todos os cronistas relatam este encontro e aludem ao itinerário da viagem de Miguel Ferreira ([2]). Barros conta lacònicamente os termos do Regimento do enviado português, o bom acolhimento do xeque e o regresso e a recepção que aos dois fez Afonso de Albuquerque em Ormuz. Castanheda e Correia acompanham a narrativa, de documentos autênticos, de alguns dos quais hoje se conhecem cópias de arquivo. O primeiro estampou as cartas do xeque Ismael, uma para el-rei e outra para o governo-geral, que em versão ou cópia paleográfica menos correcta se conservam na Biblioteca Nacional de Lisboa ([3]); o segundo refere a existência de «hum caderno de todo o que passara até tornar a Ormuz» o nosso embaixador. «O qual caderno eu houve a meo poder, em que contava o seguinte».

Poderá significar a expressão que o cronista se limitou a tresladar o relato? Como quer que seja, é válido o itinerário que nele se lê: entrando em terra firme, passaram por Mogostão, montados em camelos, «por a terra ser muyto fragosa». Nos ceirões de verga que levam no dorso dos animais, se assentam e dormem os caminhantes, que por toldos ficam protegidos do sol. Transportavam consigo provisões de água e mantimentos. Caminhavam «depois que o sol aquecia até que arrefecia, por caso dos grandes frios».

«E caminhando, achavão grandes lugares e povoações, casas de barro cubertas de palha. Alguns lugares tinhão castellos de pedra, muros baixos, fraca cousa; as terras desaproveitadas, por os senhores serem tiranos. E estes senhores são muytas vezes remudados, porque ninguém tem patrimonio: somente lhes dá o Xequesmael terras pera suas comedias em quanto lhe apraz, a cada hum segundo tem gente de gornição».

([1]) Sobre as relações de Portugal com a Pérsia, acaba de aparecer um excelente estudo de Roberto Gulbenkian — L'*Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, Lisboa, 1972.

([2]) Barros — *Déc. II*, pp. 426, 430-432; Castanheda, pp. 333-335; Correia, o. c., II, I, pp. 409-417, 423-425; 429.

([3]) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, pp. 251 e 252. Encontram-se aqui, depois da relação da viagem de Fernão Gomes de Lemos, como se pertencessem a esta embaixada.

Abundam os animais, não falta farta caça e «aves de muitas sortes». As grandes neves impedem as culturas. E assim, «nos valles ha muytas palmeiras e muy pouqo arroz». No caminho entraram na cidade de Xiraz, onde constava que estacionara o xeque, sendo o embaixador recebido, oito léguas da cidade, por um exército de muitos milhares de homens a cavalo e a pé. O paço constava de «grandes casas» em roda de «hum grande pateo lageado de pedras brancas, da grandura do Recio de Lisboa duas vezes». Grandes varandas, janelas, guaritas, torres de cantaria lavradas e pintadas e coruchéus dourados, bem mostravam pertencerem a «casas de grande Rey». Subia-se a uma vasta sala, no tecto adornada «com fremosas pinturas d'ouro e prata», e passava-se a outra sala, no mesmo andar, igualmente «riqamente pintada por cyma e polas paredes, na qual casa avia huma alcatifa que tomava todo o chão d'ella».

O pátio encheu-se de soldados; na primeira sala estavam pessoas nobres e na segunda sala apenas entraram os embaixadores. Aí fizeram «suas cortezias, poendo as mãos sobre as faces, abaixando as cabeças até o chão». Mas o xeque encontrava-se sentado numa banca coberta de pano de ouro, em outra sala, «de que as portas todas estavão abertas huma em direitura d'outra». O regedor pegou na mão de Miguel Ferreira e levou-o, sòzinho, até junto de Ismael, que estava cercado da sua Casa. Fez sua mesura com o joelho até o chão. Havia pouca luz no aposento. O português sentou-se num tapete colocado sobre a alcatifa que cobria todo o chão.

Para ler a carta do governador que Miguel Ferreira entregou, abriu-se uma janela, que permitiu reluzir o ouro. Este era um dos quatro palácios de que o rei dispunha na cidade. No dia seguinte, um vedor andou a mostrar-lhe a cidade, «que era do tamanho d'Évora quatro vezes, de nobre casaria e grandes praças e casas dos grandes senhores e toda cerquada de altos muros e torres e per fora outra cerqua de muro e torres e per fora outro muro sem torres». No espaço que medeava entre cada uma das três cercas, podia caber toda a gente da cidade. Mais de quarenta portas, «trocadas», isto é, não em frente umas das outras, guardadas por gente de armas.

Entretanto chegou o Inverno, em que choveu pouco. Entrado o Verão, «El Rey foy à caça», com aves e montaria, e numerosa companhia de senhores. El-rei ia sentado num andor, aos ombros de homens, «todo forrado de folha de ouro e pedraria, cuberto com panno de bracado e outra cobertura mais alta d'outro panno, por resguardo do sol». Vestia «camisas brancas compridas», e, por cima, uma cabaia. Na cinta levava

uma adaga de ouro e pedraria e, na cabeça, uma touca branca. Seguiam-no cem cavalos selados, guarnecidos de ouro e prata, «cubertos com telizes de pannos de seda de cores, compridos até mea perna», levados por pagens e, mais atrás, o seu estribeiro-mor. Os acompanhantes iam pelos lados, afastados «casy meo tiro de besta».

O xeque aproveitou a viagem, para saber mais «cousas de Portugal». Quando chegaram ao local da caçada, as pessoas rodearam vasto campo e el-rei, com Miguel Ferreira, que empunhava uma lança, ficaram no centro, com mais alguns, entre eles, «homens com aves de todas sortes e muy fremosos e grandes falcões e lebreos e galgos e onças caçadoras. Iniciada a batida nos campos, a caça entrava no recinto preparado, donde não podia sair, acossada como era por gente que, de todas as partes, «bradavão e tangião cornetas e bozinas». Apertando o cerco, el-rei ficou com muitos porcos, veados, gazelas, lebres e outros animais, à mercê dos seus cães e onças. Depois de se sentir satisfeito, abriu-se o campo e seguiu-se a caça a cavalo, pelos seus homens, armados de lanças e arcos com flechas.

Noutro campo realizou-se a caçada, de modo diverso. Iam as onças sentadas nas ancas dos cavalos, de que saltavam, ao descobrirem caça e, «o corpo muy rasteiro, escondendose que a caça a nom veja, sendo perto, de hum pulo filhão a prea e a degolam e bebem o sangue e se tornão a recolher a seu proprio caçador». El-rei voltou de noite à cidade. Mas as candeias das janelas eram tantas «que fazião dia craro».

Passados dias, Miguel Ferreira recebeu convite para visitar o país, em que gastou todo o Verão. Mostrando-lhe «cousas muy largas de contar». Com esta fórmula parece querer o cronista abreviar a narrativa, precisamente num ponto de enorme interesse. Foi ao reino de Arménia, «onde vio grande fremosura d'homens e molheres; onde vio huma grande igreja de cantaria de grandes lavores e por dentro de muytas pinturas d'ouro». No centro deste templo via-se, «sobre muytos degraos cercados de grades de prata, hum moimento aberto por todas as partes, forrado de folhas d'ouro e muyta pedraria, e nas aberturas humas vidraças de cristal per que se via o que dentro estava, que era hum corpo em ossos». Porque lhe disseram que o corpo pertencia ao fundador, que tinha levantado outras igrejas e fazia milagres, presumiu o embaixador que seria de S. Bartolomeu, «segundo o que se achou na lenda de São Thomé». Além disto, Miguel Ferreira observou «muytas cousas» que se não especificam, embora as tenha narrado. «Contou outras muytas cousas e cada dia contava». Mas

o cronista entendeu que estas bastavam. Ferreira, porém, levou toda a noite a comunicá-las ao governador.

Ocorridos vários fastos que ao nosso propósito não interessam, voltou à Pérsia o embaixador do xeque Ismael e, com ele, nova embaixada portuguesa, de umas quinze figuras, indo por embaixador pessoa mais qualificada que a anterior. Fernão Gomes de Lemos era fidalgo, filho de João Gomes de Lemos, Senhor da Trofa. Partiram de Ormuz a 11 de Maio de 1515 e a 9 de Setembro chegava àquela praça correio enviado pelo embaixador em trânsito (¹).

A nenhum dos cronistas escapou este novo acto diplomático de Albuquerque (²). Barros alude a uma relação escrita por Gil Simões, que foi como escrivão, mas pouco dela se serve, «por ser grande e meuda e dia por dia». Gaspar Correia, que discorda da data de saída — Junho (³) — e treslada a carta de Albuquerque para o soberano persa, de estilo muito diferente da anterior. Esta de agora caracteriza-se pelo exagero oriental de expressão e pela submissão, pouco portuguesa, à magnificência do xeque Ismael (⁴), mas que condiz com a letra do Regimento de Fernão Gomes, a que alude, notando que fora redigido «segundo a enformação que lhe dera Miguel Ferreira», e resume-o em duas linhas. Apresenta a embaixada com um fracasso, devido à indignação do xeque, ao ter conhecimento da construção da fortaleza de Ormuz. Só uma vez os recebeu, mantendo-os fechados numa casa. Em menos de um mês devolveu a embaixada, que fez acompanhar de um «criado» da sua casa.

Castanheda é minucioso, sem indicar a fonte que utilizou. O termo da viagem, a que chegaram a 23 de Agosto, marca-o ele «no cabo da Pérsia», depois de 325 léguas de Ormuz, e de terem passado pela cidade de Caixão. O recebimento não desdisse do anteriormente feito a Miguel Ferreira, no que Castanheda concorda com Barros, que se limita a frisar: «Fernão Gomes de Lemos foi recebido honradamente e despachado com favor». A razão da discordância de Correia topamo-la no facto de Lemos

---

(¹) Barros — *Déc. II*, p. 440; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, VI, p. 333.

(²) Barros — *l. c.*; Castanheda — *o. c.*, III, pp. 345 e 348-353; Correia — *o. c.*, II, I, pp. 442-444.

(³) Data à primeira vista mais provável, visto que, em 29 de Junho de 1515, Afonso de Albuquerque ainda manda dar dinheiro ao embaixador persa (*Cartas*, II, p. 152). Contudo, a relação da viagem desfaz qualquer dúvida, «a saida verificou-se um sábado à tarde, 5 dias de maio».

(⁴) Correia — *o. c.*, pp. 442-443.

vir a ser um dos que, com Lopo Soares, se mostraram pouco reverentes, perante a memória de Albuquerque.

Conhecem-se, desta missão diplomática, o Regimento e a relação da viagem ([1]), bem como referência às cartas do xeque Ismael para el-rei e para o governador. Este, na carta de 22 de Setembro de 1515, promete remetê-las, no original e tradução, por Diogo Homem ([2]). O Regimento resume-se em três pontos: advertências sobre as precauções a tomar no caminho; reverência devida a tão poderoso soberano como era o xeque; informação que devia colher sobre os cristãos — igrejas e ministros do culto e «modo de seu viver e trajos».

O itinerário treslada o presente do governador e aponta, como primeira estância, Bandar, «que está na terra firme três legoas dormuz, onde avia huum lugar de cem visinhos e sua mesquita». Passaram por uma casa de lavrador que possuía «lavouras de trigo, milho e cominhos» e por pequenas aldeias «de muitas lavouras de triguo semeado e milho e ortas com muitas arvores de fruito». Dirigiram-se a Tauram, lugar cercado de muros com seus cubelos e cava, com cerca de 300 vizinhos. As casas, por fora, eram de taipa e terradas, recebendo a água de longe, através de canos. «É lugar viçoso, de muito pão e fruitas, ortas e vinhas e tamaras, e muitas moendas debaixo do chão, por causa das augoas que nam tem queda».

No dia seguinte chegaram a Porcam, pernoitando numa das duas casas construídas num laranjal, perto do qual havia vinha, tâmaras e outras frutas, sem faltar grande quantidade de cavalos e outro gado.

A povoação contava uns 40 vizinhos, vendo-se, perto, outras um tanto maiores. E assim foram passando por diversos lugares, todos fartos de frutas e pecuária, de que se faz menção apenas de Paça, terra de muitas sementeiras, porque ambas as cópias de Relação interrompem o itinerário, uma para não acrescentar mais nada e a outra para se demorar com a recepção e mais eventos até à chegada a Ormuz.

Aparece aqui maior esplendor que o descrito na primeira embaixada, apesar de o xeque se encontrar em tendas, fartamente providas de todo o conforto e luxo. Aí se demoraram dez dias, em que o soberano pescava e caçava, tendo-os recebido com lauto banquete e divertido com os seus fatos e as suas armas. De arraial em arraial, porque o xeque passava o

---

(1) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, I, pp. 389-390 e 391-394, e, segundo cópia da relação, mais completa, II, pp. 233-235.

(2) *Cartas*, I, p. 375.

tempo exclusivamente em diversões, foram andando até um campo, junto de uma cidade por nome Maragoa. Assistiu a uma caçada em terreno fechado, como Miguel Ferreira, e, pouco depois, o embaixador, que fora ciente da resposta do soberano, pediu licença para regressar. Efectivamente, começou por estranhar a amizade de quem lhe tomara Ormuz, que estava à sua obediência, e mostrou-se forte em armas, não aceitando as ofertas do governador, para empresas que ele podia empreender sòzinho. Em todo o caso, iria recomendar a reis seus vassalos que se mantivessem em paz com os Portugueses e enviou novo embaixador. Declarava-se amigo de Portugal, havendo o instante cuidado em saber se partiam descontentes por qualquer motivo, e entregaram opimo presente de cinco cavalos «muito bons» e uma sela de ouro, entre outras ofertas.

O resto do relatório ocupa-se do xeque, sua figura física, retrato moral, riqueza e guerras com o turco e história da fundação do Estado e reis vassalos, revelando algumas terras da Pérsia, como Colcania e Audail, a 50 léguas de Tauriz, da banda de leste; e, por fim, da viagem de regresso, em que primaram as deferências e auxílios, sobretudo nos cinco dias em Tauriz, que descreve. Cidade de grandes edifícios e casas muito ricas, com mais de 16 000 fogos, de umas duas léguas de comprimento e uma de largura. Não tem cerca e já foi de 250 mil fogos. «O Xeque Ismael nella faz seu continuo estar, por ser ali grande e muito farta». Vivem nela muitos arménios, diz o escrivão, que descreve a forma das suas missas e o recheio das igrejas. Desta cidade passaram à de Caixão e, desta, à de Vargim e à de Giraz, atravessando «muitas vilas e fortalezas e aldeas e grão povoação de muitas vinhas, pumares e ortas e criações». De Caixão e Giraz, que não são mais de 50 léguas, encontraram muita neve, que lhes dificultou o caminho, chegando a ser preciso ir gente à frente, a desviá-la com enxadas. Puderam ver esta última cidade, porque o sultão Quibir passou por lá, recebeu-os festivamente e cumulou-os de ofertas. «Esta cidade foi mui grande e de mui grandes edifícios e riquos». Comportou noutros tempos cerca de 300 000 fogos, mas agora não tinha mais que uns 3 500.

Daí dirigiram-se a Lara, cidade tributária de Ormuz, muito grande, «toda cerquada de muros e torres lavradas de cantaria e cubellos e as casas mui riquas e bem lavradas». É terra de criação de cavalos e gado. «Nella se fazem tanguas, laris e correm per toda a India». Falta-lhes, porém, água, que armazenam em cisternas. Depois, entraram em Ormuz, e começou a oportunidade de retribuírem ao embaixador persa as atenções de que haviam sido alvo. No princípio de Fevereiro de 1516 já Lemos se encontrava em Goa, donde partiu na armada de Lopo Soares para o

mar Vermelho [1]. E, como o novo governador entrou em Goa a 2 de Setembro de 1515, Gomes de Lemos voltou, consequentemente, neste período. Terminamos aqui os contactos da diplomacia portuguesa com a Pérsia, anotando simplesmente que o enviado do xeque Ismael recebia mantimentos, decerto para a volta, em 1 de Fevereiro de 1516 [2].

Deste modo, ficamos cientes de que a primeira «descoberta» da Pérsia, no sentido que os Portugueses davam ao termo, de vista e observada por seus próprios olhos, se efectuou no ano de 1514, podendo inferir-se que as notícias desta empresa chegaram a Lisboa, o mais tardar, em 1516. Adivinha-se a alegria que invadiu os ânimos dos que tiveram ensejo de as conhecer, apesar de não revelarem tudo quanto se desejava saber. O que até aí se havia recolhido provinha do que cada qual havia conseguido ouvir ou, porventura, ler, se não em obras orientais, pelo menos, sobre o Oriente, por exemplo, os itinerários de viajantes europeus. Duarte Barbosa ainda em 1516 escrevia na Índia que, das terras do xeque Ismael «não temos tanta informação e notícia» como de Ormuz; e Tomé Pires, pouco antes, faz-se eco do que leu nas crónicas de Ciro, Dario, Assuero e Alexandre.

Com a documentação relativa a estas duas embaixadas, pode ter vindo para Portugal algum livro persa sobre o país. De um sabemos nós que, anos mais tarde, esteve em poder de João de Barros — o *Tarigh*, «livro escrito em párseo», «que é um sumário de todolos reis que foram na Pérsia, té um certo tempo que os arabios, com sua seita de Mafamede, a sojugaram» [3], «que é da vida dos Califas» que sucederam ao xeque Ismael [4], que o cronista português também grafa *Zarigh*, acrescentando que «é um sumário dos feitos que fizeram os seus califas», dos Árabes, na conquista do Oriente [5].

Pena foi que se não houvesse dado o merecido relevo a estas notícias, que algo forneciam de geografia e dos costumes da Pérsia das duas primeiras décadas do século XVI.

---

(1) Barros — *Déc. III*, p. 17.

(2) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, VII, p. 158.

(3) Barros — *Déc. II*, p. 177.

(4) Barros — *Déc. II*, p. 441.

(5) Barros — *Déc. I*, p. 7. Trata-se da palavra árabe *Tarib*, que pròpriamente significa ciência das datas e, por isso, história, conforme explica, neste passo, o Prof. Hernâni Cidade.

2.6 — *As informações de Andrea Corsali e de Pietro di Giovanni di Dino e o opúsculo inglês resumido de Sprenger (1520).* — Os Italianos continuavam ao serviço de Portugal, e, agora, com mais motivos do que nunca. Os ecos das vitórias de Afonso de Albuquerque dominavam a Europa, sabendo-se, por conseguinte, que os Portugueses haviam conseguido as três posições-chave do comércio oriental. *Calecute* autorizara, finalmente sem subterfúgios, a construção de uma fortaleza; *Malaca* tinha capitão português; e os dois estreitos, apesar do inêxito perante Aden, estavam dominados pelas esquadras lusitanas e, um deles, o Pérsico, ainda mais bem guardado pela fortaleza de *Ormuz*. De forma que não é difícil, sobretudo a partir da segunda década de Quinhentos, encontrar italianos e espanhóis (de que mais adiante veremos alguns nomes) perfeitamente identificados com o ideal português no Oriente, não só como comerciantes, mas também como funcionários administrativos, comandantes de barcos e guerreiros. Dir-se-ia que se ofereciam para contrabalançar o mal causado pelos renegados que se passavam às hostes dos inimigos e combatiam contra os cristãos.

Se Ludovico Varthema participou nas batalhas feridas no tempo de D. Francisco de Almeida, porque o vice-rei o recolheu benignamente; se na conquista de Malaca tomaram parte os mercadores italianos que seguiam na esquadra de Diogo Mendes de Vasconcelos, a isso forçados por Afonso de Albuquerque — no caso de André Corsali, que partiu de Lisboa incorporado na frota do ano de 1515 (1), há decisão espontânea, desejo ou curiosidade de colaborar numa empresa que se julgava tão legítima como heróica, Ignoramos o cargo que levava, pois os cronistas desconhecem a sua presença (2). Como veremos, acompanhou a esquadra de Lopo Soares que penetrou no mar Vermelho. E, assim, foi-lhe fácil comunicar aos Médices, numa primeira epístola, a Julião, e numa segunda, por morte daquele, a Lourenço, duque de Urbino, tudo quanto soube e viu, no teatro das actividades portuguesas — costa do Malabar e direcções opostas, de Abissínia e Malaca. Gubernatis taxa as duas missivas

---

(1) G. Uzielli diz que fazia parte do lote de italianos que viajou na frota que saiu de Lisboa em Março de 1510, sob o comando de Mendes de Vasconcelos *(Piero de Andrea Strozzi)*, p. 5 (112 de *Arch. Stor. It.*).

(2) Um escritor dos nossos dias, sem aduzir qualquer razão para isso, afirma, peremptòriamente, que Corsali «fue al servizio di Emanuel, re del Portogallo (...) il qual lo incaricó di esplorare le Indie e la Cina» (Sebastiano Crinó — *Schizzi Cartografici inediti dei primi anni della scoperta dell'America*, p. 65).

de «mediocri relazioni, da preteso metemático e geográfico» ([1]) e alguma razão tem.

Na epístola datada de Cochim (Concaim), 6 de Janeiro de 1516 (e não 1515, como aí se lê, visto já aludir à morte de Albuquerque, ocorrida em 16 de Dezembro deste ano), impressa em Florença, 1516 ([2]), Corsali narra a viagem de Lisboa a Goa, tocando nos portos frequentados pelas naus portuguesas, e estende o raio de visão até às terras do Celeste Império. Manifesta-se um tanto desiludido com a expectativa, acentuando de entrada que tem menos de contar do que supunha. Não lhe interessa a costa ocidental de África, decerto por ser por de mais conhecida, e começa por descrever e desenhar o Cruzeiro do Sul, que, com o astrolábio, observaram depois de passar a equinocial. O primeiro topónimo que menciona — Moçambique (paragem obrigatória na costa oriental) — merece-lhe a apreciação de ilha estéril, habitada por mouros, apesar de pertencer ao rei de Portugal. Na terra firme fronteiriça vivem homens bestiais.

Por outiva, traça poucas palavras sobre a língua e o ouro de Sofala, recolhendo notícias de maior curiosidade, de dois barcos aí chegados de Madagáscar ([3]): ilha rica em gado, arroz e outras sementes, sem

---

([1]) Gubernatis — o. c., p. 23 [e 18].

([2]) *Lettera di Andrea Corsali allo Illustrissimo Signore Duca Iuliano de Medici, venuta Dellindia del Mese di Octobre Nel M. D. XVI* (Colofon: Stampato in Firenze per Io. Stephano di Carlo da Pavia, Adi XI di Dicembre Nel M.D.XVI. (M. B., 6946) — Reeditada, com várias alterações, por Ramúsio — *Navigationi*, 1.° vol., p. 192 v, 203 v, e pelo seu tradutor francês, Jean Temporal — 1.ª ed., Lyon, 1556, t. II (exemplar da Biblioteca da S. G. L.), pp. 126-129: *Discours sur les lettres de André Corsali;* pp. 130-132: *Lettres de la Royne Helene;* pp. 133-160: *Lettres de André Corsali*, 2.ª ed.: *Historiale Description de l'Ethiopie, contenant vrayes relations des terres et pais du grand Roy et Empereur Prête Ian*, Antuérpia, 1558 (B. N. Pa. O 3 C 4): *Discours* etc., pp. 1-4; *Lettre de la Royne Helene*, pp. 4 v-7 v; *Lettres*, pp. 8-38 v. Reedição de Charles Schefer, da ed. de 1556: *Recueil de voyages et de documents pour servir à l'histoire de la geographie*, Paris, 1830, vol. 4, pp. 293-375; e, modernamente, por Sebastiano Crinó, que só tem conhecimento do exemplar da Biblioteca Palatina, de Parma, em *Schizzi Cartografici inediti dei primi anni della scoperta dell'America*, pp. 56-64. Peragallo também refere apenas a edição de Ramúsio (*Cenni intorno alla Colonia Italiana*, p. 27. Transcrita das edições quinhentistas, existe cópia no já referenciado códice *Alberico* (B. R. 233, antigo cod. Malgiab. cl. XIII, n.° 80, fl. CXXXXI-CLXIV v). Aí se diz que esta carta, datada de *Concaim, terra da India*, a di sei de Gennaio de MDXV, chegou a Florença em Outubro de 1516, sendo estampada em 9 de Dezembro.

([3]) Barros esclarece que haviam saído de Lisboa, a 11 de Junho do ano passado, comandados por Luís Figueira, cavaleiro da Casa del'rei, e Pedro Anes, de alcunha *Francês*, que também servia de piloto (*Déc. III*, pp. 12-13).

faltar prata, gengibre, malagueta e cravo que, embora de menos proveito, possui melhor odor; mel, cana-de-açúcar, frutas. Recortada por muitos rios, dispõe de bons portos de mar. A população é bestial, de idioma diferente dos de Moçambique e de cor menos negra. Junto dela existe outra ilha — Oetacabam — muito abundante em prata.

Conhece-se a entrada nas costas da Índia, por meio de dois sinais: um, a cor das águas, ou azul-celeste ou negro ou verde; o outro, «infinite serpi», que, no Inverno, passam da terra firme para os rios. A ilha de Goa está em 16 graus e dá para o mar pelo poente; para a terra firme, pelo norte e sul, e pelo leste para uma terra chamada Paleacate, de que sai um rio que, com dois braços, cinge esta ilha. Depois de a conquistar, Afonso de Albuquerque construiu uma bela povoação «di circuito di um miglio», circundada por muralhas fortíssimas e por fossos.

Casas, ruas e uma fortaleza, «che parmi hoggidi delle miglior cose che i Portoghesi tengono nelle'India», completam a urbe. Antes, era senhor da ilha o soberano da terra firme de Paleacate, chamado Idalcão do Sabaio, maometano, turco de nação. Os naturais são gentios, que vestem como turcos. Em grande parte dedicam-se ao comércio. Há outros consagrados à religião — os brâmanes; uns terceiros, que apenas se cobrem com um pano de algodão — os naires — viviam para a guerra, andando sempre com lanças, arcos, espadas e adargas.

A terra é fertilíssima e cheia de produções agrícolas, fruta como as nossas e próprias da Índia e de animais domésticos e selvagens. Enquanto na terra há muitos tigres e serpentes de tamanho incrível, nos rios vivem crocodilos de vinte pés de comprimento que, quando saem da água, se alimentam dos animais que apanham. A ilha distingue-se pelo grande comércio que todos os dias aumenta, com os muitos cavalos oriundos de Ormuz, do Golfo Pérsico, que se vendem aos senhores de Paleacate e ao rei de Narsinga.

Em Goa e em toda a Índia, existem infinitos edifícios antigos de gentios. Partidos de Goa, navegaram ao longo da costa, para o sul, e entraram em Baticalá, em 13°, para receber o tributo que pagam ao rei para poderem navegar nestes mares. Pertence ao rei de Narsinga, gentio. Aqui, e noutros lugares vizinhos, chamados Onor e Brazabor, infinito gengibre, mirabolanos, açúcar, trigo, arroz — mercadorias estas que se transportam pelo mar Vermelho, Aden e Ormuz. Por poente tem o mar; pelo levante, a terra; pelo sul e norte, a costa. Os nativos são como os de Goa e quase de uma mesma língua.

Acima de Baticalá vêem-se duas montanhas, do cimo das quais nascem dois rios que, correndo pelas vertentes, vão dar ao mar, constituindo espectáculo digno de se ver. Os naturais chamam-se *conconi* e *decani*. Em Balagat e Comorim (*Commari*) e perto de Baticalá, começa a região do Malabar, em que nasce a pimenta e os habitantes diferem, em parte, dos de Comorim e Goa. Esta região termina a sul, no cabo de Comorim, a que Ptolomeu chama Pelura, e voltando ao norte, no golfo gangético, num lugar denominado *Curumma*, antigamente, Messoli. O cabo de Camorim encontra-se a 8° e Curumma, por enquanto não sei — confessa Corsali.

De Baticalá seguimos para Cananor, em que os Portugueses possuem uma fortaleza bem munida. O rei visitou o capitão-mor, acompanhado de dois mil ou mais homens naires, com as suas armas, como em Goa e ofereceu-lhe um colar de ouro, com muitos rubis e pérolas, no valor de dois mil ducados de ouro. Cananor fica em 12° e 30′.

De Cananor fomos a Calecute, terra principal e cabeça do reino do Malabar. O rei chama-se *Can murim*, que significa imperador. A cidade possui magníficos edifícios públicos e templos, palácios régios e habitações particulares de pedra (noutros lugares, são de palha), mostrando desse modo ser a capital de toda a Índia. Aí se deslocam por mar todos os mercadores das restantes regiões indianas. Para agradar aos maometanos, este monarca tem estado em guerra com os Portugueses, até há dois anos. Hoje, os Portugueses já aí levantaram uma fortaleza. Numa visita que fez ao capitão-geral, o rei levou consigo 4 000 naires, isto é, gentis-homens armados de lanças, arcos, adargas, oferecendo-lhe um colar de muito valor. Neste país de Malabar, o clima é temperado. Excepto duas horas por dia, não há calor nem frio.

Curiosa referência ao naire que conduzia o elefante a Roma: «harà informato V. S. à pieno». Contudo, não deixará de apresentar rápido bosquejo. A Índia começa no estreito do mar Vermelho. Habitam-na os mouros, os nativos e os Portugueses, que dominam os oceanos, de Lisboa à Índia — mares particulares da Índia, Sino Magno e Gangético, Golfo Pérsico, estreito do mar Vermelho e mar Atlântico. Audazes e corajosos, vivem unidos pelo seu rei e enfrentam qualquer empresa, sem consideração por riquezas ou pela vida. Possuem nos mares, cerca de 40 navios, considerando naus, caravelas e galeras, muitos deles já fabricados na Índia. De Afonso de Albuquerque diz que foi «Capitano passato, huomo à tempi nostri prudentissimo et audace et in ogni impresa vittorioso». Os mercadores que desejam cavalos, sejam eles Persas, Turcos, Arménios

ou da Arábia Feliz, têm de os ir comprar a Ormuz, «ilha no Golfo Pérsico», em 27° S.

Depois de aludir às terras limítrofes, refere que confina com a *Carmania* deserta, hoje chamada Rasigut, em que habitam corsários e ladrões. Entre esta terra e Goa encontra-se uma região denominada Cambaia, onde o rio Indo entra no mar. Povoam-na os guzarates, que são notáveis mercadores. Alguns vestem-se *all'apostolica* e outros segundo os turcos. Nada comem que tenha sangue, nem consentem que, entre eles, alguém prejudique o que quer que seja com vida, «come il nostro Leonardo da Vinci». Alimentam-se de arroz, leite e outros géneros inanimados. Nesta terra nasce, em grande quantidade, anil, estoraque, líquido, «cornivole», «calcidoni», fazendo deles magníficos cabos de espadas e punhais.

O reino de Paleacate confina, pela terra firme, com o rei de Narsinga, que é gentio e o principal monarca de toda a Índia, pois é o mais rico senhor desta banda até ao mar de Baticalá, Onor e Brazabor (Brasalor?). Deixando o país do Malabar, que fica à beira-mar, estende-se pela terra firme até ao golfo gangético, sendo, por isso, senhor de Coromandel e *Paliacate*, para além do cabo de *Comorim*, antigamente dito Pelura.

Nas três fortalezas que possuem no Malabar — Cananor, Calecute e Cochim — carregam os Portugueses a pimenta, e o gengibre. Os senhores da terra do Malabar são todos gentios, e os habitantes, em grande parte, mouros, havendo também judeus e cristãos de S. Tomé. Ainda se conservam em pé, igrejas que consta terem sido construídas milagrosamente. Uma delas fica próximo de Cochim, a cinco léguas, num lugar chamado *Elongalor;* uma outra, em *Colon*. Oficiam nelas, certos arménios que passaram à Índia para tomar conta dessa cristandade; uma terceira, a principal, que dizem ter sido identificada por S. Tomé, no Coromandel, a que foi o ano passado Piero d'Andrea Strozzi. Este afirmou estar lá sepultado S. Tomé; ainda se ver um sepulcro antigo de pedra, perto do outro, de um etíope cristão da terra do Preste João, que o acompanhava; haver na igreja inscrições que não pôde entender, e ter visto também uma forma de pé gravado numa pedra de admirável grandeza. Esperava-o dentro de um mês, contando ir com ele. Perto de Coromandel, outrora conhecido por *Messoli*, encontra-se uma terra chamada *Peliacate* (antigamente *Salaceni*), na qual se concentram muitíssimas jóias de todas as variedades, levadas do Pegu, em que nascem os rubis; de uma ilha que jaz em frente do cabo Camorim, denominada *Ceilão*, a 6° S. e a 8° N., na direcção do Golfo Gangético. Aí é que nasce maior quantidade das mais variadas espécies de jóias do que no resto da Índia,

a saber, safiras, rubis, espinetas, «balasci» (espécie de rubis), topázios, jacintos, olhos-de-gata e «granate». Também aí se colhe a canela e há muitos elefantes, que se vendem aos palmos. Ptolomeu ignorou esta ilha «il quale trovo in molte cose diminuito», por exemplo 12 000 ilhas que se encontram, da costa de Moçambique até às bandas de Malaca, debaixo da equinocial.

A navegação dos Portugueses não se dá a conhecer em toda a sua extensão e com verdade, a respeito das longitudes, desde as regiões da China (?) (*Sinare*), até à ilha que se chama de Boa Fortuna (Afortunadas, Canárias ou Cabo Verde). Situou mal, por exemplo, a Taprobana, como se pode ver na carta de marear que D. Miguel da Silva, embaixador do rei, levou para Roma, em 1516 (1).

Seja-nos lícito abrir um parêntese para reparar que, se causa espanto que D. Manuel autorizasse a difusão, mesmo de uma só espécie, de mapas que outrora tão ciosamente guardava, proibindo com severas penas a saída para o estrangeiro, não admira menos o facto de André Corsali ter conhecimento dessa régia oferta. Mas era possível, se se encontrava em Roma, no ano de 1514. D. Miguel dirigira-se a Roma, depois de Tristão da Cunha, com a incumbência de assistir ao Concílio de Latrão (1512-1518) (2). Tendo recebido benefícios eclesiásticos de Leão X (3), é natural que ele próprio sugerisse ao rei semelhante prenda — de longe, a mais valiosa que nesse momento se podia imaginar.

Em Paliacate, continua Corsali, ainda nascem âmbar e diamantes, menos perfeitos que os de Narsinga. Aí comprou Piero Strozzi um lindíssimo diamante claro, que «peso caratti 23» (de 23 quilates?). Quando regressar, que será ao cabo de dois anos, levá-lo-á a Lisboa. Ignora onde nascem as esmeraldas.

Malaca, a terra extrema em que se ergue fortaleza de Portugal, é o entreposto de maior movimento do mundo. Navegam para lá, do golfo

---

(1) A. Cortesão não se lhe refere (*Cartografia e Cartógrafos*, I, pp. 13 e segs.).

(2) Por carta de 30-8-1514, D. Manuel avisa o Doutor João de Faria, que D. Miguel fica a substituí-lo na qualidade de embaixador (Rebelo da Silva — *Corpo Diplomatico Portuguez*, 1.º vol., p. 267.

(3) José de Castro — *Portugal em Roma*, I, p. 174 — D. Miguel da Silva, cardeal desde 1538, estudou em Paris, onde terá sido condiscípulo de Luís Vives. Caiu em desagrado de D. João III, por ter aceitado o chapéu cardinalício sem sua autorização. (Fr. Luís de Sousa — *Anais de D. João III*, Lisboa, 1938, 2.º vol., pp. 166-169; Luís de Matos — *Les Portugais à l'Université de Paris*, p. 13; J. S. da Silva Dias — *A Política cultural da época de D. João III*, pp. 76-106; H. Trindade Coelho e Guido Batelli — *D. Miguel da Sylva*, Florença, 1935).

gangético, os navios de Bengala, reino que, na costa do mar, confina com o reino do Decão, entre Bengala e Paliacate, que termina, por terra, com o rei de Narsinga. Pela terra firme, Bengala confronta com um reino denominado Deli, que é interior e liga com Narsinga. Nesta parte de Bengala entra o rio Ganges, no golfo, de seu nome apelidado gangético, em 23°, abaixo do trópico de Câncer. Nesse golfo navegam de Pegu, que confina, pela costa, com o dito reino de Bengala e Liqui. No Pegu encontra-se grande quantidade de rubis, benjoim e laca. Da parte da costa, pega com Malaca e, da terra firme, com Disuric, que é senhor da terra que se estende até à China.

Agora, referindo-se de novo a Malaca, Corsali informa que é «l'ultima terra della banda di mezzo di», já sobre a linha equinocial, em 2° de altura, chamada antes *Aurea Chersonessus*. Os mouros dominam as terras de Bengala e Pegu, encontrando-se permanentemente em guerra com os gentios. Ainda navegam de Malaca para a ilha de Samatra, que dizem ser a Taprobana, «non anchora da ogni parte discoperta, per esser molto grande». Produz pimenta sem conta, que se exporta para a China, «terra fredda posta nel Sino magno». Corsali confunde, pois, ao menos em parte, o Celeste Império com a Cochinchina. Também lá nascem pimenta longa, continua o italiano, belzui (benjoim?) e ouro, que de Samatra levam para Malaca, que olha esta ilha, do lado do sul. Aí vai «quest'anno» como feitor, Giovanni da Empoli, «nostro fiorentino».

Na parte do Oriente, situam-se as ilhas chamadas Molucas, em que nasce o cravo e se apanham as nozes-moscadas e maças, além das madeiras aloés e sândalo. Dizem que, navegando para as partes orientais, se encontra terra de Piccinnacoli, asseverando muitos que, pela banda do nascente e sul, vai ligar à costa do Brasil ou pau-brasil, uma vez que, considerada a extensão da dita terra do pau-brasil, ainda não está completamente descoberta. Asseguram alguns que, pelo poente se liga com as ilhas Antilhas, do rei de Castela e com a terra firme do mesmo soberano.

Da parte do norte do Sino Magno também navegam para Malaca os mercadores da terra da China, levando das suas terras, musgo, ruibarbo, pérolas, estanho, porcelanas, sedas e tecidos de toda a espécie, damasco, cetins, brocados de extrema perfeição (1). Apesar da má figura e de

---

(1) Pode ter-se servido da carta de Da Empoli para enumerar os produtos da China.

olhos pequenos, são pessoas industriosas. Vestem à nossa maneira e calçam como nós. Julga serem gentios, não obstante haver quem garanta que são cristãos, pelo menos parte deles. Lá foram o ano passado à China «nostri Portoghesi», mas proibiram-lhes descer em terra. Ficará de Malaca, umas cinquenta léguas, andando à transmontana.

A China, contudo, era a novidade do tempo, entre os Portugueses do Oriente e Corsali não deixou de comunicar o pouco que pôde saber dos seus costumes. O rei não se deixa ver de ninguém, nem fala com quem quer que seja, além de uma só pessoa. Quando alguém tem uma pretensão, comunica-a a um que a leva a outro, transitando desse para um terceiro, até que, depois de passar por cinquenta pessoas, chega aos ouvidos do soberano.

Termina a carta com notícias soltas do Governo da Índia, sendo de salientar as embaixadas recebidas em Goa, nomeadamente a do xá da Pérsia, Ismael, e a viagem ao mar Vermelho, que o governador Lopo Soares levava determinada no seu Regimento. Tece rasgado elogio a Afonso de Albuquerque, «che atteso le grandi imprese ch'egli ha condotto a fine, non fu gia gran tempo un tal Capitano nelle nostre parti, cosi di consiglio come d'audacia». Fornece a estatística dos Portugueses na Índia: «al presente si trovano quattromila huomini Portoghesi e fra un mese partono mille per Ormuz prima, e poi allo stretto del mar Rosso».

Ele não embarcará nesse ano, reservando-se para o seguinte, em que se irá combater o soldão e levar à sua terra, o embaixador Mateus e o português, Duarte Galvão. Pensava permanecer no Oriente mais uns anos e ir informando o seu correspondente, àcerca do «sito e nomi delle regioni et divisioni delle terre orientali, cosi del Prete Ianni come dell'India, perche vedrò poi di scorrer dentro alla terra ferma e riscontrar con l'altura de gradi e nomi antichi, che pose Tolomeo, con moderni che hoggi sono». Para isso andava sempre com astrolábio e «molt'altri stromenti necessarii», visto que, de outro modo, se não pode saber nada claramente. Segundo ele pensa — os escritos referidos desmentem a sua presunção — os Portugueses não procuram inteirar-se das coisas da terra firme, porque os seus interesses circunscrevem-se ao mar.

O editor da seguinte carta [1], datada da Índia, 17 de Setembro de 1517 [2], no antelóquio «alli lectori» [3], dispõe-o para um encontro com

---

[1] Exemplar no M. B., 6660.

[2] Ramúsio diz que de Cochim, 18 de Setembro (o. c., p. 196).

[3] Omitido por Ramúsio.

«maravigliose cose nuovamente trovate dallarmata del Re di portogallo nelle parte dindia, di persia et di ethiopia, insino a questo giorno incognite», bem como «delle isole, porti, forteze et citta diquelle et delle inextimabile forze et richeza del presto Giovanni, dallora chiamato el re David». E não esqueceu de anunciar a empolgante notícia das duas armadas em confronto — a do soldão e a portuguesa. Todo o conjunto traduzia, afinal, «cose veramente dilectose alleggere et utile a saperle et degna di ogni peregrino et elevado ingenio». André Corsali cumpre o prometido, a respeito da viagem ao mar Vermelho, que, na epístola anterior, prometia empreender no ano seguinte. Nada escreveu na última armada que voltou a Lisboa, por então se encontrar prostrado por grave enfermidade. Não desejava regressar à Pátria antes de ver boa parte das terras da Índia, Pérsia e Etiópia, «per potere, nel ritorno mio, darle qualche particolar informatione».

Para enfrentar a esquadra de 20 galeras que o soldão, o ano passado, enviou sob o comando dos capitães generais Raisalmon e Amirasem, partiu Lopo Soares, «nostro Capitan maggiore», para o mar Vermelho, de Cochim, no dia do Natal, com 40 velas bem munidas de artilharia, fogos artificiosos e outros instrumentos de guerra naval — 20 navios grandes, 8 galeras, 12 caravelas, com 2 000 portugueses, «e d'altre parti d'Europa», e 700 cristãos malabares. Ele ia no barco que levava Mateus. Passaram por Goa, de que saíram a 8 de Fevereiro de 1516, atravessaram o «Mar Índico» até à ilha de Socotorá, em 22 dias, que são 320 léguas, a poente. Socotorá fica em 13° de altura, delimitada pelo levante, nascente e sul, por mar e, no poente, pelo cabo de Guardafui, que é a última terra da Etiópia, no princípio do Golfo Arábico, distante 30 léguas da ilha, em 12° de latitude. Os antigos chamavam-lhe *Zinghis promontorium*. Por isso, todos os nativos dessa costa, até hoje, se denominam Zingos.

A norte da dita ilha, jaz a costa dos Fartaques, na Arábia Feliz, a 40 léguas. Socotorá tem de perímetro 15 léguas. É uma das muitas ilhas agora descobertas, que Ptolomeu ignorava. Povoam-na pastores cristãos, que vivem de leite e manteiga, que abundam na terra. Comem tâmaras como pão. São etíopes, como os cristãos do rei David, com o cabelo mais comprido, negro e crespo. Vestem como os mouros, cingindo os quadris com um pano, como se usa na Índia, Arábia e Etiópia, sobretudo entre a gente do povo. Senhoreada pelos mouros vindos da Arábia Feliz, dela apenas se tira sangue de dragão, «ch'è gomma d'un'arbore» que se dá na abertura dos montes. Não é muito alto, mas grosso de caule e de casca fina. Vai continuamente diminuindo, de baixo para cima, como pirâmide redonda. Na extremidade tem poucos ramos com folhas

como carvalho. Dessa ilha vai o aloés conhecido por socotorino, do nome da folha. Na costa do mar, encontra-se muito «ambracan» que, em grande quantidade, vem da Etiópia (África), de Sofala até ao cabo de Guardafui e daquela ilha do oceano.

Descreve a seguir, com pormenores, o camaleão, que aí pôde observar, o qual varia de cores consoante os objectos de que se aproxima. Preguiçoso por natureza, apenas vive de ar... Depois que embarcou, passaram à vista do cabo Guardafui e atravessaram para a outra costa de Arábia Feliz, chegando a Aden, em 13°, a 14 de Março. De Socotorá até aí, haviam andado 120 léguas. Aden é porto e escala principal da Arábia e da Etiópia, terra de razoável grandeza que se vê de fora, com grandes edifícios de pedra. Cidade rica e nobre, maravilhosa quanto à localização e, de tal modo fortificada como nunca vi outra — comenta o italiano — nem espero ver jamais. Da parte da Arábia Feliz, que a termina pelo norte, de uma terra baixa e plana procede uma grande montanha que se estende para o mar, bem 2 léguas, formando, pois, uma península. Por três lados esta montanha talhada a pique cinge a cidade, erguida em semicírculo, em planura central da montanha, não muito grande: apenas dá para o mar por meio de um porto maravilhoso e seguro. E, porque de poente, um braço de mar entra muito na terra, aquela montanha assemelha-se mais a uma ilha.

Do alto da montanha até à beira-mar descem duas alas de montes, distantes um do outro, meia légua. Reúnem-se a meio da montanha maior, fazendo uma circunferência. Nestas alas vêem-se muralhas fortíssimas, que chegam até meio da dita montanha. A descrição da situação privilegiada de Aden continua, para depois contar que não tem água, como aliás acontece a todas as serras da Arábia e Etiópia que ficam junto ao mar, porque raro chove. Narra a seguir o comércio que mantinha antes da chegada dos Portugueses, por assim dizer extinto, aqui e noutros sítios, por ter sido desviado para outros portos. Ao chegarem aí, vieram incontinente, embaixadores do amir Mirigian, governador de Aden, a visitar o governador-geral e oferecer os seus préstimos, protestando desejarem paz com os Portugueses. Avisaram-no de que Amirasem andava pelo interior da Arábia a devastar tudo e que Raisalmon, o outro capitão do soldão, havia tentado entrar em Aden, derribando-lhe parte das muralhas, mas que, por fim, teve de retirar. O governador-geral exprimiu o pesar de não encontrar essa armada e declarou apenas aceitar um piloto para passar a *Zidem* (Judá ?). Afinal recebeu quatro, juntamente com abundância de mantimentos. Entretanto no mar Vermelho, viram uma

ilha estéril, chamada Bebel, de que se dizia que antigamente saíam cadeias que fechavam a entrada até a cada uma das bandas da terra.

Por lá andaram acossados dos ventos e dizimados pela sede, passando de Judá, a Suaquem, Dalaca e outras ilhas e outros portos. Em frente de Dalaca, o embaixador dos Etíopes mostrou o porto a que deviam ir — Árquico (*Ercoco*), junto à ilha de Maçuá (*Mazua*), o qual tinha a cavaleiro, a montanha denominada *Bisan* ou *Visione*, onde existia um mosteiro com uma igreja dedicada a Abraão. Aí habitava um bispo chamado Abbuna Gebbra Christos. Contudo, o capitão-geral preferiu ir por água à ilha de Dalaca, onde foi muito bem recebido pelo rei local, que se mostrou amigo do Preste João. «In questo colloquio havemo alcuna notitia dello stato del Re David, da noi nominato Preste Ianni — comunica Corsali — et da Mori Sultam Aticlabassi». Ficaram cientes de que o seu reino ocupava quase toda a África interior (*Ethiopia interiore*) e abaixo do Egipto. «E è opinione di molti — acrescenta Corsali — che si estenda vicino à Manicongo, terra dalla banda di Ghinea del Re di Portogallo». A informação, afinal, repete as grandezas já sabidas na Europa, acerca de serras, de gente e de riqueza. O rei era jovem, de 18 anos, formoso e cor de azeitona, não se deixando ver por ninguém, para maior majestade, salvo uma vez ao ano. Os etíopes baptizam-se e circuncidam-se e marcam-se com fogo, como os escravos de Salomão, donde se diz que descendem, por ter amado a rainha etíope, que um dia o visitou. Corria mesmo que o jovem imperador David possuía um anel de Salomão e uma coroa e cátedra do bíblico rei David.

Antes de entrar na narração do sucedido no resto da viagem, André Corsali repete a promessa formulada na primeira epístola: «Piacendo à nostro signore dare effetto à nostri desiderii, passando io in quel paese, potrò dare piu certo testimonio di questo, che non è se non per fama». Não pôde, pois, informar ainda sobre a Terra do Preste João, o que constituiria o maior interesse desta carta. Aproveitou, porém, o papel para se demorar na recolha de dados sobre a viagem. Refere o modo de pescar pérolas em Dalaca, na ilha Baharem (no Golfo Pérsico), que diz igual ao de Sofala assinalanlo ainda, em Ceilão, que lhe parece ser a Taprobana, grande produção de pérolas. Estas, aliás, vinham também do Cataio «ò vere de Cine», e de ilhas de Sino Magno.

Passando por Zidem, porto de Meca, de que está distante 15 dias de caminho, isto é, 12 léguas, descreve-o como cidade não muito grande da Arábia Deserta, em 22° 5′ de latitude, toda murada com edifícios de pedra, excepto na parte do mar, se bem que, depois da primeira entrada dos

Portugueses no mar Vermelho, começassem a levantar muralha por esse lado. A água vem-lhe de fora, trazida por camelos, como em Aden e Zeila e todas as terras próximas do mar. De Meca e Medina medeiam 60 léguas; do Suez ao Toro, são 60 léguas por mar e do Toro ao Monte Sinai, 200; de Judá a Camarão, 170.

O barco em que seguia Corsali, agora sem o embaixador, foi encarregado de ir descobrir portos do Preste João, começando por se dirigir a Maçuá e ao porto dos cristãos, denominado *Ercoco* (Árquico) e daí, comunicaram com o «Re Christiano» chamado Barnagais, que era súbdito do rei David e ficava quatro jornadas do porto. Avisados aí que não podiam confiar nos mouros do Dalaccia, partiram para a ilha de Camarão, na outra costa da Arábia Feliz, a 50 léguas de Dalaccia.

Camarão é ilha baixa de quatro léguas de circuito, meia légua da terra firme, em 15° de latitude. Possuía água como em nenhuma outra parte do mar Vermelho. Entretanto, faleceu Duarte Galvão (9 de Junho de 1517). Permaneceram no Camarão até 12 desse mês. Conta depois o avanço da armada do Cairo, do Suez até Aden. Eles partiram para a Índia em 13 de Junho, contornando a costa da Etiópia até Zeila, em 11°,5, edificada em terra baixa e arenosa, sem muralhas, em que saíram à força de armas. Nos seus campos produz-se muito grão, fruta e gado, sendo daí que se abastecem Aden e Judá. Está distante da boca do estreito 300 léguas. É o porto donde saem cáfilas de camelos com pimenta e panos para a Etiópia e para as igrejas dos Cristãos. Da cidade e de muitas terras do reino de Adel é soberano um mouro chamado Salatru, que dizem ser da família do rei David. Em oito dias atravessaram o estreito e permaneceram cinco dias no porto de Aden. Aí encontraram quatro grandes navios carregados de várias drogas, avultando uma medicinal que se chama anfião, muito apreciada na Índia. Este símplice nasce na Etiópia e na Arábia, informa Corsali, «et credo da noi sia chiamato *oppio thebaico*», o qual é venenoso, tomando-se em pequenas quantidades de cada vez. Carrega-se no porto de Aden para a Índia.

Não lhes sendo possivel passar à ilha de Barbará, na costa de Etiópia nem ao cabo de Guardafui, seguiram para Ormuz, ancorando primeiro no porto Calaiate, na Arábia Feliz, em 22° de latitude, vizinho do Golfo Pérsico e da ilha de Ormuz, 100 léguas. Os habitantes são árabes e vestem turbante na cabeça e um pano à volta dos rins, usando os mais nobres, uma camisa comprida com mangas largas e, a maior parte, um barrete comprido de feltro grosso, de cor aleonada (de leão) escura, de forma piramidal, como a mitra do Papa. As mulheres trazem sempre

a face coberta com pano de algodão, transparente, de cor azul, com buracos nos olhos, como máscara. Vestem um balandrau aberto à frente, não passando o seu comprimento abaixo do joelho e com mangas muito largas. Usam calças compridas até aos pés, de várias cores e, sobre o nariz, de um lado, uma «balleta» de ouro larga, cravada na carne e por baixo, um anel como os búfalos («bufoli») da nossa terra.

A terra firme é estéril, como toda a Arábia, mantendo-se as pessoas de tâmaras, de leite e manteiga. Aqui se separou Corsali, metendo-se em nau de mouros, «desideroso di vedere alcune terre d'Arabia», o que mostra a sua qualidade de viajante particular, sem qualquer cargo oficial. Seguiu para a costa de Mascate e Corfucam, portos deste golfo, como Calaiate. Falava-se a mesma língua, sem divergirem os costumes. Depois passou ao Golfo Pérsico e chegou a Ormuz quatro dias antes da armada.

A ilha de Ormuz fica em 27°. Tem a forma triangular, com cinco léguas de perímetro e dista do continente, duas léguas. Terra estéril e seca, sem árvores, frutos ou erva. Alguns montes pouco altos, com pedras muito grandes de sal, cor de cristão *lucide* e algumas vermelhas, cortam a monotonia da planura. A cidade, talvez seja maior que Aden e tão encantadora como ela, excepto nas muralhas que não tem. Habitam-na mais forasteiros da Pérsia. Arábia e Índia, do que naturais da terra, que são de cor entre zambujeiro e aleonado. Vestem camisas compridas, cingindo-se na cintura com um pano de seda ou algodão. Usam turbantes brancos e de cor. As mulheres cobrem a cabeça e o rosto com pano de seda ou de algodão, de várias cores, o qual, pelo tamanho, tapa todo o corpo até à terra. Muitas trazem o anel no nariz, como na costa da Arábia.

Muito quente no Verão e frio no Inverno, o clima da ilha só é, como nas nossas partes, temperado, na Primavera e no Outono. No Estio dormem nus em terraços, havendo nas casas dos ricos, um sistema de refrigeração muito simples. Antigamente, Ormuz era mais importante que Aden, passando por ambas elas as especiarias. De Ormuz seguiam para o porto de Balsera, cidade do Golfo Pérsico, «novamente da nostri quest'anno scoperto apresso il fiume Eufrate» no ponto em que este entra no mar. Passavam daí para Bagdá (Bagodat), cidade da Mesopotâmia, navegando sempre pelo dito rio e, depois, por terra, na Ásia Menor, Damasco e Alepo, donde transitavam para a Europa, antes de navegar para Alexandria. Também de Ormuz seguiam para a Arménia e Turquia e por todas as províncias da Pérsia.

Conta depois, como antes «dei signor Aphonso d'Albuquerque, os governadores de Ormuz abusaram do poder, aviltando os reis, que costu-

mavam fazer cegar. Albuquerque encontrou doze, assim privados da luz do dia. Os habitantes da ilha são na generalidade muito liberais, e discretos, sobretudo os persianos e alguns, arménios. Entre eles há muitos astrólogos e conhecedores do Antigo Testamento.

Ele soube que o Soffi — o xeque Ismael, como na Índia lhe chamam — era o senhor da Pérsia e de algumas terras da Arábia, Turquia e Tartária, professando o islamismo, mas com alguma diferença da doutrina dos turcos, e mouros da Arábia e da África. Para ele, só um sequaz de Maomé guardava a autêntica doutrina — Ali, seu genro. Em luta permanente com os turcos, o Soffi mostrava-se inclinado à benevolência com os cristãos, por os considerar homens de engenho e, sobretudo, porque estes persas são «di buona natura et qualità».

«In questi Persiani viddi l'historia d'Alessandro Magno», não lhe tendo sido possível adquiri-la, por se encontrar em mão de grandes senhores. A moeda de Ormuz são os *serafins* e meios serafins de ouro, a que chamam *azar,* e uma espécie de moeda de prata que denominam *sadi* e vale a vigésima parte de um serafim e décima de um azar. Têm ainda uma outra moeda que corre por toda a parte, na Pérsia como na Índia e Arábia. Apesar de pouco diferente de prata fina, valem «sei d'esse, per uno ducado» e seis um serafim. São como um peso de prata, cunhado de ambas as faces, com caracteres persas. Chamam-se *tanghus.*

Refere-se também ao barrete vermelho de pano de lã, de veludo ou damasco, ou brocado, que o xeque Ismael envia aos seus súbditos e tributários, recordando a estadia em Goa, de mercadores persas, no ano de 1514, a que já nos referimos. Descreve a recepção que o rei fez a Albuquerque e, a propósito, a fortaleza: «é grande de circuito, ben fondata di forte mura, con quattro faccie divise, con otto torrioni, con le sue bombardiere da basso, che riscontrano l'una con l'altra, battendo lungo il muro, et è posta nella punta del triangulo di detta isola, dalla banda di terra ferma, fra laquale et l'isola è il porto». O mar bate nas muralhas por dois lados, e no meio tem um castelo forte de munições e mantimentos, separado dos muros da fortaleza.

Corsali assistiu a todas as cerimónias e até teve conhecimento das ofertas do rei — um cavalo persa completo, belo e ligeiro, apreçado em 1 000 serafins e uma cimitarra damasquina com a vagina e fornimento de ouro, pérolas e pedras preciosas de muito valor e muitas peças de damasco da Pérsia para os capitães da armada. Gostou muito de ver as cavalgadas e demonstrações de peões, de gente nova, portuguesa e persa, demorando-se todos aí, 15 dias. Entretanto, chegaram muitos navios de

Baharem, que é uma ilha distante de Ormuz, seis dias de navegação, o Golfo Pérsico, dentro no lado em que são os desertos da Arábia. Traziam muitas pérolas.

De Ormuz, Corsali saiu na frota portuguesa, em dia de Todos-os--Santos, bordejando a costa persa do estreito e entrou no mar da Índia. Em 30 dias chegaram todos a Goa, tendo andado 400 léguas. Aí souberam da vinda de 10 navios de grande tonelagem, com 2 000 homens, que haviam passado a Calecute e Cochim. Três dias depois desandaram para Cochim, em que chegaram no mês de Dezembro, completando aí um ano que haviam partido para a viagem narrada.

Por todo o mês de Janeiro deviam sair os navios para Lisboa, indo já três à vela. Dois deles são de 2 000 tonéis cada e os restantes, de 800, 900 e 1 000. Levam para o rei 50 000 quintais de pimenta e muito gengibre, canela e cravo, goma-laca, seda da China e sândalo vermelho, além de outras muitas riquezas particulares.

E revela a distribuição das armadas que ficavam: uma, do estreito do mar Vermelho, para andar até ao cabo de Guardafui, com seis ou oito navios a seguir até Ormuz; outra, para a Costa de Cambaia, com 4 navios; uma terceira, para o Golfo Gangético, para descobrir o reino e os portos de Bengala, «dove non furono nostre navi per alcun tempo»; uma quarta, para Malaca e para o Magno Golfo da China.

Ele, por si, «per poter à mia sodisfatione investigare il vivere e costumi di queste terra», irá este ano com Piero Strozzi à casa de S. Tomás, distante de Cochim 250 léguas, «dove fui il primo anno che di qua comparsi», e daí a Paleacate, porto do reino de Narsinga, «nel qual, dal regno di Pegu, navigano gran somma di rubini», e com certos arménios «meus cristãos amigos, determinei transferir-se por terra firme e gastar cinco ou seis meses a ver as províncias desse reino». De Paleacate, «per mano» do dito Piero Strozzi (que no próximo ano pensa voltar à Pátria), de tudo dá notícias ao seu correspondente.

Ignora-se o ano e local do seu falecimento, sabendo-se apenas que em 1516 se encontrava em Zeila para recolher manuscritos, possìvelmente com o intuito de estudar a língua abexim [1].

Depois do contacto com as duas únicas epístolas de Corsali, conhecidas, podemos, sem dúvida, taxar de exagerada a apreciação que delas

[1] Enrico Masini — *Viaggiatori e navigatori fiorentini*, p. 31. Também este autor o dissocia da empresa portuguesa, referindo as viagens que fez, como se as tivesse empreendido por sua iniciativa, desligadas da empresa lusitana nos mares. Contudo, Dino, como veremos adiante (p. 849), dá a entender que negociava.

faz Enrico Masini, sobretudo quando, a respeito da segunda, salienta que o mérito de Corsali não se cifra apenas na «esatta descrizione degli usi e costumi del popolo abissino» que nos legou.

Concordaremos mais fàcilmente com o autor quando pensa que esse mérito reside nas qualidades que revela de «dotto osservatore ed eruditissimo nelle scienze naturali, geografiche et astronomiche». Mesmo assim, não deixaremos de chamar a atenção para o exagero dos superlativos, uma vez que a obra que os provoca, apresenta-se demasiadamente pequena para permitir tão alto elogio. A posição que toma na identificação da Taprobana dos antigos (com Samatra ou Ceilão) não lhe acrescenta nenhuma honra, não só porque se não determina por qualquer das duas soluções, como sobretudo, porque de cada vez faz-se eco da opinião de duas correntes contrárias. Quanto às longitudes da costa africana e da Índia, cremos não ter adiantado nada de genial, porque o problema só foi solucionado séculos mais tarde, com a descoberta do cronómetro. Enfim, a representação do Cruzeiro do Sul, já divulgada por Vespúcio e Giovanni da Empoli, tem realmente esse mérito de espalhar uma novidade verificada pelos marinheiros portugueses, que navegaram muito antes de todos eles, além da linha equinocial. A mesma glória lhe cabe na difusão das nuvens magalhânicas, visto a de António Pigafetta ser de 1519, como Masini faz notar e, porventura, a respeito da existência da *Nova Guiné* (che egli designa col nome di Terra Piccennaculi). A glória de ser o primeiro a revelar a Nova Guiné, é-lhe atribuída por Ortélio, no mapa impresso em 20 de Maio de 1570.

Quando corrige Ptolomeu e acrescenta as latitudes, Ângelo de Gubernatis entende que «sensa quella carta portoghesa (a que levou para Roma o cardeal D. Miguel da Silva, de que já fizemos menção), le nostre tavole nautiche del secolo XV ci rappresentano già l'India, per modo che, se il Corsali avesse pur una volta, gettato sopra gli occhi, sarebbesi risparmiata la noia di informare Giuliano de' Medici, intorno alle sue scoperte e avrebbe così anche risparmiato Tolomeo [1]. Podia, no entanto, notar-se bem a diferença dos contornos, se hoje os pudéssemos comparar...

As *Relazioni di viaggi nelle costi dell'Africa et delle India*, de Pietro di Giovanni di Dino [2], comerciante que, em princípio de Quinhentos,

---

(1) Gubernatis — o. c., pp. 51 e 118.

(2) Ms. da B. N. Fl. — Segni VIII, 1940, n.º 20 — Publicada a primeira vez por Guglielmo Brenna, em 1885 e de novo, em 1886. No M. B. guarda-se um exemplar da 2.ª ed.: *Lettera di ... fiorentini pubblicata per cura di Guglielmo Brenna*, Florença, 1886 [M. B. — 10921, ed. 8 (1)].

vivia em Lisboa ([1]), datadas de Cochim, 1519 (contava ele 33 anos de idade), pretendem revelar novidades, apesar de o autor saber que o seu correspondente, o bispo de Pistoia, António Pucci, tivera ensejo, enquanto permaneceu em Lisboa ([2]), de se informar suficientemente das coisas do Oriente. Aliás não ignorava que o seu conterrâneo André Corsali havia escrito sobre o mesmo tema, confessando, no entanto, não o ter lido. Pouco lhe importa repetir o já conhecido, porque está certo de que, quanto escreve, são «tutte cose vere e non poesia e favoli» e as repetições, isto é, o duplo testemunho, constituem a melhor prova da verdade.

Embarcou para a Índia, em Março de 1518, na armada do comando de Diogo Lopes de Sequeira, em que seguiram cinco naus de mercadores, como ele próprio diz, numa das quais ia «Pedro Paulo, filho de Bertholameu Frorentim», conforme relata Gaspar Correia ([2]). Por esta ocasião, além das cinco naus del-rei para a Índia, foram duas outras para Sofala, cuja feitoria se entregou ao fidalgo castelhano Sancho de Toar. Enviou a carta pela frota de Lopo Soares de Albergaria que, terminado o triénio, voltou a Portugal a 4 de Janeiro de 1519, com bom carregamento, «para prazer del Rey» como adverte Correia.

Tal como Corsali, descreve e desenha o Cruzeiro do Sul e conta a navegação, que acha admirável, pelo encanto das estrelas, passagem da equinocial e pelos peixes do oceano. Passaram pela *Ginea*, pelo Campo (*sic*) di buona Speranza, e por Moçambique, «prima scala», situada em 10 a 16 graus do pólo antárctico. Simples «isoletta abitata da gente nera, sanza ornamento di capellatura, como quelli di Ginea». Domina aí a lei dos mouros, casando-se os homens com várias mulheres, até sete. Em Goa verificou tratar-se de uma ilha grande, bela e fértil, muito povoada, em que subsiste uma cidade murada, que foi de el-rei de Narsinga ou, melhor dito, do Sabia (Sabaio). Os Portugueses edificaram nela uma fortaleza e outra (muralha) à volta, de forma que não mais a perderam.

Este reino de Narsinga tem gente negra, mas menos que a da Guiné e de cabelos longos «come noi». Apenas cobrem as partes obscenas. Querendo porventura referir-se aos brâmanes, acrescenta que «questi huomini si maritono come li altri et non mangiono cosa che patisca morte». Por eles são ministradas as cerimónias dos seus sacrifícios. Os outros

---

([1]) Carlos de Passos — *Relações Históricas Luso-italianas*, p. 161, nota 41.

([2]) *Lendas*, II, II, p. 556.

vivem como artífices, por herança do ofício, seguindo sempre o filho a arte do pai. Têm, por isso, grande cuidado, com as genealogias.

Estes hábitos são comuns a toda a Índia. Da mesma forma, os sacrifícios. Os brâmanes cuidam das «sinagogas», que se chamam «posgodi» (pagodes), a que vão de noite. Acendem muitas luzes e fazem as orações e preces a uma certa pedra do rio, ou duas ou três, colocadas em terra, sem outro paramento. Pergunta-se-lhes a quem oferecem os sacrifícios e respondem que ao diabo. — Porquê? — Para que lhes não faça mal.

Neste reino de Narsinga, abaixo dos brâmanes (bramizj) é costume que as viúvas sem filhos machos, se vistam do mais rico vestido e de jóias e convidem os parentes para assistirem e ajudarem à sua imolação em praça pública, entre cantos e danças. Para que arda melhor, todos lhe lançam azeite e manteiga. E ai daquela que pretende fugir ao costume: correrá a vergonha de se entregar à prostituição.

Depois dos brâmanes vêm, na escala, social, certos nobres chamados naires, que apenas se dedicam ao serviço do rei, usando todos uma espada nua e uma adarga. São muito honrados em todos os lugares. Qualquer «ignobile» que o veja, tem de o cortejar e afastar-se sendo regra geral que o menos nobre ceda o passo ao mais nobre. Casam com raparigas novas da sua estirpe, que compram. Só as retêm, no entanto, se lhes derem filhos. As estéreis devolvem-nas aos pais e recebem a quantia despendida. Com receio de que os filhos das suas mulheres sejam bastardos, constituem seus herdeiros os filhos das irmãs que, sem dúvida, são de seu sangue. Comem pouco e, por isso, são magros, altos e de poucas forças. A alimentação consiste em arroz, peixe, coco de palma, com que fabricam azeite. Apenas consomem leite de vaca e em nenhuma circunstância comem carne.

Neste reino e por quase toda a Índia, existe uma espécie destes nobres que usam um hábito de nove fieiras de linha a tiracolo. Levam vida de religioso, excepto no que respeita à castidade, que têm por vício capital, por se opor à geração. O povo consagra-lhes muita veneração e chama-lhes brâmanes. Homens e mulheres, em toda a Índia têm o hábito de mastigar, continuamente, de dia e de noite, certa folha de uma espécie de louro (bétele), a que juntam uma droga que fazem da árvore *arechica*. Tudo mastigado, produz um suco vermelho, que tinge os dentes e a língua, como pau-brasil. Preserva os dentes, lança bom odor e «fa buono stommaco».

Anota que as árvores se não assemelham às nossas, com poucas excepções. Lá existem os tamarindos, cuja folha é semelhante ao sicó-

moro. Há muitas árvores de fruta e sobretudo a manga, que é árvore como o castanheiro, nas folhas e na altura, mas de frutos como damascos, com sabor de maçã e flor como rovistico (*Ligustrum vulgare*, Lin.). Descreve outra árvore que não conhecia e demora-se com a palmeira, que tem muitos e utilíssimos proveitos, que enumera e, depois, resume assim: extraem do coco das palmeiras, vinho, azeite, vinagre, água, mel, açúcar, lenha, carvão, cordas e palmitos. Da cartilagem fazem membranas ou folhas para escrever, tecendo também panos, com as folhas das palmas.

Refere vegetais e frutas como as nossas, frisando algumas diferenças e começa a tarefa, que promete completar noutra vez, de descrever as especiarias. A pimenta nasce nos palmares e agarra-se às árvores e não se semeia. A canela é árvore que se assemelha ao medronheiro. O gengibre semeia-se e cresce como gramínea. Falará depois da noz-moscada, do sândalo, pau-brasil, da laca, mirabolanos e muitas pedras, porque prefere ver a ouvir. O pouco tempo que levava do Oriente, não lhe permitia acrescentar mais. Por fim, descreve minuciosamente uma planta, cujo fruto os Portugueses chamam figo.

As aves diferem muito das nossas, de penas variegadas, pássaros, papagaios e infinitas aves que desconhece. Embalado pelas maravilhas insólitas, evoca espécies de animais que viu em Moçambique e em Goa e alude a serpentes extraordinárias. De passagem noticia que o governador que segue para Portugal (Lopo Soares de Albergaria), recebeu de Ceilão 100 elefantes como tributo. A sua gente trouxe um animal parecido com um burro liso e dorso como veado, bem como a cabeça, mas com «crina de boi e cauda e pé».

Conta que ele, Dino e os Portugueses se alimentam de pão de trigo e vinho de Portugal e de arroz, frutas e carnes da Índia. E, depois de sublinhar que por lá se come sentado no chão, lembra que a 80 milhas de Cochim, há um povo que os Portugueses encontraram adoradores da cruz. Como não souberam explicar a origem dessa crença, supõe-se que seja obra de S. Tomé, a cuja sepultura foi André Corsali. Para lá chegar, é necessário andar 60 dias, por terra, e aprender duas línguas, o que leva pouca gente a empreender a viagem. Mas ele pensa lançar-se nesse trabalho, para ver o que se passa, com os próprios olhos. Por agora, porém, basta referir que aquelas gentes aceitam todo o mistério da cruz, baptizam-se e, deste modo, são cristãos.

Ávido de tudo observar e consciente de não ser o primeiro italiano embarcado, — dir-se-ia que esse foi o propósito exclusivo que o levou

ao Oriente — promete acompanhar o governador ([1]), quando se dirigir ao estreito de Meca (Machocho), a fim de «vedere cose nuove et non più viste da altri nostri». Como promete enviar-lhe relação de tudo, seria importante saber se terá falecido na viagem ou se, em qualquer arquivo, não haverá também essa carta desta nova experiência. As suas disposições de ânimo com respeito às ilhas mal conhecidas do Oriente, que tencionava visitar, sofriam do mal do século — o maravilhoso —, pois de alguma delas pensava que seria «più miraculosa che humana». Entretanto, vai já anunciando que a de São Lourenço é maior que toda a Itália e fértil em minérios, nomeadamente prata, estanho, chumbo, ferro, etc. e que, da mesma forma, Samatra (*Zamatera*) e Malaca (*Melaca*) «et altre molte insule di questo mari».

Termina a epístola com notícias particulares da colónia italiana entre os Portugueses do Oriente, como a da morte de Giovanni da Empoli antes da sua chegada; a de continuar Francesco Corvinelli em Goa (*Goci*) como feitor do rei, por três anos, com um seu «figliuolo» e um outro jovem florentino, Giovanni Patrucci ([2]). Em Goa também, residia Giovanni di Vicentio Ridolfo, «ferito e quasi storpiato d'una ganela». Perto, em Goa, morava Piero Strozzi, «ricco che tanta volte la fortuna ha ributtato», e Andrea Corsali, «che fará dire di sè alquanto la fortuna lo fovorisce». De si, apenas dirá que sabe bem a língua persa e a malabar e «tiene di già buono principio».

Promete saber de Benedetto Pucci ([3]) e Niccolò Cachi (Ciacchi), aquele, pelo menos, algum sobrinho do núncio da Santa Sé em Lisboa. Alude, por fim, a mais dois italianos, com os quais não parece ter tido ainda contactos. Filippo Cambini, que há-de vir de Ramuzi e parece possuir algum dinheiro, e «un Mariotto di Vico da Granaiuolo di Valdesa», irmão de Cozimo Muratore, que também possui bens, a par de o rei lhe dever o soldo de 14 ou 15 anos. Envidaria todas as diligências por o proteger e fazer voltar a casa.

([1]) Por culpa sua ou do copista que porventura tenha interferido na carta, ou ainda do leitor que interpretou o manuscrito, este e os demais nomes próprios encontram-se horrìvelmente alterados. Diogo Lopes de Sequeira aparece, neste ponto, grafado *Endico* (Inigo) *Lo Paez di Sueros*.

([2]) Acredita que o feitor os pode fazer ricos: «faranno bene tutti, perché lui li può fare ricchi», móbil que em geral os atraía à Índia.

([3]) Partira com Empoli, em 1515 (Gubernatis — *Memória*, p. 21; *Storia*, p. 16).

De passagem dá breve relação das moedas correntes. Além das portuguesas de ouro e prata, que correm com o seu valor, e das que se batem em Goa — moedas de fracção — usam-se *pardaus, fanões* e *tangas*, das quais dá o correspondente valor. Fala ainda do tempo — calor insuportável em Janeiro e Inverno reduzido a chuva, três a quatro vezes entre Maio e Setembro. E acaba por recordar a triste sina dos reis de Ormuz, antes de Afonso de Albuquerque a conquistar. No fim de três anos de governo, tiravam-lhes os olhos e eram sustentados pelo soberano seguinte. Albuquerque encontrou oito ou dez cegos e proibiu esse bárbaro costume.

Encontrando-se de perfeita saúde e sentindo a pujança da juventude [1], ardia em frémitos de descobrir novas terras, na esteira dos seus compatriotas Giovanni da Empoli e André Corsali, que haviam acompanhado os Portugueses à China, o primeiro e ao mar Vermelho, à procura de entrada para a Abissínia, o segundo. Ele pretendia aproveitar a próxima expedição, que era a ida às costas da Etiópia, levar o embaixador Mateus. Para isso, pedia instantemente a Monsenhor Pucci o favor de lhe alcançar do Papa uma carta para o Preste João. Os seus propósitos visavam, certamente, facilidades para andar no país, a fim de poder visitar boa parte daquela região, para ver «che terre et gente et costumi sieno quelli».

Também nada se conhece hoje a respeito deste plano de Dino. De muitos italianos que ele nomeia, apenas essa referência se encontra, e não em todos os historiadores que deste assunto se ocuparam. A nós serve-nos, porém, esta como que estatística dos italianos no Oriente, ao serviço de Portugal, no findar da segunda década de Quinhentos, para confirmar a visão aberta dos governantes lusitanos, que aceitavam, de boa mente, a participação de quem quer que fosse — europeus, africanos, americanos, asiáticos ou da Oceânia — contanto que colaborassem e não impedissem os planos portugueses. Assim aconteceu, por exemplo, desde os tempos do infante D. Henrique, como pudemos apreciar já, com Cadamosto e Cresques; com Béhaim no reinado D. João II e, de D. Manuel, com Vespúcio e todos os memorados até este momento. A sua participação nas empresas portuguesas crescia ou diminuía conforme a fidelidade e capacidade de cada um — *capitães de fortaleza:* Strozzi em Quíloa, D. Guterres em Goa, Sancho de Toar em Sofala; *feitores:* Giovanni

---

[1] «Poiché sono insino qui giovane et per la Dio grazia sano et gagliardo».

da Empoli, Francesco Corbinelli; *navegadores e comerciantes:* Cadamosto, Usodimare, Vespúcio, etc., etc.; *simples curiosos* — Valarte, Corsali; *guerreiros* e *navegadores:* João da Nova, António de Saldanha, Varthema e tantos outros.

Resta-nos acrescentar fugidia alusão a um opúsculo de 24 fólios in 8.º, impresso em Antuérpia, por John of Doesborowe, em 1520, de que apenas se conhece o exemplar do Museu Britânico: *Of the newe landes and of Y^e^ people found by the messengers of the kynge of portyngale named Emanuel. Of the X. dyuers nacyons crystened. Of pope Johnn and his landes and of the costely keyes and wonders molodyes that in that lande is.*

Embora aparentemente relacionado com as notícias chegadas a Lisboa em 1520, nenhuma relação tem, por exemplo, com a *Carta das novas* (1). Não passa afinal, de resumo do Sprenger (cf. capítulo IV, 3. 4), segundo verbalmente nos confiou o P.^e^ Leite de Faria.

Escrito em 1506 ou 1507, traz, como vimos, breves referências à América, partes de África, Ásia e Oriente, fechando com a carta apócrifa do Preste ao imperador de Roma e ao rei da França.

3 — As primeiras informações directas da terra do Preste João

3.1 — *A pseudocarta do Preste João e outras notícias.* — O Preste João das Índias, que o infante D. Henrique e seus sucessores na gesta dos descobrimentos, procuraram afincadamente, andava de boca em boca por toda a Europa, como príncipe ideal que podia destruir os inimigos da fé cristã, porque também ele pertencia à cristandade e, mais que os reis europeus, era riquíssimo e poderosíssimo. Não se sabia bem onde localizar-lhe o vasto império, mas ninguém mantinha dúvidas de que ficava a oriente da Europa. Do Oriente viera o Salvador do Mundo; de lá chegaria, igualmente, o auxílio de que se necessitava, para êxito completo da difusão da lei cristã.

Favorecia este ambiente mal definido nos seus contornos, a notícia da chegada a Roma de certos mensageiros e, sobretudo, uma carta que o próprio Preste João teria escrito ao governador de Roma, Manuel, a

(1) A. Cortesão — *Carta das novas*, p. 75, nota.

qual corria multiplicada em cópias manuscritas [1]. A lenda, porém, começara muito antes, parece que desde a invasão de Edessa em 1144, por numeroso exército muçulmano, comandado pelo governador de Mossul e Alepo, que esmagou as tropas sírias e arménias dirigidas por cruzados cristãos. Surge então, a que se crê primeira referência do Preste João — rei e sacerdote — na obra do historiador alemão Otto von Freising, que relata o desastre, e conta a vitória daquele soberano contra os Persas e a caminhada frustrada em socorro de Jerusalém. Os seus domínios estendiam-se para além da Pérsia e da Arménia, no Extremo Oriente; era rei cristão e descendia, em linha recta, dos Reis Magos.

Está hoje averiguado que a lenda assenta em factos históricos. Deu-se, efectivamente, a derrota de um sultão seljúcida, Sandjar, de Khorasan, na batalha de Qatwan, perto de Samarcanda, em 9 de Setembro de 1141 e o vencedor, Yeh-lü Ta-Shih, foi o fundador do Império Kara-Khitay (o Cataio Negro), da Ásia Central. Este seria, pois, o Preste João, que as crónicas chinesas declaram budistas, provindo daí, a convicção dos Bizantinos e Sírios, de professar o cristianismo.

A esta lenda juntou-se, com o andar dos tempos, a tradição indiana do apostolado de S. Tomé no Malabar, acrescentando-se, ao poder bélico do herói, a riqueza faustosa de palácios de ouro e pedraria. Estava-se, deste modo, em face do homem ideal que podia auxiliar, eficazmente, a cristandade, contra a expansão crescente do islamismo, pelos Lugares Santos e pela Europa. Não faltou quem antevisse o êxito do oferecimento desse monarca e arquitectasse uma longa carta que dirigiu ao imperador de Roma e ao rei de França, com o fito expresso de os certificar «do que respeita a nossa pessoa, a nosso estado e governo da nossa terra, bem como as nossas gentes e diversidade de bestas feras».

Começa pela profissão de fé num Deus e três Pessoas e um só Deus verdadeiro e o oferecimento de terras, se acaso quisessem ir para o seu reino. «Sabei que temos a mais alta coroa que existe em todo o mundo, bem como grandes quantidades de ouro, prata e pedras preciosas e luga-

---

(1) Vsevolod Slessarev — *Prester John. The letter and the legend*, Minneapolis, 1959; René Lefèvre — V. Bibliografia; Enrico Cerulli — *Eugenio IV e gli Etiopi al Concilio di Firenze nel 1441*, Roma, 1933; Domingos Maurício Gomes dos Santos — *A «Carta do Preste João» das Índias e seu reflexo nos descobrimentos do Infante D. Henrique*, in *Brotéria*, vol. 71, n.os 2-3, Lisboa, Agosto-Setembro de 1960, pp. 218-244; António Brásio — *As relações da Cúria Romana com o Imperador da Etiópia na época henriquina*, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. V, parte I, Lisboa, 1961, pp. 85-91.

res bem fortificados de cidades, vilas, castelos e aldeias». Sob o seu poder viviam quarenta e dois reis, «todos poderosos e bons cristãos». E tudo o mais era grandeza, poder e religiosidade.

Dando-se como o senhor da Índia, explicava que «a nossa terra é dividida em quatro partes, pois há muitas Índias». Mas a explicitação pouco elucidava, sob o aspecto geográfico. A abundância dos animais era notável — elefantes e «outros animais que chamamos dromedários», cavalos brancos e búfalos de sete cornos, ursos brancos, leões muito estranhos de cor vermelha, verde, preta e azul; onagros com duas pequenas pontas, lebres silvestres do tamanho de ovelhas; cavalos ligeiros com dois pequenos chifres, mais velozes que qualquer outro animal. Também as aves excediam, em número e beleza, as que existem noutras partes do mundo — grifos que transportam fàcilmente um boi ou um cavalo, para biscato dos filhos; yllerion, fénix, a ave mais linda do mundo, etc.

Numa das províncias do seu reino vivem, num deserto, homens e mulheres com chifres e um só olho na testa e três ou quatro, de trás. Uns outros — Gog e Magog, raça maldita de Deus, aliados do anti-Cristo — comem toda a espécie de gente, mesmo pai ou mãe, sem a cozinharem. Uma terceira espécie — bons cristãos que pontualmente satisfazem o tributo — possui pernas com patas de cavalo e, por detrás dos calcanhares, quatro fortes e afiados esporões. Ainda numa quarta região habitam só mulheres, governadas por três rainhas, que não consentem a permanência de homens, além de nove dias. Perto ficava uma outra, de pequena extensão, onde vivem homens do tamanho de crianças de sete anos, que possuem cavalos que parecem ovelhas... Enfim, homens havia que da cintura para baixo eram cavalos, enquanto outros, os unicórnios, ostentavam uma ponta na testa, verde, preta ou branca; e, por fim, uns outros, que, se saíssem do ermo em que residem, poderiam destruir todo o mundo, com a maior das facilidades.

Não valendo a pena acompanhar as fantasias pululantes de pseudo-Carta do Preste João das Índias, queremos, ainda assim, pôr em relevo que, no seu país, «cresce espontâneamente a pimenta, no meio de outras árvores e serpentes». Era este o produto apetecido do Oriente que, na verdade, crescia entre as dificuldades de os cristãos a irem buscar, pois a região, ao contrário do que a Carta supõe, era dominada pelos muçulmanos (1).

---

(1) Pode ler-se a carta em português, no citado número da revista *Brotéria*, pp. 226-235.

Não se torna fácil saber quando a epístola entrou em Portugal. Mas andando ela em manuscrito, de mão em mão, pelo menos desde o século XIII e tendo-se publicado em francês, cerca do ano de 1488, custa a crer que o interesse do infante D. Henrique e, depois, o de D. João II, pela descoberta do Preste João, fosse indiferente a este trecho. Demais, a literatura sobre o Preste João abundava nos meios ledores: Guilherme de Rubruk, Marco Polo, Odorico de Pordenone, Pian del Carpine, João de Montecorvino — todos procuram decifrar o mistério desse personagem maravilhoso, sobre o qual a Carta se arrogava o privilégio de revelar a verdade autêntica (1).

Estas informações, porém, demasiado enigmáticas e inconsistentes, não proporcionam outros elementos mais do que a existência, a leste, de um rei cristão que importava conhecer, ou porque se sabia do seu oferecimento de auxílio ou porque se acalentava a certeza de conseguir convencê-lo na luta contra o Islão. O itinerário para as suas terras, procuraram-no os Portugueses por si mesmos, usando os meios ao seu dispor, em que sobressaem sacrifícios de pessoas e gastos de dinheiro. Como sempre, também aqui, a literatura de ficção pode ter posto o problema. A resolução, porém, veio de outras iniciativas: da informação colhida verbalmente junto de populações que poderiam saber alguma coisa e do envio de emissários, por terra e mar, na direcção que se julgava chegar ao seu reino.

3.2 — *A Carta das Novas e a epístola de D. Manuel ao Papa.* — No final do século XV, os Portugueses localizavam já as terras do Preste João, no actual continente africano (2), com fronteiras orientais, traçadas pelo curso do rio Nilo. Por isso, depois de se saber que Pêro da Covilhã tinha chegado à Etiópia, intentava-se atingi-la, primeiro pela penetração da costa ocidental e, depois, através da circum-navegação de África, pela costa oriental (3). Em 1506, na armada de Tristão da Cunha, seguiram

---

(1) Domingos Maurício — o. c., p. 236, nas pp. 240 e segs., historia a evolução da lenda do Preste João em Portugal, datando de 1260, os reflexos literários do Oriente e «até alguns elementos criadores da lenda».

(2) Tem-se posto deste modo o problema. Escritores do século XVI, como Barros (*Déc. III*, pp. 165 e segs.) e outros posteriores, preferem apresentá-lo como mal posto: o rei encontrado não era o Preste João das Índias.

(3) Entre outros casos, recorde-se que, em 1520, D. Manuel mandou Gregório de Quadra à Abissínia pelo reino do Congo, precisamente no ano em que lá estava a sua primeira embaixada, através da via marítima. Desta falaremos mais adiante. Aquela não conseguiu os seus intentos, devido ao facto de o rei do Congo, mal aconselhado por alguns portugueses, não ter deixado passar o enviado manuelino (Damião de Góis — *Crónica de D. Manuel*, parte IV, pp. 148-151).

João Gomes e João Sanches [1], com o mouro tunisiano Cide Mohamed, que haviam sido deixados, primeiro na costa de Melinde, e depois, por Afonso de Albuquerque, em 1507, no cabo Guardafui [2]. Conforme a própria rainha Helena comunica a D. Manuel, na carta a que aludimos adiante, os dois mensageiros chegaram à corte do Preste e foram a última determinante do envio do embaixador a Portugal. Com eles e com Pêro da Covilhã falou Mateus, o enviado, de nação arménia, que a rainha, na menoridade do futuro imperador David, enviou à Índia, a fim de passar a Lisboa. Estava, pois, finalmente bem localizado o Preste João. Pelo menos, assim se pensou, porque o rei encontrado era cristão e perseguido dos maometanos, como os cristãos do Ocidente.

Apesar da falta de credenciais pròpriamente ditas, visto que só trazia cartas da rainha, o embaixador foi embarcado para Portugal, onde chegou a 24 de Fevereiro de 1513, ou de 1514 [3]. Aquele ano, «foi neste reino um dos mais prósperos e de maior prazer que ele viu por causa da Índia, porque não sòmente vieram muitas naus e bem carregadas de especiaria, mas ainda novas da tomada de Malaca e do feito de Benestarim, esta embaixada do Preste, outra del-Rei de Ormuz, muitas cartas e presentes de outros príncipes de todo aquele Oriente, assim como del-Rei de Sião, del-Rei de Pegu, em resposta dos mensageiros que Afonso de Albuquerque lá enviou; cartas do grão Samorim, como dava fortaleza em Calecute e de todolos outros príncipes do Malabar, com requerimentos como súbditos deste reino. E pelo mesmo modo vieram cartas del-rei de Narsinga, do Idalcão, del-Rei de Cambaia e de Melique-Iaz, capitão de Diu, todos pedindo paz e amizade e mandando mui ricos presentes em sinal dela» [4].

Que soube a Europa de todo este movimento diplomático do Oriente, que tão assinalados ecos produziu em Lisboa? Causa espanto quase não se ver sinal destas gentes exóticas, na correspondência dos estrangeiros que estacionavam na capital portuguesa. O que deu mais brado, e, desta

---

[1] João Sanches, como se lê na carta da rainha Helena, era eclesiástico e, portanto, o João Clérigo a que se refere Damião de Góis, in *Legatio Magni Indorum Presbyteri Joannis ad Emanuelem Lusitaniae Regem, Anno Domini M.D.XIII.* O mesmo autor, na *Crónica de D. Manuel,* parte II, p. 73, chama-lhe «mourisquo christão». Afonso de Albuquerque, tal como os cronistas, refere-se aos dois emissários (Carta de 16-12-1512, in *Cartas de Afonso de Albuquerque,* 1.º vol., p. 384).

[2] Barros — *Déc. II,* pp. 340-341.

[3] Elaine Sanceau — *Em demanda do Preste João,* p. 309.

[4] Barros — *Déc V,* p. 341.

vez, por via de um escritor lusitano, foi a embaixada de Mateus, que encantou o então jovem Damião de Góis, pagem no Paço, mas, decerto, anos mais tarde, pouco antes de 1531, em que datou o folheto *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis, ad Emanuelem Lusitaniae Regem, Anno Domini M.DXIII.* Além disso, há vaga notícia de cartas que D. Manuel dirigiu não só ao papa Leão X, de que nos ocupamos adiante, como também ao rei de Castela e à Senhoria de Veneza, sobre a missão de Mateus ([1]). A relíquia do Santo Lenho que o Preste João enviou a D. Manuel, seguirá o caminho de Roma, após a morte do rei português e do papa reinante, na ocasião da subida ao trono pontifício de Adriano VI, em 1522, oferecida por D. João III ([2]).

De forma que, quanto sabemos, o Doutor Pedro Margalho, de que nos ocupámos noutro lugar, é, como já frisámos atrás, quem primeiro imprime breve notícia sobre a religião dos Etíopes, no *Physices compendium,* editado em Salamanca, no ano de 1520. Não sendo, evidentemente, livro destinado a grande difusão, serviu, ainda assim, para uma universidade da categoria de Salamanca, ficar desde então inteirada, das verdades fundamentais do afamado reino africano.

Fora deste testemunho escrito, a notícia apenas correu verbalmente, tornando-se, por isso, difícil seguir o seu itinerário. E assim, importa aguardar a reentrada de Mateus na Abissínia, para a Europa ter conhecimento, por via oficial, da autêntica localização das terras do Preste e de alguns pormenores do modo de viver do seu povo.

A esquadra que levou de volta o embaixador da Abissínia, saiu de Lisboa em 7 de Abril de 1515 ([3]), comandada por Lopo Soares de Albergaria que, pela segunda vez entrava na Índia ([4]). Só, porém, no governo seguinte, de Diogo Lopes de Sequeira, o embaixador reentrou na Etiópia, pelo porto de Árquico, vindo a falecer no Mosteiro de Visão, em 23 de Maio de 1520 ([5]). Nesta ocasião, os Portugueses penetraram no porto de Árquico e falaram com o capitão e com frades do Mosteiro de Visão. No encontro com estes religiosos, «não houve alguém que pudesse reter as lágrimas, com uma piedosa lembrança de ver dois povos cristãos, um ocidental e outro oriental,

(1) A. Cortesão — *Carta das Novas,* p. 33.

(2) Frei Luis de Sousa — *Anais de D. João III,* vol. 1, Lisboa, 1938, p. 48.

(3) Barros — *Déc. III,* p. 12; Correia — *Lendas da Índia,* II, I, pp. 463-464.

(4) Lopo Soares, em vez de colocar Mateus no porto de Árquico, mandou saber se a embaixada seria autêntica e trouxe-o de novo para Goa (*Déc. III,* pp. 30-32).

(5) Barros — *Déc. III,* pp. 155, 161, 164 e 186-187.

tão remotos em lugar, tão diferentes em polícia civilização), costumes e cerimónias da religião que professavam; sòmente aquele sinal da cruz alevantado ante eles, assim os inflamava em fé dela, amor e caridade entre si, que os tinha atado em vínculo de irmandade espiritual, como se entre eles procederam particulares benefícios de parte a parte».

O comentário do cronista é oportuno, porque vinca bem o encontro das duas civilizações que, tanto tempo havia, se procuravam fundir. Aliás, o mesmo espírito se verifica na explosão de alegria do capitão de Árquico que, depois de solene e amigável conversa na praia, sentado ele, Diogo Lopes e Mateus, em troca de impressões sobre as vantagens da aliança do monarca etíope com o português, não quis montar mais na mula em que fora. Pulando para cima de um cavalo veloz, corria em campo aberto, com outros trinta cavaleiros e duzentos peões, brandindo uma espada «e outras peças que ele (o governador) lhe deu», ou, como diz Barros, «maneando-a a uma mão e a outra, com tanta desenvoltura e graça que folgavam os nossos de o ver».

De não menor relevo foi o animoso encontro de Lopes de Sequeira, com o Barnagais «um principal capitão do Preste». [1] que, em nome do imperador, firmou pazes e amizade, com o governador Lopes de Sequeira [2].

Tais são as fontes da *Carta das novas que vieram a el-Rei nosso Senhor do descobrimento de Preste João* [3], impressa em 1521, por Germão Galharde, que mais não conta que a viagem de Diogo Lopes de Sequeira até às costas da Etiópia, como se explicita nas primeiras linhas: «Por via do caravelão em que anda Pero Vaaz de Vera por capitão e piloto, que chegou da Índia a esta cidade de Lixboa em o derradeiro dia do mês dabril deste anno de mil e quinhentos e vinte e huum, vieram novas a el-Rey nosso Senhor, por carta de Diogo Lopez de Sequeira, do seu conselho e seu Capitão moor e o governador, das partes da Índia; e também por carta do licenciado Pero Gomez Teyxeira, ouvidor das ditas partes, que a tudo foy presente em pessoa, do descobrimento que o dito

---

(1) Id. — *ibd.*, p. 184.

(2) Id. — *ibd.*, p. 12.

(3) Único exemplar conhecido, no Museu Britânico. Edição fac-similada, transcrição moderna e tradução inglesa, por Henry Thomas e A. Cortesão — *The Discovery of Abyssinia by the Portuguese in 1520*, London, British Museum, 1938. Reedição portuguesa e estudo, por Armando Cortesão — *Carta das Novas que vieram a El-Rei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João (Lisboa, 1521)*, Lisboa, 1938.

Capitam moor fez, com sua Armada e gentes, da terra do Preste Johan, rei chrytaão e de muy poder».

Dela se serviram, entre outros, Lopes de Castanheda, que chega a transcrever passagens inteiras, com pequenas modificações sintácticas. Além da edição lisboeta em idioma português, divulgaram as mesmas notícias e *Epistola Super foedere cum Presbytero Ioanne*, impressa em Lisboa em 1521, por Germão Galhardo (1) — traduzida pouco depois em francês: *La rescription du très humain, vertueux et invictissime roy de Portugal, envoyée a Nostre Sainct Pere le Pape des gestes faictz en la mer Rouge, et de la paix, faction, convenance, et alliance commencée par luy avec le presbitre Jehan roy de Ethiopie*, Escript a Lysbonne le huytiesme iour de mai de lincarnation, 1521 (2).

Possìvelmente em Roma, imprimiu-se no mesmo ano, a *Epistola invictissimi Regis Portugalliae ad Leonem X. P. M. supper foedere inito cum Presbytero Ioanne Aethiopiae Rege*, registando-se ainda uma segunda edição da *Epistola super foedere* talvez em França, visto os caracteres tipográficos não diferirem dos de *La rescription*. Traz o título de *Exemplum litterarum Serenissimi et Invictissimi Regis Portugalliae Sanctissimum Dominum. M. Super Rebus gestis in Mari Rubro et federe inito cum Presbytero Ioanne Rege Ethiopie Potentissimo* (3).

Das cartas enviadas do Oriente, nenhuma hoje se conhece, apesar de haverem sido remetidas cópias ao Papa (4). De modo que, apenas dispomos do resumo que delas se fez e foi divulgado pela imprensa. A sua importância provém, sobretudo, do facto de constituírem as primeiras notícias certas que se difundiram na Europa sobre as terras banhadas pelo mar Vermelho, que os Portugueses, desde o princípio do século, frequentemente procuravam desvendar. Tudo quanto antes se dissera das terras do Preste, era conhecido por informação colhida no Oriente, porque só agora surgiram possibilidades de as ver directamente, podendo-se, deste modo, acrescentar algo de inédito às notícias já reveladas, sobretudo

(1) Reeditada por A. Cortesão — *Carta de D. Manuel para o Papa Leão X*, datada de Lisboa, em 8 de Maio de 1521, in o. c., pp. 139-140.

(2) Referida por Brunet; A. Cortesão (*Carta das Novas*, p. 75, nota); Luís de Matos — *La vittoria contro i mori e la presa di Azimur*, cit. pp. 214-215, nota 1.

(3) L. de Matos (o. c., pp. 214-215, nota 1). De exemplares de *La rescription* e de *Exemplum litterarum* conhece o Prof. Francis M. Rogers a existência (cf. L. de Matos — *l. c.*).

(4) A. Cortesão — *o. c.*, pp. 127-138, publica uma segunda carta do ouvidor Pedro Gomes Teixeira, conservada na T. T., que não importa ao nosso propósito.

por Afonso de Albuquerque. Os Portugueses haviam finalmente «descoberto» as terras abissínicas e conversado, nas próprias areias da Etiópia, com gente de relevo na administração civil e religiosa do País.

A epístola do ouvidor, que informa quase integralmente a *Carta das Novas* revelava, em suma, os pontos de fé dos Abexins, porque teve curiosidade de ir pessoalmente ao Mosteiro de Visão, que descreve com alguma minúcia. De lá trouxe um livro, «da grandura de meio quarto de papel pequeno, escrito em pergaminho de letra de sua língua», em que se continha tudo aquilo que criam. Apesar disso, João Gomes sujeitou o superior do mosteiro — *Samatra Christus* — a curioso interrogatório sobre usos e costumes da Etiópia.

Além da informação religiosa, incidentalmente proporciona informação de culturas («milharadas pela serra»), «criação de gado — sobretudo de vacas — e muitos machos e mulas», e de vestuário dos frades. Colhem-se ainda dados geográficos de importância, o primeiro dos quais, os confins da terra do Preste: «da banda do mar do Estreito, na terra firme, tem o Rei de Zeila e Barbara e toda aquela corda, e outros reis mouros e senhores à ourela do mar; e da outra parte tem Mogadoxo e outros reis com quem tem guerra; e da banda do Cairo, através de Suaquém, que é acima de Maçuá, sessenta léguas, tem um rei mouro que é senhor daquela terra dentre o Preste João e o Cairo, com que tem guerra o Barnegaes».

Da ilha de Maçuá, em que permaneceram vários dias, informa ter de roda, mil e duzentas braças «e é comprida e nesta conta a largura no meio, onde é o mais estreito, são duzentas e quarenta braças, e em um cabo há duzentas e sessenta, e em outro, duzentas e cinquenta». Dispõe de um bom porto, «todo cerrado» que, «segundo afirmam os que o viram», «é melhor que os de Cartagena e de Modon e tem muito bom fundo». Metade da ilha é «fundada sobre pedra» e a outra metade, «parece terra ganhada pelos moradores e terra que, cada vez que quiserem, se poderá perder e manter». Dista de Árquico, duas léguas e está, da terra firme, «dois tiros de besta». Abundam nela os mantimentos, que são muito baratos. Uma vaca, por exemplo, que em Cambaia vale oito e dez vinténs, ali tira-se, quando muito, por quatro ou cinco teadas. Não faltava caça em barda — «gazelas e outras caças».

Os demais topónimos que se possam recolher, são já de inferior interesse, por mais conhecidos — as *ilhas* de Camarão, Ceibão, Maçuá e Dalaca, e as *cidades*, na costa da Arábia, de Zebidi (depois de Aden) e Judá; na costa africana — Barbara, Zeila, Árquico, Dacamim e Suaquem.

Com este relato do que se havia colhido no próprio solo da Etiópia e a que se dava mais crédito que às próprias informações do embaixador abissínico, correu pela Europa, impresso no mesmo opúsculo, o *Trelado da carta que ho Preste Joham enviou a elRey nosso Senhor, por seu embaixador Matheus, no anno de mil e quinhentos e quatorze*, em versão portuguesa. Escrevera-a, não o Preste, mas a rainha Helena, em 1509. Por ela ficava a Europa inteirada da existência de um poderoso monarca que se propunha fornecer gente incontável e mantimentos suficientes, para pôr cobro à insolência turca que ele, como os soberanos europeus, desejava aniquilar. Quisera remeter logo «muito ouro», o que não fazia, com receio de os mouros o pilharem no caminho. Para dar uma ideia do ingente número de súbitos que povoavam o seu império, anunciava, gràficamente que, «se ordenássemos nossas gentes em hostes, (...) encheriam e abastariam todo o mundo». Era chegada a hora do cumprimento da profecia de Cristo e Santa Maria sua madre, que assevera, sem ambages, que «no derradeiro tempo se alevantaria o rei das partes dos francos», que «daria fim aos mouros». Política e religiosamente ganhava-se um forte e eficaz aliado. Não se reparou, porém, que a notícia vinha do Oriente e, como tal, em estilo nìtidamente empolado. Mesmo assim, geogràficamente, ficava-se a conhecer uma nova nação do Mundo, em tempos anteriores quase de todo ignorada.

A quem, na Europa, desconhecia o linguajar lusitano, eram proporcionadas, na carta em latim, de D. Manuel, ao Papa, datada de 8 de Maio de 1521, umas ideias gerais da nova descoberta, no que concerne à tão almejada união religiosa do Mundo. Sublinhavam-se os contactos, obtidos finalmente, depois de tantas iniciativas perdidas, mas apenas de forma genérica, sem pormenorizar o que quer que fosse: «Ficam-nos, finalmente patentes as costas do reino do Preste João e os seus portos; conhecidos o estado da religião e do povo e a condição de todas as demais coisas (quanto a brevidade do tempo e permitiu), e firmada a sacrossanta aliança, da nossa Fé, tendo nós remetido ao Preste João o seu Embaixador, com alguns dos nossos que examinaram, com cuidado, os costumes, a religião e até mesmo as cousas íntimas» (1).

---

(1) «... ipsius Presbyteri Ioannis tam optata littora, portusque tandem delata est. Cognitoque et regionis et gentis statu, ac rerum omnium (quantum temporis brevitas sinebat) conditione, atque icto et obfirmato sanctissimo fidei nostrae foedere, dimissoque ad ipsum Presbyterum Iannem eius Legato, cum quibusdam etiam ex nostris, qui ipsius Provinciae mores, religionem, atque intima quaeque sedulo rimarentur».

A melhor informação devia chegar com o regresso do embaixador português, D. Rodrigo de Lima, que acompanhava Mateus. O Regimento que Lopes de Sequeira lhe deu, em Maçuá, no dia 25 de Abril de 1520 ([1]), incumbia-o de averiguar pontos fundamentais para um conhecimento realista da situação.

A primeira regra que aparecia no pórtico das instruções, respeitava ao compreensível respeito pelos costumes e crenças alheias, proibindo-se claramente, discussões que perturbassem «toda paaz e booa concordia». Todos os da comitiva deviam entrar na Abissínia, «como homens que vam a terra nova, e que lhe ham de oulhar pelo que fazem».

Era igualmente sua missão, inteirarem-se da verdadeira situação do reino. «Sereis avisado e vos trabalhareis de saberdes mui particularmente a grandeza do dito rei e seus senhorios, e das riquezas e minas de ouro que nos dizem que tem, e de seus tratos e do poder que tem, e por onde se estendem seus senhorios e dos reis a eles sujeitos e quantos são e do que pode cada um, de quantos são cristãos e quantos mouros, e das rendas que têm e em que cousas, e quanto valem por ano». Informar-se-ia também das mercadorias da terra, do valor das da Índia como das de Portugal e quantidades que se poderiam consumir.

Depois da informação político-económica, a situação político-jurídica: «Da maneira da justiça, como se ministra e por quem. E se tem guerra e com quem, se com o soldão e se com outrem; e, se com o soldão está em guerra ou em paz e se em alguma maneira reconhece o soldão e quanto há da sua terra ao Cairo e que caminho fazem».

Em terceiro lugar, o panorama religioso: «Do Patriarca que diz que tem e do poder que usa no espiritual e do acatamento que lhe fazem e das cerimónias da fé que fazem. E os modos dos baptismos, confissões, jejuns, quaresmas, ofícios deles, festas principais, particularmente doutras cerimónias que têm e guardam. E se há aí arcebispos e bispos e quantos são, e se em tudo obedecem ao patriarca e que rendas tem. A maneira que se tem no provimento nos arcebispados e bispados e as provisões como passam; e se o Rei intende nisso ou sòmente o Patriarca por si só».

Das igrejas e mosteiros, como são servidos e da clerezia, se o rei tem sobre ela alguma jurisdição ou sòmente o patriarca. Se há aí mos-

---

([1]) Publicado em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 441-445.

teiros e de que Ordem; se há aí alguns da grandeza que nos cá dizem e número de religiosos».

Sobre costumes queria saber a idade e forma de baptizar; rito do casamento e vínculo matrimonial, também no caso de viuvez; regime de heranças, etc.

Por fim, pretendia que se fixasse o itinerário seguido: «Assim, todo o caminho que fizerdes desde que daqui partirdes até em boa hora tornar, escrevereis, pondo os nomes das cidades e vilas e igrejas que em cada um há e os mantimentos que em cada um há, assim frutas como quaisquer outros e a gente deles quejanda é, e por quem são governados».

Não esqueceu Diogo Lopes de Sequeira, como era de prever, a questão clássica do oriente africano: «Trabalhar-vos-eis de saber do rio Nilo, onde nasce e se saiem dele alguns braços, ou se vem todo junto, e assim de alguns outros rios e se o Cabo da Boa Esperança é em seu senhorio, ou se tem notícia de nossa navegação, por outra parte senão por esta».

O plano era demasiado ambicioso, se nos lembrarmos que o Português, a princípio informava-se, mas logo em seguida, queria experimentar, ver, apalpar... Com efeito, se bem se repara, a boa parte destas questões podia o leitor responder por si, visto que muitas notícias haviam já chegado aos Portugueses. Mas procurava-se tudo saber de novo, na própria fonte e visto pelos próprios emissários. Sujeitavam-se, afinal, todos os conhecimentos à fieira da observação pessoal e atenta, para confirmação ou rectificação do que constava. Era assim que os Portugueses descobriam, sem se importarem com a possível primazia dos outros que por cada local pudessem já ter passado. Isto é, certamente, espírito científico, no sentido de por experiência feito, com a exacção possível de uma diligente pesquisa.

O mais que no regimento se recomenda, é simples diplomacia ou estratégia militar para um plano comum de ataque ao Turco e a renovação da integridade de procedimento, que um monge não tornaria tão insistente e rigorosa. Talvez não valha a pena individualizar mais que uma das recomendações finais, pelo que representa de amor ao exótico e espírito de serviço ao rei seu senhor: «Se houver lá algum alicorne, trabalhar-vos-eis por o haver para El Rei meu Senhor, tudo quanto puderdes, e não consintais que nenhuma outra pessoa o haja, senão todo para El Rei». Sobre a curiosidade do exótico e fantástico, é igualmente significativa a recomendação de mandar escrever «todalas cousas monstruosas e de antiguidades que virdes».

Destes trabalhos de passar ao papel toda a série de preceitos referidos se devia encarregar o escrivão ([1]) que, para isso, seguia na comitiva. Onde se encontrará essa preciosa fonte de informações vivas que a embaixada não deixou de entregar a D. João III, quando em 24 de Julho de 1527, regressou a Lisboa? Desta arriscada empresa, sòmente resta o escrito do capelão, P. Francisco Álvares — *Verdadeira Informação da Terra do Preste João*, que a Europa pôde ler, pouco depois, em manuscrito e, em 1540, em letra de forma. Já havia, porém, falecido D. Manuel e, por conseguinte, ultrapassado os limites deste volume.

Por seu turno, a Abissínia tomou mais exacta consciência da grandeza do globo, pois entre os presentes levados na embaixada salientava-se um mapa-mundo, decerto mais perfeito que o levado por Pêro da Covilhã.

4 — Terras da América

4.1 — *Explorações de João de Lisboa (ditas de Cristoval de Haro), divulgadas em texto alemão impresso (1515), e as viagens de João Dias de Solis (1512-1515).* — A terceira expedição, durante o primeiro quartel do século XVI, para Ocidente, que Jean Denucé considera percursora de Magalhães, e, como vimos, a que teve por armadores, entre outros, D. Nuno Manuel, almotacé-mor de D. Manuel ([2]), e Cristoval de Haro, mercador natural de Antuérpia que, segundo Jaime Cortesão, se deve colocar na anterior linha de exploração comercial, promovida pelo rei português, com participação activa de particulares ([3]). A Casa dos de Haro, originária de Burgos, interessava-se, desde 1503, segundo Denucé, ou 1510, conforme Cortesão, quase exclusivamente pelos negócios portugueses, nomeadamente da costa de África e sobretudo Serra Leoa ([4]), tal como os italianos Marchionni, Affaitadi e Sernigi, e os alemães Függer e Welser. Cristoval de Haro representava a firma de Lisboa e patrocinava os desejos de alguns nautas portugueses de passarem às Molucas pelo ocidente,

---

([1]) João Escolar, segundo A. Cortesão, que assim corrige a *Carta das Novas*, em que se lê o nome de Jorge de Abreu (p. 43).

([2]) Sobre D. Nuno Manuel, ver Esteves Pereira — *O descobrimento do Rio da Prata*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, II, pp. 354 e segs.; *Archivo Histórico Portuguez*, vol. I, Lisboa, 1903, pp. 80 e 83-88.

([3]) J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, cit., vol. II, p. 119.

([4]) J. Denucé — *Collection de Documents pour l'Histoire du Commerce*, II, *L'Afrique*, pp. 36-38.

acabando por participar no financiamento da viagem de Fernão de Magalhães.

Desconhecem os nossos cronistas — aqueles que se lhe poderiam referir — a expedição destes armadores (1513-1514), mas um anónimo escritor fixou-a em opúsculo alemão, que se imprimiu a primeira vez, em 1515 (1): *Copia der Newen Zeytung auss Pressillg Landt*, conhecendo-se mais duas edições e um apógrafo do arquivo dos príncipes e condes de Függer (2). Pelo sumário do manuscrito apura-se que o original foi redigido no fim de 1514, na ilha da Madeira, e enviado, como supõe Esteves Pereira, pelo autor, naturalmente um agente comercial alemão, feitor de uma empresa comercial da ilha da Madeira, talvez a casa Welser, em Augsburgo, ou casa similar de Antuérpia. Não nos importa aqui a atenção e as dúvidas que o texto tem merecido a críticos, sobretudo a respeito da data da viagem, como Humboldt, Varnhagen, d'Avezac, Capistrano de Abreu, Konrad Haebler, Rodolfo Schüller, Clemente Brandenburger e Esteves Pereira, que teve o cuidado de reproduzir os pareceres de todos, em conjunto (3). Interessa-nos, como sempre, tomar o documento tal como apareceu em público, embora aceitando para a expedição, a data apurada pela crítica mais moderna e reparar nas notícias de carácter geográfico que divulgou. Ainda assim, não deixaremos de anotar que Schüller demonstrou que o autor lera, com certeza, as cartas de Vespúcio (4).

---

(1) Ver fac-símile do opúsculo, em Esteves Pereira — *o. c.*, pp. 366-368, tradução integral, *ibd.*, pp. 385-386. Outras edições: Rodolfo R. Schüller — *A nova Gazeta da Terra do Brasil (Newen Zeytung auss Pressillg Landt) e sua origem mais provável*, Rio de Janeiro, 1914, pp. 12-14, fac-símile e trad. portuguesa, pp. 1-3; *Cópia der Newen Zeitung auss Pressillg Landt*. Facsimiledruck herausg. von Hans H. Bockwitz, Leipzig, 1920; Clemente Brandenburger — *A nova Gazeta da terra do Brasil*, Rio de Janeiro, 1922 (texto, versão portuguesa e glossário); *Tidings out of Brasil*, translated by Mark Graubard, commentary and notes by John Parker, the University of Minnesota Press, 1957. — Sobre a *Nova Gazeta*, especialmente bibliografia, ver Konrad Haebler — *Die Neuwe Zeitung aus Presilg Land im Fürstlich Fuggerschen Archiv*, in *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde*, XXX, 1895, p. 357; Clemente Brandenburger — *Die Newe Zeytung auss Pressilg Landt*, in *Ihering — Festschrift*, São Paulo, 1920, pp. 63 e segs.; J. Denucé — *Magellan. La Question des Moluques*, p. 73, nota 2; Esteves Pereira — o. c., pp. 385 386.

(2) Esteves Pereira — *o. c.*, p. 365; Rodolfo R. Schüller — o. *c.*, pp. 11-12.

(3) A. Magnaghi, secundado por G. Caraci, põe em dúvida que a viagem narrada no opúsculo seja a mesma de João de Lisboa, cuja realidade também não supõe provada (Magnaghi — *A. Vespucci*, 2.ª ed., pp. 186-187, nota; Caraci — *A. Vespucci e um moderno critico argentino*, pp. 338-340, nota).

(4) R. R. Schüller — *o. c.*, pp. 15-16.

Partindo de Lisboa, possìvelmente em 1513 ([1]), a armada passou pela Madeira e foi ter ao estuário do rio da Prata ([2]), depois de ter descoberto a costa do Brasil, segundo o referido opúsculo, na extensão de mais 700 milhas (léguas) além do que se conhecia. Mais verosímil, porém, como adverte Esteves Pereira, é que o autor quisesse dizer que a frota percorreu 700 milhas, que era mais do que precedentemente se conhecia. A frota era comandada — aponta-se no opúsculo — pelo mais afamado dos pilotos do rei português, que os historiadores mais bem informados, concordam ser João de Lisboa ([3]).

O autor não indica os nomes do cabo e do rio em que terminaram a exploração da costa. Mas é fácil, por outros documentos, reconhecê-los no cabo e rio de Santa Maria, embora J. Denucé, aliás só baseado na *Copia der New Zeytung*, prefira levá-los até ao golfo de S. Matias, que os nautas teriam identificado com o estreito que lhes permitiria passar para Malaca ([4]), e que ainda hoje se conserva, o do Cabo. O do Rio sofreu modificações não muito depois (Paraná, de Solis, que aí morreu e da Prata). A partir de 1527 apenas aparece esta última designação, nos documentos portugueses e castelhanos ([5]).

O interesse geográfico do documento, que não reproduz topónimos, reside, evidentemente, no facto de salvar do olvido este descobrimento do estuário do rio da Prata. Na direcção sudoeste, acharam «muito bons rios e portos, da mesma maneira ao subirem (a costa), tudo bem povoado».

O piloto tinha consciência da proximidade relativa de Malaca e dizia que lhe era fácil atingi-la «em pouco tempo», «por este caminho», pois estava convencido que, do cabo do Brasil em que se encontrava, Malaca não estaria mais de 600 milhas de distância. «Acham também — parece que a tripulação toda — que a terra do Brasil continua, dobrando o Cabo, até Malaca». Como se sabe, nesta data já os Portugueses se haviam instalado em Malaca e, por conseguinte, conheciam bem a sua

---

([1]) J. Cortesão — o. c., p. 119; J. Denucé — o. c., p. 72; Schüller — o. c., p. 14.

([2]) Pomo de discórdia, que Magnaghi, Levillier e Caraci, entre outros concedem a Vespúcio (G. Caraci — *A. Vespucci*, cit., p. 348). Sobre o assunto, ver, por ex., L. Ferrand de Almeida — *Vespúcio e o descobrimento do Rio da Prata*, in *Revista Portuguesa de História*, t. XI, vol. I, pp. 16 e segs.

([3]) Jean Denucé entrega a esquadra a João Dias de Solis. Sobre João de Lisboa, ver Brito Rebelo, prefácio a João de Lisboa — *Livro de Marinharia*, Lisboa, 1903; Esteves Pereira — o. c., p. 302.

([4]) J. Denucé — o. c., p. 75.

([5]) F. Esteves Pereira — o. c., pp. 351 e segs.

posição com respeito à Índia. Mas o continente americano continuava a ser, pràticamente ignorado e só por conjecturas ou imaginação se podia aventar a distância ainda não percorrida. João de Lisboa errava os cálculos, como também os errava Fernão de Magalhães, antes da partida. A respeito da população, os nautas «dizem que quanto mais para o cabo, tanto melhor a gente, de bom trato, de índole honrada. Não há neles nem um vício, a não ser que um povoado guerreie o outro. Usam o arco e a flecha como arma, «conforme é uso na terra do Brasil inferior», pois não conhecem instrumentos de ferro. Não se comem, porém, uns aos outros, como na Terra do Brasil inferior (das baixas latitudes). Matam-se, todavia, uns aos outros, não fazendo prisioneiros.

Já topámos todos estes traços e vamos encontrá-los repetidos, em tantos quantos escritos se ocupam destes povos. Da mesma forma, a situação social: «Dizem que o povo é muito boa e livre condição, não havendo naquela costa, leis nem rei, a não ser que ouvem os velhos entre eles, e lhes obedecem, como na Terra do Brasil inferior. Também é todo o mesmo povo; só tem outra língua». A seguir, fixa a lenda, tão repetida nos autores quinhentistas, das pegadas de S. Tomé, que os nativos quiseram mostrar aos Portugueses, «no interior do país». O autor, se não os marinheiros, quer-se convencer da possibilidade da visita do Apóstolo, evocando o lugar da sepultura: «está corporalmente por trás de Malaca; jaz na costa de Siramath, no golfo de Ceilão».

Igualmente por informação da gente da terra, souberam os nautas que no interior existiam grandes montanhas, de neve perpétua. Nos portos que frequentaram, foi-lhes dado observar «muitas e variadas peles preciosas de animais silvestres, cujas peles a gente veste mesmo cruas, sobre o corpo nu», por não as saber preparar. Menciona os animais selvagens que habitam a selva: leões, leopardos, linces ou lup (catalão). Das peles de leopardo e lince fazem cintas de um palmo de largura. De todas as peles que o narrador viu, algumas eram para ele desconhecidas, tendo adquirido um conjunto de três peles cosidas, do tamanho das de texugo e cor de veado, muito lanuda na parte superior, com pêlos compridos e, na inferior, alva como a de marta. Cheira muito bem. A existência de outros animais, como lontras e castores é tomada como indício de haver rios de longo curso.

As produções da terra salientavam-se pela quantidade e excelência das frutas, «todas elas diferentes das que temos em nosso país». Abundava também canafístula, da grossura aproximada de um braço; mel, cera, uma espécie de goma muito semelhante a terebintina. No capítulo de géneros

alimentícios, figurava ainda peixe em grandes quantidades, aves de variadas espécies, a que se juntou «uma quantidade de especiaria que arde na língua como pimenta» e «uma vagem com muitos grãozinhos dentro, sendo o grão do mesmo tamanho da ervilha».

Em ponto mais ao sul, «em um porto e rio distante do referido cabo, duzentas milhas em direcção a nós», isto é, no rio da Prata, em 34° S., os nautas portugueses «receberam informações a respeito da muita prata e cobre e também de ouro que há no interior do país. Deviam encontrar-se em meados de Agosto, visto o cabo e o rio terem tomado o nome de Santa Maria([1]), cuja festa cai no dia 15 desse mês. Entrava-se, pois, na região cobiçada dos metais preciosos, que os Castelhanos não tardaram também a visitar. O capitão da frota trouxe para D. Manuel «uma acha de prata, de feição igual às achas de pedra deles». «Trazem ainda um metal que dizem ter a aparência de latão, e não estar exposto a ferrugem nem a deterioração. Não sabem se é ouro inferior ou o que seja».

Se estas simples notas já revelam a civilização mais adiantada do continente americano, da era dos metais, uma outra, porventura mais expressiva, descobre a existência de povo ainda mais civilizado, por as peças fabricadas apresentarem maior aperfeiçoamento. Naquele mesmo lugar alcançaram informação de que, pela terra dentro, existe um povo serrano que possui muito ouro batido, a modo de arnez na frente e ao peito. Um homem nativo pediu que o trouxessem a Portugal, para contar ao rei que a abundância dos metais preciosos era tal que todos os seus navios os não conseguiriam trazer.

Por fim, o autor das «novas notícias» refere dois traços curiosos dos nativos daquela região: a longevidade da «gente do país», que alcança, por vezes, os 140 anos de idade e a oferta, «por livre vontade», da maior parte dos escravos que, com o pau-brasil, constituíam o grosso da carga dos dois barcos. Como explicação de semelhante atitude, o alemão acrescenta que «o povo de lá pensa que seus filhos vão para a Terra da Promissão».

Este tipo de gente e, mais do que isso, a qualidade e abundância do pau-brasil, serviram de excelente meio de propaganda pela Europa, na linha das notícias anteriormente recolhidas, pelas poucas frotas enviadas até

([1]) Já aparece esta designação no *Diário da navegação* de Pêro Lopes de Sousa (1530), o primeiro que se conserva da costa americana (*Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*, organizada por J. Cortesão, 1.° vol., Lisboa, 1956, p. 470; *Diário da Navegação* de Pêro Lopes de Sousa, pref. de A. Teixeira da Mota e leitura de Jorge Morais-Barbosa, Lisboa, 1968, p. 62).

então para essas regiões. Antes de mais ninguém, sabia a vizinha Espanha, quanto a Lisboa chegava. E assim, conjugando esse conhecimento com o propósito firme de aproveitar as terras que lhe pertenciam, pela divisão do mundo ignoto que o Tratado de Tordesilhas lhe facultou, os reis castelhanos envidaram alguns esforços nesse sentido, ao mesmo tempo que os Portugueses se firmavam nos mares do Oriente. Magnífica ocasião se lhe proporcionou quando o piloto João Dias, que devia seguir para a Índia com Afonso de Albuquerque, em 1506, matou a mulher e se refugiou em território estrangeiro. Descendente de asturianos, nascidos em Santa Maria de Solis, na província de Oviedo, João Dias tomou o apelido dessa povoação, para mais fàcilmente conseguir os seus intentos, e apresentou-se na Casa de la Contratación que, no princípio de 1508, o admitia como piloto régio. A 29 de Junho saiu ele do porto de S. Lucar, com Vicente Yañez Pinzón, cada um em sua caravela, em direcção às Canárias e daí à Española, tendo percorrido algumas das Antilhas e parte da costa americana. Esta viagem visava, antes de mais, encontrar a tão almejada passagem para as Molucas e regiões das especiarias, sem dar a volta pelo cabo da Boa Esperança ([1]).

Havia, pois, também em Espanha, noção mais nítida das terras e dos mares, do que no tempo de Colombo, devido, certamente, à posição que os Portugueses ocupavam já nas águas orientais. A exposição de Solis não teve outras consequências apreciáveis, além de constituir a preparação de uma segunda viagem, que o mesmo piloto determinou empreender em 1512. Nomeado piloto-maior, em 25 de Março desse ano, por falecimento de Vespúcio, Solis obrigou-se a partir para o Oriente, com a exterior tarefa de efectuar a demarcação e os limites da navegação das duas coroas peninsulares.

De Cádis seguiria para as Canárias, tomando a direcção do cabo da Boa Esperança, devendo passar daí para Ceilão, a fim de averiguar se estava situada na parte castelhana e, depois, para as Molucas, Samatra, Pegu, terra dos Chinas, dos Jungos e demais terras que caíssem dentro da demarcação ocidental da linha do Tratado de Tordesilhas. Mas o embai-

---

([1]) A respeito de Solis e as suas tentativas de atingir as Molucas, ver José Toribio Medina — *João Dias de Solis*, Santiago do Chile, 1897; resumido por Esteves Pereira — *O descobrimento do Rio da Prata*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, II, pp. 373 e segs.

Sobre a sua naturalidade portuguesa, ver J. Toribio Medina — o. c., pp. CCCXLVIII e XXXIX, e sobre a sua família, ver *ibd.*, p. CCCXXIX, e Silva Carvalho — *Garcia d'Orta*, pp. 220 e segs.

xador português em Castela, João Mendes de Vasconcelos, avisou com tempo D. Manuel, que conseguiu persuadir os Reis Católicos a desistirem da empresa (1). Não lhes faltava, com efeito, campo aberto, indiscutivelmente seu, para ocupar os seus pilotos e D. Fernando autorizou então Solis a prosseguir no reconhecimento das terras ocidentais, na direcção sul, e entrar, se possível, no oceano pouco antes (1513) avistado por Vasco Nuñez de Balboa, que banhava a costa ocidental desse continente. Apesar da expressa cláusula de não tocar em terra que pertencesse à Coroa portuguesa, Solis percorreu a costa brasileira — cabo de São Roque, em 6°, St.° Agostinho, em 8° ¼, Rio de Janeiro, em 22° ⅓; cabo Frio, 22° ½; rio dos Inocentes, 23° ¼; cabo da Cananeia, 25°; baía dos Perdidos, 27°, estendendo-se até à foz do rio da Prata. Quis explorar o rio e sair em terra, mas os homens que haviam saído em terra, foram sitiados pelos Índios, morrendo aí João Dias (2).

4.2 — *As* Décadas *de Pietro Martir de Anghiera (1516).* — Milanês ao serviço dos Reis Católicos e de Carlos V, Pietro Martir foi o primeiro historiador dos descobrimentos espanhóis (3). Tendo começado por escrever sobre as viagens de Colombo, e intervenção castelhana no Atlântico ocidental, recebeu o convite de Carlos V para também relatar a viagem de circum-navegação de Fernão de Magalhães. Esta obra levou-a, já acabada, para Roma, onde, como se tem dito, foi pasto das chamas. Mas, ainda que, como julgam Giuseppe Pennesi e Jean Denucé, essa Relação seja *De Orbe ambito*, inserta no cap. VII da Década 5.ª (4), não a podemos considerar, quer porque apenas se imprimiu em Alcalá de Henares, em 1530, quer porque reservamos a viagem de circum-navegação para novo volume. De forma que só há que falar da primeira, que se imprimiu com títulos diferentes, em 1504, 1511 e 1516, voltando a reeditar-se em 1530, ampliada de mais algumas *Décadas*.

---

(1) Carta de D. Manuel a D. Fernando, de 20 de Setembro de 1513 (T. T. — Gaveta 2, M. 10, n.° 12. — Publicada por E. do Canto — *Cartas diversas de D. Manuel*, Lisboa, 1907, pp. 7-8; *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1.° vol., pp. 908-909).

(2) Esteves Pereira — o. c., pp. 377-380.

(3) Biobibliografia em Ch. Schefer e H. Cordier — *Recueil de Voyages (De Orbe novo)*, Paris, 1907, p. 1, nota; Giuseppe Pennesi — *Pietro Martire d'Anghiera e le sue Relazioni sulle scoperte oceaniche*, in *Raccolta Colombiana*, parte V, vol. II, Roma, 1894, pp. 7-109, e nas bibliografias americanas citadas.

(4) G. Pennesi — *Pietro Martire d'Anghiera e le sue relazioni* ... in *Raccolta Colombiana*, parte V, vol. 2; J. Denucé — *Magellan, La Question des Moluques*, pp. 28-29.

As duas primeiras, como ele próprio declara, apareceram em público sem sua autorização. O autor emprestava aos amigos os manuscritos de cada uma das *Décadas*, à medida que as ia escrevendo. Parte da matéria, já ele próprio havia espalhado, em cartas particulares, endereçadas a altas individualidades, sobretudo de Espanha e Itália, mas também de Portugal, como é o caso, da epístola que dirigiu ao arcebispo de Braga, a que nos referimos noutro lugar (1) e, mais expressivamente, a carta ao Sforza, de 29 de Abril de 1494, em que conta a segunda expedição colombina, sendo por isso considerado este o início das *Décadas*. Qualquer daquelas edições restringia-se ao texto da *Década 1.ª* e, por conseguinte, às três primeiras viagens de Colombo (2). Quando resolveu imprimir ele próprio a sua obra, entendeu-se com António de Nebrija e publicou as três primeiras *Décadas* (3), a que, só em 1530 (Alcalá) acrescentaria mais cinco séries de dez capítulos (4).

Teremos, pois, que nas oito *Décadas*, Anghiera tratou de vários descobrimentos castelhanos, descrevendo, como vimos, a propósito do *Libretto*, as viagens de Cristóvão Colombo às Antilhas e as de Afonso Nigro e Vicente Pinzón. Nos dez capítulos de cada uma das seguintes ocupa-se da terra e das gentes, bem como da incipiente acção colonizadora dos Espanhóis nessas paragens, e as novas empresas, como a de Vasco Nuñez de Balboa, que preenche o fim da segunda e o princípio da terceira, que termina com a quarta viagem de Colombo (5).

---

(1) Correspondeu-se também com outro português, sobre assuntos diferentes. No seu epistolário encontra-se ainda uma carta para Aires Barbosa, de que se ocupou o Dr. Alberto da Rocha Brito — *O Aveirense Aires Barbosa, o italiano Petro Martir e a sífilis*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, n.º 48 (Outubro), Aveiro, 1946, pp. 281-296.

(2) A primeira é o *Libretto*, de que tratámos no capítulo 3. A segunda imprimiu-se em Sevilha, no mês de Abril de 1511, com o título: *P. Martyris Angli mediolanensis opera Legatio babylonica Oceani decas Poemata Epigrammata* (Harrisse — *B. V. A.*, I, n.º 66).

(3) Exemplar na B. N. Md. — R (9022).

(4) *De Orbe novo Petri Martyris ab Angliera (...) Decadas*, Compluti, 1530. Exemplar na B. N. L. — Res. 450 v. — Edições recentes: Pedro Martir de Anglerie — *Decadas del Nuovo Mundo*, vertidas del latin... por el Dr. Joaquin Torres Asensio. (*Colecção Fuentes para a historia da América)*, Buenos Aires, 1944 (reed. de Madrid, 1892); Paul Gaffarel — *De Orbe Novo de Anghiera. Les huit Décades, traduites du latin, avec notes et commentaires*. (Tome XXI de *Recueil de voyages*...), Paris, 1907; Petrus Martyr Angleria — *Opera*, Graz, 1966. (Introdução de E. Woldan).

(5) Pode ver-se o texto desta viagem, na *Raccolta Colombiana*, parte III, vol. II, pp. 33-38.

Nas *Décadas* seguintes, solicitado pelos amigos, continua a recolha dos novos feitos, tratando a quarta, *de insulis nuper repertis* (ilhas agora descobertas); na quinta, do México ou «Nueva España del mar Oceano», etc., perfazendo uns trinta e quatro anos de história das descobertas e conquistas geográficas espanholas. À obra de Pietro Martir ficaram esses feitos a dever boa parte da difusão que alcançaram na Europa, embora o maior entusiasmo e, por conseguinte, mais intensa publicidade se tenha verificado após a conquista do Peru, por um lado, e a proeza de Fernão de Magalhães, por outro.

4.3 — *A crónica perdida de Gonçalo Coelho* (c. 1521). — Resta memória de duas crónicas quinhentistas que desapareceram, se porventura chegaram a ser escritas, uma da autoria de Gonçalo Coelho, e outra de João de Barros sobre a província da Santa Cruz, nas *Décadas* [1]. Coelho é pai de Duarte Coelho, o primeiro donatário de Pernambuco e o capitão que Vespúcio taxa de ignorante e culpado das tribulações da viagem.

Como vimos, a historiografia mais recente, baseada em novos documentos, admite que Gonçalo Coelho comandou as expedições ao Brasil que seguiram à sua descoberta por Álvares Cabral. Nas viagens que realizou, acompanhado de seu filho Duarte, adquiriram, pai e filho, «tanta notícia daquela terra e conhecimento do gentio nela», conforme assinala um genealógico [2] que não admira nada que se tenha lembrado de recolher as suas impressões em relação escrita, em primeiro lugar para cumprimento da obrigação oficial que incumbia a qualquer expedicionário e, depois, até com o intuito de revelar, a amigos ou simples familiares da Corte, as singularidades das novas terras. Seria «muito estimável, opina Trigoso, que recolhe a tradição, por ter sido feita por um homem que examinou com os seus olhos, por ordem do Senhor Rei D. Manoel, tudo o que escreveu». E elucida que «não se conserva nada dela, senão a tradição de ter sido oferecida pelo seu Autor ao Senhor Rei D. João III» [3]. Como D. João III subiu ao trono no final de 1521 e supondo que a oferta se efectivou sendo já rei, teremos de a datar de cerca dessa data. Este ano, porém, difícil seria o da redacção, se se trata do relato da viagem. Esse deverá ter sido escrito logo em 1502, na volta da primeira viagem, que foi a

---

(1) Barros — *Déc. I*, pp. 13 e 184.

(2) Citado por A. Teixeira da Mota — *Novos documentos sobre uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil, entre 1503 e 1505*, p. 7.

(3) Trigoso — in *Colecção de Notícias*, II, N. 4, p. III.

mais sensacional, como se depreende da narração de Vespúcio. Em Francisco de Andrade (1), Fr. Luís de Sousa (2) e António de Castilho (3) nada encontrámos a este respeito.

E contudo, parece natural que do escrito fizessem menção, porque, se Coelho efectivamente o redigiu e ofereceu a D. João III, talvez esteja na base da intensificação da colonização do Brasil, afigurando-se muito provável que, nessa ocasião, tenha completado a redacção primitiva, com a experiência ulterior. Se a possuíssemos, testemunharia observação directa de um homem já do tempo de D. Manuel e, só por isso, aqui procuramos tirar do olvido a escassa memória que dela ficou. De forma nenhuma, porém, nos demoraríamos agora com ela, porque a sua divulgação ultrapassaria o termo que a este volume estabelecemos.

Da mesma forma, não podemos servir-nos de quanto se encontra nas *Décadas* de João de Barros, só lidas na segunda metade do século e aliás não escritas antes da morte de D. Manuel. A crónica dos feitos portugueses de além-mar foi composta no reinado de D. João III, que em 1535 lhe concedeu uma das donatarias da costa brasileira, depois de o ter distinguido com o alto cargo de feitor da Casa da Índia por carta de 23 de Dezembro de 1533 (4).

5 — Cartógrafos e Cosmógrafos

5.1 — *Cartógrafos estrangeiros: Leonardo da Vinci (1515), Schöner (1515), Waldseemüller (1516), Maiollo (1519) e Jacopo Russo (1521).* — No elenco de cartógrafos estrangeiros que alcançaram algum conhecimento das novas terras, não deixaremos de incluir o nome de Apiano, que nos limitamos a recordar, por já termos tratado da sua obra, no parágrafo anterior sobre os Cosmógrafos, que este autor é, sobretudo.

---

(1) Francisco de Andrade — *Chronica do muyto alto e muito poderoso Rey... D. João III*, Lisboa, 1613.

(2) Fr. Luís de Sousa — *Anais de D. João III*, Lisboa, 1844 (ed. mais recente, nos Clássicos Sá da Costa, 2 vols., Lisboa, 1938).

(3) Joaquim Veríssimo Serrão — *A «Crónica de D. João III»* de António de Castilho, Paris, 1970.

(4) A. Alberto de Andrade — *João de Barros, Mestre do Tradicional Pensamento Sociopolítico Português (Antologia)*, no prelo.

Copia der Newen Zeytung auß Presillg Landt.

Fig. 89 — Frontispício da edição *princeps* da *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, escrita na Madeira, em 1515. (Sem lugar nem ano da edição, mas impressa no 1.º quartel do século XVI)

a.

b.
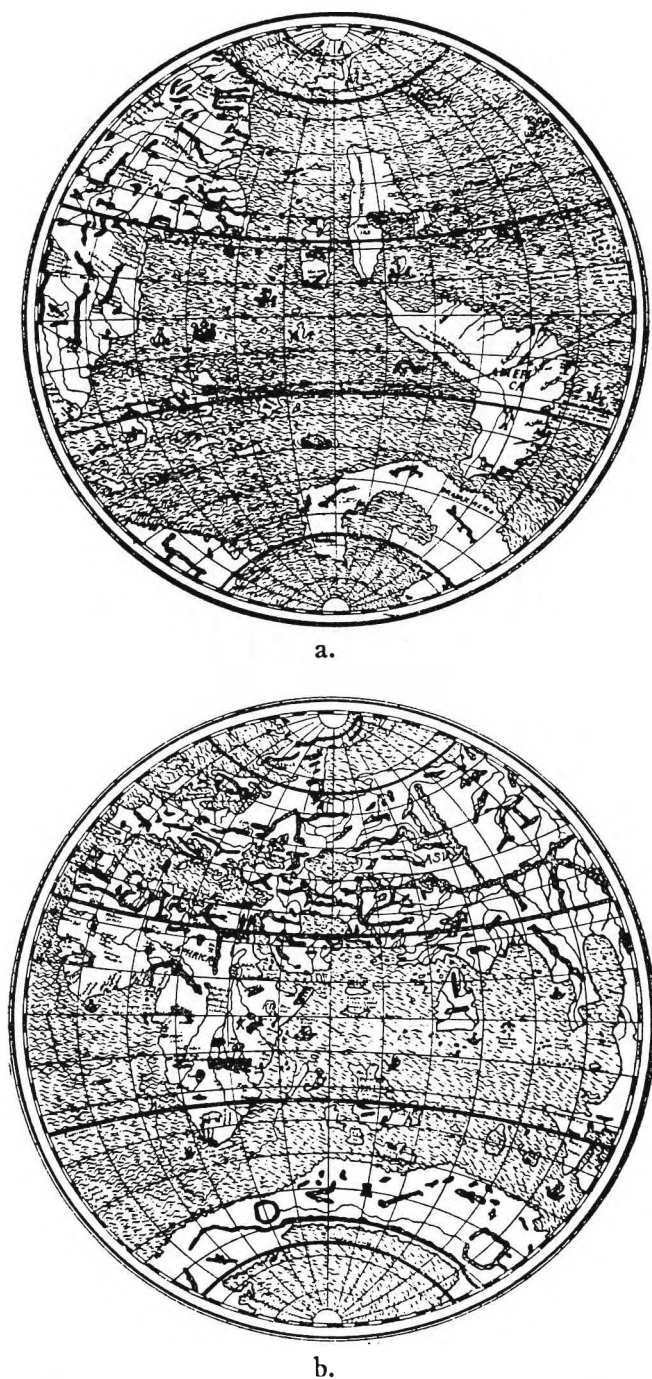
Fig. 90 — Globo de João Schöner, 1515, baseado nas obras impressas *Paesi* e *Cosmographiae Introductio*
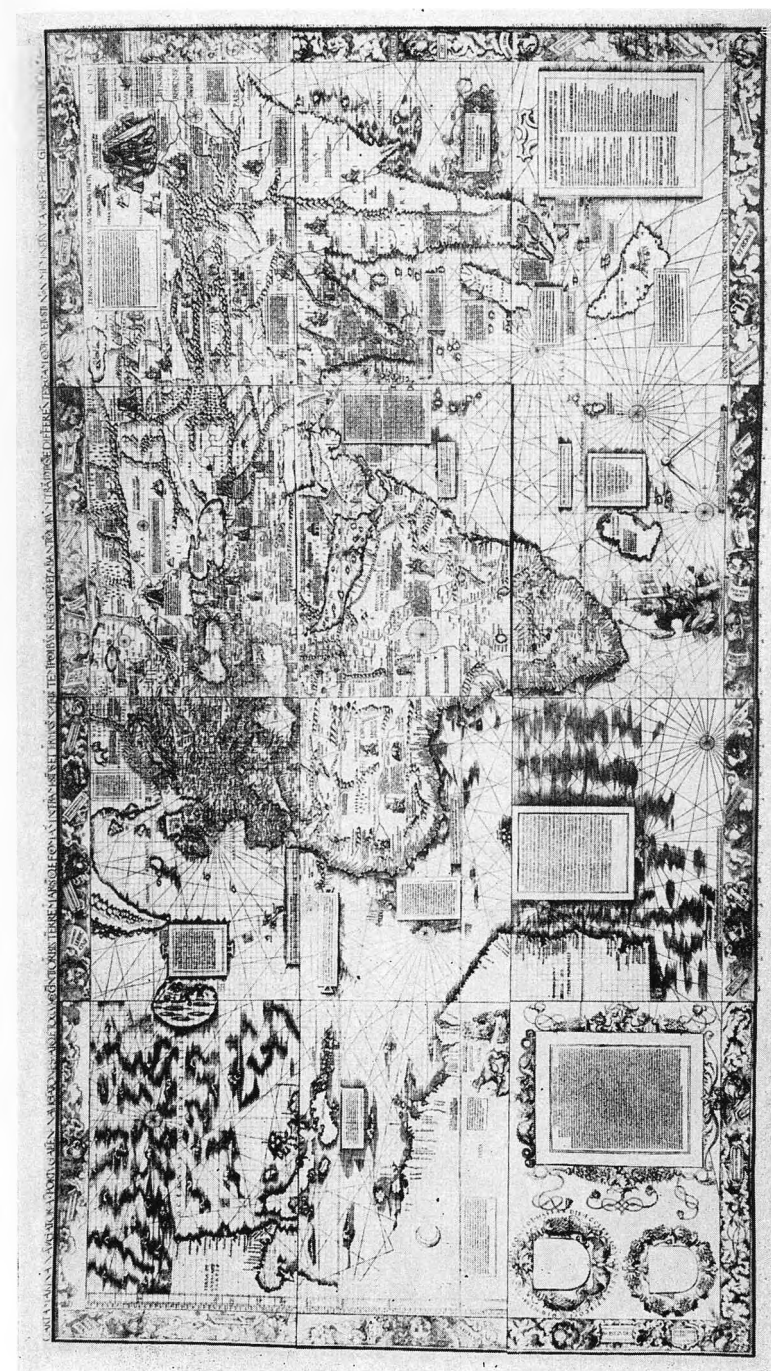
Fig. 91 — Waldseemüller — Carta marina navigatoria Portugallensis Navigationes atque tocius cogniti orbis Terre Marique formam naturamque situs et terminos nostris temporibus recognitus et ab antiquorum traditione differentes, de 1516
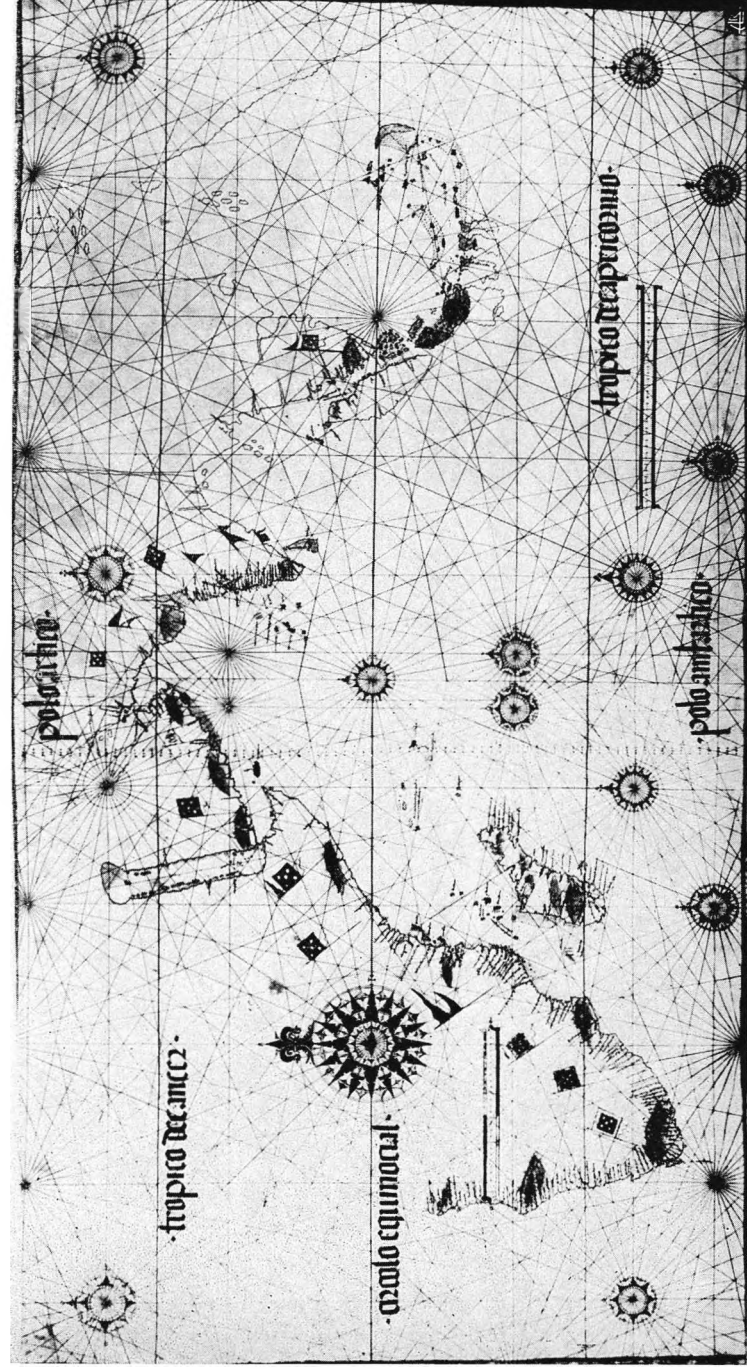
Fig. 92 — Mapa anónimo — Pedro Reinel, c. 1517
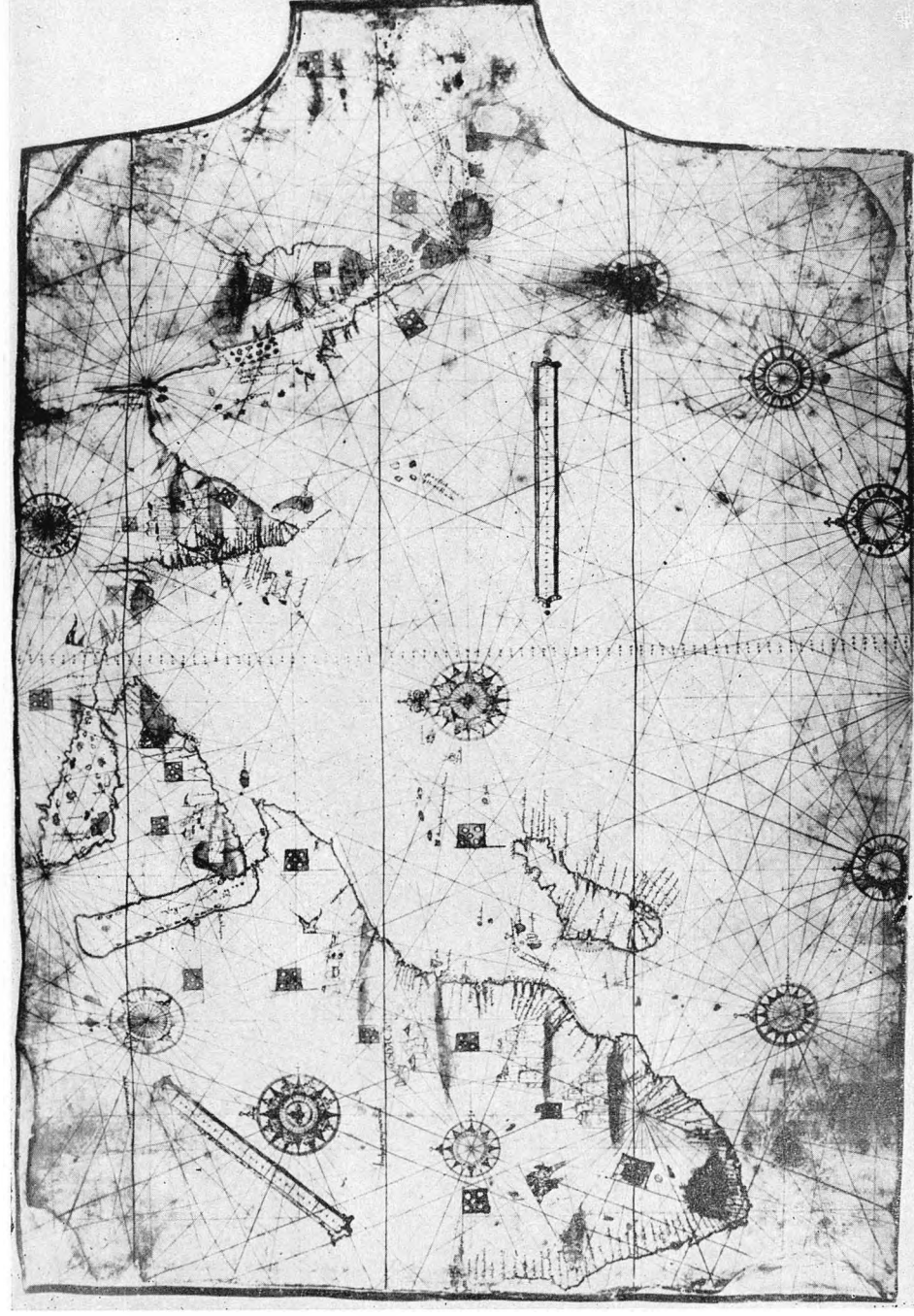
Fig. 93 — Mapa anónimo — Pedro Reinel, c. 1518
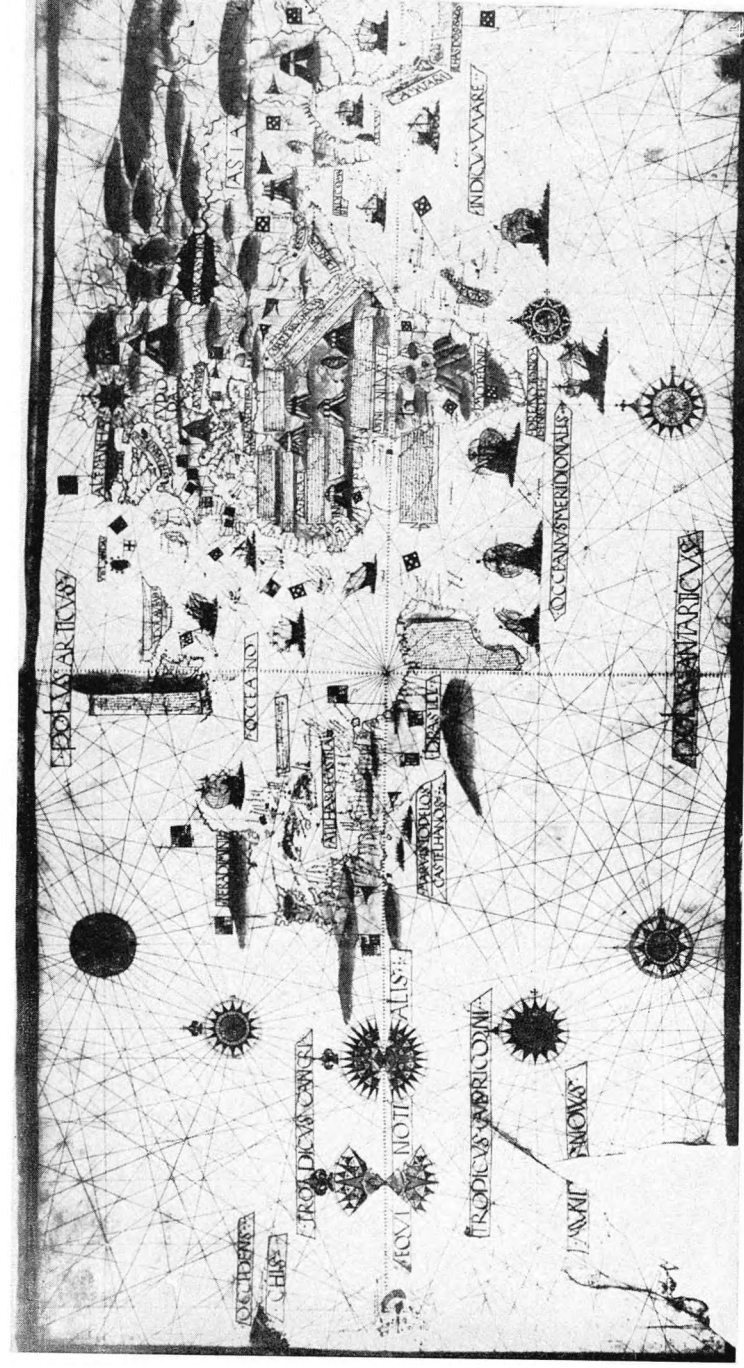
Fig. 94 — Mapa anónimo — Jorge Reinel, c. 1519
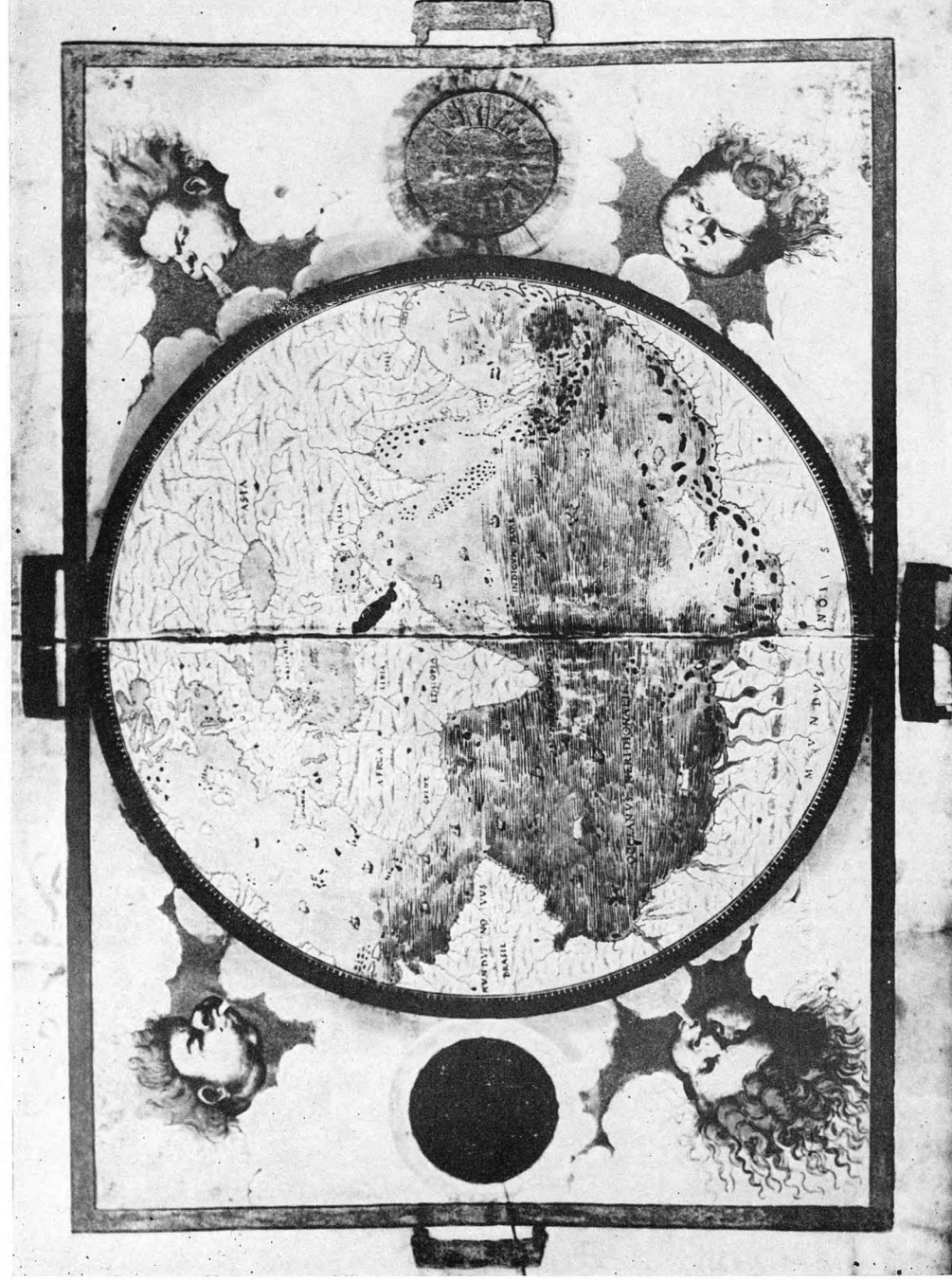
Fig. 95 — Planisfério de Lopo Homem, 1519
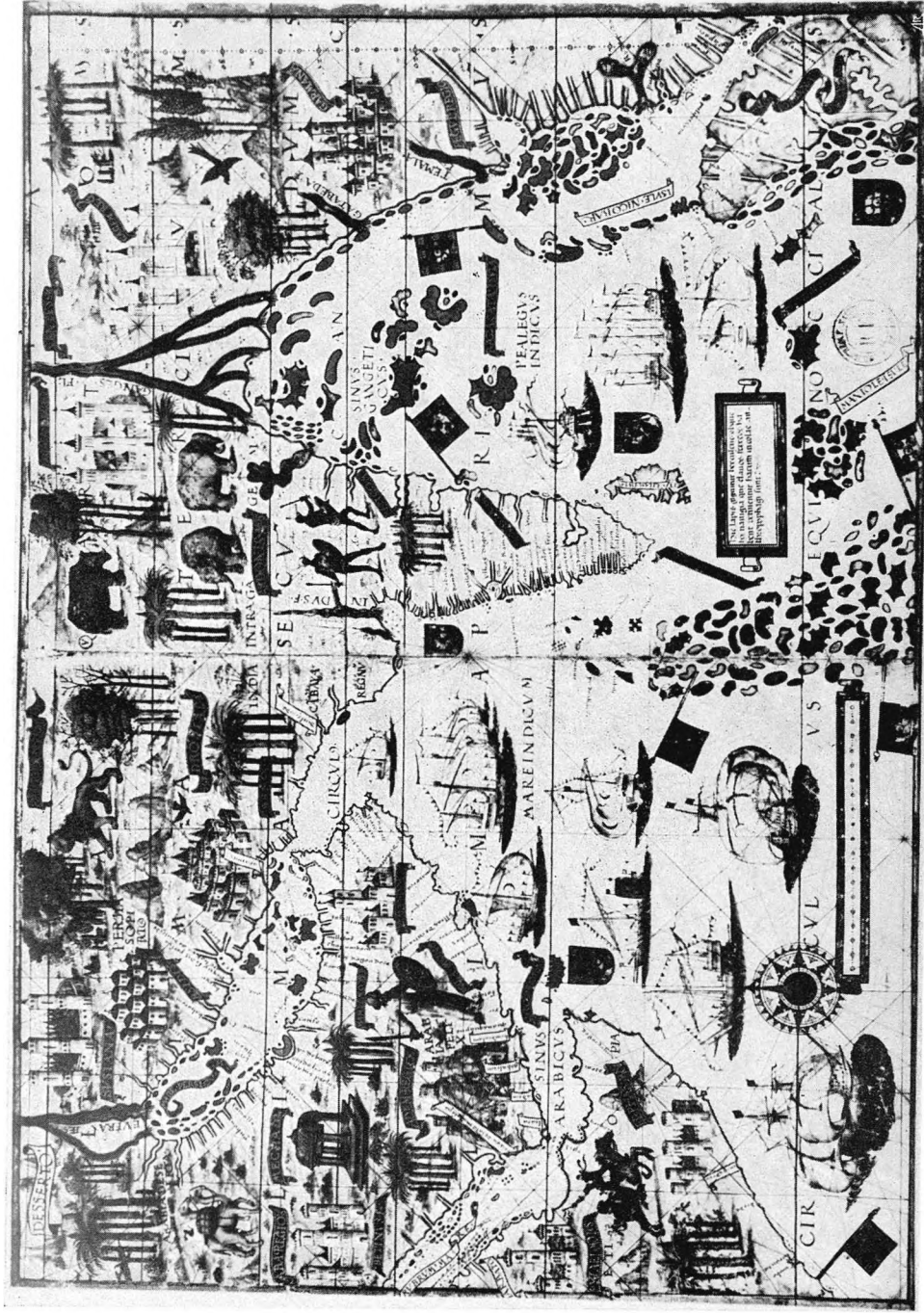
Fig. 96 — Lopo Homem - Reinéis, *Atlas* de 1519, fl. 2-v
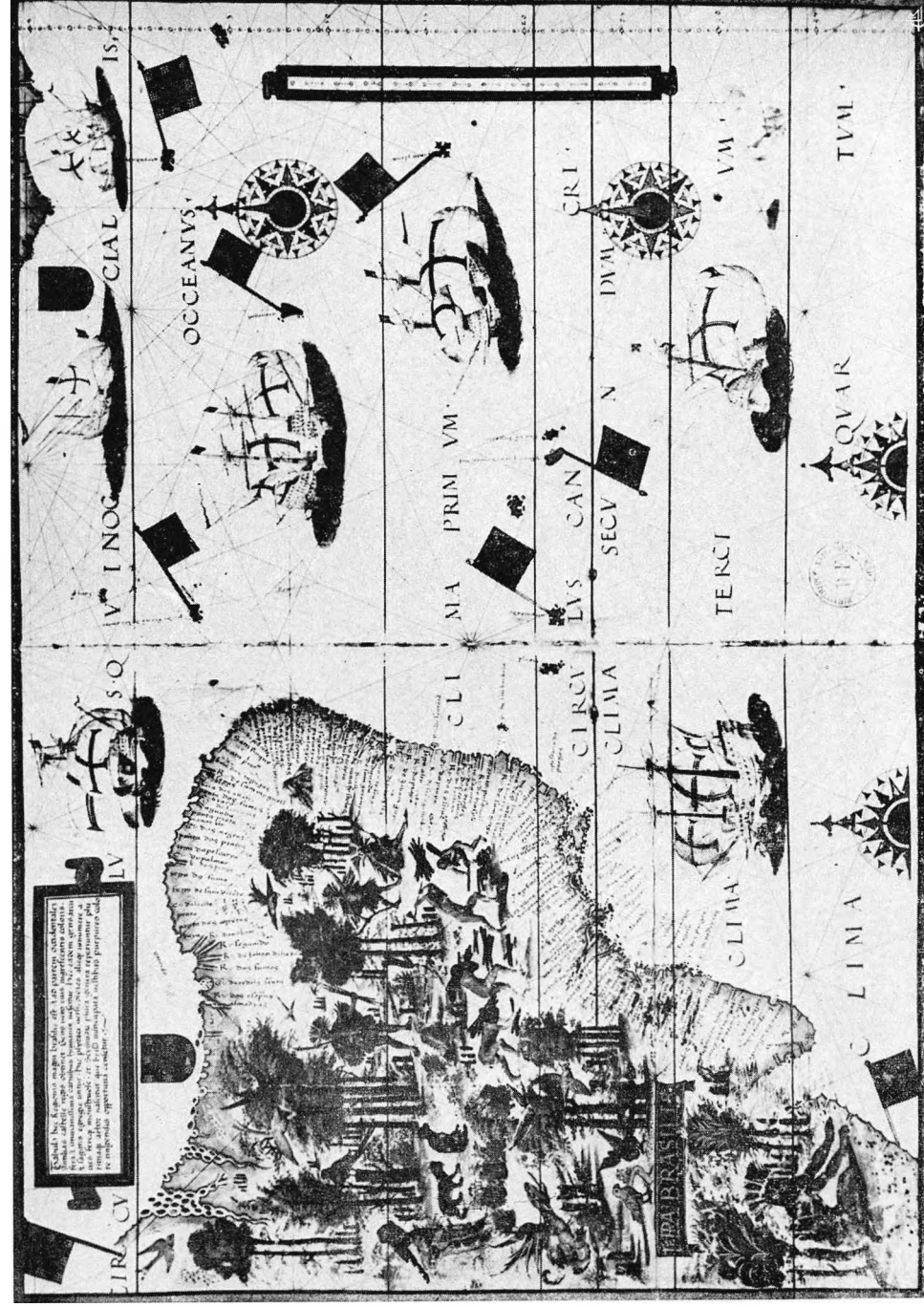
Fig. 97 — Lopo Homem - Reinéis, *Atlas* de 1519, fl. 4-r
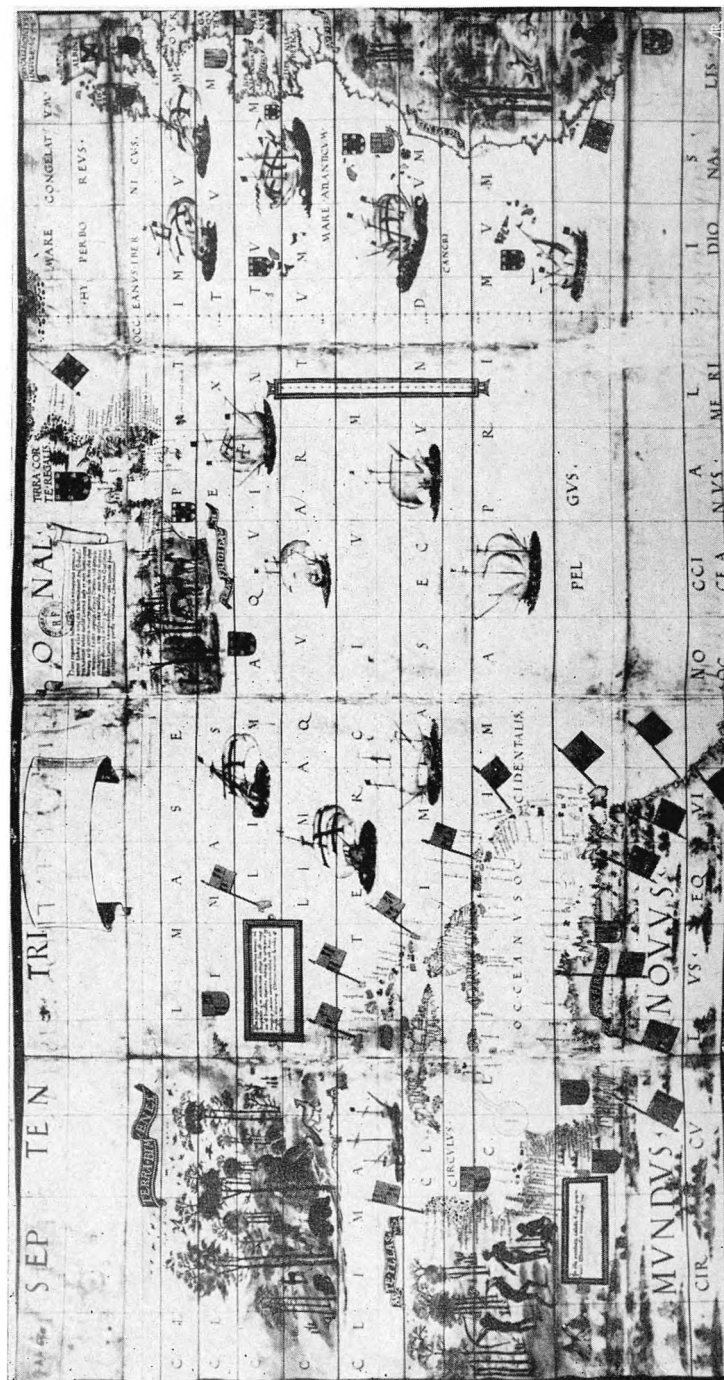
Fig. 98 — Carta atlântica, de Lopo Homem - Reinéis, *Atlas* de 1519
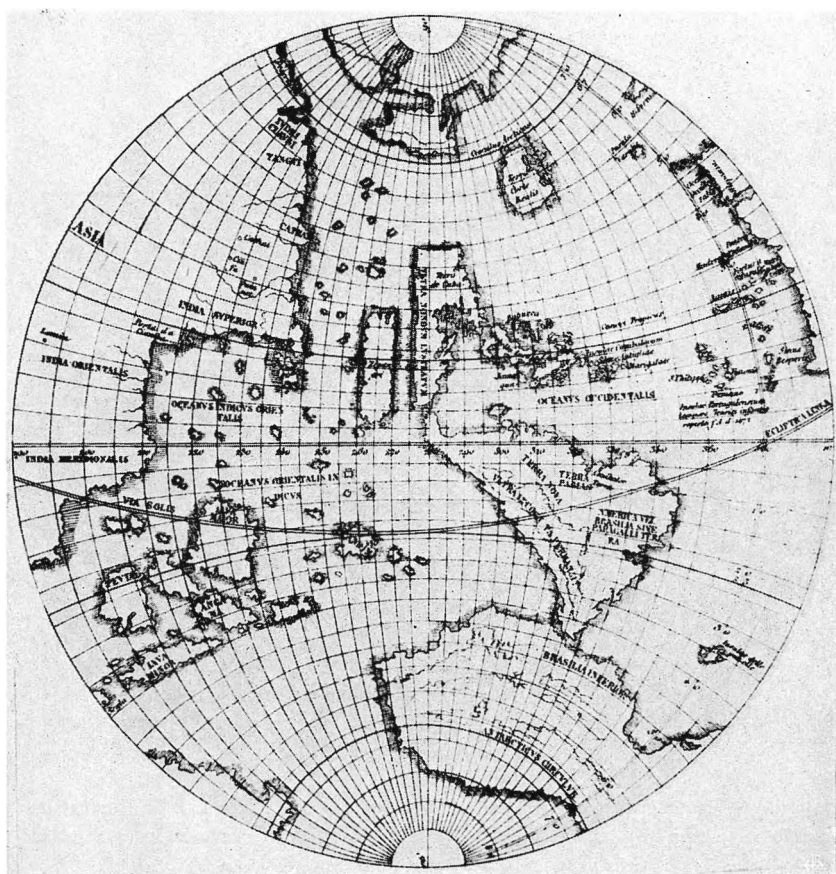
Fig. 99 — Globo de João Schöner, 1520, composto com obras impressas já referidas no do ano de 1515 e também com a *Copia auss Presslg land* (A nova gazeta da Terra do Brasil)

Fig. 100 — Planisfério de Apiano (1520), segundo Ptolomeu e as cartas de Vespúcio — como se diz na epigrafe. Realmente, também conforme a cartografia das navegações portuguesas para o Oriente

Suma de geographia q̃
trata de todas las partidas ⁊ prouin-
cias del mundo: en especial delas indi-
as. ⁊ trata largamẽte del arte del mare
ar: juntamẽte con la espera en romãce:
con el regimiẽto del sol ⁊ del norte: nue
uamente hecha.

Con preuilegio real.

Fig. 101 — Rosto da *Geografia* de Martín Fernández de Enciso (Sevilha, 1519), que utiliza, entre outras fontes um roteiro português

Carta das nouas q vieram
a el Rey nosso Senhor do de
scobrimento do preste Johã.
Impressa por mandado De
su alteza. Com preuilegio.
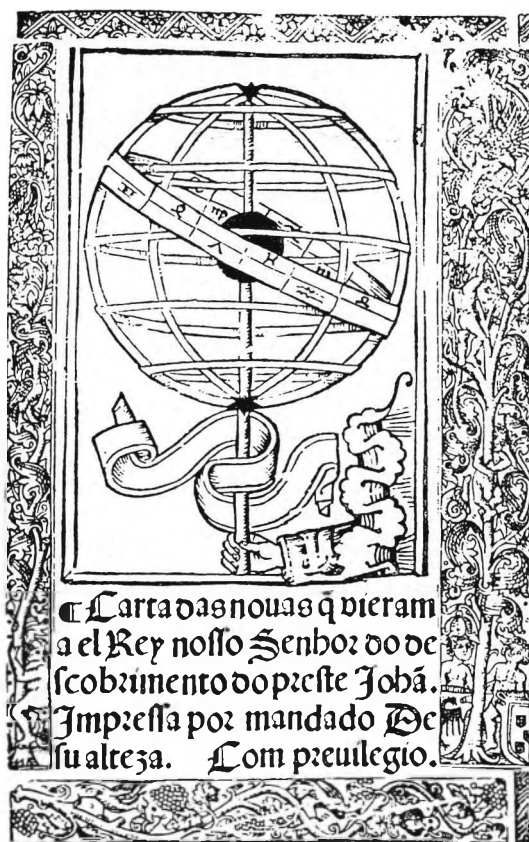
Fig. 102 — Rosto da 1.ª publicação, com notícias recolhidas pelos Portugueses na própria Etiópia e da versão, de etíope para português, da carta do Preste João. Sem local de impressão (Lisboa?) 1521. O impressor pode ser o mesmo do Guia Náutico de Munique

E assim cuidaremos agora, em primeiro lugar, do mapa-múndi de 1515 (1), porventura devido ao renascentista Leonardo da Vinci, escultor, arquitecto, músico e cientista. Nascido um ano depois de Colombo, teve ensejo de viver na época dos grandes descobrimentos geográficos, vindo a falecer a 2 de Maio de 1519. Custa, pois, a crer que não sentisse a mais leve ponta de entusiasmo pelas maravilhas dos novos mundos que extasiaram os seus contemporâneos. Contudo, segundo Almagià, «Leonardo non ha mai occasione di accennare alle grandi scoperte geografiche ed alle loro conseguenze, non parla mai del Nuovo Mondo e delle traversate oceaniche» (2). Este silêncio, como adverte o mesmo escritor, é comum aos maiores historiógrafos italianos, como Maquiavel e Guicciardini.

O seu contacto com os novos estudos, apenas se poderá documentar, se admitirmos que lhe pertence o mapa encontrado entre os seus papéis, que se guardam no castelo real de Windsor (3). Se, por um lado, é certo que Leonardo da Vinci se refere, genèricamente, a um mapa-mundo, convém notar, por outro, que essas alusões são anteriores ao mapa conhecido, cuja letra não se identifica com a sua. Como engenheiro militar ao serviço de César Bórgia, apenas cartografou algumas regiões italianas (4). Se admitirmos a tese de Almagià, Da Vinci move-se exclusivamente nos limites da geografia ptolomaica, levando os seus conhecimentos da Ásia, apenas até ao Indo e ao Ganges: «Delle grandi correnti della Cina, che tanta meraviglia avevano suscitado in Marco Polo, non fa parola». (5).

Como quer que seja e quem quer que fosse seu autor, o mapa traduz algum conhecimento das novas regiões, pois representa as ilhas de Florida, Cuba, Isabela e Cipango e, maior de todas, a América, bem como a cidade

---

(1) Reproduzido por Nordenskiöld — *Facsimile-Atlas to the Early History of Cartography*, pp. 76-77, e por Levillier — *America la bien llamada*, II, p. 60. Descreve-o também R. H. Major, em *Memoir on a Mappemonde by Leonardo da Vinci*, Londres, 1865. — Caraci considera a data indicada, como arbitrária, e pretende recuá-la um pouco: «O confronto com o globo de Schöner de 1515, mostra mais diferenças do que analogias; não se vê por exemplo, por que a data do mapa atribuído a Leonardo, não possa ser alguns anos mais antiga». (Caraci — *A. Vespucci e um moderno crítico argentino*, p. 336, nota).

(2) Roberto Almagià — *Leonardo da Vinci, geógrafo e cartógrafo*, in *Scritti geografici*, p. 604.

(3) R. H. Major — o. c.. Entre outros, Kammerer — *La Mer Rouge*, II, p. 380, duvida de semelhante autoria.

(4) Uzielli — *Leonardo da Vinci e le Alpi. Con 7 carte antiche in fac-simile*, Turim, 1890.

(5) Almagià — o c., p. 606.

de Calecute e o reino de Pegu. Nordenskiöld pensa que Da Vinci se baseou em mapas portugueses (1), enquanto Kammerer é mais explícito, filiando-o no grupo que deriva da *Charta navigatoria*, de Hamy (2). Os críticos que imaginam a produção — aliás mal desenhada — imprópria do génio do florentino, ainda assim conseguem lobrigar nele alguma cousa de Leonardo — o seu sistema de representação cartográfica. Em todo o caso, o mapa nunca lhe acrescentaria grande título de glória, nem os conhecimentos geográficos que desejaríamos ver documentados, aumentariam o valor da sabedoria, justamente notável noutros campos do saber humano.

João Schöner (3) autor de um globo e de pequena memória explicativa, foi, segundo L. Gallois, o primeiro a utilizar o pequeno repositório de notícias de terras recém-descobertas, que correu com o título de *Paesi novamente ritrovati* (4), traduzido para alemão e publicado em 1508, em Nuremberga, por seu amigo, o médico Jobst Ruchamer. Leu também a *Cosmographiae introductio* e a *Lettera* de Vespúcio, que acompanhava este volume. Estas obras foram, aliás, as que mais beneficiaram os geógrafos alemães. Como demonstrou Wieser (4), utilizou ainda, traduzindo passagens inteiras na *Luculentissima*, (...) *descriptio*, a *Copia* (...) *auss Presillg landt*, ou *A Nova Gazeta do Brasil*, que referimos atrás neste capítulo.

Com esses e outros elementos não identificados, compôs a *Luculentissima quaedam terrae totius descriptio, cum multis utilissimis Cosmographiae iniciis. Novaque et quam ante fuit verior Europae nostrae formatio. Praetera fluviorum, montium, provintiarum, urbium et gentium quamplurimorum vetustissima nomina recentioribus admixta vocabulis Nuremberga, 1515* (5).

Em 1523 publicou novo opúsculo, com o título de *De nuper sub Castiliae ac Portugaliae Regibus serenissimis repertis Insulis, ac Regionibus* (...) *epistola et globus geographicus* (6), tendo terminado dois globos entre estas datas, um em 1515 e um segundo em 1520, a que importa fazer, ainda

(1) Nordenskiöld — *l. c.*

(2) A. Kammerer — *La Mer Rouge*, II, p. 379.

(3) Ver, entre outros, F. A. Varnhagen — *Jo. Schöner e P. Apianus (Benevitz)*, Viena, 1872.

(4) Franz R. von Wieser — *Magalhães-Strasse und Austral-Continent auf den globen des Johannes Schöner*, Innsbruck, 1881, pp. 29-32.

(5) L. Gallois — *Les geógraphes allemands de la Renaissance*, cit., p. 77.

(6) J. Denucé — *Magellan. La Question des Moluques*, cit., p. 91 Reeditado por F. C. Varnhagen — *Reimpression fidèle d'une lettre de Jean Schöner à propos de son globe, écrite en 1523*, St. Petersbourg, 1872.

que breve alusão. Nestes, além do mundo antigo, como o de Béhaim, Schöner traz um pouco da América, e traça uma África moderna. O mundo do globo 1515 de Schöner está essencialmente de acordo com o planisfério de Waldseemüller de 1507. No opúsculo de 1515 ainda descreve a África antiga, mas tem o cuidado de acrescentar uma lista de latitudes calculadas entre os anos de 1508 e 1513. «Cette liste», elucida Gallois, «est exactement conforme au tracé des portulans portugais et à la carte du Ptolémée de 1513». No que respeita à América, o mesmo autor assevera que procedem igualmente «d'un même type — celui des portulans portugais, le plus répandu alors, et qui avait déjà servi à Waldseemüller» (1). Apesar de se ter servido de outras fontes, o portulano utilizado devia ser análogo ao de Canério. Conforme adverte Denucé, a América meridional difere da *Tabula terrae novae*, da edição de Ptolomeu de 1513, excepto na representação da passagem interoceânica que tirou da *Copia*. Na *Luculentissima* (...) *descriptio* escreveu que «hanc regionem serenissimus Portugaliae Rex perquiri fecit»: «o sereníssimo rei de Portugal mandou explorar esta região». Por outro lado, e talvez por saber alguma coisa mais do que o autor da *Copia*, no globo não distende a terra do «Presill» até Malaca (2)

Como temos observado em mais de uma oportunidade, são unânimes os historiadores estrangeiros da Cartografia, em assinalarem fontes portuguesas, à cartografia quinhentista europeia. A respeito das cartas de Waldseemüller, nomeadamente da de 1516, de que agora tratamos, encontrada em 1900 pelo Prof. Fischer, apensa a códice pertencente ao castelo de Wolfegg, em Württemberg (3), podem apontar-se os nomes dos Profs. Fischer e Wieser (4), Stevenson (5) e Henry Harrisse (6).

---

(1) L. Gallois — o. c., p. 87.

(2) J. Denucé — o. c., p. 90. Ver a descrição dos globos de 1515, que se guardam em Weimar e Francfort, em Henry Harrisse — *The discovery of North America*, pp. 484-491. Bibliografia, em Isa Adonias — *o. c.*, p. 52.

(3) Encontra-se hoje na Wolfegg-Waldsee Schloss-Bibliothek.

(4) Jos. Fischer e Fr. Wieser — *Die älteste Kart mit dem Namen Amerika aus dem Jahre 1507 und die Carta Marina aus dem Jahre 1516 des M. Waldseemüller (Ilacomilus)*, Innsbruck, 1903 e *The oldest map with the name America of the year 1507 and the Carta Marina of the year 1517 by M. Waldseemüller (Ilacomilus)*, Innsbruck e Londres, 1903 (texto inglês e alemão e fac-símile das duas cartas). Reproduções ainda em Kammerer — *La Mer Rouge*, t. II, ***, pl. 158; em Carlos Sanz, *B. V. A., Ult. Ad.*, 2.º vol., p. 749.

(5) Stevenson — *Marine World Chart of Nicolo de Canerio Januensis*, cit.

(6) H. Harrisse — *Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve*, cit.

Waldseemüller deu a esta carta o sugestivo título de *Carta marina navigatoria Portugallensis Navigationes atque tocius cogniti orbis Terre Marisque formam naturamque situs et terminos nostris temporibus recognitos et ab atiquorum traditione differentes, oceani quor(um) vestuti non meminerunt autores, hec generaliter indicat.* Como se lê no fim do trabalho, *Consumatum est in oppido S. Deodati compositione et digestione Martini Waldseemüller Ilacomili* (fol. 26) (1).

Trata-se de uma carta de marear, que abrange dois terços do globo, entre uma faixa americana e o extremo oriente da África, que tem como característica, animar o interior das terras, com pormenores topográficos e «numerosas legendas que foi buscar a antigas relações de viagens e, na sua parte mais importante, às narrativas modernas de descobrimentos» (2), Na verdade, os interiores dos continentes encontram-se adornados com animais e cadeias de montanhas, bandeiras e reis em tronos. Na parte inferior da carta, sobressai a figura de um monarca montado em animal marinho, com cetro na mão direita, cruz e bandeira das quinas na esquerda. Figura-se, nada mais nada menos, conforme se esclarece num dístico, a *Christianissimi Emanuelis Regis Portogalie victoria*.

Na extensa nota aposta no canto inferior esquerdo, Waldseemüller revela as principais fontes de que se serviu. Além dos *Paesi novamente retrovati,* pôde utilizar cópias manuscritas da carta de Fr. Albiecheta (Francisco de Albuquerque) e de Gaspar Judeu, entre outras (3), Fischer e Wieser pensam que se terá inspirado também numa carta do tipo da de Dr. Hammy, conforme se deduz do facto de, na Terra de Corte Real, aparecerem nomes portugueses grafados de forma italianizada, tal como se vêem no mapa do Joh. Ruysch (1508).

A nomenclatura das cartas de Waldseemüller, tanto a de 1507, como esta de 1516, assemelham-se mais, ainda assim, à de Canério do que â de Cantino, podendo apenas registar-se alguns nomes mais, na de 1516. Da mesma forma, o traçado da costa de África — aliás mais perfeito em Cantino do que em Canério. Cartogràficamente, Waldseemüller esteve, pois, dependente, tal como no Ptolomeu de 1513, do planisfério de Canério (4).

---

(1) Vignaud — *A. Vespucci*, pp. 271-274.

(2) Franz Hümmerich — *Estudo crítico sobre o Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama,* in 2.º vol. do *Diário da viagem de Vasco da Gama,* p. 287.

(3) 'Isa Adonias — *o. c.,* p. 56.

(4) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos,* I, p. 119, em que segue a opinião de Stevenson, em *Marine World,* pp. 84-110.

Sobre a África Central, coloca-se como o mais importante dos que introduzem elementos no interior ([1]), aliás com algum sabor novo, muito inferior, porém, ao que se sabia em Portugal. O Nilo ptolomaico desce abaixo do equador, até aos montes da Lua, «nas nascentes do qual inscreve uma nomenclatura que, na realidade, diz respeito à Abissínia», anota Teixeira da Mota. Como se sabe, este país situa-se no hemisfério norte e o Nilo sai de um lago equatorial. Mas, da mesma forma que são de origem lusitana, o recorte e a nomenclatura das costas, também daí provém a representação de dois reis *Hengi Zedaici* (Monomotapa?) e Charagassa (hoje existe a povoação de Changara) e a dos *Gomoe mager flumen e Huilaste flumen*. Nomes hoje irreconhecíveis, é certo ([2]). Entre o rio *Gomoe mager* e o rei *Charagassa lê-se* a legenda: *Hic est magna copia auri* (aqui há abundância de ouro), que denota, claramente, a origem do ouro transaccionado em Sofala, cujo nome se omite.

O Novo Mundo, como observa Kammerer, não é já América, mas *Prisilia sive terra papagalli* ([3]).

Waldseemüller, depois de inscrever resolutamente o vocábulo *América* no seu planisfério, riscou-o dos mapas anexos ao seu Ptolomeu de 1513 e da *Carta Marina* de 1516 ([4]). A substituição denuncia claramente que, por influência de leitura da carta de Colombo ou de relato da sua viagem e da de Cabral, decerto através dos *Paesi*, se libertara dos escritos de Vespúcio. Isso mesmo se observa na legenda em frente da costa brasileira. Em vez da que escreveu no mapa de 1507, inspirado no planisfério de Canério, encontra-se uma outra, mais extensa e consentânea com os factos. Depois de relatar, sumàriamente, quase sempre apoiada em Vespúcio, o género de gente que a habita, a fauna e a flora, elucida: *hec (regio) per Hispanos et Portogalenses frequentatis navigationibus inventa circa annos domini 1492 quorum capitanei fuere Chistoferus Columbus januensis primus Petrus Aliares secundus Albericus Vesputius tertius* (...)

Waldseemüller introduz catorze nomes novos na América do Sul, dois dos países derivados da edição italiana dos *Paesi* ([5]). Os restantes, tam-

---

([1]) A. Teixeira da Mota — *A cartografia antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique*, p. 26.

([2]) Hugh Tracey — *António Fernandes, descobridor do Monomotapa*, p. 57.

([3]) Ver reprodução em Duarte Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 400 e António Barbosa — *Novos subsídios para a história da ciência náutica*, pp. 144-145.

([4]) D. Leite — *Descobridores do Brasil*, pp. 113 e 152.

([5]) Isa Adonias — o. c., I, p. 55.

bém estão registados em Ruysch, embora algum tanto modificados. Mas, em geral, a nomenclatura é tirada do mapa de Canério ([1]). O Novo Mundo, com relação ao de Canério, desloca Pária para a autêntica posição, na Venezuela, e acrescenta a legenda *Terra de Cuba Asie partis*, ao lado da Florida ([2]). Segundo Duarte Leite, na legenda ressalta, à evidência, o reflexo da persuasão colombina, que integrara Cuba na Ásia. Não concorda, porém, este escritor, com Henri Vignaud, que supõe ter-se Waldseemüller desligado de Vespúcio para se aproximar de Colombo, visto que «a ligação das terras boreais com a Ásia, em latitudes superiores a 45 graus N., é compatível com os traçados de Canério, embora este a não assinale». Não é canal — a passagem procurada pelo genovês — essa interrupção central de terra firme, visível em ambos: «é apenas confissão da ignorância ([3]).

No Oriente, que se filia no protótipo de Cantino ([4]), traz a novidade de recolher conhecimentos práticos sobre o Iemen que, segundo Kammerer, tal como toda a folha da Arábia, terão provindo, porventura, das narrativas da tentativa de tomada de Aden, por Afonso de Albuquerque, em 1513. Figuram, por exemplo, as cidades pouco conhecidas de Zébid (*Zibich*). Damar e Taiz (Taesa) ([5]). Os topónimos da costa da Índia foram tomados, mais em livros antigos do que da Carta de Canério. Para aquém e além Ganges, combinou as informações dos *Paesi* com as de Ludovico Varthema. O pormenor do reino de Orissa conduz Hummerich à descoberta de nova fonte — o apêndice geográfico-comercial do Roteiro de Vasco da Gama ([6]), que, como vimos, muito provàvelmente se deve a Gaspar da Índia. Esta Carta fez escola, em Schöner (primeiro globo); Oronce Finé, Sebastião Münster, Vadiano, Ortelio e Mercator ([7]).

De novo, ao findar a segunda década do século, Vesconte Magiollo tenta uma vez mais, exprimir o que sabe do movimento geográfico da descoberta dos novos mundos.

([1]) D. Leite — *A exploração do litoral do Brasil*, p. 436, nota.
([2]) Ver lista dos topónimos americanos, em Isa Adonias — *o. c.*, pp. 56-57.
([3]) D. Leite — *Descobridores do Brasil*, p. 152.
([4]) A. Teixeira da Mota — *Méthodes de Navigation*, p. 79 (31).
([5]) Kammerer — *o. c.*, p. 409.
([6]) Hümmerich — *o. c.*, pp. 287-288.
([7]) Kammerer — *o. c.*, p. 409.

O seu mapa (1519), guarda-se hoje na Biblioteca Pública de Munique e constitui o número 5 do *Atlas* de Kunstmann ([1]), Falta-lhe a costa ocidental da América. O litoral leste-oeste do Brasil está traçado muito inexactamente. A linha norte-sul coincide com o traço do Tratado de Tordesilhas. A leste, o cartógrafo assinalou o possuidor das terras: «Toda a terra vocata Sante Crusis de Re portogale». A nomenclatura nada tem de notável ([2]).

Jacopo Russo trabalhou na cidade de Messina, em que traçou cartas geográficas, entre 1520-1588. Na Biblioteca Estense, de Módena, encontra-se hoje um atlas náutico, até agora desconhecido, que Almagià considera dos mais antigos trabalhos do cartógrafo ([3]). Nele se lêem os dados de identificação: *Jacobus Russus me fecit in illa nobilis* (sic) *civitate messana anno di ni (domini) 1521 die primo aprilis*» (Jacob Russo me fez na nobre cidade de Messina, a 1 de Abril de 1521).

Contém cinco mapas sobre a África e um que representa a Península Indostânica. Acrescenta «in sostanza, alle solite carte nautiche quelle relative alla circumnavigazione africana, le quali, evidentemente, derivano da fonti portoghesi». De forma que, podemos depreender que o traçado da África, aliás como o de outras cartas anteriores já referidas, aparece correcto e copiado de alguma carta tirada de mapas portugueses. «La nomenclatura costiera è peraltro in parte diversa da quella di altre carte; e notevole è il tentativo di italianizzare un certo numero di nomi» — acrescenta ainda o mesmo autor, que promete ilustrar o atlas, noutro trabalho. Não sabemos a que outras cartas se refere, nem quais os novos topónimos acrescentados. A tentativa de italianizar os nomes, em vez de notável, não trará antes, dificuldades de identificação? Como quer que seja, os mapas de Russo apenas nos servem, para fechar um período em que as informações ainda eram exclusivamente portuguesas ou colhidas em barcos portugueses, com consentimento da Coroa.

5.2 — *Três altos expoentes da cartografia portuguesa.* — Apesar dos destroços que o tempo empreendeu na cartografia portuguesa, já sublinhados anteriormente, ainda resta o bastante para se perceber que entrámos na fase de maior esplendor, classificada de período

---

([1]) Encontra-se num atlas de Vesconte Magiollo, da Biblioteca Pública de Munique. Ver indicação de outras reproduções e estudos, em Isa Adonias — o. c., I, p. 68.

([2]) Pode ver-se em Isa Adonias — o. c., p. 67.

([3]) Almagià — *Le scoperte dei portoghesi*, cit., pp. 473-474.

áureo da cartografia lusa (A. Cortesão), com nomes de primeira plana, como os dos Reinéis (pai e filho) e o de Lopo Homem. Pedro Reinel figura como o «primeiro grande cartógrafo português de que há memória» ([1]), que exerceu a sua arte nos reinados de D. João II, D. Manuel e D. João III. Apareceu, por isso, no capítulo II, com um mapa de 1485 e, no capítulo III, com o conhecido por Kunstmann I, de cerca de 1504. Por volta de 1510, Jorge Reinel — se está certa a atribuição — desenhou o mapa a que nos referimos no capítulo anterior.

Já para o fim do reinado manuelino, possìvelmente perto de 1517, Pedro Reinel traçou uma carta que se guarda, sem nome de autor nem data, em Munique, na Armeebibliothek, de que desapareceu, após a última conflagração europeia ([2]). Estamos em presença de mais uma carta adquirida em Lisboa, pelos agentes alemães de Peutinger ([3]).

Tem-se dissertado muito sobre a data do mapa e a respeito do nome do cartógrafo, desde que Dénucé propôs o de Pedro Reinel ([4]). Decerto por fazer parte de um conjunto ou, pelo menos de uma outra que começasse antes, a carta representa a África ocidental, apenas desde o rio Manicongo, passando ao Índico, com Madagáscar e sem esquecer o mar Vermelho e o Golfo Pérsico, com o golfo de Bengala, e Península Malaia, Samatra e parte da Insulíndia até às Molucas. A costa africana corre até ao cabo da Boa Esperança pejada de topónimos, e mantém essa característica até pouco adiante de Melinde. Mas a bandeira portuguesa, que nesse ponto baliza as zonas mais frequentadas pela nossa navegação, surge também a meio do troço da costa oriental, quase nu de nomenclatura. Nas costas seguintes até à Índia, são escassos os nomes geográficos, no mar Vermelho, Península Arábica, Golfo Pérsico e costas da Pérsia.

Deixámos atrás a ilha de S. Lourenço, de que Kammerer assevera, ao tratar do Egerton c. 1508, ser necessário esperar pelos mapas dos Reinéis, cerca de 1516 — os de que estamos a tratar —, para se encontrar uma

---

([1]) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos Portugueses*, p. 249. Sobre os Reinéis ver ainda *P. M. C.*, I, pp. 19 e segs; Denucé — *Les origines de la Cartographie Portugaise et les Cartes de Reinel*, Gand, 1908; Kammerer — *La Mer Rouge*, II, pp. 411-427.

([2]) Publicada em A. Cortesão — o. c., II, estampa VIII e *P. C. M.*, I, estampa 10; Kammerer — *La Mer Rouge*, II, estampa CLXI (a cores).

([3]) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, p. 33.

([4]) A. Cortesão, em *Cartografia e Cartógrafos*, ainda lhe atribuía o ano c. 1520 estampa VIII. Sobre o assunto, ver de preferência, *P. M. C.*, I, pp. 33-34, onde se apresenta breve escorço histórico e se assenta nos dados que seguimos.

ilha de Madagáscar mais correctamente desenhada [1]. Na forma, já coincide com a do mapa Miller, de que nos vamos ocupar adiante, faltando-lhe apenas alguma toponímia, além da bandeira e do escudo que se vêem na de Jorge Reinel 1519; e com a de uma carta de Pedro Reinel, cerca de 1518, do Museu Britânico, que Damião Peres publica [2].

Na Península Indostânica abundam os sinais de permanência portuguesa, na costa do Malabar, seguindo-se o traçado da parte de Coromandel, sem qualquer topónimo, mas com indicação da foz do Ganges. Entra-se depois na península de Malaca, em que se volta a encontrar povoações, apenas na face ocidental. A costa oriental de Samatra denuncia igual frequência dos Portugueses, vendo-se grupos das ilhas mais meridionais da Insulíndia, até as ilhas de Maluco, «donde à o cravo». A perfeição — relativamente às cartas anteriores, de Cantino, Canério e Waldseemüller (1516) — em especial o golfo de Bengala, constitui o principal argumento para a datar, pelo menos um ano depois das viagens referidas de João Coelho e D. Jorge da Silveira.

Sobre a Insulíndia e especialmente as Molucas, podemos afirmar, com, Armando Cortesão, que é «a primeira das cartas ainda existentes», com excepção das cartas-esboços de Francisco Rodrigues (c. 1513), que as apresenta com certo conhecimento do facto [3]. A respeito da forma do mar Vermelho — um longo rectângulo — e da presença aí, de várias ilhas como *Camerã, Zeybam, Delaque, Syaque* (Suaquém), o *Tor*, o porto *Juda* e, na costa de África, *Zeyla, Barbosa, é Myte* (Meté) e *Cabo de Guardafu*, Armando Cortesão assinala que, desde as viagens de Vasco da Gama, Cabral e João da Nova, de que provieram dados para traçar, na carta de Cantino, um mar Vermelho próximo da realidade, só agora, nesta Carta de Pedro Reinel, aparecem novos elementos, decerto tirados dos que Afonso de Albuquerque recolheu em 1513 [4]. Kammerer assinala, para a região a leste de Malaca, pormenores mais correctos que os do Atlas de Paris, aproveitando já observações de António de Abreu [5].

---

(1) Kammerer — *La Mer Rouge*, II, p. 403, alude ao portulano português anónimo, atribuído aos Reinéis (pai e filho), c. 1516, do Gabinete Geológico da Biblioteca Nacional de Paris (ver *ibd.*, planche XXIX, que os autores de *P. M. C.* datam de 1519, debaixo da autoria de Lopo Homem-Reinéis (*P. M. C.*, I, estampa 18).

(2) D. Peres — *História dos Descobrimentos*, pp. 472-473, estampa CXVII.

(3) *P. M. C.*, I, pp. 33-34.

(4) A. Cortesão — *Carta das Novas*, pp. 57-58.

(5) Kammerer — *o. c.*, p. 422.

Inscrito no mesmo nome de Pedro Reinel, conhece-se hoje um outro mapa guardado no Museu Britânico, a que se deu a data c. 1518 ([1]). H. Winter aceitou a datação mas discordou da autoria. Pelo contrário, A. Kammerer admitiu o nome de Pedro Reinel, mas deslocou a carta para 1522. Há, pois, forte probabilidade que pertença ao cartógrafo de que tratamos e que se situe neste mesmo período. Como quer que seja, não é mapa que muito nos interesse, porque, como acentua A. Cortesão, «uma das características notáveis da carta é o impressionante parentesco» com a de c. 1517, de Munique ([2]).

O planisfério iluminado de Jorge Reinel que cai dentro deste período, é o que se conhece por Kunstmann IV, por este erudito ter publicado a parte americana, na folha IV do seu Atlas ([3]). Não indica autor nem data, mas A. Cortesão atribui-a peremptòriamente a Jorge Reinel ([4]), e, com relação à data, coloca-se entre as opiniões do Dr. Hamy (1517) e W. Ruge (c. 1520). Considerando um conjunto de circunstâncias, como a de as Molucas se encontrarem situadas no hemisfério espanhol do Tratado de Tordesilhas e o arquipélago de Cabo Verde estar deslocado para oeste, supõe que o «Planisfério teria sido desenhado por Jorge Reinel, quando da sua estada em Sevilha, em 1519», por onde andou fugido ([5]).

Antes de qualquer outra observação a respeito do seu valor, convém frisar que os críticos modernos o consideram como o primeiro mapa em que aparece a graduação da longitude num equador graduado, além do meridiano graduado, que corresponde à demarcação de Tordesilhas ([6]). Duas circunstâncias notáveis se destacam do traçado das costas e da nomenclatura aproveitada. Enquanto no mapa do pai, anteriormente considerado, ainda figurava o *Sinus Magnus* que Plotomeu insere depois da península de Malaca, Jorge Reinel fá-lo desaparecer, deixando assim o Pacífico livre, entre o Extremo Oriente e o que então se conhecia das costas

---

([1]) Publicou-o A. Cortesão: *A Hitherto Unrecognized Map by Pedro Reinel in the British Museum*, in *The Geographical Journal*, 1936; *P. M. C.*, I, est. 11; D. Peres — *História dos Descobrimentos*, pp. 472-473.

([2]) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, p. 35.

([3]) Guarda-se na Biblioteca do Exército, de Munique. Publicado integralmente, p. ex. em A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, II, estampa V; *P. M. C.*, I, estampa 12. A parte brasileira, a cores, em D. Peres — *Descobrimentos Portugueses*, pp. 430-431.

([4]) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, I, pp. 272 e segs.

([5]) Id. *ibd.*, p. 278 — Sobre a estada de Jorge em Sevilha, ver *ibd.*, p. 251.

([6]) A. Teixeira da Mota — *O nordeste africano na cartografia portuguesa antiga*, p. 178; *P. M. C.*, p. 37.

ocidentais da América. Em segundo lugar, como frisa Cortesão, «é esta a mais antiga Carta conhecida em que aparece registado Pernambuco, cuja feitoria deve datar, pelo menos, de 1516» [1].

Além disso, apenas relevaremos o facto de as legendas constituírem uma como súmula da história dos descobrimentos, portugueses e castelhanos, na América e em África, até esse momento. Examinando-as, de norte para sul, observamos que os Portugueses viram a Terra do Lavrador, mas não entraram; Gaspar Corte Real foi o primeiro a encontrar a terra dos bacalhaus, tendo trazido consigo homens selvagens e ursos brancos e por lá ficado, numa segunda tentativa, o que igualmente aconteceu ao irmão Miguel, no ano seguinte; as Antilhas pertencem ao rei de Castela, para quem as descobriu o genovês Cristóvão Colombo; a terra mais austral do Brasil, assim chamada por causa da madeira que produz em abundância, foi encontrada no ano de 1500, durante o reinado de D. Manuel; a que confina com ela, a ocidente, com as ilhas adjacentes, viu-as a primeira vez Colombo, em 1492, em barcos dos reis castelhanos, Fernando e Isabel. Nesta, como naquela, a flora e a fauna divergem das nossas e os habitantes, homens e mulheres, andam por toda a parte como as mães os deram à luz [2]. Assinalam ainda uma quarta parte do mundo — estas terras integravam-se, pois, nas três da geografia clássica — que ficava para além do mar interior, ao meio-dia e lhes era ainda completamente desconhecida.

Passando agora para o Velho Mundo, assinala, no nordeste de África, a presença do soldão, poderosíssimo rei do Egipto, Babilónia e Cairo, senhor de muitas gentes, até a Terra Santa e às Arábias. No mar Vermelho recorda a passagem dos filhos de Israel, de pé enxuto quando foram expulsos do Egipto. Imagina que o qualificativo lhe adveio do facto de as águas, em tempo de tempestade, se tornarem um tanto vermelhas. No noroeste de África marca o monte Atlas, vulgarmente denominado dos montes Claros, que sobrelevava todos os demais que o rodeavam. Pelos vales limítrofes — Ara e Sus — os mercadores mouriscos deslocavam-se à terra do rei de Meli, em cata do ouro, passando muito além, até à cidade santa de Meca.

Regista os estados do rei de Meli, senhor da Guiné e dos Azenegues, muito poderoso pela abundância de ouro. Como toda a sua gente, é negro, de cabelo encarapinhado e da seita de Mafamede. No actual Senegal

---

(1) A. Cortesão — *o. c.*, I, pp. 277.

(2) Ver reprodução do Brasil, com a respectiva legenda, em D. Peres — *História dos Descobrimentos Portugueses*, pp. 430-431.

coloca o *Rex organa*, decerto o Oganê, das nossas crónicas, rei poderoso, também negro e amigo dos cristãos, que anda continuamente em guerra com os alarves selvagens e o rei da Núbia. Nos seus domínios há abundância de ouro e tâmaras. E mais não diz, porque sabe que as suas terras são quase todas arenosas. Na actual Nigéria situa aquele rei da Núbia, igualmente negro e maometano, como o seu povo. Encontra-se em permanente guerra com os cristãos abexins. O rei destes aparece como senhor da *África central*, com outros reis e chefes sujeitos ao seu ceptro. O território ocupa o espaço que vai da grande província de Manicongo até ao mar Vermelho. Falsamente lhe damos o nome de Preste João e Senhor da Índia. É etiope, de cabelo encarapinhado, negro sim, mas puxando um tanto para a brancura.

Na costa ocidental de África, abaixo do equador, situa o *Manicongo*, que indica ter sido descoberto no reinado de D. João II, partindo de então o desejo de se baptizar, o que fez, com todo o seu povo, graças aos sacerdotes enviados de Portugal. Os seus grandes desertos, em que vivem serpentes, e a graça do baptismo que recebera, não o impediu de andar em guerra com rei cristão de Abássia, havia poucos anos. Na costa oriental, nada de novo e as próprias ilhas espalhadas pelo Índico, grande parte com os nomes próprios, Zanzibar, Penda, Comoro, etc., agrupam-se à volta de uma ilha de São Lourenço, quase despida de nomenclatura (1).

E isto basta, para ficarmos com as principais coordenadas do valor deste mapa de Jorge Reinel, passando já a um conjunto de cartas, verdadeiramente notável. Na Biblioteca Nacional de Paris, guarda-se um atlas conhecido por «Cartes de Madame Miller», que até 1939 foi considerado de Pedro Reinel (2). Naquele ano, porém, reuniram-se, naquela Biblio-

---

(1) Reproduzida em D. Peres — o. c., est. CXVIII, pp. 472-473.

(2) Reprodução: 1) da Terra Nova da *Carta Atlântica*, por H. Harrise (*Découverte et évolution cartographique de Terre-Neuve*, p. 84), que a denominou «Miller n.º 1», dando às outras a designação de «Cartes Miller», por que são conhecidas; 2) da Carta Atlântica e da do Brasil, por Jean Denucé — *Les origines de la Cartographie portugaise et les cartes des Reinel*, Grand, 1908. De novo fez algumas reproduções, em *Magellan et la Question des Moluques*, Bruxelas, 1911; Kammerer — *La Mer Rouge*, t. II (seis reproduções a cores e, a de Madagáscar, a preto; A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos* II, est. IV (mapa-mundo de Jorge Reinel); *P. M. C.*, I, est. 16-24. Roberto Levillier reproduziu, a cores, a parte ocidental do Brasil, com este em evidência (*América la Bien Llamada*, vol. II, pp. 78-79). A do Brasil pode ver-se ainda na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, II, pp. 336-337; J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, III, pp. 136-137.

teca, convocados por Albert Kammerer, e sob a presidência de Charles de la Roncière, vários eruditos e especialistas da história da Cartografia e chegaram à conclusão de que, toda a colecção de cartas pertencia a Lopo Homem ([1]). Armando Cortesão, porém, voltou a estudá-las para *Portugalliae Monumenta Cartographica* e convenceu-se, «uma vez mais, de que elas são, na verdade, obras dos Reinéis. Como, porém, supõe que as cartas originàriamente formaram um atlas ordenado sob a direcção de Lopo Homem, que assina o mapa-múndi circular que serve de frontispício, ele próprio os inclui na secção de Lopo Homem, com a designação de Lopo Homem-Reinéis, 1519 ([2]).

Pertencem pois a um mesmo grupo, o mapa-múndi datado de 1519, que ostenta o nome de Lopo Homem, propriedade de Marcel Destombes ([3]), e as cartas, anónimas e não datadas, que se guardam na Biblioteca Nacional, dessa cidade. Falta, porém, uma das folhas que continha a maior parte da África, determinadamente o sul do continente, a Província Ibérica e um pouco da Europa ocidental ([4]). Mesmo assim, pode considerar-se «notabilíssimo monumento da cartografia portuguesa» ([5]).

Terão saído de Portugal, como sugere Armando Cortesão, «provàvelmente pouco depois de serem feitas» ([6]). Comecemos, pois, pela carta de Lopo Homem, naturalmente discípulo de Pedro Reinel ([7]) que, em data muito posterior, deixou outros mapas de igual mérito.

No verso, na metade que porventura formaria o frontispício do Atlas, traz desenhadas as armas francesas usadas por Catarina de Médice, mulher de Henrique II, desde 1533. Por cima das armas, uma legenda que intitula apenas o mapa (diz *tabula* e não *tabulae*): *universi orbi ad hanc usque diem cogniti tabula*. Logo a seguir, identifica-se o autor: *ego Lupus homo Cosmographus* (...) *depinxi;* marca-se-lhe a data: *anno domini nostri melessimo quingentessimo nono;* determina-se o local em que

---

([1]) Assim as consideram, por exemplo, Jaime Cortesão — *A Carta de Pedro Vaz de Caminha*, pp. 28 e 29; Damião Peres, o. c., pp. 452-453; Visconde de Lagoa — *Achegas para o estudo do Planisfério dito de Cantino*, pp. 278 e segs.

([2]) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, pp. 58-59, explica a forma como as folhas existentes e as que faltam, formavam um todo completo e se dobravam, para fechar o *Atlas*.

([3]) *P. M. C.*, I, est. 16. Em *Cartografia e Cartógrafos*, A. Cortesão dá-a como existente em Londres (II, est. IV).

([4]) Mais claramente, expõe o seu último parecer em *P. M. C.*, I, pp. 59-61.

([5]) *P. M. C.*, I, p. 56.

([6]) J. Cortesão — *Descobrimentos portugueses*, II, p. 132.

([7]) A. Cortesão — *Cartografia e Cartógrafos*, I, pp. 284 e 369; id. — *P. M. C.*, I, p. 60. Sobre a sua biografia, ver *Cartografia e Cartógrafos*, I, pp. 321 e segs.

foi delineado: *in clarissima Olisipone civitate;* revela-se o nome de quem o mandou confeccionar: *jussu Emanuelis incliti lusitaniae Regis;* apontam-se os elementos ou as fontes de que se serviu: *collatis pluribus allis tam vetustorum quam recentiorum tabulis, magna industria et dilligenti labore.*

De forma que, parece estarmos em presença de um planisfério que, por vontade do rei, saiu do País, como valiosa oferta, de D. Manuel ou D. João III, talvez à família real francesa, onde se encontrava quando lhe acrescentaram o referido escudo e a inscrição do título. Para esta interpretação contribuem também os complementos de inspiração ptolomaicos que, em época tão adiantada como o ano 1519, afeiam as cartas. Teria sido necessário enviar magnífica colecção de cartas — chamemos-lhe um atlas — mostrando os descobrimentos portugueses, ou o que deles convinha mostrar, como presente real para alguma corte estrangeira, possìvelmente a Francisco I de França, que tinha então 25 anos e reinava desde 1516» (1).

Nesta carta estão figuradas a Europa, a África, a Ásia e a terra brasileira (*Mundus Novus Brasil*) e parte das Antilhas. O Sul da África e regiões americanas encontram-se colocados muito ao norte, sendo a parte austral do planisfério preenchida por fantástico continente que liga o Brasil à Ásia, com a legenda: *Mundus Novus Brasil Mundus Novus.* Também na parte ocidental se vêem terras que parecem a continuação deste continente e vão ligar com o Norte da Europa e da Ásia. No Extremo Oriente aparece um grande golfo no antigo *Sinus Magnus* de Ptolomeu.

O atlas da Biblioteca Nacional de Paris consta, na *folha 1, da* carta do Norte da Europa (estampa 17 de *P.M.C.*) e Atlântico Norte com os Açores (lado esquerdo da estampa 18); na folha 2, do norte do oceano Índico, com a Arábia, Índia e Norte de Samatra, etc. (estampa 19) e Madagáscar, com as ilhas vizinhas (lado direito da estampa 18) e Malaca, Samatra, etc. (lado esquerdo da estampa 20); *na folha 3,* do *Magnus Golphus Chinarum* (estampa 21) e Molucas, etc. (lado direito da estampa 20); *na folha 4,* da Carta do Brasil e parte do Atlântico Central (estampa 22), com abundante nomenclatura em toda a costa da *Terra Brasilis* até à ponta do Arrecife e cabo de Santa Maria, apenas em evidência, além dos índios nus com penas na cintura, ombros e cabeças,

---

(1) A. Cortesão — *P. M. C.*, I, p. 60. Se a oferta se deve a D. João III, directamente a Catarina de Médice, pode, na mesma, a data do seu traçado permanecer no referido ano, se quisermos admitir como possível a hipótese de a oferta à Casa Real Francesa, porventura desejada por D. Manuel, apenas se ter efectuado no reinado do filho.

os papagaios azuis, vermelhos de dois tons e verdes, esvoaçando ou pousados; macacos e as árvores de pau-brasil ([1]).

Apresentam-se bem delineadas as costas brasileiras, e com farta nomenclatura, 146 nomes, desde Maranhão até ao rio da Prata ([2]), podendo também conceder-se-lhe a honra de ser um dos primeiros cosmógrafos a apresentar o estuário deste rio (sem indicação do apelativo), visitado, como vimos, em 1514, pela expedição de João de Lisboa, enviada por Nuno Manuel e Cristoval de Haro e, no ano seguinte, por João Dias de Solis, ao serviço da Espanha. O cartógrafo assinala-o com uma bandeira portuguesa, «como que afirmando — num momento em que já azedava o litígio luso-espanhol relativo à demarcação de Tordesilhas — a prioridade dos descobrimentos portugueses ao serviço da sua pátria, comenta Damião Peres, e, simultâneamente, a legitimidade da extensão do domínio de Portugal até às águas do Rio da Prata ([3]).

Na legenda anuncia que a população do Brasil, selvagem e crudelíssima, é de cor um tanto escura, alimentando-se de carne humana. Destros no manejo do arco e setas. Quanto à flora e fauna do país, refere que nele vivem papagaios multicores e outras inúmeras aves e feras monstruosas e muitos géneros de macacos; que nasce em abundância a árvore chamada brasil, utilizada para tingir o vestuário com a cor de púrpura. Em suma, «a visão geral de uma região, tal como então era conhecida, na sua flora, fauna, nos seus habitantes e nas suas possibilidades económicas, até na espécie de pânico provocado pela imensa e desconhecida natureza, tudo ali está representado com objectividade e relevo» ([4]).

Na América do Norte vê-se a *Terra Corte Regalis*, com numerosos topónimos e o escudo português a afastar pretensões alheias. Figuram também as Antilhas e a Terra Firme dos Reis Castelhanos, prenhes de ouro e igualmente carregadas de nomes geográficos ([5]).

([1]) Há ainda outra carta do Novo Mundo, dos Reinéis, que A. Cortesão, em *Cartografia e Cartógrafos*, II, est. XI, data de c. 1522 (?) e em *P. M. C.*, I, est. 24, atribui a Lopo Homem-Reinéis, atlas de 1519. Com a mesma legenda caracteriza a Carta Atlântica (est. 23), como as anteriores e a 24, guardada na Biblioteca Nacional de Paris.

([2]) J. Cortesão — *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, p. 28. — Ver a nomenclatura e sua identificação em Lagoa — o. c., pp. 279 e segs.

([3]) D. Peres — *História dos Descobrimentos Portugueses*, p. 445. — A pp. 452-3 reproduz o troço da carta que representa o Brasil e o grupo insular da Trindade, que também se podem ver em Lagoa — o. c., pp. 280-281.

([4]) J. Cortesão — *Os Descobrimentos Portugueses*, II, p. 134.

([5]) J. Cortesão — o. c., pp. 136 e 137, publica as legendas em latim e português.

Na África (mapa de Lopo Homem, 1519) lêem-se apenas os nomes da Guiné, Líbia, Etiópia, «Promontoriu Bone». Na ilha de Madagáscar (do atlas), com bastante toponímia, ostenta a bandeira portuguesa, na ponta norte [1] vendo-se ainda o escudo lusíada, no lado oriental, e uma legenda que informa, em latim: Julga-se ser esta a maior das ilhas que povoam todo o mar. Possuem-na e cultivam-na os maometanos, que não obedecem a nenhum rei. É fertilíssima em prata, sândalos, cravo e todos os aromas. Duas das ilhas próximas estão igualmente assinaladas com bandeiras portuguesas.

Na Asia determina-se a *Asia minor*, o mar Vermelho pintado dessa cor, as Arábias, a Pérsia, Índia, Malaca e *Chis*. Muito próximas, *Malucus insule* (com bandeira portuguesa) e *Seilam insula*, seguindo-se *Y. de bamda*. A ocidente deste grupo aparece então a península de Malaca, com a cidade de *Malaqua* assinalada e, próximo, *Taprobana Insula*, a sul da qual, em ilha sem nome, se vê a bandeira portuguesa, que aliás surge fixa noutros pontos. Contudo, no mapa da Índia, vê-se *Ceilam Insula*, a sudeste da Península Indostânica, que se apresenta muito recortada de rios e com os topónimos mais conhecidos, na costa ocidental. O escudo português avulta em vários sítios, nomeadamente em frente de Chaul e Dabul e ao lado de Ceilão.

Entre esta e as *Maniole Insulae* lê-se, numa legenda, que aí nasce uma pedra de grande força (*lapis... herculeus*), que faz parar os navios que usam pregos de ferro. Nas *Chinarum insulae* (as Molucas, por cima das Molucas e à entrada do grande golfo), outra legenda resume os produtos dessas ilhas: explora-se muito ouro e prata, trigo e outros cereais, pimenta, canela, cravo, sândalo, noz-moscada e toda a espécie de perfumes. Junto da Taprobana, nova legenda adverte a existência de umas 1378 ilhas, para aquém e além dela. Uma ilha mais oriental, denominada *Periodo*, é tida por Denucé como sendo o Japão, o que leva Dahlgren a considerá-la, embora com certa reserva, a mais antiga representação cartográfica do Japão devida a europeus [2].

Por fim, não queremos deixar de sublinhar o facto de as cartas mediterrânica, índica e atlântica ostentarem, ricas iluminuras a vermelho, azul, verde, etc. e a ouro. Por toda a parte se vêem castelos de estilos diferentes,

---

(1) Reproduzido este trecho por D. Peres — *Descobrimentos Portugueses*, est. CXIX, pp. 472-473.

(2) Dahlgren — *Les débuts de la cartographie du Japon*, Upsala, 1911-13.

templos, animais, árvores, barcos de variegados feitios, cavaleiros e guerreiros a pé, escudos e bandeiras portuguesas, uma policromia exuberante que lhes proporciona beleza incontestável.

5.3 — *Quatro autores de temas geográficos, dos anos 18 e 20, pouco esclarecidos a respeito dos novos conhecimentos (Lefèvre d'Étaple, Vadiano, Apiano e Boemo).* — Ao findar a segunda década de Quinhentos encontrava-se não ainda concluída, mas decerto em notável período de avanço, a devassa, por mares e novas terras, empreendida da Europa, a partir dos portos ocidentais do Algarve e de Lisboa. Em menor escala, mas em quantidade esclarecedora, haviam-se difundido muitas notícias das novas descobertas geográficas, por vários meios de informação, desde a epístola particular até ao mapa rigoroso saído da observação do marinheiro atento. E, contudo, ainda é possível topar autores especializados em geografia que permanecem alheios ao movimento. Juntamos, num mesmo parágrafo, alguns nomes bem significativos, porque nenhum deles se avantaja muito aos outros.

O primeiro, Jacobus Faber Stapulensis, o famoso corifeu da renascença filosófica em França que pugnava por um Aristóteles filológica e ideològicamente puro, debruçou-se sobre a *Sphera* de Sacrobosco (João Halifax of Hollywood), que publicou, entre outras vezes, em Veneza, a 19 de Janeiro de 1518. Literalmente velha, deixou, nesta edição, a obra do insigne astrónomo inglês do século XIII, sem esclarecer nada sobre a Carmânia, que continuava a ser região dos índios, confinante com a Pérsia, formada por vastos desertos, salientando apenas, entre as suas riquezas, um rio aurífero, veios de prata e cobre, montes de arsénico e sal.

Não era a primeira obra deste género que se atinha aos ensinamentos antigos, reeditando-se sucessivamente sem vislumbres de modernidade, dir-se-ia que num propósito de fornecer aos leitores, quando não aos alunos, o simples texto histórico de um autor que se impusera. Infelizmente, não era esse o critério que presidia à reimpressão, mas sim, a falta de outro texto mais moderno, que plenamente substituísse o clássico. Mas, seria muito esperar que, ao menos os conhecimentos mais sensacionais, se fossem introduzindo, mesmo em notas, a rectificar a ciência antiga?

Não teve melhor sorte Ptolomeu, com respeito aos eruditos que nesta quadra o reeditaram. O volume da sua geografia «auctus, restitutus,

emaculatus cum tabulis veteribus ac novis» ([1]), impresso por João Escoto em Estrasburgo, no ano de 1520, teve o cuidado, como se anuncia no longo título, de nada negligenciar a propósito da pureza do pensamento ptolomaico. Apresenta os oito livros do texto da clássica geografia, com Portugal reduzido à Lusitânia do Mestre, a África e a Ásia inalteràvelmente as mesmas que o geógrafo descreveu no século II e nem sequer um topónimo novo, a substituir os velhos nomes das Carmânias, Taprobanas ou Áureas Quersonesos. Reproduziu as cartas antigas e apenas soube acrescentar alguns novos mapas: o *Orbis typus universalis iuxta Hydrographorum traditionem*, de Waldseemüller a *Tabula Terrae Nova;* a *Tabula Moderna primae partis Aphricae* e a *Tabula Moderna secunda porcionis Aphricae;* a *Tabula Indiae*, além das cartas modernas dos países da Europa, da Ásia Menor e da Terra Santa, as mesmas que o mesmo editor juntou aos velhos mapas do Ptolomeu de 1513.

As outras obras de que vamos tratar nesta alínea, embora com características diferentes, alinham com estas, na ignorância dos temas da nova era geográfica.

Na Biblioteca Nacional de Roma ([2]) consultámos um volume que encerra obras de três autores quinhentistas muito conhecidos nesse século, de leitores de temas geográficos: o médico helvécio Joaquim de Watt (Vadiano), o leysmico Pedro Bienewitz, que assina Pedro Apiano ([3]) e João Boemo, célebre autor de um medíocre livrinho sobre os costumes dos povos do globo. A do primeiro intitula-se Ioachimi Vadiani Helvetii *Rudimenta in Geographiam Cathechesis sequitur in Pomponi Melae Hispani, Libri* de Situ orbis tres, *adiectis Ioachimi Vadiani Helvetii in eosdem scholiis Addita quoque in Geographiam Catechesi: et Epistola Vadiani ad Agricolam (...). O colofon* esclarece: Impressus est Pomponius Viennae Pannoniae, Expensis Lucae Alantse (...). Mense Maio Anni M.D.XVIII ([4]).

Entre esta e a obra seguinte está um mapa a cores, com a legenda: *Tipus Orbis Universalis iuxta Ptolomaei Cosmographi traditionem et Ame-*

([1]) Exemplar na B. N. L. — C. 153 v.

([2]) B. N. R. — 6. 21. Q. 73.

([3]) F. van Ortroy — *Bibliographie de l'oeuvre de Pierre Apian*, Amesterdão, 1963.

([4]) Os bibliógrafos apontam uma carta de Rodolfo Agrícola a Vadiano de 1515, que não pudemos ver. O comentário de Vadiano a Pompónio Mela (ed. de Basileia, 1522), encontra-se na B. N. L. — Res. 963 A. As bibliotecas portuguesas possuem, do mesmo autor, estas e outras obras, em edições posteriores.

rici Vespucii aliodumque lustrationes a Petro Apiano Leysmico elucubratus An. Do. MDXX [1]

Finalmente, a terceira intitula-se: *Onnium Gentium Mores, Leges et Ritus ex multis clarissimis Rerum Scriptoribus,* a Ioanne Boemo. Sabe-se pelo *colofon* que foi *Augustae Vindelicorum excusa in Officina Sigismundi Grim. Medici* (...) Anno (...) M.D.XX. mense Iulio.

De Vadianus [2] diremos já que todos os três livros publicados no volume — a Carta a Rodolfo Agricola, os Escólios ao *De Situ Orbis de* Pompónio Mela e os *Rudimenta* — podemos colher algo de interesse para o nosso tema. No primeiro interroga e explica *quid Geographia, Cosmographia, Topographia, Topothesia e Chorographia,* analisando, no capítulo II, a utilidade que possa ter o estudo da geografia. No meio destas questões de ordem teórica, apanha-se a desoladora confissão de que sabe que as Arábias são três, mas ignora onde se situa a China [3]. Contudo, como temos visto, quem viajava com os Portugueses conhecia a posição geográfica da China, se bem que, neste ano de 1518, as noções não fossem muito pormenorizadas. Vimos acima que, três anos antes, Giovanni da Empoli algumas certezas comunicava para Itália.

No comentário ao livro I de Mela, tratando dos antípodas e de fábulas — entre elas, a de haver montes na zona tórrida que atraem a carne humana, por força magnética — revela ter ouvido débeis ecos da gesta lusitana. Graças à navegação dos reis de Portugal a Calecute, na Índia, sabe-se claramente, por cuidada observação, que o calor não impede os navegantes de andarem pela zona tórrida, e nem sequer os raios, reflectidos perpendicularmente sobre a superfície, prejudicam a navegação. Mas, como a fonte de informação se devia reduzir quase só ao *Mundus Novus* de Américo Vespúcio, lembra ainda que, conforme depreende «Vespuccius insignis mathematicus», nunca a terra é separada da nossa pelo oceano, como se acreditava, e estende-se, passada a zona tórrida e para além do paralelo do Capricórnio, para o sul, com latitude não inferior à que vai do nosso paralelo ao trópico de Câncer, sendo região bastamente habitada por etíopes (negros). Está convencido de que ninguém pode duvidar disto, visto nada mais fácil para o matemático

---

(1) F. G. Varnhagen escreveu que «o mapa deste conhece-se através do *Tipus Orbis Universalis,* etc., de C. Jul. Solinus, editado em Viena de Áustria, 1520» e que esta não foi a primeira impressão do mapa (*J. Schöner e P. Apiano,* pp. 175 e segs.).

(2) Sobre o autor ver L. Gallois — *Les géographes allemands de la Renaissance,* cit. pp. 158-160.

(3) Verum, cum triplex Arabia sit, dubium est ubi Sina sit.

perito do que observar a latitude. Sem grande interesse, alude a Portugal do extremo da Europa (1).

Na epístola a Rodolfo, que o consultara sobre a possibilidade dos antípodas (2), garante, uma vez mais, que é inegável a existência de antípodas e o movimento da terra, confirmando a sua persuasão com as investigações dos modernos que, em termos genéricos, reduz à descoberta de América (diz que por Vespúcio) e à parte da terra oriental que foi acrescentada à terra conhecida por Ptolomeu.

Isto, o que Vadianus conhecia em 1518 (3).

As restantes obras do volume, imprimiram-se em 1520. O mapa a cores de Apiano (4), apesar de ser o primeiro mapa-mundo com o nome América (5), ainda patenteia crassa ignorância que, em parte, há-de corrigir, ele e Gema Frísio, nas edições da *Cosmographia*, cuja primeira edição apareceu em 1524 com o título de *Cosmographicus liber*. Sabe que a América foi descoberta por Colombo, e desenha, ao norte, as ilhas Espanhola e Isabela, esclarecendo que, mais para cima, são terras *incógnitas*. O *Sinus Magallanicus* abrange o Atlântico, ao sul da equinocial. Enquanto no Atlântico Norte apenas figura as ilhas Afortunadas, para sul sòmente inscreve a ilha de S. Tomé. A África estende-se além do trópico do Capricórnio, apenas com a legenda: *Tota ista pars africe Ptolemeo erat incognita*. Na costa oriental, encontra-se Zanzibar, abaixo de Madagáscar (*Madagastar*), no *Mare Prassodum*, que fecha o mapa.

No *Mare Indicum* assinala as ilhas dos Homens e das Mulheres, a ocidente do extremo sul da Península Indostânica, aliás mal desenhada. No extremo, a Taprobana. A «Índia Meridional» (península de Malaca) tem a seguir a ilha de *Seylâ* e, ao lado desta, a *Iava Minor*. Mais para

---

(1) *O. c.*, pp. 7 v. e 89.

(2) L. Gallois — *Les géographes allemands de la Renaissance*, cit., p. 139.

(3) Em obras posteriores, como *Epitome trium terrae partium, Asiae, Africae, Europae compendiariam locorum descriptionem continens*, Tiguri, 1534 (B. N. Pa., Res. Ge. F. F. 9150), e no *Epitome topographicus totius Orbis* (reedição da anterior — Antuérpia, 1535: B. N. R. — 6.11.H.47), verifica-se que obteve mais informação, mas ainda muito pouco concretizada em dados singulares.

(4) Reproduzido pelo visconde de Santarém, no Atlas. Sobre Apiano, ver L. Gallois, — o. c., p. 97; F. A. de Varnhagen — *Jo. Schöner e P. Apianus (Benewitz): Influência de um e outro e de vários de seus contemporâneos na adopção do nome América; e primeiros globos e primeiros mappas-mundi com este nome*, etc., in *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil*, t. XXXV, parte 2.ª, Rio de Janeiro, 1872, pp. 171-202.

(5) D'Avezac — *Martin Hylacomylus Waltzemüller*, p. 127.

oriente, outras ilhas sem nome ou com apelações estranhas e, entre elas, a *Iava Maior*. Ligada á Índia Meridional, a Índia Superior. A leste desta, a ilha *Zipargi*. Omitiu a Aurea Quersoneso, península entre a Índia *intra Gangem* (isto é, depois da Taprobana) e a Índia Meridional.

Como recorda L. Gallois, por muito tempo se pensou que este mapa fosse o primeiro com o nome *América* (¹). Na realidade, conforme sublinha o mesmo autor, não contém outro interesse além do seu modo de projecção em forma de coração. Falta-lhe nomenclatura e o continente austral. A sua Ásia filia-se na de Béhaim e a África, afinal, mantém a forma antiga, em que o equador atravessa a Guiné. A América partilha da concepção expressa em Schöner — duas ilhas; ao norte, Párias; ao sul, a América (²).

Por fim, a obra de Boemo, de todas a mais divulgada pelo século fora (³). Em formato grande na primeira edição, depressa se imprimiu em jeito de livro de bolso, em 8.º Com ele pretendeu o seu autor e, depois, os editores, informar os curiosos de saber, de como era o mundo em que viviam. Muniu-se, para isso, da literatura mais antiga que pôde haver ao seu alcance, não só por ser antiga, mas porque clássica e acatada dos doutos em geral.

Logo no prefácio apontara os nomes de Heródoto, Diodoro Sículo, Beroso, Estrabão, Solino, Trogo, Ptolomeu, Plínio, Cornélio Tácito, Dionísio Áfer ou Africano; Pompónio Mela, César, Josefo, «e alguns modernos». Por exemplo, na edição de 1513 (⁴) ainda os modernos eram Vincentius (Vicente de Beauvais), Aeneas Sylvius (Piccolimini, o papa Pio II), António Sabélico (Marco António Coccio Sabellico, já nosso conhecido), João Naucler, o lexicólogo Ambrósio Calepino, Nicolau Perotto, «e muitissimos outros ilustrissimos escritores, nos seus comentários».

Em 1520 já muito se sabia na Europa, acerca das novas andanças dos Portugueses e Espanhóis, em mares e terras desconhecidas desses clássicos. Todavia, ou porque o autor ignorasse os escritos que temos apreciado ao longo desta obra, ou por não lhes dar crédito ou, ainda,

---

(1) «Personne n'ignore, au surplus, que dès 1520 ce même Bienewitz ou Apian avait publié la 1.ère mappemonde connue sur laquelle ait été inscrit ce nom qui ne peut plus être affacé: America (D'Avezac — *Martin Hylacomylus Waltzemüller*, cit., p. 127).

(2) L. Gallois — *o. c.*, p. 99.

(3) Lugduni, 1535; *ibd.*, 1536; *ibd.*, 1541; Antuérpia, 1542; Veneza, 1558; Lugduni, 1561; Antuérpia, 1571, Lugduni, 1576; Veneza, 1585, e, no século XVII, Londres, 1611, e Génova, 1620.

(4) B. A. C. — E/429/23.

por lhe ser difícil reduzir a um conjunto o que as relações contavam, cada uma de suas terras, o certo é que se não lobriga qualquer raiozinho de modernidade neste volume assinado por João Boemo.

Divide o globo nas três consabidas partes, e da Europa basta referir o pitoresco trecho sobre Portugal, muito repetido em autores quinhentistas: «Superioribus annis Hispania in regna quinque divisa sunt, in Castellae Regnum, Aragonum, Portugalense, Navarrae et Granatae».

A África separa-se da Ásia pelo Nilo e da Europa, pelo Mediterrâneo. Dos mares, o que cinge, *pelo norte*, chama-se Líbico; *pelo sul*, Etiópico e *pelo ocidente*, Atlântico. No início, a África não era habitada mais que por quatro nações, duas das quais, segundo Heródoto, indígenas (os Cartagineses e os Etíopes) e as outras alienígenas (os Fenícios e Gregos, os mais antigos, e depois os Egípcios). Povos selvagens e incultos, receberam educação e cultura de Hércules. Como não podia deixar de ser, visto utilizar tais fontes, assegura que para o sul é deserta, por causa dos excessivos calores. Sobre a Etiópia, parece que encostado a Plínio, sabe que é região da Ásia e da África e que, decerto aquela, se chama Índia. O que recapitula da Ásia nada recolhe, igualmente, do que se conhecia por meio das novas descobertas geográficas. Aliás, não passa da Arábia, Assíria, Judeia, Medos, Partos, Pérsia, Índia (et Indorum prodigiosis ritibus moribusque vivendi), Cítia, Tartária e Turquia.

Pois apesar disto, as restantes qualidades de livro manuseável, resumo dos principais factos geográficos à feição de enciclopédia sistemática de divulgação, impuseram-no, dir-se-ia que como livro único sobre o assunto, chegando mesmo a ser utilizado como substrato de outras obras, por exemplo de *L'histoire universelle du monde*, de François Belleforest, editada em Paris, no ano de 1570. E Francisco Thamara, catedrático em Cádis, em 1556 não se resolve a traduzi-lo, publicando-o em Antuérpia? (1). Que interesse podia representar para Espanha um livro destes? O tradutor julgou-o útil e pouco mais fez do que juntar-lhe uma *Suma y breve relacion de todas las Indias y tierras nuevemente descubiertas por gente de España, assi por la parte de Poniente como de Levante y de las costumbres y maneras de vivir de los Indios y moradores dellas.*

5.4 — *Tentativa de modernização da geografia em 1519 (Fernandez de Enciso).* — A *Suma de Geografia* de Martín Fernández de

(1) *El libro de las Costumbres de todas las gentes del Mundo, y de las Indias.*

Enciso ([1]), é geralmente considerada como obra de alto valor científico e desde sempre foi muito apreciada, contando edições, por exemplo em 1530, 1546 e 1547, e traduções, como a inglesa, de John Frampton, editada em Londres, 1578. Resolvido a corrigir os antigos, utilizou certamente conhecimentos modernos, pelo menos um Roteiro português, mas não tantos como seria para desejar.

Começa por dividir o mundo em duas partes, separadas pela linha do diâmetro que passa pela ilha do Ferro, «que es la mas ocidental dellas de canaria». E como distribui o Oriente por quatro partes (Ásia, Índia Oriental, África e Europa), todo o Universo ficará dividido em cinco porções. Como limite da Europa no ponto que liga com a Ásia, coloca o rio Tanais. Entre este rio «en la laguna meotidis que es en el mar Euxino». A fronteira da África e da Ásia é formada pelo Nilo; a da Ásia e da Índia por «um rio que esta en fin de la tierra de persia, que entra en el mar persico».

Do que diz sobre a Europa, sòmente importa fixar a apreciação que faz de Lisboa — «buena ciudad, grande y noble (...)»; «el puerto es largo y muy bueno: aquesta todo el trato de las naos que vã a las Indias a calicud e melaca por especias».

A Ásia é separada em duas porções pelo monte Tauro, que começa no mar de Rodas e vai até à Índia oriental. Uma delas, para o austro, encerra a Síria, as Arábias, o Egipto, a Mesopotâmia, Súsia, Pérsia, Carmânia e Índia. A outra, para o setentrião, contém os Arménios, os Colcos, a Ibéria, a Albânia, a Média, Trácia até aos batrianos e citas e todas as vertentes do mar Cáspio.

Pouco nos importa o que refere de cada um destes países, não só por ser outra a Ásia em que os Portugueses andavam, mas também porque repete muito da geografia antiga. Entretanto, aparece-nos o fabu-

---

([1]) Martin Fernandez de Enciso — *Suma de Geographia que trata de todas las partidas y provincias del mundo, en especial de las Indias e trata largamente del arte del marear, juntamente con la espera en romance, con el regimiento del sol y del norte, nuevamente hecha*. Sevilha, 1519 (B. N. L. — Res. 829 v.); 2.ª ed., Sevilha, 1530. Inclui as Tábuas de Declinação do Sol para 1529-32, de Francisco Faleiro. (Reprodução fac-similada de Bensaúde: Munique, 1915). Edição moderna: Madrid, 1948. (Com introdução de José Ibañez Cerdá). A 1.ª ed. da *Summa de geographica* (sic) apareceu em Sevilha, 1519 (Conrado Haebler — *Bibliographia Ibérica del siglo XV*, 1.º vol., La Haya, Leipzig, 1903, p. 121; A. Palau y Dulcet — *Manual del librero Hispano-Americano*, vol. 5, 2.ª ed., p. 313). Não nos foi, porém, possivel confrontar o progresso da informação entre as duas datas.

loso rio Nilo, que Enciso traz dos montes da Lua, «a cerca de los desiertos de Siene» [1], primeiro em dois braços, que se juntam na cidade de Meroe, sendo navegável apenas a partir daí.

Conhece nomes e posições da ilha da Madeira e do arquipélago dos Açores. A seguir, penetra em África e refere o golfo de Arguim e ilha de Cabo Verde, notando que do cabo Verde ao rio Gâmbia vão 25 léguas; do Gâmbia ao «Cabo roxo», 30; que toda a costa é baixa, não permitindo aproximar-se da terra; deste cabo ao rio Grande, 25. Este é o maior de toda esta costa da África, situando-se a 11° e meio. É navegável até à cidade de Jaga, «que es gran pueblo y de mucha gente». Entre ela e o castelo da Mina há serras em que se recolhe muito ouro que no Castelo da Mina se troca por «alaton e cobre y paños de colores». Os habitantes são negros, de boa «disposicion» e um tanto belicosos, possuindo armas de ferro e aço, «terciados», dardos e lanças.

Do rio Grande à serra Leoa, «dentro de la mar al sueste» vêem-se muitas ilhas pequenas, «arrodeadas e llenas de baxos que entran en la mar veinte leguas». A serra Leoa tem, dentro no mar, «delante a seys leguas», uns baixos que começam «en par dellas» e chegam até se juntar com a Terra Vermelha. No meio destes baixos encontram-se três ilhas. Da Terra Vermelha ao cabo das Palmas são 115 léguas. «Esta el cabo de las palmas a la media partida del Este sueste en Costa de Guinea: IIII grados». Perto do cabo das Palmas há uma parte da costa baixa em que correm bons rios, não muito grandes, e bons portos. Nesta costa apanha-se muita grande quantidade da pimenta que chamam malagueta.

Do cabo das Palmas, que fica a 4° e meio, a leste, ao das Três Pontas decorrem 112 léguas, com bons portos. Toda a costa que sai do cabo Verde até ao cabo das Três Pontas, é conhecida por costa da Guiné. Os habitantes dela vendem os irmãos, adquirindo-se aí os escravos. Comem arroz e raízes, e não têm trigo. A carne abunda e o vinho que bebem, é extraído das palmeiras.

Do cabo das Três Pontas ao Castelo de Mina, que se encontra «al Este quarta al Nordeste en 50 grados», são vinte léguas. Daí ao rio das Voltas (6°) vão 50 léguas, seguindo-se mais 65 até ao rio Delgado (8°). O rio das Voltas «esta norte sur con Tunez». Depois do rio Delgado aparece o cabo Formoso, a 65 léguas, ficando «en par»,

---

(1) Este egipto esta puesto en triangulo e la una esquina es Alexandria e la otra Siene (fl. 42).

«al austro», mesmo no equinocial, a ilha de S. Tomé, separados por 75 léguas. A ilha de S. Tomé tem de comprimento (norte-sul), 20 léguas e 15 de largura (leste-oeste). Terra fértil de mantimento, encontra-se já muito povoada. Antes de passar adiante, anota a existência de um golfo, atrás do cabo Formoso, a oeste. No meio jaz uma ilha. Nesse golfo, debroado por grandes palmares, desaguam muitos rios que formam excelentes portos.

Continuando o traçado da costa, coloca o rio Real, 25 léguas além do cabo Formoso, e, 30 léguas depois, o cabo Fernando Pó (*Fernando Polo*). A oeste deste cabo corre o rio dos Santos e, a leste, encontra-se o golfo do Galo e o cabo do Ilhéu. «Esta tierra esta norte--sur con las sírtes mayores que estan en el mediterraneo». Neste ponto, intercala uma notícia que pode ser de sua autoria, sobre os «negretes» que habitam «dentro en la tierra» e «comarcan con los maimaridas et trogloditas, de que dixe quando escrevi de Libia et de Meroe». É terra tão quente como rica em ouro, produzindo uma fruta de palmeiras — grande e amarela — que chamam cocos e serve para comer e fazer vinho. Das palmas confeccionam «paños de lana», que é tecido comummente usado.

Voltando aos contornos de África, marca 90 léguas do cabo do Ilhéu até ao Gabão, «que esta junto con el cabo de Lope Gonçalez», a 1° sul da equinocial. «Nel paraje desta costa esta la etiopia ocidental», que pertence à África, muito fértil em ouro e animais ferozes.

Partindo-se do cabo de Lopo Gonçalves surge, a 110 léguas, o Manicongo, a sueste, em 6° sul. O rio é grande, povoado de ilhéus, nascendo nos montes da Lua, segundo os naturais; o reino caracteriza-se por ser boa terra frutífera e produzir muita carne. Acredita no que os manicongos referem acerca da nascente do seu grande rio, porque também nos mesmos montes tem origem o Nilo. A terra fornece ferro e aço. Os habitantes, que são negros e crespos, como todos, desde a serra Leoa, alimentam-se de arroz. Não conhecem o trigo nem o vinho. Usam armas de ferro que eles próprios fabricam e dispõem de barcos de um só madeiro. Por moeda usam os búzios (*carocolicos*). Brevemente narra a história da evangelização, que provocava lutas entre o rei e o filho.

Quarenta léguas abaixo do Manicongo aparece o cabo Ledo a 8°,5 e, mais 122 léguas depois, o monte Negro, a 14°. Segue-se o cabo da Vitória, a 25°,5 e 230 léguas mais além e, por fim, o cabo da Boa Esperança, a 150 léguas em 35°, entre dois golfos. A costa é alta e áspera e a gente que a habita, «es ligera, grandes corredores e braceros», idóla-

tras, não conhecendo outra moeda que os búzios. A leste do cabo da Boa Esperança situa-se, a 450 léguas e a 42°, a terra que chamam austral, de que mais não se sabe do que aquilo que foi possível observar dos navios.

Do cabo da Boa Esperança aos meridianos de Ubron são 150 léguas, 29°,5 a sudoeste e daí ao cabo Pereira, mais 110 léguas (26° a sudoeste). A seguir aparece o cabo das Correntes, 23° sudoeste e 120 léguas mais. A leste deste cabo, distante 130 léguas, estende-se a ilha de S. Lourenço, na posição nordeste-sudoeste. Tem 250 léguas de comprimento e 70 de largura. Baixos entram pelo mar dentro. «Esta lo alto della en 24 grados; lo baxo en 14"». Ao norte fica a ilha do Espírito Santo e mais 4 ou 5, a 25 léguas do cabo de D.ª Maria. A nordeste salienta-se, na ilha de S. Lourenço, o cabo de Tristão da Cunha. Mais três ilhas, de que não dá o nome, ao norte, a 100, 130 e 140 léguas, em 6°,5 a 7°.

Do cabo das Correntes a Sofala, a 19°,5 decorrem 60 léguas. Terra de muito ouro, aí construiu o rei de Portugal «otro castillo» para resgatar e comprar ouro. Mas por desavenças, os naturais derrubaram a fortaleza e mataram os portugueses. De Sofala segue-se para Moçambique (*Mocenbia*), a 65 léguas, 18° a nordeste, e daí ao cabo de Santo António, a 15°, 50 léguas mais. Ao norte, a 11°, passando 80 léguas, encontra-se o porto e rio de Quíloa (*Quiba*), distante 75 léguas de Mombaça, a 6°. Por toda esta costa abundam ilhéus e, perto de Mombaça, vêem-se duas ilhas. «En el paraje desta costa» assinala os trogloditas austrais e a oeste do porto, o monte Olimpo etiópico «que es altissimo e, adelante del, estan los montes de luna», onde nasce o Nilo. Nesta terra, em que os habitantes comem lagosta, não falta o ouro nem escasseiam as feras. A nordeste deste porto e do de Melinde, coloca uma terra, em «que dizem» nascer cravo e gengibre.

Prosseguindo-se a linha da costa, assinala, Orana, a 100 léguas de Mombaça, depois de passar Melinde e «el padron», mesmo pela equinocial, considerando este ponto o limite da Etiópia austral, que faz começar em Sofala. Não se esquece de insistir que «es toda tierra de oro». Mais 175 léguas e encontramo-nos no cabo de Guardafui na posição de 10°,5 deixando no meio, Modaxo (Mogadoxo?) e Segalla. O cabo Felix a 11°,5 fica a 35 léguas, orientando-se já a costa para noroeste. Lá começa o mar Vermelho que aí tem 40 léguas de largo. A leste deste cabo, distante 40 léguas, nota-se a ilha de Socotorá (Cotocora), «buena isla».

Aqui termina, provàvelmente, o Roteiro português. F. Enciso, a seguir deixa em branco o espaço de um porto na Arábia Felix, passando a ser menos preciso na determinação dos lugares e fornecendo elementos da geografia tradicional. Entrava-se, finalmente, na «tierra (em que) mas oro se ha hallado y halla en todas las partidas de Asia e de Europa e Africa» — terra dos trogloditas que «son etiofagos e creofagos (carnívoros) e curtos. Vivem da pesca ou, os que habitam em covas, a maior parte, do pastoreio.

Depois de Diran entra o mar Vermelho que atinge a terra dos idumeus, junto da Galileia e Arábia, encontrando-se o porto de Saba, na costa de Etiópia, depois do estreito, logo à entrada. É o grande entreposto comercial de toda a Etiópia. Seguem-se os portos de *Elefantum Venacio* (caça dos elefantes) e de Tolomaide, desertos e, finalmente, o Egipto. Acrescenta ainda o porto de Acoto, perto da lagoa Muridis, no qual se descarregam «todas las mercadorias que van de etiópia e arabia», A costa etiópica do mar Vermelho é navegável, o que não acontece com a da Arábia (Afonso de Albuquerque verificou o contrário...) A população de Etiópia é negra, de pequena estatura. Dedica-se à pastorícia e vive pouco tempo. Os trogloditas partilham da mulher em comum. A terra é fértil e possui muito ouro. Em certas regiões há «aromates» e, noutras, especiarias, como cravo e gengibre. Têm milho e cevada mas falta-lhes o trigo. Apenas algumas tribos conhecem as lanças e os dardos com ferros. Na fauna sobressaem uns estranhos leões «que les llaman formigas» — os mesmos que na Índia além do Ganges são conhecidos por Aurifodivas. «Piensan que son formigas los que lo leen y son leones».

Sobre o mar Vermelho escreve ainda que o estreito tem até seis léguas de largura. «Cabo el estrecho», da outra parte da Arábia fica a terra de Ayllan, povoada pelo carabaneses e para o setentrião, o reino de Saba. Naquela abundam o ouro e os aromas. Senhoreia estes reinos o soldão de Aden.

O cabo de Aden situa-se a nordeste, «quarta al Este en 18 grados». Antes do cabo vê-se a ilha que tem alguns ilhéus na parte do mar. Entre ela e a terra há uns «baxos». Nesta «paraje» é que reside o soldão de Aden, que é maometano, apesar de a população ser geralmente gentia.

Do cabo de Aden ao cabo de Çafar, ao nordeste, em 21°, distam 75 léguas, e deste à entrada do mar Pérsico, 100 léguas. A entrada do mar Pérsico, fica a 26° e tem 25 léguas de comprimento e 10 de largura. Da parte da Arábia estão os coronos e macindes e da de Carmânia, os armozes. Para cima, a costa inclina-se para oeste, encontrando-se as regiões de

Macena, Regana e Egeos. E, daí por diante, outros muitos países — Mesopotâmia, Babilónia, Susia, Pérsia, Carmânia, que não nos interessa considerar.

Fixemo-nos, de preferência, na Índia e comecemos no rio Indo, um dos quatro maiores rios do Mundo, que entra no mar por dois braços, vendo-se no meio deles a ilha de Patalena, em que se ergue a cidade de Patala. A cidade é rica e a ilha dá muitas pedras preciosas e pérolas. Junto da foz do Indo encontra-se a província de Musicania, terra fértil, abundante em ouro, seguido-se a terra dos sabarcas, em que Alexandre fundou a cidade de Alexandria. Ao setentrião, os sudracas, em cuja terra, entra no Indo o rio Aracota. Entre informações de carácter geográfico e lembranças de feitos de Alexandre, Fernández Enciso consagra várias colunas a esta «primeira Índia», parece que encostado a obra de autor romano, porventura Estrabão.

Esta primeira Índia estendia-se da Pérsia até ao rio Indo; a segunda, do Indo ao Ganges, ao cabo Camorim (Cumeri); a terceira, do Ganges até o Catigara.

A costa da segunda Índia mede 250 léguas, na direcção sul e sueste e dispõe, toda ela, de excelentes portos. Do rio Indo ao porto e rio de Goa, 16°, são 80 léguas, ficando nesse troço Chaul a 19° Dabul a 18° e *Combayda* (Cambaia?). Cem léguas para o interior sobressai a cidade de *Berengallia* que «dizen» ser muito grande, dando guarida a 900 mil pessoas. Também nesta costa ficam as cidades de *Capamuria* e *Delli*.

De costumes não sabe mais que o da cremação dos mortos e da mulher do defunto. Da parte económica, apenas tem notícia de que na terra se produz muito gengibre e sândalos, lacar índico, mirabolanos, espiconardo e sirgo.

Do porto de Goa ao monte Delli são 55 léguas e deste a Calecute 10°, mais 45, deixando atrás, «cabo el monte delli», a povoação de Cananor. Entre ilhas e ilhéus que acompanham a costa, nomeia a ilha de Socotorá (*Secutera*) que, como as demais, tem muito âmbar; a de Candaro e Cabolli, sem se esquecer das famigeradas ilhas dos homens e das mulheres. De Calecute a Cochim — 8°,5 — são 30 léguas e daí ao cabo Camorim (*Cumerin*) — 7°,5 — mais 20. Calecute e Cochim são bons portos e produzem muita pimenta, gengibre, lacar, mirabolanos, sasamo e cinamomo grosso.

A população é negra, anda seminua, alimenta-se de arroz e leite, peixe e carne. Bebe uma espécie de vinho que extrai do arroz, juntando-lhe

água e um certo sumo que lhe dá cor. É curioso que, tendo voltado a servir-se, certamente, de informações de origem portuguesa, se limite a registar que em Calecute, o melhor porto desta costa, e Cochim, se encontram «muchos mercadores christianos», por causa da abundância das especiarias, sem a mínima alusão a portugueses. Ainda sobre a população, refere que as mulheres tomam os maridos que lhes apraz, vestem-se de algodão e de linho, cobrindo-se com um pano, da cintura até aos joelhos. Assinala nestas paragens as terras de Tancur e Colongur.

No rio de Cochim coloca Enciso uns crocodilos que «son pescados» com forma de «hombres umanos», vivendo de dia na água e de noite em terra, onde acendem fogo com pedras e assam o peixe que pescam. No cabo Camorim, a costa inflecte para leste, 40 léguas, «fasta en par de la isla de Zeylã», que fica a nordeste-sudoeste» Esta ilha tem 60 léguas de comprimento e 25 de largura. A ponta de sudoeste, que fica a 6°, está a leste-oeste da Taprobana, chamada *Naguabar;* a ponta de noroeste, a 8°,5. A 9°, a ilha é rica em mantimentos e pedras preciosas. Ceilão dista cinco a seis léguas da terra firme. Esta, segue para nordeste até ao golfo de S. Brás e daí vai para o cabo de Cori, continuando para sueste até a Modobar, 4°, e a Malaca, 2°. Encontramo-nos, pois, já na península de Malaca. A oeste daquelas duas terras emerge do mar a ilha Taprobana, a 25 em 30 léguas de Malaca. Tem 230 léguas de comprimento e 140 de largura na parte norte, em que fica Naguabar e 100 no sul. O mar, desde a ilha de Samatra (Taprobana) está coalhado de baixios, notando-se entre eles, canais com quatro braços e meio de fundura e 5 léguas de comprimento, por onde passam as naus.

Na Taprobana há muita pimenta e lacar, ouro e pedras preciosas. Os habitantes são altos e de bom porte e adornam-se com objectos de ouro e pedras preciosas. Numa província da ilha vivem antropófagos.

A equinocial passa por esta ilha, ficando o termo norte, a 6°. Neste ponto está a ponta de Naguabar, junto da qual se vêem, seguidas, as ilhas Pedil, em 6°,5, Gaminpolla, 8° e Niquibar, 9°. A ponta de Naguabar situa-se a leste de Ceilão. A parte sul a 8°, da outra parte da equinocial para o sul.

Na costa de Malaca e Modobar há muita canela e pescam-se muitas pérolas finas. Confusamente informa que «esta tierra es la que llaman Moabar e al setentrion desta son los brâmanos a do fue martirizado Santo Tomas». Dos brâmanes sabe que são «buena gente e bellicosa e son todos verdaderos». Vivem com continência, pois só tomam uma mulher. Os idólatras adoram o boi. Ao norte da província de Moabar

fica a terra dos Mosolinos, em que se criam os diamantes que, nas serras, dispõem de grandes serpentes que lhes servem de guarda [1]. Pertencem estas terras ao Grande-Cam, mas já foram do Preste João.

Com esta evocação da geografia fantástica, Enciso volta para trás e esclarece que, de Malaca vai a costa «a la media partida, de entre el norte e nordeste», 170 léguas até Licando, em que a terra entra pelo mar, mais de vinte léguas. Depois de Malaca, segue-se Malanga, 80 léguas mais além, em terra baixa como ilha. O rio Tenaserin divide-a ao meio e um braço desse rio separa-a de Malaca. Há muita pimenta em Malaca. Em 20° antes do rio Ganges, situa-se o porto de Bengala e o de Catala, ficando a poente as províncias de Arcos e Mosolinos, em cujos montes se criam os diamantes. Por todas estas regiões abundam as especiarias, brasil, pérolas e pedras preciosas. A população não é muito negra e costuma untar-se com azeite de genjoli (gergelim?), para se tornar mais preta.

O rio Ganges, o melhor e maior rio da Índia, desce dos montes Emodos e Ymaos para o austro, até à cidade de Ganges. Por aí nascem as formigas aurifodinas, espécie de leões que impedem os homens de ir buscar o ouro que elas colhem quando cresce. Terra abundante em tudo, a mais rica de todas, aquela que parte do Ganges para o Oriente, agora chamado Cataio — outrora do Preste João e agora do Grande-Cam.

Não vale a pena acompanhá-lo na descrição destas terras que denomina de Mangi, e em que coloca o porto de Zeitona, «que es una ciudad muy rica (...) e es el mayor trato de toda la provincia de Mangi e del catayo e a dos mas naos van». Aqui mais se engrossa a fantasia, talvez por nos aproximarmos da Aurea Quersoneso que, atravessada pela equinocial, dista 450 léguas de Malaca. As riquezas são de tal modo fantásticas que o rei da ilha de Ciampo tem os palácios todos cobertos de «planchas de oro» por telhas e as janelas e «marmores» do palácio são totalmente de ouro. Só da terra de Aganagora, que fica a 20°, em diante, lhe faltam notícias, «porque no se ha navegado mar adelante».

E quem, nesta data, havia chegado a todas essas terras de além-Ganges a que se refere, deslumbrado com tanta riqueza? Fernández Enciso deve-se ter servido, neste ponto, de literatura não portuguesa, nomeadamente de Marco Polo, porque os nossos viajantes não tinham chegado a muitas dessas terras e algumas que F. Enciso descreve, vistas

---

[1] «... alli criadas como por guarda de aquellas adamantes» (fl. 56).

por portugueses ou ainda não tinham sido escritas ou as descrições permaneciam manuscritas e não há delas sinais na *Summa de Geografia*.

Fernández Enciso termina a obra com a descrição sumária da América — Indias Ocidentales — desde o cabo de Santo Agostinho, mencionando a situação geográfica do rio de S. Francisco (10° S.); a baía de Todos os Santos, 70 léguas mais abaixo; Porto Seguro (18°), depois de 80 léguas; o cabo que «esta adelante» do golfo Formoso, a 100 léguas, golfo de S. Tomé e o das Barrosas; «arrecifes» cabo Frio (23°,5). Por esta costa assinala recifes e pequenas ilhas, refere-se a canibais e especifica alguns costumes da Espanhola, São Domingos, Cuba, etc., terminando com breve notícia sobre a Terra do Lavrador.

Embora o autor nos tivesse prevenido, no título, que nos punha nas mãos uma simples *Summa*, não há dúvida que o texto é demasiado sumário, a jeito de roteiro, com relativamente poucas incursões pelo interior dos continentes. Mas não podemos diminuí-lo por esse motivo, uma vez que, na data em que escreveu, a exploração pelo interior dos continentes ainda se não efectuara em grande extensão.

Em suma, a obra de Enciso afigura-se-nos produto de um roteiro português das costas de África e, com menos certeza, de um segundo roteiro da mesma origem, nas costas da Índia até Malaca, a que juntou obras antigas, como Estrabão, Ptolomeu, etc., e relatos de viajantes, mais recentes, como Marco Polo e talvez Ludovico Varthema [1], que possìvelmente lhe forneceram o que diz sobre o Oriente.

5.5 — *Conte d'Conti.* — Desejaríamos terminar este parágrafo com a análise da obra *Triompho del nuovo Mondo*, de Conte d'Conti, da Camerino, impressa em Veneza, no ano de 1521 [2], a qual, se não fosse meramente apologética, podia tentar expor as novas coordenadas do Globo, se acaso se não circunscreve à América. Não nos foi possível encontrá-la em Lisboa, Florença, Paris ou Londres e, por isso, nos limitamos à simples notícia bibliográfica.

---

(1) Como vimos, Jacob Cronberger editou-o em Sevilha (1520), um ano depois de aparecer a *Summa*. Não era, portanto, desconhecido em Espanha.

(2) G. Fumegali — *Bibliografia degli scriti italiani o stampati in Italia sopra Cristoforo Colombo*, cit., p. 96-b, n.° 600-bis.

Epílogo

1. O panorama que vamos fechar nestas últimas páginas devia proporcionar, na nossa intenção, pelo menos o inventário, quanto possível completo, da bibliografia do período demarcado, e dos trechos de carácter geográfico, dispersos em correspondência particular, ou qualquer espécie de apontamento, quer dizer, de tudo quanto constitui notícia do final do século XV e duas primeiras décadas do século XVI. Terminando o nosso trabalho com a morte de D. Manuel I, deixamos recenseados dois períodos bem distintos: antes e durante o reinado do Venturoso, sendo este, incontestàvelmente o que nos traz maiores novidades e nos proporciona mais vivo interesse.

Decerto teremos ficado muito aquém dos anelos, mas nem por isso deixado, bem a nu, duas linhas de movimento que importa vincar, em homenagem ao esforço científico que supõem, em prol de mais perfeita consciencialização do orbe: *uma*, indicadora do volume de conhecimentos que os Portugueses conseguiram alcançar, das terras e das gentes do mundo exótico; *outra*, que traça o gráfico da difusão, pela Europa, dessas novas aquisições que revolucionaram a sabedoria geográfica de Quinhentos. Uma é consequência da outra, em sentido inverso, consoante se atenta no campo aberto da exploração geográfica, ou na expansão do resultado dela. Primeiro se deu aquela e, só depois, esta. E, contudo, no nosso trabalho, tivemos de subordinar a extensão da primeira, ao condicionalismo da segunda, demorando-nos apenas um pouco, e excassas vezes, na recolha de elementos comprovativos dos Descobrimentos, mas, por assim dizer, sem projecção entre o público em geral e na medida em que deles necessitávamos como suporte da notícia geográfica.

Só de passagem tocámos em assuntos da máxima importância que não caiam dentro da esfera dos nossos propósitos, por exemplo, a informação estatística do número de naus e carga que transportaram; nomes das embarcações e de seus capitães; quota-parte, em números completos,

do capital estrangeiro e português utilizado, etc. etc. O estudo exaustivo desses aspectos das viagens marítimas, patenteará um dia, a importância do desmoronar das barreiras que reduziam o comércio à influência árabe, limitando a sua circulação por escassos mercados europeus.

Também nos cingimos a uma que outra referência às relações diplomáticas dos Portugueses com os povos de outros continentes ([1]). E, no entanto, foi esse um serviço que prestámos à Humanidade, mesmo no campo meramente político-social. Para além do alargamento do intercâmbio comercial e da pregação do Evangelho por regiões dilatadas do Globo, estabelecemos relações de Estado com Estado, que produziram uma dupla vantagem: a do conhecimento da cultura europeia nas outras partes do Mundo e das civilizações, usos e costumes dessas gentes, na Europa encarcerada pelos mares e, no leste, por terras inóspitas, sem caminhos transitáveis.

2. A tarefa da descoberta geográfica foi, na verdade, muito árdua e sacrificou muitas vidas e dinheiro, de grandes e pequenos, de instruídos e indoutos, de portugueses, espanhóis, italianos, flamengos e alemães, devendo-se ainda associar-lhes os franceses e ingleses, quando não no tracejar da primeira linha (referimo-nos ao período do nosso trabalho), pelo menos na irradiação da notícia. Quando começaram os Descobrimentos, a sabedoria geográfica dos Portugueses coincidia com o que os outros povos sabiam, por meio de referências ou descrições de viajantes e do que ensinavam os geógrafos, alguns livros clássicos (Homero, por exemplo) e a Bíblia. E, decerto, nessa altura, não se meteram pelo oceano dentro, à procura do Mundo que faltava conhecer, para se possuir o domínio de toda a Criação... Contudo, não restam dúvidas de que intentaram encontrar ilhas, umas de que se falava, outras que poderiam jazer ignoradas nos oceanos, e nunca perderam de vista atingir o famigerado príncipe cristão, o Preste João das Índias. O descobrimento de novas terras (talvez desde a primeira hora, Tombuctu, donde o Norte de África, recebia o ouro), proporcionar-lhes-ia campo aberto para o comércio e para a evangelização. Com esse fito partiram.

([1]) Entre os trabalhos mais recentes, podem ver-se as obras de Ronald Bishop Smith — *The first age of the Portuguese embassies, navigations and peregrinations to the kingdoms and Islands of Southeast Asia* (1509-1521), Maryland, 1968, e *The First Age of the Portuguese Embassies, Navigations and Peregrinations to the Ancient Kingdoms of Cambay and Bengal* (1500-1521), *ibd.*, 1969.

Bens materiais ou espirituais tinham de se conseguir, ao sabor das oportunidades que surgissem. As especiarias viriam depois, quando se persuadiram de que eram capazes de as ir buscar ao Oriente, contornando a África. Assim foram nascendo os ciclos do ouro e demais mercancia do continente negro, suplantado, a breve trecho, pelo das especiarias, drogas e outras riquezas orientais, que o ciclo do açúcar nunca igualará.

Com o andar nos mares, como hoje se reconhece, dentro e fora de Portugal, «o desmentido quase diário dos factos aos princípios clássicos da geografia e da arte náutica penetrou o escol dos nossos homens do mar, de um prudente cepticismo em face da ciência greco-romana. Os argonautas formados na Escola Portuguesa habituaram-se a procurar aquela «manifesta certidão» tão pedida pelo infante D. Henrique e tão necessária para o *contrôle* da velha ciência [1], em matéria onde, «com certeza, está sempre a dúvida» [2]. Os novos factos que se iam observando, colocavam, portanto, os estudiosos perante o dilema de terem de escolher entre antigos e modernos. Dos textos apreciados ressalta, com evidência, a verdade dessa feliz asserção de João de Barros, de que os Portugueses descobriram «a ignorância dos filósofos antigos que o mundo tinha por mestres de verdades ocultas» [3]. A Filosofia compreendia então muitas ciências positivas, como, por exemplo, na enciclopédia aristotélica, os livros dos *Céus* e *Meteoros*, e até o da *Geração e Corrupção* e dos *Físicos*. Por isso, também Plínio era admitido no seio dos filósofos. A Filosofia gozava do privilégio de Madre de todas as Ciências.

Entre os geógrafos assiste-se, efectivamente, a forte embate das duas tendências, de modernos e antigos, desejando uns, porventura, substituir pura e simplesmente os autores clássicos (ninguém, no entanto, o fez), enquanto outros procuram salvá-los da total ignomínia de inúteis, e uns terceiros continuam teimosamente a reproduzir as velhas páginas de uma geografia não confirmada. O mesmo se verifica no seio dos historiadores que, considerando a Geografia como que a vista ou os olhos

---

[1] Que o infante D. Henrique e os que o rodearam, não ignoravam Ptolomeu, promete mostrar um dia o Prof. Federigo Melis, director da Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Pisa, no estudo que prepara sobre os mapas e livros por ele adquiridos na Itália. (Virgínia Rau — *Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V*, p. 251).

[2] Zurara — *Crónica da Guiné*, p. 44; Damião de Góis — *Crónica do Príncipe D. João*, p. 15; J. da Silva Dias — *Portugal e a Cultura Europeia*, pp. 14-15.

[3] Barros — *Panegírico do rei D. João III*, em *Panegíricos*, p. 169.

da História, salpicavam as laudas dos seus grossos volumes, com descrições geográficas, tiradas de Ptolomeu, Plínio, Estrabão ou Pompónio Mela, sem quase nunca darem guarida às novas informações dos viajantes ou exploradores seus contemporâneos.

3. O grande entusiasmo borbulhou nos espíritos dos que, de maneira mais ou menos directa, estavam em contacto permanente com as novas terras e as novas gentes ou os produtos dessas regiões. Esses sim. Todos se sentiram empolgados com a extraordinária empresa, que alargava as fronteiras da Terra e estabelecia contactos com os povos mais longínquos do orbe. Vimos os príncipes escreverem aos outros príncipes, seculares e eclesiásticos, e encontrámos todo um movimento de comerciantes, diplomatas, navegadores, filósofos, artistas, poetas, geógrafos, cartógrafos, cronistas, coleccionadores e simples curiosos, impelidos pela força do inédito, do extraordinário quase fantástico, do exótico e até do fútil, do ideal religioso e da fascinação aderente da riqueza, meterem-se na aventura de atravessar mares infindos e encapelados, e relatarem os novos quadros, para que os outros pudessem desfrutar, nas suas terras, da mesma felicidade e de idêntico saber. Estamos, mesmo assim, convencido de que o número destes bem informados, é muitíssimo menor que o daqueles a quem a notícia não chegou.

4. Desta longa caminhada por documentação que ultrapassou a fronteira pouco depois dos acontecimentos, fica-nos, à primeira vista, a impressão de que os estrangeiros participaram, em grande escala, tanto na empresa dos descobrimentos marítimos portugueses como na difusão desses feitos pela Europa. Daí que não tenham faltado, quanto às viagens em si, italianos, que, no decurso destes quase cinco séculos, asseveraram só ter sido possível, graças ao financiamento das suas repúblicas e principados. Mas, se bem repararmos nas condições em que essa participação era autorizada e nos lembrarmos de que, a par dos mercadores estrangeiros, não faltavam negociantes portugueses e que a própria Coroa comerciava, sendo mesmo o principal interveniente, talvez disponhamos de melhores disposições para avaliar a proporção desse financiamento.

Mais evidente se nos afigura a mole de notícias espalhadas por estrangeiros, nomeadamente italianos, o que significa que a eles se deve o facto de se terem salvado do olvido, muitos pormenores curiosos, sobre a terra e as gentes com que contactámos. Dir-se-ia que, à parte o pouco que os próprios monarcas comunicaram aos papas ou aos reis europeus,

de Portugal, quase não saiu prosa por vontade de portugueses, sobre os descobrimentos geográficos, até ao aparecimento dos cronistas, no início da segunda metade do século XVI. E, contudo, os Portugueses não deixaram de escrever cartas e redigir livros sobre a África, o Brasil e o Oriente.

Temos, pois, de reconhecer, que nisso os estrangeiros nos levaram manifesta vantagem. Com efeito, parte do que hoje se sabe dos irmãos Corte-Reais, vai-se colher a fonte italiana; o que das cláusulas do contrato do rei com Fernando de Loronha se conhece, à mesma origem se deve. Nenhuns documentos facultam tantos dados sobre as cargas das frotas da Índia dos dois primeiros decénios. Por isso, Rinaldo Caddeo, entre outros, já pôde escrever, com manifesto exagero: «Questa abbondanza di documenti cartografici e questa regolarità di documentazione fa pensare che molti dei comiti di galia («Andrea Biancho, venecian, comito de galia, mi fexe a Londra l'anno M.CCCCXXXXVIII») e *dei piloti delle caravelle portoghesi fossero di nazionalitá italiana* (o tracejado é nosso) e participassero alle loro spedizioni, o cartografi che si documentassero presso marinai e commercianti nostri che facevano capo a Lisbona, Genova e Venezia» (1). E Almagià, num dos trabalhos em que evidencia o interesse («il grandissimo interesse») com que as viagens de descoberta e navegação dos Portugueses foram seguidas na Itália dos séculos XV e XVI, chama a atenção para a rapidez da notícia reveladora dos resultados dessas descobertas e aproveita a oportunidade para sublimar «l'eccellenza dei prodotti delle scuole cartografiche italiane» que, tanto no campo da cartografia náutica como no da terrestre, «diffondevano, sapientemente, vagliati ed elaborati» os resultados dos descobrimentos geográficos (2).

Mais verdadeira nos parece a asserção de Armando Cortesão, de que «na história da cartografia portuguesa reflecte-se a história do descobrimento da maior parte do mundo» (3), e isto, porque, como pudemos apreciar pela citação de estudos, tanto de nacionais como de estrangeiros, a cartografia lusitana está, na quase totalidade dos casos, na base dos mapas renovados, italianos ou de outras nações.

5. Debruçando-nos agora mais concretamente sobre o conjunto do volume, podemos sintetizar, em poucas páginas, a evolução dos contactos

---

(1) R. Caddeo — *Le Navigazioni Atlantiche di Alvise de Cá da Mosto*, pp. 79-80.

(2) Almagià — *Le scoperte dei portoghesi*, p. 475.

(3) A. Cortesão — *P. M. C.*, 1.º vol., p. XIX.

dos Portugueses com as terras e gentes de outros países e o desenrolar progressivo da notícia desses contactos, com seus resultados mais expressivos.

Ao escolher o tema da difusão da notícia geográfica pela Europa, percebemos logo que não podíamos fugir à recensão dos contactos, de qualquer forma e feitio, de portugueses com estrangeiros e vice-versa, quer durante o período áureo dos descobrimentos, quer mesmo desde o início da constituição de Portugal, como país independente. Isso levou-nos a iniciar o volume com o panorama, embora esquemático e nem sempre perfeitamente determinado, por falta de documentos dos primeiros passos no mar, em viagens de comércio aos portos do Atlântico Norte, do Mediterrâneo e costas africanas de influência islâmica, mesmo fora daquele mar, no Atlântico marroquino. Simultâneamente apreciámos, também de passagem, as saídas de portugueses e estrangeiros, em busca de cultura e aventura cavaleirescas, registando ainda o reflexo, isto é, as proezas de alguns cavaleiros que vieram até nós. Este simples intercâmbio comercial, guerreiro e cultural explicará, decerto, os primeiros reflexos, na cartografia europeia, das ilhas achadas no Atlântico — Canárias, Madeira, Açores e Cabo Verde que, a pouco e pouco, substituíram as ilhas fantásticas. Com a renovação do islário atlântico, começou-se também a modificar o traçado da costa africana, segundo a observação dos mareantes lusitanos e daqueles estrangeiros que navegavam nas nossas embarcações ou em barcos seus, devidamente autorizados a acompanhar os nossos (Bianco, Benincasa, Fra Mauro, Carta anónima *circa* 1471, Solino).

As relações com os reinos europeus estreitaram-se, a breve trecho, por meio da política de casamentos, sendo de salientar os da infanta D. Isabel com Filipe, o Bom, e o de Dona Leonor com o imperador Frederico III. Colonos e humanistas partilharam, a seu modo, do entusiasmo dos aventureiros e dos navegantes que enfileiraram ao lado da euforia lusíada.

Porém, a maior divulgação dos achados geográficos tem início no reinado de D. Afonso V, que encarrega Zurara de escrever a sua história, não só para conhecimento dos nacionais como para exemplo das nações estrangeiras. Aliás, não faltam então cronistas italianos que espalham relatos da viagem em que participam, sendo hoje conhecidos dois de valor desigual, mas ambos importantes — Antoniotto de Usodimare e de Alvise Cadamosto.

Ainda dentro do século XV, mas já claramente metido no signo do encalce do Oriente, assistimos, primeiro, aos falsos rumores levantados

por Diogo Cão, Colombo e Vespúcio, enganados, todos eles, pela leitura dos antigos geógrafos. A navegação atingira, entretanto, mais vasta expansão e os Castelhanos, conduzidos para o Ocidente por Colombo, disputavam-nos o domínio de certas regiões. Assiste-se então ao Tratado de Tordesilhas e ao natural retraimento de notícias, por parte de D. João II. O sigilo, no entanto, não foi tão grande que o próprio monarca não fizesse algumas revelações e que estrangeiros como Martin Behaim, Jenónimo Münzer e Sebastião Brandt não pudessem difundir o que haviam ouvido ou observado directamente. Chega mesmo a registar-se a aventura de uma viagem francesa à Costa da Mina (1480). O Congo tem, neste tempo, o seu primeiro cronista — Rui de Pina — e o ambiente literário, histórico e geográfico patenteia, posto que em tentames não muito significativos, algumas das novas conquistas geográficas dos mares de África. A cartografia é, de todas as expressões escritas, a que melhor fixa esses êxitos. Conseguiu-se já ajuntar um bom grupo de cartas, quer estrangeiras quer portuguesas.

Graças às viagens e informações de Pêro da Covilhã e Bartolomeu Dias consegue-se, alfim, fechar o ciclo dos caminhos que levam ao Oriente, por terra e mar, até ao ponto almejado: o empório das especiarias, que mais tarde se veio a saber, chamar-se Calecute. Com Vasco da Gama completa-se a via marítima. A emoção explodiu por toda a parte, trazendo a uns, incontida satisfação, e a outros, justificado receio de monopólios comerciais. O próprio rei comunicou a notícia aos povos do seu reino e aos soberanos das suas relações. Conhecem-se apenas as cartas remetidas aos Reis Católicos e ao Cardeal Protector em Roma. Encarregaram-se, porém, de espalhar a notícia pelos meios mercantis, Sernigi e Detti. A inaudita descoberta foi apressadamente transmitida de Calecute para o Cairo e daí, para Veneza; ficou marcada nos diaristas italianos e recolectores de relações modernas; e, a propósito, a velha Índia foi cantada por poetas, como Giuliano Datti e, talvez, nesta altura, mais recordadas as viagens por terra, de Marco Polo e Niccolò di Conti ao Oriente.

A ciência náutica portuguesa via-se assim coroada de êxito, que compensava, suficientemente, os aturados esforços dos mareantes e o aperfeiçoamento técnico dos meios ao seu dispor. A partir deste momento, as viagens sucedem-se com ritmo acelerado e bom sucesso impressionante, apesar de ainda se não poderem evitar os naufrágios perante as tempestades, nem evitar certo número de doenças, provocadas, em parte, por condições pouco satisfatórias, sobretudo alimentares. Descobre-se o Brasil, traz-se a primeira carga de especiarias, que atrai mais comerciantes estrangeiros a

Lisboa — italianos e alemães; inunda-se a Europa de artigos e de géneros orientais. As notícias correm paralelas ao desenvolvimento crescente do comércio. Das cartas de Pêro Vaz de Caminha e Mestre João, parece que nada transpirou no exterior, mas não faltou quem propalasse alguns resultados e inêxitos das navegações portuguesas para o Ocidente. Vespúcio é, de todos, o que consegue impressionar mais a opinião pública, podendo talvez classificar-se o êxito das suas narrativas — genuínas ou adulteradas — como retumbante manifestação de uma propaganda bem dirigida, cremos que mais por editores do que por ele próprio. A imprensa apoderou-se desta e doutras relações de viagens maravilhosas que se davam como autênticas. Outros mercadores estrangeiros e diplomatas, residentes em Lisboa, remetiam notícias, sobretudo para Itália e para a Alemanha. D. Manuel dirigiu a sua comunicação, pelo menos aos Reis Católicos. Os próprios diários do bordo ultrapassaram as fronteiras. Um padre indiano, trazido de Lisboa, faz viagem até Roma e informa tudo quanto sabe. Os italianos e os alemães que tomam parte nas expedições marítimas, escrevem ou vão mesmo até suas terras. Ninguém pretende conter as notícias.

O impressor alemão radicado na Corte, Valentim Fernandes, edita a *Vita Christi* em português, para agradar à rainha, e imprime, também em vernáculo, os livros de Marco Polo, a relação de Nicolò di Conti e a carta de Jerónimo de Santo Estêvão, no intuito expresso de fornecer aos que partiram para a Índia textos mais modernos do que as geografias clássicas, para que comprovassem ou corrigissem as observações daqueles viajantes italianos. O seu volume depressa é estampado em espanhol e os primeiros livros das *Décadas* de Anghiera, com a viagem de Colombo, são enviados por um diplomata para Itália, onde os cronistas mais afamados, Jacopo Filippo Foresti e Marco António Coccio Sebélico, tìmidamente começam a guarida a algumas notícias. Mas, de uma maneira geral, os historiadores e os geógrafos pouco alteram as reedições das suas obras, não se compreende bem porquê. Ainda no decurso dos três primeiros anos do século XVI, são os cartógrafos quem melhor fixa os acontecimentos. El-rei proíbe a divulgação dos mapas. Mas nada detém os curiosos e interessados pelos achados exóticos. Os planisférios de Juan de la Cosa (1500) e de um português anónimo (dito de Cantino, 1502), proporcionam o desenho mais fiel da costa africana e de todos os descobrimentos geográficos, espanhóis e portugueses. Outros, porém, conseguem igualmente subtrair-se à vigilância das autoridades e servir de modelo a vários cartógrafos italianos. Pedro Reinel que, tal como Jorge de Aguiar, já antes do regresso de

Vasco da Gama, aproveitara os novos conhecimentos, para renovar a cartografia, continua, neste período e nos seguintes, a trabalhar com a perfeição que transmite a seu filho Jorge.

Como aconteceu com a cartografia, também se verificou, no simples relato do servidor fiel de el-rei e, sem dúvida, de muitos navegadores para seus familiares ou amos, o mesmo cuidado em comunicar para Lisboa, as maravilhas dos ignorados continentes. Entre outros, Gaspar Pereira, relatou os costumes da Índia (1505) e Duarte Pacheco Pereira, possìvelmente, no mesmo ano, traçou o roteiro das costas de África, com desenhos que se perderam. A partir desse ano e durante o quinquénio que nele começa, a notícia multiplicou-se por variadas formas de expressão, que poderíamos caracterizar pelos adjectivos *literária* (*lato sensu*), em prosa e verso; *plástica* (tapeçarias, gravuras e cartografia): *técnica* (os «guias náuticos» impressos): e *oratória* (discursos de obediência de Diogo Pacheco e Vasco Fernandes de Lucena). O monarca prossegue no propósito de dar a conhecer a glória que recebia com o bom sucesso dos seus mareantes e manda fixar em tapeçarias, factos memoráveis, ocorridos em África e na Índia. Para além do peso ou valor da mercadoria ou mesmo das vitórias sobre o Muçulmano, D. Manuel transmite a descoberta geográfica, como as das ilhas de Ceilão e de Madagáscar. E já não é só a Índia ou a África que andam em foco. Também de Ormuz, no Golfo Pérsico, se difundem notícias pela Europa fora. Américo Vespúcio encarrega-se de espalhar páginas curiosas sobre os naturais e a terra americana. Aliás, os impressores não aproveitam apenas a novidade desses relatos. Em Roma compõe-se também um folheto com o resumo das viagens lusitanas para o Oriente, que se atribui a D. Manuel.

De Veneza partem para Lisboa diplomatas, com segundas intenções, como é o caso de Ca Masser, que resenha as viagens efectuadas até esse momento. Para a Alemanha saem relatos de viagens, remetidos por alemães que participaram nalgumas navegações (Sprenger e Hanz Mayr) ou por Valentim Fernandes — aqueles, naturalmente, para Welser e estes, para Conrad Peutinger. Na cartografia aumenta a tarefa de rectificação, salientando-se o grupo francês de Saint-Dié (Waldseemüller), sem faltarem, porém, cartógrafos italianos e alemães.

A tipografia interessa-se ainda mais, agora não só por relatos, mas também pelos próprios mapas. Certamente notável foi a colectânea de relações impressas em Vicenza por Montalboddo, com o título de *Paesi novamente retrovati*, traduzida em alemão, francês e latim, esta, em Milão,

com a designação não menos sugestiva de *Itinerarium Portugallensum, e Lusitania in Indiam et inde in Occidentem et demum ad aquilonem,* A esta tem de se juntar uma nova e não inferior colecção, que ficou manuscrita, de textos de vária ordem, enviada por Valentim Fernandes a Peutinger.

Na segunda década do século, a África, o Brasil e o Oriente mantiveram o mesmo expoente de interesse geral, até ao ano da morte de D. Manuel. As grandes ilhas de Madagáscar, Ceilão e Samatra; Malaca, Sião, Molucas, a China; o mar Vermelho, o Preste João e a Pérsia, o Ganges; a costa americana até ao rio da Prata; a África com a boa nova do estado cristão do Congo, pululam na imaginação de quem lê as cartas particulares enviadas à família e aos senhores ou patronos; as missivas oficiais remetidas ao Papa e aos reis de Castela; as obras impressas de Luís Varthema e Juan Augur-Martin Fernández de Figueroa; ou as manuscritas de Zurara e Cadamosto; de Tomé Pires e Duarte Barbosa; ou quem vê os animais exóticos exibidos em Roma por ocasião da embaixada de 1514 e ouve as orações aí proferidas no acto de obediência ao Papa, do rei português.

6. Apesar de tudo, fora de Portugal, a notícia não impregnou as camadas mais baixas, podendo até avançar-se nomes de pessoas ilustres, neste e nos períodos seguintes. Como vimos, Leonardo da Vinci e os historiadores italianos, Maquiavel e Guicciardini nunca se referem ao Mundo Novo nem às travessias atlânticas. Rabelais (1494-1535) e Montaigne (1533-1592), mostram-se insensíveis a quanto realizámos nas heróicas andanças reveladoras do Mundo. O primeiro alude às viagens dos *Portugaloys,* apenas para mostrar que o seu herói que vai em demanda da *dive Bouteille,* ou seja, do símbolo do saber por assimilação do conhecimento directo, e não por *ouyr dire,* segue para o Oriente por outra rota — a do Nordeste. A *Pietre Alvarez* atribui injustamente lugar entre o auditório do *ouyr dire,* como se o descobridor do Brasil não fosse mais que repetidor livre de ciência alheia. Montaigne só recolhe na sua torre, de onde contempla a vida passada e contemporânea, entre os livros que o põem em comunicação com o velho mundo clássico, aqueles que lhe rasgam, ao olhar, os novos mundos descobertos. Entre esses livros figura o de Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis gestis,* de cuja forma clássica traça o elogio. E aproveita os exemplos aí colhidos para fundamentar e enriquecer o seu conceito de homem — *ondoyant et divers* — e fortalecer

a sua atitude céptica — *Que sais-je?* — sobretudo expostas no longo ensaio *Apologie de Sebond* (1).

E, o que pior é, os mesmos geógrafos não se renovaram, como convinha. Recordemos, por exemplo, Sebastião Münster, autor da *Cosmographiae Universalis* (1550), e as sucessivas reedições em várias línguas, desse pequeno livro de Boemo sobre os costumes, as leis e os ritos das gentes. A melhor tentativa que se efectuou, dentro do século XVI, deve-se a François Belle-Forest, que em 1575 aumentou consideràvelmente a obra de Münster.

Diogo do Couto, em 1597 denunciará, com autoridade, a barreira que separa as geografias antiga (com seus seguidores) e moderna, não deixando mesmo de reconhecer os progressos obtidos depois de o seu antecessor ter redigido as *Décadas:* «Posto que João de Barros tenha escrito muito bem destas Ilhas de Maluco, de sua povoação e princípio de seus Reis, todavia quisemos aqui fazer esta *nova descrição*, porque depois que ele escreveu, viemos a alcançar muitas cousas que naquele tempo se não sabiam, que são cousas muito necessárias e curiosas».

E passando à rectificação indispensável, continua noutro passo: «Já que estamos neste Reino do Guzarate, razão é que mostremos os seus antigos limites e que confundamos o erro de Abraão Ortelio e todos os mais geógrafos que lançaram o rio Indo dentro na enseada de Cambaia, estando elle tão distante como é dali a Cidade» (2). Noutra circunstância há-de mesmo considerar-se o primeiro a escrever com exactidão: «sobre a ilha de Ceilão (que ele identifica com a Taprobana, mostrando que esta não é a ilha Samatra) (3), princípio de sua povoação e da origem dos seus Reis, cousa de que até agora ninguém escreveu senão nós, o que nos custou muito averiguar por suas próprias escrituras que achámos em mãos de alguns Príncipes daquela Ilha, que vieram a esta cidade de Goa» (4).

Ele promete ir mais adiante na sua revisão geográfica, «Pelo decurso da história mostraremos nomes próprios de cidades, vilas, rios, promontórios e muitas outras cousas que andam adulteradas *nos escritores italianos* que à Índia vieram antes dos Portugueses, como foram Marco Polo veneto, Micer de Conti, e outros; porque de traducção em traducção,

(1) H. Cidade — *Idioma e cultura,* in *Portugal — Oito séculos de história ao serviço da valorização do Homem e da aproximação dos povos,* Lisboa, 1958, pp. 95-96.

(2) Diogo do Couto — *Ásia,* década IV, II, Lisboa, 1778, pp. 166 e 343.

(3) Id., *ibd.,* pp. 65 e segs.

(4) Id., *ibd.,* década V, I, Lisboa, 1779, pp. 45, 66 e segs.

vindo a mudar sylabas e letras, perderam de todo os nomes verdadeiros e muito poucos dos que elles nomeam, são hoje conhecidos neste Oriente. Deixemos *gregos* e *latinos*, que he hum pego infinito, do que tem nascido tão grande confusão nos nomes dos símplices entre os Médicos e não nos tem dado pouco trabalho as informações que com os Mouros e Gentios tomámos» (1).

Mas os geógrafos não consultaram Couto, e, de novo, em 1634, se levantará outra voz portuguesa no Oriente — o P.e João Rodrigues Tçuzu, a censurar os que seguiam Geraldo Mercator, «corifeu dos geógrafos destes tempos», sobre as terras do Extremo Oriente, nomeando Abraão Ortelio, em seu *Theatro do Mundo* (Antuérpia, 1570) e João António Magina, na sua geografia e nos comentários sobre a geografia de Ptolomeu: *Geographiae universae tum veteris tum novae absolutissimum opus (...) Cl. Ptolemaei (...) geographiae enarrationis libri octo,* Veneza, 1596.

Encontrando dificuldade na localização real de certas terras, Mercator identificou os topónimos como pôde. A propósito, João Rodrigues adverte que essas dificuldades, «na verdade, para os que nestas partes andam e as everiguam com o que Ptolomeu delas disse, não são dificuldades, querendo estes autores, estando em Europa, por conjecturas e falsas informações, adivinhar o que cá está neste Oriente tão remoto de seus olhos não dando crédito ao que João de Barros, historiador tão grave e verdadeiro, tão apuradamente tratou destas mesmas causas (2), nem ao que outros autores portugueses que nestas partes andaram e com muita verdade e clareza, depois de vários exames escreveram delas, averiguando toda a costa da Índia, seus promontórios e ilhas de que Ptolomeu tratou, por onde abertamente se enganaram com suas falsas conjecturas e confundiram toda a costa da Índia e ilhas e os cabos, promontórios e rios, de que Ptolomeu fala na sua geografia destas partes» (3).

Acentua que na Europa, «até agora», isto é, 1634, «não tiveram notícia» do Extremo Oriente e anuncia, já completa, «uma geografia destas partes, ordenadas com suas tábuas gerais e particulares», «feita com muita diligência» (4), que Schurhammer pensa ter ficado em desejo (5). Contudo, fez preceder a sua *História da Igreja do Japão,* de

---

(1) Diogo do Couto — *Ásia,* década IV, II, p. 351.

(2) Barros — *Déc. II,* pp. 249-250; III, pp. 231-234.

(3) João Rodrigues Tçuzu — *História da Igreja do Japão,* Macau, 1954, 1.º vol., pp. 87-88.

(4) Id., *ibd.,* p. 82.

(5) Schurhammer — *Descobrimento do Japão,* p. 24, nota 27.

uma *Descrição Geral da Ásia e ilhas deste Mar Oriental* e de uma *Nova e verdadeira descrição da Ásia, bastante* pormenorizada.

Afinal, conforme anota Schurhammer, a obra de Marco Polo ficou sendo, até ao século XVIII, a base dos nossos conhecimentos sobre grande parte da Ásia, em certos meios, acrescentamos nós como se poderá observar, na sequência do período que tratámos. Faltou, na verdade, uma obra elaborada por um português, que juntasse, ao que viu, tudo o que os seus compatriotas ou estrangeiros deixaram escrito, utilizando, ao mesmo tempo, a geografia clássica e «os padrões da costa dela (a África descoberta até ao reinado de D. João II e, depois, os descobrimentos geográficos de D. Manuel), segundo per os seus descobrimentos estavam arrumados», com a indicação das coordenadas geográficas e a indicação das distâncias (1). Tal devia ser o tipo de *Geografia* que João de Barros, sem dúvida o primeiro a desejar preencher essa lacuna, idealizou e redigiu, no todo ou em parte, como amiúde refere nas *Décadas*.

Pelas referências que lhe faz, sempre que nelas expõe, sem o necessário desenvolvimento, pontos geográficos, vê-se que a obra começava, nos primeiros livros, por assuntos conexos com a navegação, em que expunha, naturalmente, a teórica do Céu e porventura os mares, ventos e correntes. Nomeadamente alude ao astrolábio e à sua aplicação e uso na navegação em Portugal (2) e à belestilha e seus inventores, maneira de navegar dos nautas de toda a Índia, com especial menção das tábuas que um deles mostrou a Vasco da Gama (3).

Entrando prôpriamente na geografia física e humana, dividia-se a obra em duas porções, caracterizadas pela forma de apresentação — os «Comentários» (4) e, talvez a maior, as «Tábuas». Àqueles reservou a função de pormenorizar «cada Reino per si» (5), e por isso neles tratou «copiosamente», de pontos geográficos e respectiva população da costa ocidental e traçou a descrição e figura» (decerto, desenho), do cabo da Boa Esperança (6), lembrando os mosteiros de religiosos edificados em ilhas de rios afluentes do Nilo (7). Sobre a Abissínia escrevia «largamente» na *Geografia:* do estado do seu soberano e origem da monarquia e costumes de

---

(1) Barros — *Déc. I,* p. 91.
(2) *Ibd.,* p. 135.
(3) *Ibd.,* p. 152.
(4) *Ibd.,* p. 370.
(5) *Déc. III,* p. 130.
(6) *Déc. I,* p. 93.
(7) *Ibd.,* p. 392.

sua religião. Ao tratar do Egipto, tanto nas *Taboas* como nos *Comentários* da *Geografia*, proporcionava ao leitor o nome e o curso dos rios que atravessam a Etiópia, revelando a razão do seu crescimento «no tempo de nosso verão». Também relatava, no momento próprio, o que leu sobre a genealogia dos príncipes dos Tártaros, numa «crónica em párseo que houvemos dos feitos de Tamor Langue, a que os nossos chamam Tamerlão» (1).

Quando chega à Índia demora-se numa «universal descrição das terras e portos marítimos, à maneira de roteiro de navegar, de todo aquele Oriente» (2). Na parte da Índia dizia quanto soubera dos rios Indo e Ganges e, a propósito da possível origem comum, narrava «a fábula dos dous irmãos, que anda entre eles», indianos (3). Dissertou «copiosamente» acerca dos baneanes, de seus usos, crenças e costumes (4). Também descrevia as ilhas dos Léquios (Kyûkiû), o Japão e a «grande província de Meaco» — ilha ou terra firme a seguir à costa da China. Revelava a escrita dos chinas (alfabeto, forma de letra e o modo de escrever da parte esquerda para a direita, «e os costumes desta gente» (5). A respeito do Pegu, nas *Décadas* limita-se a dar «as demarcações dele, o sítio, abastança e religião da gente», deixando «o mais de seus costumes, governo e estado de seu Rei, uso de suas armas e outras cousas que entre eles se usa», para os *Comentários da geografia*, «a que sempre nos remetemos, por ser da própria matéria, para quando *mais particularmente* falamos de cada reino per si» (6). Numa quarta parte da Geografia, «em que o orbe se pode dividir», ocupava-se das ilhas antigas e das novamente encontradas (7).

Cremos que boa parte da sua obra, era constituída por tábuas, por entender que havia cousas que são «mais para pintura que escritura», como a terra do golfo de Bengala — «toda terra cortada em ilhas e baixios que fazem as bocas do Ganges, com a cópia das suas águas» (8). «Graduação» era a forma de apresentar essas tábuas (9). «Em graduação» situou, por exemplo, nas «tavoas da nossa geografia», os rios Sene-

(1) *Déc. III*, pp. 165, 167, 171.
(2) *Déc. I*, p. 349.
(3) *Ibd.*, p. 154.
(4) *Ibd.*, p. 151.
(5) *Ibd.*, p. 370.
(6) *Déc. III*, p. 130.
(7) *Déc. I*, p. 302.
(8) *Ibd.*, pp. 361-362.
(9) *Ibd.*, p. 351.

gal e Gâmbia (1). O mesmo fez com relação a Zanzibar (2). Da costa da China, ignorada da navegação ocidental, «e de todo o interior da grande província de Meaco», deixava «demonstração» nas tábuas da geografia, utilizando, para isso «um livro de Cosmografia dos chins, impresso por eles com toda a situação da terra, em modo de itinerário (3).

De todo este extraordinário contacto dos Portugueses com o Oriente, entendeu Barros que devia separar, da sua *Geografia*, um tema conjunto, o da arquitectura das habitações desses povos, que reservava para nova obra sobre a *Esfera da estrutura das cousas* (4). Uma das partes desse livro seria consagrada à mecânica, «que é toda arquitectura, intentando provar nele que a arte de construir ocidental, provinha das regiões orientais.

Perderam-se estas duas obras, e, por isso, sendo verdade que, «em menos de um quarto de século», as maravilhas do Mundo foram reveladas à Europa (5), a difusão das notícias, com atingir proporções razoáveis por todos os meios ao dispor da técnica de então, não conseguiu igualar as dimensões da obra dos Descobrimentos. Bem se exprimiu Barros, quando aludiu às desencontradas opiniões dos que em Portugal criticavam a iniciativa dessa obra: «E ainda a muitos, vendo sòmente na carta de marear uma tam grande costa da terra pintada e tantas voltas de rumes que parecia rodearem as nossas naus duas vezes o *mundo sabido*, por entrar no caminho *doutro novo que queriamos descobrir*, fazia neles esta pintura uma tam espantosa imaginação que lhes assombrava o juizo» (6). Camões, nos conhecidos versos que citámos no Prefácio — de que tiramos o título do nosso trabalho —, não fez mais que parafrasear estas palavras que, na verdade, sintetizam todo o serviço prestado à ciência geográfica e à comunicação dos Povos entre si, para uma maior compreensão universal, que para sempre há-de perdurar como monumento singular da presença de Portugal no Mundo.

Alfim, ocorre-nos perguntar, por ouvir ao longe certa tese de que a intervenção ultramarina portuguesa se caracteriza por incorrigível medievalismo: A acção deste livro decorre na Idade Média ou no Renascimento?

---

(1) *Déc. I*, p. 105.
(2) *Ibd.*, p. 315.
(3) *Ibd.*, pp. 353 e 364.
(4) *Déc. II*, p. 13.
(5) A. Cortesão — *P. M. C.*, 1 vol., Introdução geral, p. XVII.
(6) *Déc. I*, p. 224.

Em época isenta de técnica e progresso no conhecimento do homem ou no início da era moderna?

Sem entrar na controvérsia dos conceitos que se podem atribuir àqueles vocábulos, sentimos impor-se-nos, com clareza, a observação do nascimento de mundos novos, tanto para a Europa como para a África, o Oriente e a América, devido aos descobrimentos geográficos empreendidos a partir da Península Ibérica, rumo ao oceano Atlântico. O homem europeu contacta com o homem desconhecido e este toma conhecimento de seres humanos que ignorava por completo. Com esses contactos de psicologias tão diversificadas verifica-se igualmente a permuta de revelações da técnica ou maneiras de viver, aproveitar e explorar os produtos da Natureza, dispondo-se de meios mais aptos para difundir, por raio de acção incomparàvelmente superior, a utilização de novos vegetais, animais e minerais, por exemplo, trazendo especiarias e drogas, é certo, mas também levando cobre e artefactos; criando novas zonas de cultura de cereais, açúcar, etc. *Um mundo de relações novas* — de pessoas e de cousas — que dão direito e conferem verdade ao título de que nos servimos, porque realmente constituem *Mundos novos do Mundo*.

BIBLIOGRAFIA

Acta Cartographica — A series of monographs and studies on the history of cartography, reprinted from periodicals since 1800. Vol. I (1967, Amesterdam, Theatrum Orbis Terrarum, Ltd.); vol. 2 (1968); vol. 3 (1968); vol. 5 (1969); vol. 6 (1969); vol. 7 (1970); vol. 8 (1970). *Ver* C. ERRERA.

ADONIAS (Isa) — *A Cartografia da região Amazônica*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1963.

AILLY (Pierre d') — *Ymago Mundi*. Texte latin et traduction des quatre traités cosmographiques de d'Ailly et des notes marginales de Christophe Colomb. Étude sur les sources de l'auteur. Par (...) Edmond Buron, 3 vols., Paris, 1930.

ALBÉRI (Eugénio) — *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato durante il secolo decimosesto*, t. 1, série 1. — *Appendice*, Florença, 1863, pp. 419-422.

ALBERTINI (Francisco) — *Opusculum de Mirabilibus Novae et Veteris Urbis Romae*, editum a Francisco de Albertinis Clerico Florentino dedicatumque Julio secundo Pon. Max. — *Colofon:* Impressum Romae per Iacobum Mazochium Romanae Academiae Bibliopolam (...) anno salutis M.D.M. Die IIII Febr. (B.A.-53/VI/5[2]).

ALBUQUERQUE (Afonso de) — *Cartas para ElRei*. Selecção e notas de A. Baião. Ed. Sá da Costa. Lisboa, 1942 — *Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de Documentos que as elucidam* (Edição da Academia das Ciências, 7 vols., Lisboa, 1884-1935).

ALBUQUERQUE (Brás de) — *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, Lisboa, João Barreira, 1557; 2.ª ed., Lisboa, *ibd.*, 1576; 4.ª ed., prefaciada e revista por António Baião, 2 vols., Coimbra, 1923. — Tradução inglesa: *The Commentaries of the Great Afonso Dalboquerque, second Viceroy of India*. Translated from the Portuguese Edition of 1774, and edited by Walter de Gray Birch. 4 vols., Londres, 1875-1883.

ALBUQUERQUE (Luís de) — *Introdução à história dos Descobrimentos*, Coimbra, 1962;

A determinação de latitudes por alturas de estrelas na náutica dos descobrimentos, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, 2.º vol., Lisboa, 1961, pp. 429-450;

Algumas observações sobre o Planisfério «Cantino» (1502). Com a colaboração de J. Lopes Tavares, Coimbra, 1967;

Os Guias náuticos de Munique e Évora, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga. Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1965;

O primeiro guia náutico português e o problema das latitudes na marinha dos séculos XV e XVI, Coimbra 1960 (Sep. do vol. 19, da *Revista da Universidade de Coimbra*);

A navegação astronómica; instrumentos de alturas e a técnica da navegação, in A. Cortesão — *História da Cartografia Portuguesa*, 2.º vol., pp. 225-461;

O livro da Marinharia de André Pires, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1963.

Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo, Acerca das Navegações e Conquistas. Prólogo de José Ramos Coelho, Lisboa, 1892.

ALLULLI (Ranieri) — *Ver* Marco POLO, ed. de Caddeo.

ALMAGIÀ (Roberto) — *Notizia di quattro carte nautiche della R. Biblioteca Estense*, in *La Bibliofilia*, Florença, ano XXVII, Disp. 10.ª-11.ª, pp. 337-347;

Le scoperte dei portoghesi in Africa e la cartografia italiana dei secoli XV e XVI, in *Congresso do Mundo Português*, vol. III, I, pp. 469-475;

I mappamondi di Enrico Martello e alcuni concetti geografici di Cristoforo Colombo, in *La Bibliofilia*, vol. 42 (1940), pp. 288-311, Florença, 1941;

On the Cartographic Work of Francisco Rosselli, in *Imago Mundi*, Estocolmo, 1951, pp. 27-34;

Intorno a quattro codici fiorentini e ad uno ferrarese, dell'erudito veneziano Alessandro Zorzi, in *Bibliofilia*, ano XXXVIII, Florença, 1936, pp. 313-347;

Scritti Geografici (1905-1957). Con elenco cronologico completo delle pubblicazioni. Roma, 1961;

Monumenta Cartographica Vaticana, 4 vols., Vaticano, 1944, 1948, 1952, 1955.

ALMEIDA (Fernando de) — *Oratio ad Alexandrum VI*, Roma, 1493 (?). (B. N. Pa. Rés. H. l. 651). Reprodução em fac-símile, em A. Fontoura da Costa — *Às portas da Índia em 1484*, Lisboa, 1936, pp. 97 e segs. (Doc. V); em Joaquim de Carvalho — *Excerpta Bibliographica ex Biblioteca Colombiana*, in *Arquivo de História e Bibliografia*, Coimbra, 1925 — Tradução de Basílio de Vasconcelos, *in* A. Fontoura da Costa, o. *c.*, pp. 101-108.

ALMEIDA (Justino Mendes de) — *Portugal nas «Crónicas de Nuremberga»*, in *Arquivos de Bibliografia Portuguesa*, n.ºs 19-20, Coimbra, 1959. — *Ver* Jerónimo CARDOSO.

ALMEIDA (Lopo de) — *Carta a D. Afonso V*, de Nápoles, 18 de Abril de 1452, in Sousa — *Provas*, I, III, p. 381 — *Ver* Rodrigues LAPA.

ALMEIDA (Luís Ferrand de) — *Vespúcio e o descobrimento do Rio da Prata*, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1964, t. XI, vol. I, pp. 16-60.

ALTOLAGUIRRE Y DUVALE (Angel de) — *Cristobal Colon y Pablo del Pozzo Toscanelli. Estudo critico del proyecto formulado por Toscanelli y seguido por Colon, para arribar al extremo Oriente de Asia, navegando la via del Oeste*, Madrid, 1903.

ÁLVARES (Francisco) — *Verdadeira informaçam das terras do Preste João*, Lisboa, Luis Rodrigues, 1540. Reedição, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1943.

ÁLVARES (Fr. João) — *Trautado da vida e feitos do muito vertuoso Sr. Infante D. Fernando*, Coimbra, 1960.

Anais da Academia Portuguesa de História — *Ver* Joaquim BENSAÚDE; Carlos de PASSOS; António BRÁSIO; Georg SCHURHAMMER.

Anais da Junta de Investigações do Ultramar — *Ver* H. Gomes de Amorim PARREIRA; Visconde de LAGOA.

Anais Marítimos e Coloniaes — Parte não oficial. — 3.ª série, Lisboa, 1843; 4.ª série, *ibd.*, 1844; 5.ª série, *ibd.*, 1845.

Analecta Gregoriana — Roma. — *Ver* Ricardo G. VILLOSLADA.

ANDRADE (António Alberto de) — *Vernei e a Filosofia Portuguesa*, Braga, 1946;

Relações de Moçambique Setecentista, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1955;

Muitas raças, uma só Nação (Esboço da Teoria do Humanismo Português), Lisboa, A. G. U., 1968;

As incorrecções da carta de Pero Vaz de Caminha, in *Studia*, n.os 30-31, Lisboa, Agosto-Dezembro de 1970, pp. 57-69;

Drogas do Oriente (Sep. dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. III, Paris, 1971, pp. 112-188).

Perspectiva histórica de Timor (Sep. de *Províncias Portuguesas do Oriente* — Curso de extensão universitária, 1966-67, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa).

ANDRADE (Francisco de) — *Chronica do muyto alto e muito poderoso Rey ... D. João III*, Lisboa, 1613.

ANGHIERA (Pietro Martyr de) — *Legatio Babilonica. Occeanea decas, Poemata*, Sevilha, 1511;

Libretto de tutta la navigatione de Re de Spagna dele Isole et terreni novamente trovati, Venice, 1504. A facsimile from the only known perfect copy, now in the John Carter Brown Library, of the famous Little book of the King of Spain's voyages, being. With one introduction by Lawrence C. Wroth, Paris, Lib. ancienne Honoré Champion, 1929/1930. — Nova reedição fac-similada em Carlos Sanz — *Biblioteca Americana Vetustissima. Ultimas adiciones*, 1.° vol., Madrid, 1960, pp. 307-336;

De Orbe Novo (...) Décadas, Alcalá, 1516 (B. N. Md. — R/9022). Compluti, 1530. (B. N. L. — Res. 450 v); *De Orbe Novo de Anghiera. Les Huit Décades*, traduites du latin, avec notes et commentaires, par Paul Gaffarel (t. XXI de Recueil de voyages), Paris, 1907; *Decadas del Nuovo Mundo, vertidas del latin* (...), por el Dr. Joaquin Torres Asensio (Colecção Fuentes para a história da América), Buenos Aires, 1944 (Reprodução da edição de Madrid, 1892);

Opera, Graz, 1966 (Introd. de E. Woldan).

Annali di Geografia e di Statistica — Génova, vol. II.

ANSELMO (A. J.) — *Bibliografia dos incunábulos portugueses*, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, n.° 3, Lisboa, 1920, pp. 186-191;

Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI, Lisboa, 1926.

ANTÓNIO (Nicolau) — *Bibliotheca hispana vetus*, 2 vols., Madrid, 1788;

Bibliotheca hispana nova, sive Hispanorum Scriptorum qui ab anno MD ad MDCLXXXIV floruere notitia, 2 vols., Madrid, 1783.

APIANO (Pierre Bienewitz) — *Ver* Joaquin VADIANUS.

ARAGÃO (A. C. Teixeira de) — *Vasco da Gama e a Vidigueira*, Lisboa, S. G. L., 1898;

Descripção Geral e Histórica das Moedas cunhadas em nome dos Reis, etc., t. 1, Lisboa, 1874.

Archivio Storico Italiano — *Ver* Dominico MALIPIERO; Giovanni DA EMPOLI; A. GIORGETTI.

Archivio Veneto, Veneza — *Ver* B. CECCHETI, Rinaldo FULIN.

Archivo Historico Portuguez, II, Lisboa, 1904 — *Ver* A. BRAAMCAMP FREIRE.

Archivos dos Açores — Ponta Delgada, n.° 1, Maio, 1878. — *Ver* Ernesto do CANTO; Francisco A. CHAVES.

ARCINIEGAS (Germán) — *A primeira viagem de Américo Vespúcio*, in *Revista de História*, S. Paulo, vol. IX, Janeiro-Março de 1958, pp. 43 e segs.

ARIOSTO — *Orlando Furioso*, Ferrara, 1516 (B. N. Pa. — Res. Yd. 242); *ibd.*, 1521.

Arquivo do Distrito de Aveiro — *Ver* Alberto da Rocha BRITO.

Arquivo Portuguez Oriental — Bastorá — *Ver* Álvaro VELHO; Bragança PEREIRA.

Arruda (Manuel Monteiro Velho) — *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, Ponta Delgada, 1932.

Asensio (Joaquin Torre) — *Ver* P. M. Anghiera.

Aspects (Les) Internationaux de la Découverte Océanique aux XVe et XVIe siècle. Actes du Cinquième Colloque International d'Histoire Maritime — Lisboa, 14-16 septembre 1960). Presentés par Michel Mollat et Paul Adam. Paris, 1966. — *Ver* L. de Matos; W. G. L. Randles; Guy Beaujouan; P. de Dainville; A. Teixeira da Mota; H. Kellenbenz.

Atkinson (Geoffroy) — *Les Relations de Voyages des XVIIe siècle et l'évolution des Idées. Contribution à l'étude de la formation de l'esprit du XVIIIe siècle*, Paris, s/d.;
British contributions to Portuguese and Brazilian studies, Londres, 1945;
La littérature géographique française de la Renaissance. Répertoire bibliographique, Paris, 1927;
Supplément au Répertoire Bibliographique, Paris, 1936.

Aubin (Jean) — *A propos de la relation de Martin Fernandez de Figueroa sur les Conquêtes Portugaises dans l'Océan Indien 1505-1511*, in *Bulletin des Études Portugaises*, Nouvelle série, t. 30, Lisboa, 1969, pp. 49-64.

Aubin (Jean) e Geneviève Bouchou — *Mare Luso-Indicum*, t. 1, Genèbre, Paris, 1971.

Augur (Juan) — *Conquista de las Indias de Persia et Arabia que fizo la armada del rey don Manuel de Portugal e de las muchas tierras, diversas gentes, extrañas riquezas e grandes batallas que alla ovo*, Salamanca, 1512. — N. B. — A obra foi redigida por Augur, segundo a narração de Martin Fernández de Figueroa. James B. Mc. Renna editou-a em espanhol, inglês e fac-símile: *A Spaniard in The Portuguese Indies, The Narrative of Martín Fernández de Figueroa*, Harvard, Cambridge, 1967.

Avezac (Alexandre d') — *Notice des découvertes faites au Moyen Âge dans l'Océan Atlantique antérieurement aux grandes explorations portugaises du XVe siècle*, Paris, 1845;
Les voyages de Améric Vespuce au compte de l'Espagne, Paris, 1858. (Extrait du *Bulletin Soc. Géographie*, Setembro, 1858).
Martin Hylacomylus Waltzemüller, ses ouvrages et ses collaborateurs. Voyages d'exploration et de découvertes à travers quelques épitres dédicatoires, préfaces et opuscules en prose et en vers, du commencement du XVIe siècle, Paris, 1867.

Axelson (Eric) — *South-East Africa 1488-1530*, Londres, 1940.

Azevedo (Lúcio de) — *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, 1947.

Bagrow (Leo) — *History of Cartography*. Edited by R. A. Skelton, Londres, 1964.

Baião (António) — *O comércio do pau brasil*, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, 2.º vol., pp. 317-347;
Documentos inéditos sobre João de Barros, Lisboa, 1917. — *Ver* Afonso de Albuquerque.

Ballesteros (D. António) — *Historia de America y de los pueblos americanos*, t. xxvi.

Bandini (A. M.) — *Vita e lettere de Amerigo Vespucci*, Florença, 1745.

Barbosa (António) — *Novos subsídios para a história da ciência náutica portuguesa da época dos descobrimentos*, in Publicações da 1.ª Secção (I: Descobrimentos), do 1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. — 2.ª ed. — Porto, 1948.

BARBOSA (Duarte) — *Livro de Duarte Barbosa*, n.º VII da *Collecção de Noticias para a História da Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Dominios Portuguezes, ou lhes são visinhas*. Publicado pela Academia Real das Sciencias. T. II, Lisboa, 1813 (pp. 231-396). (Utiliza uma cópia portuguesa de 1558, que confrontou com a versão italiana publicada em 1550 por G. B. Ramúsio, no 1.º vol. da colectânea *Navigationi et Viaggi* — a 1.ª impressa, do *Livro* de Duarte Barbosa). — Reedição de A. Reis Machado, pela Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1946;

A Description of the Coasts of East Africa and Malabar In the beginning of the sixteenth Century, by Duarte Barbosa a Portuguese, translated from an early Spanish manuscript in the Barcelona Library, with notes and a preface, by the hon. Henry E. J. Stanley, London, Hakluyt Society, 1865;

Descripcion de los reinos, costas, puertos e islas que hay desde el Cabo de Buena Esperanza hasta los Leyquios por Fernando Magallanes piloto portugués que lo vió y anduvo todo (...). Real Sociedad Geografica (...) Antonio Blazquez y Delgado Aguilera, Madrid, 1920.

The Book of Duarte Barbosa. An account of the countries bordering on the Indian Ocean and their inhabitants, written by Duarte Barbosa, and completed about the year 1518 A. D. (Translated from the Portuguese text, first published in 1812 A. D. by the Royal Academy of Sciences at Lisbon, in vol. II, of its Collection of Documents regarding the History and Geography of the Nations beyond the seas, and edited and anotated by Mansel Longworth Dames. Londres, 2 vols. Hakluyt Society, 1918 e 1921).

BARCELOS (Cristiano de Sousa) — *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, 6 vols., Lisboa, 1899-1912.

BARROS (H. Gama) — *História da Administração Pública em Portugal nos séculos* XII a XVI, 2.ª ed. (Torquato de Sousa Soares), 11 vols., Lisboa, 1945-1954.

BARROS (João de) — *Ásia. Dos factos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa, João Barreira, 1552, 1553, 1563 (As três primeiras décadas); Madrid, 1615 (a 4.ª); Lisboa, Jorge Rodrigues, 1628 (as três primeiras); Lisboa, 1777 e 1778 (as quatro); 6.ª ed. Actualizada na ortografia e anotada por Hernâni Cidade, Lisboa, Agência-Geral das Colónias: *Déc. I* (1945); *Déc. II* (1945); *Déc. III* (1946); *Déc. IV* (1946). (Utilizámos esta edição).

Panegíricos, Pref. e notas de M. Rodrigues Lapa, Lisboa (2.ª ed.), 1943.

BARTOLAZZI — *Ricerche storico crittiche circa a la scoperte di Americo Vespucci*, Florença, 1789.

BATAILLON (Marcel) — *Étude sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, Coimbra, 1952.

BATELLI (Guido) — *Nel quarto centenario della morte del Sansovino (1460-1529)*, in *Biblos*, vol. V, Coimbra, 1929, pp. 364-370);

La corrispondenza del Poliziano col Re Don Giovanni II di Portogallo, Florença, 1939. (Estratto de *La Rinascita*, ano II, n.º 6, Abril de 1939, Florença). — *Ver* H. Trindade COELHO.

BEAU (Albin) — *A propos de la relation de Martín Fernández de Figueroa sur les Conquêtes Portugaises dans l'Océan Indien 1505-1511*, in *Bulletin des Études Portugaises*, Nouvelle série, t. 30, Lisboa, 1969. — *Ver* A. BRÁSIO.

BEAUJOUAN (Guy) — *Science livresque et art nautique au XV^e^ siècle, Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XV^e^ et XVI^e^ ciècle*. Actes du cinquième Colloque International d'Histoire Maritime, Paris, 1966, pp. 61-85.

BEAZLEY (C. Raymond) — *Prince Henry the Navigator the Hero of Portugal and of modern discovery,* 1895. Tradução portuguesa de A. A. Doria: *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos Modernos,* Porto, 1945.

BECKINGHAM (Charles F.) — *The travels of Pero da Covilhã and their significance.* (Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique o Navegador, 1960).

BÉHAIM (Martin) — *Ver* Diogo GOMES.

BELGRANO (F.) — *Lettera del Re Emanuele di Portogallo a Ferdinando e Isabella di Castiglia, sopra la navigazione di Pedro Alvarez Cabral nel suo ritorno del Brasile, alla costa d'Africa (1500-1501),* in *Bolettino della Società Geografica Italiana,* Roma, 1890, 3.ª série, vol. III, pp. 271-287.

BELLEMO (Vincenzo) — *Ver* Nicoló de' CONTI.

La Cosmografia e la scoperte geografiche nel secolo XV e i Viaggi di Nicolo de'Conti, Pádova, 1908.

BELLIO (Vittore) — *Notizia delle più antiche Carte Geografiche che si trovano in Italia riguardanti l'America,* in *Raccolta Colombiana,* parte IV, vol. II, Roma, 1892.

BEN-BATUTA — *Viagens extensas e dilatadas do célebre árabe Abu-Abdallad mais conhecido pelo nome de Ben Batuta.* Traduzidas por José de Santo António Moura, Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, t. 1 (1840); t. 2 (1855).

BENSAÚDE (Joaquim) — *Origines du Plan des Indes.* 1e partie (XVe siècle). Coimbra, 1929-1930;

Origem do Plano Português da Conquista Oriental (Conferência realizada na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, in *Boletim da Agência-Geral das Colónias,* ano VI, n.º 59, Lisboa, Maio de 1930, pp. 57-77);

As Origens do Plano das Indias (Resposta ao artigo do Ex.mo Sr. Dr. Duarte Leite), Paris, 1930;

A Cruzada do Infante, Lisboa, 1960;

Regimento do Estrolábio e do Quadrante, Introduction, Lisboa, 1924;

L'Astronomie Nautique au Portugal à l'époque des grandes decouvertes, Berna, 1912;

Histoire de la Science Nautique Portugaise à l'époque des Grandes Découvertes, vol. 1: *Regimento do Estrolábio e do Quadrante. Tractado da Spera do Mundo* (ed. facs. de Munique), 2.ª ed., 1924. Vol. 2: *Tractado da Spera do Mundo: Regimento da Declinagem do Sol* (ed. facs. do exemplar de Évora, Genebra, s/d). Vol. 3: *Almanach Perpetuum Celestium Motuum* (Radix, 1473). Tabulae astromicae Raby Abraham Zacuti (...) in latinum translatae per Mag. Joseph Vizinum, Munique, 1915 (Ed. fac-similada da de Leiria, 1946). Vol. 4: *Tratado del Esphera y del Arte de Marear,* por Francisco Falero, Munique 1915 (Ed. facs. da de Sevilha, 1535). Vol. 5: *Tratado da Sphera com a Theorica do Sol e da Lua e ho Primeiro Livro da Geographia de Claudio Ptolomeo* Tirados novamente de latim em lingoagem (...) Tratado que ho Doutor Pedro Nunez fez em defensam da Carta de marear, Munique 1915. Vol. 6: *Almanach Perpetuum Celestium Motuum* (Radix, 1473). Tabulae astronomicae Raby Abraham Zacuti (...) Canons en espagnol. Traduction de Joseph Vizinho, Génève, s/d. (Ed. facs. da de Leiria, 1496). Vol. 7: *Reportorio dos Tempos. Tresladado de Castellano em Portuguez per Valentim Fernandez com o Regimento da Declinação do Sol.* Génève (Ed. facs. da de 1563):

Histoire de la Science Nautique Portugaise. Résumé. Génève, 1917;

Histoire de la Science nautique des découvertes portugaises. Reimpression de critiques étrangères, Lisboa, 1921;

Réimpression de Critiques Étrangères sur l'Histoire de la Science Nautique Portugaise, Lisboa, 1924;

Luciano Pereira da Silva e a sua obra, Coimbra, 1927;

Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises. Réponse à M. Hermann Wagner. Partie I, Génève; partie II, sous presse (em 1921);

Lacunes et surprises de l'Histoire des Découvertes Maritimes, 1[e] partie, Coimbra, 1930;

Estudos sobre D. João II, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.ª série, vol. 1, pp. 173-259.

Berchet (T.) — *Fonti italiane per la scoperta del Nuovo Mondo*, vol. I, da *Raccolta Colombiana*, parte III.

Bergamo (Jacopo Filipo) — *Supplementi Chronicarum*. Veneza, 1486 (B. N. Md. — I) (1649);

Novissime historiarum omnium repercussiones (...) *que Suplementum Supplementi Cronicarum nuncupantur*, Veneza, 1503 (B. N. Pa., fol. Z Don. 94 (13);

Id., *ibd.*, 1506 (T. T. — Imp. Liv., 859 p.).

Suma de todas las Crónicas del mundo llamado en latin Suplementum Cronicarum (trad. de Narcis Viñolas), Valência, 1510 (T. T. — Imp. Liv., 860 p.).

Berjeau (J. Ph.) — *Calcoen — A dutch narrative of the second voyage of Vasco da Gama to Calicut printed at Antwerp circa 1504*. With introduction and translation by (...) London, Basil Montagu Pickring, 1874.

Le second voyage de Vasco da Gama a Calicut. Relation flamande editée vers MDIV. Reproduite avec une traduction et une introduction, Paris, Charavay Frères Editeurs, 1881.

Bibliofilia (La) — Diretta de Leo S. Olschki.

Vol I, Aprile 1899. Disp.ª 1.º Leo S. Olschki, Florença;

Vol II, ano II (1900-1901), *ibd.*, 1901. — *Ver* Roberto Almagià; G. Caraci.

Bibliografia Colombiana, Enumeración de libros y documentos concernientes a Cristobal Colón y sus viajes. Obra que publica la Real Academia de la Historia (4.º Centenário do Descobrimento da América), Madrid, 1892.

Bibliografia Geral Portuguesa, Academia das Ciências de Lisboa, I (século XV), Lisboa, 1941; II (século XV), Lisboa, 1942.

Biblioteca Colombiana. Catálogo de sus libros impresos, 2 vols. Sevilla, 1888, 1891.

Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. — *Ver* A. Dias Dinis.

Bidle — *Memoir of Sebastian Cabot*, Londres, 1831.

Biggar (Percival) — *Les précurseurs de Jacques-Bartier*, 1497-1534, Ottava, 1913.

Bishop Smith (Ronald) — *The first age of the Portuguese embassies, navigations and peregrinations to the kingdoms and Islands of Southeast Asia* (1509-1521). Ducatur Press, Inc. Bethesda, Maryland, 1968.

The first age of the Portuguese embassies, navigations and peregrinations of the ancient kingdoms of Cambay and Bengal (1500-1521), *ibd.*, 1969.

The first age of the Portuguese embassies, navigations in Persia (1507-1524), *ibd.*, 1970.

Boemus — *Ver* J. Vadianus.

Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, Nova série, vol. xxxvi, Lisboa, 1964.

Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra. — *Ver* A. Brásio.

Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto. — *Ver* A. A. Correia da Silva.

Boletim Cultural da Guiné Portuguesa. — *Ver* A. Teixeira da Mota.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. v, 1947.

Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. — *Ver* Joaquim Barradas de Carvalho; F. Leite de Faria; Luís de Matos.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. — *Ver* A. Teixeira da Mota; Norbert Paly; F. M. Esteves Pereira.

Bolletino della Real Società Geografica Italiana. — *Ver* F. Belgrano; E. Emiliani; Prospero Peragallo.

Boni (Gio. B. Baldelli) — *Il Milione di Marco Polo,* 3 vols., Florença, 1827.

Bontier (Pierre) e Jehan Le Verrier — *Le Canarien. Livre de la Conquête et Conversion des Canaries (1402-1422), par Jean de Bethencourt.* Publié d'après le manuscrit original, avec introduction et notes, par Gabriel Gravier, Ruão, 1874. — Nova ed.: *La Conquête et les Conquérants des Iles Canaries,* Nouvelles recherches sur Jean IV de Béthencourt et Gadifer de la Salle. Le vrai manuscrit du «Canarien» par Pierre Margry, Paris, 1896.

Bourdon (Léon) — *Ver* Zurara.

Boutroue — *Les expéditions maritimes des Portugais antérieures à la découverte de l'Amérique,* Paris, 1893, in 8°.

Braga (Teófilo) — *História da Universidade de Coimbra,* vol. 1, Lisboa, 1892;
Poetas palacianos, Porto, 1871.

Brandenburger (Clemente) — *Die Newe Zeytung auss Pressillg Landt,* in *Ihering-Festschrift,* S. Paulo, 1920, pp. 63 e segs. — Ver *Nova Gazeta da Terra do Brasil,* 1515.

Brant (Sebastião) — *Stultifera Navis. Narragonice perfectionis nunquam satis laudata Navis,* Basileia, 1497 (B. N. Pa. — Rés. Yh 51).

Brasão (Eduardo) — *Os Corte Reais e o Novo Mundo,* Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1965.

Brásio (António) — *A acção missionária no período henriquino,* Lisboa, 1958;
O problema da sagração dos Monarcas Portugueses, in *Anais da Academia Portuguesa de História,* Lisboa, 2.ª série, 1962, vol. xii; *Monumenta Missionaria Africana,* Agência-Geral do Ultramar, 1.° vol., Lisboa, 1952; 2.ª série, vol. 1, *ibd.,* 1958;
Alguns problemas da «Crónica de D. João II», de Rui de Pina, in *Ultramar,* n.° 34, Lisboa, 1968;
Uma carta inédita de Valentim Fernandes, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra,* vol. xxiv, Coimbra, 1960, pp. 338-358 (Fac-símile, pp. 340-341; texto alemão, pp. 342-349; trad. portuguesa de Albin Beau, pp. 350-358);
As relações da Cúria Romana com o Imperador da Etiópia na época henriquina, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* vol. v, porte 1, Lisboa, 1961, pp. 85-91.

Braz (A. de Moura) — *O encontro das marinharias oriental e ocidental na era dos Descobrimentos,* in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* série 80, n.os 1 a 6, Janeiro-Junho de 1962.

Brenna (Guglielmo) — *Ver* Pietro di Giovanni Dino.

BRITO (Alberto da Rocha) — *O Aveirense Aires Barbosa, o italiano Petro Martir e a Sifilis*, in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, n.º 48 (Outubro), Aveiro, 1946, pp. 281-296.

Brotéria, Lisboa. — *Ver* Domingos Mauricio Gomes dos SANTOS.

BRUNSCHWIG (Henri) — *L'expansion allemande outre-mer, du XV*[e] *siècle à nos jours*, Paris, P. U. F., 1957;

La participation des capitaux de l'Allemagne méridionale aux entreprises portugaises d'Outre-Mer au tournant du XV[e] *siècle*, in *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XV*[e] *et XVI*[e] *siècles*, Paris, 1966.

Bullarium Patronatus Portugaliae in Ecclesiis Africae, Asiae, atque Oceaniae, curante Levy Maria Jordão, 1.º vol., Lisboa, 1868.

BURNELL (A. C.) e Henry Yule — *Hobson-Jobson: Being a glossary of Anglo-Indian Words and Phrases and of Kindred termes*, Londres, 1886, New edition, 1968.

CABRINI (E. Siracusa) — *Ludovico di Varthema alle isole della Sonda*, Turim, 1932.

CADAMOSTO (Luís de) — *Collecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, vol. II, Lisboa, 1812. (Nova ed. deste volume, 1867);

Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra. (Ed. Damião Peres), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1948.

Relation des Voyages à la Côte occidentale d'Afrique D'Alvise de Cá da Mosto, 1455-1457. Publiée par M. Charles Schefer, Paris, 1895.

Le Navigazioni atlantiche di Alvise de Cà da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco. A cura di Rinaldo Caddeo, 2.ª ed., Milão, 1929.

CADDEO (Rinaldo) — *Ver* Marco POLO e Luís de CADAMOSTO.

CALCOEN. — *Ver* J. Ph. BERJEAU; J. P. Oliveira MARTINS.

CAMPOS (Fernando de) — *O Visconde de Santarém, Mestre do Nacionalismo Português*, Lisboa, 1943.

CAMPOS (Viriato) — *Ver* Álvaro VELHO.

Canarien (Le) — Livre de la Conquête et conversion des Canaries (1402-1422), par Jean de Bethencourt. — Publié d'après le manuscrit original avec introduction et notes par Gabriel Gravier, Rouen, 1874.

CANESTRINI (Giuseppe) — *Intorno alle Relazioni commerciali de' Fiorentini co' Portoghesi avanti e dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza*, in *Archivio Storico Italiano*, App. t. III, Florença, 1846.

CANOVAI (Stanislao) — *Viaggi d'Amerigo Vespucci, con la vita*, Florença, 1817.

CANTO (Ernesto do) — *Donatários da Ilha do Fayal e Pico*, in *Archivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1878, vol. 1, pp. 152-175;

Martin Béhaim e o seu Globo de Nuremberg, ibd., vol. 1, pp. 435 e segs.;

Diogo Gomes de Cintra, ibd., vol. 1, pp. 77-81;

Os Corte-Reais. Memória Histórica, ibd., vol. 4, Ponta Delgada, 1882, pp. 385-590 (separata, *ibd.*, 1883).

CANTO (Eugénio do) — *Carta de El-Rei D. Manuel para os Reis de Castela dando-lhes parte da descoberta da India*, Lisboa, 1906 [também publicada por Teixeira de Aragão — *Vasco da Gama e a Vidigueira*, pp. 217-218; *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pp. 95-96; J. Cortesão — *A expedição de Cabral*, in *Hist. da Colon. Portuguesa do Brasil*, II, p. 9; Bragança Pereira, no *Arquivo Português Oriental*, t. 1, vol. 1, pp. 84-85; Fontoura da Costa — *Roteiro* (as duas minutas), pp. 195-197;

Silva Marques — *Descobrimentos Portugueses*, suplemento ao vol. 1, pp. 549-550].
Supplemento à carta de el-rei D. Afonso IV ao Papa Clemente VI. Extracto das cartas dos moradores florentinos feito por Gio. Boccacio da Certaldo, 1341, Reedição de E. do Canto, Lisboa, 1911;
Carta de El-Rei D. Manoel para os juizes, vereadores, etc., da cidade do Porto, Lisboa, 1908;
Id., *para o juiz, vereadores e procurador da Vila de Elvas*, Lisboa, 1908;
Id., *para o juiz, vereadores, procurador, fidalgos, cavalleiros, escudeiros, homens bons e povo, dando parte da vinda da Armada que foi à India*, Lisboa, 1907;
Epistola Potentissimi ac Invictissimi Emanuelis Regis Portugaliae et Algarviorum, et de victoriis super in Affrica habitis. Ad S. in Christo patrem et dominum nostrum Leonem X Pont. Max. Publicada em *Damiania Goes equitis Lusitani Opuscula quae in Hispania Illustrata continentur*, Coimbra, 1791, pp. 377-381, e em português, na edição dos *Opúsculos Históricos*, de Góis, Porto, 1945, pp. 190-192. (De facto, não aparece na 1.ª edição: *Aliquot Opuscula*, Lovaina, 1544); por Rebelo da Silva, in *Corpo Diplomatico Portuguez*, 1.º vol., p. 207; *Bullarium Patronatus*, 1.º vol., pp. 323-324; por E. do Canto, com igual título, Lisboa, 1905 e, no ano seguinte, em tradução portuguesa de José Pedro da Costa. Ver texto português que lhe corresponde, no essencial das notícias, em *Alguns Documentos da T. T.*, pp. 292-294.
Copia de una littera del Re de Portogallo mandate al Re de Castella del viaggio et succeso de India, Roma, Joanni de Besicken, 1505; Milão, 1505. — Reimpressa por E. do Canto, Lisboa, Imprensa Nacional, 31 de Agosto de 1906, em fac-símile); A. C. Burnell: *The italian version of a Letter from the King of Portugal (Dom Manuel) to the King of Castilla (Ferdinand)*, Written in 1505, giving an account of the Copy (printed by J. Besiken at Rome in 1505) in the Marciana Library at Venice (one of the three now in existence) with notes by A. C. Burnell, Londres, 1881; Prospero Peragallo (em latim e português): *Carta de El Rei D. Manuel ao Rei Catholico narrando-lhe as viagens Portuguezas à India desde 1500 até 1505*. Reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por Prospero Peragallo (...). Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892 — Daqui transcreveu Bragança Pereira a tradução que divulgou no *Arquivo Histórico Oriental*, t. 1, vol. 1, parte 1.ª, pp. 382-401. Recentemente foi traduzida para inglês: *Copy of a Letter of the King of Portugal sent to the King of Castile concerning the voyage and success India*. Translated by Sergio J. Pacifici. University of Minnesota Press, Minneapolis, 1955. Por fim, Carlos Sanz reproduziu, em fac-símile, tanto a edição de Roma como a de Milão, em *Bibliotheca Americana Vetustissima. Ultimas adiciones*, vol. 1, Madrid, 1960, pp. 385-400 e 403-418. Serviu-se, para ambas, dos exemplares de The James Ford Bell Collection;
Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orinetalibus (sic) *terris a Serenissimo Emanuele portugaliae Rege ad R. d. d. G. Episcopum Portuensen Sacrosanctae Romanae Ecclesiae Cardinalem Portugalensem missa et de eiusdem Domini Cardinalis mandato honorabilis viri Petri Alfonsi Malherio decretorum doctoris ac eiusdem Domini Cardinalis prefati Capellani industria et correctione in urbe impressa*. Imprensa Nacional, 15 de Setembro de 1906. (Trad. portuguesa de José Pereira da Costa, in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, t. 1, 1958, pp. 53-67);

Copia e Sumario di una letera di Sier. Domenigo Pixani el cavalier, Orator nostro in Spagna a la Signoria, Coimbra, 1907;
Trelado da carta que El-Rey nosso senhor escreveo a elrrey e a Rainha de Castella seus padrees da nova da Imdija, Lisboa, 1906;
De ora antartica per regem Portugalliae pridem inventa, Argentine, MDV (Reedição, Imprensa Nacional de Lisboa, 15-7-1907);
Obedientia Potentissimi Emanuelis Lusitaniae Regis, etc.+per clarissimum Iuris+V+ + consultum Dieghum Pacettum Oratorem ad Iulium + II + Ponti + Max + Anno Dñi + M + D + V + Pridie No + Iunii. Imprensa Nacional de Lisboa, 31 de Outubro de 1906. Tradução portuguesa: *Preito de obediência del-Rei D. Manoel ao Papa Júlio II prestado pelo seu Embaixador Diogo Pacheco em 4 de Junho de 1505*, por José Pedro da Costa, Coimbra, Imprensa Nacional, 1907;
Emanuelis Portugaliae regis ad Julium Secundum epistola de provinciis et civitatibus orientalibus christianae fidei per eum subactis 1508, Lisboa, 25 de Outubro de 1908;
Epistola Potentissimi ac Invictissimi Emanuelis Regis Portugallie et Algarbiorum etc. de Victoriis in India et Malacha, and. S. in Christo Patrem et dominum nostrum Dominum Leonem X Pont. Max. Romae, Impressa per Iacobum Mazochium, 9 Augusti (1513) (M. B. — G. 6954).— Tradução portuguesa de José Pedro da Costa, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, Lisboa, 1905, pp. 111-114. (Separata de E. do Canto, com reprodução fac-similada do texto latino, Ponta Delgada, 1904).
Cartas diversas de D. Manuel, Lisboa, 1907;
Emanueli Lusitan. Indie, Persie Aethiopie regi invictissimo Camillus Portius Romanus. — Fac-símile do Ms. da Biblioteca do Visconde da Esperança, de Évora. Imprensa Nacional de Lisboa, 1912.

CAPELLI (A.) — *Cronologia, Cronografia e Calendário Perpétuo*, Milão, 1930.

CARACI (Giuseppe) — *In tema di collaborazione italo-portoghese all'epoca delle grandi scoperte geografiche* (Estrato dal *Boll. della Società Geográfica Italiana*, série VIII, vol. II, Marzo-Giuno, Roma, 1949;
I problemi vespucciani ed i loro recenti studiosi, in *Boll. della Soc. Geogr. Ital.*, LXXXVIII (1951), pp. 241-260 e 325-346;
A propósito de Américo Vespucci, in *Revista de História*, S. Paulo, 1952, n.° 11.
Amerigo Vespucci e um moderno critico argentino, in *Revista de História*, S. Paulo, n.° 12, Outubro-Dezembro de 1952;
Nuova luce sull'opera e la figura di Amerigo Vespucci, in *Boll. della Soc. Geogr. Ital.*, 1952;
Le lettere di Amerigo Vespucci, in *Nuova Rivista Storica*, XXXVII, Roma, 1953;
Más ervas daninhas no horto vespucciano, in *Rev. de Hist.*, S. P., IV (1953), pp. 351-382;
Amerigo Vespucci cinquent'anni fa ed oggi, in *L'Universo*, XXXIV (1954), supplemento ao n.° 3, pp. 397-1438;
Ancora male erbe nell'orto vespucciano, in *Memorie dell'Ist. di Scienze Geografica dell'Università di Roma*, série II, vol. I, parte I, pp. 29-127;
Amerigo Vespucci e... o intocável historiador, in *Rev. de Hist.*, cit., VI (1955), fasc. 21-22, pp. 293-317;

Apocrifi vespucciani: I. Il Mundus Novus, in *Nuova Rivista Storica*, XL (1956), pp. 262-297;

The Vespucian Problems — What point have they reached?, in *Imago Mundi*, XVIII, Amesterdão, 1964, pp. 12-23;

Di un atlante poco noto de Vesconte Maggiolo, in *La Bibliofilia*, vol. XXXIX (1937), pp. 1-29;

A little known Atlas by Vesconte Maggiolo, 1518, in *Imago Mundi*, II, Londres, 1937, pp. 37-54;

Sobre a data do planisfério de Vesconte Maggiolo conservado em Fano, in *Revista de História*, S. Paulo, n.° 33, Janeiro-Março de 1958, pp. 79-94.

CARDOSO (Jerónimo) — *Oração de Sapiência, proferida em louvor de todas as disciplinas*. Trad. de M. Pinto de Meneses, introd. de Justino Mendes de Almeida, Lisboa, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1965.

Carta das Novas que vieram a ElRei Nosso Senhor do Descobrimento do Preste João, Lisboa, 1521. — *Ver* Henry THOMAS e A. CORTESÃO.

CARTUSIANO (Ludolfo) — *O Livro de Vita Christi em lingoagem português*. Edição fac-similada e crítica do incunábulo de 1495, vol. 1, Rio de Janeiro, 1957.

CARVALHO (Joaquim de) — *Instituições de Cultura*, in *História de Portugal*, vol. IV, Barcelos, 1932, pp. 241-277;

Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI, 2 vols., Coimbra, 1947 e 1948;

Estudos sobre a Cultura Portuguesa no século XV, vol. I, Coimbra, 1949;

Cultura filosófica e scientifica, in *História de Portugal*, Barcelos, IV, pp. 475-528. — *Ver* Francisco Leitão FERREIRA.

CARVALHO (Joaquim Barradas de) — *Um inédito de Duarte Pacheco Pereira*, in *Boletim Internac. de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, 1961, II, pp. 623-625;

O «Esmeraldo de Situ Orbis» de Duarte Pacheco Pereira na História da Cultura, in *Revista de História*, S. Paulo, n.° 60, vol. XIX, Out. de 1964, pp. 291-307; e in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, 1961, II, pp. 623 e segs.;

A decifração de um enigma: o título «Esmeraldo de Situ Orbis», in *Revista de História*, n.° 58, vol. XXVIII, Abril-Junho de 1964, pp. 339-348, e *Boletim Int. de Bibliog. Luso-Brasileira*, vol. IV, n.° 4, pp. 645-649;

As fontes de D. P. P. no «Esmeraldo de Situ Orbis», in *Revista de História*, I, n.° 62, vol. XXI, Abril-Junho de 1965, pp. 347-362; II, *ibd.*, n.° 63, vol. XXXI, Julho-Set.° de 1965, pp. 87-97; III, *ibd.*, n.° 64, vol. XXXI, Outubro-Dez.° de 1965, pp. 329-339; IV, *ibd.*, n.° 65, vol. XXXII, Janeiro-Março de 1966, pp. 151-156; V, *ibd.*, n.° 66, vol. XXXII, Abril-Junho de 1966, pp. 329-358; VI, *ibd.*, n.° 67, vol. XXXIII, pp. 31-46; VII, *ibd.*, n.° 68, vol. XXXIII, pp. 325-345 (Sep. — S. Paulo, 1968, com tradução e *post-scriptum*).

As edições e as traduções do «Esmeraldo de Situ Orbis», in *Rev. de História*, n.° 59, Julho-Set.° de 1964;

O descobrimento do Brasil através dos textos, in *Rev. de Hist.*, vol. XXXIII, n.° 65, Janeiro-Março de 1966, pp. 197-208. — *N. B.* — Este mesmo trabalho, embora sem as notas bibliográficas, já aparecera no n.° 60, Outubro-Dezembro de 1964, pp. 291--297;

Esmeraldo, in *Dicionário de História de Portugal*, I, pp. 94-98;

Valentim Fernandes, *ibd.*, II, pp. 204-205.

CASSEL (Joh. Phil.) — *Privilegia und Handlungs freiheiten, welch die Könige von Portugal eheden den deutschen Kauflenten zu Lissabon ertheilet haben*, Bremen,, 1771, pp. 5-10.

CASSIODORO (Aurélio) — *Disciplinarum Liberalium Orbis*, Basileia, 1528.

CASTANHEDA (Fernão Lopes de) — *História do Descobrimento e Conquista da India pelos Portugueses*, Lisboa e Coimbra, 1551-1561; Lisboa, 1833; Coimbra, 1924-1933 (Utilizamos esta edição).

CASTELLANI (Carlo) — *Catalogo Ragionato delle più rare o più importanti opere geografiche a stampa che si conservano nella Biblioteca del Collegio Romano*, Roma, 1876.

CASTILHO (Alexandre Magno de) — *Descripção e roteiro da Costa Ocidental de África*, 2.º vol., Lisboa, 1866.

CASTRO (José de) — *Portugal em Roma*, 2 vols., Lisboa, 1939.

Catalogo da Mappotheca do Ministerio das Relações Exteriores. Parte 1.ª: Limites do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926, 2.ª parte, 1929.

Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1970.

Catalogue de la Bibliothèque de M. Fernando Palha, 4e partie, Lisboa, 1896.

CECCHETI (B.) — *La vita dei Veneziani fino al secolo XIII*, in *Archivio Veneto*, t. II, Veneza, 1871.

CELAYA (Juan) — Em *Expositio Magistri Joanni de Cellaya, Valentini in primum tractatum Summularum Magistri Petri Hispani* (...), Paris, 1525, corrigida e publicada por João Ribeiro, apareceu carta deste dirigida a Pierre Goutier, em que elogia o Mestre e a ciência náutica portuguesa.

CERULLI (Enrico) — *Eugenio IV e gli Etiopi al Concilio di Firenze nel 1441*, Roma, 1933.

CHALDERIA (Francisco) — *Rerum et regionum indicarum, per Serenissimum Emanuelem Portugalliae Regem partarum, narratio verissima* (Roma, 1514) (B. N. L. — Res, 494 P.).

CHAVES (Francisco A.) — *Os Açores num Atlas manuscrito, feito em Veneza no XV século*, in *Archivo dos Açores*, vol. 13, pp. 63-69.

Chronicon Universale ex Eusebio, S. Hieronymo, S. Prospero et Palmerio Concinnatum, Venetiis, 1483.

CIDADE (Hernâni) — *Idioma e Cultura*, in *Portugal — Oito séculos de História ao serviço da valorização do Homem e da aproximação dos povos*, Lisboa, 1958.

Lições de cultura e literatura portuguesa, 1.º vol., Coimbra, 1951 (3.ª ed.).

João de Barros — Geógrafo, Lisboa, Academia Internac. da Cultura Portuguesa, 1966.

CIUTIIS (Salvatore de) — *Une Ambasse Portugaise à Rome au XVIe siècle*, Nápoles, 1899.

COELHO (H. Trindade) e Guido Batelli — *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e a Itália*, vol. 1: *Relações culturais entre a Itália e Portugal durante o Renascimento* (pp. 7-16); *Joh. Francisci Poggii Florentini Emanuelis Portugalliae Regis Elogium Ex codice laurent. Ashburn MLXXVII*, Florença, 1934; vol. II: Vespasiano da Bisticci — *Vita di Portoghesi illustri;* Pompeo Arditi — *Viaggio all'Isola di Madera e alle Azzore (1567)*, Florença, 1934; vol. III: *Filippo Terzi, Architetto e Ingegnere Militare in Portogallo (1577-1597), ibd.*, 1935; vol. IV: *D. Miguel da Sylva Dos Condes de Portalegre, Bispo de Vizeu, Cardeal de Santa Maria Transtiberina, ibd.*, 1935. — *N. B. — Epistolae vulgares* e versos em sua honra.

COEN (G.) — *Le grandi strade del commercio internazionale proposte dal sec. XVI*, 2.ª ed., Livorno, Vigo, 1888.

Collecção de Noticias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Dominios Portuguezes, ou lhes são visinhos, Academia das Ciências de Lisboa, t. 2 (1812, 2.ª ed. 1867); t. 6 (1856).

COLOMBO (Fernando) — *Historie del S. D. Fernando Colombo, nelle quali s'ha particolare e vera relatione della vita e de'fatti dell'ammiraglio D. Ch. Colombo*, Veneza, 1571 (Edição moderna: *Le Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per Fernando Colombo suo figlo*, a cura di Rinaldo Caddeo, 2 vols., Milão, 1930).

CONCEIÇÃO (Fr. António) — *Tratado dos rios de Cuama*, in *Chronista de Tyssuari*, Nova Goa, 2.° vol., 1867.

CONTARINI (Ambrosio) — *Viazo del Clarissimo Masser Ambrosio Contarini Ambasciator dalla Illustrissima Signoria di Venetia al Signor Uxuncassan, Re de Persia*, Veneza, 1543 (B. N. L. — Rés. 2953 p.).

CONTI (Nicolò de') — *Viaggi in Persia, India e Giava di Nicolò de' Conti, Girolamo Adorno e Girolamo da Santo Stefano*. A cura di Marco Longhena, Milão, 1960. — *Ver* Marco POLO (ed. de Valentim Fernandes).

COOTE (C. H.) — *The voyage from Lisboa to India 1505-1506. Being an account and Journal by Albericus Vespuccius Translated from the contemporari flemisch, and edited with prologue and notes, by*..., Londres, 1894.

CORDEIRO (António) — *História Insulana*, 2 vols., Lisboa, 1866.

CORDEIRO (Luciano) — *Memórias do Ultramar. Viagens, explorações e conquistas dos portugueses*, Lisboa, 1881 (Nova edição, nas *Questões Histórico-Coloniais*, 1.° vol., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1935).

CORDIER (Henri) — *Bibliotheca Sinica. Dictionnaire bibliographique des ouvrages relatifs à l'Empire Chinois*, 2 vols., Paris, 1904, 1905-6, Nova ed., 1964;
Biblioteca Indo-Sinica, Leide, 1908;
Essai d'une Bibliographie des ouvrages relatifs à la Presqu'île Indo-Chinoise, 1ère partie, Birmanie et Assan (Extrait du *T'oung Pao*, Dec. 1903; mai, juillet 1904; mars 1905; mars, mai 1906; mai 1908).
Deux voyageurs dans l'Extrême-Orient au XVᵉ et XVIᵉ siècles. Essais bibliographique Nicolò de' Conti — Lodovico de Varthema, Leide, 1899;
Mélanges d'histoire et géographie orientales, Paris, 1914-1923.

Corpo Diplomatico Portuguez — *Ver* Luis A. Rebelo da SILVA e Tristão da CUNHA.

CORREIA (Gaspar) — *Lendas da Índia*. Publicadas sob a dir. de Rodrigo José de Lima Felner, 8 vols., Coimbra, 1922 — Lisboa, 1866.

CORSALI (Andrea) — *Lettera di ... allo Illustrissimo Signore Duca Iuliano de Medici, ventura Dellinda del mese do Octobre nel M.D.XVI*. Colofon: Stampato in Firenze per Io. Stephano di Carlo di Pavia adi XI di Dicembre nel D. M. XVI (M. B. 6946);
Lettera di Andrea Corsali III. Principe et signore Laurentio de Medici duca Durbino, Ex India. Explicit: Ex India quintodecimo kalendas octobris M.D.XVII. (M. B. 6660). (*N. B.* — Ramúsio omite o *Alli lectori* desta edição).
Historiale Description de l'Ethiopie contenant vrayes relations des terres et pais du grand Roy et Empereur Prête Ian, Antuérpia, 1558 (B. N. Pa., O 3 C 4).

CORTESÃO (Armando) — *Cartografia Portuguesa Antiga*, Lisboa, 1960;
Cartografia e Cartógrafos Portugueses dos séculos XV e XVI, 2 vols., Lisboa, 1935;

O Descobrimento da Austrália e a «Questão das Molucas», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 2.º vol., pp. 130 e segs.;
Primeira embaixada europeia à China. O boticário e embaixador Tomé Pires, e sua «Suma Oriental», Lisboa, 1945;
A Hitherto Unrecognized Map by Pedro Reinel in The British Museum, in *The Geographical Journal*, 1936.
The Nautical Chart of 1424 and the early Discovery and Cartographical representation of America, Coimbra, 1954;
História da Cartografia Portuguesa, 1.º vol., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Coimbra, 1969; 2.º vol., *ibd.*, 1970.
A «cidade de Bengala» do séc. XVI e Os Portugueses em Bengala, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Julho-Outubro de 1944. — *Ver* Tomé PIRES, Henry THOMAS e *Portugalia Monumenta Cartographica*.

CORTESÃO (Jaime) — *Os Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, s/d.;
A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brazil, Lisboa, 1922;
A Política do Sigilo nos Descobrimentos, Lisboa, 1960;
Teoria geral dos descobrimentos portugueses, in *Congresso do Mundo Português*, vol. III, t. 1; Lisboa, 1940;
Do sigilo nacional sobre os Descobrimentos, in *Lusitania*, 1924, fasc. 1, pp. 45 e segs.
A política do sigilo nos Descobrimentos, Lisboa, 1960;
O desígnio do Infante e as explorações atlânticas até à sua morte, in *História de Portugal*, Barcelos, 1931, 3.º vol., pp. 352-384;
A carta de Pero Vaz Caminha, S. Paulo. 1943;
A expedição de Cabral, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, II, pp. 1-39;
Brasil, in *Historia de America y de los pueblos americanos* (dir. de D. António Ballesteros), t. XXVI;
Le Traité de Tordesillas et la Découverte de l'Amérique, Lisboa, 1926. — *Ver* Pero Lopes de SOUSA.

COSTA (A. Fontoura da) — *Às portas da Índia em 1484* (Sep. dos *Anais do Club Militar Naval*), Lisboa, 1935;
Descobrimentos marítimos africanos dos portugueses, com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II, in *Publicações do I Congresso da Hist. da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1.ª secção, vol. 2, Lisboa, 1938, pp. 1-78;
Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes 1506-1508, Lisboa, 1939;
Descobrimentos Portugueses no Atlântico e na costa ocidental africana do Bojador ao Cabo de Catarino, in *Congresso do Mundo Português*, III, I, Lisboa, 1940, pp. 245-286;
Ciência náutica portuguesa. Cartografia e cartógrafos, *ibd.*, pp. 337-577;
A Marinharia dos Descobrimentos, 1.ª edição, Lisboa, 1933; 2.ª ed., Lisboa, 1939; 3.ª ed. (igual à 2.ª), Lisboa, 1960;
Uma carta náutica portuguesa, anónima de «circa» 1471, Lisboa, 1940;
Bibliografia dos Roteiros portugueses até ao ano de 1700, Lisboa, Imprensa da Armada, 1933 (inserta na *Marinharia dos Descobrimentos*);
Les déambulations du Rhinocéros de Modofar, Roi de Cambaya, de 1514 à 1516, Lisboa, 1937;

Bartolomeu Dias e a passagem do Sueste, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* 1.° vol., pp. 375-380;

Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1940 (nova ed., *ibd.,* 1968). — *Ver* Álvaro Velho.

Costa (António Domingues de Sousa) — *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa,* in *Itinerarium,* ano v, Braga, 1959, pp. 419-568.

Coutinho (Gago) — Américo Vespúcio *(As ideias modernas do Prof. Frederick Pohl),* in *Bol. Soc. de Geog. de Lisboa,* 65.ª série, 1947, pp. 659-682, e 66.ª série, 1948, pp. 73 e 111;

A Náutica dos Descobrimentos, 2 vols., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1951; 2.ª ed., *ibd.,* 1969;

As obras de Henry Harrisse sobre os Descobrimentos, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa,* Classe de Ciências, t. ii, Lisboa, 1939. — *Ver* Álvaro Velho.

Couto (Diogo do) — *Ásia* — Décadas iv e v, Lisboa, 1778, 1779.

Crinó (Sebastiano) — *La scoperta della Carta originale di Paolo dal Pozzo Toscanelli,* Florença, 1941 (Estratto de *L'Universo,* anno xxii, n° giugno, 1941).

Come fu scoperta l'America. A proposito della identificazione della carta originale di Paolo dal Pozzo Toscanelli la cui copia servi di guida a Cristoforo Colombo per il viaggio verso in Nuovo Mundo, Milão, 1943;

Portolani Manoscritti e carte da navigare, compilati per la Marina Medicea, Ministerio della Marina, 1931-2, 3 vols.;

Schizzi cartografici inediti dei primi anni della scoperta dell'America (Supplemento al fascicolo di Novembro de *Rivista Maritima,* Roma, 1930).

Crone (G. R.) — *The voyages of Cadamosto and other documents on Western Africa in the second half of the fiftheenth Century.* Translated and edited by (...), Hakluyt Society, Londres, 1937.

Cruz (António) — *Ver* Álvaro Velho.

Cunha (Rosalinda da Silva) — *Subsidios para o estudo da Marinha de Guerra na 1.ª Dinastia* (Separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa,* xx, 2.ª série, 1954).

Cunha (Tristão da) — *Carta ao Secretário de Estado,* de Roma, 11 de Abril de 1514, in *Corpo Diplomático Portuguez,* 1.° vol., Lisboa, 1862, p. 243.

Dahlgren (E. W.) — *Les débuts de la Cartographie du Japon,* Upsala, 1911-1913 (Sep. do vol. iv dos *Archives d'Études Orientales*).

Dainville — *La Géographie des Humanistes,* Paris, 1946;

Les découvertes portugaises à travers des cahiers d'écoliers parisiens de la fin du XVI^e siècle, in Actas do *V Colóquio Intern. d'Histoire Maritime: Les aspects internationaux de la Découverte Océanique aux XV^e et XVI^e siècles,* Paris, 1966, pp. 39-46.

Dati (Giuliano) — *La lettera dell'isole che ha trovato nuovamente il Re di Spagna.* Poemeto in ottava rima di (...), 2 ed. riveduta e aumentata. Introd. de March. Filippo Raffaelli, Fermo, 1892.

Davies (A.) — *The «English» coasts on the Map of Juan de la Cosa,* in *Imago Mundi,* xiii, Estocolmo, 1956, pp. 11-25.

DECARY (Raymon) — *Os Portugueses em Madagascar no século XVI*, in *Moçambique — Documentário Trimestral*, n.º 21, Lourenço Marques, Janeiro-Março de 1940, pp. 5-32.

DELBOSA (R. Foulché) — *Bibliographie des voyages en Espagne et en Portugal*, Paris, 1896.

DENUCÉ (Jean) — *Collection (Portugais, Espagnols, Italiens) de Documents pour l'histoire du Commerce. I — Inventaire des Affaitadi Banquiers Italiens à Anvers de l'Année 1568*, Antuérpia, 1934; *II. — L'Afrique au XVIe siècle et le Commerce Anversois*, *ibd.*, 1937; *III. — La Hanse et les Compagnies Commerciales Anversoises aux Pays Baltiques,*, *ibd.*, 1938;

Privilèges commerciaux accordés par les rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XVe et XVIe siècles), in *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, 1909, vol. VII, pp. 310-319 e 377-392;

Calcoen — Récit flamand du second voyage de Vasco da Gama, vers l'Inde, en 1502-1503. Casa de Portugal em Antuérpia, *Bulletin Mensuel*, 4 (10), juin, 1939, pp. 7-18;

Récit flamand du second voyage de Vasco da Gama vers l'Inde, en 1502-1503. Traduction, notes et introduction, Paris, 1931;

Les origines de la Cartographie Portugaise et les Cartes des Reinel, Gand, 1908;

Magellan. La Question des Moluques et la première circumnavegation du globe, in t. IV, 2e série de *Mémoires de l'Académie Royal de Belgique* (Classe de Lettres), Bruxelas, 1908-1911;

Les Iles Lequios (Formose et Riu-Kiu) et Ophir, in *Bulletin de la Société Royale de Géographie*, XXXI, 1907, pp. 435-461.

DESLANDES (Venâncio Augusto) — *Documentos para a História da Typographia Portuguesa nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1888.

DEULIN (Georges) — *Le décor de l'Afrique Occidentale sur les portulans portugais conservés à la Bibliothèque National de Paris*, in *Cong. Mundo Portug.*, III, I, pp. 459-468.

DIAS (Carlos Malheiro) — *Introdução à História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, 1921, 1.º vol., pp. I-CXXXI;

A Semana de Vera Cruz, *ibd.*, 2.º vol., pp. 73-169.

DIAS (Epifânio da Silva) — *Ver* Duarte Pacheco PEREIRA.

DIAS (J. Sebastião da Silva) — *A Política Cultural da época de D. João III*, vol. 1, Coimbra, 1969;

Portugal e a Cultura Europeia, Coimbra, 1953.

DIAS (Jorge) — *Os elementos fundamentais da cultura portuguesa* (Separata da *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, ano VIII, n.º 2, Coimbra, 1955. (I Colóquio Int. de Estudos Luso-Brasileiros, Washington, 1950).

DIAS (Manuel Nunes) — *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549)*, 2 vols., Coimbra, 1963 e 1964.

Dicionário de História de Portugal, Dir. de Joel Serrão. — *Ver* J. Barradas de CARVALHO; H. KELLENBENZ.

DINIS (A. Dias) — *O V Centenário do Descobrimento da Guiné à luz da crítica histórica*, Braga, 1946;

Vida e obra de Gomes Eanes de Zurara, Lisboa, 1949;

Estudos Henriquinos, vol. I (Acta Universitatis Conimbrigensis), Coimbra, 1960;

Antecedentes da Expansão Ultramarina Portuguesa. Os diplomas pontifícios dos séculos XII a XV (Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, Coimbra, 1962);

Monumenta Henricina, Coimbra. 1.º vol. (1960); 2.º vol. (1960); 3.º vol. (1961); 4.º vol. (1962); 5.º vol. (1963); 6.º vol. (1964); 7.º vol. (1965); 8.º vol. (1967); 9.º vol. (1968); 10.º vol. (1969);

As missões católicas na evolução político-social da Guiné Portuguesa (Sep. da *Biblos,* vol. XIX, t. 1, Coimbra, 1943).

DINO (Pietro di Giovanni di) — *Lettera di (...) fiorentini,* publicata per cura di Guglielmo Brenna, Florença, 1886.

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, vol. I (1962); vol. III (1964); vol. IV (1965); vol. V (1966).

DÓRIA (Álvaro) — *Ver* GREENLEE.

DUARTE (D.) — *Leal Conselheiro,* Lisboa, 1942.

DUBOIS (Marcel) — *Examen de la Géographie de Strabon, Étude critique de la Méthode et des Sources,* Paris, 1891.

DURO (D. Cesáreo Fernández) — *Viajes del Infante Don Pedro de Portugal en el siglo XV,* Madrid, 1903.

EÇA (Vicente de Almeida de) — *Normas Económicas na Colonização Portuguesa até 1808,* Coimbra, 1921;

A obra científica do Visconde de Santarém, Lisboa, 1907.

EDRISI — *Description de l'Afrique et de l'Espagne.* Texte arabe publié pour la première fois d'après les man. de Paris et de l'Oxford avec une introduction, des notes et un glossaire, par R. Dozy et M. J. de Goeje, Leyde, 1866. (Tradução portuguesa em Oliveira Martins — *Os Filhos de D. João I,* vol. 2.º, Lisboa, 1958, p. 141).

EHRENBERG (Richard) — *Das Zeitalter der Fugger,* Jena, 1896;

Capital & Finance in the age of Renaissance — A study of the Fuggers (translated by H. M. Lucas), Londres, 1928.

EMDEN — *A Biographical Register of the University of Oxford to a. d. 1500,* Oxford, 1957.

EMILIANI (E.) — *Le carte nautiche dei Benincasa, cartografi anconetani,* in *Bolletino della R. Società Geografica italiana,* vol. LXXIII (1936), série VII, vol. I, pp. 485-510.

EMPOLI (Giovanni da) — *Viaggio fatto nell'India per (...), fattore sur la nave del Serenissimo Re di Portogallo per conto de Marchionni di Lisbona,* in Ramúsio — *Delle navigationi,* 1.º vol., 1.ª ed., pp. 156-158. — Trad. portuguesa, in *Collecção de Notícias,* vol. II, n.º VI, Lisboa, 1812. Também publicada por Bragança Pereira — *Arquivo Português Oriental,* Bastorá, t. I, vol. I, pp. 292-302;

Lettera mandata da (...) a Lionardo suo padre, del viaggio di Malacca, publicada in *Arch. Stor. Ital.,* App., t. III, Florença, 1846, pp. 35-84;

Capitoli di una lettera che scrive (...) fiorentino de' di 15 di Novembre 1515 in Cuccin, citta d'India (...) ricevuta in Lisbona, a 22 d'Ottobre, 1516, publicada *ibd.,* pp. 85-87;

Lettera ad Antonio Pucci, Vescovo di Pistoia, Incipit: Ad 1.º de Gennaio a nativitate Domini, 1519. (B. N. Fl. — II, IV, 110, fl. 37-37 v). Publicada por Jacob Graberg da Hemsö, in *Arch. Stor. Ital,* App., t. III, Florença, 1846, pp. 89-91. — *Ver* A. GIORGETTI.

EMPOLI (Girolamo da) — *La vita di Giovanni da Empoli, da che nacque a che mori, scritta da (...), suo zio.* (B. N. Fl., Magl. VIII, 1421, fls. 35-44 v). Leitura modernizada em Jacopo Graberg da Hemsö, in *Arch. Stor. Ital.*, App., t. III, Florença, 1846, pp. 19-33. (Estratta della *Violla del Pensiero*, Miscellanea di Letteratura e Morale, compilata da Silvio Giannini, anno 3.°, Livorno, 1841, pp. 101-132.

ENCISO (Martin Fernández de) — *Ver* Fernández ENCISO.

ERRERA (C.) — *Della carta di Andrea Bianco del 1448 e di una supposta scoperta del Brasile nel 1447* (Sep. de *Memorie della Società Geografica Italiana*, vol. V, Roma, 1895, pp. 202-225, e em *Acta Cartographica*, Amesterdão, vol. V, pp. 202-225).

ESTRABÃO — *De Situ Orbis* (...) Ioannes Vercellensis (...) curavit Anno Sal. M.CCCCLXXXXIIII. (T. T. — Imp. Liv. 295 p.); id., Veneza, 1502 (B. A. R. — BB. 19.4);

Strabonis Geographicorum Commentarios (Ed. Valentim Curio), Basileia, 1523. (T. T. — Imp. Liv., 296 p.).

EUSÉBIO — *Chronicon Universale ex Eusebio, S. Hieronymo, S. Prospero et Palmerio Concinnatum*, Veneza, Impressit Venetiis Dorce inclyto Joan. Moçenico Romanorum Imperatore Phrederico III, anno imperii 1483, Veneza, 1843 (B. A. C. L. — Res. 5.5). Ed. de 1484 (sem rosto), na T. T. — Imp. Liv., 853 p.;

Chronicon quod Hieronymus presbyter divino eius ingenio latinum facere curavit et usque in Valentem Caesarem Romano adiecit. Paris, 1512, idibus Iunii (B. N. Pa., Rés. p. G. 3).

FARIA (Francisco Leite de) — *A visita do Infante D. Pedro a Pádua*, in *Studia*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, n.^{os} 13/14, Janeiro-Julho de 1964, pp. 377-485;

Uma relação de Rui de Pina sobre o Congo escrita em 1492, Lisboa, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1966.

Um impresso de 1531 sobre as empresas dos Portugueses no Oriente, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. 7, Lisboa, 1966, pp. 90-109;

Recensão crítica a F. J. Norton — *Printing in Spain 1501-1520 under Librarian University Library Cambridge*, 1966, in *Bol. Int. de Bibl. Luso-Bras.*, VII, p. 469.

FARIA (Nicolau de) — Carta a El-Rei, de Roma, 18-3-1514, in *Corpo Diplomático Portuguez*, 1.° vol., 1862, p. 238.

FARINELLI (Arturo) — *Viajes por España y Portugal desde la Edad Media hasta el siglo XX*, 2 vols., Roma, 1942, Florença, 1944.

FELNER (Alfredo de Albuquerque) — *Angola*, Coimbra, 1933.

FERGUSON (Donald) — *The Discovery of Ceylon by the Portuguese in 1506*, in *Journal of the Royal Asiatic Society*, Ceylon Branch, vol. XIX, pp. 284-400, Colombo, 1906-1907.

FERNANDES (Valentim) — *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, Leitura de António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940;

Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal de Valentim Fernandes (1506-1507). — P. de Cenival et Th. Monod, Paris, Librairie Larousse, 1938;

Description de la Côte Occidentale d'Afrique (Sénégal au Cap de Monte, Archipels) par Valentim Fernandes (1506-1510), Th. Monod, A. Teixeira da Mota e R. Mauny, Bissau, 1951. — *Ver* A. BRÁSIO, A. Fontoura da COSTA e Marco POLO.

FERNÁNDEZ DE ENCISO (Martin) — *Suma de Geographia que trata de todas las partidas y provincias del Mundo, en especial de las Indias e trata largamente del arte de marear, juntamente con la espera, en romance, con el regimiento del sol y del norte, nuevamente hecha,* Sevilla, 1519. (B. N. L. — Res. 829 v.); 2.ª ed. Sevilha, 1530. — Edição moderna: Madrid, 1948 (Introd. de José Ibañes Cerdá).

FERRAND (Gabriel) — *Relations de voyages et textes géographiques arabes, persans et turks relatifs à l'Estrême-Orient du VIIIᵉ au XVIIIᵉ siècles,* 2 tomes, Paris, 1913-14;
Les Poids, Mesures et Monnaies des Mers du Sud aux XVIᵉ et XVIIᵉ siècles, Paris, 1921;
Malaka, le Malàyu et Malàyur, in *Journal Asiatique,* 11ᵉ série, t. XI et XII, Paris, 1918;
Les îles Râmny, Lâmery Wâkwack, Komor des géographes arabes et Madagascar, Paris, 1908;
Madagascar et les Iles Uâq-Uâq, Paris, 1904.

FERRARI (Luigi) — *Onomasticon. Repertorio bibliografico degli scrittori italiani dal 1501 al 1850,* Milão, 1947.

FERREIRA (Francisco Leitão) — *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra,* 1.ª parte, Coimbra, 1937. (Notas de J. de Carvalho).

FERREIRA (J. A. Pinto) — *Privilégios concedidos pelos Reis de Portugal aos alemães nos séculos XV XVI,* in *Boletim Cultural,* Câmara Municipal do Porto, Março de 1969, pp. 338-396, 1937.

FICALHO (Conde de) — *Viagem de Pedro da Covilhan,* Lisboa, 1898;
Memória sobre a Malagueta, Lisboa, 1878 (2.ª ed., de Rui Teles Palhinha), Lisboa, 1945. — Utilizámos esta edição.
Ver Garcia de ORTA.

FIGUEROA (Martin Fernández de) — *Ver* AUGUR (Juan).

FISCHER (JOS.) e Fr. Wieser — *Die älteste Karte mit dem Namem Amerika aus dem Jahre 1507 und die Carta Marina aus dem Jahre 1516 des M. Waldseemüller (Ilacomilus),* Innsbruk, 1903;
The oldest map with the name America of the year 1507 and the Carta Marina of the year 1517 by M. Waldseemüller (Ilacomilus), Inns.bruk e Londres, 1903.
The Cosmographiae Introductio of Martin Valdseemüller in fac-simile. Followed by the four voyages of Amerigo Vespucci, with their translation into English to which are added Waldseemüller's two world maps of 1507 with one Introduction by (...) Edited by Prof. Charles Herbermann. United States Catholic Historical Society Monograph IV, N. Y., 1907.

FONSECA (Quirino da) — *Memórias de Arqueologia Naval portuguesa,* 1.º vol., Lisboa, 1915;
A caravela portuguesa e a prioridade técnica das navegações henriquinas, Coimbra, 1934;
Os Navios do Infante D. Henrique, Lisboa, 1958.

FONTAINAS (Jean Peeters) — *Bibliographie des Impressions Espagnoles des Pays-Bas méridionaux,* 2 vols., Nieuwkoop/Pays-Bas, 1965.

FORESTI (Jacome Filippo) — *Supplementi Chronicarum iam tertio terminum ponam (...) per me fuit idibus octobris 1486 in civitate* (...) Bergomi (...). Impressum Venetiis per Bernardinum de Benaliis (...) 1486 (...) 15 Decembri. (Ver outras edições no cap. III, 3.4).

FRANÇA (Carlos) — *Os portugueses do século XVI e a História Natural do Brasil*, Lisboa, 1926 (Sep. da *Revista de História*, vol. XV).

FREGOSO (Battista Fulgosi) — *De dictis factisque memoralibus collectanea a Camillo Gilino latine facta*, Milão, 1509 (B. N. Pa., Fol. G. 231 e Rés. G. 443-*bis*).

FREIRE (A. *Braamcamp*) — *Maria Brandoa, a do Crisfal*, in *Arquivo Histórico Portuguez*, vols. VI e VII, Lisboa, 1908-1909 (cap. II: *A feitoria de Flandres*). *Um aventureiro na empresa de Ceuta*, Lisboa, 1913.

FREITAS (Jordão de) — *Madeira, Porto Santo e Deserta, Ilhas que o Infante D. Henrique, «novamente» achou e povoou*, in *Memórias do Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, III, I, pp. 163-185.

O 2.° Visconde de Santarém e os seus Atlas Geographicos, Lisboa, 1909.

FRUTUOSO (Gaspar) — *Saudades da Terra ou história das Ilhas dos Açores desde o seu descobrimento*, Funchal, 1873.

FULIN (Rinaldo) — *Girolamo Priuli e i suoi Diarii*, in *Archivio Veneto*, ano 12, Veneza, 1881, t. 22, pp. 137-248;

Il Canal di Suez e la Republica di Venezia (MDIV), in *Archivio Veneto*, II, Veneza, 1871, pp. 175-199.

FUMEGALLI (Giuseppe) — *Bibliografia degli scritti italiani o stampati in Italia sopra Cristóforo Colombo, la scoperta del Nuovo Mondo e i viaggi degli italiani in America*, Roma, 1893 (parte VI de *Raccolta* di Documenti e studi publicati dalla R. Comissione Colombiana per 4° Centenario dalla scoperta del'America).

Ver Giuseppe OTTINO.

GAFFAREL (Paul) — *Les Découvreurs français du XIV*e *au XVI*e *siècle, Côtes de Guinée, du Brésil, et de l'Amérique du Nord*, Paris, 1888;

Histoire du Brésil Français au seizième siècle, Paris, 1878.

Ver ANGHIERA (P. M.).

GALLOIS (L.) — *Les Géographes allemands de la Renaissance*. Bibliothèque de la Faculté des Lettres de Lyon, t. XIII, Paris, 1890 (Citamos por esta edição). Nova edição: Amesterdam, 1963.

Les Portugais et l'Astronomie nautique à l'époque des Grandes Découvertes (*Annales de Géographie*, n.° 130, 15-7-1914, in Joaquim Bensaúde — *Histoire de la Science nautique des découvertes portugaises. Reimpression de critiques étrangères*, Lisboa, 1921, pp. 7-21;

Améric Vespuce et les Géographes de Saint Dié, in *Atti del III Congresso Geografico Italiano*, Florença, 1899;

*Une nouvelle carte marine du XVI*e *siècle. Le Portulan de Nicolas de Canerio*, in *Bulletin de la Société de Géographie de Lyon*, Lyon, 1890, t. IX, n.° 1, Maio e Junho, pp. 97-119.

GALVÃO (António) — *Tratado dos Descobrimentos*, Lisboa, 1569 (Reedição, Porto, 1944. Utilizámos esta edição).

GARCIA CAMARERO (Julio Rey Pastor y Ernesto) — *La Cartografia Mallorquina*, Madrid, 1960.

GARIBAY Y CAMMÁLLOA (Esteban) — *Compendio Historical de las Chronicas y Universal Historia de todos los Reynos d'España*, 3.° vol., Antuérpia, 1571.

Gavetas (As) da Torre do Tombo, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa. — I (1960); III (1963); IV (1964); V (1965); VIII (1970).

Gentil (G. de) — in *Bulletin Hispanique,* Bordeus, t. 33 (1931).

Geographical Journal (The). — *Ver* A. Cortesão.

Gesta proxime per Portugalenses in India, Ethiopia et aliis orientalibus terris a serenissimo Emanuele portugalie rege (...), Roma, 1506. — Reimpressa por Eugénio do Canto, Lisboa, 1906. No ano seguinte, em Colónia (Biblioteca do Secretariado de Estado da Informação, Cultura Popular e Turismo — Duarte Sousa, n.° 5). Nova edição em Nuremberga, 1507 (Ed. fac-similada e trad. de José Pereira da Costa, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal,* t. 1, Lisboa, 1958, pp. 53-67. — Ver *ibd.*, p. 544, nótula de L. de Matos.

Georgetti (A.) — *Lettere di Giovanni da Empoli e di Raffaello Galli.* Estratto dal *Arch. Storico Italiano,* Florença, 1880, som. iv, t. vi;

Nuovi documenti su Giovanni da Empoli, in *Arch. Stor. Ital.*, série v, t. xiv, Florença, 1894.

Giovio (Paulo) — *Gli elogi vite brevemente scritte d'uomini illustri,* Veneza, 1558.

Giudici (Paolo) — *Ver* Ludovico Varthema.

Globus Mundi declaratio sive descriptio Mundi et totius orbis terrarum: globulo rotundo comparati ut ipera solida, Argentina (Estrasburgo), 1509 (B. N. R.). — 341. L. 1281).

Godinho (V. Magalhães) — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa,* 3 vols., Lisboa: 1.° vol., s/d; 2.° vol., 1945; 3.° vol., 1956;

História Económica e Social da Expansão Portuguesa, Lisboa, 1947;

Duarte Leite e a evolução dos estudos de História dos Descobrimentos, in Duarte Leite — *História dos Descobrimentos,* 2.° vol., pp. 445-511;

Fontes quatrocentistas para a geografia e economia do Saara e Guiné, in *Revista de História,* S. Paulo, ano iv, n.° 13, Janeiro-Março de 1953, pp. 47-65;

Le Tournant Mondial de 1517-1524 et l'Empire Portugais, in *Studia,* Lisboa, Janeiro de 1958, i, pp. 184-199;

Crises et changements géographiques et structuraux au XVI^e^ siècle, in *Studi in onore di Armando Sapori,* Milão, 1957, pp. 979 e segs., e em *Revista de Economia,* vol. xi, Lisboa, Março de 1958, pp. 1-14;

A economia dos Descobrimentos Henriquinos, Lisboa, 1962;

Os descobrimentos e a economia mundial, Lisboa, 1963.

Gois (Damião) — *Chronica do Prinçipe Dom Joam,* Coimbra, 1905;

Crónica do felicissimo Rei D. Manuel. Nova edição conforme a primeira de 1566, 4 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis. 1.ª parte (1949); 2.ª parte (1953); 3.ª parte (1954); 4.ª parte (1955);

Legatio Magni Indorum Presbyteri Joannis ad Emanuelem Lusitaniae Regem, Anno Domini M.D.XIII.

Gomes (Diogo) e Martin Béhaim — *De inventione Guinee,* in *O Manuscrito do Valentim Fernandes,* pp. 193-200. — Trad. portuguesa de Gabriel Pereira; *As relações de descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde,* in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa,* 17.ª série, 1898-1899, n.° 5, pp. 270-293. Pode ver-se esta versão em Magalhães Godinho2— *Documentos sobre a Expansão Portuguesa,* i, pp. 69-106, e em A. Brásio—*Monumenta Missionaria Africana,* 2.ª série, 1.° vol., pp. 182-213, com retoques, sucedendo-se a do texto latino.—A. Dória apresentou nova versão de boa parte, em Beazley — *O Infante D. Henrique,* pp. 263-272. Segundo La Roncière (*La Découverte de l'Afrique,* ii, p. 44, nota), também F. A.

Schmeller publicou o texto latino em *Ueber Valentin Fernandez Aleman und seine sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen (...) der Portugiesen in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508 enthalten ineiner gleichzeitigen portugiesischen Hendschrift der K. Hof — und Staats — Bibliothek zu München*, im *Abhandlungen der philos.-philolog.* Classe der K. Bayerischen Akademie der Wissenschaften, IV hand, Munique, 1847.

Gonçalves (Júlio) — *Américo Vespúcio. Ainda e sempre ante a crítica histórica*, Lisboa, 1953;

Armadas estrangeiras na rota das Índias (1503-1620), in *Anais do Clube Militar Naval*, 1945, Lisboa, t. 75, n.os 9-10, pp. 455-469;

O Infante D. Pedro, as «sete partidas» e a génese dos Descobrimentos, Lisboa, 1955;

Bibliografia dos Descobrimentos e Navegações, Lisboa, 1958 (Sep. do *Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa*, n.os 4-6 e 7-12, de 1954; 1-3, 7-9 e 10-12, de 1955; 1-3, 4-6 e 7-9, de 1956).

Gordo (J. J. Ferreira) — *Apontamentos para a História Civil e Literária de Portugal e seus domínios*, in *Memórias da Literatura Portuguesa*, da Academia das Ciências, t. 3, Lisboa, 1972.

Goris (A.) — *Études sur les Colonies marchandes méridionales, Portugais, Espagnols, Italiens à Anvers de 1488 à 1567*, Lovaina, 1925.

Graesse (Jean George Théodore) — *Trésor de livres rares et précieux ou nouveau dictionnaire bibliographique contenant plus de cent mille articles de livres rares, curieux et recherchés d'ouvrages de luxe*, etc., Berlim, 1922, 7 vols.

Grandidier (Alfred) — *Histoire de la Géographie de Madagascar*, Paris, 1885 (2.ª ed., aumentada, em 1892);

Histoire de la Découverte de l'Île de Madagascar par les Portugais (Pendant le XVI^e siècle). Extrait de la *Révue de Madagascar*, de 10 de Janeiro de 1902, Paris, 1902.

Collection des ouvrages anciens concernant Madagascar, 2 vols., Paris, 1903.

Gravier (Gabriel) — *La Cartographie de Madagascar*, Ruão, Paris, 1896;

Recherches sur les Navigations européennes faites au moyen-âge aux côtes occidentales d'Afrique, Paris, 1878.

Greenlee (William Brooks) — *The voyages of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from contemporary Documents and narratives*, Londres, 1938. (Trad. portuguesa de António Dória: *A viagem de Pedro Álvares Cabral*, Porto, 1951).

Greiff (G.) — *Brief und Berichte über die frühesten Reisen nach Amerika und Östindien aus den Jahren 1497 bis 1506 aus Dr. Conrad Peutingers Nachlan*, em *Sechsundzwanzigster Jahres-Bericht des Historischen Kreis-Vereins im Regierungsbezirke von Schwaben und Neuburg für das Jahr 1860*, Augsburgo, 1861, pp. 111-172.

Grynaeux (Simon) — Ver *Novus Orbis*.

Gubernatis (Angelo de) — *Memoria intorno ai viaggiatori italiani nelle Indie Orientali dal secolo XIII a tutto il XVI*, Florença, 1867;

Storia dei viaggiatori italiani nelle Indie Orientali, Livorno, 1875. (N. B. — Pràticamente, 2.ª edição da primeira obra, com algumas correcções).

Guedes (Armando Marques) — *A Aliança Inglesa. Notas de História Diplomática*, Lisboa, 1938.

Guerreiro (Afonso) — *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa, na entrada del Rey D. Philippe primeiro de Portugal,* Lisboa, 1581.

Guimarães (Vieira) — *Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo,* Lisboa, 1916.

Gulbenkian (Roberto) — *L'Embassade de Luís Pereira de Lacerda, 1603-1605,* Lisboa, 1972.

Guy (Alain) — *«L'Homo novus» du Portugal au XVIe siècle,* in *Actas do Congresso Int. de Hist. dos Descobrimentos,* vol. IV, Lisboa, 1961, pp. 225 e segs.

Haebler (Konrad) — *Die Neuwe Zeitung aus Presilg Land im Fürstlich Fuggerschen Archiv,* in *Zeitschrift der Geselschaft für Erdkunde,* XXX, 1895, p. 357;
Bibliografia Ibérica del siglo XV, 2 vols. La Haya, Leipzig, 1903, 1917;
Die Überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellischafter, Leipzig, 1903.

Hakluyt (Richard) — *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation,* vol. I, Londres, 1598 (reed. moderna, Glasgow, 1903).

Hamy (E. T.) — *Études Historiques et Géographiques,* Paris, 1896. (O estudo das pp. 131-143: *Notice sur une mappe-monde portugaise anonyme de 1502, récemment découverte à Londres,* havia aparecido no *Bulletin de géographie historique et descriptive,* 1886, e foi reproduzido em *Acta Cartographica,* Amesterdão, vol. 1, 1967, pp. 182-196).

Harrisse (H.) — *Bibliotheca Americana Vetustissima. A Description of Works relating to America,* New York, 1866 (nova edição: 2 vols., 1958, preparada por Carlos Sanz);
Additions, Paris, 1870 (nova ed., de Carlos Sanz: Madrid, 1958). — *Ver* Carlos Sanz;
Document inédit concernant Vasco da Gama. Relation adressée à Hercule d'Este, duc de Ferrare, par son Ambassadeur à la cour de Portugal, Paris, 1889;
Découverte et évolution cartographique de Terre Neuve et des Pays circonvoisins. 1497-1501-1769. Essais de Géographie Historique et Documentaire, Paris, Londres, 1800;
Les Corte-Real et leurs voyages au nouveau monde, Paris, 1883;
Gaspar Corte-Real. La date exacte de sa dernière expédition au nouveau monde, Paris, 1883;
Americus Vespucius. A critical and documentary review, Londres, 1895;
The Discovery of North America, Paris, Londres, 1892; nova edição, Amesterdão, 1961;
Jean et Sebastian Cabot, Paris, 1882; nova edição, Amesterdão, 1968;
Fernand Colomb. Sa vie, ses oeuvres. Essai critique, Paris, 1872.

Heleno (Manuel) — *Os Descobrimentos marítimos dos Portugueses e os progressos da Geografia,* Lisboa, 1933.

Hemsö (J. Graberg) — in *Annali di Geografia e di Statistica,* Génova, 1802, 2.° vol., p. 285 — Ver Empoli (Giovanni da) e Empoli (Girolamo).

Hennig (Richard) — *Terrae Incognitae,* 4.° vol., Leide, 1956.

Herberger (Theodor) — *Conrad Peutinger in seinem Verhältnisse zum Kaiser Maximilian I,* Jahresbericht des historischen Vereins für Schwaben und Neuburg, 1851.

Herculano (Alexandre) — *Repositorio Literario,* n.° 14, Lisboa, 1815, p. 110. — *Ver* Álvaro Velho.

HERRMANN (Paul) — *Audacia y Heroismo de los Descubrimientos modernos. De Colón al siglo XX*, Barcelona, Madrid, Buenos Aires, Rio de Janeiro, 1958.

Hesperis — *Ver* Robert RICARD.

HEYD (W.) — *Histoire du Commerce du Levant au Moyen Âge* (trad. de Furcy Raynaud), 2 vols. Leipzig, 1885/1886.

HIRSCHBER (Walter) — *Schwarzafrika*, band. I, de *Monumenta Etnographica*, Graz, Áustria, 1962.

História da Colonização Portuguesa do Brasil, 3 vols., Porto, 1921. — *Ver* C. Malheiro DIAS, Duarte LEITE, Jaime CORTESÃO, António BAIÃO, F. M. Esteves PEREIRA.

História da Expansão Portuguesa no Mundo (Dir. de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias), 3 vols., Lisboa: 1.° vol., 1937; 2.° vol., 1939; 3.° vol., 1940.

História de Portugal (Dir. de Damião Peres), 9 vols., Barcelos, 1928 e segs.

HOEHNE (F. C.) — *Botânica e agricultura no Brasil no século XVI*, S. Paulo, 1937.

HUMBOLDT — *Examen critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent*, 3 vols., Paris, 1836-1839. (Nova edição, com o titulo: *Histoire de la Géographie du Nouveau Continent et des progrès de l'Astronomie Nautique au XV^e et XVI^e siècle*, 5 vols., Paris, s/d);

Cosmos, Paris, 1855.

HÜMMERICH (Franz) — *Studies zun Roteiro der Entdckungsfahrt Vasco da Gama*, 1497-1499, in *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. x, Coimbra, 1924. (Trad. em *Diário da Viagem de Vasco da Gama*). — *Ver* Álvaro VELHO.

Imago Mundi. — A review of early Cartography, Berlim, Londres, Estocolmo, S'Gravennhage, Amesterdão. — *Ver* R. ALMAGIÀ, G. CARACI, R. UHDEN, H. WINTER.

INOCÊNCIO — *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa 1924 e segs.

Instituto. — *Ver* Armando CORTESÃO.

IRIA (Alberto) — *O Descobrimento do caminho marítimo para a Índia participado à Câmara de Tavira pela Carta régia de D. Manuel de 11 de Julho de 1499* (Documento, em cópia, do século XVIII, do Cartório daquela cidade, cujo original se perdeu). Comunicação apresentada ao Instituto de Coimbra, Coimbra, 1950;

A conquista de Goa por Afonso de Albuquerque participada à Câmara de Tavira, pela Carta régia de D. Manuel, de 17 de Junho de 1511. (Documento, em cópia, do século XVIII, do Cartório daquela cidade, cujo original se perdeu), *in* Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, XIII Congresso, t. VIII, Lisboa, 1950, pp. 121-128;

O Algarve e os Descobrimentos, I, Lisboa, 1956.

Itinerarium — Ver António Domingos de Sousa COSTA.

JAL (Augusto) — *Archéologie Naval*, 2 vols., Paris, 1840.

JIMÉNEZ DE LA ESPADA (Marcos) — *Ver* «Libro del Conosçimiento».

JOÃO II (D.) — *Cartas:*

Ao Papa Inocêncio VIII. — *Ver* WITTE (Charles M. de);

A Lourenço de Medices e a Pedro de Medices Due lettere inedite di D. João II a Lorenzo e Piero de'Medici, in *Biblos*, vol. v, Coimbra, 1929, pp. 513-514.

A Ângelo Policiano, in Sousa — *Provas*, vol. 2.°, 1.ª parte, p. 201; e in *Biblos l. c.*, p. 515. — Trad. portuguesa de Epifânio da Silva Dias, em Teófilo Braga — *Poetas Palacianos*, Porto, 1871, pp. 299-303, e em *História da Universidade de Coimbra*, 1.° vol., pp. 178-179.

JONES (J. W.) — *The Travels of Ludovico de Varthema, A. D. 1503-1508,* Hak. Soc., series I, n.º 32, Londres, 1863.

JONG (M. de) — *Relações literárias entre Portugal e a Holanda,* in *Biblos,* XII, 1936.

JOURDAIN (Ch.) — *De l'influence d'Aristote et de ses interprètes sur la découverte du Nouveau Monde,* Paris, 1861.

JULIEN (A.)—*Les Voyages de Découverte et les premiers établissements (XVᵉ-XVIᵉ siècles),* P. U. F., Paris.

KAHLE (Paul) — *Un mapa de América hecho por el turco Piri Ré'is en el año de 1513, basandose en un mapa de Colón y en mapas portugueses,* in *Investigación y Progreso,* Madrid, ano V, n.º 12, 1-12-1931;

Impronte Colombiane in una carta turca del 1513. Estrato de la *Cultura,* Milão--Roma, ano X, vol. 1, fasc. 10.

KAMAL (YOUSSOUF) — *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti.* Cairo.

KAMMERER (A.) — *La découverte de la Chine par les Portugais au XVIᵉ siècle et la Cartographie des Portulans,* Leiden, 1944;

La découverte de Madagascar par les Portugais et la cartographie de l'île (1500--1667), in *Boletim da Sociedade de Geografia,* Lisboa, Setembro-Outubro de 1949, pp. 517-627;

L'Art d'identifier et dater les portulans anonymes du XVIᵉ siècle, in *Bulletin du Comité des Travaux Historiques,* 1943;

La Mer Rouge. L'Abyssinie et l'Arabie depuis l'Antiquité, tome 1er: *Les Pays de la Mer Érythrée jusqu'à la fin du Moyen Âge.* Première et deuxième partie, Cairo, 1929; Id. Troisième partie, Cairo, 1929. — Tome 2ème: *Les Guerres du poivre. Les Portugais dans l'Océan Indien et la Mer Rouge au XVIᵉ siècle. Histoire de la Cartographie Orientale,* 1.º vol., Cairo, 1934 (pp. XVI + 1 a 262); 2.º vol., Cairo, 1935 (pp. 263-555);

La Mer Rouge. L'Abyssinie et l'Arabie aux XVIᵉ et XVIIᵉ siècles te la Cartographie des Portulans du Monde Oriental. Première partie, XVIᵉ siècle. *Abyssins et Portugais devant l'Islam,* Cairo, 1947; Seconde partie, XVIIᵉ siècle. *Les Jésuites Portugais et l'Éphémère Triomphe du Catholicisme en Abyssinie (1603-1632),* Cairo, 1949; Troisième partie. *La Cartographie du Monde Orientale, Mer Mouge, Océan Indien et Extrême-Orient jusqu'au XVIIIᵉ siècle. Cartographes Portugais et Français,* Cairo, 1952.

KEIL (L.) — *Jorge Álvares, o primeiro português que foi à China,* Lisboa, 1933.

KELLENBENZ (Hermann) — *Os mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530,* in *Revista Portuguesa de História,* Coimbra, 1960, t. 9, pp. 125-140;

Le front hispano-portugais contre l'Inde et le rôle d'une agence de renseignements au service de marchands allemands et flamands, in *Studia,* vol. 11, Lisboa, 1963, pp. 263-290; *Os alemães em Portugal,* in *Dicionário de História de Portugal,* 1.º vol., pp. 89-91; *La participation des capitaux de l'Allemagne méridionale aux entreprises portugaises d'outre-mer au tournant du XVᵉ siècle,* in *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XVᵉ et XVI siècles,* Paris, 1966, pp. 309-317.

KENNA (James B. Mc.) — *Ver* AUGUR (Juan).

KLOOSTERBOER (W.) — *Bibliografie van Nederlandse Publikaties over Portugal en Zijn Overzeese Gebiedsdelen,* Utrecht, Bibl. der Rijksuniversiteit, 1957.

KOHL (J. G.) — *Anmerkung über eine alte Weltkarte in Bristinchen Museum in London*, in *Zeitschift für Algemeine Erdkunde*, Berlim, 1856.

KÖNING (Erich) — *Konrad Peutingers Briefwechsel*, Munique, 1923.

KOPKE (Diogo) — *Ver* Álvaro VELHO.

KUNSTMANN (Friedrich) — *Die Entdeckung Amerikas Nach den Altesten Quellen Geschichtlich Dargellt. Mit einem Atlas alter bisher ungedruckter Karten*, Munique, 1859. (T. T. — Casa Forte);

Ueber einige der ältesten Karten Amerikas, *ibd.*, pp. 123-151;

Atlas zur Entdeckungsgeschichte Amerikas, Munique, 1859;

Die Handelsverbindungen der Portugiesen mit Timbuktu im XV. Jahrhunderte, in *Abhandlungen der III. Classe der K. bayerischen Akademie der Wissenschaften*, VI band (1850), I, Abtheilung.

Die Fahrt der ersten Deutschen nach dem Portugiesischen Indien, Munique, 1861.

Valentim Ferdinand's Beschreibuhg der Westküst Afrika vom Senegal bis zur Serra Leoa, in *Abkand der Hist. Akademie d. Wiss.*, Munique, 1856-1861.

LACERDA (José de) — *Exame das viagens do Doutor Livingstone*, Lisboa, 1867.

LAGOA (Visconde de) — *Estimulo económico da Conquista de Ceuta*, in *Memórias do Congresso do Mundo Português*, III, I, Lisboa, 1940;

Achegas para o estudo do Planisfério dito de Cantino e das primeiras explorações portuguesas do litoral brasileiro, in *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, Lisboa, 1953, vol. VIII, t. I;

Da influência da cartografia coeva na descoberta do Estreito de Magalhães, Lisboa, 1938 (Sep. do 1.° Congr. da Hist. da Expansão Portuguesa no Mundo, 1.ª secção, I, *Descobrimentos*, pp. 269-306);

Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina, 4 vols., Lisboa, 1950-1954.

LANNOY (Guillebert de) — *Guillebert de Lannoy et ses voyages en 1413, 1414, 1421*. Comentées en français et en polonais, par Joachim Lelewel, Bruxelas, s/d.

LAPA (M. Rodrigues) — *Lições de Literatura Portuguesa. Época medieval*, Lisboa, 1934;

Textos de literatura portuguesa. III, Lopo de Almeida — *Cartas de Itália*, editadas por (...), Lisboa, 1935.

LAS CASAS — *Historia de las Indias*, 1.ª ed., 5 vols., Madrid, 1875. (Edición de Agustin Millares Carlos, México, Buenos Aires, 3 vols., 1951).

LAVADINHO (Domingos) — *Manuscritos e outros documentos da Biblioteca Municipal de Elvas*, Elvas, 1945, 1948, 2 vols.

LEFÈVRE (René) — *Fantasie Medioevali nel Rinascimento. I: Cantari dell'India, del fiorentino Giuliano Dati* (Estratto de *La Vie del Mondo*, Milano, Janeiro de 1942);

Riflessi etiopici nella cultura europea del Medievo e del Rinascimento, in *Annali Lateranensi*, vols. VIII, IX e XI, Vaticano, 1945 e 1947;

Pellegrini e monaci di Etiopia nella Roma dei Papi (Estratto della *Rassegna Italiana*, XV, n.° 230, Roma, Julho de 1937;

La leggenda medieval del Prete Gianni, in *Afrique Italiana*, anno 53, n.° 4, Nápoles, 1935, pp. 201-255;

G. B. Brocchi da Imola, diplomatico pontificio e viaggiatore in Etiopia nel 400, in *Boll. della Reale Società Geografica Italiana*, serie VII, vol. IV, parte II, Roma, 1939, pp. 639-659.

Lega (A. Bacchi della) — *Ludovico de Varthema viaggiatore bologensi del secolo XV* (sic), in *Atti e memorie della R. Deput. di Stor. patria per le Romagne*, 4.ª série, vii, Bolonha, 1918.

Leite (Duarte) — *Coisas de vária história*, Lisboa, 1941;

Acerca da Crónica dos Feitos de Guiné. Talent de bien faire, in *Revista Portuguesa de S. Paulo*, t. 1 (1930);

Descobridores do Brasil, Porto, 1931;

O sigilo nacional dos Descobrimentos, in *O Primeiro de Janeiro*, 30 de Julho a 2 de Setembro de 1936;

A exploração do litoral do Brasil na 1.ª década do século XVI, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, 2.º vol., pp. 391-440;

O mais antigo mapa do Brasil, *ibd.*, pp. 225-281;

Talent de bien faire, in *Revista Portuguesa de S. Paulo*, t. 1 (1930), pp. 88-89;

O mapa mundi de Juan de la Cosa, in *História da Colonização do Brasil*, ii, pp. 120--126 e 167-174;

O Brasil no Planisfério de Juan de la Cosa, in *Descobridores do Brasil*, pp. 65-106.

História dos Descobrimentos, Lisboa, 1958, 2 vols.;

Leite (Jerónimo Dias) — *Descobrimento da Ilha da Madeira e discurso da vida e feitos dos Capitães da dita Ilha*. Introdução e notas de João Franco Machado, Coimbra, 1947.

Lelewel (Joachim) — *Ver* Guillebert de Lannoy.

Lepitre (Albert) — *De iis qui ante Vascum a Gama Africam legere tentaverunt*, Paris, 1880.

Le Roy (Loys) ou Regius — *De la vicissitude ou variété des choses en l'univers et concurrence des armes et des lettres par les premières et plus illustres nations du monde*, Paris, 1575, id. 1576, 1579;

La vicissitude, ò mutabile varietà delle cose nell'Universo. Trad. italiana de Hercole Cato, Veneza, Aldo, 1585.

Levillier (Robert) — *O planisfério de Maiollo de 1504*. Nova prova do itinerário Gonçalo Coelho-Vespúcio à Patagónia, em sua viagem de 1501-1502, in *Revista de História*, n.º 26, S. Paulo, Abril-Junho de 1956, pp. 431-440;

As cartas e viagens de Vespúcio segundo Magnaghi, ibd., n.º 18, S. Paulo, 1954.

Americo Vespucio descubridor del Brasil meridional, del Uruguay, del Rio de la Plata y la Patagonia (Separata da introdução de *El Nuevo Mundo*, de Vespúcio), Buenos Aires, 1961;

La opinion de Duarte Leite sobre el viaje descubridor de la Argentina, por Vespucio, Buenos Aires, 1952;

El descubrimiento del Rio de la Plata y la Patagonia por Vespucio, in *Argentina Austral*, ano xxiv, n.º 256, Novembro de 1952, pp. 4-12;

Vespúcio descubridor del Plata, en su V Centenario, in *Revista de Indias*, n.º 54, 1953, pp. 515-525;

A propósito de Vespúcio. Crítica ou sabotagem?, in *Revista de História*, S. Paulo, ano iv, n.º 16, Outubro-Dezembro de 1953, pp. 382-425;

En defensa de Vespucio y de la verdad historica, in *Revista de Indias*, n.ºs 57-58, 1954, pp. 455-508;

As cartas de viagens de Vespúcio, segundo Magnaghi, in *Revista de História*, n.º 18, S. Paulo, 1954;
Mundus Novus. A carta de Vespúcio que revolucionou a geografia, in *Revista de História*, n.º 33, S. Paulo, 1958, pp. 103-146;
Il Maiollo alla Mostra Vespucciana, em *L'Universo*, do Instituto Geográfico Militar de Florença, XXXIV (Novembro-Dezembro de 1954, pp. 959-966).
America, la bien llamada, 2 vols., Buenos Aires, 1948;
El Nuevo Mundo de Américo Vespúcio. Cartas relativas a sus viajes y descubrimientos, Buenos Aires, 1951;

Libro del Conoscimiento de todos los reynos e tierras e señorios que son por el mundo e de los señales e armas que han cada tierra e señorio por sy e de los reys e señores que los proveen, escrito por un franciscano español à mediados del siglo XIV, y publicado ahora por primera vez con notas de Marcos Jiménez de la Espada. Md., 1877. *N. B.* — Separata do *Boletin de la Sociedad Geografica de Madrid*, t. 2, Março de 1877, pp. 7-66, 97-141, 185-210 e 533-714.

LISBOA (João de) — *Livro da Marinharia*, Lisboa, 1903 (Prefácio de Brito Rebelo).

LOBATO (Alexandre) — *A expansão portuguesa em Moçambique, de 1498 a 1530*. Livro I, Lisboa, 1954; Livro III, *ibd.*, 1960.

LONGHENA (Mário) — *I Manoscritti del IV libro del De Varietate Fortunae di Poggio Bracciolini contenant il racconto dei viaggi di Nicolò de Conti*, in *Boll. della Real Società Geografica Italiana*, 1925, Roma, série VI, vol. II, ano LIX, vol. LXII, pp. 191-215. — *Ver* Nicolò de' CONTI.

LONGO (Francesco) — *Ver* MALIPIERO (Dominico).

LOPES (David) — *Ver* ZINADIN.

LOPES (Fernão) — *Crónica de D. João I*, 2 vols., Porto, 1949 (Prefácio de A. Sérgio); *Crónica de D. Pedro I*, Porto, 1965. Introdução de Damião Peres. (Publicada na *Collecção de Livros Inéditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, 4.º vol., Lisboa, 1816, pp. 3 e segs.).

LOPES (Francisco Fernandes) — *Os irmãos Corte-Real*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1957.

LOPES (Joaquim Maurício) — *Les Portugais à Anvers au XVIème siècle*, Antuérpia, 1895.

LOPES (Tomé) — *Navigation verso le Indie Orientali scritta per Thome Lopez, scrivano de una nave Portoghese*, in Ramúsio, 1.ª ed., 1.º vol., pp. 145 e segs. Tradução: *Navegação às Índias Orientais*, in *Collecção de Notícias*, 2.º vol., Academia das Ciências de Lisboa, 1812, n.º 5.

LUCENA (Vasco Fernandes) — Oração de obediência de D. João II a Inocêncio VIII, Roma, 1485. — Reproduzida em fac-símile por A. Foutoura da Costa — *Às portas da Índia em 1484*, Lisboa, 1935, pp. 63 e segs. Tradução portuguesa de Basilio de Vasconcelos, *ibd.*, pp. 67-86. Leitura latina *in* Joaquim de Carvalho — *Excerpta Bibliographica ex Bibliotheca Columbina*, Coimbra, 1925. Reprodução fotográfica das fls. 1 e 8 v., em *Bibliografia Geral Portuguesa*, II, 481-2; fls. 10 e 11, em D. Peres — *História dos Descobrimentos*, pp. 194 e 195.

LUDD (Walter ou Gualter) — *Speculi Orbis succintiss. sed neque poenitenda neque inelegans Declaratio et Canon*, Estrasburgo, 1507.

LUTZ (Heinrich) — *Conrad Peutinger*, Verlag die Brigg, Augsburgo.

MACEDO (Jorge Borges de) — *Ver* Virgínia RAU.

Macedo (J. J. da Costa) — *Memórias para a história das Navegações. Aditamentos à 1.ª parte,* 1835.

Machado (Barbosa) — *Bibliotheca Lusitana,* 4 vols. (1.ª ed.: 1741-1759), Coimbra, 1965-1967.

Machado (João Franco) — *Descobrimento e Colonização do Arquipélago da Madeira,* in *História da Expansão Portuguesa no Mundo.* — *Ver* Jerónimo Dias Leite.

Machado (José Pedro) — *Ver* Álvaro Velho.

Mac Kenna (James B.) — *Ver* Augur (Juan).

Madahil (A. D. da Rocha) — *Livro dos títulos do Convento de S. Domingos da Cidade de Aveiro,* 1961.

Magnaghi (Alberto) — *Amerigo Vespucci: Studio critico con speciali riguardo ad una nuova valutazione delle fonti e con documenti tratti dal codice vaglienti (Riccardiana 1910).* 1.ª ed., Roma, 1924; 2.ª ed. «emendata e accresciuta, corredata della riproduzione di 6 carte sincrone delle prime scoperte americana», Roma, 1926;

Precursori di Colombo?, Roma, 1935;

Amici (...) portoghesi di Vespucci, in *Riv. Geog. Ital.,* XLIII (1936), pp. 73-119;

Una supposta lettera di Amerigo Vespucci sopra il terzo viaggio, in *Bol. Soc. Geog.,* 7.ª série, II, (1937), pp. 589-632;

Ancora a proposito di una supposta lettera di Amerigo Vespucci sopra il suo terzo viaggio, ibd., III (1938), pp. 685-703.

Magnino (Leo) — *Antonio da Noli e la collaborazzione fra Genovesi e Portoghesi nelle grandi Scoperte,* Savona, 1963 (Trad. portuguesa, separata de *Studia,* n.º 10, Julho de 1960).

Major (R. H.) — *Memoir on a mappemonde by Leonardo da Vinci, being the earliest map hitherto known containing the name of America: now in the Royal Collection at Windsor,* London, 1865; 2.ª ed., *ibd.,* 1895;

Select Letters of Christopher Columbres with other original documents relating to his four voyages to the new World, Londres, 1870;

The Discoveries of Prince Henry, 1877;

Vida do Infante D. Henrique de Portugal, trad. de José António Ferreira Brandão, Lisboa, 1876;

India in the fifteenth century, Hakluyt Society, 1857.

Malipiero (Dominico) — *Annali Veneti dal MCCCCLVII and MD, del Senatore (...), ordinati e abbreviati da Francesco Longo,* in *Archivio Storico Italiano,* t. VII, P. I, Florença, 1843, pp. 1-586; t. VII, P. II, *ibd.,* 1844, VII-720. — *Ver* também *Raccolta Colombiana,* 2.º vol., P. III, p. 4.

Malte-Brun — *Histoire de la Géographie,* t. 1, Paris, 1831.

Mandeville (John) (Pseudónimo do médico Jean de Bourgogne) — *Ce livre et appelé Mandeville et parle de la terre de promission,* Lyon, 1480. [M. B. — G. 6755 e B. N. Md. — R (9353)].

Libro de las maravillas del mundo y del viaje de la tierra sancta de jerusalem y de todas las provincias y cibdades de las Indias y de todos los ombres mostruos que ay por el mundo. Con muchas otras admirables cosas, Valencia, Jorge Castilla, 15-7-1521. Ed. moderna: *The travels* (...), Londres, 1928.

Manfroni (Camillo) — *Storia della Marina Italiana*, 1.º vol., Livorno, 1902; 2.º vol. *(della caduta di Costantinopoli alla battaglia di Lepanto)*, Roma, 1897. — *Ver* Pigafetta (António).

Manucio (Antonio) — *Viaggi fatti da Venetia alla Tana, in Persia, in India et in Costantinopoli (...) e di tutte le intrate, e modo di governo suo, e della ultima impresa contra Portoghese*, Veneza, Aldus, 1545. — T. T. — Imp. Liv. 1274 p. (1.ª ed.: B. N. Md., R. (10730). Trad. inglesa: *Travels to Tana and Persia by Josafa Barbaro and Ambrogio Contarini*. Translated from the italian by William Thomas (...) and by S. A. Roy, Londres, 1873 (B. N. Md. — 1-16524).

Manuel (D.) — *Carta aos Reis Católicos sobre o descobrimento do Brasil* (fac-símile do texto português, 28.8.1501, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. ii, pp. 155-167. — *Ver* Eugénio do Canto; Luís de Matos; A. Bragança Pereira; F. Belgrano; Virgínia Rau; Alberto Iria.

Manuscrito (O) de Valentim Fernandes, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940.

Mapas españoles de America. Siglos XV-XVII, Madrid, 1951.

Map (A) of the World Designed by Giovanni Matteo Contarini, engraved by Francesco Roselli, 1506. Second edition revised printed by order of the Trustees Sold at the British Museum and by Bernard Quaritch, Ltd., Londres, 1926.

Marcel (Gabriel) — *Reproductions de Cartes et des Globes relatifs à la Découverte de l'Amérique, du XVIᵉ au XVIIIᵉ siècle*, Paris, 1894.

Marco Beneventano (Fr.) — *Ver* Ptolomeu, 1507 e 1508.

Margalho (Pedro) — *Margallea Logices veriusque scholia in divi Thomae Subtilisque Duns doctrina ac Nominalium*, Salamanca, 1520;
Physices Compendium, Salamanca, 1520.

Marques (A. H. de Oliveira) — *Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI*, in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1960, pp. 36-55.
Ensaios de História Medieval, Lisboa, 1965.

Marques (J. M. da Silva) — *Descobrimentos portugueses*, vol. i, (1147-1460); Lisboa, I. A. C., 1944.
Suplemento ao vol. i (1057-1460), Lisboa, I. A. C., 1944;
Sintra e sintrenses no Ultramar Português, Lisboa, 1949.

Martene (D.) e D. Durand — *Voyage littéraire de deux réligieux bénédictins de la Congrégation de Saint Maur*, Liège, 1724.

Martins (Oliveira) — *Os Filhos de D. João I*, 2 vols., Lisboa, 1958;
Portugal nos Mares, i, 1.ª ed., Lisboa, 1900; 2.ª ed., Lisboa, 1902; 4.ª ed., Lisboa, 1954;
Calcoen. Edição em *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto*, n.º 3, 1.ª série, 1 de Dezembro de 1881, pp. 110-117; reedição em *Portugal nos Mares*, i, 1.ª ed., pp. 67-94; 2.ª ed., pp. 83-110; 4.ª ed., pp. 77-103. — *Ver* Münzer (Jerónimo).

Martins (J. V. de Pina) — *Pico della Mirandola e o Humanismo Italiano nas origens do Humanismo Português*, Lisboa, 1964;
Humanismo e Renascimento, Lisboa, 1969 (Sep. da *Rev. da Faculdade de Letras*, iii série, n.º 11, 1967).

Martins (Mário) — *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, 1956.

Masi (Gino) — *Due lettere inedite di D. João II a Lorenzo e Piero de' Medici*, in *Biblos*, vol. v, Coimbra, 1929, n.os 9 e 10, pp. 513-515.

Masimi (Enrico) — *Viaggiatori e navigatori fiorentini*, Florença, 1898;
Per le biografie de Giovanni di Empoli, in *Atti del VIII Congr. Geogr. Ital.*, Florença, 1921.

Matos (Luís de) — *L'Expansion portugaise dans la Littérature latine de la Renaissance* (no prelo) (Citado pelo próprio A., em *Bolet. Int. de Bibl. Luso-Brasileira*, i, p. 216, n.º 2, Abril-Junho de 1960). Tese de Doutoramento na Sorbonne, em 1959, de que se podem apreciar alguns ecos, na comunicação ao Ve Colloque International d'Histoire Maritime (Lisboa, 1960);
La Victoria de lo Serenissimo et invictissimo Emanuele Re de Portugallo etc. hauta novamente contra Mori e la presa de Azomor. Introdução e texto fac-similado. In *Bol. Int. de Bibliog. Luso-Brasileira*. i, pp. 214-222: *La vittoria contro i mori e la presa di Azimur;*
Epistola delle Vittorie avute in India e Malaca (de D. Manuel). Ibd., ii, pp. 142-156 (Introdução e reprodução fac-similada das duas traduções italianas da carta de D. Manuel).
Natura, Intelletto e Costumi dell'Elefante. Ibd., vol. i, pp. 44-55. Reprodução fac-similada do folheto (pp. 48-55);
Nótulas sobre o humanista italiano Cataldo Parísio Sículo, in *A Cidade de Évora*, n.os 35-36, Évora, 1956.
L'Humanisme Portugais et ses rélations avec l'Europe, in *Bulletin des Études Portugaises*. Nouvelle série, t. 26, Lisboa, 1965, pp. 45-65;
Un umanista portoghese in Italia. Damião de Goes, in *Estudos italianos em Portugal*, n.º 19, Lisboa, 1960, pp. 41-61;
A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento, Lisboa, 1956;
Un aspect de la question vespuccienne: l'auteur du Mundus Novus. Sep. de *Charles-Quint et son temp*, Paris, 30 Septembre-3 Octobre 1958, pp. 157-166. Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1966;
Estado actual da critica dos textos vespucianos, in Duarte Leite — *História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1958, 1.º vol., pp. 683-686;
A Utopia de Tomás More e a expansão portuguesa, in *Estudos Políticos e Sociais*, vol. iv, n.º 3, Lisboa, pp. 809-820;
Forma e natura e costumi del Rinoceronte, in *Bol. Int. de Bibl. Luso-Brasileira*, i, Lisboa, 1960, p. 387.
La Littérature des Découvertes, in *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XVe et XVIe siècle*. Actes du Cinquième Colloque International d'Histoire Maritime, Lisbonne, 14-16 Septembre 1960, Paris, 1960, pp. 23-30. — Com notas de Michel Mollat.
Les Portugais à l'Université de Paris entre 1500 et 1550, Coimbra, 1950.

Mauny (Raymond) — *L'Ouest Africain chez Ptolémée (vers + 141 J.-C.)*, in *Conferência Int. dos Africanistas Ocidentais*, 2.ª Conf., vol. 1, Lisboa, 1950, pp. 239-293;
Un problème de Géographie Historique: Les origines lointaines de la Découverte du Cap Vert, ibd., pp. 297-307;
Les navigations médiévales sur les côtes sahariennes antérieures à la découverte

portugaise (1434), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960. — *Ver* Valentim FERNANDES; Duarte Pacheco PEREIRA.

MAURÍCIO (Domingos) — *Ver* Domingos Maurício Gomes dos SANTOS.

MC KENNA (James B.) — *Ver* AUGUR (Juan).

MEDINA (José Toribio) — *Juan Diaz de Solis. Estudio Historico* (Documentos y Bibliografia), Santiago do Chile, 1897.

MEES (Jules) — *Histoire de la Découverte des iles Açores et de l'origine de leur dénomination d'iles Flamandes*, Gand, 1901 (trad. portuguesa, em *Revista Michaelense*, n.os 2 e 3 (1919). — Reproduzida em *Acta Cartographica*, III, p. 282.

MELA (Pompónio) — *De situ orbis libri tres*, *Valência*, 1482 (B. N. Md., I. 320); *Cosmographiae*, Salamanca, 1498 (B. N. Md. — I, 1683 e B. P. Évora, Inc., 419); *De totius orbis descriptione*, Paris, 1508 (M. B. — C. 64 d. d. 9).

MELIS FEDERIGO — *Aspetti della vita economica medievale* (Studi nell'Archivio Datini di Prato), I, Siena, Florença, 1962;
Il commercio transatlantico di una compagnia fiorentina stabilita a Siviglia a pochi anni dalle imprese di Cortes e Pizarro, in *Fernando el Catolico e Italia*, Saragoça, 1954, pp. 129-206.

Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa, Ver H. Lopes de MENDONÇA e Gago COUTINHO.

Memórias de Literatura Portuguesa. Academia das Sciencias de Lisboa. *Ver* António Ribeiro dos SANTOS; Sebastião Francisco de Mendo TRIGOSO; J. Ferreira GORDO.

Memorie della Società Geografica Italiana. *Ver* ERRERA; Gustavo UZIELLI.

MENDONÇA (Henrique Lopes de)—*Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI*, in *Memorias da Academia das Sciencias*, nova série, 2.a classe, t. VI, parte II, Lisboa, 1892;
Bartolomeu Dias e a rota da India, Lisboa, 1898.

MENESES (Manuel de) — *O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira*, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. V, 1947.

MICHAUD — *Bibliographie Universelle*, t. XXXIV (nouvelle édition).

MICHEL (Roland Francisque) — *Les Portugais en France. Un français en Portugal*, Paris, 1882.

MILLER (Konrad) — *Die Peutingersche Tafel*, Estugarda, 1962.

Moçambique — Documentário Trimestral, Lourenço Marques. — *Ver* Raymon DECARY; Hugh TRACEY.

MOLLAT (Michel) — *Ver* Luís de MATOS.

MONOD (Th.) — *Ver* Valentim FERNANDES.

MONTALBODDO (Francesco da) — *Paesi novamente retrovati per la Navigatione di Spagna in Calicut*, Vicencia, 1507, 2.a ed., Milão, 1508.

MONTEZ (Caetano) — *Ver* Hugh TRACEY.

Monumenta Ethnographica, früe Völkerkundliche Bildokumente, hand I, *Schwarzafrika*, Graz, Austria, 1962.

MORAIS (J. Custódio de) — *Determinação das coordenadas geográficas no Oceano Índico pelos pilotos portugueses e árabes no princípio do século XVI*, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. II, Lisboa, 1961, pp. 475-521.

MORAIS (Rubens Borba de) — *Bibliographia Brasiliana*, 2 vols., Amesterdão, Rio de Janeiro, 1958.

MORE (Tomás) — *Utopia*, 4.° vol. de The Yale Edition of the complete works of st. Thomas More (Edward Surtz, S. J. e J. H. Hexter), New Haven e Londres, 1965; Trad. portuguesa de José Marinho — *A Utopia*, Lisboa, s/d., e de Berta Mendes — *A Utopia ou o Tratado da melhor forma de Governo*, Lisboa, 1947.

MORISON (Samuel Eliot) — *The date of the Fernandes-Barcelos voyage to the Labrador*, in Congr. Mundo Português, III, I, pp. 375-386. Tradução portuguesa: pp. 387-400.

MOTA (A. Teixeira da) — *A Descoberta da Guiné*, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.° 1, Bissau, Janeiro de 1946, pp. 11-68; n.° 2, Abril de 1946, pp. 273-326; n.° 3, Julho de 1946, pp. 457-509;

Importância dos antigos documentos geográficos portugueses para o estudo etnológico das populações oeste-africanas, in *Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*, 2.ª Conferência, Bissau, 1947, 4.° vol., 1.ª parte, Lisboa, 1952, pp. 393-401;

O noroeste africano na Cartografia Portuguesa Antiga, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, t. III, n.° 9, 1948, pp. 173-199;

Topónimos de origem portuguesa na costa ocidental de África, Bissau, 1950;

Diogo Gomes, o primeiro grande explorador da Gâmbia (1556), in *2.ª Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais*, 1.° vol., Lisboa, 1950, pp. 311-317;

Guiné Portuguesa, 2 vols., Lisboa, 1954. — *Ver* Pero Lopes de SOUSA;

A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, Lisboa, 1958, Outubro/Dezembro, série 76, pp. 297-322;

Os mapas de Maiollo e a questão vespuciana, in *História dos Descobrimentos*, de Duarte Leite, vol. I, Lisboa, 1959, pp. 681-683;

Méthodes de Navigation et Cartographie Nautique dans l'Océan Indien avant le XVI^e^ siècle, in *Studia*, n.° 11, Janeiro de 1963, pp. 49-90. — Separata: Lisboa, 1963;

Nouveaux éléments sur le pilote Lourenço Marques (Sep. de *Studia*, n.° 11), Lisboa, 1963.

A Cartografia Antiga da África Central e a travessia entre Angola e Moçambique (1500-1860), Lourenço Marques, 1964;

Navegações dos Portugueses no Atlântico Norte nos séculos XV e XVI, Lisboa, 1965;

Influence de la Cartographie Portugaise sur la Cartographie Européenne à l'époque des Découvertes (Sep. de *Actes du Cinquième Colloque International d'Histoire Maritime*, Paris, 1966), pp. 223-248;

Novos documentos sobre uma expedição de Gonçalo Coelho ao Brasil entre 1503 e 1505, Lisboa, 1969;

As rotas marítimas portuguesas no Atlântico, de meados do século XV ao penúltimo quartel do século XVI, in *Do Tempo e da História*, III, Lisboa, 1970, pp. 13-33. *Ver* Pero Lopes de SOUSA.

MÜNZER (Jerónimo) — *Seguese a carta que enviou Hieronimo Monetaro doutor alemã da cidade de noremberga em Alemanha ao serenissimo Rey dom Joham segundo de*

portugal. Sobre ho descobrimento do mar Oceano e provinçia do Gram Cam de Catay tyrada de latim em lingoagem por mestre Alvaro da torre, mestre em theologia da ordem de sam domingos pregador do dito senhor Rey. Tradução de Frei Álvaro da Torre, em *Tractado da Spera do Mundo, tyrada do latim em lingoagem com ha carta que huum gramde doutor aleman mandou ao rey de purtugall don Ioham el segundo,* Lisboa (c. 1509) e em edição «melhorada, em 1518» (?). Reeditada por E. do Canto, in *Archivo dos Açores,* vol. 1, pp. 444-447, e em separata, Lisboa, Imprensa Nacional, 31 de Agosto de 1909; em fac-símile, por Damião Peres, in *Descobrimentos Portugueses,* pp. 256-258, e em leitura, por Luís de Albuquerque — *Os guias náuticos de Munique e de Évora,* pp. 185-187;

«Itinerário» do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos) (Trad. de Basílio de Vasconcelos), Coimbra, 1932.

MURATORI (Luís António) — *Rerum Italicarum Scriptores,* vol. 1, t. XXIV, parte III, (2.ª ed.; Città di Castello, 1912).

MURR (Christophe Theophile de) — *Histoire diplomatique du Chevalier Portugais Martin Behaim de Nuremberg,* 3.ª ed., Paris e Estrasburgo, 1802.

NAVARRETE (D. Martín Fernández de) — *Coleccion de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV,* 5 vols., Madrid, 1825-1837; 2.ª ed., 1.° vol., Madrid, 1858; 2.° vol., *ibd.,* 1859; 3.° vol., 1880; Nova edição: t. 1 (t. LXXV, das *Obras* — Biblioteca de Autores Españoles, Madrid, 1954; t. 2 (LXXVI), *ibd.,* 1964; t. 3 (LXXVII), *ibd.,* 1964;

Viajes de Americo Vespucio, Espasa-Calpe, Madrid, 1941.

NEGRI (Giulio) — *Istoria degli Scrittori fiorentini,* Ferrara, 1722.

NEVES (Francisco Ferreira) — *Vida e testamento do humanista Aires Barbosa,* Aveiro, 1948.

NOONAN (Laurence A.) — *The Travels of John of Empoli. A study of a Florentine trader in the service of Portugal, 1503-1517.* (Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy, Department of History, University of Western), Australia, December, 1969.

NORDENSKIÖLD (A. E.) — *Facsimile. Atlas to the Early History of Cartography with reproductions of the most important maps printed in the XV and XVI Centuries,* Translated from the Swedish original by Johan Adolf Fkelöf (...) and Clements R. Markham, Estocolmo, 1889;

Periplus an essay on the early history of Charts and sailing-directions. Translated from the Swedish original by Francis A. Bather, with numerous reproductions of old charts and maps, *ibd.,* 1897.

Nova (A) Gazeta da Terra do Brasil, 1515. Texto, tradução, glossário e comentário, por Clemente Brandenburger, São Paulo e Rio de Janeiro, 1922 — N. B. — Versão do opúsculo *Copia der Newen Zeytung auss Pressillg Landt.* Ver ed. fac-similada e trad. portuguesa, por Esteves Pereira, in *História da Colonização Portuguesa do Brasil,* II, pp. 366-368; pp. 385-386; ed. fac-similada também, Leipzig, 1920 — Ver, ainda, Rodolpho R. SCHÜLLER e GRAUBARD — *Tiding out of Brazil* (Trad. inglesa). Notas de John Parker, The University of Minnesota Press.

Novus Orbis Regionum ac Insularum veteribus incognitarum, prefácio de Simon Grynaeus, Basileia, 1532; nova ed.: Paris, 1532.

NUNES (António) — *Lyvro dos Pesos da Ymdia e assy medidas e mohedas escripto em 1554*, Lisboa, Academia das Ciências, 1868.

NUNES (Eduardo Borges) — *Ver* Virgínia RAU.

NUNES (Pedro) — *Tractado da Spera*, Lisboa, 1537 (Trad. do *Tractatus da Spera Mundi*, de Sacrobosco, 1.ª ed., Ferrara, 1474);
Problemata, Coimbra, 1546.

ORTA (Garcia de) — *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (Ed. do Conde de Ficalho), 2 vols., Lisboa, 1891-1892.

ORTELIUS (Abraão) — *Theatrum Orbis Terrarum*, Antuérpia, 1570.

ORTROY (F. Van) — *Bibliographie de l'oeuvre de Pierre Apian*, Amesterdão, 1963.

OSBERNO — *Conquista de Lisboa aos Mouros*, Lisboa, 1936.

OSÓRIO (Jerónimo) — *De Rebus Emmanuelis Regis*, Lisboa, 1621.
Da vida e dos feitos de El-Rei D. Manuel, 2 vols., Porto, 1944.

OTTINO (Giuseppe) e Giuseppe Fumagalli — *Bibliotheca Bibliographica Italica*, Graz, 1957 (Reprint of the ed. Roma-Turin, 1889-1902).

PAIS (Bartolomeu José da Silva) — *Glorias de Portugal, expressadas nos sete admiraveis triunfos e sete prodigiosas victorias que na India Oriental conseguio o sempre invicto heroe Duarte Pacheco Pereyra contra o Çamorim, Imperador do Malabar e Rey de Calecut. I Parte. Tiradas das Chronicas para esta Relação volante, afim de que a Plebe possa instruir-se e juntamente recrearse com a gloriosa noticia das illustres proesas Lusitanas e a Puericie tenha juntamente nas instrucçoens por onde leya*, Lisboa, 1754.

PAIS (Simão Ferreira) — *As Famosas Armadas Portuguesas*, Ms. 1650, da Biblioteca de Marinha, do Ministério da Marinha, Rio de Janeiro, 1937. (Publicado pelo capitão-de-fragata Dídio Iratym Afonso da Costa).

PALAU Y DULCET (António) — *Manual del Librero Hispano-Americano. Bibliografia general española e hispano-americana desde la invención de la imprenta hasta nuestros tiempos con el valor comercial de los impresos descritos*, 2.ª ed., 18 vols., 1948-1966 [termina em San (Louis de)].

PALY (Norbert) — *La Casa de Portugal d'Anvers*, in *Bolet. da Sociedade de Geografia*, 63.ª série, 1945, pp. 411-429.

PARDUCCI (Piero) — *L'incontro dell'Imperatore Federico III con la principessa Eleanora di Portogallo*, Siena, 1905.

PARREIRA (A. Gomes de Amorim) — *História do Açúcar em Portugal*, in *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, Lisboa, 1952, vol. VII, t. 1.

PASCUAGLIO (Pietro) — *Petri Paschalici Veneti Oratoris ad Hemanuelem Lusitaniae Regem Oratio*, Impressum Venetiis, per Bernardium Venetum de Vitalibus, anno D. MCCCCCI.

PASSOS (Carlos de) — *Relações históricas luso-italianas*, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, 2.ª série, vol. 7, Lisboa, 1956, pp. 143 e segs.

PEDROSO (Z. Consiglieri) — *Catalogo Bibliographico das Publicações relativas aos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1912.

PENNESI (Giuseppe) — *Pietro Martire d'Anghiera e le sue relazioni sulle scoperte occeaniche*, in *Raccolta Colombiana*, parte V, vol. 2, pp. 7-109.

PERAGALLO (Prospero) — *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*, Génova, 1907;

La Biblia dos Jeronymos e la Biblia di Clemente Sernigi, Génova, 1901 (*Aí*, Cenno sui commerci dei fiorentini in oltremare sotto D. Emmanuele di Portogallo);
Due documenti riguardanti le Relazioni di Genova col Portogallo, Génova, 1892;
Viaggio di Geronimo da Stefano in India (Texto português e trad. italiana de Ramúsio, in *Bolletino della Società Geografica Italiana*, série IV, vol. II, ano XXXV, vol. XXXVIII, Roma, 1901, pp. 24-40. *Ver* D. Manuel — *Carta ao Rei Católico*.
Pereira (A. Bragança) — Publicação de Documentos, no *Arquivo Português Oriental*, t. 1, vol. 1, parte 1, Bastorá, 1936, pp. 84-85 (*Cartas de D. Manuel aos Reis de Castela e Cardeal Protector); ibd.*, pp. 366-367 (*Carta de D. Manuel para os juízes, vereadores, etc., da cidade do Porto); ibd.*, pp. 227-287 (*Navegação da Armada de Estevam da Gama por Tomé Lopes); ibd.*, pp. 311-314 (*Carta de Diogo Fernandes e Lourenço Moreno para El-Rei — 9-1-1505); ibd.*, pp. 334-346 (*Carta de Álvaro Vaz, escrivão da feitoria de Cochim, para El-Rei D. Manuel*, 24-12-1504). — *Ver* Álvaro Velho.
Pereira (Duarte Pacheco) — *Esmeraldo de Situ Orbis*, 2.ª ed.: Edição crítica, anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1905; edição da Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1954; *Esmeraldo de Situ Orbis. Côte occidentale d'Afrique du Sud Marocan au Gabon*. Introd. e notas de R. Mauny, Bissau, 1956.
Pereira (F. M. Esteves) — *A propósito das cartas de Vespúcio*, in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. 35.ª série, 1917, pp. 304-310;
O descobrimento do Rio da Prata, in *História da Colonização do Brasil*, II, pp. 349 e segs. — *Ver* Marco Polo.
Pereira (Gabriel) — *Ver* Diogo Gomes.
Peres (Damião) — *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943; 2.ª ed., Coimbra, 1960 (De ordinário, citamos a 1.ª edição);
Génese da Expansão Portuguesa, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 1.º vol., p. 125;
Américo Vespúcio e a expedição de 1501-1502, Porto, 1949.
Uma prioridade portuguesa contestada mas incontestável: a circum-navegação da África austral por Bartolomeu Dias, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1960.
Ver Álvaro Velho, Fernão Lopes, Luís de Cadamosto.
Perez Embid (Florentino) — *Los Descubrimientos en el Atlantico y la rivalidad castellano-portuguesa hasta el Tratado de Tordesillas*, Sevilha, 1948.
Peschel (Oscarre) — *L'Atlante di Andrea Bianco dell'anno 1436*. Veneza, 1871.
Piccolomini (Eneas Silvio) — *Ver* Pio II.
Pigafetta (António) — *Il primo viaggio intorno al Mondo di (...)*, a cura di Camillo Manfroni, Milão, 1956;
Primer viage en torno del Globo, Madrid, Espasa-Calpe, 1963.
Pimpão (A. da Costa) — *História da Literatura Portuguesa*, 1.º vol., Coimbra, 1947;
A Crónica da Guiné (Sep. da *Biblos*, Coimbra, vol. II, 1926, pp. 374-389, 595-607 e 674-687);
A historiografia oficial e o sigilo sobre os descobrimentos, in *1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, 1938, 1.ª secção, II, *Descobrimentos*, pp. 199-231;

A «Cronica dos feitos de Guinee», de Gomes Eanes de Zurara e o manuscrito Cortez-d'Estrées, Lisboa, 1939.

PINA (Rui de) — *Chronica de El Rey Dom Afonso o quarto*, Lisboa, 1936;
Crónica do Rei D. Duarte, Lisboa, 1966;
Cronica de El Rei D. Afonso V, Lisboa, 1901.
Cronica del Rey Dom Joham II. Prefácio de A. Martins de Carvalho, Coimbra, 1950.
(Todas estas crónicas apareceram na *Collecção de livros inéditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II*, 1.° vol. (Lisboa, 1790); 2.° vol. (*ibd.*, 1792).

PINELO (António de Léon) — *Epitome de la Bibliotheca Oriental i Occidental, Nautica i Geografica*, Madrid, 1629, 3 vols., Madrid, 1737-1738.

PINTO (Manuel de Sousa) — *A carta de Pero Vaz de Caminha. Edições e leituras*. Sep. de *Miscelânea de Estudos em honra de D^a Carolina Michaelis de Vasconcelos*, Coimbra, 1930;
Pero Vaz Caminha e a Carta do Achamento do Brasil, Lisboa, 1934.

PIO II (Eneas Silvio Piccolomini) — *Europa nostrorum temporum varias continens historias*, Veneza, 1501 (B. N. Pa. — Rés. G. 1232);
Cosmographia in Asiae et Europae eleganti descriptione Asia. Historias rerum ubique gestarum cum locorum descriptione complectitur, Paris, 1509 (B. N. Pa. — Rés. G. 2897 e M. B. 793 f. 23);
La discrittione de l'Asia et Europa di Papa Pio II e l'Historia de le cose memorabile fatte in quelle, con s'aggionta de l'Africa, secondo diversi scrittori, con incredibile brevità e diligenza, Veneza, 1544 (B. N. Pa. — Rés. g. 2, 037).

PIRES (Tomé) — *The Suma Oriental of Tomé Pires. An account of the east, from the red sea to Japan. Written in Malacca and India in 1512-1515 and the book of Francisco Rodrigues, rutter of a voyage in the red sea, nautical rules, almanach and maps, written and drawn in the east-before 1515*. Translated from the Portuguese Ms. in the Bibliothèque de la Chambre des Deputés, Paris, and edited by Armando Cortesão. 2 vols., London. Printed for the Hakluyt Society, 1944.

PISANO (Mateus de) — *Livro da guerra de Ceuta, escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460*. Em *Collecção de Livros inéditos de Historia Portugueza*, 1.ª vol., Lisboa, 1790, pp. 7 e segs. Lisboa, 1916 (trad. de *De Bello Septensi*).

PLÍNIO — *Naturalis Historiae libri XXXVII*, Veneza, 1472 (B. N. Md., I, 956); ed. Veneza, 1499 (*ibd.*, I, p. 699); Veneza, 1516 (*ibd.*, 2, 23141).

PÓ (Guido) — *Navigatori italiani nel Medio Evo al servizio del Portogallo*, in *Congresso do Mundo Português*, III, I, pp. 581-620;
Le scoperte maritime dei portoghesi — Cartografia nautica (*ibd.*, pp. 623-644);
Contributo delle Marinerie italiane all'organizzazione della marina portoghese (*ibd.*, pp. 655-662);
Doni e regalia dei sovrani portoghesi ad italiani in riconoscimento dei loro meriti e servizi navali in Portogallo (*ibd.*, pp. 663-679);
Partecipazione della Marina genovese alla cooperazione data dal Portogallo pera la difesa della Spagna cristiana contro i mussulmani (*ibd.*, pp. 681-684).

POGGIO (Joh. Francisci) — *Emanuelis Portugaliae Regis Elogium. Ex codice laurent. ashburn. MLXXVII°*. Nunc primum editum. Florença, 1934. (Constitui o 1.° vol. de *Documentos para o estudo das relações culturaes entre Portugal e Itália*, publicados

por Henrique Trindade Coelho e Guido Batelli. O texto do *Elogio*, pp. I-XXXIX, 16 pp. de introdução).

POGGIO Bracciolini — *Poggi Florentini Oratoris et Philosophi Opera, collatione emendatorum exemplarium recognita.* Basileae, apud Henricum Patrum, 1538;
De varietate fortunae libri quattuor, Paris, 1723. — Ver *Spicilegium Romanum.*

POHL (Frederick) — *The Pesaro Map, 1505*, in *Imago Mundi*, VII, Estocolmo, 1950, pp. 82-83.

POLICIANO (Ângelo) — *Omnia Opera*, Veneza, IↃ·II·IↃ (B. N. L. — Inc. 1035);
Carta a D. João II, in Teófilo Braga — *História da Universidade de Coimbra*, vol. 1, p. 176, nota.

POLISENSKY (Joseph) e Peter Ratkos — *Eine neue Quelle zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gama*, in *Historica*, IX, Nakladatelstvi Ceskoslavenské Akademie Ved, Praha, 1964, pp. 53-67. O texto da Relação — *Beschreibung der Reise nach Indien im Jahre 1502*, ocupa as pp. 61-67 (fls. 173-175v. do Ms.).

POLO (Marco) — *O Livro de Marco Paulo — O Livro de Nicolao Veneto — Carta de Jerónimo de Santo Estevam*, conforme a impressão de Valentim Fernandes, feita em Lisboa, em 1502, por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, 1922;
Cosmographia breve introductoria en el libro d'Marco Paulo. El libro del famoso Marco Paulo veneciano de las cosas maravillosas que vido en las partes orientales, conviene saber en las Indias, Armenia, Persia e Tartaria. E del poderio del Gran Can y otros reyes. Con otro tratado de Micer pogio florentino que trata de las mesmas tierras y yslas. (Trad. de Maestro Rodrigo de Santaella), Sevilha, 1503. (Reed. de Rafael Benitez Claros: *Libro de las cosas maravillosas de Marco Polo (1477)*, Madrid, 1518;
The Book of Ser Marco Polo, the venetian (Trad. inglesa de Henry Yule), 2 vols., Londres, 1871, 1875, 1903 (com suplemento de H. Cordier, *ibd.*, 1920 e 1921);
Il Milione (ed. critica, de F. F. Benedetto), Florença, 1928;
Il Milione (ed. de Rinaldo Caddeo), Milão, 1954 (Reedição da que Ranieri Alluli publicou, em 1929);
O Livro das Maravilhas do Mundo, de Marco Paulo, Lisboa, S. G. L., 1955;
O Livro de Marco Polo, Lisboa, s/d.
O Milhão, Porto, 1944.

Portugaliae Monumenta Cartographica (Armando CORTESÃO e A. Teixeira da MOTA), 6 vols., Lisboa, 1960.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Leges. Lisboa, 1856, *Leges I* e *II; Inquisitiones*, vol. I, Olisipone, 1888.

PRESTAGE (Edgar) — *The Portuguese Pioneers*, Londres, 1933.

Prince Henry the Navigator and Portuguese Maritime Enterprise. Catalogue of an exhibition at the British Museum Septembre-October 1960. — Printed in Great Britain at the Stellar Press, Barnet, Herts.

PRIULI (Girolamo) — *I Diarii di (...) (A. A. 1494-1512)*, a cura di Arturo Segre, in *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. 1, t. XXIV, parte III, Citta di Castello, 1912 (B. N. R. — SS. 27-15-XXIV-3).
Ver R. FULIN.

PTOLOMEU — *In hoc operae haec continentur: Geographia Cl. Ptolomaei*, Roma, 1507 (Fr. Marcus Beneventano), (B. N. Md. — R. 20753);

Id., 1508 (T. T. — Imp. Liv. 4286 p. e B. A. C. L. — Res. 60-36 (truncado);
Geographia Veneza, 1511, (B. N. Pa. — Rés. g. G. 5); (Reedição, com notas de A. Skelton: Amesterdão, 1969);
Geographiae opus novissima traductione e Graecorum archetypis castigatione pressum (...) Pars secunda moderniorum lustrationum viginti tabulis, Argentinae, MDXIII (B. N. L. — C. 152 v.). Reedição moderna, fac-similada, com introdução de R. A. Skelton, Amesterdão, 1966;
In hoc opere haec continentur Nova translatio primi libri Geographiae Cl. Ptolomaei (...) translatio (...) Ioanne Vernero (...) Nuremberga, 1514 (B. N. L. — Res. 485-A);
Liber Geographiae cum tabulis, Venetiis, 1521 (B. N. Md. — B. A. 6277).

QUIRINI (Vincenzo) — *Relazione delle Indie Orientali, nel 1506. Da apografo contemporaneo nel Museo Correr di Venezia, B. 3. 1,* in *Le Relazione degli. Ambasciatori Veneti al Senato* (...) raccolta (...) da Eugenio Alberi, Appendice, Florença, 1863, pp. 3-19.

Raccolta Colombiana, Abrev. de: *Raccolta di Documenti e Studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana pel Quarto Centenario dalla Scoperta dell'America,* Roma, parte I, vols. 1, 2, 3 (1892, 1894, 1892); parte II, vols. 1, 2, 3 (1892, 1894, 1894); parte III, vols. 1, 2 (1892, 1893); parte IV, vols. 1, 2 (1893, 1892); parte V, vols. 1, 2, 3 (1894); parte VI, vol. único (1893). — *Ver* G. UZIELLI; Dominico MALIPIERO; Giuseppe PENNESI.

RAFOLS (E. Serra) — *Lancelotto Malocello en las islas Canarias,* in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* vol. III, Lisboa, 1961.

RAMALHO (Américo da Costa) — *Sobre a data da morte de Diogo Cão,* in *Revista Portuguesa de História,* Coimbra, II, pp. 319-321;
Algumas relações italianas de Cataldo Aquila Siculo, in *Humanitas,* vols. XV-XVI, Coimbra, 1963-1964, pp. 367-379;
Investigações sobre Cataldo Siculo, ibd., vol. XVII (1965), pp. 139-158.

RAMÚSIO (Giovanni Battista) — *Delle Navigationi et Viaggi,* 1.° vol., Venetia, appresso gli Heredi di Lucantonio Giunti, 1550 (Reedições em 1554 e 1563). Trad. francesa, por Jean Temporal: *De l'Afrique, contenant la description de ce Pays par Léon l'Africain et la navigation des anciens capitaines portugais aux Indes Orientales et Occidentales,* 2 vols., Lyon, 1556; 4 vols., Paris, 1830.
Navigationi et Viaggi, Venice, 1563-1606. In three volumes with an Introduction by R. A.. Skelton and an Analysis of the Contents by Prof. George B. Parks. Theatrum Orbis Terrarum Ltd., Amesterdão, 3 vols., 1970, 1968, 1967. Trad. Portuguesa de algumas Relações, em *Collecção de Noticias.*

RANDLES (W. G. L.) — *South-East Africa as shown on Selected Printed Maps of the Sixteenth Century,* in *Imago Mundi,* XIII, Estocolmo, 1956, pp. 69 e segs.;
L'Image du Sud-Est Africain dans la Littérature Européenne au XVIe siècle, Lisboa, 1959;
Le Nouveau Monde, l'Autre Monde et la Pluralité des Mondes, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* Lisboa, 1961, vol. IV, pp. 347-385;

La Signification Cosmographique du passage du Cap Bojador, in *Studia*, n.º 8, Lisboa, 1961;

Sur l'idée de la Découverte et sa diffusion, in *Les Aspects Internationaux de la Découverte Océanique aux XVe et XVIe siècle*, Paris, 1966, pp. 17-21.

RAU (Virgínia) — *Uma família de mercadores em Portugal no século XV: os Lomellini*, in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, t. XXII, 2.ª série, n.º 2 (1956), pp. 56-83. Reproduzido em *Estudos de História*, Lisboa, 1968, pp. 1 e segs.;

O açúcar da Madeira nos fins do século XV (Problemas de produção e comércio), Lisboa (Com colaboração de Jorge Borges de Macedo);

O açúcar na Ilha da Madeira — Análise de um cálculo de produção dos fins do século XV (Colab. de Jorge de Macedo), in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. V, 1.ª parte, Lisboa, 1961, pp. 189-210;

Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V, in *Aufsäte zur Portugiesischen Kulturgeschichte*, 4 band, 1964. Münster Westfalen, pp. 247-260.

Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi, in *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 24, Lisboa, 1956, pp. 3-35;

Feitores e feitorias «instrumentos» do comércio internacional português no século XVI (Sep. de *Brotéria*, Lisboa, 1966, vol. 81, n.º 5, p. 458);

Estudos de História, Lisboa, 1968;

Carta de D. Manuel I ao Rei de Aragão sobre a tomada de Goa. Introd. e notas de Virgínia Rau e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, 1968;

Italianismo na cultura jurídica portuguesa do século XV, Coimbra, 1969 (Sep. da *Revista Portuguesa de História*, vol. XII, t. 1).

RAVENSTEIN (G.) — *Journal of the First Voyage of Vasco da Gama, 1497-1499*, Londres, Hakluyt Society, 1898;

Martin Béhaim, his life and his Globe, Londres, 1908.

Martim de Bohemia (Martin Béhaim), Bibliotheca da Revista Portugueza Colonial e Maritima, Lisboa, s/d.;

The voyages of Diogo Cao and Bartholomeu Dias, in *The Geographical Journal*, vol. XVI, Dezembro de 1900, pp. 625-665. *Ver* A. VELHO.

REBELO (Jacinto Inácio Brito) — *Navegadores e exploradores portugueses até ao XVI século (Documentos para a sua historia) — Vasco da Gama. Sua família, suas viagens, seus companheiros*, in *Revista de Educação e Ensino*, Lisboa, vol. 13 (1898), pp. 49-70, 124-136, 145-167, 274-285, 366-370, 473-475 e 508-522; vol. 14 (1899), pp. 560-565; vol. 15 (1900), pp. 28-32 e 90-92.

Ver João de LISBOA.

RECCO (Niccoloso da) — *Ver* Rinaldo CADDEO.

REGO (A. da Silva) — *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente — Índia*, 12 vols., Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1946-1958.

REIS (Jaime Batalha Reis) — *Estudos Geográficos e Históricos*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1941.

Um retrato d'El-Rei Dom João II (Prefácio de Joaquim Bensaúde), Lisboa, 1946.

REISCH (Gregory) — *Margarita Philosophica, totius philosophiae rationalis et moralis principia duodecim libris dialogice complectens*, 1.ª ed., Heidelberg, 1496; Friburgo, 1503; Estrasburgo, 1504 (B. N. Pa. — Rés. 812); Basilea, 1508 (B. N. Pa. — Rés. 814-815 e B. N. R., 69.2.B.40).

Relação das Plantas e Discripçoens de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações que os Portugueses têm no Estado da India Oriental, Lisboa, 1936.

Relação do Piloto Anónimo. Publicada nos *Paesi* de MONTALBODDO, caps. 63-83, e em RAMÚSIO, 1.º vol., fols. 132-138. Trad. portuguesa do texto de Ramúsio na *Collecção de Noticias*, 2.º vol., n.º III; em Bragança PEREIRA — *Arquivo Português Oriental*, vol. I, parte 1, do tomo 1, pp. 117-148, e Jaime CORTESÃO — *A expedição de Pedro Alvares Cabral*, pp. 260-297.

Relation de l'Ambassade envoyée par Philippe-le-Bon en Portugal, pour demander en mariage (...) l'Infante Isabel, ainsi que du voyage (...) et la réception de l'infante en Flandre: Octobre 1428 — Janvier 1430, s/l. n/d. (B. G. U. C. — RB-2-25).

Relazioni di Viaggiatori, Biblioteca Clássica, 2 vols., Veneza, 1841.

Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo, Roma, 1940.

REPARAZ (Gonçalo de) — *«Mestre Jacome de Malhorca», cartógrafo do Infante*. Contribuição para o estudo da origem da cartografia portuguesa, Coimbra, 1930 (Sep. da *Biblos*, vol. VI);

Els Mapes Catalans de la Bibliothèque Nationale de Paris (Extret dels «Estudis Universitatis Catalans», XIII, 1929);

The Topographical Maps of Portugal and Spain in the 16th, century, in *Imago Mundi*, VII, Estocolmo, 1950, pp. 75-84.

RESENDE (André de) — *Oração de Sapiência (Oratio pro rostris)*. Trad. de M. Pinto de Meneses e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa, Centro de Estudos de Psicologia e de História da Filosofia, 1956.

RESENDE (Garcia de) — *Cancioneiro Geral*, Lisboa, 1516;

Chronica dos valerosos e insignes feitos del Rey Dom João II, Lisboa, 1622.

REUMONT (Alfredo) — *Della diplomazia italiana dal secolo XIII al XVI*, Firenze, 1857.

REVELLI (Paolo) — *I codici ambrosiani di contenuto geografico*, Milão, 1929;

L'espansione portoghese nel mundo e i manoscritti dell'Ambrosiana, in Congresso do Mundo Português, Lisboa, 1940, III, I, pp. 427 e segs.

Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Ver Rosalina da Silva CUNHA; A. H. de Oliveira MARQUES.

Revista de História, Lisboa (Dir. de Fidelino de Figueiredo). *Ver* Carlos FRANÇA.

Revista de História, São Paulo — *Ver* T. O. Marcondes de SOUSA; R. LEVILLIER; Maria Teresa SCHORER; German ARCINIEGAS; V. Magalhães GODINHO.

Revista Portuguesa de História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. — *Ver* Américo da Costa RAMALHO; Luís Ferrand de ALMEIDA; Charles VERLINDEN.

Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil. — *Ver* F. A. de VARNHAGEN.

RIBEIRO (João Pedro) — *Dissertações Chronologicas e Criticas*, vol. 3.º Lisboa, 1813.

RIBEIRO (Luciano) — *Uma Geografia Quinhentista* (Sep. de *Studia*, n.º 7, Lisboa, Janeiro de 1961, pp. 155 e segs.);

Registo da Casa da India, 2 vols., Lisboa, 1954, 1955.

RIBEIRO (Vitor) — *Privilégios de Estrangeiros em Portugal (Ingleses, Franceses, Alemães, Flamengos e Italianos)*, Coimbra, 1917.

RICARD (Robert) — *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1955;

La côte atlantique du Maroc au début du XVIe siècle, d'après des instructions nautiques portugaises, in *Hespéris*, ano de 1927, 2.º trimestre, pp. 229-258;
Note sur les Possessions Portugaises du Maroc à la fin du XVe siècle, d'après l'Itinerarium de Münzer, in *Hespéris*, Paris, 1928, t. VIII, 3.º e 4.º trimestres, pp. 408-412.

RIDOLFI (Roberto) — *Una lettera inedita di Amerigo Vespucci sopra il suo terzo viaggio*, Florença, 1937 (Sep. do *Archivio Storico Italiano*, vol. 1, dispensa 1.ª, Florença, 1937).

RIVARA (Joaquim Heliodoro da Cunha) — *Catálogo dos Manuscritos da Bibliotheca Pública Eborense*, t. 1, Lisboa, 1850.

Rivista Geografica Italiana, Firenze — *Ver* Giulia Guglielmi ZAZO.

Rivista Marittima — *Ver* Augusto ZERI; Sebastiano CRINÓ.

RODRIGUES (Francisco) — *Ver* Armando CORTESÃO.

RODRIGUES (J. C.) — *Bibliotheca Brasiliense. Catalogo annotado dos Livros sobre o Brasil e de alguns autographos e manuscriptos pertencentes a J. C. Rodrigues*. Parte I, Descobrimento da América. Brasil Colonial, 1942-1822, Rio de Janeiro, 1907.

RODRIGUES (José Honório) — *Historiografia del Brasil. Siglo XVI*, México, 1957.

RODRIGUES (José Maria) — *Subsídios para a História do Descobrimento do Brasil*, in *Biblos*, vol. V, Coimbra, 1929, pp. 377-389.

ROGERS (Francis M.) — *Valentim Fernandes, Rodrigo de Santaella, and the recognition of the Antilles as «opposite-India»*, in *Bol. da Soc. de Geog.*, Lisboa, Julho-Setembro, 1957;
List of Editions of the Libro del Infante don Pedro de Portugal, Publicações Culturais da Diamang, n.º 47, Lisboa, 1959;
The travels of the Infante Dom Pedro of Portugal, Cambridge (Massachusetts), 1961;
The songs of the Indies by Giuliano Dati, in *Actas do Congresso Internacional de Historia dos Descobrimentos*, vol. IV, Lisboa, 1961, pp. 387-440;
The Quest of Eastern Christians, Minneapolis, S. A., 1962.
Ver *Sixth International Colloquium*.

ROHR (Christine von) — *Neue Quellen zur Zweiten Indienfahrt Vasco da Gama*, Leipzig, 1939.

ROMANIN (Samuele) — *Storia documentata di Venezia*, 10 tomos, Veneza, 1853.

RONCIÈRE (Charles de la) — *La Découverte de l'Afrique au Moyen-Âge. Cartographes et Explorateurs*. Tomo I — *L'Intérieur du Continent*, Cairo, 1925; Tome 2e — *Le Periple du Continent, ibd.*, 1925; Tome 3e — *Un explorateur français du Niger. Les debuts de Christophe Colomb. Un peintre italien à la Cour d'Abyssinie, ibd.*, 1927;
Reflects de la cartographie portugaise sur la cartographie dieppoise de la renaissance, in Congresso do Mundo Português, III, I, pp. 477-484;
Histoire de la Marine Française, 3 vols., Paris, 1909, 1914, 1906.

ROUKEMA (E.) — *Some remarks on the La Cosa Map*, in *Imago Mundi*, XIV, 'S Gravenhage, 1959, pp. 38-54;
The Coasts of North-East Brazil and the Guianas in the Egerton Ms. 2803, in *Imago Mundo*, XV, 'S Gravenhage, 1960, pp. 27-31.

RUBRUSQUIS — *The Journey of William Rubruch to the Eastern Parts of the World;* with two accounts of the earlier journey of John of the Pian de Carpine. Trad. inglesa de W. W. Rockbill. Hakluyt Society, 1900.

RUGE (Sophus) — *Historia da Época dos Descobrimentos* (tradução de Manuel de Oliveira Ramos), Lisboa, s/d.;
Copia de Newen Zeitung aus Presilg Land, in *IVe und Ve Jahresbericht; des Vereins für Erdk*, Dresden;
Sulla relazione fra la Newe Zeitung e il terzo viaggio di Am. Vespucci, Casale, 1894.

RUSSELL (P. E.) — *Medieval Portuguese Students at Oxford University*, in *Aufsätze zur Portugiesischen Kulturgeschechte*, 1.° vol., Munique, 1960.

SÁ (Aires de) — *Frei Gonçalo Velho*, Lisboa, 1899;
O descobrimento dos Açores e da Terra Alta na carta de Gabriel de Valsequa de 1439, in *Revista de História*, Lisboa, 1925, vol. 14, n.os 53 a 56, pp. 241-257.

SÁ (A. Basilio de) — *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Insulindia*, Lisboa, 1954;
Jorge Álvares, Lisboa, 1956.

SÁ (Artur Moreira de) — *Ver* André de RESENDE.

SABÉLICO (Marco António) — *Enneades ab orbe condito ad inclinationem imperii romani*. Secunda pars Enneadum ab inclinatione Romani Imperii usque ad annum M.D.IIII. Venetiis, per Bernardinum Vercellensem, 1504. (B. N. Pa., Rés G. 603) — 1.a parte (7 eneidas), Veneza, 1498;
Coronica geral de Marco Antonio Cocio Sabelico Des ho começo do mundo ate nosso tempo. Tresladada de latim em linguagem portugues, por Dona Lianor filha do Marquês de Vila Real, Dom Fernando, Lisboa, 1550 (T. T. — Imp. Liv. 1200 p.).

SACROBOSCO (João de) — *Textus de Sphera Johannis de Sacrobosco* (...). Novo commentario nuper edito ad utilitatem studentium Philosophiae Parisiensis Academie illustratus. (Com comentários de J. Faber Stapulensis, Lefévre d'Étaples, 1504-1505). (T. T. — Imp. Liv. 1895 p.).
Ver Pedro NUNES.

SAINT MARTIN (Vivien) — *Histoire de la géographie et des découvertes géographiques*, Paris, 1873.

SAITTA (Giuseppe) — *L'Umanesimo*, Florença, 1961.

SAMPAIO (Alberto de) — *Estudos históricos e económicos*. Com prefácio do Dr. Luís de Magalhães, 2 vols., Porto, 1923.

SAN FILIPPO (Pietro Amat di) — *Bibliografia dei viaggiatori Italiani ordinata cronologicamente ed illustrata*, Roma, 1874;
Studi biografici e bibliografici sulla Storia della Geografia in Italia, vol.. 1: *Biografia dei viaggiatori Italiani colla Bibliografia delle loro opere*, Roma, 1882.
Ver G. Uzielli.

SANCEAU (Elaine) — *D. João II*, Porto, 1959;
Em demanda do Preste João, Porto, 1956 (3.° edição).

SANTAELLA (Rodrigo Fernández de) — *Ver* Marco POLO.

SANTARÉM (Visconde de) — *Memoria sobre a prioridade dos descobrimentos portuguezes na costa de África Occidental, para servir de illustração à «Chronica da conquista de Guiné» por Azurara*, Paris, 1841 (2.a ed., Lisboa, 1958). Trad. francesa: *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique, du cap Bojador et sur les progrès de la science géographique, après les navigations des portugais au XVème siècle, accompagnées d'un Atlas* (...), Paris, 1842;

Atlas composé de Cartas des XIV^{e}, XV^{e} XVI^{e} et XVII^{e} siècles, pour la plupart inédites, et devant servir de preuves à l'ouvrage sur la priorité de la découverte de la Côte Occidentale d'Afrique au delà du Cap Bojador par les Portugais, 2 vols., Paris, 1841;

Essai sur l'histoire de la Cosmographie et de la Cartographie pendant le moyen âge et sur les progrès de la Géographie après les grandes découvertes du XV^{ème} siècle, pour servir d'introduction et explication à l'Atlas (...), 3 vols., Paris, 1849, 1850, 1852;

Estudos de Cartografia Antiga, 2 vols., Lisboa, 1931;

Noticia dos manuscritos pertencentes ao direito publico externo diplomático de Portugal e à história e litteratura do mesmo paiz que existem na Bibliotheca Real de Paris e outras da mesma capital e nos Archivos de França, Lisboa, 1827;

Opúsculos e Esparsos, 2 vols., Lisboa, 1910;

Recherches historiques et bibliographiques sur Améric Vespuce et ses voyages, Paris, in *Opúsculos e Esparsos,* Lisboa, 1910, vol. II, pp. 79-124;

Notice sur plusieurs Monuments géographiques inédits du Moyen-Âge et du XVI^{e} siècle qui se trouvent dans quelques Bibliothèques de l'Italie, in *Opúsculos e Esparsos,* vol. II, Lisboa, 1910, pp. 229-245;

Memoria sobre os portugueses que escreveram acerca da Asia e sobre as linguas orientaes, Paris, 1835 (In *Estudos de Cartografia Antiga,* Lisboa, 2.° vol., pp. 201 e segs.);

Mémoire sur la question de savoir à quelle époque l'Amérique méridionale a cessé d'être representée dans les cartes géographiques comme une île d'une grande étendue. Extrait du *Bulletin de la Societé de Géographie,* Paris, Mars, 1847. In *Opúsculos,* II, pp. 79-124;

Memorias para a historia e theoria das Cortes Gerais que em Portugal se celebrárão pelos Estados do Reino. Alguns Documentos para servirem de prova, 2 vols., Lisboa, 1828.

SANTISTEBAN (Gomes de) — *Libro del Infante Dom Pedro de Portugal.* Publicado segundo as mais antigas edições, por Francis M. Rogers, Lisboa, 1962. — Ed. de 1602, reproduzida em fac-símile, pelo mesmo professor, em *List of editions of the Libro del Infante Don Pedro de Portugal,* Companhia de Diamantes de Angola, Lisboa, 1959, pp. 87 e segs.

SANTOS (António Ribeiro dos) — *Memória sobre dois antigos mapas geográficos do Infante D. Pedro e do Cartório de Alcobaça,* in *Memórias de Literatura Portuguesa,* vol. X-8.

SANTOS (Domingos Maurício Gomes dos) — *O Infante D. Pedro na Austria-Hungria,* in *Brotéria,* LXVIII (1959);

O Infante Santo D. Fernando na Flandres e na Alemanha?, ibd., vol. LXXXVIII (1968), pp. 101-122;

Cataldo Áquila Parísio Sículo e a Princesa Santa Juana, in XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Secção VII, Porto, 1962, pp. 161-174;

A «Carta do Preste João» das Índias e seu reflexo nos descobrimentos do Inf. D. Henrique, in *Brotéria,* vol. 71, n.^{os} 2-3, Lisboa, Agosto-Setembro de 1960, pp. 218-244.

SANTOS (Reinaldo dos) — *Os Primitivos Portugueses,* Lisboa, 1958.

SANUTO (Marino) — *I Diarii di (...) — (MCCCCXCVI-MDXXXIII). Dall' autografo marciano ital. CL. VII, Codd. CDXIX-CDLXXVII).* Editori: Nicolo Barozzi, Rinaldo Fulin, Guglielmo Berchet, Federico Stefani, Marco Allegri. — 1.° vol., Veneza, 1879 (1.1.1496-28.2.1497), 2.° vol., *ibd.*, 1879 (1.10.1498-30.9.1499); 3.° vol., 1880 (1.10.1499-31.3.1501); 4.° vol., *ibd.*, 1880 (1.4.1501-31.3.1503); 5.° vol., *ibd.*, 1881 (1.4.1502-31.3.1504); 6.° vol., *ibd.*, 1881 (1.4.1504-28.2.1506); 7.° vol., *ibd.*, 1882 (1.3.1507-28.2.1508); 8.° vol., *ibd.*, 1882 (1.3.1509-31.7.1509); 9.° vol., *ibd.*, 1883 (1.9.1509-28.2.1510); 10.° vol., *ibd.*, 1883 (1.3.1510-31.7.1510); 11.° vol., *ibd.*, 1884 (1.8.1510-28.2.1511); 12.° vol., *ibd.*, 1886 (1.3.1511-30.9.1511);

De origine urbis Venetae et vita omnium ducum (de 1421 a 1493). Versão italiana em Muratori — *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. XXII, Milão, 1733.

SANZ (Carlos) — *Bibliotheca Americana Vetustissima. Ultimas adiciones*, 2 vols., Madrid, 1960;

Henry Harrisse (1829-1910). Con nuevas adiciones à la Bibliotheca Americana Vetustissima, Madrid, 1958;

El gran secreto de la Carta de Cólon, Madrid, 1959;

La Geographia de Ptolomeu ampliada con los primeros mapas impresos de America (Desde 1507), Madrid, 1959.

SARAIVA (Cardeal) (D. Francisco de S. Luís) — *Obras completas*, vol. V, Lisboa, 1875; vol. VI, *ibd.*, 1876.

SARAIVA (José) — *Os painéis do Infante Santo*, Leiria, 1925;

O livro de Marco Polo, in *Dois Centenários*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1961, pp. 27-121.

SARDELLA (Pierre) — *Nouvelles et spéculations à Venise au début du XVI^e siècle.* Études Italiennes, Paris, Colin, s/d.

SCHEDEL (Hartmann) — *Libri Chronicarum cum figuris et imaginibus ab initio mundi*, Nuremberga, 1493 (B. Mafra — G. D; T. T. Imp. Liv., 4317 p.). Ed. de 1497 (T. T. Imp. Liv. 852 p.).

SCHEFER (Charles) — *Navigation de Vasque de Gama Chef de l'Armée du Roi du Portugal en l'an 1497. Écrite par un gentilhome florentin qui se trouva de retour à Lisbonne avec la dite armée*, Paris, 1898.

Recueil de Voyages et de Documents pour servir à l'histoire de la géographie (Schefer e H. Cordier), t. IV, Paris, 1830; t. IX, 1888; Paris, 1907.

Ver P. M. ANGHIERA.

SCHEPHERD (Guglielmo) — *Vita di M. Poggio, secretario Pontificio e Cancelliere della Repubblica Fiorentina.* Scritta in inglese dal Rev. ... per servire d'introduzione alle vite di Lorenzo de'Medici, e di Leon X del Sig. Roscoe. — Tradotta dall'Auv. Tommaso Tonelli, 2 vols., Firenze, 1825.

SCHILLINGTON (V.) e A. CHAPMAN — *Commercial relation of England and Portugal*, Londres, 1907.

SCHMELLER (J. A.) — *Ueber einige ältere handschriftliche Seekarten*, Abhandlungen der I Cl. d. Akad. d. Wiss., Munique, vol. IV, 3.

SCHORER (Maria Teresa) — *Notas para o estudo das relações dos banqueiros alemães com o empreendimento colonial dos povos ibéricos na América do século XVI*, in *Revista de História*, S. Paulo, vol. XV (1957), n.° 32 (Out.-Dez.), pp. 275-355.

Schüller (Rodolfo R.) — *A nova Gazeta da Terra do Brasil (Newen Zeytung auss Presillg Landt) e sua viagem mais provável.* — Com a tradução portugueza e a reproducção em facsimile do precioso pamphleto pertencente à Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1914.

Schultze — *Balthasar Springers Indienfahrt 1505/06. Wissenschaftliche Würdigung der Reiseberichte Springers zur Einführung in den Neudruck seiner «Meerfahrt» vom Jahre 1509,* Estrasburgo, 1902;

Die meerfart und erfarung nürver schiffung, 1509, Estrasburgo, 1902;

Die Geographische Balthasar Springers, in *Globus,* 1909, Braunsweig, vol. 96, n.º 2, pp. 28-32.

Schumacher (A. H. S.) — *Bremen und die portugiesischen Handels-Freibriefe der Deutschen,* Bremisches Jahrbuck, vol. 16 (1892).

Schurhammer (Georg) — *O Descobrimento do Japão pelos Portugueses no ano de 1543,* in *Anais da Academia Portuguesa de História,* 2.ª série, vol. 1, Lisboa, 1946, pp. 9-172, e em *Orientalia,* Roma e Lisboa, 1963, pp. 485-580;

Die zeitgenössischen Quellen zur geschichte Portugiesisch-Asiens und Seiner Nachbarländer zur zeit des Hl. Franz Xaver (1538-1552). (Citada abreviadamente por *Quellen),* Roma, 1962;

Xaveriana, Roma, Lisboa, 1964.

Scopoli (Giovanni) — *Relazione de Lunardo Chá Masser,* in *Arch. Stor. Ital.,* App. ao t. ii, Florença, 1845, pp. 13-47.

Soudieri (Jola M. Ruggieri) — *Primi contatti letterari fra Italia e Portogallo fino a Sá de Miranda,* in *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo,* Roma, 1940, pp. 91-112.

Sensburg (W.) — *Poggio Bracciolini und Nicolò de' Conti in ihrer Bedeutung für die Geographie des Renaissancehalters,* Viena, 1906.

Sérgio (António) — *Ver* Fernão Lopes.

Serpa (António Ferreira) — *Os flamengos na ilha do Faial,* Lisboa, 1929;

Dois inéditos acerca das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo, Coimbra, 1921.

Serrão (Joaquim Veríssimo) — *Os Portugueses no Estudo de Salamanca,* Lisboa, 1962.

Portugueses no Estudo de Toulouse, Coimbra, 1954 [Trad. francesa: *Les Portugais à l'Université de Toulouse (XIII-XVII siècles),* Paris, 1970];

O Rio de Janeiro, 2 vols., Lisboa, 1965.

A «Crónica de D. João III» de António Castilho, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

Silva (A. C. Correia da) — *Um boticário na história da expansão portuguesa no Mundo,* in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto,* vol. xxiii, fascs. 3-4, Setembro-Dezembro de 1960, pp. 399-418.

Silva (José Soares da) — *Memórias para a História de Portugal que compreendeu o governo del Rey D. João o I, do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil quatrocentos e trinta e tres,* 4 vols., Lisboa, 1730, 1731, 1732, 1734.

Silva (Luciano Pereira da) — *Obras completas,* Lisboa, Agência-Geral das Colónias, vol. 1 (1943); vol. 2 (1945); vol. 3 (1946);

Duarte Pacheco Pereira, precursor de Cabral, in *História da Colonização Portuguesa no Brasil,* vol. 1, Porto, 1921, pp. 231-261.

Silva (Luís Rebelo da) — *Corpo Diplomatico Portuguez,* 1.º vol., Lisboa, 1862.

Silva (Pedro José da) — *Elogio histórico e notícia completa de Tomé Pires, farmacêutico,* Lisboa, 1866.

Sixth International Colloquium on Luso-Brazilian Studies. 1966. Europe Informed. An Exhibition of Early Books Which Acquainted Europe With the East, Cambridge, Massachusetts — Harvard College Library (...) Cambridge e New York, 1966. (Apresentação de Francis M. Rogers).

Skelton (R. A.) — *Ver* Ptolomeu.

Slessarev (Vsevolod) — *Prester John — The letter and the legend,* Minneapolis, 1959.

Smith — *Ver* Bishop Smith (Ronald).

Soares (Torquato de Sousa) — *Ver* Gama Barros e T. O. Marcondes de Sousa.

Sousa (António Caetano de) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa,* 2.ª ed. (M. Lopes de Almeida e César Pegado, 12 tomos), e *Provas,* 6 tomos, Coimbra, 1946-1954.

Sousa (Fr. Luís de) — *História de S. Domingos,* 3.ª ed., 6 vols., Lisboa, 1866;
Anais de D. João III, Lisboa, 1844 (ed. mais recente: Clássicos Sá da Costa, 2 vols., Lisboa, 1938).

Sousa (L. de Morais e) — *A sciencia náutica dos Pilotos Portugueses nos séculos XV e XVI,* Lisboa, 1924.

Sousa (Pero Lopes de) — *Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil (1530-1532).* Publ. por Franc. Adolfo de Varnhagen, Lisboa, 1839, 1847, 1861, 1867;
Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa (de 1530 a 1532), comentado por Eugénio de Castro. Pref. de Capristano de Abreu, Rio de Janeiro, 1927, 2 vols.;
Ed. de Jaime Cortesão, in *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica,* I, Lisboa, 1956, pp. 431-512. Ed. de A. Teixeira da Mota, Lisboa, 1968.

Sousa (T. O. Marcondes de) — *O Descobrimento do Brasil.* Estudo crítico. De acordo com a documentação histórico-cartográfica e a náutica. S. Paulo, 1946;
Amerigo Vespucci e suas viagens, S. Paulo, 1948; 2.ª ed., *ibd.,* 1954;
Amerigo Vespucci e a prioridade do descobrimento do Brasil, in *Revista de História,* S. Paulo, 1954, n.º 18, pp. 253 e segs.;
Ainda a suposta escola de Sagres e a náutica portuguesa dos Descobrimentos, ibd., n.º 13, Janeiro-Março de 1953, pp. 181 e segs.;
Amerigo Vespucci e um moderno crítico argentino, ibd., n.º 12, Outubro e Dezembro de 1952, p. 345;
A concepção geográfica dos Portugueses após o descobrimento da América, ibd., n.º 53, Janeiro-Março de 1963, pp. 145-153.
A divulgação pela imprensa da notícia do descobrimento do Brasil por Álvares Cabral, ibd., n.º 58, Abril-Junho de 1964, pp. 389-404;
O ato notarial de Valentim Fernandes de 20 de Maio de 1503 (Trad. de Torquato de Sousa Soares), *ibd.,* n.º 34, Abril-Junho de 1958, pp. 369-378.
Ver Pietro Vaglienti.

Spicilegium Romanum, tomo x *(Poggi Epistolarum Centuria et Oratio),* Roma, Typis Collegii Urbani, 1844.

Spinelli (Vincenzo) — *Ver* Varthema (Ludovico).

Stamler (João) — *Dialogo di Giovanni Stamlerno augustense de le sette de diverse genti e de le religioni del mondo,* Veneza, 1508 (B. Cas. — K.XXIV.15). Ed. latina:

Dyalogus Ioahnnis Stamler, Augustensis. De Diversarum gencium sectis et mundi religionibus, Augusta, 1508. (B. N. Pa. — Rés. H. 406).

STEVENSON (Edward Luther) — *Marine World Chart 1502 (circa) by Nicolo de Canerio Januensis*, edited by (...). Fac-símile. New York, 1907;
Marine World Chart of Nicolo de Canerio Januensis 1502 (circa). A critical study with facsimile, New York, 1908.

STOBNICZA (Joannis) O. F. M. — *Introductio in Ptolomei Cosmographiam, cum longitudinibus et latitudinibus regionum et civitatum celebriorum*, Cracoviae, 1512 (B. N. Pa. — G. 3031).

Studia. Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa. — *Ver* Francisco Leite de FARIA; Leo MAGNINO; Charles M. de WITHE; A. Teixeira da MOTA; H. KELLENBENZ; Luciano RIBEIRO; W. G. L. RANDLES; João VIDAGO.

TALLARIGO (C. M.) — *Giovanni Pontano e i suoi tempi*, 2 vols., Morano, 1874.

TAVARES (J. Lopes) — *Ver* Luís de ALBUQUERQUE.

TÇUZZU (João Rodrigues) — *História da Igreja do Japão*, Macau, 1954.

TELES (Basílio) — *Ver* MÜNZER (Jerónimo).

TEMPORAL (Jean) — *Ver* Giovanni Battista RAMÚSIO.

TERNAUX (H.) — Compans — *Bibliothèque Asiatique et Africaine ou Catalogue des ouvrages relatifs à l'Asie et à l'Afrique, qui ont paru depuis la découverte de l'imprimerie jusqu'en 1700*, Paris, 1841.

Terrae Incognitae, 1956. — *Ver* HENNIG (R.).

THEAL (G. Mc. Call) — *Record of South-Eastern Africa*, vol. I, Londres, 1898;
Catalogue of Books and Pamphlets Relating of Africa South of the Zambesi, in the english, dutch, french, and Portuguese languages, Cape Town, 1963.

THOMAS (Henry) e A. Cortesão — *The Discovery of Abyssinia by the Portuguese in 1520*, Londres, British Museum, 1938.

TOMAZ (L. Filipe F. Reis) — *De Malaca a Pegu. Viagens de um feitor português (1512-1515)*, Lisboa, Centro de Estudos de História, anexo à Faculdade de Letras, 1966.

TORRE (Antonio de la) — *Los castellanos en Guinea y Mina del Oro despues del tratado de 1479*, in *Actas* do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, vol. V, 1.ª parte, pp. 329 e segs.

TORRES (António da Costa) — *Breve notícia de Tomé Pires*, Anadia, 1939.

TOVAR (Conde de) — *Portugal e Veneza na Idade Média (Até 1495)*. Coimbra, 1933.

TRACEY (Hugh) — *Vias comerciais árabes de Sofala ao Monomotapa antes do estabelecimento dos Portugueses*, in *Moçambique — Documentário Trimestral*, n.º 26 (Abril-Junho de 1941), pp. 33-35;
António Fernandes, descobridor do Monomotapa, 1514-1515. Trad. e notas de Caetano Montez. Lourenço Marques, 1940.

TRIGOSO (Sebastião Francisco de Mendo) — *Cartas de Américo Vespúcio a Pedro Soderini*, in *Collecção de Noticias*, t. II, n.º IV, pp. III e segs.;
Memoria sobre Martim de Bohemia, in *Memorias de Litteratura Portugueza*, t. VIII, Lisboa, 1856, pp. 365-385.

UHDEN (R.) — *The Oldest Portuguese Original Chart of the Indian Ocean*, A. D., 1509, in *Imago Mundi*, III, Londres, 1939, pp. 7-11.

Ultramar, Lisboa. — *Ver* A. BRÁSIO.

Usodimare (Antoniotto) — *Ver* Caddeo (Rinaldo).
Uzielli (Gustavo) — *Paolo dal Pozzo Toscanelli e la circumnavigazione dell'Africa secondo la testimonianza di un contemporaneo,* Florença, 1891;
Paolo dal Pozzo Toscanelli iniziatore della scoperta d'America, Florença, 1892;
La vita e i tempi di Paolo dal Pozzo Toscanelli, Roma, 1894 (parte v, vol. i, de *Raccolta di Documenti e Studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana per 4° Centenario dalla Scoperta dell'America*);
La lettera del'Isole che ha trovato il Re di Spagna, Bolonha, 1873;
Pietro Vaglienti, in *Toscanelli,* n.° 1, Florença, 1893, pp. 27 e segs.
Piero di Andrea Strozzi, viaggiatore fiorentino, Roma, 1895 (Estratto dalle *Memorie della Società Geografica Italiana,* 1895, vol. v, pp. 110-148);
Leonardo da Vinci e le Alpi. Con 7 carte antiche in fac-simile, Turim, 1890;
Richerche intorno a L. da Vinci, Roma, 1884;
Amerigo Vespucci davanti alla critica storica, in *Atti del terzo Congresso Geografico Italiano,* Florença, 1899;
Le Lettere di Amerigo Vespucci e altri Documenti geografici del secolo delle scoperte, secondo il Codice Riccardiano 1910 di Piero Vaglienti scrittore sincrono con le varianti dei testi manoscritti e a stampa, Firenze, MDCD (1900);
Mappamondi, Carte Nautiche, Portolani ed altri monumenti cartografici, specialmente italiani del secoli XIII-XVII, Amesterdão, 1967.
Vadianus (Joaquim) — *Epitome trium terrae partium, Asiae, Africae, Europae, compendiariam locorum descriptionem continens,* Tiguri, 1534 (B. N. Pa. — Res. Ge. F. F. 9150);
Epitome topographicus totius orbis (reedição do anterior: Antuérpia, 1535). (B. N. R. — 6.11.H.47);
Rudimenta in Geographiam Cathechesis sequitur, in Pomponi Melae Hispani, Libri de situ Orbis tres, adiectis Joachim Vadiani Helvetii in eosdem scholiis, Viena, 1518. Aí: *Tipus Orbis universalis juxta Ptolomei Cosmographi traditionem et Americi Vespucii... lustrationes,* de Pedro Apiano (1520) e *Omnium gentium mores Leges et ritus,* de João Boemo (1520). (B. N. R. — 6.21.A.73).
Vaglienti (Pietro) — *Elogio di Emanuele Re di Portogallo* apud G. Uzielli — *Paolo dal Pozzo Toscanelli e la circumnavigazione,* pp. 11-17. — Texto latino e versão portuguesa por T. O. Marcondes de Sousa — *Toscanelli e a circumnavegação da Africa pelos Portugueses,* in *Revista de História,* S. Paulo, vol. xviii, n.° 37, Janeiro--Março de 1959, pp. 142-144, 144-146.
Valckenstein (Nicolau Lanckmann) — *De nuptiis invictissimi Frederici Imperatoris tertii ac Leonorae uxoris. Deque eorundem coronatione ac prolum propagatione,* a Reverendissimo Domino Nicolao Episcopo Ypponen. Compilatus libellus feliciter finit. Impensis providi viri Jacobi Wacker de Saltzburga Augustae impressus. Anno Domini mccccciii, sexto idus Decembris. Com o título: *Historia desponsationis Frederici III cum Eleonora Lusitanica,* in *Rerum Germanicarum Scriptores varii,* coligidos por Bucardo Gotthelfio Struvio, t. 2, Estrasburgo, 1717, donde Sousa a trasladou (Sousa — *Provas,* i, iii, pp. 329 e segs. — Ver tradução portuguesa in Luciano Cordeiro — *Uma sobrinha do Infante Imperatriz da Allemanha e Rainha da Hungria,* Lisboa, 1894, pp. 95-149.
Vale (Alexandre de Lucena e) — *D. Diogo Ortiz de Vilhegas,* Gaia, 1934.

VANDER LINDEN (H.) — *Histoire de l'Expansion coloniale des peuples européens. Portugal et Espagne (jusqu'au début du XIXe siècle)*, Bruxelas, 1907.

VARNHAGEN (F. A.) — *Americo Vespucio, son caractère, ses écrits (même les moins authentiques), sa vie et ses navigations*, Lima, 1865;

História Geral do Brazil, S. Paulo, 3 vols.;

Nouvelles recherches sur les derniers voyages (...) de Vespucci, Viena, 1870;

Jo. Schöner e P. Apianus (Benewitz). Influência de um e outro e de vários de seus contemporâneos na adopção do nome América, in *Revista trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Etnográphico do Brasil*, t. XXXV, parte 2.ª, Rio de Janeiro, 1872, pp. 171-202.

Reimpression fidèle d'une lettre de Jean Schöner à propos de son globe, écrite en 1523, St. Petersbourg, 1872.

VARTHEMA (Ludovico) — *Itinerario*. A cura di Paolo Giudici, 2.ª ed., Milão, 1929;

Itinerário (Primeira tradução portuguesa). Trad., prefácio e notas de Vincenzo Spinelli, Lisboa, 1949;

Itinerario del Venerable varon micer Luis patricio romano: en el qual cuenta mucha parte de la ethiopia Egipto; y entrambas Arabias; Siria y la India. Buelto de latin en romance por Christoval de Arcos clerigo, Sevilha, 1520 (B. N. L. — Res. 217 A.).

VASCÁNO (António) — *Ensayo biografico del celebre navegante y consumado Juan de la Cosa y descripción e historia de su famosa Carta geografica*, Madrid, 1892.

VASCONCELOS (Basilio de) — *Ver* Jerónimo MÜNZER.

VASCONCELOS (Carolina Michaëlis de) — *Notas vicentinas*, Lisboa, 1949.

VASCONCELOS (Ernesto de) — *A viagem do Gama na evolução da Cartografia náutica*, in *Boletim da Agência-Geral das Colónias*, ano IV, Janeiro de 1928, n.º 31, pp. 6-14.

VASCONCELOS (Joaquim de) — *Albrecht Dürer e a sua influencia na Peninsula*, 2.ª ed., Coimbra, 1929.

VELHO (Álvaro) — *Roteiro da viagem que em descobrimento da India, pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497*, 1.ª ed., de Diogo Kopke, Porto, 1838;

Roteiro da viagem de Vasco da Gama em MCCCCXCVIII, 2.ª ed., de Alexandre HERCULANO, Lisboa, 1861;

3.ª ed., por A. B. de Bragança PEREIRA, sem os Apêndices, in *Arquivo Português Oriental*, t. I, Bastorá, 1936, pp. 10-70 e notas, pp. 70-83;

Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama, 4.ª ed., por A. Fontoura da COSTA, Lisboa, 1940, 2.ª vez, 1960, 3.ª vez 1969;

Diário da viagem de Vasco da Gama, 5.ª ed., por Damião PERES, Porto, s/d. (num 2.º vol. publica estudos de Gago COUTINHO e Franz HÜMMERICH);

6.ª ed., de José Pedro MACHADO e Viriato CAMPOS — *Vasco da Gama e a sua viagem de Descobrimento, com a edição crítica e leitura actualizada do relato anónimo da viagem*, Lisboa, 1969;

7.ª ed., de António CRUZ. Reprodução fac-similada (Comissão do V centenário do nascimento de Vasco da Gama);

Das traduções estrangeiras (Ferdinand DENIS — 1855, e MORELET, em 1864, em francês; RAVENSTEIN, em 1898, na lingua inglesa; e HÜMMERICH, em 1898, em alemão), merece especial relevo a inglesa, pelas notas, e a alemã, pelo estudo

crítico, introdução e apêndice. Os trabalhos de Ravenstein foram aproveitados por Fontoura da Costa, que os completou (Cf. p. 141) e os de Hümmerich podem ler-se na 5.ª ed. portuguesa. — Sobre estes, ver L. Pereira da SILVA, *Obras Completas*, vol. III, Lisboa, 1946, pp. 113 e segs.

VERLINDEN (Charles) — *Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen âge (Harfleur au XIV^e siècle. Mildebourg au XIV et XV)*, in *Revista Portuguesa de História*, vol. IV, Coimbra, 1949, pp. 169-209;

Introduction à l'Histoire Économique Générale, Coimbra, 1948;

Formes féodales et dominiales de la Colonisation Portugaise dans la zone atlantique aux XIV^e et XV^e siècles et spécialement sous Henri le Navigateur, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1960, pp. 1-44. (Mais resumido em *Actas do Congresso Int. de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961, vol. V, 1.ª parte, pp. 401-417);

Lanzarotto Malocello et la découverte portugaise des Canaries, in *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, Bruxelas, 1958, XXXVI, n.º 4, pp. 1173-1209;

Les Découvertes portugaises et la collaboration italienne, in *Actas do Congresso Int. de História dos Descobrimentos*, vol. III, Lisboa, 1961, pp. 593-610;

Un précurseur de Colomb: Le flamand Ferdinand van Olmen (1487), in *Revista de História*, t. X, Coimbra, 1962, pp. 453-468;

Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens. Portugal et Espagne (jusqu'au début du XIX^e siècle), Bruxelas, 1907;

António de Noli e a colonização das Ilhas de Cabo Verde, in *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1963, 3.ª série, n.º 7, pp. 28-45.

VERRUA (R.) — *Umanisti et altri studiosi viri italiani et stranieri di qua a di là dalle Alpi i dal Mare*, Génova, 1924.

VESPÚCIO (Américo) — *Mundus Novus*, Paris, 1503 ou 1504;

Lettera di Amerigo Vespucci delle isole novamente trovate in quattro suoi viaggi (s/l. n/d.).

N. B. — Em qualquer bibliografia americana, Harrisse, Sanz, Borba de Morais, etc., encontram-se fàcilmente as edições destas obras. No cap. III (a primeira) e cap. IV (a segunda), apontámos algumas reedições modernas.

VIDAGO (João) — *Corte Real e os seus objectivos geográficos (1500-1502)*, in *Studia*, n.º 15 (1965), p. 123.

VIETOR (O.) — *A Portuguese Chart of 1492 by Jorge Aguiar*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Coimbra, 1970.

VIGNAUD (H.) — *La Lettre et la Carte de Toscanelli sur la route des Indes par l'Ouest, adressées en 1474 au Portugais Fernam Martins et transmises plus tard à Christophe Colomb*, Paris, 1901;

Améric Vespuce (1451-1512), Paris, 1917;

Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb, 1.º vol.

VILA FRANCA (Conde de) — *D. João I e a Aliança Inglesa*, Lisboa, 1884.

VILLOSLADA (Ricardo) — *La Universidad de Paris durante los estudios de Francisco de Victoria (1507-1522)*, in *Analecta Gregoriana*, vol. XI, Series Facultatis Historiae Ecclesiasticae, Roma, 1938.

VINCENTIO MINUTIANO — *Impresa del gran turco per mare et per terra contra portoghesi quali signoreggiano gran parte de l'India o s'avvicciano al sepolcro di Mahometto*,

Roma, 1531 (Edição fac-similada, por F. Leite de Faria, em *Um impresso de 1531 sobre as empresas portuguesas no Oriente*).

VINDEL (Francisco) — *Mapas de America en los Libros españoles de los siglos XVI al XVII (1503-1798)*, Madrid, 1955.

VITERBO (Sousa) — *D. Isabel de Portugal, Duqueza de Borgonha*, in *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, 1905, 2.° vol., pp. 81-106;

Trabalhos náuticos dos Portugueses nos séculos XVI e XVII, parte 1, Lisboa, 1898;

A Livraria Real especialmente no Reinado de D. Manuel, Lisboa, 1901;

A cultura intelectual de D. Afonso V, in *Archivo Historico Portuguez*, II, Lisboa, 1904, pp. 254 e segs.;

Estudos sobre Damião de Góis, Coimbra, 1900.

VOLTERRA ou VOLTERRANI (Maffei) — *Commentariorum Urbanorum*, Roma, Joannis Besicken, 1506 (M. B. — 1487.W.3 e B. N. R. — 9.6.E.6). Ed. de Basileia, 1530, na B. N. L. — H. G. 1578 A).

WADINGO (Luca) — *Annales Minorum seu trium Ordinum a S. Francisco institutorum*, t. IX, Quaracchi, 1932.

WAGENFÜHR (Horst) — *Handelsfürsten der Renaissance*, Estugarda, 1957.

WALDSEEMÜLLER — *Cosmographie introductio*, 1507 (B. N. Pa. — Rés. G. 1057). Edições fac-similadas. *Ver* Jose FISCHER; e Carlos SANZ, em *B. A. V.*, *Ultimas adiciones*, vol. 1, pp. 471-573.

WEINSTEIN (Donald) — *Ambassador from Venece: Pietro Pasqualigo in Lisbon 1501*, Minneapolis, 1960.

WELSH (Doris Varner) — *Catalog (A) of the William B. Greenlee Collection of Portuguese History and Literature and the Portuguese Materials in the Newberry*, Chicago, Illinois, 1953.

WELSH (Sidney R.) — *O descobrimento da Africa do Sul pela Europa*. (Trad. de António S. Figueiredo e Caetano Montez). Pref. de Gago Coutinho, Lourenço Marques, 1937;

A Africa do Sul sob ElRei D. Manuel, 1495-1521, Lourenço Marques, 1950;

Portugal's discovery of South Africa and its first effects upon the culture of Europe, Congresso do Mundo Português, III, I, pp. 289-297. Trad., *ibd.*, pp. 299-310.

WIEDER (F. C.) — *L'importance historique du portulan dessiné par Andrea Bianco Vénitien à Londres en 1448*, in *Comptes rendus du Congrès International de Géographie*, secção IV, t. II, Amesterdão, 1938, pp. 199-202;

Terrestrial globe of Johannes Schönner 1523/24. *Monumenta Cartographica*. Edited by (...) Haya, Martinus Nijhoff (s/d.);

Monumenta Cartographica, Published at the Hague by Martinus Nijhoff, 1925.

WIESER (Franz von) — *Magalhães-Strasse und Austral continent auf den Globen des Joannes Schöner*, Innsbruck, 1881.

Ver Joseph FISCHER.

WINTER (H.) — *Francisco Rodrigues. Atlas of ca. 1513*, in *Imago Mundi*, VI, Estocolmo, 1949, pp. 20-26;

The Fra Mauro Portolan Chart in the Vatican, in *Imago Mundi*, XVI, Amesterdão, 1962, pp. 17-28;

On the Real and the Pseudo-Pilestrina Maps and other early Portuguese Maps in Munich, in *Imago Mundi*, IV, Estocolmo, 1947, pp. 25-27.

WITTE (Charles M. de) — *Une lettre inédite du Roi Joan II au Papa Innocent VIII sur l'affaire de Graciosa*, in *Studia*, vol. I, pp. 90 e segs.;
Les Bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV^e siècle, in *Revue d'histoire ecclésiastique*, t. XLVIII, 1953, pp. 683-718; t. XLIX, 1954, pp. 438-461; t. LI, 1956, pp. 413-453 e 809-836; t. LIII, 1958, pp. 5-46 e 443-471. — Separata: Lovaina, 1958.

WULF (Maurice de) — *Histoire de la Philosophie Médiévale*, Lovaina, 1925.

YULE (Henry) e A. C. BURNELL — *Hobson-Jobson: Being a Glossary of Anglo-Indian Words and Phrases and of Kindred termes*, Londres, 1886, New Edition, 1968. — *Ver* Marco POLO.

ZAZO (Giulia Guglielmi) — *Bernardo Silvano e la sua edizione della Geografia di Tolomeo*, in *Rivista geografica italiana*, Florença, ano 33, 1926.

ZERI (Augusto) — Carta de Matteo de Bergamo, in *Rivista Marittima*, ano XXVII, Roma, Aprile, pp. 38-51.

ZINADIN — *História dos Portugueses no Malabar (1498-1583)*. Publicada e traduzida por David Lopes, Lisboa, 1898.

ZURARA (Gomes Eanes de) — *Crónica dos feitos de Guiné* (Edição da Agência-Geral das Colónias, Lisboa, 1948). (Reedição da do Visconde de Santarém, com omissão da Introdução, melhorada por A. Dias Dinis). Trad. francesa: Ver L. BOURDON — *Chronique de Guinée*, Dacar, 1960; Trad. inglesa: *The Chronicle of the Discovery and Conquest of Guinea* (Carlos R. Beazley e Edgar Prestage), Londres, 1896-1898;
Crónica da tomada de Ceuta por ElRei D. João I (Publicada por F. M. Esteves Pereira) Academia das Ciências de Lisboa, 1915;
Chronica do Conde D. Pedro de Menezes, in *Collecção de Inéditos da História Portuguesa*, vol. II, pp. 213 e segs., Lisboa, 1792;
Chronica do Conde D. Duarte de Menezes, ibd., vol. III, pp. 7 e segs., Lisboa, 1793.

ZURLA (D. Plácido) — *Il Mappamondo di Fra Mauro Camaldolese*, Veneza, 1806.

ZWEIG (Stefan) — *Américo Vespúcio*, Porto, 1951.

ÍNDICE DAS GRAVURAS

ÍNDICE IDEOGRÁFICO

A

B

C

D

E

F

G

H

I

K

L

M

N

O

P

Q

R

S

U

V

W

X

Y

Z

ERRATAS PRINCIPAIS

Página:	*Onde está:*	*Leia-se:*
XXVIII	Plano Carpini	Piano Carpini
5	L. Verlinden	C. Verlinden
7	Ricardo	Ricard
23	Ordem	ordem
24	Verlinder	Verlinden
26	Bolonha	Borgonha
33	Já vimos	Veremos
—	Antonietto	Antoniotto
41	Frederico II	Frederico III
103 e segs.	Varnhagem	Varnhagen
113	Leão	Lión
120	Pizon	Pinzon
121	Brand	Brant
122	Revenstein	Ravenstein
135	Farisangul	Farisangue
154	Fefèvre	Lefèvre
239	Crédito	Crético
249	*Greenlee*	Greenlee
253	XVI, cit. Eugénio	XVI, cit.; Eugénio
258	Trevisando	Trevisano
260	Malheiros	Malheiro
276	Bortolozzi	Bartolozzi
295	Leornado	Leonardo
—	Segundoo	Segundo
318	Lopes	Lopo
322	Masimi	Masini
331	de Campos	de Campo
347	Frugger	Függer
350	Hirshvogel	Hirschvogel
—	*Estugarda*	Estugarda
351	K. Kunstmann	F. Kunstmann
359	Renieri	Ranieri
365	Cromberger	Cronberger
434	Bergen	Berjeau
449	Chicacche	Chiracche
547	adegas	adagas
548	do texto atrás	do texto que atrás
578	Dacão	Decão
678	temerosas	temerosos
—	as moros	es moros
716	Pardenone	Perdenone
767	Massimi e Masimo	Masini
787	Húrcicas	Húcicas

ÍNDICE GERAL